



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
PROGRAMA DE DOUTORADO

Helen Crystine Corrêa Sanches

**DA VARA DE MENORES À VARA DA INFÂNCIA E  
JUVENTUDE: DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL  
DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO**

Tese submetida à defesa pública do  
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
em Direito, Programa de Doutorado,  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito à obtenção do  
título de Doutor em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Josiane  
Rose Petry Veronese.

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa  
Da Vara de Menores à Vara da Infância e Juventude :  
Desafios para a proteção integral dos direitos de crianças e  
adolescentes no Sistema de Justiça brasileiro / Helen  
Crystine Corrêa SANCHES ; orientador, Josiane Rose Petry  
Veronese - Florianópolis, SC, 2014.  
726 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-  
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. I. Veronese, Josiane Rose Petry . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Direito. III. Título.

Helen Crystine Corrêa Sanches

**DA VARA DE MENORES À VARA DA INFÂNCIA E  
JUVENTUDE: DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL  
DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Doutora em Direito” do Programa de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2014.

---

Prof. Dr. Luiz Otavio Pimentel  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Rose Petry Veronese - Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. André Viana Custódio  
Universidade de Santa Cruz do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Carvalho do Amaral Vieira  
Universidade São Judas Tadeu

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olga Maria Bosch de Aguiar Oliveira  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloísa Maria José de Oliveira  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Gunter Axt  
Universidade Federal de Santa Catarina



## Imagens da Justiça

A justiça,  
A imagem,  
A mulher.

O que significam estes elementos?  
Que implicações sobre o sistema do Direito?

Ponderação,  
Sensibilidade.  
O olhar,  
A postura que contempla o belo  
Seriam sinais de novos tempos?  
Ou melhor  
Uma nova época se instaura.

Modelos são rompidos  
superados  
Estruturas transgredidas.  
Supera-se a escravidão  
O monopólio da força

Impera a imagem da Justiça,  
Ventos novos  
Tempos da concórdia  
Tempos da compaixão.

(Josiane Rose Petry Veronese)



## AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa simples, pois as palavras nunca conseguirão expressar todo o sentimento de gratidão pelo grande privilégio de contar com pessoas tão generosas ao longo desta jornada.

Por isso, esta pesquisa é fruto de um esforço coletivo, pois muitos contribuíram para sua realização, proporcionando diversas formas de aprendizado e de apoio.

Como não seria possível nominar a todos os envolvidos, de modo especial quero agradecer especialmente a meus pais, Kátia e João Elias, sempre presentes com seu apoio e exemplo, meus irmãos, Rodrigo e Andressa, e minha cunhada, Lediane Macari, por fazerem parte da minha vida, pelo apoio e por fazerem me sentir amada.

À Professora Doutora Josiane Rose Petry Veronese, hoje minha grande amiga e orientadora, pela dedicação e auxílio no decorrer do processo de construção do conhecimento: sem sua ajuda, com certeza seria muito mais difícil chegar até aqui. Todas as palavras que poderia lhe dizer não são suficientes para agradecer todo carinho, respeito, compreensão, confiança e amizade que sempre me dedicou, bens valiosos que com certeza guardarei comigo, pelo seu exemplo de sensibilidade, ternura, competência e seriedade profissional.

Ao meu especial amigo e irmão de coração, Josias Burg, pelo carinho e apoio nos momentos difíceis.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, principalmente às Professoras Doutoras Olga Maria Bosch de Aguiar Oliveira e Heloísa Maria José de Oliveira e ao Professor Doutor Gunter Axt pelas sugestões e contribuições para o trajeto acadêmico.

À Professora Doutora Cláudia Maria Carvalho do Amaral Vieira e ao Professor Doutor André Viana Custódio, pelo exemplo de vida como profissionais e acadêmicos, cuja trajetória continua a me inspirar.

Ao Ministério Público de Santa Catarina, por seu Procurador-Geral de Justiça, Lio Marcos Marin, e toda a equipe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Gerência de Biblioteca, que viabilizaram as condições para a realização da tese, sempre de forma amiga e acolhedora.

Aos colegas da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), Eduardo Melo, Manoel Onofre de Souza Neto, Leslie Carvalho, Márcio Rogério de Oliveira e Laila Shukair, que me

ensinaram a compreender a importância fundamental da Justiça para a transformação da vida de crianças e adolescentes brasileiros.

Aos amigos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), pelo ideal de vida e pela luta que comungam em prol da infância no país.

Aos queridos amigos magistrados Brigitte Remor de Souza May, Alexandre Karasawa Takashima, Alexandre Morais da Rosa, Breno Beutler, pelas contribuições e pelo apoio para que possamos ter uma Justiça melhor para nossa infância.

Ao Doutor Nuno Campos, procurador aposentado e ex-curador de menores da Capital, pelo auxílio nas reflexões históricas que embasam o trabalho.

Aos queridos amigos Geralda Magella de Faria, Germana Parente Neiva Belchior Parente, Ana Fátima Athias, Loris Baena e Jordi LLambrich pelo carinho e a solidariedade nos momentos mais difíceis ao longo dessa a jornada.

A Cláudio Fernando Werlang e Carlos Tanzillo, profissionais de corpo e de alma que me fizeram redescobrir a força para acreditar que era possível.

A todos aqueles não expressamente mencionados, mas que de alguma forma contribuíram, meus sinceros agradecimentos e a minha profunda gratidão.



## RESUMO

A abordagem sobre a mudança no paradigma de atuação do Sistema de Justiça brasileiro fundamentada na Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, independentemente da situação em que se encontrem, pouco vem correspondendo, na prática, à mudanças significativas. A partir dessa constatação, considerou-se oportuno analisar o cumprimento da normativa que disciplina os direitos de crianças e adolescentes e seu efetivo respeito pelo sistema judicial brasileiro, com o objetivo de verificar se a estrutura e o modelo de funcionamento das instituições que o compõem, englobando o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, atendem às diretrizes da Doutrina da Proteção Integral, instituída como paradigma jurídico pela Constituição Federal de 1988, promovendo a efetividade dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Para compreender o processo que constitui a especialização da Justiça no atendimento às demandas de crianças e adolescentes, propôs-se a reunir elementos históricos desde a criação do primeiro Tribunal de Menores, no século XIX, avaliando a experiência brasileira de funcionamento das instituições até a implementação do novo marco normativo protetivo brasileiro, identificando as características e as semelhanças ainda presentes no modelo de funcionamento atual. A partir da compreensão da evolução do Sistema Internacional dos Direitos Humanos no contexto internacional, afigurou-se essencial avaliar como se compreendeu e vem se operacionalizando a mudança de práticas que se situam na ruptura da infância como objeto de intervenção, explicitando-se a necessária reformulação do papel da Justiça e de seus atores, orientada por princípios e regras que estabelecem o efetivo respeito a essa etapa da vida, reconhecida em sua particularidade, com a promoção, proteção e defesa de seus direitos. A concepção de um agir integrado e sistêmico para articulação das diversas instituições, serviços e programas de atendimento, numa sinergia voltada à otimização dos esforços e à máxima efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, exige uma atuação, que, diversamente da tradição jurídica, extrapola os limites do processo judicial, reclamando novas condições estruturais e formativas, com conteúdo interdisciplinar. Utilizando-se o método dedutivo baseado em ampla pesquisa bibliográfica e documental, a abordagem teve um caráter teórico-prático, baseada em dados coletados junto às instituições do Sistema de Justiça e na sistematização de pesquisas já existentes. As deficiências estruturais e a concepção que orienta a manutenção de

procedimentos oficiosos, a definição da competência judicial pelo critério do risco e as deficiências procedimentais para garantia efetiva do direito à participação de crianças e adolescentes no sistema judicial, indicam a persistência da concepção fundada sob a égide do menorismo, evidenciando a crítica que reproduz a exclusão e o preconceito. As medidas sugeridas propõem ações que se sustentam na Doutrina da Proteção Integral, com ênfase na integração operacional, na necessidade de estabelecimento de parâmetros de gestão e na garantia da prioridade absoluta no âmbito das instituições.

**Palavras-chave:** Vara de Menores. Vara da Infância e Juventude. Proteção Integral. Sistema de Justiça.

## ABSTRACT

The approach to the paradigm shift in performance of the Brazilian Justice System based on the Doctrine of Integral Protection, recognizing children as subjects of rights, regardless of the situation they are in, has corresponding bit in practice in significant changes. From this evidence, it was considered appropriate to examine the compliance of rules which governs the rights of children and adolescents and their effective respect for the brazilian judicial system, aiming to verify whether the model structure and the functioning of institutions that compose it, encompassing the Justice, the prosecutor and the public lawyers, meet the guidelines of the Doctrine of Integral Protection, established as a legal paradigm by Federal Constitution of 1988, promoting the effectiveness of the fundamental rights of children. Aiming to understand the process which is the specialization of Justice in meeting the demands of children, it was proposed to gather historical elements from the creation of the first juvenile court in the nineteenth century, assessing the brazilian experience of functioning institutions to implement of the new protective brazilian regulatory framework, identifying the characteristics and similarities still present in the current working model. From the understanding of the evolution of the international system of human rights in the international context, it seemed essential to evaluate how it has been understood and operationalized the change in practices that lie at break of childhood as an object of intervention, explaining the necessary reform the role of the court and its actors, guided by principles and rules establishing effective respect to this stage of life, recognized in its particularity with the promotion, protection and defense of their rights. The design of an integrated and systemic action for coordination of various institutions, services and programs, both on a synergy of efforts aimed at the optimization and maximum realization of the rights of children, requires an act, which, unlike the legal tradition, extrapolates the limits of the judicial process, claiming new structural and formative conditions, with interdisciplinary content. Using the deductive method based on bibliographic and documentary research, the approach has a theoretical and practical nature, based on data collected from the institutions of the justice system and the systematization of existing research. Structural weaknesses and design that guides the maintenance of unofficial procedures, the definition of jurisdiction by the criterion of risk and procedural deficiencies to guarantee the right to effective participation of children and adolescents in the justice system, indicate the persistence

of conception founded under the aegis of menorismo, indicating that plays a critical exclusion and prejudice. The suggested measures proposed actions that sustain the Doctrine of Integral Protection, with an emphasis on operational integration, the need to establish management parameters and ensuring absolute priority in institutions.

**Keywords:** Juvenile Court. Doctrine of Integral Protection. Justice System.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação comparativa da população por juiz da Vara da Infância e Juventude por região.....	379
Gráfico 2 - Distribuição do volume processual referente à "providência" e "medidas de proteção à criança e adolescente" entrados por distribuição nas varas com competência na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013. ....	445
Gráfico 3 - Distribuição do volume processual referente à matéria infracional entrado por distribuição nas varas com competência na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013.....	445
Gráfico 4 - Distribuição do volume processual referente à "providência" e "medidas de proteção à criança e adolescente" entrado por distribuição nas varas com competência exclusiva e anexos na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013. ....	446
Gráfico 5 - Distribuição do volume processual referente à matéria infracional entrado por distribuição nas varas com competência exclusiva e anexos na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013. ....	447



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Síntese dos Planos e Políticas Nacionais referentes à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.....	345
Tabela 2 - Síntese dos Planos e Políticas Nacionais referentes à garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas ações relacionadas à especialização estrutural.....	376
Tabela 3 - Distribuição das Varas da Infância e Juventude por região.....	378
Tabela 4 - Distribuição das comarcas com competência na área da Infância e Juventude em Santa Catarina.....	385
Tabela 5 - Distribuição dos órgãos dos Tribunais de Justiça dos Estados para julgamento dos recursos referentes às matérias cível e infracional previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	415





## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Fluxo operacional de implementação e monitoramento das políticas públicas para defesa de direitos individuais, difusos ou coletivos .....	356
Figura 2 - Distribuição nacional dos defensores públicos por atribuição.....	391
Figura 3 - Atualização da Lei de Divisão e Organização Judiciárias por Estado.....	405



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude.

ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência.

AIMIJ - Associação Internacional do Mercosul de Juízes da Infância e da Juventude.

AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros.

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos.

ABRAMINJ - Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude.

CAOPCA - Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Paraná.

CGMP - Corregedoria-Geral do Ministério Público.

CGJ - Corregedoria-Geral de Justiça.

CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância.

CIJ - Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público.

CNPG - Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

COPEPUC - Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União.

COPEIJ - Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União.

COE - Conselho da Europa.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

FONCAIJ - Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal.

FONAJUV - Fórum Nacional da Justiça Juvenil.

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

OEA - Organização dos Estados Americanos.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.  
OMS - Organização Mundial da Saúde.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
PNDH III - Plano Nacional de Direitos Humanos III.  
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.  
RENADE - Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei.  
SAM - Serviço de Assistência ao Menor.  
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos.  
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.  
STF – Supremo Tribunal Federal.  
STJ – Superior Tribunal de Justiça.  
TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais.  
TJSC - Tribunal de Justiça de Santa Catarina.  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo.  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 A ESPECIALIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO: OS TRIBUNAIS PARA MENORES E O JUIZADO DE MENORES NO BRASIL.....</b>	<b>35</b>
1.1 A IMPLANTAÇÃO DOS TRIBUNAIS PARA MENORES COMO INSTRUMENTO DE DEFESA SOCIAL .....	37
1.1.1 Infância e controle .....	37
1.1.2 Os “Salvadores da Criança” e a implantação do primeiro Tribunal de Menores de Illinois .....	46
1.1.3 As recomendações do Congresso de Paris de 1911 sobre o funcionamento dos Tribunais de Menores .....	57
1.2 A TRAJETÓRIA BRASILEIRA: A VARA DE MENORES E A ESPECIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA .....	66
1.2.1 Do juiz de Órfãos à primeira Vara de Menores do Distrito Federal.....	67
1.2.2 A situação irregular e a Justiça menorista .....	107
1.2.3 Rumo à proteção integral: por uma nova Justiça da Infância e Juventude .....	121
<b>CAPÍTULO 2 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....</b>	<b>139</b>
2.1 A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	140
2.2 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA ESPECIALIZADA .....	160
2.3 A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO .....	178
2.3.1 Do juiz.....	183
2.3.1.1 Dos serviços auxiliares.....	193
2.3.2 Do Ministério Público.....	195
2.3.3 Do advogado.....	199
<b>CAPÍTULO 3 TUTELA JURISDICIONAL INFANTO-ADOLESCENTE: PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E ESPECIFICIDADES PROCESSUAIS.....</b>	<b>203</b>
3.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS .....	213
3.1.1 A criança e o adolescente como sujeitos de direitos....	213

3.1.2 O superior interesse da criança.....	227
3.1.3 Prioridade absoluta .....	237
3.2 PRINCÍPIOS PROCEDIMENTAIS .....	251
3.2.1 Oitiva obrigatória, participação e o direito à informação .....	256
3.2.2 Intervenção precoce e mínima.....	268
3.2.3 Proporcionalidade e atualidade .....	271
3.2.4 Privacidade .....	274
3.3 SINGULARIDADES DO PROCESSO INFANTO ADOLESCENTE.....	279
3.3.1 Acesso à Justiça .....	280
3.3.2 Curadoria Especial.....	283
3.3.3 Competência: o juízo imediato e a <i>perpetuatio     jurisdictionis</i> .....	288
3.3.4 Poder geral de cautela.....	292
3.3.5 Recursos .....	295

## **CAPÍTULO 4 A JUSTIÇA NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 299**

4.1 O SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS .....	299
4.2 AS “REDES” COMO ESTRATÉGIA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.....	318
4.3 A INTEGRAÇÃO OPERACIONAL COMO DIRETRIZ ESTRUTURANTE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	332
4.4 A EXPERIÊNCIA DA ABMP NA CONSTRUÇÃO DE FLUXOS OPERACIONAIS SISTÊMICOS PARA PROTEÇÃO INTEGRAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	350

## **CAPÍTULO 5 UM RETRATO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE BRASILEIRA ..... 365**

5.1 ESPECIALIZAÇÃO ESTRUTURAL.....	372
5.1.1 Varas, Promotorias e Defensorias da Infância e Juventude.....	372
5.1.2 Equipes interprofissionais .....	392
5.2. FORMAÇÃO.....	399
5.3 OUTROS INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	403
5.3.1 Normas de Organização Judiciária .....	404
5.3.2 A especialização do segundo grau .....	414

<b>5.3.3 Coordenadorias, Centros de Apoio e Núcleos Especializados .....</b>	<b>422</b>
<b>5.4 VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS .....</b>	<b>432</b>
 <b>CAPÍTULO 6 INFÂNCIA E JUSTIÇA: DO ABANDONO À PERSPECTIVA DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS .....</b>	<b>441</b>
6.1 VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: ENTRE A ESPERANÇA E O COLAPSO.....	443
6.2 A COMPETÊNCIA JURISDICIONAL BASEADA NO CRITÉRIO DO “RISCO” .....	466
6.3 O DIREITO À PARTICIPAÇÃO E À DEFESA TÉCNICA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: O INTERESSE SUPERIOR E O INTERESSE MANIFESTO.....	483
6.4 AS DIRETRIZES INTERNACIONAIS E A PROPOSTA PARA A ADAPTAÇÃO DA JUSTIÇA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E MERCOSUL.....	510
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>519</b>
 <b>APÊNDICE – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS .....</b>	<b>571</b>
 <b>ANEXOS .....</b>	<b>573</b>
ANEXO 1 .....	573
ANEXO 2 .....	627
ANEXO 3 .....	716





## INTRODUÇÃO

Os aspectos relacionados ao funcionamento das instituições que compõem o Sistema de Justiça especializada da infância e juventude, desde a Constituição Federal de 1988 e a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, não têm sido objeto de estudos jurídicos aprofundados no Brasil.

Apesar de o artigo 145 do Estatuto da Criança e do Adolescente determinar que os Estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, poucos avanços têm sido observados na prática.

A mesma realidade pode ser transportada para as promotorias de Justiça, delegacias de polícia e defensorias públicas, cujas estruturas especializadas para atendimento à população infantoadolescente indicam que a garantia da prioridade absoluta ainda está dissociada da organização do Sistema de Justiça da infância e da juventude no país.

Embora desde 1923 sempre tenha sido regra no Direito brasileiro a existência de um juízo especializado no atendimento às crianças e adolescentes, que eram destinados, até a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao atendimento dos “menores” considerados abandonados ou em situação irregular, a mudança no paradigma jurídico, sustentado desde 1988 na Doutrina da Proteção Integral, suscitou a escolha do objeto de estudo, no sentido de analisar se as condições estruturais e de funcionamento das instituições que compõem o Sistema de Justiça brasileiro garantem a efetividade dos direitos de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais.

A escolha do tema e a concretização da presente pesquisa decorreram da experiência profissional vivenciada pela autora como promotora de Justiça com atuação na área da infância e juventude desde 1998, período durante o qual atuou como integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e como membro da Diretoria (2008 a 2010) e Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), no mandato de 2010 a 2012.

A participação na elaboração da pesquisa sobre a atuação do Sistema de Justiça, por ocasião dos dezoito anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentada ao Conselho Nacional de Justiça no mesmo ano, e da implementação do projeto para discussão e construção das diretrizes para a adaptação da Justiça a crianças e

adolescentes no âmbito do Mercosul, durante a gestão na ABMP, suscitaram o interesse e o desafio de analisar, do ponto de vista teórico-prático, os avanços e as dificuldades identificadas na prática judiciária na implementação da Doutrina da Proteção Integral, especialmente no que pertine às suas necessárias implicações quanto à estrutura e o funcionamento das instituições do Sistema de Justiça, de acordo com o modelo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A construção dessa “nova” Justiça da Infância e Juventude, que, distanciando-se da sua concepção autoritária e centralizadora dos períodos históricos anteriores, propõe-se a atuar, com a sociedade, na busca da efetividade dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, tem como pressuposto a superação das práticas jurídicas associadas aos modelos anteriores, identificadas com a visão da “salvação” da criança e do adolescente da delinquência e do desvio claramente associados à pobreza e à periculosidade.

Deste ponto de partida, é possível afirmar que a Justiça brasileira, por meio das varas, promotorias de Justiça e defensorias públicas, tem efetivamente conseguido defender, proteger e promover os direitos de crianças e adolescentes? Até que ponto as limitações estruturais e formativas dos seus agentes estão diretamente relacionadas às dificuldades de superação do fundamento político e jurídico, que considerava crianças e adolescentes como objeto de intervenção de adultos? É possível concretizar a proposta estatutária de uma atuação diferenciada da Justiça, integrada à própria sociedade em um Sistema de Garantia de Direitos, de forma horizontal e dialógica? A prática judiciária efetivamente reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, por meio da garantia do seu direito à participação nos processos que lhes afetem?

Tais questionamentos orientaram o estabelecimento de alguns objetivos capazes de nortear a hipótese proposta, no sentido de identificar os avanços e as limitações observadas na realidade brasileira, cuja impressão geral se funda na elevada demanda afeta à Justiça especializada pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes e de sua reduzida capacidade de mudança da realidade social, em razão das dificuldades estruturais e de pessoal observadas.

Com esse propósito, para proceder ao exame do contexto atual, inicialmente, buscou-se compreender as razões que justificaram a criação de uma jurisdição especializada para crianças e adolescentes no país, cujas origens relacionam-se ao movimento dos “salvadores da criança” para a criação do primeiro Tribunal para Menores em 1899, em Illinois, nos Estados Unidos.

Como se examina no primeiro capítulo, derivando-se da Justiça penal, a especialização do aparato judicial enxergava nas famílias empobrecidas e na infância o gérmen da criminalidade, justificando a adoção de medidas preventivas e terapêuticas para sua contenção e controle. A expansão do modelo americano para a cultura jurídica ocidental foi rápida e determinante para a implantação da primeira vara de menores no país, em 1923, alinhada ao ideal republicano.

Nesse percurso histórico, analisam-se as funções do Sistema de Justiça e seu funcionamento até a Constituição Federal de 1988, que, antecipando-se à Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, de 1989, implementa no país o novo marco jurídico-normativo identificado como “Doutrina da Proteção Integral”, reconhecendo crianças e adolescentes, pela primeira vez, como sujeitos de direitos fundamentais, exigíveis em face da família, da sociedade e do Estado.

Se as transformações operadas pelo novo paradigma promoveram uma verdadeira revolução social, exigindo mudanças profundas relacionadas ao necessário reordenamento das políticas públicas, instituições e práticas profissionais, examinam-se as condicionantes históricas que propuseram a reformulação das funções da Justiça da infância e juventude, que, até então, protagonizava a centralidade do atendimento apenas nas hipóteses reservadas às crianças e adolescentes considerados em situação de abandono ou irregular, ou autores de crime, já que os demais continuavam sob a jurisdição das varas de família.

A compreensão do processo de constituição dos direitos humanos de crianças e adolescentes que instituem uma nova representação social da infância, especialmente no Brasil, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, analisada no segundo capítulo, determinou um novo modelo de atuação do Sistema de Justiça, afigurando-se essencial avaliar os aspectos que distinguem as funções do juiz, do promotor de Justiça e do advogado ou defensor público em relação àquelas previstas no Código de Menores revogado, fundado na Doutrina da Situação Irregular.

Considerando o fundamento que deu origem à especialização da jurisdição para atendimento de crianças e adolescentes, busca-se compreender o critério adotado pelo legislador pátrio para fixação da competência da vara especializada em relação àquele estabelecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança, como referencial associado à concepção tutelar superada.

No âmbito da aplicação desse novo ramo do Direito e suas implicações quanto à transposição do marco normativo, não se poderia

prescindir da análise dos princípios e regras procedimentais próprios, no intuito de instrumentalizar a realização da prestação jurisdicional para garantia da efetividade de seus direitos.

Com esse intuito, propõe-se, no terceiro capítulo, uma revisão e sistematização dos princípios fundamentais e procedimentais estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionando-os às necessárias implicações para garantia da proteção integral de crianças e adolescentes quando envolvidos em processos judiciais. Além disso, são identificadas as singularidades do processo infantoadolescente que o distinguem das regras processuais em geral, atendendo as características da relação jurídica material, visando promover a efetividade da tutela jurisdicional.

Em outra dimensão da análise, no quarto capítulo, o funcionamento do Sistema de Justiça da infância e juventude no país é discutido sob a perspectiva inovadora proposta pela Lei n. 8.069, com sua integração ao Sistema de Garantia de Direitos, assim denominado pela Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), compostos por outros serviços e programas de atendimento, de acordo com as linhas de ação e diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, impõe que se possa assimilar como as instituições da Justiça concebem o seu papel na execução da política de atendimento, que deve realizar-se por meio de ações articuladas entre as várias instituições, governamentais e não governamentais, por meio da integração operacional voltada à coordenação de esforços e espaços para a proteção integral e à máxima efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, em uma relação dialógica e de complementariedade, exigindo uma atuação que ultrapassa as fronteiras jurídicas tradicionais limitadas ao processo em si.

A par da manifesta desarticulação interna e institucional dentro da própria Justiça, vale lembrar ainda as preocupações no sentido da preparação dos operadores para o enfrentamento de determinadas situações. A existência de uma equipe auxiliar interprofissional nas varas especializadas não exclui a necessidade de preparo interdisciplinar dos juízes, promotores e defensores públicos, ainda com formação estritamente jurídica, possibilitando a outorga de uma prestação jurisdicional mais adequada, respeitados os princípios garantidores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mais do que uma concepção etérea, a integração da Justiça nas redes de atendimento, como estratégia para articulação intersetorial e

integração operacional na proteção de direitos, vem sendo disseminada e fortalecida nacionalmente por meio da construção de fluxos operacionais sistêmicos desenvolvidos pela ABMP, apresentados neste mesmo capítulo, como instrumentos de reflexão e revisão das ações desenvolvidas.

A implementação de estruturas especializadas e a formação dos profissionais para construir esse novo fazer da Justiça, interdisciplinar, sistêmico e com ênfase na atuação voltada ao funcionamento de políticas públicas para garantia dos direitos sociais, difusos e coletivos, são identificadas como requisitos mínimos para viabilizar as mudanças necessárias para o cumprimento da lei, distanciando-se daquela Justiça de Menores que estigmatizava e punia as crianças e suas famílias pelas deficiências estruturais do Estado.

A partir desse arcabouço teórico, com base em diversas pesquisas realizadas no país que se dispuseram a efetivar balanços sobre os avanços e desafios propostos e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil a partir da nova ordem constitucional, objetivou-se no quinto capítulo: analisar e sistematizar um retrato da Justiça especializada, cotejando-se os dados referentes à especialização estrutural (varas, promotorias de Justiça e defensorias da infância e juventude e a existência de equipes técnicas multidisciplinares) e à formação dos operadores.

De forma pioneira desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pesquisa da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), realizada em 2008, e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conjunto com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), datada de 2012, revelaram que a mudança do paradigma legal, alterando substancialmente a estrutura e o funcionamento da Justiça especializada, produziu pouca ou quase nenhuma repercussão em relação à sua estrutura de funcionamento, restringindo-se às mudanças, essencialmente, na transformação das antigas varas e curadorias de menores, para as novas varas e promotorias da infância e juventude.

Também as pesquisas relacionadas à estruturação da Defensoria Pública Especializada no país, promovidas em 2010, pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) e o IPEA, e em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, intitulada “Olhares sobre os 20 anos do Estatuto” (2010), pretendem corroborar a perspectiva referente à situação estrutural do Sistema de Justiça, do ponto de vista de outros atores.

Ainda que os avanços em termos estruturais possam não corresponder, necessariamente, à melhoria das condições de vida por meio da garantia de direitos de crianças e adolescentes, sem dúvida contribuem e estão diretamente relacionados à qualidade da atuação do Sistema de Justiça que, dos desdobramentos e arranjos institucionais exigidos pela especialização, impactam diretamente na sua efetividade e de todo Sistema de Garantia dos Direitos.

Com a finalidade de complementar os dados referentes à organização da Justiça, buscou-se ainda avaliar as leis e Códigos de Organização Judiciária nos Estados brasileiros, mediante o levantamento das informações por meio da internet, a fim de verificar as adequações na estrutura judiciária realizadas posteriormente ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, identificando os aspectos relacionados aos diversos modelos e estruturas em funcionamento no país.

Também foi considerada, na análise, a competência para julgamento dos recursos em face das decisões de primeira instância pelos Tribunais de Justiça estaduais, objetivando-se refletir sobre a necessidade de especialização dos órgãos frente à complexidade e especificidade da matéria, apresentando-se os dados referentes à implantação das Coordenadorias da Infância e Juventude no âmbito dos Tribunais, dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude, dos Ministérios Públicos e dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública, como órgãos internos de planejamento, apoio, monitoramento e aperfeiçoamento da atuação das instituições e dos profissionais que atuam na área especializada.

A sistematização dos dados estruturais também é relacionada às recomendações e atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, órgãos de controle externo das respectivas instituições, além da própria jurisprudência dos Tribunais de Justiça de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, cujas decisões são transcritas a título ilustrativo, a fim de problematizar a interpretação jurídica acerca dos comandos constitucionais e estatutários que estabelecem critérios e parâmetros de funcionamento do Sistema de Justiça especializado.

Embora não previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a especialização de varas criminais com competência para o julgamento cujas vítimas sejam crianças ou adolescentes, especialmente de natureza sexual, também foi objeto de estudo, na perspectiva de indicar a situação atual no país, especialmente a partir da pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), buscando destacar a

implantação do projeto denominado “Depoimento sem Dano”, como experiência que se disseminou no país com o intuito de garantir a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes no depoimento prestado perante a autoridade judicial.

Estabelecendo-se três eixos de análise extraídos a partir dos princípios sob os quais se fundamenta a Doutrina da Proteção Integral, partindo-se da elevada demanda observada nas varas da infância e juventude de Santa Catarina, o sexto capítulo aponta as limitações e os desafios ao reordenamento institucional e à atuação do Sistema de Justiça especializado.

Com o intuito de investigar os tipos de ações, por classe, que tramitam junto às varas da infância e juventude do Estado, solicitou-se à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a disponibilização dos dados estatísticos referentes à movimentação processual na infância e juventude, referentes ao número de processos por classe, na área, nos últimos cinco anos (2009 a 2013).

Sob a perspectiva do “perfil forense”, indicado como critério de análise na pesquisa realizada pelo CNJ-IPEA (2012), avalia-se o volume e os tipos de ações que tramitam nas unidades com atribuição na área da infância e juventude do Estado, relacionando-os à competência estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à Justiça da infância e juventude, que a desincumbiu das atividades de natureza administrativa, transferidas ao Conselho Tutelar.

Por outro lado, com base em decisões recentes dos Tribunais de Justiça, busca-se demonstrar que o critério de fixação de competência, associado às “situações de risco” previstas no artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente, como vem sendo reiteradamente estabelecido pela jurisprudência, especialmente nos conflitos de jurisdição suscitados pelas varas de família em face da competência concorrente da Justiça da infância e juventude prevista no parágrafo único do artigo 148, contribuem para evidenciar as dificuldades do Sistema de Justiça na transposição do paradigma menorista para o da proteção integral.

Essas dificuldades também são associadas à efetivação do direito de crianças e adolescentes serem ouvidos e de manifestar suas opiniões nos processos que lhes digam respeito, como corolário lógico de seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito, com as respectivas implicações procedimentais, examinadas sob a perspectiva do enfrentamento de questões não abrangidas na legislação pátria e da prática judicial forense indicada na pesquisa de jurisprudência.

Parte-se da premissa de que a exclusão da participação de crianças e adolescentes na tomada de decisões sobre sua própria vida

sustenta-se na representação social da infância como incapaz ou necessitada de ajuda para definir quais são seus interesses ou sobre como e quando quer exercer seus direitos, justificando a necessidade da adoção de medidas para que lhe seja assegurada a centralidade nos processos.

Como contraponto, a avaliação da proposta em curso na Associação Internacional do Mercosul de Juízes da Infância e da Juventude, a partir do projeto de diretrizes do Comitê de Ministros do Conselho de Europa sobre Justiça adaptada a meninos, meninas e adolescentes, visa a contribuir para indicar a necessária reflexão sobre alguns caminhos a serem ainda trilhados.

Embora muitas das indicações previstas no documento já estejam expressamente consagradas na normativa internacional e nos diversos documentos específicos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a elaboração das diretrizes tem como objetivo primordial contribuir para a identificação de medidas práticas dirigidas aos Estados Membros no processo de adaptar seus sistemas judiciais aos direitos, interesses e necessidades específicas da população infantoadolescente, propondo as ações para remediar as carências e lacunas eventualmente existentes, por meio de reformas legislativas e políticas, mas, especialmente, visando a orientar a prática dos atores do Sistema de Justiça e dos demais serviços e programas que tenham como responsabilidade a efetivação do direito não garantido ou violado, objetivando, sobretudo, evitar a sua revitimização.

A pesquisa foi orientada pelo método dedutivo, adotando-se como marco teórico de análise a Doutrina da Proteção Integral, cujo modelo de atendimento pressupõe a atuação articulada e integrada entre as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, para a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em um Sistema de Garantia dos Direitos. A abordagem, teve, assim, um caráter teórico-prático.

Para compreensão do tema em análise, serão adotadas as referências do Direito da Criança e do Adolescente, destacando-se a produção teórica de Josiane Rose Petry Veronese (1999), Tânia da Silva Pereira (2004), Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (2004), dentre outros de igual importância.

O referencial teórico embasou-se ainda em ampla pesquisa bibliográfica e documental, em fontes nacionais e internacionais, incluindo fontes históricas secundárias, como a legislação brasileira e a doutrina produzida no país desde o século XIX. Também foram incluídos, na análise, os planos e políticas nacionais referentes à garantia



de direitos da população infantoadolescente, que incluem como ações estratégicas diversos compromissos relacionados ao Sistema de Justiça.

Com esse mesmo propósito foram incorporados os documentos da Organização das Nações Unidas e seu Comitê sobre os Direitos da Criança, especialmente as Observações Gerais, editadas para auxiliar a adequada interpretação e aplicação dos direitos da criança de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, abordando os aspectos em que constata a falta de atenção, interpretações errôneas ou insuficientes, ou a necessidade de abordar novos aspectos de crescente preocupação, com base na experiência adquirida durante a revisão dos relatórios dos Estados-Partes.

O levantamento dos dados referentes à legislação e organização judiciária nos Estados e o regimento interno dos Tribunais de Justiça foram realizados mediante pesquisa junto aos sítios eletrônicos respectivos, identificando-se a inexistência de uniformidade quanto aos critérios estabelecidos nas leis de organização judiciária acerca das competências do juiz da infância e juventude.

Ainda que não se tenha particularizado todos os atos normativos internos referentes à estrutura e funcionamento da jurisdição na área, em face da extensa produção e a não disponibilização de ferramentas de busca de acesso público nos sítios eletrônicos, as informações mapeadas configuram um retrato aproximado da realidade nacional no que pertine aos indicadores de análise.

Propõe-se, desse modo, a reflexão profunda e inovadora sobre o modelo de atuação do Sistema de Justiça especializado para atendimento à população infantoadolescente duas décadas após a implementação do novo paradigma normativo, evidenciando a crítica e a necessidade de substituição das práticas já superadas, que reproduzem a exclusão e o preconceito, pelo modelo sistêmico proposto pela Doutrina da Proteção Integral.

À vista desses elementos, as conclusões apresentadas na tese pretendem destacar os aspectos mais significativos do estudo realizado, propondo-se a evidenciar que, apesar dos avanços, ainda persistem inúmeros desafios na implementação da Doutrina da Proteção Integral de crianças e adolescentes no âmbito das instituições que compõem o Sistema de Justiça brasileiro, na expectativa de que, de alguma forma, se possa contribuir para a reflexão sobre o tema, a fim de que a Justiça da Infância e Juventude possa efetivamente superar os limites impostos à plena efetivação dos seus direitos.



## **CAPÍTULO 1**

### **A ESPECIALIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO: OS TRIBUNAIS PARA MENORES E O JUIZADO DE MENORES NO BRASIL**

A realidade social vivida por crianças e adolescentes tem sido objeto de investigação recente na história. As mudanças sociais, econômicas e políticas operadas nos países ocidentais a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, impactaram nas condições de desenvolvimento das sociedades e, por conseguinte, na vida das crianças, seja nas relações estabelecidas no âmbito da família, na utilização de sua mão de obra para o trabalho e, especialmente, frente à situação de abandono e orfandade, em decorrência da urbanização, das epidemias e das grandes guerras mundiais.

Embora se tenham dados escassos sobre a realidade das crianças, já que pouca importância mereciam nos registros da história da humanidade, os estudos realizados vêm evidenciando a infância como uma invenção da modernidade, concebida através de uma evolução cultural e histórica (ARIEËS, 1981), demandando, por parte do Estado, uma proteção diferenciada com objetivos variáveis, de acordo com as necessidades da época.

Da antiguidade até a idade média, a criança só existia como extensão do pai, ou seja, como um bem de família, e este era seu único papel nas relações jurídicas da sociedade. Até o século XII ou XIII, inexistia na Europa o conceito de infância como estabelecido atualmente, surgido especialmente a partir do Iluminismo; portanto, ser criança não era entendido como sinônimo de fragilidade.

A par disso, a violação das normas de convívio social e a prática de atos considerados criminosos, assim disciplinados pelas leis, podem ser resgatadas na história do Direito, na qual se identificam várias disposições a respeito dos chamados “menores”, seja como membros de uma família ou como sujeitos de aplicação de penas e castigos.

Nesse contexto, especialmente a partir do século XVIII, com o aumento da densidade demográfica nas áreas urbanas e da criminalidade, aliados às altas taxas de mortalidade infantil, é que se situam as primeiras iniciativas de instituição de instâncias caritativas, filantrópicas e judiciais para proteção à infância abandonada e delinquente, com a criação de estabelecimentos pela Igreja, com o apoio do Estado, e dos tribunais para menores. (MARCÍLIO, 2006).

O discurso médico e criminológico, que identificava na hereditariedade e na influência do meio social a origem do desvio, fundamentou uma verdadeira cruzada médico-social e jurídica para o

estabelecimento de roteiros de civilidade que deveriam orientar as ações educativas e sociais sobre as crianças e suas famílias, em um sistema que se autocomplementava e justificava.

O caminho para o modelo que institucionalizou o discurso jurídico para a ação coercitiva do Estado sobre crianças e suas famílias tem suas origens nos esforços empreendidos pelos “Salvadores da Criança”, movimento norte-americano, que, a partir do final do século XIX, mostrou ao mundo a experiência considerada revolucionária dos tribunais para menores, por meio de instituições especiais, judiciais e correicionais para o encarceramento, tratamento e vigilância de jovens infratores, que rapidamente se expandiram por todo Ocidente. (PLATT, 1997).

Na luta contra o crime e pela defesa social, a criação de nova categoria jurídica abandonado-delinquente possibilitou a ação eficiente do Estado para erigir um amplo sistema de proteção e socorro à infância, que teria como prioridade o uso de medidas educativas e de assistência moral e material.

Desse ponto de partida é que se afigura necessário o esforço de historicização, ainda que breve, para situar os elementos que construíram o destino que nos entrelaça atualmente, com a intenção de ampliar a compreensão a respeito do contexto sociojurídico na qual se iniciou (e se justificou) a estruturação da “Justiça de Menores”, especialmente no país, a partir de premissas que persistem até os dias atuais, identificando possíveis relações entre a sua atuação e as mudanças operadas no marco da Doutrina da Proteção Integral, implementada no país pela Constituição Federal de 1988. A infância, sob esse enfoque, torna-se uma categoria apresentada como “resultado de complexa construção social que responde tanto aos condicionantes de caráter estrutural quanto às sucessivas revoluções no plano dos sentimentos” (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 14).

Por isso, é indispensável compreender alguns aspectos dessa trajetória na perspectiva histórico-descritiva, elegendo-se a revisão das fontes bibliográficas essenciais como principal instrumento de análise, não exaustiva, com o intuito de identificar os elementos necessários para avaliar as estruturas e modelos de funcionamento das instituições jurídicas para o enfrentamento do desafio que o tema ainda hoje constitui.

## 1.1 A IMPLANTAÇÃO DOS TRIBUNAIS PARA MENORES COMO INSTRUMENTO DE DEFESA SOCIAL

### 1.1.1 Infância e controle

A infância, tal como compreendida atualmente, é resultado de um processo de descoberta no contexto da modernidade. As pesquisas históricas de Phillippe Ariès (1981) indicam que, até o século XVI, a sociedade mal via a criança; após sobreviver ao tempo da paparicação e da dependência física, era logo misturada aos adultos e partilhava dos mesmos espaços e vivências.

Isso não significa que a percepção diferenciada sobre a criança não tenha sido objeto de disciplinamento em momentos precedentes da história, com uma preocupação quase exclusivamente voltada à perpetuação da linhagem e das tradições, ao abandono e à adoção. Na Grécia e no Direito Romano, o interesse jurídico restringia-se ao âmbito privado das famílias e na autoridade do pai em relação aos filhos, por meio do pátrio poder<sup>1</sup>, que se caracterizava pela sua larga extensão, tanto de ordem pessoal como patrimonial.

O infanticídio, o abandono dos filhos e a sua transferência para famílias em melhor situação, era amplamente aceito e praticado por diversas motivações, assim como a adoção por casais sem filhos, que passaram a ser regulamentadas durante esse período, no qual foi estabelecido um vasto e variado conjunto de leis. De acordo com Maria Luiza Marcílio (2006, p. 24),

Importante assinalar que, na Antiguidade grega e romana, o infanticídio era praticado. A legislação da Roma Imperial tentou condenar essa prática, e Constantino, desde 315 – reconhecendo a importância do fator econômico na prática do abandono por pais extremamente pobres – procurou fazer funcionar um sistema de assistência aos pais, para evitar que vendessem ou expussem seus filhos. Depois de 318, o infanticídio passou a ser punido com a morte.

---

<sup>1</sup> A expressão “pátrio poder”, designava o poder autoritário da figura masculina sobre a família e, no Brasil, foi substituída pelo artigo 1.634 do Código Civil em vigor, pelo atual “poder familiar”, de titularidade conjunta de ambos os pais.

No âmbito da responsabilidade penal, também se registra na história algum tratamento diferenciado de acordo com critérios etários ou fases de desenvolvimento. O tratamento dispensado pelos Códigos Penais evidenciava o seu conteúdo eminentemente retribucionista de acordo com a idade e o grau de discernimento do agente, embora o cumprimento da pena fosse realizado indiscriminadamente no mesmo espaço físico.

No início da Idade Média, a influência do Direito Romano foi acompanhada pela predominância do Direito Canônico. O infanticídio e o aborto foram proibidos pela Igreja, que estabeleceu a regulamentação e o controle sobre o casamento, gerando, em consequência, o aumento da ilegitimidade e a tolerância em relação ao abandono. Apenas os filhos considerados legítimos gozavam de proteção jurídica. O seu sustento e educação era função exclusiva da família e a aplicação de punições era resolvida no ambiente privado pelo chefe de família, no caso, o pai.

O grande número de crianças abandonadas em face da pobreza dos pais e por questões morais, embora amplamente aceita, continuava a ser objeto de preocupação e a Igreja assume o monopólio da misericórdia pública, com a implementação de hospitais de assistência aos pobres e outras instituições de caridade.

A partir do século XI, enquanto as instituições eclesiásticas mostravam-se insuficientes para atender ao grande contingente demográfico submetido às condições de pobreza extrema, a caridade com os pobres assume o *status* de dever, tanto da vida religiosa pessoal como da moral coletiva, prenunciando a intervenção das autoridades sobre o estabelecimento e a gestão das obras de assistência. A chegada das famílias nas cidades marca o início da história da intervenção do Estado no ambiente privado, como resultado do processo de urbanização que organizou uma nova base de solidariedade fundada na caridade pública.

Com o renascimento das cidades, as guildas, corporações de ofícios e confrarias participam ativamente da criação de hospitais e de outras instituições de assistência médica e social. A partir do século XIII, o hospital medieval começa a sair das mãos dos religiosos e passa à jurisdição secular. Os municípios assumem a responsabilidade pelos doentes, pobres e desvalidos. É claro que não houve uma total substituição do clero nesse setor. As duas formas

de assistência conviveram por muito tempo ainda. (MARCÍLIO, 2006, p. 38-39).

Nesse contexto, o sistema das Rodas de Expostos para receber os bebês abandonados e como forma de preservação dos costumes e da família, por meio de um dispositivo que resguardava a identificação do expositor, tornou-se referência na Europa nos séculos seguintes, bem como em outros continentes colonizados pelo Ocidente católico, marcando o início de um amplo processo de mudanças.

Com a ascensão política e econômica das capitais e a crescente urbanização do seu espaço, o cuidado com os pobres foi deixando de depender exclusivamente da Igreja, passando a contar também com a participação do governo, que trata o infortúnio como um problema de ordem na cidade e não mais como um fato natural. Neste sentido, Margareth de Almeida Gonçalves (1991, p. 13) considera que "a criação de rodas, de asilos de crianças abandonadas, envolve um processo mais geral de organização do mundo da pobreza".

O rápido e notável aumento da população europeia, a partir de meados do século XVIII, associado ao incremento do número de filhos ilegítimos, provocou o acréscimo da quantidade de crianças expostas, gerando sérios problemas para a administração dos hospitais e das rodas. A miséria e as dificuldades financeiras levavam também as famílias de classes mais elevadas, como burgueses e artesãos, a abandonarem seus filhos em hospitais de expostos, com a intenção de buscá-los posteriormente. (MARCÍLIO, 2006).

As altas taxas de mortalidade nas instituições criadas para acolher os expostos evidenciaram a preocupação que permeou o século XVIII para solucionar a questão social, sob a influência da filantropia e do higienismo, que os via como cidadãos úteis ao Estado, pois poderiam servir no exército ou povoar as colônias recém-conquistadas.

Em fins do século XVIII, difundia-se um vivo interesse pelos direitos e pela situação do ser humano. Formulava-se a concepção da necessidade de uma maior intervenção do Estado em questões de saúde pública e de assistência social aos pobres e aos necessitados. A classe médica lutava por uma nova ética, que se caracterizava por duas facetas dominantes: a busca obstinada da ordem, da eficiência e da disciplina social; e a preocupação com a condição humana. É nesse contexto que se inscreve (sic) o

movimento do bem-estar da criança.  
(MARCÍLIO, 2006, p. 74-75).

É nesse cenário que, de acordo com Philippe Ariès (1981, p. 232), se origina a moderna concepção de infância, como um período de preparação para o futuro, fundamentada na privatização do espaço doméstico e na escolarização, que deixa de ser exclusividade daqueles que deviam ingressar na vida religiosa, tornando-se o meio normal para a iniciação social e aprendizagem. A repulsa social e a criminalização do infanticídio também marcam essa preocupação, dirigida a essa nova categoria social.

Esse processo de individualização da vida e de ressignificação do sentimento de família foi orientado por novos roteiros de civilidade ditados pelo Movimento Renascentista e será acompanhado por práticas de controle minuciosas, com vistas ao estabelecimento de um padrão supostamente universal de comportamento, no qual a infância será o ponto de partida. Assim, o afastamento da criança do universo dos adultos emerge como valor moral e será necessário protegê-las dos efeitos das transformações sociais, justificando o surgimento dos primeiros asilos para a infância a partir do século XVII.

A consciência da peculiaridade infantil, foi, portanto, resultado de um movimento liderado por moralistas e educadores que ocupavam funções eclesiásticas ou governamentais, aliados ao desenvolvimento da medicina e pedagogia, que justificavam a necessidade de cuidar da infância para promover as condições de adaptação às novas formas de organização da vida social. Desse modo, a educação tornava-se um valor primordial, pois tinha a tarefa de “preparar” a criança para a vida. “Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderá até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de *escolarização*”. (ARIÈS, 1981, p. 11).

A escola, organizada a partir de três princípios fundamentais (vigilância permanente, obrigação de denunciar e imposição de castigos corporais), cumprirá com a família a dupla tarefa de prolongar o período da infância, arrancando-a do mundo dos adultos. É o nascimento de uma nova categoria. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 12-13).



Ao abordar o tema, George Snyders (1977, p. 280) afirmará que o século XVII convive ambigualmente com uma visão idealizada da infância, baseada na presumida inocência; e, ao mesmo tempo, com certa decepção e até desagrado em relação à criança de carne e osso, com processos ancorados no binômio desconfiança/vigilância.

Elegendo-se a família nuclear como modelo referencial da paz civil, sua aliança estratégica com o Estado organizou uma rede de coerção e banimento social dos menores abandonados, celibatários, rebeldes e dos que estavam fora do regime familiar referencial.

Dentre as conclusões da investigação de Ariès, pode-se destacar [...] a consolidação da descoberta da infância nos séculos XVI e XVII ocorreu conjuntamente com o desenvolvimento dos sentimentos sobre crianças corrompidas, um conceito absolutamente impensável nos séculos anteriores. Criada a infância e abrindo-se plenamente a possibilidade de sua corrupção (a criança corrupta como sujeito ativo ou passivo) lançam-se as bases que permitem tratar a infância “abandonada-delinquente” como uma categoria específica. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 13-14, grifo dos autores).

Nesse contexto, o abandono emerge agora como um ato de depravação dos costumes, exigindo a ação moralizante das famílias empobrecidas, tendo como fim explícito o controle social. Os pais que não cumpriam seus deveres estavam sujeitos à pena de prisão, “a tal ponto que uma das primeiras associações filantrópicas tinha como objetivo reunir fundos a fim de libertar os pais detidos por esse delito”. (DONZELOT, 2001, p. 17).

Destarte, as políticas esboçadas a partir do século XVIII, com o intuito de salvar as crianças, preservar a paz das famílias e os interesses do Estado, passam a se constituir em formas de intervenção junto à população, por meio da ação das instituições destinadas à proteção de crianças, tanto recém-nascidas deixadas em rodas, asilos e creches, como os “menores abandonados”, encaminhados às casas de reformas e escolas de aprendizes. Ainda que esses interesses, como assinala Jacques Donzelot (2001, p. 27), sejam diferenciados, a institucionalização lhes confere unidade, pois,

Não se trata mais de arrancar as crianças às coerções inábeis, mas sim de entravar liberdades assumidas (abandono de crianças em hospícios para menores, abandono disfarçado em nutrízes), de controlar as uniões livres (desenvolvimento do concubinato com a urbanização na primeira metade do século XIX), de impedir linhas de fuga (vagabundagem dos indivíduos, particularmente das crianças). Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim de estabelecer vigilâncias diretas.

As antigas práticas dos hospitais e asilos, que confundiam repressão e assistência, vão sendo aos poucos substituídas em decorrência do progresso das ideias que colocam a pobreza como interesse coletivo e do Estado e o trabalho como instrumento de auxílio e, simultaneamente, de luta contra a decadência da moral social.

A ação filantrópica fundada precipuamente na estratégia pedagógica e educativa, além da mera assistência, emerge em consonância com as necessidades do trabalho industrial, consolidando a noção de educar pelo e para trabalho, tendo como objetivos a supressão da pobreza e a melhoria da situação dos operários e de seus filhos. Por outro lado, visava a garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população, dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política e participativa. Desta forma, por meio da difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população, o Estado passa a intervir, através da norma, na esfera do Direito Privado, amparado na ação médico-higienista em relação à criação de crianças e na preparação para o trabalho.

Se quisermos compreender o alcance estratégico desse movimento de normalização da relação adulto-criança é preciso entender que o que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política, que elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação do abandono em que poderiam se encontrar as crianças das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sociopolítica dessas camadas rompendo os vínculos iniciáticos adultos-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do

afrouxamento de antigas coerções comunitárias. (DONZELOT, 2001, p. 76).

Amparados nesse discurso, os reformadores sociais identificam as famílias empobrecidas como patológicas e disfuncionais, responsabilizando-as pelos males da sociedade, pela produção e reprodução dos problemas relacionados à infância.

Assim, prescreveu-se a necessidade de separar as crianças e jovens das classes sociais populares das suas famílias, exigindo-se uma intervenção socioeducativa e sanitária no círculo de “privação/depravação” que a família deficiente constituía. Só com a segregação e/ou com uma assistência educativa adequada, estes indivíduos poderiam ser restituídos à sociedade, de uma forma útil, social e economicamente válida. (TOMÉ, 2012, p. 22, grifos da autora).

Desse modo, a preservação da integridade das crianças é condicionada aos propósitos de defesa da sociedade contra os “futuros” delinquentes e não pelo reconhecimento de suas especificidades, já que não havia distinção entre os conceitos da delinquência e pobreza, abuso e maus-tratos. Por outro lado, com a revalorização do poder jurídico das famílias como medida voltada à redução do abandono, a intervenção do Estado na esfera privada era restrita às situações que interferissem diretamente na ordem pública, nas hipóteses de desvios, já que não se considerava a criança como titular de direitos.

Nos demais casos de maus-tratos ou violações, somente em 1875 é que, em Nova York, a partir do caso da criança Mary Ellen, de nove anos de idade, o Estado intervém por meio de um processo judicial, retirando-a da guarda de seus pais por iniciativa da Sociedade para a Proteção dos Animais, com grande repercussão na imprensa e na opinião pública. Constituindo-se como o embrião do Direito do Menor, inicia-se um novo processo de mobilização em torno da proteção da criança pela esfera pública, com o surgimento da primeira liga de proteção à infância, a *Save the Children of World*, que se tornou um organismo internacional.

Concomitantemente, os abusos referentes à exploração da mão de obra operária de mulheres e crianças e as condições de higiene pública e privada que ameaçavam a saúde da população resultaram nos movimentos que deram origem às normas protetoras da infância, à saúde

e à educação. Apesar de muita resistência por parte dos liberais, surgiram as primeiras tentativas de regulamentação do trabalho infantil<sup>2</sup> e a edição de outras normas protetoras da infância.

O Estado volta-se, assim, às causas que ameaçam a infância (infância em perigo) e que a tornam ameaçadora (infância perigosa). Multiplicaram-se os patronatos para crianças e adolescentes encorajando a iniciativa privada a assumir o encargo de menores abandonados e delinquentes em estabelecimentos destinados a moralizá-los e a ensiná-los hábitos sadios de trabalho. As medidas confrontavam-se com o poder paterno e a soberania da família, que, no final do século XIX passam a ser progressivamente transferidos para a Justiça e o Estado.

Por outro lado, a família reclama o apoio do Estado a fim de reforçar a autoridade sobre os membros que a ela resistem, inclusive com a prisão. Com isso, a redução da autonomia familiar, fundada nas práticas de normalização sanitárias e educativas voltadas à redução do pauperismo, permitirá o estabelecimento de um processo de tutelarização social que se alia aos métodos de vigilância econômica e moral, reunindo as atividades de assistência e repressão por meio de conexões que se estabelecem com a Justiça, a medicina e a psiquiatria.

---

<sup>2</sup> De acordo com Maria Rosa Ferreira Clemente de Morais Tomé, a regulação do trabalho infantil decorreu durante entre o princípio do século XIX e meados do século XX. Em Inglaterra, o *Factory Act* de 1819 fixou, pela primeira vez, a idade mínima de nove anos e a jornada de trabalho de doze horas para os operários do algodão. Em 1831 foi proibido o trabalho noturno aos menores de dezoito 18 anos e, em 1833, foi reduzida a jornada a 48 horas semanais. Em 1839 foi regulamentada na Prússia, em 1841 na França e, apenas em 1890, em Portugal. O Código Civil Português de 1867 já impunha o máximo de nove horas de trabalho aos aprendizes com menos de 14 anos e doze horas aos menores de 18. A nível internacional, a Organização Internacional de Trabalho (OIT) criada em 1919, definiu como princípios internacionais da organização do trabalho, entre outros, a supressão do trabalho das crianças e a limitação do dos jovens, a fim de lhes permitir continuar a sua educação. Em 1931, apenas 18 Estados-Membros dos 53 que integravam a OIT, ratificaram os 14 anos como idade mínima para ser admitido num estabelecimento industrial. As discordâncias dos diferentes países deveram-se ao fato de em muitos deles a obrigação escolar ser até os doze anos. Temiam assim o perigo de deixar que as suas crianças andassem 12 anos entregues à ociosidade (In: **Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820 – 1978) e a Tutoria de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 18, 2012. Tese de Doutoramento em Letras - História Contemporânea).

Esses novos dispositivos agem sobre a família a partir de um jogo duplo que implica, em última instância, sua conversão jurídica. Numa vertente, eles a penetram diretamente, opondo, através da norma, os membros da família à autoridade patriarcal; organizando, em nome da proteção sanitária e educativa desses membros, a destituição do poder paterno, a tutelarização econômico-moral da família. Noutra vertente eles provocam a reorganização da vida familiar em torno da preocupação de majorar sua autonomia, fazendo intervir as normas como vantagens propícias a uma melhor realização dessa autonomia, apoiando-se para fazer aceitá-las, numa liberalização das relações intrafamiliares (DONZELOT, 2001, p. 86).

O aumento da criminalidade juvenil, nesse contexto, elevou a criança a objeto de crescente interesse social, político, econômico e científico, identificando-se essa fase como essencial à formação do cidadão moderno. Por isso, verifica-se, no final do século XIX, a intensificação da criação de novas instituições, estudos e metodologias de controle social dessa população, em torno dos aparelhos jurídicos-médicos-sociais, assistencial e educativo já existentes, demandando o Estado a assumir novas responsabilidades.

Os resultados dessa transformação das relações de poder entre a família e os aparelhos sociais resultarão na estruturação de um complexo tutelar da infância, utilizando a ação educativa e preventiva como forma de prevenção da delinquência, com a sua prevalência sobre a sanção, justificando, assim, o aprimoramento dos mecanismos jurídicos e instâncias judiciais exclusivamente dirigidos à “salvação” da criança abandonada ou delinquente, como se verá a seguir.

### 1.1.2 Os “Salvadores da Criança”<sup>3</sup> e a implantação do primeiro Tribunal para Menores de Illinois

A par da evolução histórica que estabeleceu o controle social dos “abandonados”, equiparando-os aos “delinquentes”, anteriormente ao século XVII já eram registradas disposições jurídicas relacionadas ao controle penal dos menores, como antes mencionado, período identificado como a “pré-história do Direito Penal de Menores”. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 15).

Na Espanha, Héctor Solis Quiroga (1986, p. 8) registra que, em Valência, em 1407 foi estabelecido o Juizado de Órfãos, para apuração e punição dos delitos praticados por órfãos. A idade da responsabilidade penal variou ao longo dos séculos posteriores, adotando-se o critério do discernimento.

Na Inglaterra, no século XVI, se estabeleceu a irresponsabilidade penal absoluta de crianças até sete anos de idade, identificando-se no Tribunal de Equidade (*Chancery Court*) uma das origens dos tribunais para menores:

Este foi estabelecido no mesmo século por Henrique VIII como parte do *Common Law*, já que o Estado ou o seu povo, devem considerar-se como o último dos familiares da criança que necessita de proteção, uma vez que o Rei é o *parens patriae*, que deve cuidar do equilíbrio de todos os interesses e, portanto, tutelar os menores. Em relação às crianças delinquentes se estabelece a irresponsabilidade por falta de *mens rea*. No caso de o menor não ter nenhum tipo de bens o senhor feudal deverá tomar a si os cuidados e a obrigação para com o órfão<sup>4</sup>. (QUIROGA, 1986, p. 44, tradução livre).

---

<sup>3</sup> Os “Salvadores da Criança” foram assim identificados por Anthony M. Platt, em sua clássica obra *The Child Savers. The Invention of Delinquency*. De acordo com o autor, “a denominação de ‘Salvadores da Criança’ se emprega para designar a um grupo de reformadores ‘desinteressados’ que viam sua causa como caso de consciência e moral, e não favoreciam a nenhuma classe nem nenhum interesse político em particular. Os salvadores da criança se consideravam a si mesmos altruístas e humanitários, dedicados a salvar a quem tinha um lugar menos afortunado na ordem social”. (1997, p. 31).

<sup>4</sup> “Este fue establecido en el mismo siglo por Enrique VIII como parte de la *Common Law*, ya que el Estado, o su gente, deben considerarse como el

De conteúdo eminentemente retribucionista, esta etapa caracteriza-se pela indistinção entre menores e adultos, discriminando-os apenas em relação ao tempo de privação de liberdade que era reduzido proporcionalmente de acordo com a idade, embora cumprida indistintamente no mesmo espaço físico.

Com o desenvolvimento da criminologia no século XVIII, questionando o efeito meramente intimidativo da pena e seu caráter uniforme, independentemente das condições pessoais do criminoso, os jovens delinquentes e os considerados “anormais” foram submetidos à intervenção médico-social.

Legitimando-se a ação repressiva como instrumento de defesa social, a criança e o jovem ganham novos fóruns de discussão. Para efeito de julgamento, a análise do discernimento até certa idade tornou-se uma preocupação central e generalizada a partir do século XIX, fazendo emergir conceitos, políticas e instituições penais específicas ao seu atendimento.

A consciência de que em cada homem ou mulher objeto de estudo, tinha havido uma criança, a observação das crianças entradas na prisão, acrescentou à criminologia a reflexão sobre o “problema da infância” e a criação da categoria da criança delinquente. Paralelamente ao estudo desta surgiu o da criança anormal, que fornecia um grande contingente à criminalidade. Em alguns casos os sintomas apareciam intimamente ligados e pareciam ter as mesmas causas, tornando-se por vezes difícil definir os limites do que estava na origem das suas reações antissociais. (TOMÉ, 2012, p. 32, grifos da autora).

Da crença nas novas formas de intervenção fundadas na ação filantrópica resultaram mudanças no campo jurídico, fortalecendo-se a

---

último de los parientes del niño necesitado de protección, ya que el Rey es el *parens patriae*, que debe cuidar del equilibrio de todos los intereses y, por tanto, tutelar a los menores. En lo referente a niños delincuentes se establece la irresponsabilidad por falta de *mens rea*. En caso de que un menor no tenga ninguna clase de bienes el señor feudal deve hacerse del huérfano”. (QUIROGA, Héctor Solís. **Justicia de menores**. 2. ed. México: Porrúa, 1986, p. 44).

ideia de prevenção, que começava a se sobrepor à de punição, principalmente com relação aos menores, marcando o início da fase instaurada com a criação de tribunais próprios. Para além do questionamento das antigas atitudes de repressão ou de caridade, a intervenção social funda-se no saber criminológico, com o intuito de detectar no passado dos delinquentes e na organização de suas famílias os signos em comum.

Por outro lado, a amplitude da condição de abandono e da delinquência de crianças e jovens pobres e delinquentes, com o aumento do número de instituições, colocava ao Estado o desafio de buscar a alternativa ao seu encarceramento em prisões comuns, em condições mais perniciosas a que eram submetidos os condenados maiores de idade pela prática de crimes graves. Além do que, desencorajava as famílias operárias a abandonarem seus filhos para se beneficiarem de uma educação de que não poderiam propiciar-lhes.

A fim de contornar esses dois inconvenientes, a colaboração entre a justiça e as obras filantrópicas produziu um sistema que pré-figurava a atual liberdade vigiada e a assistência educativa em meio aberto. Trata-se de um esquema em três tempos: em primeiro lugar, o menor é condenado e passa para a alçada da administração penitenciária; em segundo lugar, esta o confia a uma sociedade de patronagem, a qual, em terceiro lugar, devolve-o à família exercendo sobre ela um controle sobre a boa vigilância do menor, que tem sob sua guarda. Se algo não lhe agrada, ela pode tomá-lo de volta a fim de colocá-lo em um de seus centros e, se neles ocorrer alguma rebelião, pode mandá-lo de volta à prisão. [...] Apoiando-se uma na outra, a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e disciplinarização. (DONZELOT, 2001, p. 81).

Como visto, crianças e adolescentes passaram a ser objeto de estudos que relacionavam a pobreza à criminalidade, considerados enquanto vítimas dos problemas sociais e econômicos. A discussão a respeito as suas condições de vida privada ganhavam dimensão pública e responsabilizava-se o Estado pelas condições em que eram



encontrados. Também as famílias eram percebidas como vítimas, pois se considerava que a pobreza as tornava incapazes da educação dos filhos, argumento suficiente para que o juiz determinasse a suspensão do pátrio poder.

A percepção do pobre como vítima do sistema econômico e social, acentuava a pressão para a criação de uma justiça humanizada que deveria educar com a finalidade de reintegração. Estas representações contribuíram para a modificação do direito para menores, que, a partir do final do século XIX, passou a contar com uma legislação específica para menores de 18 anos. (SIERRA, 2004, p. XXXI).

Com a escolarização obrigatória, a partir do fim do século XIX, a escola, como instituição básica do processo de socialização, transformou-se num espaço privilegiado para diagnóstico das crianças identificadas como “problema”, ou seja, aquelas que não se adaptavam ao modelo único e inflexível imposto, baseado nos valores burgueses, diferentes e estranhos às classes populares. A fuga ao sistema, a inadaptação, o abandono escolar formaram novos problemas e, portanto, novos campos de intervenção para prevenção de situações de desvio e criminalidade.

A ciência não só provou o perigo para o jovem e o perigo que é o jovem, como também provou como se caminha “naturalmente” do estar em perigo para o ser um perigo. Foi desta concepção que nasceu a imagem do adolescente pobre igual a delinquente e se desenvolveu ao longo do século XX tanta “ciência” sobre a delinquência juvenil, isto é, sobre a qualidade de ser delinquente do jovem adolescente. O exame (médico, antropológico, psicológico, escolar e social) introduziu a construção do juízo diagnóstico e prognóstico indicador das tendências e da perigosidade social de cada criança/jovem. (TOMÉ, 2012, p. 25, grifos da autora).

Sobre esse perfil pré-delinquente, da criança em vias de se tornar perigosa, se instaurará uma infraestrutura de prevenção, iniciando-se

uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito. Como salienta DONZELOT (2001, p. 92),

Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança “de risco”. Partindo de uma vontade de reduzir o recurso ao judiciário, ao penal, o trabalho social se apoiará num saber psiquiátrico, sociológico, psicanalítico, para antecipar o drama, a ação policial, substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador. (grifos do autor).

A discussão social nascida da industrialização e da urbanização mobilizou uma espécie de consciência coletiva, internacional, também sobre a questão da infância e suas necessidades. A luta contra a miséria, contra a criminalidade e a sua reincidência foi objeto de estudos, debates e congressos internacionais<sup>5</sup>, orientados pela necessidade do estabelecimento de políticas para as famílias e pelo reconhecimento do fracasso da prisão de menores e das estratégias de moralização. Difundiram-se e compararam-se práticas e reflexões sobre os problemas da Justiça e as perspectivas das elites sobre essas questões. (TOMÉ, 2012, p. 71).

---

<sup>5</sup> De acordo com TOMÉ (**Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820 – 1978) e a Tutoria de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 71, 2012. Tese de Doutorado em Letras - História Contemporânea) entre 1872 e 1910 realizaram-se oito Congressos Penitenciários Internacionais: Londres (1872); Estocolmo (1878); Roma (1885); São Petersburgo (1890); Paris (1895); Bruxelas (1900); Budapeste (1905) e Washington (1910). Em 1883, começaram a organizar-se na Europa os Congressos Internacionais do Patronato e da Proteção à Infância. Na Antuérpia realizaram-se em 1890, 1894, 1898, 1911; em Paris, em 1883, 1900 e 1911; em Liège, em 1905 e em Bruxelas, em 1913 e 1921. Em 1939, realizou-se em Frankfurt o XIII Congresso da Associação Internacional de Proteção à Infância. Em junho de 1911 realizou-se em Paris o Primeiro Congresso Internacional para os Tribunais da Infância. O primeiro Congresso de Antropologia Criminal realizou-se em 1885, em Roma; seguiram-se em 1889 em Paris; em 1892 em Bruxelas; em 1896 em Genebra; em 1901 em Amsterdã; em 1906, em Turim, em 1911, na Alemanha.

Por um lado, exigia-se que, para além de separar as crianças dos adultos, a educação correcional tivesse em conta o seu desenvolvimento, o seu interesse e, simultaneamente, o interesse social. Para isso, a instrução, a formação moral e profissional apareciam como estratégia central de regeneração da criança. Por outro, era necessário combater a influência nefasta dos pais indignos e dos males que influenciavam a formação do caráter da criança e do jovem e os conduziam ao crime.

Tanto no plano civil como penal, colocava-se o problema da responsabilidade (da criança e/ou dos pais) para enfrentar as consequências do problema. Como contornar o Código Civil e alterar a autoridade do pai de família foi o tema central dos debates sobre as restrições ao pátrio poder e as medidas de substituição dos pais e seu controle, que ocupou todos os países europeus e os Estados Unidos, a partir de finais de 1870.

Confiar as crianças a famílias que exercessem boa influência sobre elas, criar uma nova família artificial, com um bom pai, artesão ou agricultor, e uma boa mãe doméstica que se ocupasse da sua educação, era um eixo da discussão. Redesenhou-se a família popular à imagem da família burguesa e colocou-se sob vigilância do patronato. A medida de liberdade vigiada e o patronato vigilante eram novos utensílios do controlo (sic) a semelhança do modelo anglo-saxônico. (TOMÉ, 2012, p. 72).

Como vinham recomendando os congressos jurídicos, urgia a ação eficiente do Estado e da iniciativa particular, oficialmente fiscalizada, envolvendo a edição de leis especiais para erigir um amplo sistema de socorro e proteção à infância, que teria como prioridade o uso de “medidas educativas e de assistência moral e material”, de modo que o sistema penitenciário fosse “raramente aplicado ou mesmo banido”. (KHULMANN JR., 2002, p. 471).

Doravante, o Estado passava a reunir a finalidade da Justiça com a da assistência à infância, de forma que crianças e adolescentes pobres se tornaram um problema cuja resolução caberia ao sistema judicial, para edificação do projeto da nação moderna. Não importava se eles poderiam ou não ter praticado crimes, pois a personalidade não era fator determinante nas decisões, o problema era a pobreza, na lógica de que todos eram vítimas. Caberia ao Estado não mais punir, mas protegê-los; entendia-se que eram as péssimas condições de vida que conduziam o

menor à marginalidade e, por isso, mesmo criminoso, ele deveria ser beneficiado com o direito à educação, considerada como condição essencial à sua reintegração à sociedade.

A ação social sob a perspectiva educativa passa a ser, portanto, mais do que a substituição da Justiça, uma extensão desta, com o aperfeiçoamento de seus procedimentos e poderes. O tribunal para menores emerge, assim, como um corolário lógico e necessário do desenvolvimento do aparelho do Estado que, sob o argumento da prevenção, estenderia o seu domínio sobre os cidadãos no seu foro dos mais íntimos, que é a esfera familiar.

A vocação educativa do aparelho judiciário nasceu quando se tornou flagrante que o sistema penal era inadequado para conter o fluxo considerável das crianças irregulares, de todos esses menores que se introduziam no interstício entre a velha ordem familiar e a nova ordem escolar, tirando partido da articulação ainda incipiente de suas conexões. (DONZELOT, 2001, p. 108).

A implantação dos tribunais para menores, no entanto, foi precedida de uma série de medidas que justificavam a sua criação. Enquanto na Europa se desenvolveu um profícuo debate sobre as vantagens de separar os infratores menores dos adultos, para a tarefa da regeneração fundando-se estabelecimentos, tanto públicos como privados, como penitenciárias para menores, colônias agrícolas ou industriais, nos Estados Unidos, os esforços de mais de trinta anos das diversas organizações intervenientes na defesa das crianças, especialmente dos “Salvadores da Criança”, resultaram na criação de uma jurisdição especial para menores, com o propósito de tirar a criança do processo penal e criar programas especiais para delinquentes e abandonados.

A separação dos jovens detidos dos criminosos adultos variou consoante a importância dada à questão e o tipo de regime político de cada Estado, e, a partir de então, começaram a se desenhar modelos especiais de prisão, segundo teorias que levavam em conta as necessidades específicas dos jovens delinquentes e das categorias traçadas nos Códigos.

Embora se tenha registro da existência de instituições responsáveis pelo aprisionamento dos menores delinquentes ainda nos

séculos XVII e XVIII<sup>6</sup>, na esteira do movimento reformador no final do século XIX, na França, foi criada, em 1836, a prisão *La Petite Roquette*, na Inglaterra, em 1838, a de Parkhurst e, em 1840, na Bélgica, a de Saint-Hubert. No Canadá, a primeira prisão para jovens data de 1858, em l'Ile-aux-Noix.

Nos Estados Unidos, em 1867, foi criado, por decreto, o Reformatório Estatal de Pontiac, para disciplinar, educar, empregar e reformar menores infratores e os considerados “vagabundos” dos oito aos dezoito anos, os jovens “incorrigíveis” por solicitação dos pais e os negligenciados pela família, porque “vagabunda, pedinte, ignorante ou viciosa”. Em 1876, foi criada pela *Women's Centennial Association*, a primeira escola industrial americana para moças. O primeiro reformatório americano de gestão oficial foi criado em 1893, a Casa de Correção de Chicago “John Worthy”, que acolhia menores de 16 anos acusados de comportamentos de rua ou escolares impróprios.

Os inconvenientes dos efeitos da prisão sobre as crianças promoveu o desenvolvimento de medidas de colocação familiar das abandonadas, visando a intervir na vida das consideradas pré-delinquentes e tê-las controladas até que estivessem imunes à delinquência. Nos Estados Unidos, a publicação da obra *The State of Prison and of Child-Saving Institutions in the Civilized World*, de Enoch Wines<sup>7</sup>, que ficou reconhecida como um verdadeiro tratado sobre os

---

<sup>6</sup> De acordo com Dupont-Bouchat e Pierre (apud SIERRA, Vânia Morales. **A judicialização da infância**: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nos Municípios de Rio de Janeiro, Niterói e Maricá. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2004. p. XXXI. Tese de Doutorado em Sociologia), em 1603, Amsterdã inaugurava a sua primeira prisão, logo após a Itália criava as suas instituições de aprisionamento e educação específicas para delinquentes, abandonados e vagabundos como a *Casa di Penitenza de Naples* em 1623, a *Casa Pia di Refugio* em Florença, no ano de 1667, e a prisão São Michel de Roma, em 1703. (In: SIERRA, Vânia Morales. **A judicialização da infância**: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nos Municípios de Rio de Janeiro, Niterói e Maricá. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, p. XXXI, 2004).

<sup>7</sup> Enoch Wines foi Secretário da *Prison Association* de Nova York, e, juntamente com Dwight, Brockway e Sanborn deu ampla publicidade ao sistema irlandês de reforma das prisões, encorajando a adoção do sistema de reformatório para jovens delinquentes nos EUA. Foi delegado regular às conferências nacionais de filantropia e correção. Em 1870, convocou uma

sistemas de prisões e reformatórios em todo o mundo, propunha que as crianças abandonadas ou negligenciadas, menores de 14 anos, ficassem sob tutela pública, que as instituições privadas de caridade fossem subsidiadas pelo Estado e, portanto, ficassem sob o seu controle e supervisão. Defendia também a introdução de condições de vida familiar nos reformatórios, a sua localização no campo, de preferência em casas pequenas com uma lotação máxima de quarenta jovens em cada, sendo que as instituições para as crianças muito pequenas deveriam ser dirigidas somente por mulheres. (PLATT, 1997, p. 73).

A preocupação em descobrir as causas dos problemas da infância e as formas para deter o seu desenvolvimento criminoso, tomou dimensão mundial, e, nesse contexto, o sistema reformatório, fundado na ação educativa, emerge para demonstrar como os delinquentes eram suscetíveis de conversão em cidadãos que respeitam as leis, superando-se os defeitos e as tendências hereditárias. De acordo com Anthony M. Platt (1997, p. 76), “estas instituições se baseavam na tese de que a educação recebida poderia superar as imposições de uma vida familiar deficiente, de um meio corrupto e da pobreza, ao mesmo tempo em que fortalecia e preparava os delinquentes para a luta que os esperava”.

A partir de 1850, a atuação e o dinamismo das organizações públicas e privadas que integravam o movimento norte-americano de salvação da infância, criaram uma máquina administrativa para aplicação e cumprimento das leis de beneficência, reforçadas com a aprovação de outras legislações a fim de prevenir e castigar injustiças cometidas contra crianças.

Neste sentido, é importante deixar claro que todas as disposições jurídicas de caráter sociopenal (ambos os termos nascem e se desenvolvem num processo de permanente confusão) contidas nas políticas de reformas, referem-se invariavelmente a dois aspectos fundamentais: (a) aumento da idade da responsabilidade penal para afastar completamente as crianças do sistema penal dos adultos e (b) imposição de sanções específicas

---

reunião em Cincinnati para organizar a *National Prison Association*, organização que se tornou muito influente no meio e, em 1872, foi presidente do primeiro Congresso Penal Internacional, em Londres. (In: PLATT, Anthony M. **Los “Salvadores del Niño” o la invención de la delincuencia**. 3. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1997, p. 72).

para as crianças “delinquentes” (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 16-17, grifo dos autores).

Na última década do século XIX, havia já um consenso generalizado no sentido de subtrair à ação do Tribunal Penal e da prisão dos adultos, com o fim de “salvar os jovens do contágio pelo contato com delinquentes maiores” (TOMÉ, 2012, p. 56), culminando, em 1899, com a primeira lei dos tribunais para menores, a *Juvenile Court Act*, de Illinois, nos Estados Unidos.

O tribunal para menores era uma corte especial criada estatutariamente para determinar a categoria jurídica das crianças “problema”. Era fundamento do tribunal para menores o conceito de *parens patriae*, pelo qual eram autorizados os tribunais a usar de ampla discricionariedade para resolver os problemas de seus “cidadãos menores menos afortunados”<sup>8</sup>. (PLATT, 1997, p. 152, tradução livre, grifos do autor).

A difusão da experiência americana contribui para reforçar o movimento internacional, já consensual, pela implantação de uma jurisdição especializada para as crianças e jovens, adequando-a à necessidade de reformas das leis e das instituições de cada país, tendo como ponto de partida a regulação da família como primeiro e decisivo passo para a construção de uma legislação especializada.

Até 1911, quando se realizou, em Paris, o Congresso Internacional dos tribunais para menores, vinte e seis estados norte-americanos tinham já aplicado a legislação especial de Illinois, além de outros países como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra, Alemanha e Portugal.

A consciência “universal” do problema da delinquência juvenil conduzia à expansão crescente dos tribunais especializados. Tendo,

---

<sup>8</sup> “El tribunal para menores era una corte especial creada estatutariamente para determinar la categoría jurídica de los niños ‘problema’. Era fundamento del tribunal para menores el concepto de *parens patriae*, por el cual eran autorizados los tribunales a usar de amplia discreción al resolver problemas ‘de sus ciudadanos menores menos afortunados’”. (In: PLATT, Anthony M. **Los ‘Salvadores del Niño’ o la invención de la delincuencia**. 3. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1997, p. 152).

portanto estas experiências como referência, o congresso dedicou-se à discussão dos fundamentos da legislação para definir competências e procedimentos para criar ou aperfeiçoar os tribunais da infância e o seu papel para a preservação ou recuperação das crianças e defesa das suas instituições. (TOMÉ, 2012, p. 89, grifos da autora).

O registro das discussões realizadas no Congresso de Paris é considerado um documento-chave na retrospectiva desse momento considerado o marco zero na história do controle sociopenal das crianças, na medida em que explicitou temas presentes nos discursos oficiais sobre o menor abandonado-delinquente, especialmente a necessidade da existência de uma jurisdição especial e sobre cujos princípios e diretrizes deveriam apoiar-se para obter o máximo de eficácia na luta contra a criminalidade juvenil; o papel das instituições de caridade e o problema da liberdade vigiada ou *probation*, posteriormente à sentença. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 19).

As precárias condições de vida nos cárceres, onde crianças e adultos conviviam indiscriminadamente e a formalidade e inflexibilidade da lei penal, que, obrigando o respeito, entre outros, aos princípios da legalidade de determinação da sentença, impediam a tarefa de repressão-proteção própria do Direito do Menor, constituíam o fundamento necessário reforçado pelo Congresso para legitimar as reformas da Justiça de menores, o que justificava o argumento contrário ao seu caráter revolucionário, como,

[...] estratégia de introduzir mudanças de tipo processual que resguardem o caráter discricionário das medidas a serem adotadas, evitando o conflito com as teorias penais dominantes. Para que o Estado possa exercer as funções de “proteção e controle” (é impossível separar ambos os termos) é necessário modificar radicalmente os princípios processuais próprios do direito iluminista. Isto se consegue, em primeiro lugar, anulando a distinção entre menores delinquentes, abandonados e maltratados. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 22, grifos dos autores).



Ainda que as funções centrais continuassem outorgadas às instituições privadas, ao Estado caberia organizar e supervisionar a assistência sociopenal, “não sendo incomodado por exigências de segurança ou garantias jurídicas”. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 23).

Inaugurando uma nova fase na política de “controle-proteção” da infância, uma vez amplamente consensuada à necessidade de implantação dos tribunais para menores, iniciou-se a sua difusão em todo Ocidente, inclusive na América Latina, que, numa aliança com a medicina, a psiquiatria e a pedagogia, promoveu a reorganização das antigas instituições conventuais ou militares em serviços de meio aberto, cofinanciadas pelo Estado, que mantinha, assim, o seu controle através do Poder Judiciário, que as fiscalizava, como ocorreu na França, a partir de 1912. (DONZELOT, 2001).

### **1.1.3 As recomendações do Congresso de Paris de 1911 sobre o funcionamento dos Tribunais para Menores**

De acordo com as orientações do Congresso de Paris, o tribunal constituía-se, conseqüentemente, em uma instituição tutelar, dispensando tratamento indistinto entre crianças vítimas e agentes de infração, já que não havia qualquer incompatibilidade entre a função de repressão e as de proteção e educação, como visto.

Ou seja, o dispositivo do Tribunal para Menores se apresentava à época, em termos conceituais, como um espaço especializado e legítimo para intervenção, controle e proteção da infância e da família pobre. Desejava-se estender suas ações para além da reforma do sistema penal ou da despenalização, ele se constituía, enquanto projeto, capacitado a ampliar os seus tentáculos a boa parte das iniciativas de assistência destinada ao mundo infantil. (NUNES, 2013).

Relativamente às competências cíveis do tribunal, não houve consenso, pois o alcance das suas atividades dividiam as opiniões, se deveria ficar restrito apenas ao julgamento da infância delinquente, inimputável penalmente, ou deveria possuir uma atuação judicial mais ampla, incluindo a infância considerada em situação de abandono, assumindo as atribuições de proteção e tutela dos direitos de menores na esfera civil, sob a competência do juízo de família ou de órfãos.

Como assinala Eduardo Silveira Netto Nunes (2013), a posição restrita à esfera prioritariamente criminal foi minoritária e passou a ser objeto de opiniões, destacando “a necessidade de que suas funções fossem ampliadas quanto às suas competências, devendo incluir esferas mais intervencionistas, como nos casos de abandono e proteção de crianças em geral”.

Tocante à organização e funcionamento dos tribunais para menores, diferentemente dos tribunais onde ocorriam deliberações e de julgamentos públicos, o acesso deveria ser restrito e tinha por objetivo unicamente diminuir a distância entre os juizes e os menores, objetivando permitir um acordo com os pais na tomada de decisões. Apenas os educadores responsáveis pelos menores, que forneceriam ao juiz as informações sociais sobre a sua conduta, e as “pessoas de bem” eram aceitas no tribunal, posto que as mesmas eram participantes no processo de se encarregar de crianças quando ainda não tivessem sido marcadas pelo vício e serem enviadas para uma Casa de Correção.

Incrustada nessa dupla rede de tutores sociais e técnicos, a família aparece como colonizada. Não são mais duas instâncias que se confrontam: a família e o aparelho. Mas, em torno da criança há uma série de círculos concêntricos: o círculo familiar, o círculo dos técnicos, o círculo dos tutores sociais. Resultado paradoxal da liberalização da família, da emergência de um direito da criança, de um reequilíbrio da relação homem-mulher: quanto mais esses direitos são proclamados, mais se fecha em torno da família pobre a opressão de uma potência tutelar. O patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de um patriarcado do Estado. [...] Em suma, uma disposição que faz pensar nas velhas regras patriarcais, com exceção de que o pai foi substituído pelo juiz e, a parentela, pelos mentores sociais e os técnicos. O tribunal de menores: uma forma visível do Estado-Família, da sociedade tutelar. (DONZELOT, 2001, p. 97-98).

A sala de audiências deveria ser diferente da sala de audiências comum e a criança ou jovem não devia ser colocado no banco dos réus, como o eram os adultos. Era necessário que o juiz pudesse estar frente a frente, muitas vezes falar com voz baixa, “interrogar a criança,

repreendê-la, fazer-se escutar e falar-lhe de honra, incentivar o sentimento de responsabilidade, encorajar a correção” (TOMÉ, 2012, p. 94), indicar as consequências dos seus atos, as condições da decisão a tomar, da possibilidade de ser alterada se a sua conduta melhorasse, dentre outros argumentos.

O modelo do papel para os juízes de tribunais para menores era de médico-conselheiro, não de advogado. Esperava-se que os “terapeutas judiciais” estabelecessem uma relação pessoal com os “delinquentes”, do mesmo modo que um médico do campo podia dedicar seu tempo e sua atenção a um paciente favorito. A sala do tribunal estava disposta como uma clínica e o vocabulário dos participantes se compunha em grande parte de metáforas médicas<sup>9</sup>. (PLATT, 1997, p. 157, tradução livre, grifos do autor).

Sobre a formação do juiz, a inclinação do Congresso de Paris orientava para o juiz único, especializado e de Direito, porque, no exercício da função de julgar, muitas matérias decididas eram questões que interferiam com a liberdade individual. Como registra Rosa Tomé (2012, p. 92),

Era consensual que o Juiz - único ou colégio - deveria ter o difícil atributo de ser especializado em matéria da criança, possuir “uma verdadeira intuição da alma infantil”. O modelo do juiz paternal, “meu-pai, meu-médico”, impôs-se desde o congresso de Washington: os magistrados deviam ser selecionados pelas suas aptidões para compreender as crianças e sentir empatia com elas, deveriam ter conhecimentos especiais em

---

<sup>9</sup> “El modelo de rol para los jueces de tribunales para menores era de doctor-consejero, no el de abogado. Se esperaba que los ‘terapeutas judiciales’ trabaran una relación de uno-a-uno con los ‘delinquentes’, del mismo modo que un médico en el campo podía dedicar su tiempo y atención a un paciente favorito. La sala del tribunal estaba dispuesta como una clínica y el vocabulário de los participantes se componía en gran parte de metáforas médicas. (In: PLATT, Anthony M. **Los “Salvadores del Niño” o la invención de la delincuencia**. 3. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1997, p. 157).

ciências sociais e psicologia, para se encarregarem de tomar as medidas de correção necessárias, no “interesse das crianças delinquentes, abandonadas e maltratadas”. Sublinhava-se a necessidade de treinar as capacidades para ser atento, ter qualidades especiais de observação, tato, um pouco de fé e entusiasmo por esta missão para se tornar um bom juiz de infância. Estas funções exigiam “qualidades de espírito e de coração”, devendo assim ser uma função a desempenhar por um longo período de tempo. Propunha-se mesmo a criação de carreira na função de juiz de infância, de forma a permitir que a promoção ao grau superior pudesse ocorrer no âmbito da jurisdição para os menores. (grifos da autora).

No aspecto procedimental, o tribunal para menores não deveria se reportar a uma instância de decisão judiciária, com a representação clássica do juiz, o acusado, o promotor e o advogado, no qual se teria o domínio visual do campo de forças onde o processo é debatido. A emergência de novos atores dispostos no tribunal para menores aniquila essa possibilidade, enquanto a nova ordenação dos discursos, anula qualquer possibilidade do debate contraditório.

Era considerado, quase em consenso, que o magistrado da infância deveria exercer o controle sobre todas as fases processuais, isto é, ser simultaneamente um magistrado de instrução, de julgamento e agente de execução da sua própria decisão, pois esta deveria poder ser alvo de revisão periódica e alterada segundo as necessidades inerentes ao desenvolvimento da situação dos jovens, exigindo-se unidade de perspectivas e continuidade de esforços, já que se sustentava que “o fracionamento de poderes levava muitas vezes à negligência”. (TOMÉ, 2012, p. 92).

A linguagem desproporcional entre o juiz, o menor acusado e a família também configuravam a disparidade de forças no contexto do tribunal. Os educadores praticamente não poderiam dialogar com a criança ou se interpelar, já que só têm direito de se dirigir ao juiz e, além disso, não falavam a mesma língua, o que era diferente do caso do promotor e do advogado. “A família, em princípio, está presente para explicar e/ou defender o comportamento de sua progenitora, mas ela é contrariada, nessa função, pela acusação implícita ou explícita que é feita contra ela: pelo menos em parte, é por sua causa que a criança está nessa situação”. (DONZELOT, 2001, p. 102).

Na opinião dos congressistas, não era necessária a intervenção do Ministério Público no processo, à semelhança das experiências americana e inglesa. Ao contrário, havia toda a vantagem na participação dos voluntários, membros do patronato da infância, creditados para fazer o papel de colaboradores do juiz, tal como faria um advogado.

A preocupação essencial dos movimentos que originaram os tribunais era a identificação e o controle do comportamento juvenil discrepante, com a criação de novas categorias de atos desviantes até então inexistentes.

O movimento pró-tribunal para menores foi mais além de um interesse humanitário para tratamento especial dos adolescentes. Levou ao âmbito do controle oficial uma série de atividades juvenis que anteriormente haviam sido passadas por alto ou tratadas informalmente. Não era casualidade que o comportamento selecionado para penalização pelos salvadores da criança – embriaguez, mendicância, andar pelas ruas, frequentar salões de bailes, cinemas, lutas, atividade sexual, andar fora noite adentro e incorrigibilidade – foi atribuído principalmente às crianças de famílias migrantes e imigrantes das classes baixas<sup>10</sup>. (PLATT, 1997, p. 154, tradução livre).

As penas seriam aplicadas seletivamente e a função do tribunal seria administrar às crianças sobre as quais pesava a ameaça de aplicação de punição, privilegiando a ação preventiva, que justifica o seu caráter não público, para evitar a sua estigmatização ostensiva. A

---

<sup>10</sup> “El movimiento pro tribunales para menores fue más allá de un interés humanitario por el tratamiento especial de los adolescentes. Llevó al ámbito del control oficial una serie de actividades juveniles que anteriormente habían sido pasadas por alto o manejadas informalmente. No era casualidad que el comportamiento seleccionado para penalización por los salvadores del niño – embriaguez, mendicidad, trotar por las calles, frecuentar salones de baile y de cine, peleas, actividad sexual, andar fuera ya avanzada la noche e incorregibilidad – fuera atribuible principalmente a los niños de familias migrantes e inmigrantes de clase baja. (In: PLATT, Anthony M. **Los “Salvadores del Niño” o la invención de la delincuencia**. 3. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1997, p. 154)

pena era “diluída” e a prisão fechada deveria constituir uma exceção, privilegiando-se a medida educativa consistente no espaço aberto pelo caráter suspensivo da pena, como nas medidas de “assistência educativa em meio aberto”, “liberdade vigiada”, “período de experiência”, “colocação em centros de liberdade parcial” ou “liberdade condicional”.

Na França, a finalidade preventiva das leis sobre a infância delinquente e pré-delinquente na época, determinava que se levasse em consideração, mais do que a materialidade dos fatos reprovados, seu valor sintomático, aquilo que eles revelavam sobre a personalidade do menor, mais do que para esclarecer os fatos.

O tribunal de menores não julga, efetivamente, delitos, mas examina indivíduos. É a desmaterialização do delito, que coloca o menor num dispositivo de instrução penal interminável e de julgamento perpétuo: dissolução da separação entre a instrução do processo e decisão. É o momento em que se têm início as medidas de observação da criança – em seu meio, quando é deixada em liberdade (observação em meio aberto, O.M.O), em internato ou em prisão. É o momento em que ele é examinado por psicólogos ou psiquiatras, em que se ordena um inquérito sobre sua família pela polícia ou por assistentes sociais. A verdadeira instrução penal passa a ser, portanto, uma avaliação do menor e do seu meio por uma corte de especialistas da patologia social. Avaliação que se transforma em ação após julgamento. [...] A dissolução do delito possui também seu efeito de retorno: o deslocamento da forma jurídica da apelação do passível de justiça para o justiciero. (DONZELOT, 2001, p. 104).

As decisões eram indeterminadas, individualizadas e suscetíveis de modificações posteriores. Mesmo em caso de infração penal, deviam dirigir-se ao seu ator, e não ao ato em si. Quando se tratava de um menor, era preciso que a preocupação recaísse, sobretudo, nele. A concepção de indeterminação da pena não foi, porém, consensual e demorou tempo a ganhar hegemonia.

Para alguns, parecia incompatível com a noção de pena porque cada infração deveria ter uma pena pré-determinada para que o direito fosse subtraído

à arbitrariedade. Por isso, a maior parte dos juristas tinha rejeitado a indeterminação absoluta da pena no Congresso de Bruxelas de 1900. Em 1910, no Congresso de Washington, o conceito foi aceito e adotado, já com uma maioria significativa. Mesmo alguns dos seus adversários admitiam-no para uma certa categoria de delinquentes, “aqueles cujo estado reclama mais particularmente, seja um tratamento, sejam medidas de educação, seja uma forma de hospitalização”. (TOMÉ, 2012, p. 96, grifos da autora).

O funcionamento da Justiça para menores não possuía, desse modo, uma atividade judiciária própria, mas conjugava duas jurisdições que dispõem de uma lógica autônoma. Por sua proximidade com a Justiça penal, o tribunal para menores outorgava sua legitimidade às práticas de vigilância dos serviços sociais, oferecendo-lhe os instrumentos de coerção para desincumbi-los dos elementos refratários, utilizando-se, para tanto, das formas judiciárias clássicas. De acordo com Jacques Donzelot (2001, p. 105),

O tribunal de menores não é uma jurisdição menor para menores, mas sim a viga-mestra de um gigantesco complexo tutelar, englobando além da pré-delinquência (cerca de 150.000 crianças), a Assistência Social à Infância (650.000 crianças) e uma boa parte da psiquiatria infantil (incalculável, mas certamente ainda maior do que a Assistência Social à Infância). Viga-mestra, pela posição intermediária que ocupa entre uma instância retribuidora de delitos (justiça comum e um conjunto composto por instâncias distribuidoras de normas), a justiça de menores se apoia sobre a primeira a fim de garantir e ratificar o trabalho das outras. Por um lado, confere-lhe uma autoridade, uma capacidade de coerção necessária ao seu exercício. Por outro, filtra os produtos negativos do trabalho de normalização. Nesse sentido, pode-se dizer que é o aparelho judiciário quem fabrica seus delinquentes, já que aqueles que passam do registro tutelar para o penal, e que constituem uma grande parte dos delinquentes adultos, foram preliminarmente testados como refratários à ação

normalizadora. Essa filtragem orienta para uma carreira de delinquentes aqueles que não quiseram jogar o jogo.

A formação de um inquérito social, com o objetivo de constatar a situação das chamadas famílias “inestruturadas”, tem como encargo zelar pelo bem-estar da criança. “Cabe agora a conversão da família ou a sua destruição, onde os filhos são tirados dos cuidados dos pais e passam a serem cuidados pelo Estado, dependendo das perspectivas de regeneração do meio familiar”. (DONZELOT, 2001, p. 112).

Quanto ao poder de atuar, o tribunal passava a concorrer com as demais áreas de administração da assistência, buscando também tutelar esta esfera, “numa clara disputa de poderes e hierarquias entre os saberes e os campos de ação para a infância. A articulação entre o juiz e as outras áreas não se dava sem conflito de competências”. (NUNES, 2013).

O sistema ainda era útil às famílias que, embora consideradas “estruturadas”, não conseguiam controlar os filhos ou às famílias carentes. Onde se torna inviável a criação dos filhos por conta das circunstâncias, o apelo à assistência social à infância tornava-se inevitável, bem como a sua intervenção.

Os pais solicitam ao juiz produzir, sobre seus filhos, um medo saudável, mostrar que está de seu lado e que a criança deve obedecer-lhes. Ora, em vez dessa admoestação desejada, o juiz de menores, em função do inquérito social, decide em favor de uma assistência educacional que absolutamente não tem o mesmo sentido, pois inscreve o adolescente no âmbito do complexo tutelar, induz o seu desligamento da autoridade para ligá-lo a uma autoridade social; [...]. (DONZELOT, 2001, p. 144).

A experiência dos tribunais para menores e sua implementação generalizada, ao longo do século XX, provocou uma avalanche de discursos otimistas nos sistemas jurídicos ocidentais, proclamando que sua ação reduziria a delinquência ao atingi-la na sua raiz. Pouco tempo depois dos movimentos ocorridos nos Estados Unidos e na Europa, entre 1919 (Argentina) e 1939 (Venezuela), são criadas legislações específicas de menores em todos os países latino-americanos, inclusive



no Brasil, em 1923, com a instalação da primeira vara de menores no Distrito Federal, como se verá.

Na experiência latino-americana, a implantação dos tribunais não obedeceu a uma diretriz única quanto à sua forma, denominação e competência, entretanto,

[...] as sugestões, expressadas ao longo dos Congressos, convergiam para a indispensabilidade do Tribunal no interior das práticas, em expansão, de assistência profissionalizada à infância pobre e suas famílias, através das quais o poder estatal procurava inserir-se a organizar e integrar os diversos participantes (estatais ou provados) no formato de um sistema de atenção. (NUNES, 2013).

A implantação do aparato institucional, todavia, modificou pouco a vida dos chamados “delinquentes”, pois, ao contrário do que dispunha a lei, estes continuavam a ser encarcerados com os adultos em prisões comuns, identificando-se muita diferença entre os objetivos idealizados e os fatos reais.

No contexto latino-americano, de acordo com Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (1994, p. 37), dois aspectos fundamentais diferiam do modelo “puro” dos reformadores: a não instalação efetiva dos tribunais previstos na legislação específica e a prática, quase rotineira, de colocar crianças e adolescentes em estabelecimentos destinados a adultos.

Destarte, a gênese da constituição dos tribunais refletia seu conservadorismo e empenho em aliviar os males da vida urbana e resolver os problemas sociais com métodos racionais, fundados na herança positivista, cuja tendência criminalizadora considerava apenas o agente do delito, e não suas condições históricas e sociais. Como destaca Anthony Platt (1997, p. 150), “o tribunal para menores não era, como têm dado a entender alguns autores, uma ‘reforma radical’, e sim uma reforma política transigente que consolidava as práticas existentes”.

Na crítica que fazem Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (2000, p. 7-8),

[...] uma análise crítica permite pôr em evidência que o projeto dos reformadores, mais que uma vitória sobre o velho sistema, constitui num compromisso profundo com aquele. As novas leis

e a nova administração da Justiça de Menores nasceram e se desenvolveram no marco da ideologia nesse momento dominante: o positivismo filosófico. A cultura dominante do sequestro dos conflitos sociais, quer dizer, a cultura segundo a qual cada patologia social devia corresponder a uma arquitetura especializada de reclusão, somente foi alterada num único aspecto: a promiscuidade. A separação dos adultos e dos menores foi a bandeira vitoriosa dos reformadores norte-americanos, em menor medida de seus seguidores europeus e até há muito pouco, muito mais uma expressão de desejo de seus emuladores latino-americanos. Neste último caso, onde ainda hoje a colocação de menores de idade na prisão de adultos persiste como um problema não muito importante em muitas regiões.

O decurso da história evidenciou que a experiência dos tribunais para menores não representou qualquer avanço libertador ou humanitário na preocupação com a infância. Suas reformas não anunciavam um novo sistema de Justiça, mas facilitavam as práticas tradicionais orientadas para o controle social dos pobres, fundadas na confusão conceitual entre carência e delinquência. Sua ação, embora em grande parte baseada numa visão idealista e romântica sobre o jovem, era respaldada pela força, fundamentando os programas correicionais em grandes períodos de encarceramento, excessiva jornada de trabalho e disciplina militar.

## 1.2 A TRAJETÓRIA BRASILEIRA: DA VARA DE MENORES À VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No Brasil, o percurso que culminou na criação do primeiro Juízo com funções especializadas para atendimento aos menores, em 1923, seguiu, em grande parte, o influxo da trajetória que se desenvolvia a partir da experiência americana e nos países europeus.

A construção histórica da infância no país, no entanto, tem particularidades em seu curso até chegar a sua representação atual, na qual crianças e adolescentes assumem a condição de sujeitos de direitos, que devem ser assegurados integral e prioritariamente.

Por isso, a compreensão do processo que fundou as bases da estruturação da Justiça especializada para crianças e adolescentes no

país, não prescinde da análise desse itinerário, que pode ser brevemente resgatado tomando como referência o processo histórico dos marcos políticos do país, os quais delinearão caminhos diferenciados para a infância brasileira.

Nesta esteira podemos situar alguns marcos históricos relacionados ao período que vai do Império até a proclamação da República (1899), no qual iniciou-se a preocupação com a infância sob a influência da legislação portuguesa; da República Velha, passando pelo Estado Novo (1930) e a Ditadura Militar (1964), período no qual foi promulgado o primeiro Código de Menores conhecido como “Código de Mello Mattos” e estruturado o primeiro Juizado de Menores; da edição do Código de Menores de 1979 à Constituição Federal de 1988, e, após a redemocratização do país, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

A retrospectiva da história relativa à infância demonstra emergência das ideias e posturas indicadas no discurso e na prática jurídicos, divididas entre a defesa da criança e da sociedade, ora prevalecendo a tentativa de judicializar o problema, sob a forma de leis penais mais duras; ora prevalecendo a posição oposta, restringindo-se ao máximo a ação da Justiça.

A par das evoluções que foram se processando quanto às instituições, aos órgãos e às legislações, a história evidencia que, apesar da criação de mecanismos “protetivos” terem sua gênese relacionada à infância desvalida, delinquente, pobre, abandonada e em perigo, o rompimento promovido nesse processo transformou radicalmente a representação da infância no país, estabelecendo o marco divisor de mudanças estruturais profundas.

O conhecimento desse movimento de construção de direitos da criança e do adolescente no país permite situar as fronteiras do passado em relação ao novo marco legal correspondente à Doutrina da Proteção Integral, instituída pela Constituição Federal de 1988, em relação às práticas e arranjos institucionais que ainda remetem aos modelos e padrões de atendimento já superados.

### **1.2.1 Do Juiz de Órfãos à primeira Vara de Menores do Distrito Federal**

Durante a colônia até o Império, a preocupação fundamental com os indivíduos menores de idade limitava-se às hipóteses de

delinquência. As Ordenações Filipinas<sup>11</sup>, embora determinassem a imputabilidade penal aos sete anos, estabeleciam um sistema de diferentes punições de acordo com a idade, o que representava certa distinção em relação aos adultos, mas o cumprimento das penas ocorria no mesmo local. Entre dezessete e vinte e um anos, o menor poderia ser condenado à morte ou era estabelecida uma redução da pena, de acordo com o juízo do magistrado, considerando as circunstâncias do crime e a “malícia” da ação. Entre sete e dezessete anos, não era cabível a pena de morte, estando o menor sujeito às leis penais em geral.

O Código Criminal de 1830 estabelecia a responsabilidade penal para menores a partir de quatorze anos (art. 10, § 1º), acrescentando que,

[...] se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às Casas de Correção pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos.

Cabia ao juiz decidir quais as medidas aplicáveis a cada caso, e, sendo o menor condenado, era levado ao cárcere juntamente com os apenados adultos, não havendo diferença de tratamento entres estes depois de condenados.

Em relação à população infanto-juvenil órfã e exposta, a história brasileira teve forte influência do modelo assistencial de Portugal, fundado na caridade cristã e na iniciativa privada, voltadas,

---

<sup>11</sup> Dispõe o Título CXXXV, do Livro Quinto das Ordenações Filipinas: "Quando algum homem, ou mulher, que passar de vinte anos cometer qualquer delicto, dar-lhe-á a pena total, que lhe seria dada, se de vinte e cinco anos passasse. E se for de idade de dezessete anos até vinte, ficará ao arbítrio dos julgadores dar-lhe a pena total, ou diminuir-lha. E neste caso olhará o julgador o modo com que o delicto foi cometido e as circunstâncias dele, e a pessoa do menor; e se achar em tanta malícia, que lhe pareça que merece pena total, dar-lhe-á, posto que seja de morte natural. E parecendo-lhe que não a merece, poder-lhe-á diminuir, segundo qualidade, ou simpleza, com que achar, que o delicto foi cometido. E quando o delinquente for menor de dezessete anos cumpridos, posto que o delicto mereça morte natural, em nenhum caso lhe será dada, mas ficará em arbítrio do julgador dar-lhe outra menor pena. E não sendo o delicto tal, em que caiba pena de morte natural, se guardará a disposição do direito comum".

precipuaemente, ao recolhimento e atendimento de crianças nas Rodas de Expostos, como meio eficaz para evitar o infanticídio e o aborto.

De acordo com Irene Rizzini (2002, p. 10-11), a legislação, nas primeiras décadas no Brasil Império que fazem menção à infância, será em torno do recolhimento de crianças órfãs e expostas, preocupação fundada na ideologia cristã de amparar a infância abandonada. “O que encontramos são medidas de caráter assistencial, lideradas pela iniciativa privada de cunho religioso e caritativo”.

Embora a primeira Constituição Brasileira de 1824 não apresentasse nenhuma atenção especial em relação à criança, as questões relacionadas à situação dos órfãos ou expostos estavam sujeitas ao juiz de órfãos aos quais competia as partilhas de heranças, inventários, pedidos de emancipação e de solicitação de tutela, tratando-se de crianças órfãs com posses. Sua origem é identificada nas Ordenações Filipinas, que vigoravam no país durante o período colonial e disciplinavam as suas funções<sup>12</sup>. Conforme elucida AZEVEDO (1995),

---

<sup>12</sup> Ordenações Filipinas, Livro 1, Título LXXXVIII Dos Juizes dos Órfãos; Livro 4: Título CII Dos Tutores e Curadores, que se dão aos órfãos, Título CIV Dos que se escusam de ser Tutores. De acordo com as Ordenações Filipinas eram atribuições dos Juizes dos Órfãos: 1º - cuidar dos órfãos, de seus bens e rendas; 2º - fazer um levantamento do número de órfãos do lugar; 3º - elaborar, com o escrivão dos Órfãos, um livro onde constarão o nome de cada órfão, filiação, idade, local de moradia, com quem mora, tutor e curador, bem como inventário de seus bens móveis e de raiz e o estado em que se encontra; 4º - fazer que os culpados aos bens dos órfãos paguem por seus crimes; 5º - inventariar os bens dos defuntos que deixarem filhos menores de 25 anos; 6º - avaliar, com o escrivão dos Órfãos e outras pessoas juramentadas, os bens pertencentes aos órfãos que estiverem em processo de inventário ou partilha; 7º - entregar os órfãos menores e desamparados a pessoas capazes de criá-los, determinando que estas recebam o necessário ao seu sustento; 8º - fazer pregão dos órfãos maiores de sete anos, que forem dados por soldada; 9º - garantir o necessário ao mantimento, o vestuário, calçado e tudo mais dos órfãos que não forem dados por soldada, mandando registrar os gastos no inventário; 10º - mandar ensinar a ler e escrever os órfãos, que tiverem qualidade para isto, até a idade de 12 anos; 11º - fiscalizar a ação dos tutores e curadores em relação aos bens dos órfãos; 12º - conceder aos órfãos licença para casarem e cartas de suprimimento de idade; 13º - depositar o dinheiro dos órfãos numa arca com três chaves que ficarão com o juiz dos Órfãos, depositário e o escrivão dos Órfãos; 14º - ter jurisdição em todos os feitos civis em que os órfãos estiverem envolvidos, enquanto não forem emancipados ou casados; 15º - ter jurisdição sobre os feitos civis movidos pelos órfãos contra os que administrarem mal seus bens; 16º fazer a partilha dos bens dos órfãos.

Até o século XVIII esse cargo era exercido pelo Juiz Ordinário, que não tinha formação em direito. Com o crescimento da população colonial, em 2 de maio de 1731, foi regulamentado o cargo de Juiz de Órfãos no Brasil e então, a partir dessa data, as questões relacionadas aos menores foram de sua responsabilidade.

As diferenças no recrutamento e formação do juiz de órfãos são descritas pelo historiador José Murilo de Carvalho (1980, p. 136):

[...] após 1841 definiu-se o sistema jurídico que duraria, com pequenas modificações, até o Império. [...] A magistratura togada abrangia desde juízes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com um ano de prática forense para períodos de quatro anos. Podiam então ser promovidos a juiz de direito, ou ser nomeados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinham estabilidade. Já os juízes de direito possuíam estabilidade e só perdiam o cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro. [...] O grau mais alto da carreira era o Supremo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cujos membros tinham honras de ministros.

Posteriormente, com a proclamação da República, as antigas Províncias, agora Estados, possuíam autonomia para administrar e legislar. Ainda que cada Estado possuísse sua legislação respectiva, o corpo legislativo foi inspirado em Códigos anteriores e as Ordenações Filipinas continuaram a ser a base para muitas questões jurídicas, inclusive às relacionadas aos menores.

No juízo dos órfãos, a figura do promotor público era representada pelo curador-geral, que era a pessoa legalmente constituída como representante dos interesses dos órfãos. Ele deveria ser chamado a “dar vistas” a todos os processos em que havia órfãos como partes interessadas. Sem seu parecer sobre o caso, este não poderia ser julgado; dessa forma, era o “advogado dos órfãos” nesse juízo, daí a necessidade de ter formação em Direito.

Segundo a mesma legislação, os expostos nas Rodas eram considerados órfãos e deveriam ser apresentados aos juízes de Órfãos, para garantia de sua criação em hospitais ou a quem se dispusesse a acolhê-los, mediante pagamento, até que atingissem os sete anos de vida. Terminado esse período, eram confiados a um tutor nomeado, que deveria lhes ensinar um ofício, porquanto, como salienta Renato Pinto Venâncio (1999), os enjeitados “tornam-se alvo de preocupação do Estado, por serem vistos como trabalhadores em potencial”.

Ana Scott e Maria Sílvia Bassanezi (2005, p. 171), estudando a criança imigrante italiana em São Paulo, sobre o Juízo dos Órfãos, mostram que,

A documentação típica desse fundo compõe-se de processos de variada complexidade e tipologia e sua análise oferece uma visão sobre o cotidiano da criança, da família e das relações que se estabeleciam entre os adultos e as crianças em crise. Tais situações colocavam em pauta a necessidade de se transferir a autoridade sobre a criança para outro adulto ou instituição.

A partir da segunda metade do século XIX, a preocupação com a formação educacional das crianças reflete-se na produção legislativa, com a produção de leis que tratavam da regulamentação do ensino primário e secundário no Município da Corte<sup>13</sup>.

No entanto, como destacam André Viana Custódio e Josiane Rose Petry Veronese (2013, p. 45-47), embora nesse período ocorra a proliferação das escolas, para o universo empobrecido da população a realidade era muito diferente, sendo que as crianças indistintamente foram submetidas ao controle policial pelo artifício jurídico da vadiagem. Nesse contexto, havia uma preocupação pública com os considerados “vadios”, com determinações oficiais para o seu arrolamento e as providências pertinentes que deveriam ser tomadas.

As casas dos expostos continuavam a ser a alternativa assistencial para os problemas que ainda preocupavam as autoridades, os órfãos e enjeitados, afigurando-se a institucionalização como única alternativa viável. Os Juízes de Órfãos deveriam ser os responsáveis por essas crianças e encontrar um destino conveniente para elas, cabendo-lhes

---

<sup>13</sup> Decreto n. 630, de 17 de setembro de 1851, e n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 e Decreto n. 5.532, de 24 de janeiro de 1874, que cria escolas públicas de instrução primária. (In: RIZZINI, 2002, p. 13).

desempenhar “realmente e não *pro forma*, o honroso cargo de Juiz e de Pai desses convalidos cidadãos”, como salienta MARCÍLIO (2006, p. 183), a respeito de uma decisão do governo de regência.

Ao longo desse período, gradativamente, intensificaram-se as atividades dos juízes de órfãos referentes à infância pobre, em razão do grande número de crianças órfãs e desamparadas em decorrência das epidemias, e, principalmente na intermediação das questões relativas ao trabalho, para atender às preocupações das elites em passar por carências no suprimento de mão de obra, diante da abolição do tráfico de escravos em 1850.

A tutela, utilizada para colocação de órfãos em uma família, e o contrato de soldada, relação de “aluguel” da criança para serviços domésticos, deixaram de ser usadas segundo os princípios de proteção da criança para se tornar um amplo mecanismo de agenciamento do trabalho infantil, que passou a ser visto pelos poderes públicos como a principal forma de regeneração e educação dos menores pobres e indigentes, visando a, sobretudo substituir o serviço escravo das residências pelo trabalho dos menores abandonados.

Nessa trajetória, o advento da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, emerge como um marco temporal que simboliza o início de um processo de mudanças em relação à criança, já que estipulava obrigações no tocante à criação dos filhos de escravos, menores de doze anos, que nascessem libertos, prevendo medidas de recolhimento para os abandonados. “Crianças, cujos destinos eram traçados no âmbito restrito das famílias de seus donos, tornar-se-iam objeto de responsabilidade e preocupação por parte do governo e de outros setores da sociedade, entre eles, os médicos higienistas”. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 106-107).

Ao fim do século XIX, no contexto marcado pelo fim da escravidão e a proclamação da República, sob a orientação das ideias liberais e democráticas em curso no cenário internacional, que exerceram grande influência no país, na medida em que se ampliam as preocupações com a criança, órfã, exposta e delinquente, a área de atuação dos juízes de órfãos vai se modificando.

Embora ele continuasse cuidando das questões envolvendo o universo dos menores ricos, diversas leis começaram a ser aprovadas com o intuito de solucionar “o problema da criança”. (RIZZINI, 2002, p. 19).

Funcionando como um espelho da cidade, as ações que chegavam aos juízes apontavam uma



série de problemas enfrentados pela infância desvalida: abandono familiar e social; maus-tratos praticados pela família, pelos tutores ou pelos órgãos governamentais; excesso de trabalho nas residências ou fábricas; trabalho compulsório igual ao do período da escravidão; abusos sexuais e violências físicas, entre outros. (AZEVEDO, 1996, p. 15).

Os ideais republicanos para levar adiante o projeto de construção da nação e do projeto civilizatório, diante do grande aumento populacional nos centros urbanos, constituem o principal objeto de preocupação da elite intelectual e política da época, que, associando a pobreza à ociosidade, à vadiagem e à periculosidade, passam a ocupar o debate em torno de medidas preventivas e educativas. Para que se garantisse a paz social e o progresso da nação, seria preciso estabelecer a ordem, educar e moralizar a população – a começar pela infância – futuro da nação.

Os reformadores sociais da época defendiam a necessidade de intervenção do Estado na organização da Justiça e da assistência aos desclassificados da sociedade, bem como a proteção da infância com o propósito de salvar o país e construir a nação. O impulso decorrente dos fenômenos emergentes na sociedade moderna em face do desenvolvimento da economia mundial pós Revolução Industrial, com o consequente empobrecimento das classes trabalhadoras, era frequentemente exaltado como um desafio, cuja solução exibia a roupagem de uma “nova Justiça”, sensível às agruras do campo social.

A missão “saneadora” do país, no que tange à infância, era elaborada como parte da construção do projeto nacional desde os primeiros anos da instauração do regime republicano. O discurso predominante continha uma ameaça implícita em suas mensagens; a de que o país seria tomado pela desordem e pela falta de moralidade, se mantivesse a atitude de descaso em relação ao estado de abandono da população, em particular a infância. (RIZZINI, 2008, p. 77, grifos da autora).

Inspirados nos ideais iluministas modernos e amparados pelo desenvolvimento científico no campo da medicina, da sociologia, psicologia e da criminologia, a intervenção sobre a infância pobre

emerge, desse modo, como elemento central do projeto reformador filantrópico, fundada em estratégias moralizadoras sobre a família e na ação educacional associada ao trabalho.

Nesse contexto de ameaça e caos social, aliado ao aumento da delinquência infantil e juvenil e ao desenvolvimento de estudos na área da criminologia, é que os juristas passam a dominar o debate público propondo o seu enfrentamento sob a ótica de uma nova Justiça, ajustada às ideias liberais.

Não é difícil perceber a lógica que fez com que tais preocupações fossem prontamente associadas à fase da infância. Tendo-se consciência do significado social da infância (futuro da nação) e sendo do conhecimento corrente que a criança é facilmente moldável (para o bem ou para o mal), sabendo-se ainda que existiam “crianças criminosas” e que, na verdade, o número delas parecia aumentar assustadoramente, assim como os médicos e filantropos, os juristas viram na criança uma esperança rumo à “reforma civilizadora”. (RIZZINI, 2008, p. 117, grifos da autora).

A criança, sobre a qual as atenções se voltam nesse período, era aquela pertencente aos estratos empobrecidos da população, que necessitava de proteção do Estado e precisava ser corrigida ou reeducada, evidenciando a associação entre infância e pobreza, embora carregada de ambiguidade, pois, na lição da autora, “ou a criança personificava o perigo ou ameaça propriamente ditos ('viciosa, pervertida, criminosa...') ou era representada como potencialmente perigosa ('em perigo de o ser...')”. (RIZZINI, 2008, p. 45).

Com a elaboração de políticas reguladoras para a nova sociedade, e, aliando-se os discursos médico e jurídico visando a legitimar o controle social, as ações dos juizes são cada vez mais exigidas e o juizado de Órfãos passou a constituir-se em órgão essencial para se encaminhar e solucionar questões referentes ao abandono e marginalização da criança pobre, tornando-a figura central no espaço familiar.

Quanto ao pobre menino abandonado, fazia-se necessário criar um substituto à família. Para essa criança, tutelada pelo Estado, instituiu-se um

complexo aparato jurídico-assistencial, encarregado de educá-la e contê-la. Tornou-se ela objeto de minucioso escrutínio e ampla manipulação. Examinada sob todos os ângulos, classificada de acordo com seu estado de abandono e grau de periculosidade, diagnosticada e finalmente submetida ao tratamento que a “remediasse”, essa criança, invariavelmente filha da pobreza, será transformada em *menor*. (RIZZINI, 2008, p. 89, grifos da autora).

As doenças, a falta de condições para o sustento e educação dos menores eram entendidas como reflexo dos comportamentos desviantes de seus pais ou tutores, percebidas como falta de moral para transmitirem às crianças os novos ideais, justificando a intervenção pública com o objetivo de subtrair a sua autoridade sobre os filhos.

Assim, a assistência à vida infantil incluía uma constante vigilância sobre os atos de seus pais. Um deslize, uma “falta de moral” ou um desemprego eram suficientes para a “mão protetora do Estado” interferir na vida privada e entregar a posse do menor a outra pessoa. Quando o juiz “comprovava” as denúncias feitas por terceiros, ele poderia retirar dos pais a posse da criança, nomeando-lhe um tutor, ou até mesmo destituir, definitivamente os pais do pátrio poder. (AZEVEDO, 1995, p. 107, grifos da autora).

Por outro lado, o papel desempenhado pelos juízes de órfãos estava em consonância com uma política mais ampla, que, fundamentada nos propósitos higienistas e moralizante das populações pobres, visava a produzir trabalhadores mais adestrados e submissos, por meio de ações principalmente baseadas na “valorização” da infância e na educação profissionalizante, “preservando-a do contato com o vício e vadiagem encontrados na rua”. (MOURA, 1999, p. 89-102).

Com o apoio de uma ampla rede de instituições e de equipamentos sociais instalados a partir da década de 1870, como espaços para a promoção do bem-estar e futuro profissional dos menores, cabia aos juizados de órfãos, por meio de decisões sumárias, encaminharem as crianças ditas corrompidas para a ação correicional. Tais instituições concretizavam o interesse de parte da sociedade de retirar de circulação as crianças tidas como perigosas.

No entanto, o termo “corrompido, vadio, ou criminoso” é muito vago quando se fala de menores com idade entre 9 e 21 anos. Dessa forma, temos vários casos de crianças que passaram pelo instituto pela simples acusação de desobediência ou por falta de emprego. Esse “novo sistema de educação infantil” foi usado indiscriminadamente por famílias, tutores, contratantes e polícia. Tudo com o aval dos juizes de órfãos. (AZEVEDO, 1996, p. 31, grifos da autora).

Em 1890, o sistema judiciário brasileiro é reformado, incluindo a adoção do Código Penal, em substituição ao Código Criminal do Império, por meio do Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, que, no seu art. 27, estabeleceu limites para a responsabilidade criminal, isentando de responsabilização os menores de nove anos completos, assim como os maiores de nove anos e menores de quatorze anos, desde que ausente o discernimento. Os maiores de nove anos e menores de quatorze que atuassem com discernimento, seriam “recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos”, conforme estabelecido no artigo 30.

Como lembram André Viana Custódio e Josiane Rose Petry Veronese (2013, p. 47),

A consolidação do binômio delinquência-trabalho foi o viés pelo qual as políticas institucionais foram consolidadas e gradativamente orientadas para o absoluto controle social através da institucionalização, ou seja, a criminalização daqueles caracterizados como “menores”. Portanto, a resposta através das práticas de imposição de trabalhos, em sua maior parte forçados, foi a solução republicana para o problema da menoridade. (grifos dos autores).

Influenciado pelas doutrinas higienistas e positivistas em vigor, preocupado com o controle social e a retirada das crianças das ruas, o

Código Penal ainda tratou de penalizar várias condutas correspondentes ao abandono, como as previstas nos artigos 289, 292 e 298<sup>14</sup>.

Os menores infratores dividiam com os adultos os mesmos espaços nas cadeias destinados ao cumprimento das penas por delinquentes maiores, o que era visto como um problema pelas modernas teorias penais, já que o contato iria torná-los cada vez mais irreversíveis, justificando, assim, a necessidade de criação de colônias agrícolas, para os adolescentes órfãos e não corrompidos, e de reformatórios ou casas de correção para os “viciosos”, seguindo os modelos europeu e norte-americano.

Apenas em 1908, com a edição do Decreto nº 6.994, de 19 de junho, estabeleceu-se a criação das “colônias correccionaes”, determinando o recolhimento dos maiores de quatorze anos juntamente com outras categorias identificadas como “desclassificados” da sociedade. Somente os menores de quatorze anos deveriam ser recolhidos a estabelecimentos industriais ou de regeneração mantidos pelo Estado ou pela iniciativa privada (art. 52, § 6º).

Tal diploma legal compunha a consolidação de um aparato legal e institucional criado no país a partir da segunda metade do século XIX, na tentativa de regular a situação da infância, com vistas ao

---

<sup>14</sup>Art. 289. Tirar, ou mandar tirar, infante menor de 7 annos da casa paterna, collegio, asylo, hospital, do logar emfim em que é domiciliado, empregando violencia ou qualquer meio de seducção:

Pena – de prisão celllular por um a quatro annos.

Paragrapho unico. Si o menor tiver mais de 7, porém menos de 14 annos:

Pena – de prisão celllular por um a tres annos.

Art. 292. Expor, ou abandonar, infante menor de 7 annos, nas ruas, praças, jardins publicos, adros, cemiterios, vestibulos de edificios ou particulares, emfim em qualquer logar, onde por falta de auxilio e cuidados, de que necessite a victima, corra perigo sua vida ou tenha logar a morte:

Pena – de prisão celllular por seis mezes a um anno.

§ 1º Si for em logar ermo o abandono, e, por effeito deste, perigar a vida, ou tiver logar a morte do menor:

Pena – de prisão celllular por um a quatro annos.

§ 2º Si for autor do crime, o pae ou mãe, ou pessoa encarregada da guarda do menor, soffrerá igual pena com augmento da terça parte.

Art. 298. Matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios directos e activos, quer recusando a victima os cuidados necessarios á manutenção da vida e a impedir sua morte:

Pena – de prisão celllular por seis a vinte e quatro annos.

Paragrapho unico. Si o crime for perpetrado pela mãe para occultar a deshonra propria: Pena – de prisão celllular por tres a nove annos.

disciplinamento e controle social das crianças pobres, já que, para aquelas da elite, a atenção era voltada à educação. A manutenção de práticas assistencialistas, sustentadas pela caridade e filantropia, alinhava-se aos novos ideais em prol da moralização necessária à estabilidade das relações sociais.

Logo após a proclamação da República, as primeiras leis que tramitavam na Câmara identificavam a criança abandonada (material e moralmente) e delinquente, como sujeita à tutela da Justiça-Assistência. Para tanto, criaram-se dispositivos de intervenção, sob a forma de normas jurídicas e procedimentos judiciais, que atribuíam ao Estado o poder de atuar sobre o menor e intervir sobre a família em todos os níveis – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Tais dispositivos constituíam, na verdade, uma nova versão de instrumentos de controle adaptados para este segmento da população: foram elaboradas leis de proteção e assistência ao menor; inventados os tribunais para menores; reestruturadas as instituições para a infância (asilares e carcerárias) e criado um sistema de liberdade vigiada, destinado a manter parte dos menores fora do asilo, porém sob cerrada vigilância. (RIZZINI, 2008, p. 130).

Considerado como “um magno problema social” (RIZZINI, 2008), a assistência e proteção aos menores volta sua preocupação para os abandonados material e moralmente, alinhando-se com as modernas teorias positivistas da época que preconizavam a importância dos cuidados com a criança como estratégia fundamental para a prevenção à criminalidade.

Por outro lado, as condições precárias dos grandes conglomerados urbanos, com a transição da economia rural e a carência de empregos na cidade, resultaram na preocupação em relação ao aumento da criminalidade infantil, mobilizando a elite intelectual à busca de alternativas para não colocar em risco o projeto nacional, como destacavam os autores da época.

O abandono e o vício são germens da delinquência. Os menores abandonados ou moralmente pervertidos irão ao crime de um

modo fatal. A criminalidade juvenil é, por assim dizer, o resultado final do abandono, a consequência natural e lógica deste. A observação e a experiência demonstram que a infância abandonada é a sementeira do crime. (MINEIRO, 1929, p. 17).

A legislação do período revela, em seu conteúdo, a preocupação do país em torno de um reordenamento político e social, e, o primeiro projeto a tratar diretamente da regulamentação da infância, tratada como “moralmente abandonada e delinquente”, foi de autoria do deputado Alcindo Guanabara, de 1906<sup>15</sup>, pelo qual, destaca-se, dentre outros assuntos tratados, a questão da autoridade e controle por parte da autoridade judiciária (art. 1º), os casos de suspensão, destituição ou devolução do pátrio poder (arts. 2º e 3º), a questão da regulamentação da idade criminal e a criação de instituições para menores.

Outro projeto de lei que merece destaque foi o de João Chaves, em 1912<sup>16</sup>, que, ao passo em que inova ao propor o maior afastamento da área penal, reforça a ideia, que já se fazia presente, de existirem juízes e tribunais especiais para menores, na esteira das recomendações discutidas no I Congresso Internacional dos Tribunais para Menores, realizado na cidade de Paris em 1911.

Nossa análise nos leva a crer que por volta da década de 1910, já estava formada a essência da legislação relativa aos menores, bem refletida no projeto de João Chaves. Ela apontava que o Estado assumisse a responsabilidade como uma espécie de tutor oficial; à criação da função do juiz e do tribunal especializados nos assuntos concernentes aos menores; a fixação da idade penal em 14 anos, sendo a menor idade um atenuante às penas; ao escrutínio e à vigilância sobre a vida do menor, bem como sobre os seus

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira/315-sessao-de-31-de-outubro-de-1906>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>16</sup> Projeto n. 94, de 17 de julho de 1912. “Providencia sobre a infancia abandonada e criminosa”. Disponível em: [http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art\\_catid=15&legislacao\\_ano=1911+-+1920&art\\_title=1912&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar\\_legislao](http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art_catid=15&legislacao_ano=1911+-+1920&art_title=1912&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar_legislao). Acesso em: 22 maio 2013.

ascendentes e o controle sobre sua família, tendo o poder de suspender, destituir e restituir o pátrio poder. Por fim, a criação de estabelecimentos que cuidassem da educação ou da reforma dos menores sob a tutela do Estado. (RIZZINI, 2002, p. 22-23).

Nesse contexto, conforme sustenta Gislaíne Azevedo (1995), a partir da década de 1910, a importância dos juízes de órfãos começou a declinar, na medida em que outros órgãos passaram a desempenhar o papel até então sob a responsabilidade desses magistrados, como as comissões sanitárias, delegacias de polícia e institutos disciplinares. Nessa mesma época, o próprio Código Civil de 1917 trouxe profundas mudanças em relação à responsabilidade do Estado e da família sobre a criança. No entanto, é apenas na década de 1920, com a nova organização da assistência social regulamentada em 1923, que serão implementadas mudanças sociais e jurídicas significativas para a proteção da criança e do adolescente no país.

Concomitantemente aos movimentos europeus e norte-americanos de modernização da Justiça, o ideal moralizador no país teve, assim, repercussão direta sobre a legislação e a prática jurídicas destinadas à situação dos menores, especialmente voltadas para justificar a sua contenção e recuperá-los para a vida em sociedade, indo além da punição característica da Justiça repressiva.

O forte apelo evocado pelo perigo evidente que a criminalidade representava para a sociedade foi criando as condições necessárias para que se instalassem as bases de um “novo direito”, um direito que expandia a ação da justiça para além do caráter punitivo do cárcere, fazendo com que suas ramificações no campo social rapidamente se alastrassem. (RIZZINI, 2008, p. 124, grifos da autora).

O discurso adotado pelos reformadores sociais interessados na salvação da criança era respaldado no amplo debate internacional sobre o movimento de reforma da Justiça, que preconizava a importância da regeneração do indivíduo através da educação, em detrimento da simples punição pelo crime cometido, diante das grandes chances de recuperação. Assim, a necessidade de reforma da Justiça para os



menores era reforçada pelo suposto aumento da criminalidade infantil<sup>17</sup>, sob a influência dos estudos advindos da sociologia, psicologia, psiquiatria e antropologia criminal.

No rastro do movimento de humanização da Justiça, e, sob o argumento de que o Brasil não seguia o exemplo dos países que levavam a sério a assistência jurídica à infância, que, moralmente abandonada acabava se tornando delinquente, ganhava força a ideia de compreender a pretensa criminalidade infantil, promovendo o seu afastamento da área criminal, justificando-se a sua organização sob novas bases.

Via-se no delinquente uma vítima das influências do meio social, da negligência e da falta de vigilância dos pais e dos maus-exemplos que lhes dão. Por isso, perante a infância e a adolescência, a lei e, em especial, o Direito Penal, deveria mudar os seus critérios de julgamento, estabelecer sanções especiais, modificar o processo e a estrutura judicial, desde as audiências ao recrutamento de magistrados, “porque esses jovens seres, ainda incompletamente formados, instintivos antes que conscientes, amorais antes que imorais, têm necessidade de serem tratados por métodos especiais e por especialistas”. (MATTOS, 1929, p. VII).

As mudanças, portanto, deveriam ser acompanhadas pelas necessárias reformas legislativas para implementação das novas medidas correicionais. As ideias de discernimento, culpabilidade, responsabilidade e penalidade estavam definitivamente banidas das leis novas relativas a crianças e adolescentes. A noção de pena é substituída, assim, por medida educativo-disciplinar, antes que reprimir e punir.

---

<sup>17</sup> De acordo com José Gabriel de Lemos Britto (1916), “quem estudar as estatísticas do crime, nos últimos tempos, há de parar perplexo, entristecido e assombrado, ante a evidência desta verdade: o coeficiente dos crimes praticados por menores duplicou no espaço de alguns anos! [...] Conclui-se que o problema da criminalidade dos menores tomou aspecto gravíssimo, a provocar o zelo dos criminalistas e dos homens de Estado”. (\_\_\_\_\_. Um problema gravíssimo – colônias correccionais e tribunais para menores. In: Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Obras completas – assistência a menores – direito penal – ciência e prática penitenciárias**. 1 vol., p. 87-88, 1959). Para Martha Toledo Machado (2003, p. 31), diz-se “suposto” aumento da criminalidade, porque à época, “os autores não apresentaram estatísticas anteriores nem dados comparativos confiáveis com a criminalidade dos adultos, que possam autorizar a certeza de que a criminalidade infantil efetivamente estava crescendo de maneira diversa da criminalidade em geral”.

Os argumentos para a necessária reforma da Justiça, que orientou a construção do Direito do Menor, foram reforçados pela tese de doutoramento de Noé de Azevedo, apresentada perante a Faculdade do Largo de São Francisco, na década de 1910, intitulada “Dos Tribunais Especiais para Menores Delinquentes e como podem ser creados entre nós” (sic), no qual sustentava que:

De todas as instituições filhas do espírito tutelar e protetor que caracteriza o tratamento atual dos delinquentes, a mais importante e que se pode considerar como síntese e concentração de todas as outras é sem dúvida a criação dos Tribunais para menores ou Tribunais juvenis [...] Estes Tribunais juvenis, que vamos estudar nas páginas deste livro, não são instituições repressivas, cuja missão consistia em julgar os delinquentes menores e impor-lhes a pena merecida, mas ao contrário, sua função é puramente paternal e educativa: sua principal missão consiste no estudo do menor, de sua personalidade e de seu ambiente, e em adotar, tendo por base estes conhecimentos, a medida mais adequada à sua salvação moral e social. Estes organismos, apesar de seu nome, Tribunal, não julgam, nem pesam com a clássica balança, os delitos dos acusados que comparecem ante eles, mas analisam, esquadrinham o caso particular que se lhes apresenta, como o médico examina o enfermo, para aplicar como este o remédio mais apropriado. (apud MACHADO, 2003, p. 39-40).

Nesse contexto, em 1923, o Decreto n. 16.272 reorganiza a Justiça do Distrito Federal, incluindo a figura do Juiz de Menores na Administração da Justiça, tendo o magistrado José Cândido Albuquerque Mello Mattos, como o primeiro juiz de menores da América Latina. No ano de 1924, é editada a Lei n. 2.059, criando o Juízo Privativo de Menores no Estado de São Paulo<sup>18</sup>, e o Decreto n.

---

<sup>18</sup> Artigo 1.º- Fica creado na comarca da Capital, para amparo e protecção processo e julgamento dos menores abandonados ou delinquentes, o cargo de juiz privativo de menores.

Artigo 2.º- As suas attribuições serão;

16.338, que aprova o regulamento do Conselho de Assistência e Protecção do Menor, como órgão auxiliar do juízo, disciplinando as suas funções<sup>19</sup>.

- 
- 1) - processar e julgar o abandono de menores e os crimes ou contravenções por elles praticados;
  - 2) - proceder á verificação do estado physico e moral dos menores sujeitos ás suas deliberações, e, ao mesmo tempo da situação moral social e economica dos paes, tutores e responsaveis pelos alludidos menores;
  - 3) - ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilancia, e educação dos menores abandonados e delinquentes;
  - 4) - nomear os commissarios de vigilancia, retribuidos e aceitar e dispensar os voluntarios ou gratuitos que se offerecerem;
  - 5) - conceder e revogar o livramento condicional aos menores internados em escolas de refôrma, na cormarca da sua jurisdição;
  - 6) - designar a pessoa sob cuja vigilancia deverá ficar cada um dos menores que obtiver esse favor e a fôrma da mesma vigilancia;
  - 7) - decretar a suspensão ou a perda do patrio poder, relativamente aos menores abandonados a delinquentes;
  - 8) - nomear-lhes e destituir-lhes os tutores;
  - 9) - fixar a pensão devida pelo pae, mãe ou pessoa obrigada á prestação de alimentos;
  - 10) - impôr as multas a que se referem os paragraphos 15 e 31 do artigo 3º da lei n. 4.242, de 5 de Janeiro de 1921, e artigo 33, n. 6, letra a, do regulamento approved pelo decreto n. 16.272, de 20 de Dezembro de 1923;
  - 11) - fiscalizar os estabelecimentos publicos ou privados, em que se acham menores sob sua jurisdição, tomando as providencias que lhe parecerem convenientes;
  - 12) - fiscalizar, por intermedio dos commissarios de vigilancia, a observancia dos artigos 210, 211, § unico; 212 §1º e 2º; 213 §1º, 2º, 3º 4,º e 5º do decreto 2918, de 9 de Abril de 1918, que baixou por autorisação contida na lei n. 1596, de 29 de Dezembro de 1917;
  - 13) - organizar um relatório annual, minucioso e documentado, do movimento do juízo, remetendo-o, no primeiro mez do anno seguinte á Secretaria da Justiça e da Segurança Publica;
  - 14) - cumprir e fazer cumprir as disposições dessa lei e respectivo regulamento.

<sup>19</sup> Art. 1º. O Conselho de Assistência e Protecção aos Menores tem por fins:

I - vigiar, proteger e collocar os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada e os que forem designados pelo respectivo juiz;

II - auxiliar a acção do juiz de menores e seus commissarios de vigilância;

III - exercer sua acção sobre os menores na via publica, concorrendo para a fiel observância da lei de assistência e protecção aos menores;

Nesse contexto histórico, a mudança do papel da Justiça, com a sua crescente associação à assistência, é bem destacada por PILOTTI e RIZZINI (1995, p. 112), cujos reflexos serão claramente identificados no processo que se desenvolveu durante as duas primeiras décadas do século XX e que deu origem à criação de uma legislação especial para a infância, o Código de Menores.

[...] A proposta maior que agitava o meio jurídico era a de uma mudança na própria conceituação de justiça. Visava-se uma humanização da justiça e do sistema penitenciário. No rastro deste movimento, é que o caso específico da criança foi contemplado. Ganhava força a ideia de que era necessário “compreender a pretensa criminalidade infantil”, promovendo o seu afastamento da área penal. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 112, grifos dos autores).

---

IV - visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores, fabricas e officinas onde trabalhem e communicar ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores os abusos e irregularidades que encontrar;

V - fazer propaganda na Capital Federal e nos Estados, com o fim não só de prevenir os males sociaes tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime entre os menores, ou comprometter sua saúde e vida, mas também de indicar os meios que neutralizem os effeitos desses males.

Art. 2º. Incumbe também ao mesmo Conselho, no desempenho de sua alta função social:

I - fundar estabelecimentos para a educação e reforma dos menores abandonados, viciosos e anormaes pathologicos;

II - obter dos institutos particulares a acceitação de menores protegidos pelo Conselho ou tutelados pela justiça;

III - organizar, fomentar e coadjuvar a constituição de patronatos de menores no Districto Federal;

IV - promover por todos os meios ao seu alcance a completa prestação de assistência aos menores sem recurso, doentes ou débeis;

V - occupar-se do estudo e resolução de todos os problemas relacionados com a infancia e a adolescencia;

VI - organizar uma lista das pessoas idôneas, ou das instituições, officiaes ou particulares, que queiram tomar a seu cuidado menores, que tiverem de ser collocados em casas de família ou internatos;

VII - administrar os fundos que forem postos á sua disposição para o preenchimento dos seus fins.

Nessa aliança com a assistência que precedeu a fase embrionária do Código de Menores, a Justiça buscou definir suas funções de cunho social, repudiando seu caráter estritamente punitivo-repressivo, o que foi feito através da aproximação com as instituições filantrópicas, aproveitando-se de seu acesso ao segmento de pobres e necessitados, sobre o qual era preciso intervir.

No caso da infância, representantes das esferas da Justiça e da Assistência assumem a causa e defendem a criação de um “sistema de proteção aos menores”, prevendo-se a elaboração de legislação própria e ação tutelada pelo Estado, com apoio das iniciativas privadas de amparo ao menor [...]. A partir daí, surgem instâncias regulatórias da infância – os Juizados de Menores e uma legislação especial – o Código de Menores (ambas na década de 1920). Os representantes da Justiça e da assistência buscam na aliança a autossustentação pela complementação de suas ações. Ambas inserem-se na lógica do modelo filantrópico, que visava o saneamento moral da sociedade através da assistência ao pobre. Tornam-se politicamente viáveis ao servir à função regulatória de enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho. (RIZZINI, 2002, p. 32, grifos da autora).

Num dos artigos que publicou em 1916, o desembargador Ataúlpho de Paiva afirma que, o antigo juiz penal, “somente tinha a preocupação de capitular o delicto e aplicar a respectiva pena ao caso corrente. Nada mais impróprio nem menos apto para o exercício do moderno papel da Justiça”. (apud RIZZINI, 2002, p. 33).

Assim, ao longo da década de 1920, os desdobramentos da “nova Justiça” passam a consolidar-se, e, nas Câmaras Municipais e Estaduais, particularmente do Rio de Janeiro e São Paulo, tramitavam projetos de lei em torno dos debates sobre a organização da Justiça e assistência aos menores, com frequência associada à ideia de “salvação da criança”, vista como elemento chave para a consolidação do projeto republicano.

Finalmente, no ano de 1927, foi promulgado o primeiro documento legal dirigido à população menor de 18 anos. Elaborado por uma comissão de juristas, o Código de Menores, instituído pelo Decreto n. 17.943-A, que ficou popularmente conhecido como Código Mello

Mattos, substituiu o Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926, o qual editou o primeiro Código de Menores, procurou consolidar todas as legislações relativas à menoridade e ao trabalho de menores.

Como salienta Josiane Rose Petry Veronese (1997, p. 10), o Código de Menores:

[...] conseguiu corporificar leis e decretos que, desde 1902, propunham-se a aprovar um mecanismo legal que desse especial relevo à questão do menor de idade. Alterou e substituiu concepções obsoletas como as de discernimento, culpabilidade, responsabilidade, disciplinando, ainda, que assistência à infância deveria passar da esfera punitiva para a educacional.

O Código de Menores era endereçado não a todas as crianças, mas apenas àquelas tidas como abandonadas ou delinquentes, conforme previa o seu art. 1º, nas hipóteses previstas no art. 26<sup>20</sup>. De acordo com

---

<sup>20</sup> Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 annos:

I, que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja, guarda vivam;

II, que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistencia, devido a indigencia, enfermidade, ausencia ou prisão dos paes. tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;

III, que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido;

IV, que vivam em companhia de pae, mãe, tutor ou pessoa que se entregue á pratica de actos contrarios á moral e aos bons costumes;

V, que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;

VI, que frequentem logares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida.

VII, que, devido á crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos paes, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

a) victimas de máos tratos physicos habituaes ou castigos immoderados;

b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensaveis á saude;

c) empregados em occupações prohibidas ou manifestamente contrarias á moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saude;

d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;

Irene Rizzini (2002, p. 38), o país optou pelo investimento numa política predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade com acesso universal, e, “do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é potencialmente perigosa”.

Para a infância mantida sob os cuidados da família, estava reservada a cidadania, enquanto aquela que deveria ser mantida sob a tutela vigilante do Estado (o menor), por sua vez, estaria submetida às leis, medidas filantrópicas e programas assistenciais.

Nesse sentido, os significados que o termo “menor” enfeixavam remetiam “a um processo mais amplo de hierarquização social, que permitiam que fosse consolidada uma desigualdade de acesso ou utilização de direitos legalmente estabelecidos”. (CUSTÓDIO, 1999, p. 22).

A codificação normativa das leis e regulamentos que disciplinavam a assistência e proteção aos menores, unifica e sistematiza os princípios da nova concepção tutelar dirigida ao menor de dezoito anos, abandonado ou delinquente, como previsto no artigo 1º, que trata do objeto e fim da lei<sup>21</sup>, marcando oficialmente a implantação do Direito do Menor no país, que, aliada à distinção que se fez entre a(s) infância(s), como destaca Martha Toledo Machado (2003, p. 33), “vai conformar todo o direito material da Infância e da Juventude e as instâncias judiciais criadas para aplicação desse direito especial, que, ele sim, já nasceu ‘menor’” (grifos da autora).

Objetivando estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude pobres, o novo Código regulamentou questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada, descrevendo de forma mais minuciosa as atribuições o juiz de menores,

---

VIII, que tenham pae, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condemnado por sentença irrecurível;

a) a mais de dous annos de prisão por qualquer crime;

b) a qualquer pena como co-auctor, cúmplice, encobridor ou receptador de crime commettido por filho, pupillo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes.

<sup>21</sup> Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Código.

que foi revestido de inúmeras atribuições para salvaguarda de sua proteção e correção.

A impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a juventude. Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas “protetivas” e também assistenciais, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma”. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 130, grifos dos autores).

Reformando dispositivos do Código Civil de 1916 e do Código Penal de 1890, embora pretendesse unificar todos os dispositivos relativos aos menores, outras relações jurídicas, como as referentes à capacidade civil, tutela e na condição de vítima de crime, continuavam a ser disciplinadas por estas legislações.

Em termos dos dispositivos que a compõem, a lei era mais minuciosa quanto às atribuições da autoridade competente, o juiz de menores e sobre a atuação do juizado. No artigo 147, estabeleceu-se a sua competência, incumbindo-lhe:

- I, processar e julgar o abandono de menores de 18 anos, nos termos deste Código e os crimes ou contravenções por elles perpetrados;
- II, inquirir e examinar o estado physica, mental e moral dos menores, que comparecerem a juizo, e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsaveis por sua guarda;
- III, ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilancia e educação dos menores abandonados ou delinquentes;
- IV, decretar a suspensão ou a perda do patria poder ou a destituição da tutela, e nomear tutores;



V, supprir o consentimento dos paes ou tutores para o casamento do menores subordinados á sua jurisdicção;

VI, conceder a emancipação nos termos do art. 9º, paragrapho unico, n. 1, doCodigo Civil, aos menores sob sua jurisdicção;

VII, expedir mandado de buscar a apprehensão de menores, salvo sendo incidente de acção de nullidade ou anulação de casamento ou do desquite, ou tratando-se de casos da competencia dos juizes de orphãos;

VIII, processar e julgar as infracções das leis e dos regulamentos de assistencia e protecção aos menores de 18 annos;

IX, processar e julgar as acções de soldada dos menores sob sua jurisdicção;

X, conceder fiança nos processos de sua competencia;

XI, fiscalizar o trabalho dos menores;

XII, fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdicção, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias;

XIII, praticar todos os actos de jurisdicção voluntaria tendentes á protecção e assistencia aos menores de 18 annos, embora não sejam abandonados, ressalvada a competencia, dos juizes de orphãos;

XIV, exercer as demais attribuições pertencentes aos juizes do Direito e comprehensivas na sua jurisdicção privativa;

XV, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Codigo, applicando nos casos omissos as disposições de outras leis, que forem adaptaveis ás causas civeis e criminaes da sua competencia:

XVI, organizar uma estatistica annual e um relatorio documentado.

A ação da nova Justiça de menores é estabelecida assim, precipuamente, em razão da condição de abandono, verificada em processo específico (verificação do estado de abandono), ou delinquência, ainda que previstos outros dispositivos referentes à proteção da primeira idade (Capítulo II), proteção ao trabalho (Capítulo

IX) e de vigilância (Capítulo X), indicando seu âmbito de atuação para a infância e adolescência marginalizadas, que legitimavam e justificavam a sua criação.

Submetidos à classificação e categorização prevista na tipologia legal, crianças e adolescentes eram identificados como expostos<sup>22</sup>, abandonados, vadios<sup>23</sup>, mendigos<sup>24</sup> e libertinos<sup>25</sup> e estavam sujeitos às medidas previstas na lei, desde a apreensão, entrega aos pais ou responsável, vigilância, tratamento, internação em asilo, escola de preservação ou outra instituição e a destituição ou suspensão do pátrio poder, de acordo com o prudente arbítrio do juiz, que poderia agir de ofício<sup>26</sup>, independentemente de requerimento das partes ou do Ministério Público, estando as medidas sujeitas à revisão a qualquer tempo ou no máximo a cada três anos<sup>27</sup>.

Em relação aos delinquentes, autor ou cúmplice de fato descrito como crime ou contravenção, o Código de Menores avança ampliando a

<sup>22</sup> Art. 14. São considerados expostos os infantes até sete annos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja.

<sup>23</sup> Art. 28. São vadios os que:

a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instrucção ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;

b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

<sup>24</sup> Art. 29. São mendigos os menores que habitualmente pedem esmola para si ou para outrem, ainda que este seja seu pae ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objectos.

<sup>25</sup> Art. 30. São libertinos os menores que habitualmente:

a) na via publica perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a pratica de actos obscenos;

b) se entregam á prostituição em seu proprio domicilio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerancia, para praticar actos obscenos;

c) forem encontrados em qualquer casa, ou logar não destinado á prostituição, praticando actos obscenos com outrem;

d) vivem da prostituição de outrem.

<sup>26</sup> Nesse sentido, os arts. 53, 63, 66, 161, 165, 166, 176, 180, 183 e 185 mencionam expressamente a iniciativa judicial para instauração dos processos a que se refere.

<sup>27</sup> Conforme artigos 63 e 65.

idade penal para dezoito anos, estabelecendo que os menores de quatorze anos não responderiam a processo, sujeito, se abandonados ou pervertidos, às medidas de colocação em asilo, escola de preservação ou casa de educação, até os vinte e um anos<sup>28</sup>. Acima dessa idade e até os dezoito anos, estariam sujeitos a processo especial e às medidas de advertência, tratando-se de contravenção, ou de internação em escola reformatória<sup>29</sup>. “Não se trata de penas, embora alguns escritores chamem essas medidas de penas educadoras: trata-se caracteristicamente de ‘medidas de segurança criminal’”. (MINEIRO, 1929, p. 89, grifos da autora).

A legislação privilegiava a internação ou institucionalização de crianças e adolescentes, demonstrando que a segregação física e a restrição de liberdade eram habituais e desprovidas de qualquer garantia constitucional, visando, sobretudo, a eliminação dos indesejáveis da sociedade. As medidas propostas proporcionavam um maior controle da população nas ruas por meio da intervenção policial.

A aplicação de medida de internação e/ou institucionalização aos adolescentes que não apresentavam, qualquer problema de conduta era definida assim, pelo simples fato de serem abandonados. A diferença para o menor delinquente era que este seria internado em uma escola de reforma e o abandonado, num asilo. (LIBERATI, 2003, p. 54).

Alinhado às propostas em curso em outros países, elimina-se o critério do discernimento e suprime-se a aplicação da pena ou medidas repressivas, adotando-se o instituto da sentença relativamente indeterminada, ao estabelecer prazo mínimo e máximo para as medidas de educação e reforma pelo período de um a sete anos, a ser fixado pelo juiz, a depender da reabilitação do infrator.

---

<sup>28</sup> Conforme art. 68, § 2º.

<sup>29</sup> Art. 69 [...]

§ 2º Si o menor não fôr abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar do tratamento especial, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco annos.

§ 3º Si o menor fôr abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessario á sua educação, que poderá ser de tres annos, no minimo e de sete annos, no maximo

A indeterminação da sentença, que, já no Congresso de Paris de 1911 não era consenso, constitui-se em um dos pontos centrais da nova concepção tutelar nacional, justificada pela sua utilidade e necessidade para garantia da possibilidade de prolongarem-se as medidas pedagógicas-correicionais até a regeneração do delinquente, proporcionando a sua individualização, já que, como sustentavam seus defensores, seria impossível ao magistrado avaliar previamente o seu temperamento, caráter e perversidade e delimitar a duração necessária à sua eficácia.

A proibição expressa de colocação de menores em prisão comum, embora admitida excepcionalmente, desde que separados dos condenados maiores<sup>30</sup>, as audiências secretas<sup>31</sup> e a liberdade vigiada, reproduzem as características essenciais do primeiro juizado especializado para menores no país, motivadas pela própria natureza da jurisdição,

[...] de alguma sorte familiar, o que não se concilia com a presença do público. O juiz pode dessa maneira influenciar facilmente o espírito do menor por seus conselhos, suas censuras ou ameaças, seus encorajamentos ou carinhos. Tem sido notado que, quando o público não está presente, as palavras do juiz têm um efeito feliz, tanto sobre os menores quanto sobre os pais ou responsáveis por eles: os menores confessam sinceramente os seus segredos, abrem o seu coração, e ficam comovidos com os conselhos ou repreensões, que recebem, ao passo que, nas audiências públicas eles se mostram retraídos e reservados, pouco falam ou ficam calados e recebem mal as palavras do juiz. (MINEIRO, 1929, p. 151).

Optando pelo critério do juiz singular, justificado como mais adequado para penetrar na individualidade do jovem culpado e obter sua confiança, a parte especial do Código de Menores aperfeiçoa a redação do Decreto n. 16.272, de 1923, que cria o Juízo de Menores no Distrito

---

<sup>30</sup> Conforme artigos 87, 88 e 169, § 4º.

<sup>31</sup> Art. 88. O processo a que forem submetidos os menores de 18 annos será sempre secreto. Só poderão assistir ás audiencias as pessoas necessarias ao processo e as autorizadas pelo juiz.

Federal, de competência privativa, “para poder especializar-se no estudo e tratamento das questões atinentes à infância abandonada ou delinquente, difíceis e numerosas, e para evitar a sobrecarga de trabalho”. (MINEIRO, 1929, p. 375)<sup>32</sup>.

Embora a lei não previsse outros requisitos específicos para o provimento do cargo de juiz de menores, além de ser juiz de direito e contar com pelo menos dez anos de carreira na judicatura, Ministério Público ou advocacia<sup>33</sup>, exigia-se qualidades especiais para o exercício da função paternal e tutelar, como o conhecimento psicológico, psiquiátrico, sociológico, e pedagógico, além do jurídico. Muito mais que um tutor, ao qual a sociedade confiava a guarda, educação e vigilância do menor, o juiz era

[...] ao mesmo tempo um médico, ao qual ela entrega aos cuidados da sua cura moral. Não vai ao tribunal para punir o culpado e passar a outra causa, mas, para fazer o diagnóstico de uma doença e dirigir o tratamento durante meses, talvez anos. Esse duplo papel só é possível a um juiz permanente e especializado. [...] Sua obra é toda feita de proteção, de vigilância, de preservação ou de reforma. A autoridade de que é revestida, apresenta, antes de tudo, um caráter de tutela, e sua ação é essencialmente preventiva. (MINEIRO, 1929, p. 376).

---

<sup>32</sup> De acordo com Beatriz Mineiro (1929, p. 400-407), a sobrecarga de trabalho à época justificou a apresentação de dois projetos de reforma do Código de Menores, criando os cargos de juiz substituto do juiz de menores e de promotor público adjunto, e a 2ª Vara de Menores (projetos n. 2, 4 e 36, respectivamente).

<sup>33</sup> Posteriormente ao modo de investidura instituído pelo Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, foi disposto o seguinte no Decreto n. 16.273, da mesma data, em seu artigo 197:

§ 2º Quando a vaga fôr do juízo de menores, o Conselho de Justiça resolverá se deverá ser preenchida pela promoção de um dos juizes de direito do civil ou pelo concurso, nos termos deste regulamento, tendo sempre em atenção as condições técnicas e formação moral do magistrado para o exercício daquele cargo.

§ 3º Em relação ao juiz de menores, quer se trate de promoção ou de concurso, o candidato deverá ter 10 annos, pelo menos, de exercício em cargo de judicatura, ou ministerio publico ou de advocacia.

Outro avanço identificado para a época foi a previsão na norma do médico psiquiatra, indicando a necessidade de conhecimentos interdisciplinares para auxiliar a atuação do juiz<sup>34</sup>, já que nenhuma outra jurisdição fazia tal previsão.

Aspecto interessante refere-se à denominação “juiz de menores”. A justificativa encontrada na doutrina nacional indica que a escolha orientou-se pelo critério da capacidade civil, que estabelecia a menoridade, referindo o próprio redator Mello Mattos que:

[...] a de juiz das crianças ou juiz infantil, além de um tanto ridícula, não tem necessária extensão do significado, parecendo excluir os adolescentes; a de juiz juvenil, além de imprópria para um juiz que não será moço, abrange mais do que o necessário, porquanto os jovens são mais que adolescentes. Entretanto, a denominação escolhida também é defeituosa, por demasiado extensiva, pois parece abranger os menores de 18 a 21 anos. É difícil achar a denominação exata<sup>35</sup>.

Todavia, nem todas as questões referentes aos menores eram de atribuição exclusiva do Juizado de Menores, estando ainda sujeitos à competência do Juízo de Órfãos e Ausentes nas hipóteses elencadas no art. 88 do Decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923<sup>36</sup>, suscitando

---

<sup>34</sup> Art. 118. No juízo privativo de menores haverá mais o seguinte pessoal:

- 1 curador que acumulará as funções de promotor;
- 1 medico-psiquiatra;
- 1 advogado ;
- 1 escrivão;
- 4 escreventes juramentados;
- 10 commissarios de vigilancia;
- 4 officiaes de justiça;
- 1 porteiro;
- 1 servente.

<sup>35</sup> José Albuquerque Cândido de Mello Mattos, nas anotações ao projeto de regulamento. (apud MINEIRO, 1929, p. 376).

<sup>36</sup> Art. 88. Aos juizes de Direito das Varas de orphãos e ausentes compete privativamente:

§ 1º. Quanto á jurisdicção orphanologica:

- 1 Processar e julgar administrativamente, os inventarios e partilhas em que forem herdeiros menores, orphãos ou interdictos, salvo quando legatarios de

conflitos de jurisdição. O critério delimitador era o “abandono”, como salientava o próprio Mello Mattos em face de decisão da 1ª Câmara da Corte de Apelação, datada de 22 de maio de 1924:

Do transcrito art. 18 do regulamento de assistência a menores se colige a evidente necessidade, para se estabelecer a competência, da expressa declaração do menor ser abandonado, porque lá está escrito: menores que forem “apresentados como abandonados”. Portanto, tendo-me sido apresentada a referida menor como “órfã” simplesmente, eu tinha boa razão para me dar por incompetente, e decidir que ela comparecesse perante o juiz de órfãos. [...] <sup>37</sup>.

---

bens certos e especificados, e, bem assim, os actos de interdicção, tutela, curatela e contas de tutores ou curadores;

II Processar e julgar contenciosamente, as causas provenientes dos feitos a que se refere o numero anterior, ou delles dependentes;

III Dar tutores e curadores, em todos os casos determinados nas leis, tomar-lhes contas nos prazos legais, e sempre que convenha, a bem dos pupillos e curatelados, removendo os que mal desempenharem as suas obrigações;

IV Supprir o consentimento dos paes ou tutores para o casamento;

V Conceder a emancipação nos termos do art. 9º, paragrapho unico, n. 1, do Codigo Civil;

VI Resolver sobre a entrega de bens de orphãos emancipados pelo casamento;

VII Determinar a inscripção de hypotheca legal em favor dos menores e interdictos, na fôrma das leis;

VIII Dar á soldada, com as precisas seguranças, os orphãos pobres, salvo quando o caso fôr de competencia do juiz de menores;

IX Praticar todos os actos de jurisdicção voluntaria, necessarios á protecção da pessoa dos orphãos e á administração proveitosa de seus bens;

X Conceder mandado de busca e apprehensão de menores, salvo sendo incidente de acção de nullidade ou annullação de casamento, e de desquite, ou tratando-se de casos de competencia do juiz de menores;

XI Decretar a suspensão e extincção do patrio poder nos termos da, legislação civil, salvo os casos de competencia do juiz de menores.

<sup>37</sup> José Albuquerque Cândido de Mello Mattos, em entrevista concedida em 13 de agosto de 1924 (MINEIRO, 1929, p. 376, grifos do autor). Nesse sentido, veja-se ainda a decisão: Abandono – Não está legalmente em abandono, não devendo ser submetido à tutela do Estado, o menor que tem pai e mãe que disputam a sua posse. É competente o Juiz de Órfãos, nos precisos termos do art. 88, parágrafo 10, do Decreto 16.273, de 1923, para conhecer o caso, não o Juízo de Menores. (Ac. do Conselho de Justiça de 16/12/1937). (In: NETTO,

O “abandonado”, na sua concepção jurídica, englobava tanto aqueles que não recebiam assistência higiênica, alimentar e econômica, mas também aqueles a quem faltava assistência e cuidados necessários para a formação moral<sup>38</sup>.

Em matéria administrativa, o Código de Mello Mattos atribuiu ao juiz de menores poderes para conceder permissão e fiscalizar o trabalho de menores, fiscalizar a frequência a espetáculos e diversões, e praticar todos os atos de jurisdição voluntária, expedindo provimentos ou tomando quaisquer providências de caráter geral para proteção e assistência a menores, embora não abandonados, ressalvada a competência do juiz de família (art. 131) ou de órfãos.

A justificativa reside no fato de que não lhe caberia apenas julgar a existência do abandono e impor penas aos responsáveis, sendo as medidas previstas no artigo 131 apenas exemplificativas, cabendo ao arbítrio do juiz, usar das que lhe parecessem úteis e convenientes, inspirado sempre no interesse do menor e no interesse social<sup>39</sup>.

É quase uma originalidade do direito brasileiro, a atribuição ao juiz de menores de prevenir a situação irregular. [...] Este Art. 131 do Código de Menores, original, sem precedentes ou similares em todo mundo, atribui poderes como que legislativos ao juiz de menores. [...] Ele se serve do poder de polícia, “expressão com que se

---

Alvarenga. **Código de Menores**. Doutrina – Legislação – Jurisprudência. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, p. 54-55, 1941).

<sup>38</sup> A jurisdição do Juízo de Menores estendia-se também aos menores de dezoito anos emancipados pelo casamento. Nesse sentido: “O menor de 18 anos, embora civilmente emancipado pelo casamento, está sujeito à jurisdição do Juízo de Menores”. (Ac. do Trib. da Relação do Estado do Paraná, de 10/10/1929). (In: NETTO, Alvarenga. Código de Menores. Doutrina – Legislação – Jurisprudência. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, p. 20, 1941).

<sup>39</sup> Sobre essa atribuição do juiz, a doutrina traz inúmeros exemplos de portarias e provimentos estabelecendo horários e o acesso de crianças e jovens em espetáculos, sessões de cinema, proibições de jogar futebol e andar de *skate* nas ruas, ou mesmo de ir a praia com seus pais após as 10h. A lei n. 5.675, de 12 de julho de 1971, que acrescentou um parágrafo único ao citado artigo, estabeleceu que: “Na competência atribuída neste artigo, não se inclui a de reduzir os limites etários nos certificados de censura de diversões públicas admitidas pela censura federal”.



costuma sintetizar a competência discricionária da Administração para quanto concerne à segurança, à ordem e ao sossego públicos”. (CAVALLIERI, 1978, p. 191-192, grifos do autor).

Como observou Sérgio Muniz de Souza (1978, p. 28), trata-se de

[...] disposição notável que coloca o Juiz de Menores brasileiro, ao que nos consta, em situação ímpar no mundo. O poder de baixar portarias equipara-o praticamente ao legislador e lhe fornece a poderosa arma de efeito imediato, livre das formalidades que, tantas vezes, infelicitam o processo democrático de legislar.

Sobre as funções do representante do Ministério Público<sup>40</sup> no Juízo de Menores, onde atuava como curador de órfãos nos processos de abandono, e como promotor público nos processos de menores delinquentes (art. 149), os autores estavam divididos a respeito da conveniência da sua intervenção, já que não se cogitava de atividade repressiva no âmbito da jurisdição tutelar.

A participação de um promotor é até prejudicial, porque influencia para mal a psicologia do menor, dá maior aparato judiciário ao processo, pelos debates, torna este mais impressionador, aumenta os incidentes de audiência e inevitavelmente alarga a publicidade do pleito. (MINEIRO, p. 408-409).

Contrariamente, fundamentando a decisão adotada pela lei e alinhando-se à tradição processual que nenhum menor deveria ser julgado sem a assistência do Ministério Público, entendeu-se que a sua presença era indispensável, “não só como representante legal da sociedade, mas também porque o promotor ou curador vê as coisas sob aspectos diversos dos encarados pelo defensor e o juiz, resultando maior

---

<sup>40</sup> Anteriormente ao Código de Menores, desde as Ordenações Filipinas, já era prevista a atuação do membro do Ministério Público como curador dos órfãos e incapazes. Em 1871, a Lei do Ventre Livre, promulgada sob o n. 2.040, deu ao promotor público a função de zelar para que os filhos livres de mulheres escravas fossem devidamente registrados, tarefa que foi regulamentada pelo Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro do mesmo ano. (AXT, 2006, p. 79).

esclarecimento da causa” (MINEIRO, 1929, p. 409). Em procedimentos administrativos, antes de iniciada a ação própria, entretanto, a participação do curador não era obrigatória, sendo ouvido apenas quando o juiz entendesse oportuno (art. 160).

Não previa a lei os requisitos para preenchimento do cargo de curador ou promotor público junto ao juízo, propondo a doutrina que devesse ser, como o juiz, um especialista, e,

[...] há de ter sempre em vista que sua missão não é propriamente de acusador do menor, como o fito de o fazer condenar, mas antes lhe cabe o papel de auxiliar do juiz na investigação dos fatos para maior proveito do infeliz menor, embora investigando os indícios reveladores de sua má índole ou perversão moral. (CAVALLIERI, 1978, p. 265).

Diferentemente dos representantes do Ministério Público que atuavam em outras varas, o curador de menores deveria estar presente em todas as audiências de que participassem menores. Ele formava, com o juiz, um colegiado para consulta, sua presença assegurava alto valor educativo, impressionando os menores e responsáveis em razão do consenso formado em torno das medidas a serem aplicadas. “Por isso, sugeria-se que não tivessem opiniões discordantes, o que seria possível sem quebra da independência funcional, já que se tratava de questões de valor moral”. Ainda de acordo com o autor (CAVALLIERI, 1978, p. 265).

Sob os mesmos argumentos, se discutia se deveria ser concedido defensor ao menor, cuja presença era prevista em quase todos os países que adotavam o juízo especial de menores, com exceção dos Estados Unidos. Contra a sua participação, sustentava-se que o juiz seria o defensor natural do menor, “seu amigo, seu protetor, seu educador”.

Cumpre-lhe pôr de lado todo o seu amor profissional, todo desejo de fazer brilhar o seu talento, levantando uma questão delicada, mas inútil, ou talvez prejudicial ao interesse do menor inculcado. Limite-se a considerar que seu papel é, não procurar um sucesso pessoal, arrancando uma absolvição difícil, mas obter do tribunal que prescreva a respeito do menor a medida mais apropriada a reerguê-lo moralmente, a corrigi-lo, a

reconduzi-lo ao bom caminho. (MINEIRO, 1929, p. 412).

Entrementes, foi expressamente previsto o cargo de advogado no Juízo de Menores e a obrigatoriedade de nomeação de defensor ao menor nos processos para apuração da prática de crime<sup>41</sup>, assim como, no artigo 174, a possibilidade de nomeação de curador à lide para patrocinar o menor abandonado, vítima de infração penal.

As regras processuais estatuídas pelo Código de Menores de 1927 para o foro do Distrito Federal pareciam satisfazer a doutrina, visando ao interesse do menor, de seus responsáveis e à conveniência da Justiça, procurando simplificar os trâmites e abreviar a duração das ações, orientadas pela oralidade e pela informalidade dos atos praticados. Como destaca Francisco Pereira de Bulhões Carvalho (1977, p. 53), “embora editadas especificamente para o Distrito Federal, eram acolhidas em geral por todos os Estados”.

Na apuração de crime ou contravenção praticado por menor, a tramitação do processo era sumária e de ofício, independentemente da denúncia do promotor público (art. 175, III), sendo amplas as faculdades do juiz, podendo, inclusive, indeferir o seu requerimento para arquivamento do processo, ouvir testemunhas não arroladas e ordenar as diligências que entendesse convenientes ao julgamento, de acordo com o artigo 176.

Além disso, o Código de Menores de 1927 tornou o processo secreto, suprimiu os debates e estabeleceu o julgamento sem a presença do menor, apenas na presença do seu defensor (art. 178), prevendo, todavia, a possibilidade de recurso contra a sentença, contrariamente à orientação do tribunal norte-americano, sem suprimir o retardamento da aplicação das medidas ao atribuir-lhe efeito apenas devolutivo (art. 182). O juiz dispunha de ampla discricionariedade para aplicar as medidas, agindo em suma, como agente identificador das necessidades dos adolescentes, observando a série de medidas de caráter sancionatório elencadas no Código de Mello Mattos.

A criação de modelos para contenção do segmento pobre da população infantoadolescente caracterizou, assim, o debate e a gestação

---

<sup>41</sup> Art. 151. Ao advogado compete defender nos processos criminaes os menores que não tiverem defensor, e prestar nos processos civeis assistencia aos litigantes pobres.

Art. 177. Ao menor será dado defensor, que o assista em representante em todos os termos do processo, quer compareça, quer seja revel.

de uma política nacional dirigida à infância nas primeiras décadas da República, em detrimento de investimentos em uma educação de qualidade que conduzisse o país ao almejado grau de civilização, cabendo à Justiça brasileira uma relevante função na formação de uma sociedade desigual e excludente.

A arena política, dominada por uma elite letrada, de formação predominantemente jurídica, tinha diante de si uma opção paradoxal a fazer: educar o povo, porém garantindo seus privilégios de elite. Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle. Essas contradições parecem indicar que o espaço aberto à organização e atuação da Justiça-Assistência no país contribuiu para o desenvolvimento de uma política que primava pela exclusão social. [...] Quando se afirmava que na criança estava o futuro da nação, entendeu-se que o mais importante era “moldar” para manter a massa populacional arremendada como nos velhos tempos, embora sob novos moldes, impostos pela demanda de produção industrial capitalista. [...] Portanto, a consolidação de uma “política de assistência aos menores” significou a dicotomização da infância na prática. Aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para uso de sua força de trabalho. No fundo, é o mesmo tipo de dicotomização que previa a cidadania plena para alguns e a vetava para a maioria (Carvalho, 1991). [...] Esses dados nos ajudam a entender porque os nossos reformadores, os juristas, que se percebiam como missionários por um Brasil saneado, defendiam outras ideias, que não contemplavam a educação como instrumento de acesso à cidadania. (RIZZINI, 2008, p. 143-145, grifos da autora).

Com a Revolução de 1930, as transformações incidirão diretamente sobre a questão da infância e da adolescência, como parte importante do projeto de reformulação do papel do Estado. O reconhecimento da situação da infância como um problema social, cede espaço para uma caracterização de cunho social da infância e adolescência.

Neste contexto, com a outorga da Constituição de 1937, pelo Presidente Getúlio Vargas, foi expressamente prevista a “assistência à infância e à juventude, assegurando-lhes condições físicas e morais para o desenvolvimento de sua faculdade”, chamando o Estado para si a responsabilidade de assegurar as condições para o seu desenvolvimento.

Art. 127. A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, e intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.

O Estado Novo, como ficou conhecido este período, vigorou entre 1937 e 1945, sendo marcado no campo social pela instalação do aparato executor das políticas assistenciais no país. Dentre elas destaca-se a legislação trabalhista, a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária associada à inserção profissional.

Nesse contexto, embora fosse esperado endurecimento da lei penal no tocante à responsabilidade penal juvenil, em virtude do crescente número de infrações praticadas por menores e do cenário político cerceador de inúmeras regras democráticas que se instalava no país, observou-se grande avanço no aumento da idade da imputabilidade penal aos dezoito anos, com o Código Penal de 1940, alterando o Código de Menores de 1927.

Essa responsabilidade juvenil fundou-se na condição de imaturidade do "menor", então sujeito apenas à pedagogia corretiva da legislação especial, sem distinção sobre delinquentes e abandonados, evidenciando significativa evolução normativa. Nelson Hungria (1978, p. 360), principal autor do projeto que resultou neste diploma legal criminal, registrou que:

Nada mais deve subsistir que lembre Lombroso e sua teoria de que todas as tendências para o crime têm o seu começo na primeira infância; nada mais ainda com a ideia de condenação penal que pode arruinar uma existência inteira. É preciso renunciar à crença no fatalismo da delinquência e assumir o ponto de vista de que a criança é corrigível por métodos pedagógicos. Afinal, a delinquência juvenil é, principalmente, um problema de educação. Muitos jovens não seriam clientes das penitenciárias se tivessem recebido uma orientação protetora, e só conheceram da vida o que ela tem de sofrimento, de privação, de crueldade, de injustiça. Por conta disso, torna-se-lhes odiosos o lar, a família e a sociedade. Assim, que esperar deles senão que se deixem resvalar pelo declive de todos os vícios, de todas as perversões, de todos os malefícios. É preciso socorrê-los, salvá-los de si próprios e do meio em que vegetam, ensejando-lhes aquisições éticas, reavivando neles o sentimento de vergonha e autocensura. Essa tarefa cabe ao Estado, mediante a aplicação do Código de Menores, sob cujas sanções de caráter meramente reeducativo, devem ficar ainda nos casos de extrema gravidade, ao menor de 18 anos, que comete ações definidas como crimes.

Outras leis editadas à época, como o Decreto-lei n. 2.024, de 1940, que criou o Departamento Nacional da Criança; o Decreto-lei n. 3.200, de 1941, que dispôs sobre a organização e proteção da família, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que regulamentou o trabalho dos menores, bem como vários atos que fixavam novas normas para reconhecimento dos filhos naturais, registro de nascimento dos menores desvalidos e a unificação do processo no âmbito federal, alteraram a estrutura do Código de Menores, derrogando diversos dos seus dispositivos.

Em 1942, período considerado especialmente autoritário do Estado Novo, por meio do Decreto-Lei n. 3.799, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), destinado a atuar junto aos menores “desvalidos e delinquentes”, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e articulado ao Juízo de Menores.

Tratava-se de um órgão que funcionava como um equivalente do sistema penitenciário para a população adolescente, com clara orientação correcional-repressiva. O sistema previa o atendimento diferente para o menor autor de crime, acolhidos por reformatórios e casas de correção, e para o menor carente e abandonado, encaminhado aos patronatos agrícolas e escolas de ofícios urbanos.

Além disso, a instituição do SAM extinguiu o abrigo provisório para menores e institutos disciplinares vinculadas ao juízo.

Quebrou-se assim, a unidade do Código de Mello Mattos, que passou a figurar como um corpo sem alma: o SAM, subordinado diretamente ao Ministério da Justiça, era obrigado a receber os menores enviados pelo respectivo juiz (art. 2º, n. IV), sem autonomia administrativa financeira, em conflito com o juiz a que deveria estar subordinado, mas estaria “articulando”, sem verbas, nem instalações adequadas, e com funcionários requisitados. De outra parte, o juiz de menores ficou sem um órgão efetivo para execução e fiscalização de suas sentenças. (CARVALHO, 1977, p. 107, grifos do autor).

Apesar de ser uma instituição destinada a dar assistência social às crianças e adolescentes com idade inferior a dezoito anos que estivessem abandonados ou como autores de atos ilícitos, conforme regulamentado pelo Código de Menores de 1927, na prática, o SAM funcionava “como um sistema prisional, atendendo a máxima que a privação total de liberdade funcionaria como proteção da criança e do adolescente influenciado pela sociedade e assim ‘obteriam um valioso resultado na reconstrução da personalidade’”. (LIBERATI, 2003, p. 62, grifos do autor).

Como o Código Penal de 1940 declarara irresponsável penalmente o menor de dezoito anos e a legislação processual havia sido unificada<sup>42</sup>, tornava-se necessário unificar as legislações estaduais relativas ao processo concernente aos menores abandonados ou infratores em todo país. Por essa razão, é editado o Decreto-lei n. 6.026, de 24 de novembro de 1943, denominado “Lei de Emergência”,

---

<sup>42</sup> A Constituição de 1934 dispôs sobre a competência privativa da União, para legislar sobre a matéria processual, sendo estabelecido o Código de Processo Civil pelo Decreto-Lei n. 1.608, em 18 de setembro de 1939.

estabelecendo novas medidas aplicáveis aos menores de dezoito anos pela prática de atos considerados infrações penais, além de substituir vários dispositivos referentes à liberdade vigiada e ao processo para apuração da prática de crime.

Posteriormente, a nova Constituição promulgada em 1946, de caráter liberal, simbolizou a volta das instituições democráticas, sendo o período entre 1945 e 1964 marcado, do ponto de vista da organização popular, pela coexistência de duas tendências, o aprofundamento das conquistas sociais em relação à população de baixa renda e o controle da mobilização e organização, que começa a surgir paulatinamente nas comunidades. A situação da infância, no entanto, continuava a exigir a atenção da classe política, em face do elevado número de crianças abandonadas e vivendo nas ruas, e, em 1948, é reorganizado o Departamento Nacional da Criança no Ministério da Educação e Saúde (Lei n. 282, de 24 de maio de 1948).

Ao longo da década de 1950, no contexto do pós-guerra e do movimento internacional pelo reconhecimento dos direitos humanos, a proteção à infância emerge com destaque com a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, e são editadas propostas de alteração do Código de Menores.

Em alguns projetos de lei<sup>43</sup>, pela primeira vez aparece a concepção tanto de “direitos fundamentais da criança” para a população de até dezoito anos e de Conselhos Estaduais e Municipais de Menores como entidades orientadoras da assistência aos menores, com auxílio de especialistas, para enfrentar as consequências da pobreza. Outro projeto de lei no mesmo sentido, o de número 1.334/51, propunha a reforma do Código de Menores e estabelecia o Estatuto Social da Infância e Juventude.

Alguns retrocessos foram observados no período com a edição da Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967, instituindo novo regime repressivo aos menores entre 14 e 18 anos que praticassem uma infração à lei penal punida com reclusão; e da Lei n. 5.439, de 22 de maio de 1968, submetendo-os a um regime repressivo mais rigoroso do que o aplicável a adultos, com a internação por prazo prefixado somente quanto ao mínimo, mas prorrogável a critério do juiz, que ainda lhes deveria acrescentar medidas de segurança. Como se tratavam de leis esparsas

---

<sup>43</sup> Projetos n. 1.000 e 1.537, de 1956. (In: SOUZA, Sérgio Muniz de. **A lei tutelar do menor**: coletânea atualizada de leis, decretos-leis, decretos, portarias e outros atos administrativos referentes a menores. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p. 319).



que sucederam a “Lei de Emergência” era necessário, portanto, elaborar o novo Código, que iria substituir o de Mello Mattos.

Nesse contexto, a Justiça de menores inicia um período de grande debate e reflexão em torno de suas atribuições. De acordo com PILOTTI e RIZZINI (1995, p. 139),

Não parecia haver dúvida de que era o setor jurídico o responsável pelo destino dos menores abandonados e delinquentes. Porém, os anos 40 trouxeram ao mesmo tempo alívio e tensão para o setor jurídico. Alívio no sentido de que se fazia cada vez mais claro que o Juízo de Menores não poderia manter a ilusão de que salvaria a criança. A extensão e gravidade do problema iam muito além de suas possibilidades em termos de recursos e de atribuições. (RUSSELL, 1947/1948). Outros parceiros haveriam de ocupar o cenário na busca de soluções, impulsionados pelo fim da ditadura do Estado Novo e pela Constituição de 1946, de inspiração liberal.

Aos projetos do Código de Menores em tramitação, em 1957 foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pelos juízes de menores do país, um esboço de emendas ao Projeto 1.000, deliberadas em reunião realizada em Porto Alegre em outubro de 1956<sup>44</sup>, que, também elencando os direitos da criança, propunha algumas inovações, como o subsídio à família e a colocação familiar mediante legitimação adotiva<sup>45</sup>, para prevenção do abandono, a criação dos Conselhos Nacional e Estaduais de menores e a alteração da denominação “menor delinquente” para “menor transviado”.

Em relação à jurisdição especializada, pela primeira vez, sugeriu-se o estabelecimento de critério populacional para instalação da vara de

---

<sup>44</sup> Participaram desta reunião os juízes de Menores de Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Distrito Federal e Belo Horizonte, bem como representantes do Ministério Público. (SOUZA, 1958, p. 371).

<sup>45</sup> A legitimação adotiva é instituto de Direito do Menor uma vez que só se refere a menores em situação irregular de abandono e só o juiz de menores poderia deferi-la. (CAVALLIERI, 1978, p. 92).

menores, bem como a obrigatoriedade do juiz e o curador possuírem conhecimentos especializados<sup>46</sup>.

Por outro lado, desde a criação do SAM, a tensão decorrente dos conflitos de atribuições permanecera latente. A esfera jurídica era, até então, a protagonista, ditando as leis e as medidas assistenciais a serem seguidas, através da ação jurídico-social dos juízes de menores, mesmo reconhecendo-se a necessidade de participação de novas forças de atuação junto à causa da infância.

A experiência, a partir da ação do Juízo de Menores desde a década de 20 na inter-relação entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, levou a que se evidenciassem posições discordantes entre juristas. Juízes expressaram repetidamente em seus relatórios, nos anos 40, os conflitos de atribuição existentes. Predominava a posição de que o judiciário era o órgão normativo por excelência, cabendo ao executivo cumprir suas determinações. Nesse sentido, os Juízes estabelecidos buscavam ampliar sua competência, abarcando serviços auxiliares que complementassem sua ação (assistentes sociais, psicólogos, comissários voluntários, etc). (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 139).

As divergências referentes às atribuições, funções e competências, que transpareceram publicamente no período entre 1950 e 1960, nasceram do próprio meio jurídico e ganharam força a partir dos debates organizados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, conhecidos como “Semanas de Estudo sobre os Problemas dos Menores”. Nesse

---

<sup>46</sup> Art. 146 - A jurisdição de menores será exercida em primeira instância pelos juízes de menores, e, em segunda instância, pelo órgão disciplinar de segundo grau, instituído de acordo com a lei de organização judiciária local.

Parágrafo único - Nas comarcas das capitais nas comarcas, cuja sede contar mais de 50.000 habitantes, haverá a Vara Privativa de Menores.

Art. 147 – O Juiz de Menores, além dos requisitos comuns, há de ter conhecimentos especializados sobre o menor abandonado e transviado.

Art. 148 – Funcionário no Juízo de Menores, Curador de Menores e Assistente Judiciário, notoriamente versados na matéria. (In: SOUZA, Sérgio Muniz de. **A lei tutelar do menor**: coletânea atualizada de leis, decretos-leis, decretos, portarias e outros atos administrativos referentes a menores. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p. 390).

contexto, é significativo o fato de se ter como tema do primeiro evento, realizado em 1948, justamente o papel do juiz e do promotor público. A consequente abertura de espaço implicava questionamento com relação à posição do juiz de menores, até então detentor da liderança no que se refere à ação jurídica sobre o problema do menor.

Além disso, o Serviço de Assistência ao Menor passara a ser considerado, perante a opinião pública, repressivo, desumanizante e conhecido como "universidade do crime", sendo inclusive instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as frequentes irregularidades na instituição. As inúmeras tentativas de se dar conta do crescente contingente de jovens desassistidos, marginalizados e excluídos através de ações originadas ou, pelo menos, vinculadas ao aparato jurídico, seguidas de reconhecidos fracassos, indicavam a necessidade de criação de um órgão nacional capaz de estabelecer uma política para a área.

### **1.2.2 A situação irregular e a Justiça menorista**

Com o golpe de 1964 e a instituição da ditadura militar, o assassinato do filho do Ministro da Justiça, Milton Campos, por adolescentes no Rio de Janeiro, fortalece o discurso de juristas para a criação de uma fundação nacional, que se concretiza em 1º de dezembro de 1964, pela Lei n. 4.513, instituindo a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM).

A criação da FUNABEM implicou a formulação de uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a qual todas as entidades públicas e particulares que prestavam atendimento à criança e ao adolescente foram subordinadas, incorporando a totalidade da estrutura do SAM existente nos Estados, incluindo o atendimento tanto aos carentes e abandonados, quanto aos infratores. Esboçada dentro do espírito da doutrina da Segurança Nacional, propunha-se a resolver um problema nacional, passando o menor da esfera de competência do Poder Judiciário à esfera de competência do Poder Executivo.

O enfoque correicional-repressivo, que via o menino como ameaça social, é substituído pelo enfoque assistencialista que passa a percebê-lo como um carente. Assim, a noção de periculosidade cede espaço central na estratégia de atendimento para a noção de privação. O assistencialismo dirige-se à criança e ao jovem

pelo que ele não é, pelo que ele não sabe, pelo que ele não tem, pelo que ele não é capaz. Daí que, comparado ao menino de classe média como padrão de normalidade, o menor marginalizado passa a ser visto como carente biopsicosociocultural, ou seja, um feixe de carências (COSTA, 1990, p. 82-83).

Inspirada no modelo americano desenvolvido para atendimento de crianças evacuadas ou tornadas órfãs em virtude da Segunda Guerra Mundial, instituiu-se o sistema de internação de carentes e abandonados até os dezoito anos e, no tratamento dos infratores, substituiu-se a “política dos portões abertos” pela “política dos muros retentores”, sob a justificativa, apresentada pelo Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo, que propôs a criação das unidades, de que “era necessário tranquilidade para o trabalho dos técnicos e dos especialistas das várias modalidades profissionais”. (SILVA, 1997, p. 70).

As ações desenvolvidas pela FUNABEM, entretanto, causaram imediata reação nos juízes de Menores, que entendiam, assim como já ocorria em relação ao SAM, estarem usurpando as suas funções, com o nítido propósito de enfraquecer a autoridade judicial. Juízes como o Desembargador Francisco de Bulhões Carvalho, do antigo Estado da Guanabara, manifestaram-se publicamente sua resistência às ações que, a seu ver, destruíam o projeto de Mello Mattos, que estabelecia a centralidade das funções assistenciais e judiciais na figura do juiz, com as instituições respectivas, como abrigos e Centros de Recolhimento e Observação, subordinadas à estrutura do juízo de Menores.

Referindo-se às medidas adotadas pela FUNABEM de entrega dos menores apreendidos pela polícia nas ruas, imediata e diretamente aos pais, sem intervenção judicial, o desembargador registra seu inconformismo:

A FUNABEM não cumpre a lei. Não ouve o Juiz. Não se fazem investigações policiais por ordem do Juiz, que não chega a tomar conhecimento do fato. É a subversão de todos os princípios legais. O menor fica impune e desassistido. Por culpa da FUNABEM, não se tomam providências em defesa da sociedade e da própria correção do menor. (CARVALHO, 1975, p. 14).

Nesse sentido, compreendida a pretensa ação da FUNABEM como apropriação das funções dos juízes de Menores, “que ela deseja transformar em simples autoridades policiais encarregadas de lhe encaminhar os menores ditos abandonados” (CARVALHO, 1975, p. 15), os debates centralizavam-se em torno dos conflitos de atribuições e o papel da Justiça nesse contexto de ruptura.

Ao mesmo tempo, a crítica dirigia-se à omissão da FUNABEM em criar os institutos mínimos necessários para a tarefa de recuperação do “menor abandonado ou transviado”, o que reforçava o discurso no sentido de que era necessário aparelhar materialmente o Juízo de Menores com seu próprio Centro de Recolhimento e Observação, bem como a obrigá-la a dotar os juzados dos serviços e institutos necessários ao seu tratamento, sem o que, “desaparecerá a autoridade do juiz de menores, dado o seu total desaparelhamento pela autoridade arbitrária da Fundação, que, esta sim, exercerá a verdadeira autoridade judiciária sobre os menores”. (CARVALHO, 1975, p. 18). Identificava-se, na falta de recursos, uma barreira para os esforços de Mello Mattos e seus sucessores.

Diante dos inúmeros conflitos de atribuições e a necessidade de consolidarem-se as bases que sustentariam o projeto menorista, assistiu-se no período uma produção voltada à edificação do Direito do Menor sob critérios científicos, especialmente em relação à sua autonomia em relação aos demais ramos do Direito, pois, como sustentava o Juiz Alyrio Cavallieri (1978, p. 10), essa indefinição no campo legislativo,

[...] tem levado o Poder Judiciário ao descrédito e outros Poderes à omissão – com graves prejuízos para os menores e o agravamento do problema. Apesar da árdua e constante doutrinação, ainda é comum ouvirem-se apelos da opinião pública a que o Poder Judiciário tome providências nitidamente pertencentes aos campos da segurança pública e à assistência social.

A necessidade de clarificar uma posição doutrinária sobre o tema, teria consequências práticas relevantes, a fim de garantir os instrumentos para tutela oferecida pelo Direito no sistema jurídico do Estado e limitar o campo de incidência da lei, reafirmando o caráter tutelar e supletivo da intervenção estatal.

Assim, a partir de 1970 reacenderam-se os debates em torno de um novo Código de Menores, cujas propostas refletiam nítida e

publicamente as posturas divergentes em torno do papel da Justiça especializada. A posição da Associação dos Juizes de Menores defendia a atuação ampla do juiz, sustentando que era “inaceitável um entendimento de que a atuação do Juiz de Menores restrinja-se ao mero controle da regularidade formal do processo”, já que ele seria “o intérprete das exigências formadoras e educativas dos jovens e dos reclamos dos problemas sempre novos da família”. (CAVALLIERI, 1978, p. 385).

O juiz de Menores via-se e era visto pela população como o salvador das crianças para apagar a “grande chaga” nacional que era a falta de assistência material ou moral ao menor em perigo de desajuste ou desajustado, como apurado, à época, pela Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI do Menor- instaurada em 1976, traduzindo “a importância atribuída à questão ao nível do legislativo e dos poderes constituídos, preocupados com os altos índices de infração penal praticada por menores pobres”. (ALVIM; VALADARES, 1988, p. 11).

Por outro lado, à medida que o Poder Executivo começou a cobrir as lacunas existentes no campo assistencial, os Juizados de Menores foram cedendo seu lugar. A posição dos juristas de São Paulo defenderá que o menor necessita de proteção e cuidados especiais, providos pelo Estado, restringindo a esfera da Justiça ao máximo, “compreendendo-se fenômenos tais como o abandono e a criminalidade como consequência de uma estrutura social injusta e iníqua”. (RIZZINI, 2001, p. 42).

As mudanças propostas em diversos projetos de leis e estudos elaborados pelos juristas durante esse período fundamentavam-se no aprimoramento do Código de Menores, propondo, precipuamente, a exclusão da rotulação do menor como “abandonado”, “infrator” ou “delinquente”, em função do seu potencial “traumatizante”, sustentando-se que, juntamente com os castigos, o estigma manteria ainda uma ideia de retribuição e vingança. “A palavra MENOR, contém uma conotação jurídica inegável, que não se manifesta somente no campo dos direitos civis; reserva-se a uma pessoa de certa idade, envolvida numa situação anormal que chamamos de irregular”. (CAVALLIERI, 1978, p. 15).

Essa conotação jurídica atribuída ao “menor” constituía, assim, o critério delimitador da competência do Juizado de Menores, já que, para os demais, as questões relacionadas à família sempre se resolveram no Direito próprio, com sua jurisdição e competência precisamente delimitadas, ou seja, no âmbito do Direito de Família.

Outro tema central constituía-se na substituição da medida de liberdade vigiada por liberdade assistida. A tese foi apresentada pela delegação brasileira no Seminário sobre Liberdade Vigiada, realizado

pelo Instituto Interamericano da Criança, no Chile, no período de 16 a 30 de abril de 1976, fundamentando-se no fato de que, em países com economia forte, seria possível, mas no nosso contexto, “se o menor infrator provém de um meio pobre, o que adianta simplesmente vigiá-lo? [...] o essencial é ajudar, assistir”. (CAVALLIERI, 1978, p. 10).

Abandonou-se a designação de liberdade vigiada, porque esta envolve a ideia de vigilância das pessoas a ela sujeitas, o que demonstra haver, no caso, mais uma preocupação de defesa social do que de proteção da pessoa vigiada. Com a expressão “liberdade assistida”, fica mais patente a ideia de que a colaboração do serviço social é sobretudo essencial no que diz respeito ao amparo, auxílio e conselho a prestar aos menores. (CARVALHO, 1977, p. 274, grifos do autor).

As propostas defendiam, sobretudo, a necessidade do aparelhamento do Juizado de Menores, incluindo instituições e serviços sob sua organização direta, embora sob administração autônoma, com a exigência de cursos especializados para os juízes de Menores e em geral para os que pretendiam ocupar tal cargo, que tem funções inteiramente especiais em relação à magistratura comum, exigindo formação especializada para uma “intervenção paternal” junto às famílias e aos menores, além da mera aplicação dos textos legais.

Como lembra Alyrio Cavallieri (1978, p. 23), a ausência à época de um curso de Direito de Menor nas faculdades de Direito chegava a ser “trágica”, pois, a especialização dos juízes, embora desejada, jamais era promovida, contrariando as recomendações do IV Encontro Nacional de Juízes de Menores, realizado no ex-Estado da Guanabara em 1970, no sentido de que em todas as Faculdades de Direito fosse criada a cadeira de Direito do Menor, como disciplina obrigatória<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> O primeiro e o segundo encontros de Juízes de Menores foram realizados em 1956 e 1957, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Em 1968, o Desembargador Jorge Duarte de Azevedo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, reiniciou a tradição dos encontros nacionais de magistrados menoristas, e, em 1968 convidou os juízes das capitais brasileiras para o III Encontro Nacional, que contou com a presença de 19 juízes. Na ocasião, o Desembargador fundou a Associação Brasileira de Juízes de Menores, da qual foi o primeiro presidente.

De acordo com Maria Auxiliadora Minhaim (1979, p. 145), na época, somente a Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e a Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, ofereciam como matéria o Direito do Menor, tendo como ministrantes o juiz Alyrio Cavallieri e o curador Nuno de Campos, respectivamente. “Os juízes são escolhidos para o cargo sem que as leis de organização judiciária disponham sobre as qualidades que devem ter. [...] É inegável que essa situação traz prejuízos ao atendimento do menor”. (MINHAIN, 1979, p. 145).

Com o intuito de fortalecer a atuação do Juizado, outras propostas ainda foram apresentadas à época, como a permanência dos juízes de Menores nos cargos por longo tempo, ante os inconvenientes do abandono do Juizado pelo magistrado que mais se aperfeiçoou para prosseguir carreira<sup>48</sup> e a federalização da justiça de menores, como garantia da especialização, com a realização de concursos para a carreira exclusiva de juiz de Menores.

Em vista da importância e da especialidade da função do juiz de Menores, onde houvesse juizados privativos pensou-se em dar suas atribuições a uma autoridade de maior hierarquia, o desembargador de menores. O propósito manifestou-se em três oportunidades, mas apenas no Estado do Rio de Janeiro o Código de Divisão e Organização Judiciária, de 1975, atribuiu ao desembargador corregedor-geral de Justiça as atribuições para uniformizar a atuação dos Juizados de Menores do Estado (CAVALLIERI, 1978, p. 252).

Em relação aos poderes do juiz, não havia dissenso em relação à redação do artigo 160, do Código de Mello Mattos, que estabelecia a flexibilidade em relação aos procedimentos, prevendo que, antes de iniciada a ação própria, o juiz poderia proceder administrativamente às investigações que julgasse convenientes.

Somente a justiça de menores admite essa forma de atuação em que o juiz age sem processo, tomando providências de caráter urgente, de seu arbítrio. O art. 160 menciona investigações que podem incluir intimações, buscas e apreensões,

---

<sup>48</sup> Neste sentido foi a recomendação n. 16 do 9º Congresso da Associação Internacional de Juizes de Menores (Oxford, 1974): “as funções dos juízes de menores deverão ser desempenhadas dentro dos limites mínimos e máximos fixados para os magistrados, mas o prazo do exercício deve ter uma extensão razoável”. (In: CAVALLIERI, Alyrio. **Direito do Menor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978, p. 263).



diligências. Na realidade, não seria possível esperar-se o início da ação, com os trâmites burocráticos cartorários etc., para o imediato socorro a uma situação de emergência. (CAVALLIERI, 1978, p. 63).

Os projetos ainda reforçavam a necessidade da atuação de uma equipe interdisciplinar que deveria auxiliar o juiz e o curador no diagnóstico e aplicação das medidas, embora não o sujeitasse ao laudo, nos termos da regra processual civil. Entre eles, destacavam-se o assistente social, o psicólogo, o clínico, o psiquiatra, o sociólogo e o comissário de menores.

Nesse contexto, a aprovação do novo Código de Menores fazia-se urgente, e, em 1978 é instituída a Comissão Nacional, cujo trabalho resultará na aprovação da Lei n. 6.697, em 10 de outubro de 1979, Ano Internacional da Criança, que refletia a fidelidade dos juizes de menores à velha lei de Mello Matos, adaptando-a aos novos tempos e ampliando poderes da autoridade judiciária, no caso, o juiz de Menores.

Antes disso, já em 1968, o Juiz Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão apresentou ao Ministro da Justiça um anteprojeto de Código de Menores, introduzindo o texto da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, na Parte Geral, nas disposições sob o título “Direitos do Menor”, antecipando-se à recomendação aprovada pelo 8º Congresso da Associação Internacional de Juizes de Menores realizada em Genebra, em 1970, no sentido de serem introduzidas, no Direito positivo de cada país, os princípios enunciados na declaração da ONU.

Assim, o novo Código de Menores dispunha sobre medidas de assistência e proteção dos menores de dezoito anos que se encontrassem em “situação irregular”, e de vigilância, endereçadas a todos eles, inclusive àqueles sob o pátrio poder, conforme artigo 1º, parágrafo único.

Juntamente com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, o novo Código compôs o arcabouço normativo que instituiu no ordenamento jurídico brasileiro a chamada “Doutrina da Situação Irregular”, pela qual caberia ao Estado intervir apenas nos casos expressamente assim caracterizados pela norma.

A Doutrina da Situação Irregular, que substituiu a Doutrina do Direito do Menor, ao ser aprovado o Código de Menores de 1979, é uma construção doutrinária oriunda do Instituto Interamericano del Niño, órgão da OEA, do qual o Brasil

participa, juntamente com os Estados Unidos, Canadá e os demais países das Américas. Sua formulação teórica é atribuída ao jurista argentino Ubaldino Calvento e teve como maior propagador no Brasil o Juiz de Menores do Rio de Janeiro, Alyrio Cavallieri. A Associação Brasileira de Juízes de Menores incorporou tal conceito a partir do seu XIV Congresso, realizado no Chile em 1973, sob a justificativa de que se adequava à tradição legislativa brasileira, de só tomar conhecimento da problemática da criança a partir do momento em que se configurasse estar ela em “situação irregular” junto à família. De fato, as alterações promovidas no Código de 1927, ao longo dos anos, particularmente pelas leis nº 4.655/65, 5.258/67 e 4.439/68, foram todas no sentido de especificar a natureza do tratamento necessário ao “menor infrator”, distinguindo-o do órfão e do abandonado, ainda que todos fossem caracterizados como em “situação irregular”. (SILVA, 2001, p. 5, grifos do autor).

A Doutrina da Situação Irregular teve forte influência do Código de Mello Mattos e nos demais antecedentes legislativos brasileiros, especialmente a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, expressamente destinados aos menores abandonados e delinquentes, definindo casuisticamente os estados patológicos determinantes de sua intervenção.

Orientada pelas novas posições doutrinárias que resultaram na eliminação das denominações, do etiquetamento, dos rótulos de “abandonado, delinquente, transviado, exposto ou infrator”, cederam lugar a uma definição de estado – a situação irregular - pela qual caberia ao Estado intervir apenas nos casos expressamente assim caracterizados.

Contrariamente à Doutrina da Proteção Integral instaurada pela Declaração de Genebra, de 1924 e pela Declaração dos Direitos da Criança da ONU de 1959, a nova legislação continuava a negligenciar a proteção social da criança em face das condições socioeconômicas do país.

O Código dá ênfase exagerada à proteção jurídica do menor e negligencia a proteção social, que é internacionalmente reconhecida como o

instrumento idealmente eficiente para garantir o crescimento sadio e sem vícios da criança. A proteção social é fator maior da prevenção da criminalidade e está definida, basicamente, na Carta Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas. Nosso Código não podia esquecer-la, mas devia ampliá-la, defini-la, torná-la obrigatória. (ALBERGARIA, 1982, p. 116).

Além disso, a Doutrina da Situação Irregular, que legitimava uma potencial ação judicial indiscriminada sobre as crianças e os adolescentes em situação de dificuldade, dirigia-se a um tipo de criança ou adolescente específicos, ou seja, aqueles que se encontravam em situações de “patologia social”, elencadas no art. 2º do referido Código<sup>49</sup>, que, quando constatadas, indicavam que o menor deveria ser alcançado pela norma, confundindo, na mesma situação irregular, abandonados, maltratados, vítimas e infratores, o que, na lição de Antônio Fernando do Amaral e Silva (1994, p. 37), “causa perplexidade que se considerasse em situação irregular o menino abandonado ou maltratado pelo pai, ou aquele privado de saúde ou da educação por incúria do Estado”.

---

<sup>49</sup> Art 2º. Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.

O Código de Menores de 1979 constituiu-se, assim, em uma revisão do Código de Menores de 1927, não rompendo, no entanto, com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infantoadolescente, pois, as medidas não passavam de verdadeiras sanções dissimuladas em medidas de proteção. Os direitos não eram relacionados e não era prevista nenhuma medida de apoio à família, razão pela qual, “o Código revogado não passava de um Código Penal do ‘Menor’, disfarçado em sistema tutelar”. (LIBERATI, 2003, p. 13, grifos do autor).

Sobre as funções da autoridade judiciária, o Código de Menores de 1979 reforçou o poder do juiz, de acordo com o critério fundado no seu “prudente arbítrio”, prevendo:

Art. 8º. A autoridade judiciária, além das medidas especiais previstas nesta Lei, poderá, através de portaria ou provimento, determinar outras de ordem geral, que, ao seu prudente arbítrio, se demonstrarem necessárias à assistência, proteção e vigilância ao menor, respondendo por abuso ou desvio de poder.

A atuação judicial caracterizava-se pela ampla discricionariedade e subjetividade atribuída ao juiz de menores justificada pelo discurso da proteção, já que a intenção da aplicação das medidas era a reintegração social e familiar, porquanto o entendimento da doutrina em vigor era de que tais medidas não tinham um cunho retributivo, mas sim protetivo<sup>50</sup>.

Em todo texto clássico de direito de menores o comportamento adequado do juiz está equiparado à figura do “bom pai de família”. Convém relembrar, aqui, que entre as inúmeras obrigações deste último não figura a de conhecer o direito para sua correta aplicação. O caráter absolutamente discricionário de suas funções coloca-o na situação paradoxal de estar, tecnicamente, impossibilitado de violar o direito. Além disso, a escassa ou nula importância dada às maneiras sob sua jurisdição o exime, na prática, de submeter-se a instâncias superiores de revisão. Sua dupla competência tutelar e penal (sendo que

---

<sup>50</sup> Art. 13. Toda medida aplicável ao menor visa, fundamentalmente a sua reintegração socio-familiar.

o tutelar constitui-se em sinônimo de tudo), unida à miséria de seus recursos técnicos e financeiros, lhe outorgam poderes absolutos que, definitivamente, traduzem-se em nada. (MENDEZ, 1997, p. 13, grifos do autor).

O poder discricionário conferido ao juiz reafirmava a presunção vigente à época de que este saberia dar aos conflitos apresentados a solução que melhor tutelaria o interesse do “menor”. As prerrogativas conferidas ao magistrado para investigar diretamente os fatos e ordenar, de ofício, as providências necessárias para a solução de conflitos, no exercício de sua função tutelar e paternalista, era prevista em seu artigo 87, dispondo:

Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar livremente os fatos e ordenar, de ofício, as providências.

Todavia, era o seu artigo 86 que previa, de maneira expressa, a possibilidade de instauração de procedimentos por iniciativa oficial:

As medidas previstas neste Código serão aplicadas mediante procedimento administrativo ou contraditório, de iniciativa oficial ou provocadas pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.

Havia expressamente a previsão do rito que deveria ser utilizado nos procedimentos de verificação da situação do menor. Tratava-se de procedimento especial aplicável quando o juiz se deparasse com menores em situação irregular. As etapas desse procedimento especial estavam claramente previstas na lei, em seus artigos 94 a 98<sup>51</sup> e

---

<sup>51</sup> Art. 94. Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor que se encontre em situação irregular, nos termos dos incisos I, II, III e IV do art. 2º desta Lei.

§ 1º Registrada e relatada a ocorrência, pelos órgãos auxiliares do Juízo, com ou sem apresentação do menor, a autoridade judiciária, mediante portaria, termo ou despacho, adotará de plano as medidas adequadas.

§ 2º Se as medidas a que se refere o parágrafo anterior tiverem caráter meramente cautelar, prosseguir-se-á no procedimento verificatório, no qual,

após o estudo social do caso ou seu aprofundamento e realizadas as diligências que se fizerem necessárias, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decidirá, em cinco dias, definindo a situação do menor e aplicando a medida adequada.

Art. 95. Instaurar-se-á procedimento contraditório:

I - discordando os pais ou responsável das medidas aplicadas em procedimento verificatório simples previsto nos §§ 1º e 2º do art. 94 desta Lei;

II - nas hipóteses das alíneas a e b do inciso I do art. 2º desta Lei, quando a perda do pátrio poder constituir pressuposto lógico da medida principal;

III - para a perda da guarda ou quando sobre esta houver controvérsia;

IV - para o decreto de suspensão do pátrio poder.

Art. 96. Será observado o procedimento verificatório simples, previsto no § 2º do art. 94 desta Lei, quando:

I - na hipótese da alínea b do inciso I do art. 2º desta Lei, os pais concordarem, mediante declaração escrita ou termo nos autos, em que o menor seja posto sob tutela ou adotado;

II - recolhido a entidade pública, provisoriamente, há mais de quatro anos, ou amparado por entidade particular, por igual lapso de tempo, o menor na situação irregular prevista nas alíneas a e b, inciso I do art. 2º desta Lei, não tiver sido reclamado pelos pais ou parentes próximos;

III - já integrado em família substituta, ainda que mediante guarda de fato, há mais de três anos, não tiver sido reclamado pelos pais ou parentes próximos;

IV - já integrado em família substituta, ainda que mediante guarda de fato, há mais de um ano, não tiver sido o menor, em orfandade total ou o menor não reconhecido pelos pais, reclamado pelos parentes próximos, ou na segunda hipótese, pelos genitores.

Art. 97. O procedimento contraditório terá início por provocação do interessado ou do Ministério Público, cabendo-lhes formular petição devidamente instruída com os documentos necessários e com a indicação da providência pretendida.

§ 1º Serão citados os pais, o responsável ou qualquer outro interessado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta, instruída com os documentos necessários, requerendo, desde logo, a produção de outras provas que houver.

§ 2º Apresentada, ou não, a resposta, a autoridade judiciária mandará proceder ao estudo social do caso ou à perícia por equipe interprofissional, se possível.

§ 3º Requerida prova testemunhal ou se for conveniente e possível ouvir o menor, juntado aos autos o relatório do estudo social, a autoridade judiciária designará audiência.

§ 4º Cumpridas as diligências, presente o relatório do estudo do caso e ouvido o Ministério Público, os autos serão conclusos à autoridade judiciária que, em dez dias, decidirá definindo a situação do menor e aplicará a medida cabível ou requerida.

§ 5º Este procedimento poderá ser, também, iniciado de ofício mediante portaria ou despacho nos autos de procedimento em curso.

dividiam-se em procedimento simples, caracterizado pela providência cautelar, e contraditório, quando houvesse discordância dos pais quanto às medidas aplicadas ou nas situações de perda ou suspensão do poder familiar, entre outras.

Além de incluir o menor em perigo moral como objeto de intervenção, constituindo uma nova classe para a qual não havia previsão legal específica, que, apresentando inadaptação, não cometeu fato típico, o Código de Menores de 1979 eliminou a exigência do estudo prévio por equipe técnica, determinando a sua realização apenas quando possível (art. 97, § 2º), considerando a sua inexistência na maioria das comarcas.

A oitiva do Ministério Público nos casos de internação passa a ser facultativa (art. 41), o que foi considerado como um fator de desvalorização das funções pertinentes e era incompreensível, “já que o curador de Menores, por tradição no direito brasileiro, é o defensor dos interesses do menor. [...] Enquanto não se muda a lei, há que se socorrer da norma do art. 5º para tornar obrigatória a intervenção do Curador de Menores”. (MARQUES, 1982, p. 204).

Caberia ao curador de Menores, com base no artigo 87, do Código de Menores, atuar como parte principal, nas hipóteses expressamente previstas nos artigos 97, 104 e 111 ou como fiscal da lei, cuja atuação era mais destacada. Nessa condição, sua atuação não era somente opinativa, pois poderia juntar documentos, produzir provas em audiência e requerer medidas e diligências que reputasse necessárias à aplicação da correta medida assistencial, cabendo-lhe ainda a faculdade de recorrer.

Por outro lado, a sua intimação pessoal para todos os atos (art. 91), sob pena de nulidade do processo e das medidas investigatórias, configurou avanço, ao passo que a intervenção obrigatória do advogado estava restrita apenas à hipótese de recurso (art. 93), sob argumento de que, não existindo acusação formal contra o menor, a defesa técnica se afiguraria desnecessária, cabendo ao promotor de Justiça, como curador de Menores, juntamente com o juiz, assisti-lo e protegê-lo.

As medidas aplicadas não refletiam uma natureza assistencial e protetiva, mas demonstravam um caráter punitivo, não distinguindo

---

Art. 98. Como medida cautelar, em qualquer dos procedimentos, demonstrada a gravidade do fato, poderá ser, liminar ou incidentemente, decretada a suspensão provisória do pátrio poder, da função de tutor ou da de guardador, ficando o menor confiado à autoridade administrativa competente ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade, até a decisão final.

aquelas aplicáveis aos menores carentes em geral daquelas destinadas aos infratores, e tampouco em relação às medidas dirigidas aos pais. Nesse contexto, legitimava-se a criminalização da pobreza, com a promoção de uma resposta assistencialista, controladora, repressiva e autoritária, na qual a criança ainda era vista como problema social, um risco à estabilidade e uma ameaça à ordem pública.

É nesse contexto que a utilização da privação de liberdade como regra para institucionalização da infância empobrecida, imposição de medidas com tempos indeterminados, a centralização política burocrática e autoritária e uma breve expectativa de redemocratização do País abriram a possibilidade para a organização de momentos sociais que lutaram para a ruptura do sistema, almejando construir uma alternativa comprometida com a realização dos direitos humanos. (CUSTÓDIO e VERONESE, 2013, p. 80).

Por falta de critérios determinantes sobre a aplicação do Código de Menores de 1979 à situação chamada de irregular da criança e adolescente, demonstrou-se a deficiência do sistema jurídico em prevenir e tratar o abandono e o desvio social da infância e juventude no Brasil. O modelo de institucionalização em regime de atendimento fechado já demonstrava seus limites e os próprios educadores destas instituições indicavam a necessidade urgente de mudanças.

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantinham-se regularmente omissos, somente intervindo quando as crianças, pela prática infracional ou pela própria condição de exclusão social, passavam a ser objeto de interesse jurídico, configurando a “situação irregular” que nunca era das instituições, mas sempre recaía sobre a criança, pela própria previsão no sistema jurídico. “A inadequação do sistema de justiça, nele incluídos os órgãos policiais e de execução, era evidente. As frustrações eram generalizadas. Faltavam recursos humanos e materiais, a legislação era imprópria, as medidas não satisfaziam”. (SILVA, 1992, p. 155).

No âmbito da atuação judicial, a hegemonia da atuação do Poder Judiciário na gestão direta das ações sociais, superlotava as varas de menores, na medida em que a ideia de situação irregular deslocava a atenção para o Sistema de Justiça por problemas de ordem econômica e social, produzindo, como salienta André Viana Custódio (2008),



[...] um tipo característico de magistrado, um misto de gestor assistencialista com agente de repressão policial; que em regra oferecia como contrapartida a prática dominante e frequente da institucionalização em massa mediante a inserção nos esquemas técnicos da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Com a falência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a sociedade passa a reclamar a sua participação sobre a política pública voltada à infância e juventude, reconhecendo, desta forma, que os problemas não pertenciam exclusivamente ao Estado, mas também à sociedade por ser gerados por ela e nela instalados.

### **1.2.3 Rumo à proteção integral: por uma nova Justiça da Infância e Juventude**

O fortalecimento dos movimentos sociais a partir da década de 1980 desafiou o Estado na efetivação das políticas públicas, representando uma possibilidade efetiva de transformação da realidade, especialmente para crianças e adolescentes.

O desenrolar dos fatos foi na direção de uma multiplicidade de denúncias, ações, moções e manifestações populares em torno da criança. Vozes surgiram de variados segmentos da sociedade para apontar injustiças e atrocidades cometidas contra crianças. As denúncias desnudavam a distância existente entre crianças e menores no Brasil, mostrando que crianças pobres não tinham sequer direito à infância. Estariam elas “em situação irregular”, muito embora se soubesse, então, com base em estatísticas, que representassem pelo menos metade da população infantil e juvenil no país. (PILLOTI; RIZZINI, 1995, p. 160, grifos dos autores).

Para os movimentos sociais pela infância brasileira, o período representou também importantes e decisivas conquistas, marcado pela presença atuante e inovadora do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Vários grupos se organizaram na luta em defesa de variadas causas de cunho social, cuja articulação garantiu a inclusão do

artigo 227, na Constituição Federal de 1988, baseado nos postulados da Declaração Universal dos Direitos da Criança e da Convenção sobre os Direitos da Criança, que estava em fase de elaboração.

Em uma mobilização popular inédita e sem precedentes no país, o dispositivo constitucional resultou da fusão de duas emendas populares que trouxeram ao Congresso as assinaturas de quase duzentos mil eleitores de todo o país e de mais de um milhão e duzentos mil cidadãos-crianças e cidadãos-adolescentes, envolvendo milhares de crianças e jovens no Congresso e em várias capitais. (TITO; AGUIAR, 1992, p. 35).

Assim, antes da incorporação formal ao sistema jurídico brasileiro da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada, em 24 de setembro de 1990, por meio do Decreto n. 99.710, a Constituinte de 1988 já havia adotado os seus princípios básicos, reconhecendo crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, credores da proteção integral preconizada em seu artigo 227.

A Doutrina da Proteção Integral, consagrada no texto constitucional de 1988, especialmente após a edição da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente - ao regulamentar o dispositivo constitucional em consonância com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, substituiu o modelo jurídico anterior de proteção às crianças e adolescentes, fundado na Doutrina da Situação Irregular, constituindo-se como um poderoso instrumento de mudança social e de construção de um novo projeto civilizatório.

Coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente concretizar e expressar os novos direitos da população infantoadolescente, que põem em relevo o valor intrínseco da criança como ser humano e a necessidade de especial respeito a sua condição de pessoa em desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, mais do que um projeto de lei, é um projeto de sociedade. A aprovação da lei pelo Congresso Nacional e sua sanção, sem vetos, pelo Presidente da República, não transfiguram a dramática realidade brasileira em relação aos direitos da infância e da juventude. Ele, no entanto, deflagra uma tendência irreversível na direção de mudanças que a nossa realidade, de forma tão dramática, necessita e requer. (COSTA, 1992, p. 27).

A incorporação do citado dispositivo, rompendo com a matriz autoritária menorista, deu início, assim, ao processo que culminou na elaboração de uma nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e adolescentes e propondo um novo papel à Justiça da infância e juventude.

Contrariamente ao modelo de atendimento da situação irregular, a nova postura exigida pela Doutrina da Proteção Integral atribui a todas as crianças e os adolescentes indistintamente e em qualquer situação jurídica, a condição de sujeitos de direitos, sendo-lhes garantidos todos aqueles necessários ao seu pleno desenvolvimento, ainda que cometesse um ato considerado ilícito. Como bem salienta Paulo Afonso Garrido de Paula (2002, p. 20-24),

Somente com a Constituição de 1988 é que se reconhece a possibilidade de crianças e adolescentes participarem direta e amplamente de relações jurídicas com o mundo adulto, na qualidade de titulares de interesses juridicamente protegidos. Foram concebidos, finalmente, como sujeitos de direitos, capazes para o exercício pessoal de direitos relacionados ao desenvolvimento saudável e de garantias relacionadas à integridade. [...] Se, num passado remoto, criança ou adolescente era coisa consequentemente descartável e, num passado recente, interessava apenas ao direito penal, ao depois em razão de alguma patologia erigia-se um conjunto de normas tendentes à integração sociofamiliar, modernamente passa a ser considerado como sujeito de direito, sendo-lhes devida a proteção integral perante a família, à sociedade e ao Estado.

Nesse contexto, ao regulamentar a Doutrina da Proteção Integral consagrada na Constituição de 1988 e sintetizando os esforços e a responsabilidade de todos, o Estatuto da Criança e do Adolescente assume a relevante função de instrumentalizar a sua aplicação, explicitando os direitos, estabelecendo as responsabilidades e procedimentos, visando à realização de suas prescrições e à concretização dos direitos atribuídos aos seus destinatários.

Por isso, na lição do autor antes citado, a proteção integral “constitui-se em expressão designativa de um sistema onde crianças e adolescentes figuram como titulares de interesses subordinantes frente à família, à sociedade e ao Estado” (PAULA, 2002, p. 23), que, muito além de abster-se de sua violação, devem garantir a sua promoção e efetivação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, na esteira das legislações latino-americanas, baseadas na Doutrina da Proteção Integral, propôs-se a ser instrumento para o conjunto da categoria da infância e não somente para os que estivessem em circunstâncias particularmente difíceis. Desvinculam-se situações de risco, de patologias de caráter individual, permitindo que deficiências mais agudas fossem percebidas como omissões das políticas sociais básicas.

A responsabilidade legal atribuída à família, à sociedade e ao Estado funda-se no dever moral e na solidariedade estabelecidas em prol de crianças e adolescentes, em razão de sua dependência e vulnerabilidade a todas as formas de violência. Do mesmo modo, a sociedade e a comunidade em que a criança e o adolescente e sua família estão inseridos também devem assumir a sua proteção integral; cabendo ainda ao poder público, por todos os seus entes, seus órgãos e suas instituições, a implementação de políticas sociais, por meio de ações diretas, projetos ou programas que promovam o seu acesso aos direitos.

A Doutrina da Proteção Integral, como lembra Antonio Carlos Gomes da Costa (2002, p. 17),

[...] afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas públicas específicas para promoção e defesa dos seus direitos.

Por outro lado, diferentemente da Doutrina da Situação Irregular, que via a criança ou adolescente como objeto de intervenção do mundo adulto, cujo regramento deveria ser reservado apenas às situações que

escapassem à normalidade, o que justificava a atuação jurisdicional sempre em favor do “menor”<sup>52</sup>, mesmo em detrimento das fórmulas legais, a concepção da proteção integral os enxerga como aquilo que são, e não como aquilo que podem ser. “O desenvolvimento saudável e harmonioso, em condições dignas de existência, tem imenso valor intrínseco, devendo ser considerado como necessidade do presente e não como instrumento do futuro”. (PAULA, 2002, p. 31).

Destarte, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como titulares de direitos plenos e específicos, que vão além dos direitos fundamentais outorgados a todos os outros cidadãos, em razão de sua vulnerabilidade e da condição peculiar de desenvolvimento, que devem ser efetivados com absoluta prioridade, consoante dispõe o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>53</sup>.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente pressupõe um sistema legal que deve garantir a efetivação, com absoluta prioridade, dos direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal de 1988. Segundo Wilson Donizeti Liberati (1991, p. 4-5),

Por absoluta prioridade, devemos entender que a criança e o adolescente deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes; devemos entender que, primeiro, devem ser

---

<sup>52</sup> Partindo-se do referencial jurídico da Doutrina da Proteção Integral, o termo “menor” passará a ser usado na tese entre aspas para chamar a atenção ao fato de que, com o advento da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o mesmo entrou em desuso em razão da conotação pejorativa que foi sendo construída ao longo dos anos, sendo substituído por “criança e adolescente”. Contudo, apesar de sua conotação técnica relacionada à capacidade civil, não é incomum ainda encontrarmos a expressão referindo às crianças e aos adolescentes, identificando o mesmo conteúdo depreciativo já repugnado.

<sup>53</sup> Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

atendidas todas as necessidades das crianças e adolescentes. Por absoluta prioridade, entende-se que, na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas moradias e trabalho, não se deveria asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder do governante.

Para tanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente pressupõe um sistema legal que permite suprir todas as necessidades das crianças e adolescentes, sobretudo, seus direitos básicos e fundamentais preconizados na Constituição Federal de 1988. A garantia para a verdadeira efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente passa a ser dever de todo cidadão, como consequência direta da mudança cultural e jurídica que permitiu o alcance da sua condição de sujeitos de direitos.

Como mudança na esfera política, o Estatuto da Criança e do Adolescente determinou a descentralização das políticas públicas voltadas à população infantoadolescente, municipalizando-as, destacando-se, ainda, a criação pioneira dos Conselhos de Direitos, para a formulação de políticas de atendimento específicas, e dos Conselhos Tutelares, para a proteção de crianças e adolescentes cujos direitos estejam ameaçados ou tenham sido violados.

Nesse contexto, processa-se a reorganização dos serviços e instituições, dentre elas o próprio Sistema de Justiça<sup>54</sup>, visando à

---

<sup>54</sup> Com a Constituição Federal de 1988, o Sistema de Justiça passa a ser composto por diversas instituições, mas apresenta em seu centro o Poder Judiciário e, em torno dele, o Ministério Público, a Defensoria Pública, além da Advocacia Pública e privada. Essas são as principais instituições responsáveis pela produção e pela distribuição da Justiça – cada qual atuando com suas especificidades, mas todas com a perspectiva de viabilizar o acesso da população à Justiça no país, embora outras instituições relevantes para o sistema de Justiça também possam ser mencionadas, como as polícias judiciárias estaduais, os Tribunais de Contas, dentre outras. No entanto, ressalta-se que o registro de análise adotado procura englobar a estrutura e o funcionamento das instituições expressamente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, às quais foram atribuídas funções específicas na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, quais sejam, a Justiça da

integração de objetivos e formas de ação em relação a um público-alvo, juntamente com a noção de complementaridade entre intervenção estatal e privada no atendimento às políticas de direitos infantoadolescentes, já que, como destaca André Viana Custódio (2008, p. 45),

A construção do Direito da Criança e do Adolescente proporcionou significativo processo de reordenamento institucional, com a desjudicialização das práticas de caráter administrativo; com mudanças de conteúdo, método e gestão, bem como, a integração dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa e da democratização na efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente que, a partir daí, têm reconhecido seu *status* de sujeito de direitos, garantindo o irrestrito, amplo e privilegiado acesso à Justiça.

De igual modo, eliminaram-se as categorias “situação irregular”, “patologia social”, dentre outras que estavam presentes nas legislações anteriores, estabelecendo-se que, no momento em que o direito da criança ou do adolescente é violado, quem está em situação irregular é a família, a sociedade ou o Estado, passando estes a serem corresponsáveis pela condição em que se encontram aqueles, eliminando a ambiguidade existente entre proteção e responsabilização do adolescente infrator.

No campo jurídico, ao contrário das legislações anteriores, desfez-se a figura do juiz menorista investido em funções que não estritamente jurisdicionais, dando lugar ao técnico limitado pelas garantias processuais. Como destaca Emilio Garcia Mendez (1998, p. 33), com a Doutrina da Proteção Integral,

[...] a) hierarquiza-se a função judicial, devolvendo-lhe sua missão específica de dirimir conflitos de natureza jurídica. Nas legislações mais avançadas desse tipo, não somente é prevista a presença obrigatória do advogado, mas também outorga-se ao Ministério Público função importantíssima de controle e contrapeso; b)

---

Infância e Juventude, o Ministério Público e o Advogado, embora não se desconsidere, em registro geral e específico, outras instituições que o compõem.

assegura-se juridicamente o princípio básico de igualdade perante a lei. Tratando-se de casos de natureza penal, substitui-se o binômio impunidade-arbitrariedade pelo binômio severidade-justiça; c) eliminam-se as internações não vinculadas à omissão – devidamente comprovada – de delitos ou contravenções; [...].

A nova Justiça da Infância e Juventude não mais executa funções assistenciais, passando a interagir com os programas e instituições, em uma estrutura que deve respeitar a autonomia das diferentes instâncias de atuação. Mais além, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para Antonio Fernando Amaral e Silva (1990, p. 53), estabeleceu “o Estado Democrático de Direito numa esfera onde esteve ausente desde a nossa formação histórica. Ela aboliu o arbítrio e o subjetivismo, consagrando o Direito e dignificando a Justiça”.

Dessa forma, parte das atribuições dos juízes de Menores foi transferida aos Conselhos Tutelares, órgão popular, eleito democraticamente, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, que se destina a atender os casos concretos de ameaça ou violação dos seus direitos, ficando a cargo da Justiça da Infância e Juventude apenas aqueles que envolvam conflito de natureza jurídica.

Não havendo julgamento, não há normalmente atividade jurisdicional e, muito menos, sistema de justiça ou polícia judiciária. O atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco deve ser feito pela autoridade administrativa especializada.[...] O Conselho substitui o sistema de justiça no atendimento de casos sem qualquer repercussão jurídica. (SILVA, 1992, p 169).

O grande avanço ficou caracterizado, principalmente, no sistema de responsabilização infracional dos adolescentes, uma vez que o caráter tutelar e meramente assistencial foi abandonado para dar lugar a um processo garantista. Antagonicamente ao subjetivismo e à discricionariedade do Código de Menores, o sistema de responsabilidade socioeducativa do adolescente adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, “revolucionou, [...] pois se ateve de maneira rigorosa aos direitos individuais e garantias processuais aos adolescentes autores de atos infracionais”. (VERONESE, 2012, p. 164).



O juiz da infância e juventude assume, assim, um novo papel, hierarquizado, desenvolvendo sua capacidade plena e específica de dirimir conflitos de interesses de natureza jurídica, especialmente no controle jurisdicional do Estado.

A desjurisdicionalização pretende definitivamente afastar do campo do Poder Judiciário a função assistencial, pois não é essa a razão da Justiça. Cabe ao Poder Público, através do Poder Executivo, prover os serviços necessários de atendimento à criança e ao adolescente. No entanto, o Poder Judiciário é chamado a assumir um novo papel mais comprometido com a efetivação dos direitos fundamentais, quando estes não estiverem ao alcance necessário à sua concretização. (CUSTÓDIO, 2008).

A fundamentação rigorosa das medidas adotadas e uma correta e ponderada interpretação da lei constituem os parâmetros de ação do juiz da Infância e Juventude. A divisão de competências e responsabilidades com o Ministério Público, assim como a obrigatoriedade da presença do advogado (art. 207), colocam as bases mínimas para que a arbitrariedade seja substituída pela Justiça. (MENDEZ, 2009, p. 18).

As competências da Justiça Especializada da Infância e Juventude foram expressamente previstas no artigo 148, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo:

Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;

V - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

VI - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

VII - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:

- a) conhecer de pedidos de guarda e tutela;
- b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda;
- c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;
- d) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;
- e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;
- f) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;
- g) conhecer de ações de alimentos;
- h) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.

Além do critério territorial previsto no artigo 147, a competência, em razão da matéria prevista no artigo 148, orienta-se ainda pelo critério do artigo 98, estabelecendo a competência da Justiça especializada nas hipóteses que determinam a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente nos casos de ameaça ou violação de direitos por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta.

De acordo com Tânia da Silva Pereira (1996, p. 36), a intenção do legislador foi ampliar o âmbito de atuação do Poder Judiciário no contexto da proteção integral, reafirmando às demais autoridades judiciárias a competência para aplicação da Lei n. 8.069/1990, evitando-

se, com isso, os conflitos de jurisdição que retardam a resolução e o atendimento da situação de ameaça ou violação de direitos.

[...] a regra preocupou-se em reforçar a proteção, sustentando que não se trata de uma simulação da “situação irregular”, como quiseram acusar alguns adeptos do antigo Código, e sim, uma conclamação à sociedade e ao Estado para atender, prioritariamente, à população infantojuvenil em situações especiais de risco. (PEREIRA, 1996, p. 36, grifos da autora).

Considerando que toda a população infantoadolescente terá a proteção integral e, nas situações especiais do artigo 98 do ECA, independentemente da condição social e econômica, terão a proteção especial do Estatuto da Criança e do Adolescente, conclui a autora que “seria mais apropriado, talvez, fazer constar tais princípios nas Disposições Preliminares do Estatuto, e não no seu corpo, como Disposições Gerais das Medidas de Proteção”.

Todavia, a enumeração taxativa das hipóteses de “situações de risco”<sup>55</sup> previstas no artigo 98, atraindo a competência para a atuação da Justiça especializada a partir de determinadas situações fáticas, pauta o questionamento central acerca da mudança esperada no modelo de atendimento pelo Sistema de Justiça, superando a lógica das legislações anteriores que justificava a intervenção estatal em determinadas situações ou categorias normativas.

Como salienta Antonio Fernando do Amaral e Silva (2013, p. 765), “teria sido o legislador mais coerente com a Doutrina Jurídica da Proteção Integral se não excepcionalizasse as hipóteses do parágrafo único relacionando-o às do art. 98, o que criou alguma perplexidade na fixação da competência”.

Objetivando proceder à análise da situação referente às mudanças promovidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em São Paulo foi nomeada, pelo Tribunal de Justiça, uma comissão destinada a colher elementos para adaptação da Justiça de Menores à nova lei. Era consenso que a lei não criou, no âmbito da Justiça comum, varas

---

<sup>55</sup> Embora a expressão “situação de risco” venha sendo adotada pela jurisprudência em relação às hipóteses de ameaça ou violação de direitos previstas no artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se o seu uso tecnicamente inadequado, em função de sua vinculação pejorativa relacionada à Doutrina da Situação Irregular, como se verá no Capítulo 6.

especializadas de competência exclusiva, limitando-se a reafirmar aos Estados o poder de criá-las, como órgãos de competência para as matérias elencadas nos artigos 148 e 149.

Para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Comissão não vislumbrava, à época, a necessidade de alterações imediatas na organização judiciária para capacitá-la ao exercício das competências legais, entendendo que, apesar dos avanços da lei na tutela dos direitos constitucionais da criança e do adolescente, a regra do artigo 148, parágrafo único e artigo 98, mantinha inalterado o campo de atuação jurisdicional da legislação anterior.

Por vê-lo, basta comparar a extensão do conceito normativo anterior, da situação irregular, em que devia encontrar-se o menor, para efeito da tutela (art. 2º, *caput*, da Lei n. 6.697, de 1979) – que, por sua vez, substitui, com vantagem, qualificações legais menos primorosas, como “abandonado” e “delinquente” – com aquelas três hipóteses mesmas (a, b, e c) que, no Estatuto, justificam a aplicação das medidas protetivas (art. 98, I, II e III). (CHAVES, 1994, p. 547, grifos do autor).

E prossegue:

Tais correspondências lineares, que atendem a uma unidade de concepção normativa e, sobretudo, de experiência histórica, consistente no funcionamento apurado e proveitoso das Varas de Menores, permitem concluir, de modo seguro, que, entre nós, o início de vigência do Estatuto prescinde de qualquer mudança substantiva na organização judiciária, porque os órgãos que exercem a jurisdição de menores, com competência exclusiva ou cumulativa, estão aptos, pelo longo tirocínio e adequada infraestrutura, a absorver-lhe as causas, velhas quase todas, não obstante submetidas agora ao princípio constitucional do justo processo da lei. (CHAVES, 1994, p. 547-548).

A novidade legislativa, de acordo com a Comissão, não ia além das ações civis, fundadas em interesses individuais, difusos e coletivos (art. 148, *caput*, IV), e de iniciativas procedimentais do Conselho

Tutelar (art. 148, *caput*, VII), cingindo-se as mudanças realizadas apenas à substituição da denominação de “Vara de Menores” para “Vara da Infância e Juventude” que, “sem grandes transtornos práticos, concorre para divulgar as dimensões inovadoras do Estatuto, sintetiza as competência, facilita a comunicação jurídica e pré-exclui aparência de rebeldia graciosa”. (CHAVES, 1994, p. 548).

Desse modo, a Justiça da Infância e da Juventude não seria competente para todas as ações envolvendo a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois, de acordo com a regra do artigo 148, parágrafo único, nos casos expressamente previstos, somente seria chamada a intervir quando verificada a condição ali referida, ou seja, quando se tratasse de criança ou adolescente enquadrado nas hipóteses do artigo 98. Preferiu o legislador cindir as diversas hipóteses, tratando da adoção no *caput* do artigo 148, a da guarda e tutela no parágrafo, o que evidencia uma vez mais o intuito de restringir a competência da Justiça especializada no que concerne à guarda e à tutela, ficando nessa parte ressalvada a competência das Varas da Família.

Caberia às Varas da Família ou Cíveis, com atribuições cumulativas, todas as demais ações, como alimentos, destituição do poder familiar, guarda ou tutela, mesmo envolvendo crianças e adolescentes, ressalvadas as competências da Vara da Infância e Juventude. “Antes o parâmetro era a ‘situação irregular’; agora a ocorrência de ameaça ou violação de direito”. (CHAVES, 1994, p. 555, grifos do autor).

Sobre as funções normativas do juiz, o Estatuto da Criança e do Adolescente reproduziu ainda os dispositivos previstos no Código de Mello Mattos e no Código de 1979, prevendo, no seu artigo 149<sup>56</sup>, a

---

<sup>56</sup> Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) estádio, ginásio e campo desportivo;
- b) bailes ou promoções dançantes;
- c) boate ou congêneres;
- d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;
- e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

II - a participação de criança e adolescente em:

- a) espetáculos públicos e seus ensaios;
- b) certames de beleza.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:

possibilidade de expedição de portarias disciplinando a participação de crianças e adolescentes em eventos e espetáculos culturais. Embora associado à discricionariedade judicial da Doutrina anterior, também o poder geral de cautela e a possibilidade de investigação dos fatos e a produção de provas de ofício pelo juiz foi reproduzida no artigo 153, dispondo que:

Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.

Como serviços auxiliares da Justiça Especializada da Infância e Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça a necessidade da existência de equipe técnica interdisciplinar destinada ao seu assessoramento, indicando, no artigo 145, a possibilidade de criação de varas especializadas e exclusivas, proporcionalmente ao número de habitantes, que deverão ser dotadas de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

Em relação ao perfil ou à especialização do magistrado para ocupar o cargo, o Estatuto da Criança e do Adolescente não dispõe qualquer condição ou critério específico.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não se refere às funções correspondentes aos antigos comissários de menores no quadro de serviços auxiliares da Justiça da infância e juventude. “Assim, respeitado o direito adquirido daqueles que já exerciam esta função, os novos quadros profissionais da Justiça da Infância e Juventude contarão com estes funcionários, se assim prever a Organização Judiciária do Estado”. (PEREIRA, 1996, p. 34).

O Ministério Público, que, com o advento da Constituição Federal de 1988, foi alçado a defensor dos direitos sociais e individuais

- 
- a) os princípios desta Lei;
  - b) as peculiaridades locais;
  - c) a existência de instalações adequadas;
  - d) o tipo de frequência habitual ao local;
  - e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes;
  - f) a natureza do espetáculo.

§ 2º As medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.

indisponíveis, na jurisdição especializada teve suas atribuições reforçadas, possuindo prerrogativas que visam à fiscalização do funcionamento dos serviços de atendimento e à garantia dos direitos fundamentais, sendo-lhe atribuída, especialmente, a legitimidade para a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos de crianças e adolescentes<sup>57</sup>.

Aproxima-se a posição do Ministério Público à eminente posição do juiz da infância e da juventude na realização da política de atendimento à criança e ao adolescente. [...] O Estatuto confere novas atribuições ao Ministério Público, que antes competiam ao juiz de menores. (ALBERGARIA, 1991, p. 159).

As atribuições do Ministério Público foram, pela primeira vez, descritas de forma enunciativa no artigo 201, do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>58</sup>. Para defesa dos direitos de crianças e adolescentes a

---

<sup>57</sup> As atribuições do Ministério Público, assim como do advogado e do juiz da Infância e Juventude serão analisadas detalhadamente no Capítulo 2.

<sup>58</sup> Art. 201. Compete ao Ministério Público:

- I - conceder a remissão como forma de exclusão do processo;
- II - promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
- III - promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude;
- IV - prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98;
- V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal;
- VI - instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los:
  - a) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;
  - b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;
  - c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;

legitimidade conferida ao Ministério Público é ampla e o rol elencado na legislação não exclui outras, desde que compatíveis com as suas finalidades institucionais. Mesmo nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público atuará obrigatoriamente e a falta de intervenção acarreta a nulidade do feito<sup>59</sup>. Como pondera Hugo Nigro Mazzilli (2007, p. 1),

[...] é muito estreita a ligação do Ministério Público com as normas de proteção à criança e ao adolescente, pois que está ele naturalmente voltado à defesa de interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, isto porque os direitos e interesses ligados à proteção da criança e do adolescente sempre têm caráter social ou indisponível, consequentemente não se pode excluir a iniciativa ou a intervenção ministerial em qualquer feito judicial em que se discutam esses interesses. Assim, tanto interesses sociais ou interesses individuais indisponíveis ligados à proteção da criança e do adolescente merecem tutela pelo Ministério Público; o mesmo se diga dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos ligados à infância e à juventude.

---

VII - instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude;

VIII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

IX - impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

X - representar ao juízo visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível;

XI - inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

XII - requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

<sup>59</sup> Conforme artigos 202 a 205 da Lei n. 8.069/90.



A enumeração das ações civis públicas de iniciativa ministerial é meramente exemplificativa, haja vista a norma residual ou de extensão contida não só no artigo 201, inciso VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, como no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Nos casos de infração penal, seguindo a regra 11.2 das Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), passa o Ministério Público a ter competência para conceder remissão como forma de exclusão do processo (art. 126 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

No tocante à fiscalização das entidades de atendimento, o inciso XI do artigo 201 explicita as faculdades de inspeção e adoção de medidas, inclusive a remoção das irregularidades verificadas. “Toda essa gama de funções acaba por definir o membro do Ministério Público como um *ombudsman*”. (VERONESE, 1996, p. 114).

A participação obrigatória do advogado e o procedimento contraditório foram introduzidos na Constituição Federal de 1988 (art. 227, § 3º), estabelecendo os seus pressupostos e deixando clara a sua indispensável participação como único profissional habilitado a fazer a defesa técnica do adolescente a que se atribua a prática do ato infracional, conforme recomenda a regra 7.1 das Regras de Beijing.

Nesse contexto, a partir da determinação do artigo 134 da Constituição Federal, é prioritária a atuação da Defensoria Pública na orientação e defesa, em todos os graus, dos necessitados, reiterada no Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 111, inciso IV, ao determinar a assistência gratuita e integral àqueles que não possuem condições de arcar com as custas do processo.

A evolução do processo de formação de um ramo especializado da Justiça para atendimento de crianças e adolescentes indica que, tendo se originado da Justiça penal com o objetivo precípua de controle-repressão, passa, com a Doutrina da Proteção Integral, a se estruturar com uma nova conformação, a partir do seu reconhecimento como sujeitos de direitos, como se analisará a seguir.

Com o intuito de compreender como o processo de afirmação dos direitos de crianças e adolescentes, operado no contexto do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, resultou no reordenamento dos sistemas judiciais na cultura jurídica ocidental, entende-se oportuno, inicialmente, destacar os aspectos que constituem a proteção integral, à medida que propõe uma nova identidade para a Justiça especializada.

As transformações operadas, especialmente no Brasil, a par de redefinir as funções dos atores do Sistema de Justiça (juiz, Ministério Público e advogado), passaram a exigir o reordenamento das práticas institucionais e um modelo de atuação, orientadas para a máxima efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, além do reconhecimento das novas demandas sociais e da coletivização do processo.

## **CAPÍTULO 2**

### **A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

A compreensão do processo evolutivo de constituição dos direitos humanos é essencial para o reconhecimento da importância dos instrumentos legislativos e científicos que instituem uma nova representação social da infância, especialmente no Brasil, a partir da implementação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Historicamente, a constituição da cidadania e as modificações que se processaram em relação ao reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais, estiveram afetos aos adultos e, somente quando a criança foi compreendida como “sujeito ativo das relações sociais” (MARCHI, 2009) é que ganhou expressão e legitimidade no campo dos direitos e das preocupações da sociedade.

Embora essa preocupação diferenciada com infância já pudesse ser identificada desde a Declaração de Genebra de 1924, o início da ruptura paradigmática começa a ser visualizada com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1959, na medida em que reconhece que a criança necessita de proteção especial e tem uma singularidade em relação ao adulto que deve ser respeitada, ou seja, para além dos direitos do homem como indivíduo, desenham-se novos direitos de grupos humanos, povos e nações. (BOBBIO, 2004).

Confrontando-se com os sistemas jurídicos concebidos para tutela dos “menores”, que, embora sob o discurso da proteção, erigiram estruturas legais e institucionais para seu controle e defesa da sociedade, a construção e a incorporação desse novo paradigma percorreu processos históricos específicos até atingir o seu reconhecimento formal como seres em condições peculiares de desenvolvimento, com direitos a serem protegidos e terem sua cidadania respeitada.

A especialização da Justiça, apesar de inicialmente justificada pela concepção tutelar, sob a qual se erigiram os tribunais para menores, como visto, é (re)situada a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, que, alterando a condição jurídica da infância, diferencia claramente as suas funções para proteção dos direitos de crianças e adolescentes, em uma perspectiva garantista.

Assumindo-se como protagonista do modelo superado, a Justiça teve suas funções diretamente impactadas pelas mudanças operadas no marco legal, com a incorporação da Doutrina da Proteção Integral, que,

identificando-se como a “nova Justiça da infância e juventude”, exige um novo modelo de atuação.

Dessa forma, afigura-se relevante identificar como o Sistema de Justiça brasileiro compreende e implementa as mudanças de funções e de práticas jurídicas que se situam na ruptura da infância como objeto de intervenção, para tratar da necessidade de se percebê-la em sua particularidade, para que seja respeitada e colocada a salvo de ameaças e violações.

## 2.1 A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A necessidade de proteção especial à criança, a partir do reconhecimento da infância como categoria específica, e a criação de dispositivos de socialização e controle próprios, abordados no primeiro capítulo, foi orientada pela evolução dos direitos humanos na nova ordem internacional, instaurada com o término da Segunda Guerra Mundial e a criação das Nações Unidas, por meio da Carta das Nações Unidas<sup>60</sup>, de 1945, que, pela primeira vez, atribuiu-lhes um valor universal.

Antes disso, a extinta Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho, em 1919 e 1920, já haviam promovido as primeiras discussões a respeito de direitos específicos da criança, que tinham por objetivo a abolição ou regulamentação do trabalho infantil, seguidas, em 1921, pela Convenção sobre Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, adotada pela Liga das Nações. Em 1924, a Assembleia da Liga das Nações adotou a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, primeiro documento internacional que materializou a preocupação com a afirmação da criança como ser humano merecedor de cuidados e proteção especiais e a consequente normatização jurídica das obrigações daí decorrentes, possível para todos os países, em quaisquer circunstâncias<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Carta das Nações Unidas – 1945. Adotada e aberta à assinatura pela Conferência de São Francisco, 26 de junho de 1945. O instrumento de ratificação foi depositado pelo Brasil em 21 de setembro de 1945 e a Carta promulgada pelo Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945.

<sup>61</sup> Por várias vezes ao longo do século XX, as crianças tiveram de aguardar para voltar a ser o centro das atenções públicas. Todo o movimento internacional ficou suspenso até 1919, quando a Sociedade das Nações criou um Comitê de Proteção à Infância. Em 1921, foi constituída a Associação Internacional para

Além de constituir o primeiro documento internacional que protegia os direitos da criança, a Declaração de Genebra fundamentava-se no reconhecimento da criança como uma categoria especial de indivíduos dentro da sociedade, ou seja, um grupo vulnerável em que, dentro de sua igualdade, coexistem diferentes características e necessidades, propondo-se a criar instrumentos internacionais uniformes protetores dos seus direitos, embora a colocando “numa situação claramente passiva, em que ela é mero objeto de proteção e que deve receber algo ou ser agraciada com alguma outra coisa, certamente como consequência dos desastres que a Primeira Guerra causou à infância”. (MÔNACO, 2005, p. 127).

Somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>62</sup>, adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, reafirmou-se o compromisso de promover e proteger os direitos humanos, cuja existência independeria de qualquer vontade ou formalidade.

---

a Proteção da Infância, projetada em 1913, em Bruxelas, por 37 países, mas que a Primeira Guerra interrompeu e foi organizado o segundo congresso internacional de proteção à infância com a presença de 20 países. Em 1923, aparece oficialmente a expressão “direitos da criança” num texto internacional, a *Declaração dos Direitos da Criança*, elaborada por Eglantyne Jebb. Publicada na Revista *The World's Children* e aprovada na *International Save the Children Union*, em 28 de fevereiro de 1923, foi adotada por unanimidade pela Assembleia da Sociedade das Nações (V Sessão), em Genebra, na sequência de uma proposta do Chile, a 26 de setembro de 1924. O presidente da Assembleia, Giuseppe Motta, afirmou então que a Declaração passava a ser a Carta das Crianças da Sociedade das Nações, recomendando aos Estados-Membros a inserção dos seus princípios na respectiva legislação interna. (TOMÉ, Maria Rosa Ferreira Clemente de Moraes. **Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820 – 1978) e a Tutoria de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, p. 97-98. Tese de Doutorado em Letras - História Contemporânea).

<sup>62</sup> Aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, por quarenta e oito votos a zero e oito abstenções. Os Estados que se abstiveram foram: Bielorrússia, Tchecoslováquia, Polónia, Arábia Saudita, Ucrânia, União Soviética, África do Sul e Iugoslávia. Piovesan observa que, no Ato Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, realizada em Helsinque, em 1975, os Estados comunistas na Europa aderiram expressamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos. (PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 195).

Embora considerada inicialmente como simples recomendação, entende parte da doutrina que a Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui-se em verdadeiro princípio geral de Direito Internacional, elevado à categoria de *jus cogens*<sup>63</sup>, o que a revestiria de caráter vinculante e obrigatório.

A universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos afirmadas na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, constituíram o marco inicial do sistema internacional, que passaram a integrar a agenda política dos signatários, tornando-se, assim, “um dos parâmetros de inter-relacionamento dos Estados e incorporando-se às legislações internas e às constituições, de forma a demonstrar claramente a sua universalização e internacionalização”. (SOUZA, 2001, p. 41).

Em relação aos direitos da criança, reconheceu-se, pela primeira vez, que a infância deve ser objeto de cuidados e atenção especiais<sup>64</sup>, o

---

<sup>63</sup> Os artigos 53 e 64, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, definem *jus cogens* em Direito Internacional como sendo a norma imperativa de Direito Internacional geral, ou seja, “norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por nova norma de direito internacional geral da mesma natureza”. De acordo com SOUZA, o *jus cogens* em direito internacional é dotado de cinco características, quais sejam: 1 – a generalidade – são normas de direito internacional que obrigam a todos os Estados; 2 – a imperatividade – são normas imperativas, uma vez que não admitem a validade de qualquer acordo que lhes seja contrário; 3 – a representação de interesses comuns da sociedade internacional – são normas dotadas de generalidade no tocante ao reconhecimento de sua imperatividade, em face dos interesses por ela representados ou protegidos; esse reconhecimento se dá no conjunto da comunidade internacional de Estados, ou seja, não é necessária uma unanimidade bastando uma ampla e significativa maioria de Estados da comunidade internacional; 4 – a mutabilidade – tais normas não são imutáveis, vale dizer, podem ser derogadas ou modificadas por normas dotadas das mesmas características de generalidade, imperatividade e reconhecimento no seio da comunidade internacional; 5 – a proibitividade – tais normas conduzem à nulidade de qualquer tratado internacional que lhes seja contrário, bem como de qualquer outra norma de conteúdo derogatório, desde que não seja da mesma natureza, conforme afirmado no item 4. (SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. **Os direitos da criança e os direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001, p. 35).

<sup>64</sup> Artigo XXV [...]

que, aliado às condições graves e desumanas das crianças em vários países, determinou a criação de um sistema internacional de proteção, inaugurado, em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança<sup>65</sup>, que se constitui no primeiro instrumento específico para atuação em seu favor, considerando que, “em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento”<sup>66</sup>.

Constituída como “o embrião de uma nova doutrina relativa aos cuidados com a criança, de uma nova maneira de enxergar o indivíduo detentor de direitos e prerrogativas” (SOUZA, 2001, p. 60), a Declaração Universal dos Direitos da Criança afirmava dez princípios básicos, garantindo a proteção especial a todas as crianças, sem distinção, para o seu pleno desenvolvimento saudável e harmonioso, considerando, sobretudo, o seu “superior interesse”<sup>67</sup>, que passa a constituir o critério norteador para ações a serem desenvolvidas (2º e 7º princípios).

É também a partir desse novo marco que a criança passa a ser compreendida como sujeito de direitos, e não mais mero receptor passivo das ações realizadas em seu favor, fundado na tendência, identificada posteriormente à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, de especificação dos direitos fundamentais a partir das necessidades de seus titulares, como define BOBBIO (1992, p. 35):

Se se diz que “criança, por causa de sua imaturidade física e intelectual, necessita de uma proteção *particular* e de cuidados *especiais*”, deixa-se assim claro que os direitos da criança são considerados como um *ius singulare* com relação a um *ius comune*; o destaque que se dá a essa especificidade do genérico, no qual se realiza o

---

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

<sup>65</sup> Resolução 1386, “XIV” aprovada em 1959.

<sup>66</sup> Declaração Universal dos Direitos da Criança, preâmbulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 22 maio 2014.

<sup>67</sup> Princípio 2. Na versão em português da Declaração dos Direitos da Criança o princípio do “best interest of the child” foi traduzido por “interesse superior da criança” e não por “interesse maior da criança”.

respeito à máxima *suum cuique tribuere*. (grifos do autor).

Embora dotada de caráter obrigacional por constituir-se como *jus cogens*, não tendo a Declaração Universal dos Direitos da Criança conseguido traduzir-se, no plano prático, por medidas efetivas de proteção à criança, outros tratados de caráter geral e pactos de direitos humanos passaram a incorporar seus dispositivos para lhe atribuir uma natureza jurídica de maior imperatividade, não apenas recomendando que os Estados respeitem e promovam os direitos humanos declarados, mas instituindo uma série de obrigações jurídicas no sentido do respeito àqueles mesmos direitos.

Nesse sentido, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966<sup>68</sup>, já assegurava direitos específicos da criança em seu artigo 24, a medidas de proteção por parte da família, da sociedade e do Estado, ao registro e ao nome, à nacionalidade e à proteção em caso de dissolução do casamento<sup>69</sup>. Também em relação à prática de crimes, o instrumento assegurava a proibição de pena de morte aos menores de dezoito anos, o regime penitenciário diferenciado e a sua reintegração social como finalidade do processo<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1966. Adotado e aberto à assinatura na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992 (Decreto Legislativo n. 226/91 e Decreto 592/92).

<sup>69</sup> ARTIGO 23

4. Os Estados-Partes do presente Pacto deverão adotar as medidas apropriadas para assegurar a igualdade de direitos e responsabilidades dos esposos quanto ao casamento, durante o mesmo e por ocasião de sua dissolução. Em caso de dissolução, deverão adotar-se disposições que assegurem a proteção necessária para os filhos.

ARTIGO 24

1. Toda criança, terá direito, sem discriminação alguma por motivo de cor, sexo, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requerer por parte de sua família, da sociedade e do Estado.

2. Toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome.

3. Toda criança terá o direito de adquirir uma nacionalidade.

<sup>70</sup> ARTIGO 6º

5. A pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.

ARTIGO 10



Já o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>71</sup>, do mesmo ano, estabeleceu em seu artigo 10<sup>72</sup>, a necessidade de adoção de medidas especiais de proteção e assistência em prol das crianças, sem distinção por motivo de filiação ou outra condição, e contra a exploração econômica e social, além de gozarem de todos os demais direitos previstos.

No continente americano, apesar de a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem datar de 1948<sup>73</sup>, antecedendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não se integrou à Carta da

3. O regime penitenciário consistirá num tratamento cujo objetivo principal seja a reforma e a reabilitação moral dos prisioneiros. Os delinquentes juvenis deverão ser separados dos adultos e receber tratamento condizente com sua idade e condição jurídica.

#### ARTIGO 14

4. O processo aplicável a jovens que não sejam maiores nos termos da legislação penal levará em conta a idade dos menores e a importância de promover sua reintegração social.

<sup>71</sup> Adotado e aberto à assinatura na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, entrando em vigor em 3 de janeiro de 1976, e ratificado pelo Brasil em 24 de fevereiro de 1992 (Decreto Legislativo n. 226/91 e Decreto n. 591/92).

<sup>72</sup> ARTIGO 10

Os Estados-Partes do presente Pacto reconhecem que:

1. Deve-se conceder à família, que é o elemento natural e fundamental da sociedade, a mais ampla proteção e assistência possíveis, especialmente para a sua constituição e enquanto ela for responsável pela criação e educação dos filhos. O matrimônio deve ser contraído com livre consentimento dos futuros cônjuges.

2. Deve-se conceder proteção às mães por um período de tempo razoável antes e depois do parto. Durante esse período, deve-se conceder às mães que trabalhem licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

3. Devem-se adotar medidas especiais de proteção e de assistência em prol de todas as crianças e adolescentes, sem distinção por motivo de filiação ou qualquer outra condição. Devem-se proteger as crianças e adolescentes contra a exploração econômica e social. O emprego de crianças e adolescentes em trabalhos que lhes sejam nocivos à saúde ou que lhes façam correr perigo de vida, ou ainda que lhes venham a prejudicar o desenvolvimento normal, será punido por lei.

Os Estados devem também estabelecer limites de idade sob os quais fique proibido e punido por lei o emprego assalariado da mão de obra infantil.

<sup>73</sup> Resolução XXX, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948.

Organização dos Estados Americanos (OEA), e, portanto, não estipulava qualquer obrigação jurídica.

Apenas com a criação da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, em 1959 e a reforma da Carta da OEA, ocorrida em 1967, e o reconhecimento do caráter normativo da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, é que foi aprovada, em 1969, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como “Pacto de San José da Costa Rica”<sup>74</sup>.

Prevendo expressamente a proteção especial à criança ao estabelecer que tenham direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado<sup>75</sup>, a Convenção Americana dos Direitos Humanos ampliou o rol de direitos civis e políticos previstos no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, estabelecendo de forma inédita, no artigo 4º, concernente ao direito à vida, a proteção ao direito do nascituro<sup>76</sup> e a igualdade, perante a lei, dos filhos nascidos dentro e fora do matrimônio<sup>77</sup>, o que, no Brasil, somente ocorreu posteriormente, por força da Constituição Federal de 1988.

Em relação à conduta prevista na lei penal, a Convenção Americana dos Direitos Humanos proibiu a pena de morte àqueles que, no momento da prática do delito, eram menores de dezoito anos<sup>78</sup>, prevendo expressamente que “os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento”<sup>79</sup>, afastando a imposição de penas, orientada pela proteção aos seus

---

<sup>74</sup> Adotado e aberto à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 26 de novembro de 1969, tendo entrado em vigor em julho de 1978. Foi ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 1992 (Decreto Legislativo n. 27/92 e Decreto 678/92).

<sup>75</sup> ARTIGO 19

<sup>76</sup> 1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

<sup>77</sup> ARTIGO 17

5. A lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.

<sup>78</sup> ARTIGO 4

5. Não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

<sup>79</sup> Artigo 5º, parágrafo 5.

direitos, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma a necessidade de sua proteção jurídica especial.

Dez anos mais tarde, em 1988, o Primeiro Protocolo Adicional à Convenção Americana em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, chamado “Protocolo de San Salvador”,<sup>80</sup> veio a complementá-la no que diz respeito às obrigações do Estado, estabelecendo expressamente, em relação à proteção à criança, que:

Toda criança, seja qual for sua filiação, tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado. Toda criança tem direito de crescer ao amparo e sob a responsabilidade de seus pais; salvo em circunstâncias excepcionais, reconhecidas judicialmente, a criança de tenra idade não deve ser separada de sua mãe. Toda criança tem direito à educação gratuita e obrigatória, pelo menos no nível básico, e a continuar sua formação em níveis mais elevados do sistema educacional.

Por ocasião do Ano Internacional da Juventude (1985), com o intuito de reforçar o significado atribuído à Declaração dos Direitos da Criança, a comunidade internacional deu grande importância à proteção e promoção dos direitos dos jovens<sup>81</sup>, com ênfase na prevenção do crime

---

<sup>80</sup> Ratificado pelo Brasil em 31 de dezembro de 1999 (Decreto Legislativo n. 56/1995 e Decreto n. 3.321/99).

<sup>81</sup> As Regras de Beijing inserem expressamente na sua abrangência o “jovem” prevendo que:

2.2. Para os fins das presentes regras, os Estados-Membros aplicarão as definições seguintes, de forma compatível com seus respectivos sistemas e conceitos jurídicos:

a) jovem é toda a criança ou adolescente que, de acordo com o sistema jurídico respectivo, pode responder por uma infração de forma diferente do adulto. (grifou-se). Disponível em:

[http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos\\_internacionais/id102.htm](http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id102.htm).

Acesso em: 30 junho 2014. Considerando a aprovação da Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, por força da Emenda Constitucional n. 65/2010, estabelecendo que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”, utilizar-se-á, no presente trabalho, a expressão “criança e adolescente” para

e o tratamento dos delinquentes, adotando-se, na Assembleia Geral realizada em 29 de novembro, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores – Regras de Beijing<sup>82</sup>, propostas por ocasião do Sétimo Congresso das Nações Unidas realizado de 14 a 18 de maio de 1984, organizando um conjunto de regras relativas à administração da Justiça e à proteção das crianças e adolescentes, que pudesse servir de modelo aos Estados.

Estabelecendo orientações básicas de caráter geral referentes à política social no seu conjunto, visando a promover ao máximo a proteção de crianças e adolescentes, para prevenção da delinquência, evitando a necessidade de intervenção do Sistema de Justiça e o prejuízo muitas vezes causado por essa medida, as regras definem a Justiça da Infância e Juventude como,

[...] parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país, no quadro geral da justiça social para todos os jovens, contribuindo, assim, ao mesmo tempo, para a proteção dos jovens e à manutenção da paz e da ordem na sociedade<sup>83</sup>.

Nesse ínterim, a partir do desenvolvimento normativo iniciado pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959, e, objetivando atribuir-lhe força de tratado aos direitos da criança, de forma específica e consolidada, do qual pudessem derivar medidas de fiscalização e responsabilização dos Estados, a Comissão dos Direitos Humanos das

---

designar a pessoa com menos de dezoito anos de idade, aos quais se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990).

<sup>82</sup> Resolução n. 40/33, da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985. De acordo com a Observação Geral n. 12, de 25/07/2009, do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, a denominação “Justiça de Menores”, é substituída nos documentos respectivos, por “Justiça Juvenil”. Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11). Acesso em: 30 junho 2014. Observa-se todavia que, nos documentos disponíveis no Brasil, referidos como traduzidos pela UNICEF, utiliza-se a expressão “Regras Mínimas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude”, que adotaremos no presente trabalho, adequando-se à denominação utilizada no país, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Disponível em [http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos\\_internacionais/id102.htm](http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id102.htm). Acesso em 30 junho 2014).

<sup>83</sup> Item 1.4.

Nações Unidas elaborava um projeto de convenção, que se iniciara em 1979, Ano Internacional da Criança e por ocasião das comemorações pelos vinte anos da Declaração, mediante iniciativa do Governo da Polônia. Após dez anos de trabalho envolvendo diversas disciplinas científicas e compatibilizando sistemas jurídicos e culturais diversos, a Convenção sobre os Direitos da Criança, foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989<sup>84</sup>.

Constituindo-se num marco em relação aos esforços realizados no plano internacional para o fortalecimento e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi o instrumento mais ratificado na história universal<sup>85</sup>, representando,

[...] uma oportunidade, certamente privilegiada, para desenvolver um novo esquema de compreensão da relação da criança com o Estado e com as políticas sociais, e um desafio permanente para se conseguir uma verdadeira inserção das crianças e seus interesses nas estruturas e procedimentos dos assuntos públicos. (BRUÑOL, 2001, p. 92, tradução livre).

Com caráter de lei internacional e força obrigacional, em complementação à Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, o compromisso assumido pelos países que a ratificam tiveram

---

<sup>84</sup> A Convenção entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação.

<sup>85</sup> 193 países ratificaram a Convenção, apenas dois não o fizeram, os Estados Unidos e a Somália. De acordo com Mary Belloff, tal recusa justifica-se porque a Somália enfrenta problemas referentes à sua própria constituição como Estado nacional. Um dos principais motivos pelo qual os EUA apenas assinaram a Convenção, mas não ratificaram, decorre do teor do art. 37, alínea a, referente à proibição da cominação de pena de morte e prisão perpétua a menores de 18 anos, o que se revelava incompatível com o direito interno norte-americano. Outros países, embora tenham ratificado a Convenção, mantiveram uma posição de reserva, sobretudo os muçulmanos, e recusaram atribuir validade jurídica a alguns artigos, nomeadamente ao de n. 14, que reconhece à criança o direito à liberdade religiosa, pois incorpora um valor incompatível com os propósitos culturais e religiosos dessas nações (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008).

reflexos imediatos na ordem interna de cada Estado, conferindo aos direitos da criança uma imperatividade e efetividade até então inéditas. Na lição de Josiane Rose Petry Veronese (1999, p. 97),

A Declaração Universal dos Direitos da Criança sugere princípios de natureza moral, sem nenhuma obrigação, representando basicamente sugestões de que os Estados poderiam se servir ou não, enquanto a Convenção tem natureza coercitiva e exige de cada Estado-Parte que a subscreve um determinado posicionamento. Como um conjunto de deveres e obrigações aos que a ela formalmente aderiram, a Convenção tem força de lei internacional e, assim, cada Estado não poderá violar seus preceitos, como também deverá tomar as medidas positivas para promovê-los.

Estabelecendo um conjunto de valores e objetivos comuns de validade universal, que transcendem as tradições e características culturais de cada povo, a Convenção sobre os Direitos da Criança orientou-se no sentido de alcançar o interesse superior de cada criança<sup>86</sup> em todas as ações, englobando uma grande gama de direitos humanos, civis, políticos, sociais e culturais, reconhecidos a todas as pessoas, evidenciando a impossibilidade de garantia de um direito específico, sem que se passe a garantir todos os demais direitos correlatos<sup>87</sup>.

Essa evolução histórica dos instrumentos internacionais de proteção à criança, fundada inicialmente em normas isoladas, para um sistema de caráter universal, orientado pelo seu reconhecimento como

---

<sup>86</sup> Conforme artigo 3º.

Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.

1 – Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o melhor interesse da criança.

<sup>87</sup> Nos anos de 1970, resoluções das Nações Unidas reiteraram esta ideia, consolidada no item quinto, parte primeira, da Declaração e Programa de Ação adotada pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), ao afirmar que: "Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados".

titular de direitos especiais, constituiu, assim o novo paradigma de proteção infantoadolescente identificado como “Doutrina da Proteção Integral”<sup>88</sup>.

Apesar de não ser cronologicamente o primeiro, já que, para André Viana Custódio e Josiane Rose Petry Veronese (2013, p. 116), a própria Declaração de Genebra, de 1924, reunia o conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral, a Convenção constituiu o instrumento mais importante ao estabelecer o marco geral de interpretação de todo o resto da normativa internacional posterior, que, mesmo sem ter a força vinculante que tem para o Estado os tratados, representam a expressão de acordos e intenções da comunidade internacional nesta matéria e, portanto, podem evidentemente se tornar obrigatórios na medida em que se convertam em costume internacional.

A Convenção sobre os Direitos da Criança provoca, dessa forma, uma ruptura com o que se constituiu historicamente a essência da relação entre adultos e crianças, transformando as suas necessidades ou interesses em direitos humanos internacionalmente reconhecidos e protegidos, posteriormente positivados nos ordenamentos internos, ou, como situa Emilio Garcia Mendez<sup>89</sup>, um deslocamento substancial desse paradigma de proteção das pessoas ao paradigma de proteção dos direitos das pessoas.

Os méritos centrais da Convenção são constituídos por dois aspectos de naturezas diferentes. Por um lado, no que se refere ao seu conteúdo, oferece elementos preciosos para toda mudança de caráter legislativo que pretenda considerar a infantoadolescência como sujeito de

---

<sup>88</sup> Para Emilio Garcia Mendez, “apesar de não ser cronologicamente o primeiro texto, a Convenção Internacional contribui decisivamente para consolidar um corpo de legislação internacional denominado ‘Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral da Infância’, que inclui, além da Convenção, as Regras Mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil”. (MENDEZ, Emilio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994, Série Direitos da Criança, p. 97-98).

<sup>89</sup> Apresentação da obra MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003, p. 14-15.

direito e, nunca mais, como objeto de compaixão. [...] Por outro lado, são fundamentais seus efeitos no plano da sensibilização, não só da opinião pública como também dos movimentos sociais que começam agora a se ocupar seriamente da dimensão jurídico-institucional da condição da infantoadolescência. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 41).

O sistema especial proposto pela Convenção sobre os Direitos da Criança se funda no reconhecimento da condição peculiar de crianças e adolescentes como seres humanos ainda em fase de desenvolvimento, que implica a admissão de que a sua personalidade tem atributos distintos da adulta e de que possuem maior vulnerabilidade, o que demanda que os direitos sejam especificados, a fim de que a dignidade humana destes cidadãos seja respeitada.

Mas a Convenção não é meramente uma reafirmação dos direitos da criança como pessoa humana, mas uma especificação destes direitos para as particulares circunstâncias da vida da infância-adolescência; também é uma fonte de direitos próprios da infância-adolescência e de um conjunto de princípios que regulam a proteção conjunta dos direitos de crianças e adultos e seus direitos e deveres recíprocos<sup>90</sup>. (BRUÑOL, 1999, p. 74, tradução livre).

Como mecanismo efetivo de proteção dos direitos da criança previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, por força do disposto no artigo 43, em 1991, foi criado o Comitê para os Direitos da Criança, tendo como objetivo acompanhar a sua implementação nos

---

<sup>90</sup> “Pero la Convención no es meramente una reafirmación de los derechos del niño como persona humana, sino una especificación de estos derechos para las particulares circunstancias de vida de la infancia-adolescencia; también, es fuente de derechos propios de la infancia-adolescencia y de un conjunto de principios que regulan la protección conjunta de los derechos de niños y adultos, y sus derechos y deberes recíprocos”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. El interés superior del niño en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. (In: **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 74).



países signatários, que se obrigaram a submeter relatórios de dois em dois anos.

De acordo com DOLLINGER (2003, p. 99), desde o início de suas atividades, o Comitê destacou quatro artigos da Convenção sobre os Direitos da Criança como contendo os princípios básicos do diploma, art. 2º (não discriminação), art. 3º (os melhores interesses da criança), art. 6º (o direito à vida e à sobrevivência) e o art. 12 (direito de expressar assuntos de seu interesse) para acompanhamento.

Além disso, o relacionamento com os demais organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em especial, atuam em colaboração na função de estimular a cooperação na esfera regulada pela Convenção sobre os Direitos da Criança, na forma do artigo 45, reconhecendo-se que os direitos devem ser tratados de forma ampla e não integrada entre si, não sendo uns passíveis de proteção sem que todos sejam objeto dessa mesma proteção.

O processo de afirmação e universalização dos direitos humanos de crianças iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, e que chegou ao seu ápice com a Convenção sobre os Direitos da Criança, teve sequência com a produção de inúmeros documentos internacionais específicos, a partir da Doutrina da Proteção Integral, marco geral de interpretação de todo o resto desta normativa, orientados pelo reconhecimento dos direitos da criança de forma ampla e integrada entre si.

O primeiro documento subsequente foi a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança (1990), aprovado pela Cúpula Mundial de Chefes de Estado e de Governo realizada em Nova York<sup>91</sup>, reforçando, do ponto de vista político, o compromisso dos países na efetiva aplicação dos termos da Convenção, descrevendo, no seu respectivo Plano de Ação para a década, os desafios, tarefas e os compromissos dos governos de dar alta prioridade aos direitos das crianças, sua sobrevivência, proteção e melhoria das condições de vida.

---

<sup>91</sup> Realizada entre os dias 29 e 30 de setembro de 1990, por ocasião da 45ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunindo setenta e um Chefes de Estado e de Governo e oitenta e oito representantes de dirigentes nacionais.

De acordo com essa Declaração, a ação e cooperação devem ser norteadas pelo princípio da "prioridade imediata para a criança", que estabelece que as suas necessidades essenciais devam receber a mais alta prioridade na alocação de recursos, em níveis nacional, internacional e familiar.

Com relação à prevenção à delinquência juvenil e à proteção dos jovens privados de liberdade, as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção à delinquência juvenil – Diretrizes de Riad (Resolução n. 45/112, de 1990), e as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade – Regras de Havana (Resolução n. 45/113, de 1990), estabeleceram, juntamente com as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing, de 1985, as recomendações para o funcionamento dos sistemas de justiça juvenil, como se verá, com ênfase na prevenção, por meio de políticas que favoreçam a socialização e a integração dos jovens.

Posteriormente, foram editados dois Protocolos Facultativos da Convenção sobre os Direitos da Criança, o primeiro, relativo à participação das crianças em conflitos armados e, o segundo, sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (Resolução n. 54/263, de 2000)<sup>92</sup>, desenvolvendo e reforçando tanto os princípios gerais da Convenção como os direitos que nela estão especificamente consagrados, como parte integrante de uma rede de obrigações jurídicas inter-relacionadas e das responsabilidades dos Estados face aos direitos da criança.

Além desses documentos específicos, outros tratados e convenções internacionais<sup>93</sup> asseguraram, de forma reflexa, os direitos

---

<sup>92</sup> Os dois Protocolos entraram em vigor em 2002. No Brasil, os Protocolos foram aprovados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 230/2003 e promulgado pelos Decretos n. 5.006 e 5.007/2004.

<sup>93</sup> Tais como a Convenção contra o Genocídio, de 09 de dezembro de 1948; as Convenções de Genebra sobre a Proteção das Vítimas de Conflitos Bélicos, de 12 de agosto de 1949; Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, de 21 de dezembro de 1965; Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, de 26 de novembro de 1968; Convenção Internacional sobre a Repressão e o Castigo ao Crime de *Apartheid*, de 30 de novembro de 1973; Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Situações de Emergência ou de Conflito Armado, de 14 de dezembro de 1974; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, de 18 de dezembro de

da criança, ao dispor sobre a proteção e o respeito de todo ser humano, constituindo o *corpus iuris* do Direito Internacional dos direitos humanos, em progressiva expansão e aperfeiçoamento para promoção e proteção da dignidade da pessoa humana, em todos os países, no âmbito mundial. Entendendo haver uma ponte permanente entre estas convenções sobre direitos humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, “os princípios estabelecidos e as regras determinadas naquela terão, sempre que cabível, aplicação a esta”. (DOLINGER, 2003, p. 103).

No âmbito do Direito Internacional Privado, a Conferência Permanente de Direito Internacional Privado da Haia procurou garantir à criança maior proteção na regulamentação uniforme de aspectos da vida privada das crianças, empenho que se desenvolve até os dias de hoje em tema de alimentos, guarda e sequestro de filhos e adoção, em conexão com os diplomas internacionais no campo dos direitos humanos da criança<sup>94</sup>, especialmente a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que influenciou diretamente na fixação da maioridade jurídica no plano civil e a substituição do termo “menor” pelo de “criança”.

A Convenção sobre Adoção Internacional insere-se, portanto, no contexto da Doutrina da Proteção Integral da criança, como instrumento complementador dessa proteção nas situações em que o seu direito ao convívio familiar seja ameaçado ou violado, em nada conflitando com a Convenção sobre os Direitos da Criança ou com os demais pactos internacionais.

Em matéria de adoção, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 1986, uma Declaração sobre princípios sociais e legais, relativos à proteção e bem-estar das crianças, com referência especial à família substituta e à adoção, no plano nacional e internacional<sup>95</sup>, e, em 1993, a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em

---

1979; Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 10 de dezembro de 1984; Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 09 de dezembro de 1985; Convenção sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares, de 18 de dezembro de 1990 e Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 05 de junho de 1992.

<sup>94</sup> A indicação não esgota o conjunto de normas que asseguram a proteção da criança no Direito Internacional Privado. Para aprofundamento do tema, sugere-se a leitura de DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: a proteção da criança no Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

<sup>95</sup> Adotada pela Resolução n. 41/85, de 3 de dezembro de 1986.

Matéria de Adoção<sup>96</sup>, concluída na Haia, tendo como objetivo estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhes reconhece o Direito Internacional (artigo 1º).

No âmbito dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, no continente europeu, em decorrência da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1992, os Estados-Membros do Conselho da Europa adotaram a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança<sup>97</sup>, cujo texto visa a conferir efetividade aos direitos substanciais, reforçando a sua promoção e proteção no âmbito processual, em face das autoridades judiciárias dos países que compõem a União Europeia, e, no continente africano, a proteção especial foi conferida pela Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança, de 1990.

Na América Latina, de forma geral, a incorporação da Convenção sobre os Direitos da Criança ao Direito interno implicou uma mudança radical tanto do ponto de vista jurídico, como político, histórico e, especialmente, cultural.

Sua ratificação pelos países da região resultou na oposição às legislações fundadas no modelo tutelar ou da situação irregular, que tinham como ponto de partida a consideração do menor como objeto de tutela e proteção, ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direito, como é o caso brasileiro.

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada, em 24 de setembro de 1990, por meio do Decreto n. 99.710. No entanto, mesmo antes da sua incorporação formal ao sistema jurídico brasileiro, a Constituinte de 1988 já havia adotado os seus princípios básicos, reconhecendo crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, titulares da proteção integral preconizada em seu artigo 227, *verbis*:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à

---

<sup>96</sup> No Brasil, a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção foi aprovada pelo Decreto Legislativo n. 63/1992 e promulgada pelo Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999.

<sup>97</sup> Resolução A3-0172/92 aprovada pelo Comitê de Ministros em 25 de janeiro de 1992, entrando em vigor em 1º de julho de 2000. Disponível em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_3/IIIPAG3\\_3\\_10.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_10.htm). Acesso em: 15 março 2014.

alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Embora a ratificação da Convenção tenha ocorrido posteriormente à edição da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente - que regulamentou o dispositivo constitucional, com força de lei ordinária, não há conflitos entre os diplomas, mas, antes, uma relação de complementação e inspiração, convivendo ambos os instrumentos no sistema jurídico interno brasileiro. Ao contrário, como salienta Gustavo Ferraz de Campos Monaco (2005, p. 9),

[...] inspirado pelos princípios traçados pela sociedade internacional, o legislador brasileiro foi mais além em alguns pontos, avançando relativamente ao legislador internacional (como era, à época, o caso da adoção internacional), e, também, receoso e temeroso de avanços considerados revolucionários então no ordenamento brasileiro, ficou aquém dos avanços empreendidos pelo legislador internacional em algumas outras searas (como é o caso da fixação da idade limite para a participação em processos judiciais como depoente). Daí porque se explique a ratificação tardia de muitos instrumentos internacionais de proteção da criança pelo Estado brasileiro, a maioria deles posteriormente à entrada do Estatuto.

Acerca da aplicabilidade da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito interno é importante destacar que, por ser anterior à Emenda à Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, que estabeleceu o caráter de norma constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos, como é o caso, mediante o quórum qualificado de três quintos dos membros do Congresso Nacional<sup>98</sup>, a doutrina vem

---

<sup>98</sup> Art. 5º [...]

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por

debatendo a posição hierárquica das normas internacionais anteriores, assim como os seus efeitos quando invocados em âmbito nacional.

Anteriormente, todos os tratados relativos ou não à proteção dos direitos humanos tinham posição hierárquica correspondente à de leis ordinárias, sendo necessário apenas o voto da maioria simples do Congresso, com a posterior concordância do Presidente da República. Em decorrência dessa igualdade entre lei e tratado, os conflitos eventualmente existentes deveriam ser resolvidos da mesma forma que as demais antinomias jurídicas entre normas do mesmo nível, o que corresponderia, portanto, à possibilidade de lei posterior revogar ou modificar o previsto em tratado.

No entanto, parte da doutrina nacional<sup>99</sup>, preocupada com a tutela dos direitos humanos contra eventuais abusos do legislador, sustentava que os tratados de direitos humanos teriam força jurídica constitucional, hierarquicamente superior às leis ordinárias, que não poderiam, portanto, abolir ou suprimir direitos. Assim, no tocante aos tratados de direitos humanos em que o Brasil é parte, os direitos fundamentais neles garantidos passariam a integrar o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados, com aplicação imediata, revogando todas as normas inferiores que os contrariem, tenham ou não precedência temporal. “O simples fato de revestir posição hierárquica superior lhe dá incontestável primazia quando em confronto com eventuais normas colidentes”, como observa Amaral Júnior (2011, p. 529).

A valoração e a internacionalização dos direitos humanos obrigaram a jurisprudência e a doutrina a conferir-lhes tratamento diferenciado, superior à legislação ordinária, como enfatiza CANÇADO TRINDADE (2003, p. 515), para quem “a tendência constitucional contemporânea de dispensar um tratamento especial aos tratados humanos é, pois, sintomática de uma escala de valores na qual o ser humano passa a ocupar posição central”.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso em *Habeas Corpus* n. 79.785/RJ, relatado pelo Ministro Sepúlveda Pertence, avançou ao considerar a possibilidade de os tratados sobre direitos humanos possuírem caráter suprallegal, acima da

---

três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

<sup>99</sup> Nesse sentido, filiam-se Antonio Augusto Cançado Trindade (2011), Flávia Piovesan (2011, p. 102-163), Valério Mazuoli (2011, p. 374-379) e Alberto do Amaral Júnior (2011, p. 519-529).

legislação ordinária e abaixo da Constituição Federal. Posteriormente, tal entendimento foi reforçado no voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Recurso Extraordinário n. 466.433-1/SP, que considerou inconstitucional a prisão civil do alienante fiduciário, com base no Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e na Convenção Americana dos Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), ratificados pelo Brasil.

Em consequência, tendo a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança e seu ingresso no sistema jurídico nacional ocorrido anteriormente à Emenda Constitucional n. 45/2004, deve ser considerada norma supralegal, de caráter infraconstitucional, mas hierarquicamente superior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, com força de lei ordinária, ainda que posterior a este.

O reconhecimento da criança como sujeito de direito e a crescente preocupação com o seu bem-estar, resultando na intensa normatização por regras e instrumentos internacionais, emanados de diversos órgãos internacionais e regionais, inaugura, assim, uma “era da cidadania da infância” (BELOFF, 2008, p. 33), especialmente observada a partir do século XX.

Em relação à aplicabilidade da Convenção sobre os Direitos da Criança, a baixa exigibilidade dos direitos estabelecidos situa-se como um dos aspectos assinalados pela doutrina em relação à sua potencialidade para efetivamente mudar a situação vivida por muitas crianças e adolescentes, já que nenhum mecanismo foi expressamente previsto nesse sentido, pois a não apresentação dos relatórios pelos Estados signatários não implica em sanções na ordem internacional.

Por outro lado, em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais reconhecidos, identificados como prestações positivas a cargo dos Estados, a Convenção sobre os Direitos da Criança limita sua efetivação às possibilidades de desenvolvimento de cada país (artigo 4º), “o que talvez explique por que praticamente todos os países do mundo firmaram a Convenção”. (BELOFF, 2008, p. 16).

No sistema de proteção interamericano, tais deficiências podem, todavia, ser compensadas, já que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) prevê como órgãos específicos de controle, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que estruturam o mecanismo regional de proteção.

Apesar de já se ter afirmado que o século dos direitos da criança estava próximo do seu fim, o

trabalho e a disposição da sociedade internacional continuam existentes, posto que os Estados que ratificaram a convenção tenham se obrigado a apresentar relatórios anuais a respeito da atuação governamental, nos mais diversos níveis, atinentes à defesa, promoção e proteção dos direitos das crianças, relatórios estes que serão analisados e recebem recomendações do Comitê dos Direitos da Criança (MONACO, 2005, p. 132).

Mais do que um Direito Internacional da criança, as transformações no plano legal implicaram a necessidade de desenvolver mecanismos de exigibilidade dos direitos proclamados, pois o estabelecimento de sua nova condição jurídica pela Convenção sobre os Direitos da Criança, embora necessária, ainda não tem sido suficiente para a melhoria concreta de suas condições de vida, que devem ser promovidas pela família, pela sociedade e os Estados.

Nesse contexto, o papel reservado à Justiça especializada assume especial relevância, competindo-lhe assegurar a efetividade dos direitos proclamados, garantindo ainda que o exercício das suas funções seja orientado à proteção de crianças e adolescentes atendidos pelos sistemas judiciais.

## 2.2 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA ESPECIALIZADA

A aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, deflagrou, como visto, um amplo processo de reordenamento legal e institucional em relação aos Estados signatários, a fim de promover as medidas internas para a efetivação da sua proteção especial, consubstanciando todos os direitos e instrumentos para o seu pleno desenvolvimento e realização do seu interesse superior.

A criança é definida como todo ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional lhe atribuir a maioridade abaixo desse limite, e é dirigida a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, determinando que os Estados têm a obrigação de protegê-los contra todas as formas de discriminação e de tomar medidas positivas para promover os seus direitos, expressamente elencados no documento<sup>100</sup>, orientados para garantia de um nível de vida adequado ao

---

<sup>100</sup> De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança tem direito: à vida, sobrevivência e desenvolvimento (art. 6º), ao registro de



seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social (artigo 27).

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito pleno de direitos e a proibição taxativa de detenções ilegais ou arbitrárias produziram um impacto fundamental na forma como as políticas para a infância vinham sendo concebidas desde a implantação dos Tribunais de Menores, dirigidas, exclusivamente, ao controle social daqueles em situação de suposto abandono ou delinquência.

Do menor, como objeto da compaixão-repressão, à infância-adolescência, como sujeito pleno de direitos, é a expressão que melhor poderia sintetizar suas transformações. A Convenção constitui um instrumento jurídico para o conjunto do universo infância e não somente para o menor abandonado-delinquente, como resultava da letra, e mais ainda, da práxis das legislações inspiradas na doutrina da situação irregular. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 72)

As leis e práticas que existiam antes de aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança em relação à infância respondiam a um

---

nascimento, nome e nacionalidade, a conhecer seus pais e a ser educada por eles (art. 7º), à identidade, (art. 8º), a não ser separada de seus pais e manter contato com ambos em caso de separação (art. 9º), à reunificação da família (art. 10), de expressar opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração (art. 12), à liberdade de expressar seus pontos de vista, obter informações (art. 13 e 17), à liberdade de pensamento, consciência e religião (art. 14), à liberdade de associação e de reunião pacífica (art. 15), à proteção da vida privada; à proteção contra maus-tratos e negligência (art. 19), à proteção especial quando privada do seu ambiente familiar (art. 20), à adoção (art. 21), à proteção especial quando refugiada, a cuidados especiais em caso de deficiência (art. 23), à saúde e serviços médicos (art. 24 e 25), à assistência social e previdenciária para garantia de um nível de vida adequado (art. 27), à educação (art. 28 e 29), ao exercício dos direitos como membro de minoria étnica, religiosa ou linguística (art. 30), ao repouso, lazer, atividades recreativas e culturais (art. 31). Também tem direito à proteção contra a exploração econômica ou ao trabalho (art. 32), contra o consumo de drogas (art. 33), contra a violência e exploração sexual (art. 34), e contra o rapto, venda ou tráfico (art. 35) e contra todas as formas de exploração prejudiciais ao seu bem-estar (art. 36). Estabelece, ainda, que nenhuma criança deve ser submetida à tortura, a penas ou tratamento cruéis, à prisão ou detenções ilegais, à pena de morte ou prisão perpétua (art. 37).

modelo que hoje conhecemos como “modelo tutelar”, “filantrópico”, da “situação irregular” ou “assistencialista”, cujo ponto de partida era a consideração da criança como objeto de proteção e não como sujeito de direitos, conforme analisado no Capítulo 1.

O “tutelado” sempre o tem sido em razão de alguma “inferioridade” (teleológica, racial, cultural, biológica, etc.). Colonizados, mulheres, doentes mentais, minorias sexuais, etc. foram psiquiatrizados ou considerados “inferiores”, e, portanto, necessitados de “tutela”. (ZAFARONI, 2013, p. 698 grifos do autor).

O novo paradigma instaurado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, identificado como “Doutrina da Proteção Integral”<sup>101</sup>, possibilitou repensar profundamente o sentido das legislações para a infância, transformando-as em instrumentos eficazes de defesa e promoção dos direitos humanos específicos de todas as crianças e adolescentes, indistintamente, independentemente de sua conduta, reconhecendo-lhes todos os direitos que têm os adultos e outros direitos específicos, em razão da sua condição de pessoa em desenvolvimento.

O reconhecimento e a promoção dos direitos das crianças se produz em uma concepção integral que recupera a universalidade da categoria infância, antes fragmentada pelas leis de “menores”. Os direitos que a Convenção garante tem como destinatários a todas as crianças e não apenas uma parte deles. Só se é titular de direitos, se a proteção é concebida como um direito, então devem existir remédios legais em caso de violações aos direitos, não como quando a

---

<sup>101</sup> Para Emilio Garcia Mendez, doutrina é o conjunto da produção teórica elaborada por todos aqueles ligados, de uma ou de outra forma, ao tema, sob a ótica do saber, da decisão ou execução. O autor entende ainda que, normalmente, em todas as áreas do direito dos adultos a produção teórica encontra-se homogeneamente distribuída entre os diferentes segmentos do sistema, o que, estimulando-se a pluralidade dos pontos de vista, assegura eficazes contrapesos intelectuais na interpretação das normas jurídicas. (MENDEZ, Emilio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994, Série Direitos da Criança, p.92).

proteção é concebida como ajuda ou caridade, onde as noções de exigibilidade e responsabilidade desaparecem<sup>102</sup>. (BELOFF, 2008, p. 36, tradução livre, grifos da autora).

De acordo com Mary Beloff (2008, p. 31), é importante lembrar que a categorização desses modelos ou sistemas como da “Doutrina da Situação Irregular” e da “Doutrina da Proteção Integral” foram produto de elaborações teóricas latinoamericanas posteriores à ratificação da Convenção; pois, como tal, não aparece no âmbito europeu ou estadunidense.

Sob a vigência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, o jurista Ubaldino Calvento já reconhecia a existência de três escolas no I Congresso Ibero-Americano de Juízes de Menores, realizado na Nicarágua, em 1979, definindo-as como:

1ª – Doutrina da proteção integral – partindo dos direitos das crianças, reconhecidos pela ONU, a lei asseguraria a satisfação de todas as necessidades das pessoas de menor idade, nos seus aspectos gerais, incluindo-se os pertinentes à saúde, educação, recreação, profissionalização, etc. 2ª – Doutrina do Direito Penal do Menor – somente a partir do momento em que o menor pratique ato de delinquência interessa ao direito. 3ª Doutrina intermédia da situação irregular – os menores são sujeitos de direito quando se encontrarem em estado de patologia social, definida legalmente. É a doutrina brasileira. (ALENCAR; LOPES, 1982, p. 116).

---

<sup>102</sup> “El reconocimiento y promoción de los derechos de los niños se produce en una concepción integral que recupera la universalidad de la categoría de la infancia, antes fragmentada por las leyes de “menores”. Los derechos que la Convención garantiza tienen como destinatários a todos los niños y niñas y no solo a una parte de ellos. Solo se es titular de derechos, si la protección es concebida como derecho, entonces deben existir remedios legales en caso de violaciones a los derechos, no así cuando la protección es concebida como ayuda o caridad, donde las nociones de responsabilidad y exigibilidad desaparecen”. (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 36)

Na América Latina, a Doutrina da Proteção Integral constituiu-se em um poderoso instrumento para mudar as políticas públicas e jurídicas destinadas a melhorar a situação da infância, não só a partir do marco legal em si, que orienta a nova forma de conceberem-se crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas do necessário reordenamento institucional, implicando na ruptura com práticas já consolidadas culturalmente e no desenvolvimento da consciência coletiva de respeito e garantia dos direitos das crianças.

As reformas pretenderam fechar a brecha entre os objetivos proclamados pela legislação e as práticas reais. Contudo, este não é exclusivamente um fenômeno de engenharia legal, mas um exercício de aprofundamento, através de técnicas jurídicas dos processos de democratização<sup>103</sup>. (BRUÑOL, 2001, p. 49, tradução livre).

No ordenamento jurídico brasileiro, sua incorporação foi consagrada no texto constitucional de 1988 e, especificamente, na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - que, ao regulamentar o dispositivo constitucional em consonância com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, substituiu o modelo jurídico anterior de proteção aos “menores”, fundado na Doutrina da Situação Irregular, estabelecendo “uma nova concepção de infância, atrelada à nova concepção de cidadania”. (VERONESE, 2011, p. 27).

Contrapondo-se às concepções tutelares, filantrópicas ou da situação irregular, que via a criança como objeto e não sujeito de proteção e, historicamente, reforçavam a diferença e a exclusão social daqueles que se sujeitavam à intervenção estatal por intermédio da ação da Justiça, a Doutrina da Proteção Integral, instaurada a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, também teve o mérito de “chamar a atenção tanto dos movimentos sociais quanto do setor mais avançado das políticas governamentais acerca da importância da

---

<sup>103</sup> “Estas reformas han pretendido cerrar la brecha entre los objetivos proclamados por la legislación y las prácticas reales. Sin embargo, éste no es exclusivamente un fenómeno de ingeniería legal, sino un ejercicio de profundización, a través de técnicas jurídicas, de los procesos de democratización”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. Los Derechos del Niño: De la Proclamación a la Protección Efectiva. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Buenos Aires: UNICEF, 2001, p. 49).

dimensão jurídica no processo de luta para melhorar as condições de vida da infância” (MENDEZ, 1998, p. 34), no contexto da comprovação da absoluta falência do modelo menorista.

Na esteira do desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que superou a proteção em relação a determinadas situações para a proteção do ser humano de forma completa e integral, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece a condição da criança como sujeito dos direitos que elenca, que passam a ser exigíveis em face da família, da sociedade e do Estado, compondo o conteúdo da “proteção integral”, embora assim não expressamente mencionada em seus dispositivos.

Nesse sentido, indica Souza (2001, p. 74), que a orientação da proteção integral é sintetizada no artigo 27, que pode ser trazido como um resumo de todos os direitos da criança “a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”. Outros dispositivos da Convenção, como os artigos 1, 2 e 19, preveem expressamente o dever dos Estados em assegurar os direitos previstos, adotando as medidas necessárias para garantir a sua proteção contra todas as formas de discriminação ou violência.

Percebe-se, pois, que proteger de forma integral é dar atenção diferenciada à criança, rompendo com a igualdade puramente formal para estabelecer um sistema normativo que se incline na busca pela igualdade material, por meio de um tratamento desigual, privilegiado, à criança, assegurando-lhe a satisfação de suas necessidades básicas, tendo em vista sua especial condição de pessoa em desenvolvimento. (SOUZA, 2001, p. 75-76).

De acordo com Josiane Rose Petry Veronese (2003, p. 439), a Doutrina da Proteção Integral desempenha um papel estruturante no sistema na medida em que o reconhece sob a ótica da integralidade, ou seja, do reconhecimento de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, ainda, direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que se articulam, produzem e reproduzem de forma recíproca.

Operando como um ordenador das relações entre a criança, a família e o Estado, que se estrutura a partir do reconhecimento de direitos e deveres recíprocos, as disposições relativas aos direitos das crianças que compõem o núcleo central da proteção integral,

incorporadas por meio da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e por normas nacionais, de acordo com Miguel Cillero Bruñol (1999, p. 75), cumprem as seguintes tarefas: a) reafirmar, que as crianças, como pessoas humanas, têm iguais direitos que todas as pessoas; b) especificar estes direitos para as particularidades da vida e maturidade das crianças; c) estabelecer direitos próprios das crianças, como os derivados da relação paterno-filial, aos direitos de participação; d) regular os conflitos jurídicos derivados do descumprimento dos direitos da criança ou de sua colisão com os direitos dos adultos e, e) orientar e limitar as atuações das autoridades públicas e as políticas públicas em relação à infância.

A partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, portanto, os direitos da criança dispõem de mecanismos mais efetivos de proteção na medida em que permanecem ligados à proteção em geral dos direitos humanos. “As crianças gozam de uma supraproteção ou proteção complementar de seus direitos que não é autônoma, mas fundada na proteção jurídica geral”. (BRUÑOL, 1999, p. 69).

Advertindo que a proteção integral como proteção de direitos é uma noção aberta, em permanente busca de novos e melhores parâmetros normativos, pois a falta de clareza a respeito do seu significado ainda permite a defesa de leis tutelares como modelos de proteção integral da infância, Mary Beloff (2008, p. 34-41) caracteriza as mudanças operadas a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança que constituem a Doutrina da Proteção Integral, relacionando-as diretamente:

a) aos destinatários das normas e instituições: crianças são definidas de maneira afirmativa, como sujeitos de direitos. É abandonado o conceito de menores como sujeitos definidos de maneira negativa, pelo que não têm, não sabem ou não são capazes, e passam a ser definidos de maneira positiva. Decorre disso, como imperativo lógico, o direito de a criança e adolescente serem ouvidos e sua opinião devidamente considerada.

b) Aos pressupostos que habilitam a intervenção estatal: desaparecem as ambiguidades, as vagas e imprecisas categorias de “risco”, “perigo moral ou material”, “circunstâncias especialmente difíceis”, “situação irregular”, etc. Definem-se os direitos das crianças, estabelecendo-se que, no caso de algum destes direitos vier a ser ameaçado ou violado, é dever da família, da sociedade, de sua comunidade e do Estado restabelecer o exercício do direito atingido, através de mecanismos e procedimentos efetivos e eficazes, tanto administrativos quanto judiciais. A partir da nova formulação, quem

estará em “situação irregular” quando um direito estiver ameaçado ou violado, será alguma pessoa ou instituição do mundo adulto (família, comunidade ou Estado).

c) Às características da resposta estatal: define-se a distinção entre as competências pelas políticas sociais e pelas questões relativas à infração penal. Neste caso estabelecem-se princípios fundamentais como ampla defesa, reconhecendo que os direitos das crianças e dos adolescentes dependem de um adequado desenvolvimento das políticas públicas. Desse modo, desjudicializam-se questões relativas à falta ou carência de recursos materiais, situação que no sistema anterior habilitava a intervenção da jurisdição especializada.

d) Às características e ao papel do juiz: hierarquiza-se a função do juiz que deve ocupar-se de questões de natureza jurisdicional, seja na órbita infracional (penal), seja na órbita civil (família). O juiz da infância, no exercício de suas funções, como qualquer juiz, está limitado em sua intervenção pelas garantias constitucionais, devendo, além disso, reunir conhecimentos específicos sobre temas vinculados com a infância.

e) Ao conteúdo e características da intervenção estatal nos casos de proteção: a proteção agora é dos direitos da criança, não à pessoa do “menor”. Este conceito de proteção resulta no reconhecimento e promoção de direitos, sem violá-los nem restringi-los. Se não há nenhum direito ameaçado ou violado, não é possível intervir, e, por este motivo, a proteção não pode traduzir-se em intervenções estatais coercitivas, salvo em situações excepcionais em que exista perigo concreto para a vida da criança.

f) Ao conteúdo e características da intervenção estatal nos casos de imputação de delito a adolescentes: um sistema de resposta estatal de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança deve estabelecer que eles respondam por seus delitos na medida em que os reconhece como sujeitos de direitos, com certa capacidade para se autodeterminar, a partir de determinada idade. Os adolescentes somente podem ser julgados por tribunais específicos e mediante procedimentos especiais, nos quais se reconhecem aos adolescentes todas as garantias que correspondem aos adultos segundo as Constituições nacionais e os instrumentos internacionais aplicáveis, além de garantias específicas.

A Doutrina da Proteção Integral é concebida, assim, em um sistema no qual crianças e adolescentes figuram como titulares de interesses subordinantes frente à família, à sociedade e ao Estado, mesmo quando diante da prática de atos infracionais, quando se materializa em garantias materiais e processuais que impedem o arbítrio

do Estado na validação dos interesses ligados à necessidade de coibir a criminalidade infanto-adolescente. “Proteção no sentido de resguardo às condições para felicidade atual e futura. Integral porquanto devida à totalidade do ser humano, nos seus mais variados aspectos, notadamente físico, mental, moral, espiritual e social”. (PAULA, 2002, p. 25).

Restabelecendo a condição de sujeito de direitos da criança e vedando que, sob o pretexto da proteção, seja admitida qualquer violação ou restrição de seus direitos, a lógica da proteção não se confunde, portanto, com aquela relacionada à apuração da infração de normas penais pelo adolescente, que devem ser separadas, como estabelece a Convenção sobre os Direitos da Criança nos artigos 37 a 40, os quais, em face da atividade punitiva do Estado, reconhecem uma série de direitos específicos das crianças e adolescentes autores de crimes, em virtude de sua condição peculiar como pessoa em desenvolvimento, e que, por isso, merecem uma proteção adicional em relação aos adultos.

Disciplinando que apenas as crianças e adolescentes acusados como tendo infringido a lei penal devem ser submetidos a processo judicial, e, prevendo a obrigação dos Estados no sentido de promoverem o reordenamento legal e institucional especificamente adequados, a Convenção sobre os Direitos da Criança, em seu artigo 40<sup>104</sup>,

---

<sup>104</sup> Artigo 40

1. Os Estados-Partes reconhecem o direito de toda criança a quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor e a fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade.

2. Nesse sentido, e de acordo com as disposições pertinentes dos instrumentos internacionais, os Estados-Partes assegurarão, em particular:

a) que não se alegue que nenhuma criança tenha infringido as leis penais, nem se acuse ou declare culpada nenhuma criança de ter infringido essas leis, por atos ou omissões que não eram proibidos pela legislação nacional ou pelo direito internacional no momento em que foram cometidos;

b) que toda criança de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse de ter infringido essas leis goze, pelo menos, das seguintes garantias:

I) ser considerada inocente enquanto não for comprovada sua culpabilidade conforme a lei;

II) ser informada sem demora e diretamente ou, quando for o caso, por intermédio de seus pais ou de seus representantes legais, das acusações que



circunscreve a atuação da Justiça da Infância e Juventude a esses casos, estabelecendo um rol de direitos e garantias específicos, inclusive no aspecto procedimental, com ênfase na promoção de medidas que garantam e estimulem o seu sentido de dignidade e de valor e o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, sem recorrer a procedimentos judiciais, visando a garantir que as crianças sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias e ao tipo do delito.

---

pesam contra ela, e dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação e apresentação de sua defesa;

III) ter a causa decidida sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência justa conforme a lei, com assistência jurídica ou outra assistência e, a não ser que seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, levando em consideração especialmente sua idade ou situação e a de seus pais ou representantes legais;

IV) não ser obrigada a testemunhar ou a se declarar culpada, e poder interrogar ou fazer com que sejam interrogadas as testemunhas de acusação bem como poder obter a participação e o interrogatório de testemunhas em sua defesa, em igualdade de condições;

V) se for decidido que infringiu as leis penais, ter essa decisão e qualquer medida imposta em decorrência da mesma submetidas a revisão por autoridade ou órgão judicial superior competente, independente e imparcial, de acordo com a lei;

VI) contar com a assistência gratuita de um intérprete caso a criança não compreenda ou fale o idioma utilizado;

VII) ter plenamente respeitada sua vida privada durante todas as fases do processo.

3. Os Estados-Partes buscarão promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças de quem se alegue ter infringido as leis penais ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de tê-las infringido, e em particular:

a) o estabelecimento de uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais;

b) a adoção, sempre que conveniente e desejável, de medidas para tratar dessas crianças sem recorrer a procedimentos judiciais, contanto que sejam respeitados plenamente os direitos humanos e as garantias legais.

4. Diversas medidas, tais como ordens de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em lares de adoção, programas de educação e formação profissional, bem como outras alternativas à internação em instituições, deverão estar disponíveis para garantir que as crianças sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias e ao tipo do delito.

De acordo com essa nova concepção, os instrumentos e técnicas jurídicas devem ser colocados à disposição do titular nos casos de ameaça ou violação dos seus direitos, que lhes devem ser assegurados independentemente de qualquer condição especial, desvinculando-se as situações concernentes às omissões das políticas sociais básicas, como patologias de caráter individual, justificadoras da intervenção tutelar da Justiça.

Materializando a ruptura com o sistema anterior, fundado na concepção tutelar e da situação irregular, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece taxativamente a aplicação do princípio da legalidade em matéria penal, subtraindo da ação da Justiça as condutas não expressamente previstas nas leis penais no momento em que foram cometidas, estendendo-lhes todas as garantias atribuídas ao infrator adulto, cujo procedimento deve estar fixado em lei e não pode ficar sujeito à discricionariedade do órgão jurisdicional.

De acordo com Emilio Garcia Mendez (1998, p. 198),

Para um sistema de garantia de direitos não ser apenas um luxo ornamental, deve ter, entre outros requisitos, sujeitos com capacidade de acioná-lo. Ou se é sujeito de direito, tendo-se a capacidade de uso real das técnicas jurídicas que asseguram a efetividade das normas, das garantias, ou se é objeto da compaixão-repressão, o que quer dizer que são os outros – os adultos ou o Estado – aqueles que decidem o que, como e quando. No primeiro caso, os direitos são protegidos usando as técnicas que asseguram as garantias. No segundo caso, protegem-se as pessoas, o que é uma forma de manifestação compassiva da discricionariedade. Do ponto de vista da essência das garantias, é impensável a discricionariedade “boa”. A discricionariedade, ou arbitrariedade, é a negação do conceito de garantia. (grifos do autor).

Do ponto de vista processual, se estabelece um sistema acusatório (oral e contraditório) que seja flexível e que permita instâncias conciliatórias ao longo de todo processo (artigo 40.3.b), não para suprimir garantias, como no modelo anterior, mas para permitir uma solução real ao conflito, enquanto à responsabilidade do jovem pelo ato cometido devem corresponder consequências jurídicas absolutamente diferentes das aplicadas aos adultos, cujas medidas vão desde a

advertência até os regimes de privação domiciliar ou em centro especializado.

As mudanças impostas pela Convenção sobre os Direitos da Criança exigiram, portanto, a readequação dos sistemas de Justiça especializada em todos os países signatários, para incorporação no novo paradigma jurídico nas relações estabelecidas entre o Direito e a criança e o adolescente, com a implantação da Doutrina da Proteção Integral, em contraposição ao modelo anterior da Doutrina da Situação Irregular, que inspirou a quase totalidade da legislação menorista produzida na América Latina. Como assinala Mary Beloff (2008, p. 31),

A concepção tutelar descrita acima entrou em crise na década de 1960 nos Estados Unidos e na década de 1980 a nível da comunidade internacional. Com a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989 se fechou o ciclo iniciado quase um século atrás com o movimento dos “Salvadores da Criança”, que concebia a proteção da infância nos termos já explicados, inaugurando uma nova etapa definida como da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. (tradução livre, grifos da autora)<sup>105</sup>.

O caso Gault, ocorrido nos Estados Unidos em 1967<sup>106</sup>, no qual a um jovem de quinze anos, acusado de fazer chamadas telefônicas

---

<sup>105</sup> “La concepción tutelar descripta someramente más arriba entró en crisis en la década de 1960 en los Estados Unidos y en la década de 1980 a nivel de la comunidade internacional. Con la aprobación de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño en 1989 se cerró el ciclo iniciado casi un siglo atrás con el movimiento de los “Salvadores del Niño”, que concebía a la protección de la infancia en los términos ya explicados, y se inauguró la nueva etapa, que puede ser definida como etapa de la protección integral de los derechos de niños, niñas y adolescentes”. (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Antónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 31).

<sup>106</sup> De acordo com Julio Cortés Morales, um ano antes, a Corte Suprema dos Estados Unidos, no caso Kent, no qual o tribunal juvenil havia encaminhado um adolescente de dezesseis anos ao sistema criminal adulto por suspeita de roubo, sem análise da causa ou consideração da petição da defesa, determinou que a ordem de derivação era inválida, já que não observados os princípios básicos do devido processo e destacou que o princípio do *parens patriae* não

obscenas a uma vizinha foi imposta uma sanção desproporcional em relação à que poderia ter sido aplicada a um adulto, negando-lhe as mínimas garantias processuais, alarmou e chamou a atenção em relação à crise do sistema de proteção-repressão da Justiça tutelar de menores, já que a extensão do controle social das crianças, a restrição de seus direitos fundamentais e a violação de sua vida privada, longe de ser um benefício, implicava um prejuízo direto, submetendo-os às piores arbitrariedades.

A “regra de ouro” do Direito do Menor, fundada na máxima do melhor interesse da criança a ser subjetivamente definido pelo julgador, nem sempre correspondia à garantia de seus direitos, especialmente em relação aos jovens acusados, frequentemente submetidos a sanções mais severas do que em iguais circunstâncias seriam impostas aos adultos. Criticando a mudança de nomes para tentar mudar o significado repressivo sem conteúdo substantivo, Grunspun (1985, p. 83), já advertia que “a posição paternalista não está resolvendo a situação porque ela é autoritária e antijurídica”.

Referindo-se a uma crise da Justiça de Menores e do Direito do Menor, Jason Albergaria (1991, p. 165) afirmava que “a legislação comparada, já em muitos países, realiza essa vocação universal de atualização do Direito Tutelar, para adequá-lo aos novos princípios constitucionais e ao avanço das ciências humanas”.

Ao referir-se à especialização da Justiça, o artigo 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança, se dirige, portanto, apenas às hipóteses de infração às leis penais, identificadas no contexto atual da Justiça Juvenil, em diversos países, como já previa as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Menores<sup>107</sup> (Regras de Beijing), que lhe antecedendo, estabelecia:

## 5. Objetivos da Justiça de Menores

5.1. O sistema da Justiça de Menores deve dar a maior importância ao bem-estar destes e assegurar que qualquer decisão em relação aos Delinquentes

---

poderia constituir uma “licença para a arbitrariedade processual” (\_\_\_\_\_. “A 100 Años de la creación del Primer Tribunal de Menores y 10 Años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: El Desafío Pendiente”. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 9. Santiago: UNICEF, 2008, p. 148-149).

<sup>107</sup> Para fins de destaque em relação ao aspecto cronológico das Regras de Beijing, manteve-se a redação original “Justiça de Menores” (Nota explicativa n. 82).

juvenis seja sempre proporcional às circunstâncias especiais tanto dos Delinquentes como do delito.

Como anteriormente analisado, foi a partir da concepção dos sistemas tutelares fundados na Doutrina da Situação Irregular que se constituíram os tribunais para menores, os quais, executando o papel do Estado no dever de assumir o cuidado de todo “menor” que se encontrasse em situações individuais ou sociais que pudessem conduzi-lo à prática criminosa, mesmo não caracterizadas como crime, sujeitava o a medidas de reabilitação, de duração indeterminada, mediante procedimentos flexíveis, com grande discricionariedade judicial e sem garantias processuais mínimas.

Se trata de um sistema de justiça especializado completamente distinto do sistema tutelar, que ao considerar os menores como inimputáveis e colocá-los sob tutela de um juiz, os privava de todos seus direitos, e ainda, de um sistema de justiça distinto do sistema penal dos adultos<sup>108</sup>. (BELOFF, 2008, p. 39-40, tradução livre).

A partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, os novos Sistemas de Justiça da infância e juventude tiveram, portanto, que dismantelar o aparato jurídico e ideológico que sustentava esse modelo tutelar, substituindo-o por um sistema garantista e de intervenção mínima no aspecto punitivo, indo muito mais além do simples reconhecimento das garantias que gozam os adultos, para construção de um modelo de responsabilidade do adolescente que considere as suas especificidades, a partir da proteção integral dos seus direitos, efetivados por meio de políticas sociais.

Uma reforma que se circunscreva aos aspectos da administração da justiça e não aborde todos os outros desafios que compreende a proteção integral dos direitos da criança, sobretudo em

---

<sup>108</sup> “Se trata de un sistema de justicia especializado, completamente distinto del sistema tutelar, que al considerar a los menores como inimputables y dejarlos bajo la tutela de um juez, los privaba de todos sus derechos; es, además, un sistema de justicia distinto del sistema penal de adultos”. (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Antónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 39-40).

matéria de políticas sociais, implica o grave perigo de colapso e deslegitimação dos sistemas de responsabilidade juvenil, porquanto a situação irregular continua atuando de forma criminalizadora, recrutando, entre as camadas pobres da população infantojuvenil a futura clientela dos sistemas de responsabilidade juvenil e de justiça penal de adultos<sup>109</sup> (MORALES, 2008, p. 157, tradução livre).

Dessa perspectiva, a atuação judicial, antes discricionária e indeterminada, encontra-se limitada pelas garantias substantivas e adjetivas específicas atribuídas aos autores de atos contrários a leis penais, assim considerados aqueles expressamente previstos nas legislações de cada país, como estabelece a Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 40), as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção à Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad, (Resolução n. 45/112, de 1990), as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade – Regras de Havana (Resolução n. 45/113, de 1990) e todos os demais instrumentos internacionais do sistema de proteção dos direitos humanos em geral.

Embora a especialidade da jurisdição tenha marcado a própria concepção que fundou o modelo tutelar (ou da situação irregular), quando pretendeu excluir os “menores” do sistema penal dos adultos, tal característica não se contrapõe ao modelo garantista estabelecido a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, ainda que ambos tratem de um sujeito particular, porquanto, alterando a condição jurídica da infância, diferenciou claramente as condições de proteção dos direitos

---

<sup>109</sup> “Una reforma que se circunscriba a los aspectos de administración de justicia y no aborde todos los demás desafíos que plantea la protección integral de los derechos del niño, sobre todo en materia de políticas sociales, conlleva el grave peligro de colapso y deslegitimación de los sistemas de responsabilidad juvenil, puesto que la situación irregular continúa actuando de forma criminalizadora reclutando entre las capas pobres de la población infantojuvenil la futura clientela de los sistemas de responsabilidad juvenil y de justicia penal de adultos. (MORALES, Julio Cortés. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: El Desafío Pendiente. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 9. Santiago: UNICEF, 2008, p. 157).

da criança (como obrigações positivas do Estado), daquelas que se relacionam à resposta estatal quando lhe é imputada a prática de um delito, o que não ocorria no sistema anterior.

Essa preocupação foi externada no voto concorrente do juiz Sergio García Ramírez na Opinião Consultiva n. 17, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que tratou sobre a “Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança”, em 28 de agosto de 2002, no qual sustentou:

As contradições reais – os dilemas, as antinomias, os autênticos conflitos – se devem expressar em outros termos. O tutelar e o garantista não se opõem entre si. A oposição real existe entre o tutelar e o punitivo, em uma ordem de considerações, e entre o garantista e o arbitrário, em outra. No fim das contas, onde parece haver uma contradição, pode surgir, dialeticamente, uma corrente de síntese, encontro, consenso. Esta adotaria o substantivo de cada doutrina, sua íntima razão de ser, e devolveria à palavra “tutela” seu sentido genuíno – como se fala de tutela do Direito ou de tutela dos direitos humanos - que levou alguns tratadistas a identificá-la com o Direito dos menores infratores, que constituiria, sob o signo da tutela, em sua acepção original e pura, um Direito protetor, não um Direito que afasta dos direitos fundamentais.<sup>110</sup> (tradução livre, grifos do autor).

---

<sup>110</sup> “Las contradicciones reales - y por ello los dilemas, las antinomias, los auténticos conflictos - se deben expresar en otros términos. Lo tutelar y lo garantista no se oponen entre sí. La oposición real existe entre lo tutelar y lo punitivo, en un orden de consideraciones, y entre lo garantista y lo arbitrario, en el otro. En fin de cuentas, donde parece haber contradicción puede surgir, dialécticamente, una corriente de síntesis, encuentro, consenso. Esta adoptaría lo sustantivo de cada doctrina; su íntima razón de ser, y devolvería a la palabra ‘tutela’ su sentido genuino - como se habla de tutela del Derecho o de tutela de los derechos humanos - que ha llevado a algunos tratadistas a identificarla con el Derecho de los menores infractores, que constituiría bajo el signo de la tutela, en su acepción original y pura, un Derecho protector, no un Derecho desposeedor de los derechos fundamentales”. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_17\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_17_esp.pdf). Acesso em: 25 fevereiro 2014.

Desse ponto de vista, entende Mary Bellof (2008, p. 160), que

O problema não está na tutela, cujo significado literal já foi comentado, o problema não está na proteção, o problema se estabeleceu em como se entendeu durante décadas a proteção às crianças. Se o sujeito destinatário da proteção é concebido como incapaz, portanto, não sujeito de direitos, a proteção que se lhe será oferecida será entendida como tratamento, regeneração ou cura, e não se estará frente à proteção dos direitos do sujeito mas frente a algo diferente.<sup>111</sup> (tradução livre).

Assim, entre a cultura tutelar e a produzida a partir da implantação da Convenção sobre os Direitos da Criança na América Latina, a autora identifica um *continuum*, seja no aspecto relacionado à questão da especialidade, ainda que a concepção de sujeito seja diversa, e também no aspecto relacionado à prevenção especial positiva, à ressocialização ou reintegração social do adolescente infrator, declarado penalmente responsável ou tutelado, como justificação das medidas tanto tutelares como socioeducativas.

É importante ter presente que o princípio da especialidade estrutura e integra o sistema de garantias que se desprende dos tratados internacionais que cita o juiz García Ramírez, como parte do sistema geral de direitos e garantias, de maneira que, não é que este princípio da especialidade seja excludente do sistema tutelar, mas provavelmente um elemento que marca um “continuum” entre uma concepção e a

---

<sup>111</sup> “El problema no está en la tutela (cuyo significado literal ya he comentado), el problema no está en la protección; el problema radicó en cómo se entendió durante décadas la protección a los niños. Si el sujeto destinatario de la protección es concebido como incapaz, por lo tanto no sujeto de derechos, la protección que se le brinde será entendida como tratamiento, regeneración o cura, y no se estará frente a la protección de los derechos del sujetos sino frente a algo diferente”. (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 160).



outra<sup>112</sup>. (BELOFF, 2008, p. 161, tradução livre, grifos da autora).

A ideia de especialidade, portanto, integra o sistema de garantias instituído pela Convenção sobre os Direitos da Criança para apuração da conduta penal atribuída ao adolescente, constituindo-se em verdadeiro direito que decorre do reconhecimento da desigualdade de fato entre crianças e adultos, que demandam, para sua proteção especial, procedimentos e medidas diferenciadas.

Assim, a Justiça da Infância e Juventude, passa “a ser concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país, devendo ser administrada de maneira a contribuir para a manutenção da paz e da ordem na sociedade”, como prescreve o princípio 1.4 das Regras de Beijing.

Em relação ao sistema de proteção geral para efetivação dos direitos de que são titulares crianças e adolescentes, a Convenção sobre os Direitos da Criança prevê apenas a responsabilidade dos Estados na adoção das “medidas apropriadas”, sem especificar, quanto ao seu conteúdo a necessidade da adequação de leis, procedimentos ou instituições, que deverão ser adaptadas de acordo com a realidade e o sistema jurídico de cada país, nos quais, por exemplo, a responsabilidade seja afeta a juízes de família ou a autoridades administrativas.

A atuação do Sistema de Justiça, a partir da Doutrina da Proteção Integral e desse novo direito, demanda, portanto, a reorientação das estruturas e práticas institucionais que, concebendo a criança e o adolescente como titulares dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e nos demais documentos internacionais, possam assegurar-lhe os instrumentos necessários para a sua efetivação, visando ao seu pleno e harmonioso desenvolvimento.

A experiência brasileira de adequação da antiga estrutura correspondente às varas de menores, às varas da infância e juventude, no entanto, assumiu contornos mais amplos, conforme se verá a seguir.

---

<sup>112</sup> “Es importante tener presente que el principio de especialidad estructura e integra el sistema de garantías que se desprende de los tratados internacionales que cita el juez García Ramírez, como parte del sistema general de derechos y garantías; de manera que no es que este principio de especialidad sea exclusivo del sistema tutelar sino probablemente un elemento que marca un *continuum* entre una concepción y la otra”. (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 161).

## 2.3 A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

No Brasil, a especialização da Justiça comum, que se iniciou com a implantação das varas de menores em 1923, tendo como origem a concepção tutelar que justificou a criação dos Tribunais para Menores na cultura ocidental, ocorreu de acordo com os mesmos critérios, ou seja, pautada em medidas terapêuticas de reabilitação do menor, que justificava uma justiça rápida e informal, não submetida aos princípios e garantias do Direito Penal, já que dirigida para sua proteção, de acordo com a avaliação do juiz e da equipe técnica.

Assumindo funções assistenciais na execução direta das ações, instituições e programas de atendimento, como visto, com a ampliação das políticas distribucionistas que tiveram início na década de 1930 e a implantação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, a Justiça de Menores paulatinamente tem seu papel restringido à declaração da situação irregular e à aplicação das medidas a que eram submetidos os menores, o que se consolidou com o Código de Menores de 1979, que manteve o arcabouço necessário para sua operação no modelo tutelar, ou seja, sustentado nos poderes ilimitados e discricionários da autoridade judicial, sem garantir direitos às crianças e adolescentes ou mesmo a participação de advogado, que só era indispensável, como visto, nos casos de recurso.<sup>113</sup>

Embora desde 1970, no 8º Congresso da Associação Internacional de Juízes de Menores (Genebra), já se recomendasse a introdução dos princípios enunciados na Declaração de 1959, que elencava direitos subjetivos da criança, a sua não incorporação desde logo ao ordenamento jurídico brasileiro na legislação de 1979, justificou-se, como analisado no capítulo anterior, na consideração de um risco ao Poder Judiciário, já que, de acordo com o entendimento vigente, não lhe caberia exigir do próprio Estado a efetivação dos direitos enunciados. Justificando o caráter restritivo do Direito do Menor, o juiz Alyrio Cavallieri (1978, p. 11) advertia que:

---

<sup>113</sup> Art. 93. Os pais ou responsável poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado com poderes especiais, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente, ou por publicação oficial, respeitado o segredo de Justiça.

Parágrafo único. Será obrigatória a constituição de advogado para a interposição de recurso.

É necessário limitar os alcances do Direito do Menor sob pena de decretar-se sua falência, pela impossibilidade da prestação judicial que ele envolve. Uma desmesurada extensão do conceito do Direito do Menor, com a consequente expressão que dele deflui, resultará em desmoralização do Poder Judiciário.

Justamente por isso é que o Código de Menores revogado não mencionava direitos, apenas medidas de proteção, entre elas a internação em estabelecimento, mediante privação de liberdade por fatos penalmente irrelevantes, caracterizados como “desvio de conduta”, como previsto nos artigos 2º, inciso V e 41. No contexto latino-americano de *deficit* de políticas públicas, houve a judicialização dos assuntos sociais, como assinala João Batista Saraiva (2008, p. 237),

[...] c) Se demonstrou que o sistema de justiça de menores não foi desenhado para promover nem proteger os interesses da criança e do adolescente, mas como instrumentos de controle social da pobreza. d) O sistema da situação irregular vem provocando a judicialização dos assuntos exclusivamente sociais, fazendo do juiz um cúmplice da omissão das políticas públicas mais do que um executor da justiça.<sup>114</sup> (tradução livre).

Nesse contexto, a Justiça de menores era vista como uma “Justiça menor” (CURY, 1987, p. 20), de menor importância, já que não tinha função de julgar propriamente dita, pois, o imaginário que orientava os operadores do direito – e ainda vigente – é que o juiz da Justiça da Infância e Juventude não está dentro da “nobreza do mundo jurídico”, já que trata de questões não jurídicas, não científicas, “na linha daquela

---

<sup>114</sup> “[...] c) Se ha demostrado que el sistema de justicia de menores no ha sido diseñado para proteger ni promover los intereses del niño y del adolescente, sino como instrumentos de control social de la pobreza. d) El sistema de la situación irregular ha estado provocando la judicialización de asuntos exclusivamente sociales, haciendo del juez un cómplice de la omisión de las políticas públicas más que un ejecutor de la justicia”. (SARAIVA, João Batista Costa. El papel del juez em el nuevo Derecho de la Infancia y la Adolescencia. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 9. Santiago: UNICEF, 2008, p. 237).

ideia de que esta jurisdição é uma jurisdição subalterna” (SARAIVA, 2008, p. 237-238).

A incorporação da Doutrina da Proteção Integral pela Constituição Federal de 1988, rompendo com esse modelo, a partir de seus postulados fundamentais, exigiu o reordenamento da antiga Justiça de Menores, que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem suas competências jurisdicionais expressamente definidas no artigo 148, antes citado.

Pelo artigo 149, foram mantidas as atribuições administrativas da Justiça especializada relacionadas à prevenção em geral, restritas à jurisdição voluntária, para disciplinar e autorizar, por meio de portaria ou alvará, a entrada e permanência de crianças e adolescentes desacompanhadas em lugares públicos, considerando, dentre outros aspectos, a frequência habitual do local, instalações adequadas e a natureza do espetáculo.

Compatibilizando as funções concernentes à proteção geral e à apuração do ato infracional pelo adolescente, o Sistema de Justiça da Infância e Juventude no país teve suas atribuições ampliadas em relação ao critério de especialidade proposto pela Convenção, circunscrito àquele último aspecto, incorporando no Título III do Estatuto da Criança e do Adolescente, todas as garantias previstas no artigo 40, e nas Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing).

Os aspectos positivos da experiência de especialização do Sistema de Justiça no âmbito da normativa internacional, enfatizando o bem-estar do jovem, e a necessária prioridade para os atos judiciais que diziam respeito aos interesses das crianças, foram, para Cunha, Léporé e Rossato (2011, p. 63), os fatores que estenderam a competência da Justiça da Infância e Juventude para além das condutas contrárias à lei penal praticadas por crianças e adolescentes, “consolidando-se como juízo privativo das causas que tenham por objetivo a promoção de seus direitos”.

A tutela dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, pressupõe, assim, um Sistema de Justiça especializado, composto por diversas instituições responsáveis pela sua efetivação, incluindo a Vara da Infância e Juventude, o Ministério Público, a Defensoria Pública, além dos órgãos de Segurança Pública e outros responsáveis pelo acesso à Justiça.

É importante ressaltar que a Vara da Infância e Juventude não integra a denominada “Justiça especializada”, prevista no rol taxativo do artigo 92 da Constituição Federal de 1998, mas de um ramo de

especialização da Justiça comum, cabendo à lei de organização judiciária do Poder Judiciário estadual a sua criação e instalação, estabelecendo “sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento inclusive em plantões” (artigo 145).

Para Galdino Coelho Bordallo (2008, p. 373), “ao denominar o órgão jurisdicional como Vara da Infância e Juventude, o legislador federal o fez para igualar a nomenclatura para todo território nacional e para demonstrar a todos os Tribunais estaduais a necessidade de instalação das varas especializadas”.

A denominação também suscitou surpresa à época, pois a terminologia Justiça “da infância” e da “juventude” não é coerente com as categorias “criança e adolescente” utilizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (VERONESE, 1997, p. 204).

Em relação ao segundo grau de jurisdição, Josiane Rose Petry Veronese e Mayra Silveira (2011, p. 325) entendem que a especialização, em razão da natureza da norma estatutária, deve afastar a análise dos recursos interpostos das decisões relativas à apuração do ato infracional pelas Câmaras Criminais, mas por Câmaras Cíveis ou, como já acontece em muitos Estados da Federação, por Câmaras Especiais.

A competência da Justiça da Infância e Juventude é ainda residual em relação à competência da Justiça Federal, tratando-se de conflitos que envolvam pessoa jurídica da administração direta, autarquia e empresas públicas federais, conforme artigos 106 e 109, da Constituição Federal, e à Justiça do Trabalho (artigo 111 e 114), que, de acordo com a Emenda Constitucional n. 45/2004, teve sua competência ampliada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangendo as autorizações para a atividade laboral de adolescentes, antes processadas na vara especializada junto à Justiça comum.

Também em relação à Justiça Federal, a mesma Emenda Constitucional n. 45 ampliou a sua competência cível e criminal para o processamento das ações decorrentes de grave violação dos direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte (art. 109, inciso V-A), ainda que se trate de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, advertem Cunha, Lépure e Rossato (2011, p. 402), essa competência será subsidiária, pois,

De acordo com a correta orientação do Superior Tribunal de Justiça, o deslocamento da

competência para a Justiça Federal não se justifica sempre que houver violação grave aos direitos humanos. Há sempre a exigência adicional que reste comprovado o fato de que a manutenção da competência perante a Justiça Estadual importará na impossibilidade de sua apuração<sup>115</sup>.

Essa divisão de competências, como salienta Josiane Rose Petry Veronese (1998, p. 130-131), por outro lado, enfraquece a ação do Ministério Público dos Estados, “sobretudo pela crescente resistência do Ministério Público Federal ao oficiamento dos Ministérios Públicos estaduais junto à Justiça Federal”.

De acordo com o Estatuto de Criança e do Adolescente, a competência da Vara da Infância e Juventude será exclusiva, nas situações elencadas no artigo 148, que incluem a apuração do ato infracional, o processamento e julgamento das ações civis públicas fundadas em interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente, dentre outras, que prevalece mesmo em relação à Vara Fazendária quando a ação é intentada em face de pessoa jurídica de Direito Público, e outras ações “coletivas subjetivas” (CUNHA, LÉPORE E ROSSATO, p. 517), como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça<sup>116</sup> em ação de improbidade administrativa para

---

<sup>115</sup> Nesse sentido, os autores citam a decisão do Superior Tribunal de Justiça no caso da vítima Dorothy Stang (IDC 1/PA, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 3ª S., julgado em 08.06.2005).

<sup>116</sup> PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CASSAÇÃO DE MANDATO DE MEMBRO DE CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ART. 148, INCISO IV, DO ECA. 1. Ao intentar ação civil pública com o fito de cassar o mandato de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, suspeito da prática de atos de improbidade no desempenho de seu múnus, o *Parquet* estadual objetivou tutelar o adequado funcionamento e a regular composição do órgão municipal que - previsto no art. 88, inciso II, do ECA - é responsável pelo estabelecimento da política de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes. 2. Afetando os interesses difusos e coletivos das crianças e adolescentes do Município de Santos/SP, à presente ação civil pública é de se aplicar a regra encartada no art. 148, inciso IV, do ECA. Precedente: REsp 47.104/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 5.6.00.3. Recurso especial provido. (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 557.117 - SP. Segunda Turma. Relator Ministro Castro Meira, julgado em 4/05/2006).

cassação de mandato de membro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Prevendo excepcionalmente a competência concorrente da Justiça da Infância e Juventude para exercer aquelas relacionadas às varas da família ou de registros públicos, nas hipóteses do artigo 98, quando os direitos da criança ou adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado (inciso I), por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (inciso II) e em razão da sua conduta (inciso III), de acordo com Tânia da Silva Pereira (1996, p. 36), como mencionado no primeiro capítulo, a intenção do legislador foi ampliar o âmbito de atuação do Poder Judiciário no contexto da proteção integral, incluindo as demais autoridades judiciárias na competência para aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando-se, com isso, os conflitos de jurisdição que retardam a resolução e o atendimento da situação de ameaça ou violação de direitos.

Todavia, a enumeração taxativa das hipóteses de que vêm sendo denominadas pela jurisprudência como “situações de risco”, previstas no artigo 98, atraindo a competência para a atuação da Justiça da Infância e Juventude a partir de determinadas situações fáticas, insere-se na problemática da presente pesquisa, visando a identificar se a mudança esperada no modelo de atendimento pelo sistema de Justiça, superando a lógica das legislações anteriores que justificava a intervenção estatal em determinadas situações ou categorias normativas, ainda reforça, nos dias atuais, concepções já superadas, como a seguinte: “Pode-se afirmar, em termos menos técnicos, que, em todas as situações enumeradas pelos incisos do art. 98, que a criança/adolescente encontra-se em situação de abandono”. (BORDALLO, 2008, p. 537).

Além dos aspectos relacionados à fixação da competência, garantindo expressamente a toda criança e adolescente o direito ao acesso à Justiça, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina as funções do juiz, do Ministério Público e do advogado, os quais, juntamente com outros atores sociais, são incumbidos da defesa e proteção jurídico-social dos seus direitos individuais e coletivos para garantia da sua proteção integral.

### **2.3.1 Do juiz**

A mudança nas funções do antigo “Juiz de Menores” é um dos pontos centrais da Doutrina da Proteção Integral que caracterizam a sua própria essência, substituindo a figura do juiz, identificado com o “bom pai de família”, encarregado de funções não estritamente jurisdicionais

no exercício da atividade de controle social, de caráter absolutamente discricionário, no modelo da Doutrina anterior, restabelecendo suas funções para dirimir conflitos de interesses de natureza jurídica, mediante uma atuação técnica, limitada pelas garantias processuais.

A nova legislação para a infância torna-se um instrumento complexo que exige um profundo conhecimento do direito. A fundamentação rigorosa das medidas adotadas e uma correta e ponderada interpretação da lei constituem os parâmetros do juiz para a infância. A divisão de competências e responsabilidades com o Ministério Público, assim como a obrigatoriedade da presença do advogado, colocam as bases mínimas para que a arbitrariedade seja substituída pela justiça. (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 98-99).

Sob o aspecto processual da atuação judicial, na lição de AMARAL E SILVA (2013, p. 761),

O novo juiz não é aquele que para assegurar o pretenso “melhor interesse da criança” – o que é por demais subjetivo - podia decidir livremente, sem limites, mas o magistrado, jungido às regras da Epistemologia e da Hermenêutica Jurídica, ao princípio da legalidade. O juiz da Infância e da Juventude, como os demais, é juiz de direito. Suas decisões não são simplistas, e muito menos arbitrárias, mas respaldadas em princípios científicos e normativos. Tais existem e se sedimentaram como meios de realização do bem comum, da paz social, da equidade. O juiz da Infância e da Juventude, como os demais, só atua processualmente. (grifos do autor).

No contexto operado a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, diante do novo Direito da Criança e do Adolescente é se que se estabelecem as novas exigências e limites que configuram a perfil do juiz da Infância e Juventude, que pressupõe um operador qualificado, funcional e eticamente comprometido com a Doutrina da Proteção Integral, capaz de tornar eficazes a normativa internacional e nacional para concretização real dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. “Se existe um novo direito deve existir um novo juiz. De



fato, se não existir um novo juiz capaz de operá-lo, o novo direito não existirá, pois é o juiz quem deve dar eficácia a suas normas”<sup>117</sup>. (SARAIVA, 2008, p. 239, tradução livre).

Esse novo paradigma de atuação da Justiça da Infância e Juventude implicou mudanças que repercutiram nas funções e nas relações entre as instituições e profissionais que a integram, em razão de sua própria natureza interdisciplinar, compreendendo, além do juiz, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a advocacia privada, as equipes técnicas, os técnicos dos programas de atendimento, dentre outros. Como salienta AMARAL E SILVA (1999, p. 48),

No novo modelo, a cada ator o seu papel. Nada de eufemismos ou mitos. O juiz surge como o magistrado que previne e compõe litígios. O Ministério Público é o fiscal da lei, titular da ação de pretensão socioeducativa. O advogado aparece como o causídico, defensor do jovem. As questões de pobreza e assistência social deixam os juizados e passam a responsabilidade das administrações locais, com os Conselhos Tutelares.

As antigas funções assistenciais atribuídas ao “Juiz de Menores” passam a ser responsabilidade do Conselho Tutelar, órgão de caráter não jurisdicional, representativo da própria sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente no âmbito de cada município. Desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa divisão de competência e a redefinição das áreas de poder tem sido uma das questões centrais que desafiam a superação do modelo anterior, e, por isso, como salienta Tânia da Silva Pereira (1992, p. 109),

A Justiça da Infância e Adolescência exigirá necessariamente a criação de um quadro novo de juízes nos estados. Não se soluciona o problema com a troca de placas na porta dos Juízes de

---

<sup>117</sup> “Si existe un nuevo derecho debe existir un nuevo juiz. De hecho, de no existir un nuevo juez capaz de operar ese nuevo derecho, el nuevo derecho no existirá; pues es el juez quien debe dar eficacia a sus normas”. (SARAIVA, João Batista Costa. El papel del juez en el nuevo Derecho de la Infancia y la Adolescencia. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 9. Santiago: UNICEF, 2008, p. 239).

Família. Será necessário abrirem novos concursos para esta nova área da Justiça com critérios próprios de avaliação.

Sobre o perfil desse “novo juiz”, a autora conclui ainda que:

Um Juiz para a Infância e Juventude deverá ter uma sensibilidade própria para lidar com este campo de conflito humano. Ele não estará diante de uma competição de cunho eminentemente econômico, como na Justiça Cível, mas lidando, sobretudo, com pessoas em desenvolvimento, cuja decisão do conflito implicará modificações dos rumos de uma vida humana.

Aos Conselhos Tutelares caberá o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias nas hipóteses de ameaça ou violação de direitos previstas no artigo 98, aplicando as medidas de proteção, mediante requisição dos serviços públicos correspondentes às políticas setoriais para efetivação de seus direitos fundamentais, representando à autoridade judiciária em caso de descumprimento de suas deliberações, além das demais atribuições previstas no artigo 136. Assumindo o dever social de fiscalizar o Poder Público, como salientam Josiane Rose Petry Veronese e Mayra Silveira (2011, p. 295),

[...] na medida em que apura responsabilidades e carências, o Conselho Tutelar é o mais legítimo para promover as mudanças sociais necessárias na área de proteção à criança e ao adolescente. O Conselho Tutelar, por suas prerrogativas estatutárias, é representante legítimo da sociedade civil, sendo seu principal interlocutor na defesa e na promoção de tais direitos. [...] Representa uma das mais modernas experiências mundiais, pois resulta de um efetivo instrumento de participação da sociedade civil na gestão do poder e no atendimento da população infantojuvenil, sua existência implica a eficácia da regra constitucional que clama pela municipalização.

Garantindo que as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, não devem corresponder, necessariamente, a uma intervenção judicial na vida da criança, apenas quando esgotadas as

medidas administrativas de responsabilidade do Conselho Tutelar, é que a autoridade judiciária será acionada para a adoção das medidas judiciais cabíveis, superando a concepção que marcou a trajetória da Justiça de Menores no país, que, judicializando as medidas de controle e defesa social em face dos “menores abandonados ou em situação irregular”, legitimava a omissão do Poder Público.

A possibilidade de a autoridade judiciária investigar fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, prevista no artigo 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente, embora à semelhança do artigo 87 do Código de Menores revogado, de acordo com a Doutrina da Proteção Integral, não implica uma regressão ao sistema inquisitivo que outrora justificava a supressão das garantias do contraditório e da ampla defesa, mas deve ser redirecionada à flexibilização procedimental, que confere ao juiz um papel mais ativo no processo, em benefício da maior agilidade processual, como oportunamente se analisará.

Merece cuidado em sua interpretação o texto do art. 153, em face de sérias imprecisões técnicas que apresenta. A primeira delas diz respeito ao juiz poder investigar fatos. Esta assertiva vai de encontro ao princípio dispositivo. De há muito foi abandonado o modelo inquisitório do processo, onde a figura do juiz e do acusador confundia-se em uma única pessoa, acabando por fazer com que o julgador ficasse psicologicamente tendencioso a demonstrar a veracidade daquelas provas que havia obtido, o que fazia com que ficasse totalmente parcial em seu julgamento. Este modelo foi substituído pelo modelo acusatório, onde a busca de provas é realizada por um órgão e o julgamento por outro, ficando o juiz inerte, aguardando que as provas lhe sejam trazidas para apreciação e convencimento. (BORDALLO, 2008, p. 548-549).

A exigência expressa da participação do Ministério Público em relação às medidas adotadas pelo magistrado, a vedação dessa faculdade nos procedimentos que acarretam o afastamento da criança de sua família, bem como em outros feitos necessariamente contenciosos, inseridas no parágrafo único pela Lei n. 12.010, afastam a possibilidade de eventual uso indevido ou abuso de autoridade característicos da jurisdição tutelar.

A consolidação da ruptura com as práticas características do modelo anterior, a partir dos novos parâmetros normativos, exige, por isso, a formação e especialização permanente dos profissionais que atuam no Sistema de Justiça da Infância e Juventude, para garantia de um julgamento justo e imparcial, como destacam as Regras de Beijing:

22.1. A formação profissional, a formação permanente, os cursos de reciclagem e outros tipos de formação apropriados, servirão para proporcionar a aquisição e manutenção da competência profissional necessária a todas as pessoas encarregadas de assuntos referentes a menores.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente não tenha estabelecido requisitos para o preenchimento dos cargos de juiz, promotor de Justiça ou advogado que atuam junto ao Sistema de Justiça da Infância e Juventude, a especificidade que decorre da condição peculiar da criança e do adolescente no contexto da Doutrina da Proteção Integral demanda, além do conhecimento e formação multidisciplinar, sensibilidade e compromisso ético para superação da cultura que os via a partir de sua condição de incapacidade.

Ao juiz que atua na Vara Especializada da Infância e da Juventude é requerida uma postura ativa na exigência do cumprimento dos preceitos constantes da Carta Política. Faz-se, também, necessário, um conhecimento multidisciplinar e, mais, que se aprimore constantemente no que tange, inclusive, ao aprendizado de novas técnicas, de novos conhecimentos na área em que atua. (VERONESE, 1998, p. 159-160).

A garantia do acesso à Justiça como direito fundamental de crianças e adolescentes, constituído por um conjunto de normas procedimentais específicas no Estatuto da Criança e do Adolescente, caracteriza, de acordo com Paulo Afonso Garrido de Paula (2002, p. 90), os fundamentos de uma tutela jurisdicional diferenciada, cujos instrumentos da prioridade absoluta e do respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento perseguem os desideratos do seu desenvolvimento sadio e harmonioso. “Esta tutela jurisdicional diferenciada caracteriza-se, fundamentalmente, pela prevenção e

urgência, impondo um proceder rápido e que sirva substancialmente como instrumento de inclusão, evitando ou transpondo a situação de marginalidade para a de cidadania”. (PAULA, 2002, p. 90).

À atuação judicial, conforme a Doutrina da Proteção Integral corresponderá, portanto, um Poder Judiciário e profissionais comprometidos com a ação transformadora do Direito, voltados para a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. A previsão expressa da proteção judicial de interesses individuais, difusos ou coletivos no Capítulo VII, concernente ao acesso à Justiça, representou verdadeira inovação legal que marcará a grande distinção do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à própria normativa internacional e aos demais países do mundo.

Essa nova concepção decorre do alargamento da proteção dos direitos, que, priorizando os valores éticos da sociedade de massa, característico do Estado contemporâneo brasileiro, traduz-se na configuração de mecanismos jurídicos destinados à satisfação das necessidades relacionadas aos direitos fundamentais reconhecidos na Constituição Federal de 1988, superando a dimensão individual do processo e reorientando a atividade judicial para a defesa dos direitos ou interesses difusos ou coletivos<sup>118</sup>, “como valores jurídicos, constitui opção política do Estado Democrático de Direito, para a construção de um novo perfil do direito, em uma dimensão coletiva”, como assinalam Moacyr Motta da Silva e Josiane Rose Petry Veronese (1998, p. 51).

Essa reorientação do processo civil foi incorporada no Estatuto da Criança e do Adolescente ao dispor sobre o acesso da criança e do adolescente à Justiça, por qualquer de seus órgãos (art. 141), ampliando a proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos (art.

---

<sup>118</sup> Em relação à distinção entre direito e interesse, Kazuo Watanabe assinala que “os termos interesse e direito foram utilizados como sinônimos; certo é que, a partir do momento em que passam a ser amparados pelo direito, os ‘interesses’ assumem o mesmo *status* de ‘direito’, desaparecendo qualquer razão prática, e mesmo teórica, para a busca de uma diferenciação ontológica entre eles”. (In: **Código de Defesa do Consumidor**, Rio de Janeiro: Forense, 1992, p. 503). Para Celso Bastos, o conceito de direito subjetivo, de natureza material, passa a incluir, em sua outra face, a noção de interesse material, afirmando que: “Interesse jurídico e direito subjetivo confundem-se. Assim, se a categoria interesse acha-se normatizada pelo Estado, não há fundamentos que possa excluí-los da proteção estatal. Os interesses materiais empregados na norma jurídica são aqueles que o direito considera relevantes de proteção jurídica”. (In: **A tutela dos interesses difusos no Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 36 a 44).

208), admitindo expressamente a admissibilidade de todas as espécies de ações pertinentes para proteção e concretização dos seus direitos e interesses, incluindo a assistência pré-processual, transformando o Poder Judiciário em “instrumento de expansão da cidadania. Isso se dá porque, da antiga posição de árbitro de litígios de natureza intersubjetiva, agora é chamado a posicionar-se diante das situações de caráter transindividuais, como o são os direitos sociais”. (SILVA; VERONESE, 1998, p. 158).

A possibilidade de responsabilização do Poder Público em decorrência de sua omissão na implementação das políticas públicas destinadas a assegurar os direitos de que são titulares crianças e adolescentes, por meio da coletivização do processo, constitui um dos diferenciais que marcam o rompimento com o sistema tutelar, que se centrava na proteção individualizada da criança apenas quando caracterizada a situação irregular, indicativa da patologia social que direcionava a atuação estatal apenas a um tipo determinado de “menor”.

Isso porque, como entende Paulo Afonso Garrido de Paula (1989, p. 122), o Código de Menores de 1979,

[...] a despeito de ser tratado, por alguns, como instrumento de proteção e tutela, olvidou-se que o Estado é o grande responsável por essa degradante situação na qual se encontra a maioria da população infantojuvenil, isentando-o de qualquer responsabilidade. Considerando os pais ou responsável como exclusivos causadores da situação irregular, nenhuma menção existe em relação à omissa participação do Estado e, via de consequência, tão pouco contempla o Código de Menores mecanismos jurídicos visando compelir o Poder Público a cumprir suas funções. Assim, restringiu-se a Justiça de Menores no julgamento dos conflitos eminentemente individuais, jamais colocando a Administração no banco dos réus. O Estado nunca foi chamado perante o Judiciário, sequer para justificar suas constantes omissões.

Dessa forma, considerando que caberá ao Conselho Tutelar o atendimento e a promoção social em relação aos casos individualizados, é imprescindível que à proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, superando a concepção privatista e individual do processo, possa corresponder uma atuação do Sistema de Justiça precipuamente

voltada a essa dimensão coletiva, para garantia da implementação de políticas sociais públicas, como decorre do artigo 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê expressamente a sua consideração como critério de interpretação da lei.

Nesse sentido, entende Josiane Rose Petry Veronese (1997, p. 208),

Por fim, na área que envolve os interesses difusos de crianças e adolescentes sobreleva o “novo” papel do juiz, que terá por objetivo a busca e a concretização da justiça e da equidade no lugar da fria aplicação dos textos legais; isto se dará, sobretudo, na esfera processual, tendo em vista que muitos dos instrumentos existentes, consoante o modelo clássico, não mais satisfazem a essas novas pretensões, que alcançam cada vez mais uma gama considerável de crianças e adolescentes. De fato, o juiz que atuar nessa vara especializada deverá não somente ter o conhecimento teórico e técnico necessário, mas, principalmente, ter uma sensibilidade aguda para com os interesses denominados difusos desse contingente imenso de cidadãos, esquecidos e abandonados, durante décadas, à própria sorte. (grifos da autora).

A proteção aos direitos coletivos e difusos da infância e adolescência mereceram, assim, atenção especial do legislador brasileiro, especialmente diante do *deficit* das políticas públicas sociais no país, a partir do novo paradigma jurídico processual da coletivização do processo, para responder com força eficaz às demandas sociais abrangendo um número indeterminado de sujeitos, agrupados em decorrência de determinadas situações fáticas.

A concretização dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos exigiu que o direito se orientasse por uma visão social, possibilitando e facilitando o acesso à justiça como condição de exercício da cidadania e de realização do princípio da dignidade humana, fazendo-se necessária uma mudança paradigmática na concepção e prática jurídico-processual. (SILVA, 2009, p. 53).

A elevação dos instrumentos processuais para tutela coletiva a nível constitucional, como a ação popular (art. 5º, LXXIII) e a ação civil pública (artigo 129, III), consolidou a superação dos limites tradicionais do antigo sistema individualista, viabilizando as condições para efetivar a estrutura legal e convencional existente na defesa dos interesses metaindividuais.

Trata-se de um “subsistema processual” que encontra suas bases legais na Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990) que compõem o denominado tripé legislativo para a proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no ordenamento pátrio<sup>119</sup>. Menciona-se a Lei de Ação Civil Pública como uma das principais expressões legais do processo coletivo, por se constituir como o instrumento processual que se destaca atualmente para implementação das políticas públicas sociais voltadas à efetivação dos direitos fundamentais da população infantoadolescente.

A ampliação do rol de legitimados pela lei em defesa dos direitos metaindividuais de crianças e adolescentes por meio das ações coletivas, viabilizando a participação da própria sociedade civil<sup>120</sup>, assim como a garantia da assistência judiciária gratuita, aos que necessitarem, e da isenção de custas e emolumentos (art. 141, §§ 1º e 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), asseguram o direito de acesso amplo e

---

<sup>119</sup> De acordo com o artigo 81 da Lei n. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), são:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

<sup>120</sup> Art. 210. Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I - o Ministério Público;

II - a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios;

III - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.



irrestrito à Justiça da Infância e Juventude para garantia da efetividade dos interesses protegidos.

A proteção ao direito substancial mediante resultado socialmente útil, capaz de proporcionar ao titular de um direito, em cada caso concreto, o acesso à “ordem jurídica justa”, como qualifica Kazuo Watanabe (1988), sob a perspectiva do seu destinatário final, qual seja, a própria sociedade, já que não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal.

### 2.3.1.1 Dos serviços auxiliares

O reconhecimento do caráter multidisciplinar do Direito da Criança e do Adolescente é reforçado ainda pela obrigatoriedade da participação da equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e Juventude, à qual competirá fornecer subsídios para avaliação das medidas a serem adotadas pela autoridade judiciária, como estabelecem as Regras de Beijing (item 16.1) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 150 e 151).

A incorporação dessa dimensão interdisciplinar no âmbito do Poder Judiciário, que ocorreu de forma pioneira na área da infância e juventude, já que era prevista desde o Código de Mello Mattos (1927), pressupõe uma mudança do funcionamento da Justiça especializada, concebendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que devem ser considerados em relação a todos os aspectos que afetem o seu desenvolvimento, deve propiciar os meios para contemplar perspectivas diversas na intervenção a ser realizada, como condição para sua efetividade.

A inserção de profissionais de disciplinas tais como do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e outros assessores do Juízo, pressupõe portanto uma mudança paradigmática do funcionamento da Justiça Especializada da Infância e Juventude, em que os problemas das violações de direitos de crianças e adolescentes manifestam-se imbricados com problemas de ordem social, exigindo do Poder Judiciário uma postura articulada aos demais poderes e políticas sociais especiais, nos âmbitos federal, estadual e municipal. (ABMP, 2008, p. 42).

Com o objetivo de “facilitar a adoção de uma decisão justa” (Regras de Beijing, item 16.1), mais do que simples assessoria, a atuação da equipe deverá fornecer laudos, relatórios e subsídios para a avaliação quanto à medida judicial que melhor garanta o superior interesse das crianças e adolescentes, contextualizando a demanda à realidade social mais ampla na qual se insere a situação judicializada.

Por isso, “o trabalho desses profissionais é indispensável, pois possibilita a proximidade do magistrado à realidade socioeconômica da criança e do adolescente, fato que, por sua vez, enseja a prestação jurisdicional mais adequada, de acordo com as peculiaridades do caso”. (VERONESE; SILVEIRA, 2011, p. 335).

Embora o juiz não esteja adstrito ao laudo social, consoante preveem os artigos 436, do Código de Processo Civil e 182, do Código Penal, podendo formar seu livre convencimento a partir do conjunto dos elementos reunidos aos autos, os subsídios fornecidos pela equipe serão relevantes para avaliação do contexto social e familiar em que a criança ou adolescente estão inseridos, razão pela qual eventual decisão que a contrarie deve ser fundamentada.

Além disso, a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional é prevista expressamente em diversos procedimentos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como nas hipóteses de destituição do poder familiar e colocação em família substituta (arts. 161, § 1º e 167), razão pela qual o magistrado não pode obstar a sua realização sem a necessária fundamentação sobre a dispensa.

A importância da existência das equipes interprofissionais é reconhecida no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente ainda ao prever, em seu artigo 145, não apenas a criação de varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, mas também a necessidade de dotá-las de infraestrutura correspondente, embora não sejam disciplinados aspectos referentes à diversidade dos profissionais que devam compor as equipes ou mesmo parâmetros referentes ao seu funcionamento e proporcionalidade em relação ao volume da demanda de trabalho.

Nesse sentido, como se analisará no Capítulo 5, em pesquisas realizadas no país, identificou-se uma visão restritiva da qualificação das equipes, limitadas, na imensa maioria dos casos, a psicólogos e assistentes sociais. Todavia, além desses, para Jaison Albergaria (1991, p. 150), a equipe interprofissional deve constituir-se de outros profissionais, todos técnicos especializados, como educador, psiquiatra e outros especialistas, justificando essa diversidade na “complexidade dos

novos problemas sociais que determinou a formação de novos profissionais, [...] os quais estão obrigados a uma superespecialização de caráter interdisciplinar”.

No entanto, como órgãos auxiliares do juízo, não há como dissociar-se a atuação das equipes ao próprio quadro de pessoal do Poder Judiciário, embora outros profissionais existentes no município possam subsidiar as ações, por meio de relatórios e laudos, e na análise do contexto no qual se insere a criança ou adolescente.

Além da atuação no processo, vale salientar ainda que as equipes também prestam serviços de orientação às famílias e encaminhamentos à rede de atendimento, viabilizando a garantia dos direitos violados e a construção de ações junto à rede de atendimento, auxiliando o próprio juízo na tarefa de prevenção da sistemática ameaça aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes por ausência ou ineficácia das políticas sociais.

### **2.3.2 Do Ministério Público**

O Ministério Público, por sua vez, teve suas funções ampliadas no marco da Constituição Federal de 1988, definindo-o como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (artigo 127), cabendo-lhe as funções institucionais previstas no artigo 129, e outras que lhe forem conferidas, nas quais se inserem os artigos 200 a 205 do Estatuto, que estabelecem as suas atribuições específicas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, além de marcar sua atuação na busca da implementação dos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna, a busca pela implementação das políticas públicas e a mobilização dos diversos atores sociais, exige do Ministério Público cada vez mais a efetivação de suas atribuições constitucionais.

O Ministério Público deixa, pois, de fiscalizar a lei pela lei, num inútil exercício de mero legalismo. Requer-se dele, agora, que avalie, criticamente, o conteúdo da norma jurídica, aferindo-lhe virtudes intrínsecas, para, assim, neutralizar o absolutismo formal das regras legais, muitas vezes divorciadas dos valores, ideias e

concepções vigentes na comunidade, em dado momento histórico-cultural. (SIRIO, 2013).

Para Ronaldo Porto Macedo Júnior (2013), com a ampliação da atuação funcional do Ministério Público para além dos limites da atividade perante o Poder Judiciário, passou este a ter o importante papel de instituição mediadora dos conflitos e interesses sociais, com a realização de acordos e promoção da efetiva implementação da Justiça social, pelo envolvimento direto com os problemas sociais, que não somente pela via judicial, adquirindo traços peculiares e únicos em relação a outros países, nos quais outras instituições assumiram as novas funções de defesa dos interesses sociais.

Atuando na defesa dos interesses da sociedade, especialmente em face do Poder Público, coube ao Ministério Público o papel de protagonista central na defesa dos direitos da população infanto-juvenil, como se depreende do extenso rol de atribuições judiciais e extrajudiciais do artigo 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente para defesa dos seus direitos difusos, coletivos e individuais (homogêneos e individuais em si). Da indisponibilidade que marca os interesses e direitos fundamentais de crianças e adolescentes decorre o fundamento da atuação abrangente do Ministério Público na área, considerando ainda a sua natureza socioindividual, como sustenta Paulo Afonso Garrido de Paula (2002, p. 9), qualquer que seja o seu objeto, pois pertencem tanto aos próprios indivíduos como à sociedade, que pode exigir sua observância pelos meios legais disponíveis.

Diferentemente do promotor de Justiça dos antigos Código de Menores, que, ora funcionando como curador, ora como acusador, tinha sua atuação limitada ao processo, o promotor de Justiça da Infância e Juventude tem, como funções institucionais, a defesa ampla e irrestrita de todos os direitos da criança e do adolescente, qualquer que seja sua natureza, podendo, para tanto, utilizar todos os recursos possíveis.

Para exercer de forma correta as atribuições que lhe foram conferidas pelo legislador, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude não pode ser um mero burocrata que se manifesta em todos os processos sob sua responsabilidade e sair de seu gabinete para se dirigir à sala de audiências. Deve ir à rua, contatar os órgãos representativos da sociedade, conhecer a comunidade com a qual trabalha e se fazer conhecer, conhecer os problemas *in loco* para melhor poder solucioná-

los. Este é o Promotor de Justiça desejado pelo povo. (BORDALLO, 2008, p. 381).

Exercendo funções típicas de *ombudsman* (VERONESE, 1997, p. 114), o Estatuto da Criança e do Adolescente atribuiu ao Ministério Público a responsabilidade pela efetivação dos direitos fundamentais da população infantoadolescente, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, receber reclamações ou representações, instaurar procedimentos administrativos e inquéritos civis para apuração de denúncias e posterior propositura de ações judiciais no âmbito de suas atribuições (art. 201, V e VI), inspecionar entidades públicas e particulares de atendimento (art. 201, IX), adotando todas as providências necessárias e a expedição de recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e adolescente.

O atendimento ao público pelo órgão do Ministério Público, que por si só é fundamental para o correto exercício das funções cometidas à instituição, nessa tarefa é ainda mais importante, especialmente quando se trate do acesso da própria criança ou adolescente (art. 141 do ECA).

Para a propositura de ações civis, a legitimação do órgão será concorrente e disjuntiva com outros legitimados (art. 201, § 1º), cabendo-lhe, no entanto, assumir a titularidade ativa em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada (art. 210, § 2º), diante da indisponibilidade dos interesses envolvidos.

Na apuração do ato infracional, a titularidade da ação socioeducativa é exclusiva do promotor de Justiça, que, antes mesmo do que o órgão do Poder Judiciário, constitui-se como “a primeira real garantia de proteção das liberdades do cidadão, por ser ele quem assegura o pressuposto de uma imputação feita por um órgão independente, que tem plena liberdade de convicção e atuação”. (MAZZILI, 2013, p. 946).

Coube ao Ministério Público ainda a possibilidade de concessão de remissão como forma de exclusão do processo (pré-processual), incorporando a orientação das Regras de Beijing (item 11)<sup>121</sup>, como

---

<sup>121</sup> 11. Recurso a meios extrajudiciais

11.1. Sempre que possível tentar-se-á tratar o caso dos Delinquentes juvenis evitando o recurso a um processo judicial perante a autoridade competente referida na regra 14.1. infra.

11.2. A polícia, o Ministério Público e os outros organismos que se ocupem de casos de delinquência juvenil poderão lidar com eles discricionariamente, evitando o recurso ao formalismo processual penal estabelecido, antes

recurso extraprocessual destinado a evitar as consequências estigmatizantes de um processo judicial.

A enumeração das atribuições do Ministério Público previstas no artigo 201 é, todavia, exemplificativa, dispondo expressamente o parágrafo segundo a possibilidade de outras, desde que compatíveis com a sua finalidade constitucional estabelecida no artigo 127 da Constituição Federal, como as ações diretas de inconstitucionalidade em face de lei municipal que viole os direitos da criança e adolescente, mandado de injunção ou representações interventivas. Também deve ser lembrado o importante papel fiscal exercido pelo Ministério Público quanto à destinação e ao emprego de verbas públicas, campanhas, subsídios e investimentos estatais ligados à área. (DAL POZO, 2013, p. 979).

Mesmo quando não esteja no polo ativo da relação processual, é obrigatória a sua intervenção, mediante manifestação fundamentada (art. 205), em todos os processos e procedimentos que tenham como objeto a defesa dos direitos e interesses previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, sob pena de nulidade do feito (artigos 202 e 204), que decorre da existência de interesse público presumido, consubstanciado pela própria indisponibilidade dos direitos de crianças e adolescentes. Como diz Hugo Mazzilli (1990, p. 115), “quando a lei lhe confere legitimidade para intervir é porque lhe presume o interesse”.

Da especialidade que constitui o Sistema de Justiça, decorre que as funções previstas no Estatuto serão exercidas, a princípio, por promotores de Justiça com atribuição específica para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Todavia, como lembra Hugo Nigro Mazzili, (2013, p. 965) não é apenas o promotor de Justiça da Infância e Juventude que zela pelos direitos e interesses ligados à proteção das crianças. “O Promotor de Justiça Criminal, o Promotor de Justiça de Família, o Promotor de Justiça Cível, o Procurador de Justiça – enfim,

---

baseando-se em critérios fixados para esse efeito nos seus sistemas jurídicos e nas presentes regras.

11.3. Qualquer recurso a meios extrajudiciais que implique o encaminhamento para serviços comunitários ou outros serviços competentes exige o consentimento do interessado, dos seus pais ou do seu tutor; contudo, a decisão relativa à remessa do caso será sujeita a exame por uma autoridade competente, se isso for solicitado.

11.4. A fim de facilitar a abordagem discricionária dos casos de delinquência juvenil, procurará organizar-se programas comunitários, designadamente de vigilância e de orientação temporárias e assegurar a restituição dos bens e a indenização das vítimas

toda a Instituição está investida na proteção da infância e juventude, na forma e nos limites da lei de organização do Ministério Público”.

Mais de duas décadas da Constituição Federal de 1988, as dificuldades em transportar as conquistas consagradas para realidade de crianças e adolescentes, fizeram do Ministério Público um ator fundamental na luta pela implementação das políticas públicas destinadas à concretização dos direitos constitucionalmente protegidos.

Por isso, é importante ressaltar que a atuação do Ministério Público deve priorizar sua atuação preventiva e extrajudicial, influenciando na fixação de metas e formulação de políticas públicas e acompanhando sua execução. Por seu perfil singularizado, plasma-se a necessária e íntima comunhão que há e deve haver entre a instituição e o povo, fazendo uso dos instrumentos legais vigentes.

Esse alargamento da atuação, antecedendo a intervenção do Poder Judiciário, encontra embasamento legal não somente no arcabouço de normas em vigor, mas igualmente na compreensão de que a própria discricionariedade administrativa é vinculada aos postulados constitucionais. Para Walter Sabella (2013), “a continuidade das ações pós-lesão, como estratégia predominante, circunscreve o Ministério Público a protagonista de posições reativas, que o distanciam do ideal preconizado como Instituição resolutiva e proativa”, tal como se espera de um Ministério Público contemporâneo, que se apresente como agente transformador da sociedade e de suas condições socioculturais e econômicas.

Esse novo modelo de atuação, por certo, implica agregar novos conhecimentos sobre a Doutrina da Proteção Integral, o funcionamento e estrutura das políticas públicas, habilidades de negociação e debate com distintos atores sociais, pautando a necessidade da instituição de promotores de Justiça e servidores com novas competências e habilidades que se coadunem com sua missão institucional, o que, por certo, é um processo em construção.

### **2.3.3 Do advogado**

Se a mudança das funções do “Juiz de Menores” constituiu um dos eixos centrais da ruptura com o sistema tutelar operado pela Doutrina da Proteção Integral, agora limitado pelas garantias legais, como responsável pela efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a partir da concepção da instrumentalidade e coletivização do processo, a previsão expressa da obrigatoriedade da participação do advogado em todos os processos e procedimentos afetos

à criança e ao adolescente constitui o outro pilar fundamental de ruptura com o modelo anterior, com a garantia do devido processo legal.

Como anteriormente analisado, a pretensa autonomia do Direito do Menor sobre a qual se sustentava o Código de Menores de 1979, negava ao adolescente infrator as garantias constitucionais do contraditório e a ampla defesa, restringindo a possibilidade de defesa técnica apenas na instância recursal. Como salienta Raul Zafaroni (2013, p. 1004-1005),

O reconhecimento do menor como *pessoa* demanda a superação de semelhante concepção inquisitória, e, por conseguinte, o giro fundamental se traduz na prática com a presença do defensor ou do advogado como garantia do devido processo legal (divisão das funções judiciais e processuais). (grifos do autor).

Nesse aspecto, a Doutrina da Situação Irregular representou um retrocesso, pois, já no início do século XX, sob a égide do Código de Mello Mattos – Decreto n. 17.943-A, de 1927, se previa a necessidade de um advogado integrante do quadro de pessoal do “juízo privativo de menores”, para atuar como defensor e prestar assistência aos litigantes pobres<sup>122</sup>. “Detecta-se, ainda, no texto do art. 151, a visão embrionária da Defensoria Pública quando o legislador pensou em defensor para aqueles que não o possuísem e para as pessoas que não pudessem pagar pelos serviços de um advogado”. (BORDALLO, 2008, p. 389).

O direito da criança e do adolescente de serem ouvidos<sup>123</sup> nos processos judiciais e o de ter assistência jurídica previstos nos artigos 12.2 e 37 da Convenção sobre os Direitos da Criança, foram expressamente contemplados no artigo 206 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece ainda o direito à assistência judiciária integral e gratuita a todos os que necessitarem, através da Defensoria Pública, cujas funções institucionais foram disciplinadas pela Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994.

Além disso, a Constituição Federal de 1988, garante expressamente como direitos fundamentais o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ele inerentes (art. 5º, LV), bem como a

<sup>122</sup> Conforme artigos 118 e 151 do Decreto n. 17.943-A, de 1927.

<sup>123</sup> O direito de participação de crianças e adolescentes, incluindo o de serem ouvidos em processos judiciais que lhes digam respeito, será aprofundado nos Capítulos 3 e 6.



assistência jurídica integral e gratuita (art. 5º, LXXIV) como corolário do princípio do acesso à Justiça, estabelecendo a indispensabilidade da presença do advogado para sua administração (art. 133) e reconhecendo a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado (art. 134).

No que se refere à assistência judiciária gratuita, embora o artigo 141, do Estatuto da Criança e do Adolescente garanta o acesso de todas as crianças e adolescentes à Defensoria Pública, tanto o parágrafo primeiro e quanto o artigo 134, da Constituição Federal de 1988 a restringem apenas àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.

Em relação à apuração da prática de ato infracional, o artigo 207, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, reforçando a indispensabilidade da defesa técnica para garantia de um juízo equitativo e imparcial, como estabelecem as Regras de Beijing (Regras 7.1 e 15.1)<sup>124</sup>, prevê que nenhum adolescente será processado sem defensor, que poderá ser nomeado pelo juiz, caso não o constitua, cuja ausência não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato (§§ 1º e 2º).

Vale salientar que, de acordo com a Lei Complementar n. 80/1994, a Defensoria Pública tem como prerrogativa de seus membros o direito à intimação pessoal e o prazo em dobro para manifestação em todos os atos processuais, afigurando-se indispensável a presença de um Defensor Público nas Varas da Infância e Juventude para defesa técnica de crianças e adolescentes, considerando sua importância fundamental “por ser responsável por mais de noventa por cento das representações processuais nos feitos em curso”. (BORDALLO, 2008, p. 390).

Como decorrência lógica, a participação do advogado ou Defensor Público, como consentâneo da própria condição de titular de direitos fundamentais, deve ser assegurada em todas as etapas do processo, como durante a oitiva informal do adolescente infrator perante

---

<sup>124</sup> 7.1. As garantias fundamentais do processo, tais como a presunção de inocência, o direito de ser notificado das acusações, o direito de não responder, o direito à assistência judiciária, o direito à presença dos pais ou tutor, o direito de interrogar e confrontar as testemunhas e o direito ao recurso serão asseguradas em todas as fases do processo.

15.1. Ao longo de todo o processo, o menor tem o direito de ser representado pelo seu advogado ou pedir a designação de um advogado oficioso, quando existam no país disposições legais que prevejam essa assistência.

o Ministério Público, e nos procedimentos administrativos do Conselho Tutelar, respeitado o segredo de Justiça. Isso porque,

A assistência *jurídica* – integral e gratuita – abrange não só a assistência *judiciária* no sentido de defesa técnica na persecução *in judicio*, mas também o apoio extrajudicial, por meio da busca pela solução de litígios mesmo longe do exercício da jurisdição estatal, a partir da prestação de informações acerca das garantias que permeiam a vida dos cidadãos que têm dificuldades para conquistarem seus direitos. (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2001, p. 481, grifos dos autores).

Embora inexista previsão legal quanto aos requisitos para o exercício das funções correspondentes à defesa, a especialização dos profissionais também é recomendada em função da complexidade e especificidade da matéria, já que, como salienta Amaral e Silva (1990, p. 96-96),

[...] o advogado não atuará da mesma forma que na Justiça comum, daí a necessidade de especialização. O processo tem peculiaridades como a investigação social prévia, a remissão, [...] O advogado representará importante elemento de controle da prestação jurisdicional quanto à veracidade das informações da polícia, da vítima, das testemunhas, da equipe técnica, principalmente recorrendo a instância superior sempre que qualquer decisão seja desfavorável ao jovem.

O exercício das atividades relacionadas ao Sistema de Justiça especializado para garantia da efetividade da Doutrina da Proteção Integral, instrumentalizada pela normativa internacional e nacional, que estrutura as funções a serem desempenhadas, portanto, vincula funcional e eticamente os profissionais que o integram para o atendimento de seus direitos, orientados e limitados por princípios específicos que compõem o microssistema jurídico de proteção especial dos direitos de crianças e adolescentes.

A concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente como um microssistema que regula o Direito da Criança e do Adolescente,

implica, como indica Válder Kenji Ishida (2009, p. 419), a incorporação de dispositivos de outros ramos do direito, como o Direito Civil, especialmente o Direito de Família, o Direito do Trabalho, o Direito Penal e o Direito Processual.

Esse conjunto principiológico que orienta o Direito da Criança e do Adolescente também disciplina a própria atividade jurisdicional, prevendo condutas específicas relacionadas às obrigações e limites da intervenção estatal no âmbito da família, como estabelece o artigo 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que devem pautar a interpretação e a aplicação da norma para proteção e a máxima efetivação dos direitos de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais.

Dessa forma, diferenciando-se da Justiça comum, a atuação da Justiça da Infância e da Juventude assume peculiaridades que se coadunam com a Doutrina da Proteção Integral, orientando-se por princípios e regras procedimentais próprios no intuito de instrumentalizar a realização da prestação jurisdicional para garantia da efetividade de seus direitos, como se analisará a seguir.



### **CAPÍTULO 3**

## **TUTELA JURISDICIONAL INFANTO-ADOLESCENTE: PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E ESPECIFICIDADES PROCESSUAIS**

Como anteriormente analisado, do ponto de vista histórico, coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente instrumentalizar juridicamente a incorporação da Doutrina da Proteção Integral no sistema jurídico brasileiro, com vistas à concretização dos direitos da população infanto-adolescente, substituindo o conjunto normativo associado ao então Direito do Menor. Por isso, como destaca André Viana Custódio (2008),

[...] a compreensão do novo Direito da Criança e do Adolescente exigiu uma teoria jurídica própria resultante do conflito de valores produzidos por doutrinas distintas, mas que acabaram por alcançar um *status* teórico substantivo orientador da compreensão de valores, princípios e regras próprias.

Assim, para o autor, a constituição de uma base epistemológica consistente possibilitou à Doutrina da Proteção Integral reunir tal conjunto de valores, conceitos, regras, articulação de sistemas e legitimidade junto à comunidade científica, que a elevou a um outro nível de base e fundamentos teóricos, recebendo, de modo mais imediato, a representação pela ideia de Teoria da Proteção Integral, que se estrutura a partir dos princípios fundamentais elencados na Convenção sobre os Direitos da Criança e incorporados no sistema legal do país pela Constituição de 1988.

A concepção da proteção integral como teoria, é reforçada para Miguel Alves Lima (2001, p. 80), no sentido de que,

Podemos então falar do Direito da Criança e do Adolescente como um novo modelo jurídico, isto é, um novo ordenamento de direito positivo, uma nova teoria jurídica, uma nova prática social (da sociedade civil) e institucional (do poder público) do Direito. O que importa, neste caso, é perceber que desde a criação legislativa, passando pela produção do saber jurídico, até a interpretação e aplicação a situações concretas, este Direito impõe-nos o inarredável compromisso ético,

jurídico e político com a concretização da cidadania infantojuvenil.

Dessa forma, a abertura e generalidade dos princípios que orientam a operacionalidade do Direito da Criança e do Adolescente implica, portanto, a necessidade de definição *a priori* de seu conteúdo como critério a vincular à interpretação das normas no sentido dos valores que promovem, desempenhando, na lição de Celso Lafer (2004, p. 60-61), uma função de expansão axiológica do direito.

A normatividade atribuída aos princípios expressos na nova ordem constitucional, adotando a dignidade da pessoa humana como valor fundamental, positivada no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, vincula, portanto, tanto o intérprete quanto o Estado para promoção da proteção integral à criança e ao adolescente nas relações que os envolvem.

Assim, os princípios estabelecem os contornos necessários à nova ordem infantoadolescente, incorporados no conteúdo normativo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que devem orientar a atividade do intérprete.

O constitucionalismo moderno promove, assim, uma volta aos valores, uma reaproximação entre ética e Direito. Para poderem beneficiar-se do amplo instrumental do Direito, migrando da filosofia para o mundo jurídico, esses valores compartilhados por toda a comunidade, em dado momento e lugar, materializam-se em princípios, que passam a estar abrigados na Constituição, explícita ou implicitamente. (BARROSO, 2003, p. 28).

Superando a concepção estritamente positivista que pressupõe um sistema neutro, o papel dos princípios no processo de interpretação e aplicação do Direito será também o de corroborar todo o sistema, viabilizando o alcance da dignidade humana em todas as relações jurídicas. “Diante dessa nova realidade, afasta-se a concepção de um direito estritamente formal e privilegia-se a construção de um Direito vivo, afeto à realidade”. (PEREIRA, 2005, p. 17-18).

Nesse contexto, a partir da trajetória histórica da afirmação dos direitos humanos, e, especialmente, da Convenção sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988 implementou uma vasta gama de princípios e de direitos fundamentais, estabelecendo que crianças e

adolescentes são titulares de direitos subjetivos, em razão da sua condição peculiar como pessoas em desenvolvimento, estendendo-lhes a proteção legal de forma integral e com absoluta prevalência, como forma de se garantir, acima de tudo, o princípio constitucional da dignidade humana, do qual derivam todos os demais princípios e regras do sistema especial de proteção dos direitos humanos regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao analisar essa nova estrutura normativa, Deodato Rivera (In: PEREIRA, 1992, p. 83), indica que essa nova orientação, em relação à criança e ao adolescente, é baseada em alguns princípios fundamentais:

1 – UNIVERSALIZAÇÃO – Todos são sujeitos de Direito independentemente de sua condição social. A proteção não é só ao menor pobre, ou ao menor em situação irregular. O novo ordenamento atingirá a todos.

2 – HUMANIZAÇÃO – Este é o princípio previsto no artigo 227 da Constituição de 1988. Neste princípio cabe, sobretudo, uma mudança de mentalidade. Tradicionalmente, a defesa social, a proteção dos interesses dominantes na sociedade, é dado àquilo que é normal, regular. E os pobres são considerados anormais e irregulares.

3 – DESPOLICIALIZAÇÃO – A questão da criança e do adolescente não é questão de polícia. Ela tem um aspecto policial quando o adolescente ou a criança são vítimas de violação de seus direitos ou quando são autores de violência, e isso porque, em primeiro lugar, foram vítimas. Nesses casos, há um ângulo policial, no caso de alto risco para essa criança, de protegê-la com armas, se for preciso, proteger sua integridade ou proteger as pessoas da sociedade de sua violência. Mas é um aspecto secundário, não é fundamental.

4 – DESJURISDICIONALIZAÇÃO – A criança e o adolescente não são questão de Justiça. Somente naqueles casos de lide, de conflitos de interesses.

5 – DESCENTRALIZAÇÃO – O atendimento fundamental é no Município. É ali que a criança nasce, é ali que ela vive, é ali que ela está. Nenhuma criança nasce ou vive na União. A União é uma abstração, não tem geografia. A geografia da União é o somatório das geografias

municipais, então a criança tem que ser atendida ali onde ela está.

6 – PARTICIPAÇÃO – Esse princípio é fundamental. O art.227 da Constituição Federal de 1988 convoca a família, a sociedade e o Estado para assegurar à criança e ao adolescente os seus direitos fundamentais. Os Conselhos Tutelares são resultado dessa convocação do cidadão para participar na nova sistemática.

Miguel Alves Lima (2001, p. 163-167), por sua vez, identifica três conjuntos de princípios do Direito da Criança e do Adolescente, designados como estruturantes, concretizantes e de garantia. Como princípios estruturantes, situar-se-iam a vinculação à Doutrina da Proteção Integral, a universalização, o caráter jurídico-garantista e o interesse superior da criança. Como princípios concretizantes estariam a prioridade absoluta, a humanização do atendimento, ênfase nas políticas sociais públicas, a descentralização político-administrativa, a desjurisdicionalização, a participação popular, a interpretação teleológica e axiológica, a despoliciação, a proporcionalidade, a autonomia financeira e a integração operacional dos órgãos do Poder Público responsáveis pela aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Em relação aos princípios de garantia, o autor aponta a prevalência da família natural, a reserva legal, o devido processo legal, a ampla defesa, a presunção de inocência, o contraditório, a excepcionalidade e a brevidade das medidas privativas de liberdade, a imputabilidade, a inviolabilidade da defesa, a restrição à publicidade, a impugnação ou o duplo grau de jurisdição, a brevidade e a excepcionalidade da intimação.

Vê-se, assim, que é variada a diversidade de construções doutrinárias que objetivam sistematizar o conjunto de princípios e regras que constituem o sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente fundado na Doutrina da Proteção Integral, que, para Cunha, Lépre e Rossato (2011, p. 81)<sup>125</sup>, constitui, com a prioridade absoluta,

---

<sup>125</sup> Para os autores, devido à sua posição axiológica (valorativa) e à densidade de conteúdo, a proteção integral e a prioridade absoluta ocupam uma posição de destaque dentro dos princípios do direito da criança e do adolescente, denominados *metaprincípios*. O interesse superior da criança e do adolescente ocupam a posição de *postulado*, em clara adesão à classificação de Humberto Ávila (2008, p. 121-124), pois permite verificar os casos em que há violação às normas cujas aplicações se estruturam a partir dele, situando-se em um



os dois metaprincípios que decorrem do interesse superior da criança e do adolescente, como postulado normativo, ao lado de outros princípios derivados previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vale lembrar, ainda, que o Comitê dos Direitos da Criança<sup>126</sup> indica como princípios gerais para aplicação efetiva de toda a Convenção sobre os Direitos da Criança, a partir da adoção de uma perspectiva baseada nos direitos da criança, aqueles elencados no artigo 2º (não discriminação), artigo 3º (os melhores interesses da criança), artigo 6º (o direito à vida e à sobrevivência) e o artigo 12 (direito de expressar assuntos de seu interesse).

Com a edição da Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, o conjunto principiológico que deve orientar a decisão do juiz da Infância e Juventude na aplicação das medidas para proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente foi definido e conceituado de forma clara, possibilitando sua real compreensão, ao dispor que:

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

---

*segundo grau* e estabelecendo a estrutura de aplicação de outras normas (princípios e regras). Já os princípios derivados são: a) a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos; b) responsabilidade primária e solidária do Poder Público; c) privacidade; d) intervenção precoce; e) intervenção mínima; f) proporcionalidade e atualidade; g) responsabilidade parental; h) prevalência da família; i) obrigatoriedade da informação; j) oitiva obrigatória e participação. (In: **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. Lei n. 8.069/1990 – Artigo por Artigo. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 80-81).

<sup>126</sup> Conforme Observação Geral n. 5, referente às Medidas Gerais de Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (artigos 4º a 42 e parágrafo 6º do artigo 44). Até 2013, o Comitê dos Direitos da Criança elaborou 14 Observações Gerais, para auxiliar a adequada interpretação e aplicação dos direitos da criança de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, partindo da ideia de que esta é um documento vivo, cuja aplicação deve ser objeto de constante supervisão, auxiliando a abordar os aspectos que o Comitê constata a falta de atenção, interpretações errôneas ou insuficientes, ou a necessidade de abordar novos aspectos de crescente preocupação, com base na experiência adquirida durante a revisão dos relatórios dos Estados-Partes. Os documentos estão disponíveis para consulta no link [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11). Acesso em 22 abr. 2014.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;

III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente;

VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada;

IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente;

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta;

XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

Considerando a definição dos princípios como normas finalísticas que exigem a delimitação de um estado ideal a ser buscado por meio de comportamentos necessários à sua realização, a especificação dos seus fins ao máximo promovida pela reforma legislativa busca, sem dúvida, garantir que eventual vagueza possa restringir o âmbito de sua aplicação, em prejuízo da criança e do adolescente.

Da Doutrina da Proteção Integral, positivada no artigo 227, da Constituição Federal e nos artigos 1º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, decorre, portanto, uma série de princípios, dentre os quais, entendemos como fundantes de todo sistema, o reconhecimento da condição jurídica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, além de direitos especiais em face de sua condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento de suas potencialidades e que, bem por isso, merecem tratamento prioritário, mais abrangente e efetivo, dirigido para satisfação de seus interesses superiores.

Essa nova ordem estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que, assim como as demais legislações que tratam de uma parcela mais vulnerável da sociedade, dispensou proteção especial, repita-se, já garantida constitucionalmente, a crianças e adolescentes, é complementada pelo artigo 5º, prevendo que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

De acordo com Josiane Rose Petry Veronese (2003, p. 439), a Doutrina da Proteção Integral desempenha um papel estruturante no sistema na medida em que o reconhece sob a ótica da integralidade, ou seja, o reconhecimento de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, ainda, direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que se articulam, produzem e reproduzem de forma recíproca.

Fixadas essas premissas, cumpre aprofundar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais que constituem a Doutrina da Proteção Integral, com o fim de delimitar os parâmetros e os objetivos almejados pela norma na atividade interpretativa, delimitando seu conteúdo aos aspectos relacionados à atuação da Justiça da Infância e Juventude nas ações de sua competência, ainda que se admita que o seu efetivo conteúdo somente poderá ser identificado diante das circunstâncias de cada caso concreto.

O exercício da função jurisdicional que se instrumentaliza por meio do processo, deve, portanto, orientar-se por esses valores, pondo em relevo o seu resultado como fator de garantia do direito material protegido, pois, como destaca Cândido Rangel Dinamarco (1996, p. 290),

Compreende-se que seja relativo o valor do procedimento em face desses objetivos, sendo vital a interpretação inteligente dos princípios e a sua observância racional em cada caso; é a instrumentalidade do próprio procedimento ao contraditório e demais valores processuais a serem preservados em prol da efetividade do processo.

Em razão disso, na segunda parte, identificar-se-ão os princípios procedimentais que condicionam a atividade jurisdicional de acordo com o marco normativo da Doutrina da Proteção Integral, orientando o

seu reordenamento e a prática institucional, identificados no artigo 100 antes citado, pelos princípios da privacidade (inciso V), intervenção precoce (inciso VI), intervenção mínima (inciso VII), proporcionalidade e atualidade (inciso VIII), obrigatoriedade da informação (inciso XI) e oitiva obrigatória e participação (inciso XII). Entende-se que a responsabilidade parental (inciso IX) e a prevalência da família (inciso X), dirigem-se especificamente à colocação de crianças e adolescentes em família substituta, embora, como prescrições dirigidas à garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, devam sempre orientar as medidas a serem adotadas pelas autoridades administrativas e judiciais.

Por outro lado, assim como os princípios fundamentais devem orientar as regras de direito material, também os princípios de Direito Processual devem se subsumir aos princípios e regras de proteção à criança e ao adolescente, levando ao entendimento de que acima disso, como lembram Tânia da Silva Pereira e Lúcia Cristina Guimarães Deccache (2008, p. 145), “está o valor jurídico de cuidar do direito infantojuvenil de forma a priorizar seus direitos sobre qualquer outro que a ele se contraponha”.

Em razão da própria natureza dos princípios e da sua abrangência, vale salientar que, embora inseridos no Estatuto da Criança e do Adolescente no capítulo que trata das medidas específicas de proteção (Título II, Capítulo II), devem ser sempre considerados no âmbito de todas as ações desenvolvidas por qualquer órgão ou autoridade responsável pelo atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, já que a aplicação das medidas protetivas em si, previstas no artigo 101, sejam de competência exclusiva do Conselho Tutelar e da autoridade judiciária. No âmbito da aplicação das medidas socioeducativas, o artigo 113 já prevê expressamente a extensão dos princípios contidos no parágrafo único do artigo 100.

### **3.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

#### **3.1.1 A criança e o adolescente como sujeito de direitos**

Conceber a criança como sujeito implica reconhecer que a mesma é titular de direitos subjetivos, proclamados em leis e documentos nacionais e internacionais. Embora no desenvolvimento da história dos direitos humanos os da criança tenham sido identificados junto à comunidade internacional como inseridos no direito de coletividades ou grupos minoritários, a criança agora é considerada, na sua

individualidade, como pessoa humana, cujos direitos lhes são assegurados independentemente de sua condição material ou jurídica.

Fica evidenciado, então, que o atraso histórico deveu-se a uma discriminação arbitrária que impediu que os direitos das crianças nascessem com os de todas as pessoas; contudo, se quisermos ser rigorosos, se trata mais de uma exclusão que não tem sua fonte em declarações constitucionais ou convencionais de direitos, já que estes instrumentos não negaram o caráter de pessoa humana às crianças, mas um defeito de sua aplicação no qual não é inocente o Direito Tutelar de Menores<sup>127</sup>. (BRUÑOL, 2001, p. 55, tradução livre).

Enquanto as legislações tutelares fundavam-se na divisão de dois tipos de infância, uma que tinha seus direitos satisfeitos pela família e aquela que não os tinha, ao dirigir-se a todas as crianças, indistintamente, a Doutrina da Proteção Integral a unifica, prevendo mecanismos judiciais e administrativos que compensem as eventuais debilidades do sistema social e familiar e de responsabilização pela prática de atos contrários à lei penal, de forma distinta.

A dualidade do *status* jurídico das crianças construída pelo Direito do Menor para proteção das crianças pobres, não tinha como objetivo estabelecer um mecanismo jurídico de compensação da desigualdade fática, por três razões, como assinala Martha de Toledo Machado (2003, p. 147-150): porque os direitos fundamentais não estavam definidos no ordenamento; pela identificação da criança desassistida com o adolescente autor de crime, colocando-os numa só categoria jurídica e porque não havia preocupação de construir nenhum instrumental (material ou processual) de garantia desses direitos, “bem

---

<sup>127</sup> “Queda, entonces, de manifiesto que el retraso histórico se ha debido a una discriminación arbitraria que ha impedido que los derechos del niño nacieran junto a los de todas las personas; sin embargo, si hemos de ser rigurosos, más bien se trata de una exclusión que no tiene su fuente en las declaraciones constitucionales o convencionales de derechos, ya que estos instrumentos no negaron el carácter de persona humana a los niños, sino en un defecto de su aplicación en el que no es inocente el derecho tutelar de menores”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. Los Derechos del Niño: de la proclamación a la protección efectiva. **Justicia y Derechos del Niño**. Número 3. Buenos Aires: UNICEF, 2001, p. 55).

ao contrário, o Direito do Menor preocupou-se em derrubar o sistema de garantias jurídicas inaugurado na história do Direito com a concepção iluminista, excluindo esse novo ramo do direito de seu âmbito de incidência”.

A incorporação do conteúdo da proteção integral mesmo antes da Convenção sobre os Direitos da Criança na Constituição de 1988, estabelecendo a igualdade jurídica entre todas as crianças ou adolescentes, elevou-os, assim, à categoria de titulares de direitos fundamentais previstos nos artigos 226 (proteção à família), 227 e 228, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e a garantia de condições mínimas de vida e desenvolvimento. “Desse ponto de partida, o sujeito de direitos seria o indivíduo apreendido do ordenamento jurídico com possibilidades de, efetivamente, ser um sujeito cidadão”. (VERONESE, 1999, p. 100).

O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, reforça a proteção complementar instaurada pela nova Doutrina, ao afirmar que à criança e ao adolescente são garantidos todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, bem como são sujeitos da proteção integral, para promoção do seu desenvolvimento.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A titularidade dos direitos fundamentais e a proteção integral são, portanto, complementares, pois, como adverte Paolo Vercellone (2013, p. 33), deve-se entender a proteção integral,

[...] como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos. Estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais, reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos

encarregados de assegurar esta proteção especial. Em força da proteção integral, crianças e adolescentes têm o direito de que os adultos *façam coisas a favor deles*. (grifos do autor).

Dessa perspectiva, o primeiro critério que decorre da sua condição de sujeito de direitos consiste no princípio da não discriminação, pelo qual se devem reconhecer às crianças todos os direitos que correspondem aos adultos, além de outros direitos fundamentais específicos, em função da sua condição como pessoas em desenvolvimento, garantida a igualdade jurídica entre todas as crianças.

A desigualdade entre as “infâncias” construída social e culturalmente com o estabelecimento do princípio segundo o qual caberia ao Estado suprir a eventual ausência ou incapacidade moral ou social dos pais fundado no *parens patriae*, que, representado pelo juiz de Menores, transformou-se em eficiente mecanismo de controle e privação de liberdade incidente sobre as camadas mais pobres da sociedade, como visto no primeiro capítulo, e é substituído, na Convenção sobre os Direitos da Criança, pelo direito de permanecer com sua família, que deve receber assistência material (artigo 27), vedando expressamente a criminalização de condutas não previstas nas leis penais (artigo 40.2.a), pilar de sustentação das legislações tutelares.

À vista disso, o artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente consubstancia essa limitação estabelecendo que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para suspensão ou decretação do poder familiar, bem como na caracterização do ato infracional como a conduta expressamente descrita como crime ou contravenção penal (art. 109).

Assim, enquanto o sistema tutelar reunia competências de proteção-repressão, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece para as situações descritas na lei um tratamento unitário, para todas as crianças e adolescentes, compreendidos como os seres humanos que contam entre zero e dezoito anos.

Precisamente, a proteção integral quer evitar a construção social que separa os “menores” das crianças e se dirige às crianças e adolescentes como sujeitos de direitos originários, com a finalidade de evitar sua marginalização e de reintegrar os “menores” em desvantagem ou infratores, o mais rápido possível, ao sistema



normal da infância e da adolescência<sup>128</sup>.  
(BARATTA, 1999, p. 41, tradução livre, grifos do autor).

Coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente fixar o critério de competência em razão da pessoa no seu artigo 2º, promovendo a distinção entre criança, pessoa com até doze anos incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade, admitindo-se, excepcionalmente, a sua aplicabilidade às pessoas entre dezoito e vinte e um anos, na hipótese de cumprimento da medida socioeducativa pelo período máximo<sup>129</sup>. “Desta forma, verifica-se que a fixação da infância até os 12 anos de idade incompletos coincide com a puberdade, com a maturação sexual reprodutiva, em regra, ocorrente nessa idade”. (PAULA, 2002, p. 32).

Embora ambos gozem dos mesmos direitos fundamentais, a importância dessa distinção reside na necessidade do estabelecimento do critério etário relacionado à imputabilidade penal fixada na Constituição Federal de 1988 aos dezoito anos de idade, sujeitando os autores às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 104). Prevendo a inimputabilidade absoluta das crianças, em relação às quais a lei estabelece o procedimento protetivo no caso da prática infracional, como dispõe o seu artigo 105, reconhece-se as distintas etapas do seu desenvolvimento na construção da sua personalidade, especialmente no que pertine à responsabilização pela conduta contrária à lei penal pela aplicação de medidas socioeducativas.

---

<sup>128</sup> “Precisamente, la protección integral quiere evitar la construcción social que separa a los ‘menores’ de los niños y se dirige a los niños y adolescentes como sujetos de derechos humanos originarios, con la finalidad de evitar su marginalización y de reintegrar a los ‘menores’ en desventaja o infractores, lo más pronto posible, al sistema normal de la infancia y adolescência”. (BARATTA, Alessandro. Infancia y Democracia. In: MÉNDEZ, Emilio García; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 41).

<sup>129</sup> No Brasil, mesmo com a redução da maioridade civil de 21 (vinte e um) anos para 18 (dezoito) anos de idade, de acordo com o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) por seu artigo 5º, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua a ser aplicado aos jovens, excepcionalmente, até o máximo de 21 anos de idade, na hipótese citada (cumprimento de medida socioeducativa). Para as demais questões de natureza civil (guarda, tutela, adoção, por exemplo), observa-se a maioridade estabelecida na legislação respectiva.

A admissão dessa progressiva capacidade e autonomia como sujeito de medidas de responsabilização socioeducativa em razão da conduta descrita como crime, deve, corresponder, portanto, a medidas que também lhe possibilitem o exercício dos direitos de que são titulares, proclamados na Convenção sobre os Direitos da Criança e nos demais instrumentos internacionais e nacionais, prevendo mecanismos efetivos para exercê-los na esfera civil e protegendo-os de todo obstáculo que perturbe o seu exercício legítimo.

Reconhecendo, portanto, expressamente as crianças como sujeitos em desenvolvimento, a Convenção sobre os Direitos da Criança assume a particularidade da infância e da adolescência em virtude da falta de maturidade física e mental, atribuindo-lhes o caráter de um sujeito jurídico especial, com “autonomia progressiva” para o exercício dos direitos, de acordo com a avaliação de sua capacidade (artigo 5).

O reconhecimento da imaturidade psicológica e a necessidade de que as crianças sejam apoiadas no exercício de seus direitos, exige, como assinala Miguel Cillero Bruñol (2001, p. 56)<sup>130</sup>, que seja revisado nas legislações o grau de autonomia que se lhe reconhece à criança ao menos nas seguintes matérias:

- superação do paradigma da incapacidade;
- possibilidade de reclamar por si mesmo ante a Justiça e à administração pela ameaça ou violação de seus direitos;
- possibilidade de opor-se a intervenções judiciais ou administrativas que tenham como fundamento o seu bem-estar; garantia do direito de ser ouvido em juízo e a designar advogado;
- garantia do direito de recorrer ante autoridades superiores;
- liberdade de expressão;
- liberdade de consciência;

---

<sup>130</sup> “La aplicación de esta categoría al ámbito de las reformas legislativas exige revisar el grado de autonomía que se le reconoce al niño al menos en las siguientes materias: • superación del paradigma de la incapacidad; • posibilidad de reclamar por sí mismo ante la Jurisdicción y la Administración por la amenaza o vulneración de sus derechos; • posibilidad de oponerse a intervenciones judiciales o administrativas que tendrían como fundamento su bienestar; • garantía del derecho a ser oído en juicio y a designar abogado; • garantía del derecho a recurrir ante autoridades superiores; • libertad de expresión; • libertad de conciencia; • libertad de asociación y reunión”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. Los Derechos del Niño: de la proclamación a la protección efectiva. **Justicia y Derechos del Niño**. Número 3. Buenos Aires: UNICEF, 2001, p. 56).

- liberdade de associação e reunião.

O regime das incapacidades para o exercício pessoal de determinados direitos, previsto nas normas civis<sup>131</sup>, em face da ausência de discernimento ou imaturidade dos doentes psíquicos e os menores de determinada idade, condicionando-os à intervenção de outrem, tendo como finalidade precípua o intuito de resguardar o patrimônio do incapaz e a segurança das relações jurídicas, dificultou o reconhecimento de que seus interesses deveriam subordinar a família, sociedade e o Estado.

Esse enquadramento vincula crianças e jovens a uma negativa, a uma ausência de qualidade absoluta ou relativa, justamente no período cronológico em que a valorização de cada aspecto positivo torna-se um contributo motivador de inigualável importância para com o curso de desenvolvimento desses indivíduos. (VERONESE, 1999, p. 65).

Questionando essa perspectiva, que caracteriza como negativista, redutora e embasada em um adultocentrismo patrimonialista, Josiane Rose Petry Veronese (2012, p. 83), indaga ainda se não estaria esse sujeito de direitos sendo gradativamente sentenciado ao taxativo sinônimo de “negação” individual e social, reduzido à *não* capacidade, à *não* suficiência, à *não* maturidade e, conseqüentemente, à *não* eficiência, com graves repercussões decorrentes do efeito dos preconceitos negativos sobretudo naquele que se encontra no “ápice da formação do autoconceito”.

A limitação ao exercício dos direitos de que são titulares crianças e adolescentes, portanto, não pode ser concebida a partir dos critérios relativos à capacidade fixados na legislação civil, sob pena de negar-se a sua própria condição de sujeito em processo de desenvolvimento. Do ponto de vista dos direitos fundamentais, os critérios estabelecidos na legislação civil não podem suprimir ou restringir o exercício de qualquer

---

<sup>131</sup> De acordo com o Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil (art. 3º, I) e são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (artigo 4º, I).

direito de que a criança seja titular, mesmo quando contrário aos interesses de seu representante.

Esse excesso de proteção não pode redundar, portanto, na supressão do exercício dos direitos personalíssimos e da promoção da autonomia conferida à criança, como condição de seu próprio desenvolvimento, pois,

Se a autonomia (*rectius*, a liberdade individual) é fundamental para a constituição do sujeito como pessoa, será que poderíamos aplicar irrestritamente o regime das incapacidades para a criança e ao adolescente, ou eles poderiam ter resguardados espaços de autonomia, no que tange, principalmente, ao exercício de direitos personalíssimos? Seria possível alargar os confins da autonomia para aquele que embora não tenha alcançado a maioridade, seja dotado de discernimento quando estão em jogo seus interesses? (TEIXEIRA et al, 2008, p. 344).

Desse modo, a avaliação da capacidade de entendimento da criança, de acordo com sua etapa de desenvolvimento, deve ser avaliada em cada caso concreto para orientar as medidas a serem adotadas, garantindo-lhe o direito de ser ouvido e que sua opinião seja obrigatoriamente considerada, como estabelece o artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, superando-se a dicotomia entre a capacidade de direito e a capacidade de fato, como observa Pietro Perlingieri (2007, p. 260):

[...] é necessário superar a rígida separação, que se traduz em uma fórmula alternativa jurídica, entre minoridade e maioridade, entre incapacidade e capacidade (*retro*, cap. 7, § 110). A contraposição entre capacidade e incapacidade de exercício e entre capacidade e incapacidade de entender e de querer, principalmente nas relações não patrimoniais, não corresponde à realidade: as capacidades de entender, de escolher, de querer são expressões da gradual evolução da pessoa que, como titular de direitos fundamentais, por definição não transferíveis a terceiros, deve ser colocada na condição de exercê-los paralelamente à sua efetiva idoneidade, não se justificando a

presença de obstáculos de direito e de fato que impedem o seu exercício: o gradual processo de maturação do menor leva a um progressivo cumprimento à programática inseparabilidade entre titularidade e exercício nas situações existenciais.

Decorre daí que a emancipação no âmbito civil, instituto jurídico previsto no pelo qual se antecipa a capacidade para o exercício de direitos, extinguindo o poder familiar, de acordo com o artigo 1.635, inciso II, do Código Civil, não tem qualquer efeito jurídico em relação à limitação da proteção integral dos direitos fundamentais do seu titular em razão da idade, mesmo em face dos genitores, que continuam responsáveis pela sua garantia, inclusive em relação à reparação civil dos danos por eles causados.

O reconhecimento da autonomia da criança e do adolescente fica ainda mais claro em muitos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, como o de expressão e associação, educação ou saúde, que exigem um reconhecimento expresso da sua capacidade para exercê-los diretamente, ao que corresponde os deveres dos pais para orientá-los, de acordo com a evolução da sua capacidade<sup>132</sup>. Para Bruñol (2001, p. 57),

Na atualidade, ao contrário, se observa uma tendência em considerar cada vez mais a menoridade não como uma suposição de incapacidade de agir, mas como uma limitação à capacidade que se fundamenta em razão da proteção de seus direitos de acordo com a Convenção, e não somente de sua pessoa ou si mesmo e bens, como se estabelecia anteriormente<sup>133</sup> (tradução livre).

---

<sup>132</sup> Recentemente, reconhecendo a autonomia da criança para manifestar sua vontade em relação ao direito à vida e saúde, o Parlamento da Bélgica tornou-se o primeiro país a legalizar a eutanásia infantil sem qualquer limite de idade. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/parlamento-belga-aprova-eutanasia-para-criancas-11587473>. Acesso em: 24 abril 2014.

<sup>133</sup> “En la actualidad, en cambio, se observa una tendencia hacia considerar cada vez más a la minoría de edad no como un supuesto de incapacidad de actuar, sino como una limitación a la capacidad que se fundamenta en razones de protección de sus derechos de acuerdo con la Convención, y no solamente de su persona y bienes como se establecía anteriormente”. (BRUÑOL, Miguel

Essa distinção conceitual entre pessoa, personalidade e capacidade repercute até os dias atuais em certa dificuldade para o reconhecimento jurídico de interesses próprios da infância e adolescência, de acordo com Paulo Afonso Garrido de Paula (2002, p. 12), em virtude da construção de um sistema onde “a proteção de crianças e adolescentes revelou-se pela tutela do mundo adulto, sendo beneficiários apenas de uma espécie de proteção reflexa, de modo que somente indiretamente vislumbrava-se a proteção jurídica”. Desse ponto de vista,

Ainda que detentores de personalidade jurídica, a falta de capacidade de fato ou de exercício importava não conferir direitos a crianças e adolescentes, porquanto materialmente impedidos de exercitá-los, de modo que, os chamados direitos personalíssimos - aqueles que somente podem ser exercitados pelo seu titular - ordinariamente escapavam da lógica da construção jurídica. (PAULA, 2002, p. 14).

Somente com a Constituição Federal de 1988 é que se reconheceu a possibilidade de crianças e adolescentes participarem das relações jurídicas, na qualidade de titulares de direitos fundamentais juridicamente protegidos, como sujeitos de direitos, capazes, portanto, para o seu exercício, inclusive pessoal, rompendo com o sistema de proteção reflexa dos direitos dos adultos.

Embora até recentemente o Estatuto da Criança e do Adolescente prevísse expressamente a obrigatoriedade da manifestação do consentimento do adolescente apenas nas hipóteses de colocação em família substituta (art. 28, § 2º e art. 45, § 2º), com a edição da Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, como visto, foram incluídos como princípios orientadores da aplicação das medidas de proteção, a condição de criança e do adolescente como sujeito de direitos, a obrigatoriedade da informação e a oitiva obrigatória e participação nos processos que lhe digam respeito, implicando um dever de consideração de sua opinião pela autoridade judiciária competente, como reconhecimento e garantia de sua autonomia progressiva para participar

das decisões que lhe digam respeito e que repercutam no exercício de seus direitos fundamentais.

Paradoxalmente, o reconhecimento amplo da capacidade do adolescente para sujeitar-se à ação estatal socioeducativa quando acusado da prática de delito, é destacado por Paula (2002, p. 15):

O mesmo não se diga da capacidade de adquirir ou contrair obrigações, de vez que crianças e adolescentes sempre assumiram o peso das normas de caráter repressivo. A capacidade, portanto, sobre a ótica paradoxal: impossibilitados de exercer pessoalmente seus direitos civis, mas reconhecidamente capazes para suportar, inclusive fisicamente, as consequências das reprimendas estatais. Capazes quando em conflito com a lei, quando na qualidade de titulares de interesses juridicamente subordinados, quando considerados insurgentes pelo mundo adulto.

Sustenta-se nessa lógica contraditória a previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente de garantias individuais que autorizam o exercício pessoal dos direitos atribuídos ao adolescente ao qual é imputada a conduta prevista na lei penal (artigo 111), como a possibilidade de confrontar-se com vítimas e testemunhas (inciso II), o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente (inciso V) e de solicitar a presença dos pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (inciso VI), além daqueles específicos quando privados de liberdade previstos no artigo 124<sup>134</sup>.

---

<sup>134</sup> Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
- X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI - receber escolarização e profissionalização;

A aceitação expressa do adolescente da proposta de remissão, como forma de exclusão ou suspensão do processo e sua revisão (artigo 128), bem como a obrigatoriedade de sua intimação pessoal da sentença que aplicar medida privativa de liberdade, quando poderá manifestar diretamente seu desejo de recorrer (artigo 190), também se coadunam com o reconhecimento da sua autonomia para o exercício pessoal de direitos no âmbito da responsabilização socioeducativa, exigindo, como condição, que lhe seja garantido o direito de informação, de forma adequada ao seu estágio de desenvolvimento e sua capacidade de compreensão.

O conceito da criança como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento complementa a concepção de sujeito de direitos, ao estabelecer a proteção especial adequada a compensar as vulnerabilidades decorrentes da sua fragilidade em relação ao ser humano adulto, que implica a “necessidade de que seus direitos fundamentais, sob o ângulo do próprio direito material, sejam conformados, estruturados, de maneira diversa daquela pela qual se conformam os direitos fundamentais dos adultos”. (MACHADO, 2003, p. 121).

Como destaca Antonio Carlos Gomes da Costa (2013, p. 59),

A afirmação da criança e do adolescente como “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” não pode ser definida apenas a partir do que a criança não sabe, não tem condições e não é capaz. Cada fase do desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa, ou seja, a criança e o adolescente não são seres inacabados, a caminho de uma plenitude a ser consumada na idade adulta, enquanto portadoras de responsabilidades pessoais, cívicas e produtivas plenas. Cada etapa é, a sua maneira,

---

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.



um período de plenitude que deve ser compreendida e acatada pelo mundo adulto, ou seja, pela família, pela sociedade e pelo Estado. (grifos do autor).

A regra hermenêutica prevista expressamente no art. 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>135</sup> compõe, de acordo com o autor, o estatuto ontológico da infância e juventude na legislação brasileira, que, somada à condição jurídica de sujeito de direitos e à condição política de absoluta prioridade, passa a constituir em parte do tripé que configura a concepção da criança e adolescente, pedra angular do novo Direito.

Constituindo um direito da personalidade infantoadolescente ainda em fase de desenvolvimento, e, identificando essa condição com a possibilidade de formar a personalidade humana adulta, Martha Toledo de Machado (2003, p. 110), entende que essa condição peculiar deve ser reconhecida como direito fundamental do ser humano<sup>136</sup>, entendido como interesse essencial da criança ou adolescente que demanda proteção jurídica, “porque sem ela nem poderiam ser os demais direitos da personalidade adulta, ou a própria personalidade adulta”.

Os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são, por isso, especiais, e, de acordo com Antônio Carlos Gomes da Costa (1992, p. 26), decorrem das seguintes circunstâncias:

1 – a criança e adolescente ainda não terem acesso ao conhecimento pleno de seus direitos;

---

<sup>135</sup> Art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

<sup>136</sup> A autora sustenta que a Constituição concebeu os direitos fundamentais como um conceito materialmente aberto, ao menos na acepção de não restritos a uma condição topológica, nos termos do art. 5º, parágrafo 2º, que dispõe: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Nesse sentido, ao julgar a ADIN n. 939, o Supremo Tribunal Federal já admitiu que os direitos fundamentais da Constituição de 1988 não estão necessariamente posicionados no Título II. (MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003, p. 101-102).

- 2 – ainda não atingiram condições de defender seus direitos frente às omissões e transgressões capazes de violá-los;
- 3 – não contam com meios próprios para arcar com a satisfação de suas necessidades básicas;
- 4 – por se tratar de seres em pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sociocultural, a criança e o adolescente não podem responder pelo cumprimento das leis e demais deveres e obrigações inerentes à cidadania da mesma forma que os adultos.

Paulo Afonso Garrido de Paula (2002, p. 25) por sua vez, defende que os direitos fundamentais da criança têm natureza socioindividual, qualquer que seja o seu objeto, isto é, apresentam dupla titularidade, pertencem tanto aos próprios indivíduos como à sociedade, que pode exigir sua observância pelos meios legais disponíveis.

Assim, na efetivação de todos os direitos fundamentais de que são titulares crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, portanto, reside a própria essência da proteção integral, cuja concretização dependerá, precipuamente, da implementação das políticas sociais públicas, do reordenamento institucional e das práticas profissionais que viabilizem a sua autonomia progressiva, em condições de liberdade, respeito e dignidade.

Do ponto de vista da implementação e execução das políticas públicas, o reconhecimento da criança como sujeito de direito equivale a superar a concepção assistencialista que a considera simplesmente como portadora de necessidades, passando da política de assistência para a política de promoção da cidadania, ou, como indicam Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (1994), “das necessidades aos direitos”.

A promoção da assistência social insere-se a partir da Convenção no projeto mais amplo da construção da cidadania, do usufruto dos direitos, de todos os direitos na sua plenitude. Assim, a assistência social deixa de ser uma atividade fim, para ser assumida como atividade meio. Assistir para criar condições da própria criança e sua família superarem as situações de vulnerabilidade. Assistir a família para que ela possa assumir o

pleno desenvolvimento das crianças. (LA MORA, 2000).

Se na visão anterior, a criança era objeto de intervenção e o protagonismo era centrado na atuação das instituições (órgãos públicos e organizações não governamentais) para sua proteção, o deslocamento da centralidade para a criança como sujeito de direitos transforma os programas em meios para ajudá-la a construir a sua cidadania, ou, como elucida Luiz de La Mora (2000), “não é mais a criança que pertence a tal programa, é o programa que pertence à criança”.

Essa conformação também corresponde à necessária reorientação na dimensão da atuação do sistema judicial relativa aos direitos de liberdade, ligados à prática delitiva por adolescentes, pois, é a partir do reconhecimento da sua condição de sujeito de direitos fundamentais que lhe são expressamente estendidas todas as garantias constitucionais atribuídas ao cidadão adulto (reserva legal, culpabilidade, contraditório e ampla defesa), além de outras especiais, como a inimputabilidade penal das crianças e à excepcionalidade e brevidade da medida privativa de liberdade.

Tendo como núcleo central a exclusão de crianças e adolescentes do sistema penal dos adultos, o princípio maior do respeito à peculiar condição de crianças como pessoas em desenvolvimento, “em matéria criminal, pormenoriza-se, concretiza-se, na inimputabilidade penal de crianças e adolescentes. E numa inimputabilidade que tem contornos muito específicos”. (MACHADO, 2003, p. 233).

Suplantando o modelo fundado na perspectiva estigmatizante da infância empobrecida, a partir do reconhecimento da condição de crianças e adolescentes como titulares de direitos fundamentais de caráter universal, a atuação do Sistema de Justiça deve reorientar-se pelo seu respeito e promoção especial, respeitada a sua autonomia e as obrigações da família e da sociedade, com vistas à garantia do seu desenvolvimento saudável e ao exercício de sua cidadania plena.

### **3.1.2 O superior interesse da criança**

O conceito de “interesse da criança” apareceu pela primeira vez na Declaração dos Direitos da Criança de 1959, no seu princípio segundo, ao estabelecer que a promulgação de leis para a proteção especial para o seu desenvolvimento de forma saudável terá como consideração fundamental e atenderá ao “interesse superior da criança”. Posteriormente, o termo figurou em Convenções da Haia, de 1965, sobre

adoção e sequestro de crianças, tendo sido também expressamente prevista na Convenção sobre os Direitos da Criança, dispondo que:

#### Artigo 3

1 - Em todas as medidas relativas às crianças tomadas por instituições de bem-estar social públicas ou privadas, tribunais, autoridade administrativas ou órgãos legislativos, terão consideração primordial os interesses superiores da criança.

Além do princípio geral, o interesse superior da criança e do adolescente é previsto ainda em outros artigos da Convenção sobre os Direitos da Criança, como critério hermenêutico que deve orientar a sua aplicação, especialmente no que diz respeito ao direito à convivência familiar (artigos 9.1, 9.3, 20.1 e 21) e à educação (artigo 18).

De acordo com Tânia da Silva Pereira (1999, p. 2), a origem do princípio do superior interesse da criança identifica-se no instituto do *parens patriae*, segundo o qual “caberia ao Estado atuar como guardião de um indivíduo com uma limitação jurídica”, sobrepondo o bem-estar das crianças aos direitos de cada um dos pais.

Ainda que fruto do processo histórico de afirmação dos direitos humanos de crianças e adolescentes que, especialmente na cultura anglo-saxã, cumpriu um papel muito relevante, alguns autores observam com preocupação a aplicação do princípio do interesse superior da criança, que o reputavam como uma diretriz vaga, indeterminada e sujeita a múltiplas interpretações, que não permite que as decisões satisfaçam as exigências de segurança jurídica, pois, como salienta Mary Beloff (2008 p. 15), tem funcionado como um “cheque em branco”, não conseguindo impedir e, lamentavelmente, ainda sustentando a defesa da vigência de antigos institutos, permitindo estabelecer, mesmo sob o marco da Convenção sobre os Direitos da Criança, discussões em torno da já superada e obsoleta cultura tutelar.

Essa limitação também é abordada por Tânia da Silva Pereira (1999, p. 3-4), para quem,

Cabe, no entanto, um alerta para o perigo de sua aplicação por fundar-se na subjetividade de cada juiz, não deixando espaço para a consideração de outros interesses, também importantes, acarretando generalizações e dando margem à discricionariedade. Com isso, pode-se concluir

que não existe uma orientação uniforme, nem mesmo fatores determinantes do que venha a ser o “*melhor interesse*”. (grifos da autora).

Destarte, a partir do momento em que a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece limitações aos direitos da criança em função do seu interesse superior, permitindo a quem deva decidir, seja no âmbito judicial ou administrativo ou estabelecer qual seja o seu conteúdo em relação ao caso concreto, tem-se entendido que estaria permitindo uma discricionariedade que se coadunaria com as antigas práticas superadas.

Desse ponto de vista, afigura-se indispensável compreender o novo significado do princípio do superior interesse a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, favorecendo uma interpretação jurídica garantista que reduza razoavelmente a indeterminação e seja congruente com a finalidade de outorgar a mais ampla tutela efetiva aos direitos da criança, que deve orientar toda a conformação dos sistemas de proteção.

A Convenção elevou o interesse superior da criança ao caráter de norma fundamental, com um rol jurídico definido que, portanto, se projeta mais além do fundamento do ordenamento jurídico até as políticas públicas e, inclusive, orienta o desenvolvimento de uma cultura mais igualitária e respeitosa dos direitos de todas as pessoas<sup>137</sup>. (BRUÑOL, 1999, p. 70, tradução livre).

O interesse superior da criança deve, portanto, ser resituado no âmbito do novo marco normativo correspondente à Doutrina da Proteção Integral, que, reconhecendo-os como sujeito de direitos, estabelece obrigações de caráter imperativo para satisfação de seus

---

<sup>137</sup> “La Convención ha elevado el interés superior del niño al carácter de norma fundamental, con un rol jurídico definido que, además, se proyecta más allá del ordenamiento jurídico hacia las políticas públicas e, incluso, orienta el desarrollo de una cultura más igualitaria y respetuosa de los derechos de todas las personas”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. El interés superior del niño en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 70).

interesses, e, ainda, limitações à discricionariedade pelas autoridades responsáveis, que não podem sob esse argumento, afastar princípios gerais como o do contraditório e da ampla defesa.

Quando as crianças eram consideradas meros objetos dependentes de seus pais ou do arbítrio da autoridade, o princípio foi importante para ressaltar a necessidade de reconhecer a criança sua qualidade de pessoa; agora que, pelo menos no plano normativo, se reconheceu a criança como um sujeito portador de direitos, o princípio deve ser um mecanismo eficaz para opor-se à ameaça e violação dos direitos reconhecidos e promover sua proteção igualitária<sup>138</sup>. (BRUÑOL, 1999, p. 77, tradução livre).

Se anteriormente à Convenção sobre os Direitos da Criança, o conteúdo relacionado ao seu interesse estava vinculado à própria essência do direito material protegido, exercendo apenas a função de orientação e princípio hermenêutico que fundamentavam a subjetividade e discricionariedade judicial, a proclamação de um catálogo de direitos subjetivos promovida com a implementação do sistema especial de proteção, restringiu a sua esfera de aplicação, na medida em que o vincula diretamente à sua satisfação.

Ao contrário, como salienta Miguel Cillero Bruñol (1999, p. 79), no esquema paternalista/autoritário, o interesse superior “tinha sentido enquanto existissem pessoas que por sua incapacidade não lhes reconheciam direitos e em seu lugar se definiam poderes-deveres aos adultos que devem dirigir-se a sua proteção”, cabendo ao princípio “iluminar a sua consciência para que tome a decisão correta”.

---

<sup>138</sup> “Cuando los niños eran considerados meros objetos dependientes de sus padres o de la arbitrariedad de la autoridad el principio fue importante para ressaltar la necesidad de reconocer al niño su calidad de persona; ahora que al menos en el plano normativo, se ha reconocido al niño como un sujeto portador de derechos, el principio debe ser un mecanismo eficaz para oponerse a la amenaza y vulneración de los derechos reconocidos y promover su protección igualitaria”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. El interés superior del niño en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 70).

Definindo o princípio do superior interesse como “a satisfação de seus direitos em todas as legislações nacionais que pretendam outorgar-lhe efetividade e exigibilidade dos direitos consagrados na Convenção”, o autor (1999, p. 80) destaca ainda sua função de garantia da vigência dos demais direitos que consagra, quer dizer, o princípio tem sentido na medida em que existem direitos e titulares (sujeitos de direitos) e que os adultos e as autoridades se encontram limitadas por esses direitos.

Emilio Garcia Mendez e Mary Beloff (1999, p. 77) compartilham essa compreensão, considerando-o como um princípio “que se impõe às autoridades, isto é, obrigatório, especialmente, para as autoridades públicas e é dirigido precisamente contra elas”, de caráter juridico-garantista, na medida em que se constituem como um vínculo normativo idôneo para assegurar a efetividade dos direitos subjetivos.

Dessa forma, o interesse superior da criança pressupõe a vigência e satisfação simultânea de todos seus direitos para garantia de sua proteção integral e desenvolvimento adequado, orientando que sempre deva ser tomada aquela medida que assegure a máxima satisfação dos direitos com a menor restrição possível, isto não apenas considerando a quantidade de direitos afetados, mas também sua importância em relação às suas necessidades prementes.

A propósito, Josiane Rose Petry Veronese (1999, p. 691-692) entende que,

A noção de “interesse maior da criança” resulta em considerá-la não como um conjunto de necessidades, de carências, de patologias merecedoras de atenção, objetos de ações assistencialistas, mas antes, compreendê-la enquanto *sujeito de direito*. Essa categoria encontra sua expressão mais significativa na própria concepção de Direitos Humanos de Lefort: “o direito a ter direitos”, ou seja, a dinâmica dos novos direitos surge a partir dos direitos já conquistados. Desse ponto de partida, o sujeito de direitos seria o indivíduo apreendido do ordenamento jurídico com possibilidade de, efetivamente, ser um sujeito cidadão. (grifos da autora).

Todavia, adverte Gustavo Ferraz de Campos Monaco (2005, p. 179-180), que a aproximação das categorias de interesse e direito da criança pode permitir sua restrição baseada na discricionariedade do juiz

ou mesmo na manifestação da criança, constituindo-se em armadilha para caracterização de abusos interpretativos que culminaram no reconhecimento de uma nova forma de colocação das crianças diante de suas responsabilidades e deveres, restringindo ainda mais seus direitos.

Com efeito, o interesse teria perdido, ao longo do tempo, a sua função de orientação e de princípio de hermenêutica central (impresso já na Declaração dos Direitos da Criança de 1959), cedendo espaço para a categoria dos direitos das crianças, de conteúdo menos ambivalente e incerto. Isso se dá na exata medida em que se tenha tentado aproximar as categorias por meio da definição de um direito subjetivo, enquanto um interesse particularmente qualificado pela norma.

E conclui:

Nesse sentido, então, no que sempre esteve inscrito um princípio reitor da atividade legislativa e das políticas atinentes às crianças, procurou-se enxergar um verdadeiro direito subjetivo que pudesse ser, como todo direito subjetivo, exigido direta e coercitivamente.

No âmbito político, o interesse superior constituir-se-ia como um dos princípios primordiais a serem considerados pelo Estado na definição de suas políticas públicas, como pelo Estado-juiz, que, em sua atividade de interpretação e aplicação das normas jurídicas, deve dar-lhe uma aplicação consentânea com as necessidades reais das crianças, para concretização dos seus direitos subjetivos consagrados na lei.

A prevalência e a prioridade na formulação das políticas públicas para garantia da efetividade dos direitos de crianças e adolescentes, portanto, também se constitui como pressuposto intrínseco ao princípio do superior interesse, já que sua satisfação não pode ser limitada por outros interesses privados ou mesmo coletivos de terceiros, na medida em que a própria Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece a sua consideração primordial em todas as medidas que os afetem. Tal garantia, estende-se a todas as autoridades legislativas, judiciais e a todas as autoridades administrativas e instituições públicas ou privadas.

Desta maneira, assinala Alessandro Baratta (1999, p. 32),



[...] o critério do “interesse superior da criança” se converte no princípio de relevância universal do interesse da criança, o qual implica a transversalidade das políticas públicas e das medidas internacionais dirigidas à proteção dos direitos das crianças. Isto quer dizer que a proteção destes direitos não é necessariamente somente tarefa de instituições particulares com uma competência específica, mas de uma estratégia geral que potencialmente interessa a qualquer instituição pública ou privada e a qualquer órgão do Estado ou de suas entidades territoriais e da comunidade internacional. Este princípio exige a coordenação e a sinergia de todos os atores competentes<sup>139</sup>. (tradução livre, grifos do autor).

Qualquer que seja sua natureza, o exercício da autoridade também deve considerar, ademais, os princípios da autonomia progressiva da criança no exercício de seus direitos e de participação em todos os assuntos que o afetem (artigos 5º e 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança), rompendo com a ideia de que caberia apenas ao adulto definir o que deva ser o superior interesse da criança, já que ela própria está legitimada a falar por si, compreendendo-a a partir de seus próprios interesses. Como ressalta Eduardo Melo (2011, p. 24), passa-se, com isso, a

[...] reconhecer-lhes graus de protagonismo (*agency*) e se culmina com um outro

---

<sup>139</sup> “[...] El criterio del ‘interés superior del niño’ se convierte en el principio de la relevancia universal del interés del niño, lo cual implica la transversalidad de las políticas públicas y de las medidas internacionales dirigidas a la protección de los derechos de los niños. Esto quiere decir que la protección de estos derechos no es necesariamente solo la tarea de instituciones particulares con una competencia específica, sino de una estrategia general que potencialmente interesa a cualquier institución pública o privada y a cualquier órgano del Estado o de sus entidades territoriales y de la comunidad internacional. Este principio exige la coordinación y la sinergia de todos los actores potencialmente competentes”. (BARATTA, Alessandro. *Infancia y Democracia*. In: MÉNDEZ, Emilio García; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 32).

entendimento e a possibilidade de reconhecimento de sua subjetividade jurídica. Isto se dá porque a ideia de “interesse” toma as crianças como ponto de referência primário, fazendo com que se mediem a si mesmas e permite-lhes fazer reclamações, postulações, cobranças de responsabilidade e de oportunidades para expressão de suas opiniões. (MELO, 2011, p. 24, grifos do autor).

Por isso, para o autor, a Doutrina da Proteção Integral teria provocado um deslocamento do princípio, não se justificando mais uma postura paternalista e discricionária, mas de garantia de concreção e realização dos seus direitos, considerando a criança como protagonista do próprio processo educacional e da realização do seu interesse superior.

Essa orientação também deve ser considerada no âmbito de suas relações familiares, na medida em que o superior interesse da criança deve constituir preocupação básica dos pais, como dispõe o artigo 18.1 da Convenção sobre os Direitos da Criança, pois também a família deve se ater à observância do princípio para a tomada de qualquer decisão que lhe diga respeito. Apenas em caráter supletivo caberá ao Estado definir o que corresponde ao melhor interesse da criança, já que, de acordo com o disposto nos artigos 5, 18 e 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados-Partes devem respeitar os direitos e deveres dos pais, assegurando que ambos tenham obrigações comuns (artigo 18).

O Estado tem o dever de apoiar os pais neste papel, mas também o dever de garantir às crianças que sua criação e sua educação sejam direcionadas ao alcance da autonomia no exercício de seus direitos. Os papéis parentais não são direitos absolutos, nem meramente poderes-deveres, são direitos limitados pelos direitos das próprias crianças, isto é, por seu interesse superior<sup>140</sup>. (BRUÑOL, 1999, p. 84, tradução livre).

---

<sup>140</sup> “El Estado tiene el deber de apoyar a los padres en este rol, pero también el deber de garantizar a los niños que su creación y su educación se dirija hacia el logro de la autonomía en el ejercicio de sus derechos. Los roles parentales no son derechos absolutos, ni meramente poderes-deberes, son derechos

Como princípio interpretativo, o interesse superior serve, sobretudo, para a solução de conflitos de interesse entre uma criança e outra pessoa, como no caso de dissolução do casamento, orientando que os seus interesses sobreponham-se aos dos pais ou instituições.

Luiz Edson Fachin (1996, p. 125), se refere ao citado princípio como um critério significativo na decisão e na aplicação da lei, revelando “um modelo que, a partir do reconhecimento da diversidade, tutela os filhos como seres prioritários nas relações paterno-filiais e não mais apenas a instituição familiar em si mesma”.

Essa função hermenêutica contempla, sobretudo, a possibilidade de interpretar sistematicamente as disposições do Direito da Criança e do Adolescente, que, em seu conjunto, devem assegurar o direito ao desenvolvimento saudável, reconhecendo o seu caráter integral, pois, como salienta Miguel Cillero Bruñol (1999, p. 81), “a noção de interesse superior refere a esse conjunto sistemático e comporta uma interpretação holística da Convenção”.

A resolução dos conflitos entre um ou mais direitos previstos na própria Convenção sobre os Direitos da Criança deve ser orientada pelo seu interesse superior, recorrendo à ponderação dos direitos em confronto para estabelecer uma possível ordem de precedência, ainda que considerada a sua interdependência, bem como para preencher vazios ou lacunas legais ou decidir nos casos em que não exista norma expressa.

No Brasil, o Código de Menores de 1979 previa a aplicação do princípio em seu artigo 5º, dispondo que “na aplicação desta lei, a proteção aos interesses do menor sobrelevará qualquer outro bem ou interesse juridicamente tutelado”. Nessa perspectiva, sobrepondo os superiores interesses do menor sobre qualquer outro bem ou interesse juridicamente tutelado, “o espaço da ação judicial e estatal era absoluto, ficando o destino e a vida da criança e do jovem à mercê da vontade do bom Juiz”. (PEREIRA, 2000, p. 13).

Por fim, vale salientar que, com o advento da Constituição Federal de 1988, na incorporação da Convenção sobre os Direitos da

---

limitados por los derechos de los propios niños, es decir, por su interés superior”. (BRUÑOL, Miguel Cillero. El interés superior del niño en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 84).

Criança no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 99.710/1990, a tradução do seu artigo terceiro considerou o critério quantitativo para sua definição, ao definir que todas as ações relativas às crianças devem considerar, primordialmente, o seu “interesse maior”. Essa opção pelo critério quantitativo na tradução, não correspondeu, de acordo com Tânia da Silva Pereira (1999, p. 6), à expressão original, devendo-se optar pelo conceito qualitativo “melhor interesse da criança”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, todavia, com as alterações promovidas pela Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, adotou a denominação “interesse superior” da criança, como dispõe o princípio previsto no artigo 100, inciso IV, estabelecendo a consideração prioritária dos interesses e direitos da criança e do adolescente nas hipóteses de intervenção.

Ainda em relação ao conteúdo do texto traduzido, Dolinger (2003, p. 90) salienta que “*a primary consideration*” como consta do texto em inglês, uma das línguas oficiais da ONU, corresponde a “uma consideração primordial”, ou seja, uma dentre outras considerações básicas, e não “primordialmente”, como se fora a única e exclusiva, ou, pelo menos, a mais importante consideração, o que entende representar uma involução.

As preocupações quanto à aplicação do princípio no ordenamento nacional igualmente se reportam aos riscos decorrentes da ampliação da discricionariedade que, com o mesmo fundamento, sustentou a Doutrina revogada. Essa é a posição também assinalada por Martha Toledo Machado (2003, p. 168) no sentido de que, fora do sistema de garantias, o interesse superior,

[...] é uma casca oca que nada assegura: a prática judiciária brasileira sob a égide do Código de Menores é pródiga na demonstração que esse tipo de noção vaga – enquanto limitada e isolada em genérico e impreciso interesse superior da criança, como referido no artigo 5º da revogada Lei n. 6.697/79 - acaba por se transmudar na justificativa para o mais sombrio arbítrio judicial e para as mais fundas violações dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, porque revestidas da força coercitiva do Estado.

A partir da implantação do novo paradigma jurídico da Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente no ordenamento jurídico nacional, o princípio do interesse superior assume novos

parâmetros e indicadores de aplicação, voltados, como visto, para a realização dos seus direitos fundamentais, visando a orientar, desde a implementação das políticas públicas, as decisões individualizadas a serem adotadas pela própria família ou autoridades administrativas, como o próprio Conselho Tutelar ou judiciais, em última instância.

### **3.1.3 Prioridade absoluta**

O reconhecimento de crianças e adolescentes como titulares de direitos humanos pela Convenção sobre os Direitos da Criança pressupõe que a sua efetivação possa ser garantida por meio de políticas públicas sociais, de caráter universal, que constituem a essência da Doutrina da Proteção Integral, independentemente da consideração acerca da natureza dos direitos juridicamente protegidos, sejam individuais (de liberdade, civis ou políticos) ou sociais (de igualdade), já que ambos correspondem a prestações a serem exigidas em face do Estado.

A necessidade de proteção e cuidados especiais, em razão da própria fragilidade e da condição peculiar como pessoa em desenvolvimento, demanda, como visto, que todos os esforços sejam empreendidos para a sua concretização. A Convenção sobre os Direitos da Criança, embora amplie a proteção reconhecendo pela primeira vez, em um único tratado, direitos civis e políticos e também direitos econômicos, sociais e culturais, limita esse reconhecimento às possibilidades de desenvolvimento e meios financeiros de cada país (artigos 4º e 27.2).

Tal disposição, todavia, não implica em qualquer restrição em relação à efetividade exigida pela norma internacional, na medida em que, da interpretação sistemática do texto, a satisfação dos interesses superiores da criança, prevista como uma consideração primordial, corresponde à efetiva concretização de seus direitos fundamentais, como antes analisado, devendo orientar a formulação preferencial das políticas públicas sociais.

A orientação e o compromisso da comunidade internacional em dar “a mais alta prioridade” à satisfação dos direitos das crianças estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança foram expressamente formalizados na Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, proclamada no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado na Organização das Nações Unidas, em Nova York, nos dias 28 a 30 de setembro de 1990, com a adoção de um Plano de Ação para a década, pelo qual os

líderes mundiais comprometeram-se a melhorar a saúde das crianças e suas mães, combater a desnutrição e o analfabetismo e erradicar as doenças que as afetam.

Recentemente, o Comitê dos Direitos da Criança reafirmou tal interpretação, estabelecendo na Observação Geral n. 14, de 29 de maio de 2013, que o interesse superior da criança deve ser uma consideração primordial e não pode estar no mesmo nível das demais considerações no cumprimento das obrigações pelos Estados, com a alocação dos recursos nacionais para os programas e medidas destinadas a tornar efetivos os seus direitos<sup>141</sup>.

A não observância desses compromissos é identificada como um dos grandes obstáculos e dificuldades no que se refere à resistência para desenvolver as políticas sociais necessárias para o cumprimento do novo Direito da Infância, como destaca Luigi Ferrajoli (1999, p. XVIII):

As causas das violações dos direitos da criança radicam, fundamentalmente, tanto na pobreza endêmica, quanto nas escandalosas desigualdades sociais, responsáveis pela exploração do trabalho infantil, dos diversos estados de abandono e da delinquência juvenil, que é provavelmente, em termos quantitativos, uma delinquência de subsistência. É claro que a efetividade dos direitos da criança – do direito à alimentação, à sobrevivência e à saúde, assim como o direito real à família e à educação – requerem, não menos que a prevenção da delinquência juvenil, uma decidida política de gasto público em matéria educacional e de assistência às famílias mais necessitadas. Esta política, não somente resulta imposta pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança,

---

<sup>141</sup> “15. Para garantizar el cumplimiento de esas obligaciones, los Estados partes deben adoptar una serie de medidas de aplicación de conformidad con los artículos 4, 42 y 44, párrafo 6, de la Convención, y velar por que el interés superior del niño sea una consideración primordial en todas sus actuaciones; entre esas medidas, cabe citar: [...]”

d) Reafirmar el interés superior del niño en la asignación de los recursos nacionales para los programas y las medidas destinados a dar efectos a los derechos del niño, así como en las actividades que reciben asistencia internacional o ayuda para el desarrollo; [...]” Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11). Acesso em: 22 abril 2014.

mas que também exige, tal como estabelecem os pactos internacionais sobre direitos econômicos e sociais de 1966, o compromisso das instituições internacionais e a cooperação dos países mais ricos.<sup>142</sup> (tradução livre).

É da própria condição dinâmica do desenvolvimento da criança e do adolescente, cujos direitos são essencialmente efêmeros e transitórios, alterando-se de acordo com a rapidez das transformações que são próprias de cada etapa da vida, que se impõe a realização imediata dos seus direitos.

Os direitos da criança e do adolescente devem ser validados com a presteza necessária para que sirvam, no tempo certo, como alicerces do desenvolvimento pessoal e garantias da integridade. Depois é tarde, as necessidades foram embora, ficando apenas as consequências irreparáveis da invalidação dos direitos, representada muitas vezes pela morte, debilidade física ou mental, ignorância, ausência de instrumental para enfrentar os desafios do cotidiano, psicoses, neuroses, etc. (PAULA, 2002, p. 40).

A incorporação da Doutrina da Proteção Integral no Direito brasileiro pela Constituição Federal de 1988, antes mesmo da ratificação

---

<sup>142</sup> “Las causas de las violaciones de los derechos del niño, radican fundamentalmente, tanto en la pobreza endémica, cuanto en las escandalosas desigualdades sociales, responsables de la explotación del trabajo infantil, de los diversos estados de abandono y de la delincuencia juvenil, que es prevalentemente, en términos cuantitativos, una delincuencia de subsistencia. Es claro que la efectividad de los derechos del niño – de derecho a la alimentación, a la sobrevivencia y a la salud, así como el derecho real a la familia y a la educación – requieren, no menos que la prevención de la delincuencia juvenil, una decidida política del gasto público en materia escolar y de asistencia a las familias más necesitadas. Esta política, no solo resulta impuesta por la Convención Internacional de los Derechos del Niño, sino que también exige, tal como lo establecen los pactos internacionales y la cooperación de los países más ricos”. (FERRAJOLI, Luigi. Prefácio. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. XVIII).

da Convenção sobre os Direitos da Criança, como visto, representou verdadeiro avanço em determinados aspectos, e, especialmente, na previsão do princípio constitucional da prioridade absoluta para a concretização dos direitos da criança e do adolescente consagrados no artigo 227 e posteriormente regulamentado pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>143</sup>, prevendo um rol mínimo de preceitos de aplicação cujo cumprimento também se aplica à família e à sociedade, no âmbito de suas respectivas atribuições e recursos, pressupondo um sistema legal que deva garantir a sua efetivação.

Ao analisar as hipóteses elencadas no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Josiane Rose Petry Veronese e Mayra Silveira (2011, p. 35) observam que “a enumeração não pretende ser exaustiva, pois a lei não poderia especificar todas as situações em que se deverá assegurar a preferência à infância e à adolescência, tampouco todas as formas de garanti-la”. No mesmo sentido é a posição de Dalmo Dallari (2013, p. 47), para quem a enumeração contida no parágrafo representa o mínimo exigível e é indicativa de como se deverá dar efeito prático à determinação constitucional.

Independentemente da distinção estrutural que se insere a problemática dos direitos fundamentais, num primeiro plano, é possível identificar que os direitos de crianças e adolescentes elencados no artigo 227 da Constituição e no Livro I do Estatuto da Criança e do Adolescente encerram obrigações prestacionais pelo Estado, especialmente para assegurar-lhes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento das crianças e adolescentes, como critério de especificação que garante a

---

<sup>143</sup> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.



dignidade humana dessa etapa do desenvolvimento da personalidade, constitui, portanto, o fundamento do dever de prestação positiva para o asseguramento dos seus direitos fundamentais, situados, portanto, num mesmo patamar, independentemente da natureza da obrigação de que resultam. Como salienta Cláudia Maria Carvalho do Amaral Vieira (2012, p. 168-169),

A prioridade absoluta concretiza a dignidade da criança e do adolescente na medida em que, pela especificidade de serem pessoas humanas em desenvolvimento, justifica-se a prevalência dos seus direitos sobre os demais, sem o que a proteção dos seus direitos ficaria generalizada no bloco isonômico de proteção, privando-lhe de toda possibilidade de concretização estampada no programa emancipatório e transformador presente nos textos de 1988 (Constituição Federal), 1989 e 1990 (respectivamente, Convenção sobre os Direitos da Criança e Estatuto da Criança e do Adolescente).

Também no dever de solidariedade social que fundamenta o princípio da humanidade, característico do Estado Democrático de Direito, sustenta-se o elemento ético do princípio, pois, de acordo com Jason Albergaria (1991, p. 30),

Já se acentuou que na sociedade permissiva é frágil esse sentimento de responsabilidade social ou ausência de humanidade, o que exacerba a marginalidade social e a delinquência do “menor”. No Estado Democrático de Direito, porém, manifesta-se a coresponsabilidade da sociedade e do estado na ajuda e assistência social em prol da criança e do adolescente. (grifos do autor).

Esse sistema especial de proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes assegurado pelo ordenamento brasileiro, fundado na compreensão de que, por se acharem na peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, e, por isso, demandam obrigações positivas que devem ser observadas com a absoluta prioridade pelos obrigados, estabelece ainda a preferência na sua efetivação, quando cotejados com os direitos dos adultos.

Essa relativização estrutural dos direitos fundamentais a partir do primado da prioridade absoluta, todavia, não implica desprezar os direitos fundamentais do mundo adulto, “o que somente ocorre quando o aplicador do direito envereda-se pela vesguice de enxergar a criança e o adolescente dissociado da família e do contexto social em que se encontra inserido”. (PAULA, 2011, p. 101). Também nesse sentido, Martha Toledo Machado (2003, p. 392) assevera que,

Quero concluir que a expressão prioridade “absoluta” num plano maior de análise, tem no texto constitucional a acepção de “prioridade primeira”, de “prioridade número um” da Nação, como meio de equilibrar a desigualdade fática decorrente da peculiar condição de pessoa em desenvolvimento e como meio de obtenção da redução das desigualdades sociais a que alude o art. 3º, da CF; o sentido de, como regra geral, colocar os interesses de crianças e adolescentes num plano superior aos interesses dos adultos, à luz desses valores maiores, não o sentido de anular os direitos fundamentais dos adultos ou de reduzir a sua dignidade humana a patamar menos relevante. (grifos da autora).

No entanto, ainda que a razoabilidade jurídica oriente tal escolha, afastar a prioridade absoluta significa suprimir a especificidade dos direitos da criança e do adolescente, situá-los no mesmo patamar dos demais titulares dos direitos fundamentais ou, como bem aponta Eduardo Melo (2011, p. 60), retirar dos seus interesses a superioridade afirmada pelo princípio consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança e no artigo 100, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, somente com a efetivação dos direitos fundamentais é que a proteção integral de crianças e adolescentes se materializa por meio do acesso às condições necessárias para a sua integridade e desenvolvimento, mediante atuação positiva do Estado, evidenciando que, qualquer programa efetivo neste sentido deve estar estreitamente vinculado a medidas sociais mais abrangentes e a um processo de profundas reformas da estrutura socioeconômica de cada país.

O princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 e regulamentado pelo

ECA, aquele da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, não se fundamenta apenas em sentimentos. É a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que assegura este princípio. Grande parte do desenvolvimento físico e mental do ser humano ocorre nos primeiros anos de vida. É nesse período que a criança vive sua única chance de desenvolver normalmente seu potencial físico, mental e genético. Não há uma segunda chance. Ao deixar de institucionalizar a ética da prioridade absoluta, a sociedade fracassa. [...] A ética da prioridade absoluta entende que sempre poderá haver algo mais urgente, mais que nunca poderá haver algo mais importante. O coração ou cérebro de uma criança não pode esperar por um novo “pacote” do governo, pelo novo orçamento do município, nem que seu pai arrume um emprego, muito menos que o Congresso volte de seu recesso. Crianças que não recebem atenção são crianças que, potencialmente, se voltarão contra o mundo que as ignorou<sup>144</sup>. (grifos dos autores).

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 criou um sistema especial de proteção que lhes garante eficácia plena e imediata no cumprimento das obrigações de asseguramento que dele derivam, independentemente da sua natureza ou de qualquer condição, prevendo expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente que o seu não oferecimento ou oferta irregular corresponde às ações de responsabilidade:

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I - do ensino obrigatório;

---

<sup>144</sup> Trecho do texto *Ética da Prioridade Absoluta*, enviado pela Pastoral do Menor do Rio Grande do Sul à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, no processo de confecção do Livro Relatório Azul, 1995. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_relatorio\\_azul/r\\_azul\\_1995.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_relatorio_azul/r_azul_1995.pdf). Acesso em: 22 abril 2014.

- II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV - de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- V - de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;
- VI - de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;
- VII - de acesso às ações e serviços de saúde;
- VIII - de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.
- IX - de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes;
- X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção.

Elegendo um rol que não exclui da proteção judicial outros interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência, protegidos pelo ordenamento jurídico, o dispositivo legal indica que a centralidade das políticas sociais básicas<sup>145</sup> dirigidas a todas as crianças e adolescentes enquanto titulares de direitos fundamentais especiais constitui pressuposto da Doutrina da Proteção Integral, cabendo às políticas assistenciais a sua suplementação direcionada à proteção social nas situações de vulnerabilidade ou violação de direitos, como previsto na lei.

Como anota Alessandro Baratta (1999, p. 33-34):

O princípio central da estratégia dirigida a implementar uma proteção integral dos direitos da infância é o de restabelecer a primazia das políticas sociais básicas, respeitando a proporção

---

<sup>145</sup> Conforme assinala Alessandro Baratta (1999, p. 33), as políticas sociais básicas, na visão das Nações Unidas, caracterizam-se por atender às seguintes necessidades: “levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno”.

entre estas e as outras políticas públicas previstas na Convenção. Isto significa, em primeiro lugar, que as políticas sociais básicas têm uma função primária e geral e, a respeito destas, todas as outras políticas devem ser subsidiárias e residuais; em segundo lugar, que a concepção dinâmica do princípio da igualdade importa aos Estados-Parte da Convenção e da comunidade internacional respectivamente, o respeito a um padrão mínimo das normas do Estado social e de uma regulação do desenvolvimento econômico que respeite os critérios do desenvolvimento humano e não lhe seja contrário. As normas da Convenção oferecem exemplos eloquentes de uma concepção dinâmica da igualdade em relação às regras do Estado de bem-estar e da solidariedade internacional (que aponta a uma classe diferente de globalização da que conhecemos hoje). [...] A extensão do catálogo dos direitos de prestação por parte do Estado na Convenção não é somente devida à amplitude e especificidade, mas também ao fato de que parte dos direitos civis e de liberdade que as crianças gozam no sistema da Convenção não estão contemplados somente de maneira negativa, ou seja, como direitos de proteção mas que se adicionam direitos complementares de prestação por parte do Estado<sup>146</sup>. (tradução livre).

---

<sup>146</sup> “El principio central de la estrategia dirigida a implementar una protección integral de los derechos de la infancia es el de restablecer la primacía de las políticas públicas sociales básicas, respetando la proporción entre éstas y otras políticas públicas sociales previstas en la Convención. Esto significa, en primer lugar, que las políticas sociales básicas tienen una función primaria y general y que con respecto a éstas, todas las otras políticas deben ser subsidiarias y residuales; en segundo lugar, que la concepción dinámica del principio de igualdad impone a los Estados-parte de la Convención y a la comunidad internacional respectivamente, el respeto de un *standar* mínimo de las normas del Estado social y de una regulación del desarrollo económico que respete los criterios y no sea contrario a ellos. [...] La extensión del catálogo de los derechos de prestación por parte del Estado en la Convención no es solamente debida a la amplitud y especificidad sino también al hecho de que una parte de los derechos civiles y de libertad de que los niños gozan en el sistema de la Convención no están contemplados solamente de manera negativa, es decir, como derechos de protección sino que se añaden derechos complementarios de prestación por parte del Estado (BARATTA, Alessandro.

Seguindo a classificação de Emilio Garcia Mendez, o autor indica que,

[...] as políticas públicas de proteção das crianças no marco da Convenção se distribuem em quatro níveis. Estas se apresentam [...] na forma de uma pirâmide, cuja área diminui quanto mais nos afastamos da base até o topo. A parte mais larga, está representada pelas políticas sociais básicas (escola, saúde). No segundo nível, encontramos as políticas de ajuda social (medidas de proteção em sentido estrito); mais acima, as políticas correicionais (medidas socioeducativas de resposta à delinquência juvenil), e, finalmente, as políticas institucionais que se referem à organização administrativa e judicial, quer dizer, aos direitos processuais fundamentais de crianças e adolescentes<sup>147</sup>. (BARATTA, 1999, p. 32, tradução livre).

A proteção integral e prioritária é ainda prevista como princípio estabelecido no artigo 100, parágrafo único, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, na qual se insere a responsabilidade primária e solidária do Poder Público, nas suas três esferas de governo, na plena efetivação dos direitos assegurados à criança e adolescente (inciso III)

---

Infancia y Democracia. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 33-34).

<sup>147</sup> “[...] las políticas públicas de protección de los niños en el marco de la Convención, se distribuen en cuatro niveles. Estos se presentan [...] en la forma de una pirámide cuya área disminuye cuanto más nos desplazamos desde la base hacia la cúspide. La sección más ancha está representada por las políticas sociales básicas (escuela, salud). En el segundo nivel encontramos las políticas de ayuda social (medidas de protección em sentido estricto); más arriba las políticas correccionales (medidas socio-educativas de respuesta a la delincuencia juvenil), y finalmente las políticas institucionales que se refieren a la organización administrativa y judicial, es decir, a los derechos procesales fundamentales de los niños” (BARATTA, Alessandro. Infancia y Democracia. In: MÉNDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999, p. 32).

na garantia da preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Afastando qualquer entendimento que obstaculize a exigibilidade imediata e prioritária dos direitos da criança e do adolescente, como os fundamentados na violação ao princípio da separação dos poderes, da supremacia da discricionariedade administrativa na adoção de política pública e na ausência de previsão orçamentária, o Supremo Tribunal Federal<sup>148</sup> e o Superior Tribunal de Justiça<sup>149</sup> já assentaram a obrigatoriedade de seu cumprimento pelo Poder Executivo.

Dessa forma, ainda que não se insira, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário, a de formular e implementar as políticas públicas, cujo encargo reside, primariamente, aos Poderes Legislativo e Executivo, a garantia da proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente constitucionalmente assegurados, poderá exigir, excepcionalmente, a sua atuação nesse sentido, quando a omissão puder comprometer a sua própria eficácia e a integridade.

Soma-se a tais fatores uma cultura jurídica formada a partir de uma visão individualista das lides passíveis de apreciação pelo Judiciário, um apego demasiado à forma que a concepção da instrumentalidade do processo ainda não conseguiu vencer e certa automatização das

---

<sup>148</sup> Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial n. 581352/AM. Segunda Turma. Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 29.10.2013. Do corpo do acórdão extrai-se: “Salientei, então, em referida decisão, que o Supremo Tribunal Federal, considerada a dimensão política da jurisdição constitucional outorgada a esta Corte, não pode demitir-se do gravíssimo encargo de tornar efetivos os direitos econômicos, sociais e culturais que se identificam – enquanto direitos de segunda geração (ou de segunda dimensão) – com as liberdades positivas, reais ou concretas. (RTJ 64/158-161, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 199/1219-1220, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.). É que, se assim não for, restarão comprometidas a integridade e a eficácia da própria Constituição, por efeito de violação negativa do estatuto constitucional, motivada por inaceitável inércia governamental no adimplemento de prestações positivas impostas ao Poder Público, consoante já advertiu, em tema de inconstitucionalidade por omissão, por mais de uma vez (RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO), o Supremo Tribunal Federal [...]”.

<sup>149</sup> Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 577.836/SC. Primeira Turma. Relator Ministro Luiz Fux, julgado em 21.10.2004.

decisões derivada do volume excessivo de feitos. A combinação desses elementos, não raras vezes, aliada a uma ideologia conservadora, compreensiva de um direito limitado à igualdade meramente formal, traduz-se em uma prática jurisdicional, notadamente em segundo grau, divorciada da premente necessidade de validação dos direitos sociais. (PAULA, 2002, p. 61-62).

Vale lembrar ainda que a garantia legal e constitucional da absoluta prioridade para defesa, promoção e efetivação dos direitos e interesses infantoadolescentes também se aplica à atuação do Sistema de Justiça, indo além da sua exigibilidade em face dos órgãos responsáveis pelo seu atendimento, dos quais se cobra uma atuação prioritária e especializada, com repercussões no âmbito da prioridade na tramitação processual, como preveem os artigos 152, parágrafo único e 199-C, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Decorrente do princípio constitucional da tempestividade da tutela jurisdicional, acrescentado no inciso LXXVII ao artigo 5º, por força da Emenda Constitucional n. 45/2004, dessa garantia subsume-se a rápida solução dos processos que tratem de matéria da infância e juventude, assegurada a sua duração razoável, considerada ainda a perspectiva de acelerado desenvolvimento da criança e do adolescente e a ineficácia do provimento jurisdicional.

Na tramitação dos processos junto à Justiça da Infância e Juventude, a prioridade absoluta é insita por força dos citados dispositivos legais, especialmente nos casos em que há cumulação de matérias sob a competência da unidade jurisdicional, tendo sido reforçada pela Corregedoria Nacional de Justiça, na Instrução Normativa n. 2, de 3 de novembro de 2009<sup>150</sup>, disciplinando a adoção de medidas destinadas à observância de tramitação dos processos e na garantia dos prazos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que devem ser céleres, sob pena de impor graves e insuperáveis

---

<sup>150</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/instrucao\\_normativa/instrucao\\_normativa\\_02\\_03112009\\_22102012143714.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/instrucao_normativa/instrucao_normativa_02_03112009_22102012143714.pdf). Acesso em: 13 fevereiro 2014.



prejuízos às crianças e adolescentes, pois precisam ter sua situação jurídica resolvidas no menor tempo possível<sup>151</sup>.

Recentemente, a Recomendação n. 14, de 31 de julho de 2014, da Corregedoria Nacional de Justiça<sup>152</sup>, também dispôs sobre a celeridade das ações penais que tratem de crimes de abuso e exploração sexual, tortura e maus-tratos contra crianças e adolescentes, cujos processos devem ser identificados com tarja apropriada na capa, ou destaque, no caso de eletrônicos, devendo ser instruídos com celeridade, a fim de que seu julgamento, tanto quanto possível, seja realizado no prazo máximo de doze meses.

No entanto, também em relação às demais unidades jurisdicionais, as ações que versem sobre os direitos de crianças e adolescentes, direta ou indiretamente, assim como no segundo grau, deveriam receber atenção e tratamento especial em relação aos outros feitos de natureza diversa, ainda que não se refiram a procedimentos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, sob pena de violação da garantia constitucional que assegura a prioridade absoluta na efetivação de seus direitos, o quê, na prática, ainda não se verifica.

Os processos dos quais se servem os direitos da criança e do adolescente para encontrar validação

---

<sup>151</sup> Especificando o direito a uma Justiça mais célere como garantia da prioridade legal, a Lei n. 10.741, de 3 de dezembro de 2003, denominada Estatuto do Idoso, foi mais além, estabelecendo:

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

<sup>152</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o\\_15.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o_15.pdf). Acesso em: 13 agosto 2014.

– reconhecimento e concretização – devem ser instruídos e julgados antes de qualquer outro, importando consideração quando da organização judiciária e na elaboração das pautas, de sorte que realmente prefiram na distribuição da justiça. (PAULA, 2002, p. 89).

Essa garantia foi igualmente reforçada pela Corregedoria Nacional de Justiça, por meio do Provimento n. 36, de 5 de maio de 2014, estabelecendo que “os processos de adoção e os de destituição do poder familiar, tanto na primeira instância quanto nos Tribunais, deverão tramitar com a devida prioridade absoluta por meio de identificação com tarja apropriada na capa, caso físicos, ou destaque no caso de eletrônicos” (art. 2, § 2º)<sup>153</sup>.

A preferência na tramitação processual e a observância estrita dos prazos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente estendem-se ainda a todos os órgãos que atuam no feito como *custos legis*, como o Ministério Público<sup>154</sup>, que, como guardião da ordem jurídica e do regime constitucional e democrático, tem o dever de assegurar a prioridade absoluta de tratamento que merecem junto ao Poder Judiciário, e à própria Defensoria Pública, como representante processual da parte, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Essa prioridade institucional interna deve ainda orientar a formulação de política específica para atuação dos seus membros na área da infância e juventude, e, sobretudo para garantia dos recursos orçamentários no âmbito de cada instituição (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública) visando à implantação e manutenção das equipes interprofissionais destinadas a assessorar a Justiça da Infância e Juventude (artigo 150), a criação de varas, promotorias e defensorias especializadas, a qualificação de seus membros, dentre outras medidas que se afigurem necessárias para a proteção integral da criança e do adolescente.

---

<sup>153</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/provimentos-atos-corregedoria/28489-provimento-n-36-de-5-de-maio-de-2014>. Acesso em: 25 junho 2014.

<sup>154</sup> Em vários Estados, as Corregedorias-Gerais do Ministério Público expediram recomendações específicas tendo por objetivo assegurar a celeridade e eficiência na atuação judicial e extrajudicial, inclusive na fiscalização da garantia da prioridade junto ao Poder Judiciário, como no Paraná (Recomendações n. 03/2013 e 03/2000).

Às contribuições objetivas do legislador, como os mencionados procedimentos de cognição sumária, a fixação de prazo improrrogável para a conclusão de procedimento relacionado a ato infracional estando o adolescente internado, à regra do efeito meramente devolutivo nos recursos, devem ser somadas medidas administrativas por parte do Judiciário de sorte a cumprir as obrigações derivadas da prioridade absoluta, prestando efetivamente a tutela preventiva e de urgência a que têm direito crianças e adolescentes brasileiros. (PAULA, 2002, p. 89).

Especificamente em relação à obrigação de implantar a equipe interprofissional no âmbito do Poder Judiciário, diante da omissão sistemática de mais de duas décadas após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a mesma foi reforçada em 2006 pelo Conselho Nacional de Justiça recomendando adoção das providências necessárias ao seu funcionamento para atendimento às comarcas dos Estados nas causas relacionadas à família, crianças e adolescentes<sup>155</sup>.

Na realidade brasileira, todavia, a concretização dos direitos fundamentais, cujo exercício depende das políticas públicas sociais e institucionais destinadas à promoção, garantia e defesa dos direitos da população infantoadolescente ainda são inexistentes ou insuficientes diante do elevado número de violações ocorridas, na medida em que o próprio Sistema de Justiça, última instância para a efetivação da norma, ainda não compreendeu o seu real alcance, impossibilitando o seu adequado cumprimento.

### 3.2 PRINCÍPIOS PROCEDIMENTAIS

Ao lado dos princípios gerais correspondentes ao próprio conteúdo da Doutrina da Proteção Integral, que devem orientar a atividade de todos os poderes e órgãos do Estado para a concretização dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu ainda diversos instrumentos que visam a

---

<sup>155</sup> Recomendação n. 2, de 25 de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12084-recomenda-no-2>. Acesso em 2 fev. 2014.

proteger a liberdade e o direito dos indivíduos em face do poder estatal materializado por meio do processo.

Identificados como verdadeiras garantias que limitam o exercício da jurisdição do Estado contra o arbítrio, os princípios constitucionais do processo, como salienta Cassio Bueno (2012, p. 132), são os elementos jurídicos que definem e norteiam o modo como a atividade processual deverá ser compreendida e aplicada, vinculando a prestação jurisdicional ao conjunto de valores da Constituição. Além de limite negativo à atuação do Estado-juiz, proibindo-o de assumir comportamentos que os violem, os princípios constitucionais do processo viabilizam os instrumentos idôneos para realização dos direitos fundamentais, garantindo o acesso à ordem jurídica justa como um dos seus objetivos primordiais.

Os princípios constitucionais do processo, pelo fato de encontrarem-se expressos no texto da Carta Magna, são cogentes, sendo obrigatória sua adoção pela legislação infraconstitucional, não sendo deixada opção para o legislador. Qualquer regra que venha a ser aprovada e que desrespeite algum dos princípios adotados pela Constituição será nula de pleno direito, eis que inconstitucional. A doutrina os classifica como “princípios-garantia” servindo eles como uma garantia direta para os cidadãos, vinculando estritamente o legislador em sua aplicação. (BORDALLO, 2008, p. 505, grifos do autor).

A partir dessa concepção é que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no Título VI, os princípios e regras referentes ao acesso à Justiça, dispondo sobre procedimentos<sup>156</sup>, condições e funções dos órgãos, dentre outras, como garantia do devido processo legal, que, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de relações jurídicas, na condição de titular de direitos fundamentais, ao mesmo

---

<sup>156</sup> Além de disposições gerais específicas referentes aos processos que tramitam junto à Justiça da Infância e Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no Título VI, Capítulo III, procedimentos específicos adequados às ações que lhe são próprias, referentes à destituição ou suspensão do poder familiar, colocação em família substituta, apuração de irregularidade em entidade de atendimento, apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, à apuração de ato infracional e a habilitação de pretendentes à adoção.

tempo em que impõe limitações contra o arbítrio judicial, ao contrário do Código revogado, deve materializar a proteção especial prevista na Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, a interpretação de todo o conjunto normativo que decorre do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Convenção sobre os Direitos da Criança e das Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), dentre outras normas internacionais, deve ser orientada pelos princípios constitucionais do processo, como instrumentos de integração e sistematização do Direito, que, condicionando a atividade jurisdicional às previsões de direitos fundamentais, recusam interpretações que lhes restrinjam a eficácia.

A Constituição Federal de 1988 elenca, em seu artigo 5º, uma série de princípios que decorrem do princípio geral do devido processo legal ou da legalidade (inciso LIV), que traz em si as garantias para a efetivação de uma relação processual onde todos os direitos das partes sejam protegidos, podendo elas exercer de forma ampla seu direito de ação e defesa.

A isonomia do tratamento entre as partes, o contraditório e a ampla defesa, o acesso à Justiça e ao juiz natural, a motivação das decisões, a publicidade, o duplo grau de jurisdição, a vedação de provas obtidas por meios ilícitos, além da efetividade e da tempestividade da tutela jurisdicional, constituem os princípios que podem ser destacados como garantias constitucionais aplicáveis a todos os processos judiciais, e, especialmente, àqueles que versem sobre direitos de crianças e adolescentes, os quais, pela sua condição peculiar como pessoas em desenvolvimento, exigem uma tutela jurisdicional diferenciada, como visto.

Dessa especificidade de crianças e adolescentes resultam ainda outros princípios procedimentais especiais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no artigo 100, parágrafo único, que se coadunam com o sistema constitucional e, portanto, são por ele complementados e integrados para garantia de sua proteção integral, quais sejam, os princípios da privacidade (inciso V), intervenção precoce (inciso VI), intervenção mínima (inciso VII), proporcionalidade e atualidade (inciso VIII), obrigatoriedade da informação (inciso XI) e oitiva obrigatória e participação (inciso XII).

De aplicação irrestrita aos processos cíveis e infracionais, por força do artigo 113, do Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação a estes últimos, ainda se impõe a observância dos direitos individuais dos adolescentes em conflito com a lei (artigos 106 a 109) e

as garantias processuais do artigo 111, e todas as demais aplicáveis ao processo penal em geral previstas na Constituição Federal de 1988, que se coadunam com aquelas expressas no artigo 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança e nas Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).

Nos aspectos que a lei especial não estabeleça regras específicas, o artigo 152 prevê a aplicação subsidiária das normas gerais previstas na legislação processual pertinente, abrangendo os Códigos de Processo Civil e Penal, bem como as legislações extravagantes que prevejam normas procedimentais, como a lei que regula a ação civil pública (Lei n. 7.347/1985), e que institui o mandado de segurança (Lei n. 12.016/2009), além do próprio Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).

As regras processuais a serem observadas no âmbito do procedimento na Justiça especializada, adaptam-se, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, à principiologia que caracteriza outros microssistemas processuais, como forma de integração naquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente não dispuser de forma contrária.

Logo, embora não expressamente previstos, no âmbito da defesa dos direitos metaindividuais de crianças e adolescentes, terão aplicação ainda, por exemplo, os princípios processuais da tutela coletiva, como os da indisponibilidade da ação e da execução coletiva, do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito, do máximo benefício da tutela coletiva e da máxima efetividade, da atipicidade ou não taxatividade do processo coletivo ou da máxima amplitude, dentre outros<sup>157</sup>. Da mesma forma, no âmbito da competência da Justiça do Trabalho, as ações que versem sobre a proteção dos direitos de adolescentes nas relações de emprego e trabalho, seguem princípios específicos adequados ao direito processual do trabalho.

Decorre daí a importância de não se olvidar ainda que a natureza instrumental do direito processual impõe sejam seus institutos concebidos em conformidade com as necessidades do direito substancial voltado à proteção integral de crianças e adolescentes, ou, em outras palavras,

---

<sup>157</sup> Os princípios da jurisdição coletiva não serão objeto de detalhamento específico, já que refogem ao escopo do presente estudo. Para uma leitura mais aprofundada, sugere-se a obra de Rodolfo de Camargo Mancuso. **Jurisdição Coletiva e Coisa Julgada**. São Paulo: RT, 2007.

[...] como o processo é meio, a eficácia do sistema processual será medida em função de sua utilidade para o ordenamento jurídico material e para a pacificação social. Não interessa, portanto, uma ciência processual conceitualmente perfeita, mas que não consiga atingir os resultados a que se propõe. “Menos tecnicismo e mais justiça, é o que se pretende”. (BEDAQUE, 2011, p. 23, grifos do autor).

À vista disso, na medida em que se reconhece a necessidade de o instrumento adequar-se ao objeto, o processo e seus institutos fundamentais devem ser moldados à luz das especificidades que caracterizam o Direito da Criança e do Adolescente, a fim de outorgar-lhes proteção específica por meio da prestação jurisdicional, mediante a aplicação do princípio da adaptabilidade do procedimento às necessidades da causa. “Volta, com isso, o discurso sobre a instrumentalidade das formas do procedimento e a séria advertência sobre sua função vital no direito processual moderno” (DINAMARCO, 1996, p. 291).

Sob tal perspectiva, considerando o processo como instrumento da realização da Justiça, é mister que sejam analisados os valores que delimitam a sua operacionalização e as especificidades que o conformam de acordo com o Direito da Criança e Adolescente, com a adequação da tutela ao objeto da prestação jurisdicional, que decorre da necessidade de outorgar proteção específica a essas novas categorias de direitos.

Para fins de delimitação do presente estudo, analisar-se-ão detalhadamente os princípios que concebem a atuação do Sistema de Justiça da Infância e Juventude aplicáveis a todas as crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais, como método de estudo que procura estabelecer a distinção e a evolução das práticas institucionais, agrupando aqueles que, por seu encadeamento lógico, devem ser analisados conjuntamente.

Analisar-se-ão ainda, as características ou singularidades que especificam os procedimentos afetos à Justiça especializada, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos aspectos que diferenciam aquela da jurisdição comum, com o intuito de instrumentalizar a realização da efetiva prestação jurisdicional adequada às suas peculiaridades.

### 3.2.1 Oitiva obrigatória, participação e o direito à informação

O direito segundo o qual a criança deve ser ouvida em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhe diga respeito, previsto no artigo 12.2 da Convenção sobre os Direitos da Criança, insere-se no contexto mais amplo dos direitos de liberdade de opinião (artigo 12.1), expressão (artigo 13), pensamento, consciência e religião (artigo 14), associação e reunião (artigo 15) e informação (artigo 17).

Reconhecendo expressamente que a titularidade de direitos pressupõe as noções de liberdade e autonomia para o seu exercício, como fundamento e conteúdo da própria dignidade da pessoa humana, a admissão da criança e do adolescente como sujeitos de direito implica incluir sua participação nos processos de decisão, constituindo-se como o princípio que reflete a essência da Doutrina da Proteção Integral e a principal inovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, rompendo com a ideia de que caberia apenas ao adulto definir o que deva ser o seu superior interesse, já que a própria criança está legitimada a falar por si, compreendendo-a a partir de seus próprios interesses. Como ressalta Eduardo Rezende Melo (2011, p. 43),

[...] em termos jurídicos, esta discussão está intimamente relacionada à compreensão da inter-relação entre o direito ao reconhecimento e o princípio da dignidade humana. De fato, é este princípio da dignidade humana que garante os espaços de autonomia e de construção negociada de si aos indivíduos, como decorrência do processo de desconstrução. No caso de crianças e adolescentes, é o que justifica não apenas sua participação, mas também a luta por sua autodeterminação.

Desta forma, o direito de crianças e adolescente de livremente expressar suas opiniões e de que as mesmas sejam efetivamente consideradas, estabelece a condição para sua participação ativa em todas as questões que lhe dizem respeito, no âmbito individual ou coletivo, em especial dentro da família, na escola e nas suas comunidades, consolidando a ideia do protagonismo. “Para tanto, sua efetivação depende de condições existenciais mínimas, integridade física e espiritual e proteção da privacidade do homem”. (MELO, 2011, p. 43).

A esse direito, no âmbito processual, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece, no art. 12.2, a obrigação de que seja



dada à criança e ao adolescente, sendo parte ou testemunha, a oportunidade de serem ouvidos em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhe digam respeito, emitindo as suas opiniões sobre os direitos subjetivos que lhe atingem de forma direta ou indireta, que devem ser devidamente consideradas, de acordo com as regras processuais do Direito nacional.

Constituindo um dos valores fundamentais da Convenção sobre os Direitos da Criança, como assinalado pelo Comitê dos Direitos da Criança na Observação Geral n. 12, de 20 de julho de 2009, o direito de ser escutado enfatiza não somente uma garantia em si, mas, juntamente com os demais princípios gerais estabelecidos pelo órgão (direito à não discriminação, direito à vida e ao desenvolvimento, consideração aos interesses primordiais da criança), constitui critério que deve ser levado em conta para interpretar e respeitar todos os outros direitos<sup>158</sup>.

A relevância desse direito no âmbito internacional também encontra fundamento na Convenção da Haia, de 1996, a qual dispõe no seu artigo 23, que a sentença estrangeira pode ter seu reconhecimento recusado, quando fixar medidas de proteção sem ter dado à criança a oportunidade de ser ouvida. Esse direito também já constava na Convenção da Haia sobre Sequestro, de 1980 (art. 13), lembrando Jacob Dolinger (2003, p. 129) ainda que “a manifestação da criança foi colocada na Convenção (Haia, de 1996) em termos que a enquadram no princípio de ordem pública no Direito Internacional privado, constituindo sua falta em sentença estrangeira, obstáculo ao seu reconhecimento”.

Antes da Convenção sobre os Direitos da Criança, MONACO (2005, p. 238-239) anota que esse direito de participar nos processos que os respeitem esbarrava na legislação da maioria dos Estados-Partes que impediam, em suas normas internas, quer a participação da criança como testemunha, quer a sua participação como parte ativa, exigindo-se

---

<sup>158</sup> “El derecho de todos los niños a ser escuchados y tomados en serio constituye uno de los valores fundamentales de la Convención. El Comité de los Derechos del Niño ("el Comité") ha señalado el artículo 12 como uno de los cuatro principios generales de la Convención, junto con el derecho a la no discriminación, el derecho a la vida y al desarrollo y la consideración primordial del interés superior del niño, lo que pone de relieve que este artículo no solo establece un derecho en sí mismo, sino que también debe tenerse en cuenta para interpretar y hacer respetar todos los demás derechos”. (Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en). Acesso em: 12 maio 2014).

que se procedesse à substituição processual do infante – (*in* = negação; *fari* = falar) daquele que não fala ou não pode falar – por um de seus genitores, por um tutor ou curador ou por uma instituição. “Desta feita, as legislações nacionais quase unanimemente tiveram de ser alteradas após a ratificação da Convenção, permitindo-se o acesso das crianças aos tribunais para emitir sua opinião”.

O estabelecimento do critério etário adotado por alguns países, na opinião do autor (2005, p. 239) é equivocado, pois a fórmula da Convenção sobre os Direitos da Criança acaba por ser mais ampla, uma vez que “leva a questão referente à maturidade para o plano não objetivo, que foi imposto pela idade-limite da legislação interna, para privilegiar o entendimento psicológico e social acerca do envolvido”. Nesse sentido, salienta o autor que a escolha do legislador por um critério objetivo visava a facilitar a função dos magistrados diante de um caso em que deveriam ou pudessem ouvir uma criança em um processo envolvendo o seu direito à convivência familiar.

[...] a fixação de uma determinada idade traz em si um facilitador para a atuação jurisdicional, além de evitar a intervenção de assistentes sociais e psicólogos, apenas para a fixação da maturidade ou não da criança. A preocupação maior é prática, uma vez que o juiz só poderia saber a respeito da maturidade da criança quando tivesse algum contato com ela, de forma direta ou por meio de auxiliares da justiça. No melhor dos mundos, naquele mundo do dever-ser, parece-me sinceramente que o juiz de direito encarregado de questões ligadas aos jovens (juiz de Família ou da Infância e Juventude) não deve ser um funcionário assoberbado de trabalho, havendo tempo, conseqüentemente para travar contato com a criança, seja qual for a sua idade. Nesse mundo de sonhos e em certa medida utópico, o juiz de Família ou de Infância e Juventude mantém em seu gabinete uma caixa de lápis de cor, outra de giz de cera, papel, jogos, livros de história, ganhando a confiança da criança por meio de uma aproximação criteriosa. Desse contato, convence-se, ou não, a respeito da eventual maturidade do jovem e decide, com vistas à realização de seu melhor interesse, a respeito da oitiva da criança. (MONACO, 2005, p. 241).

Por outro lado, se a Convenção sobre os Direitos da Criança limita o exercício do direito de expressar sua opinião em razão da maturidade e da capacidade da criança em formar um juízo próprio, o seu desenvolvimento emocional ou interesse superior, somente será possível compatibilizar o seu exercício com a etapa de crescimento pela qual uma criança esteja atravessando, orientando-se pela máxima satisfação dos direitos da criança, estabelecida pela Doutrina da Proteção Integral, pois, como assinala Mary Bellof (2008, p. 14),

Na nova concepção se trata de uma interpelação dos adultos, não mais uma autorização para limitar os direitos das crianças. São os adultos os responsáveis por realizar os arranjos institucionais e condições necessárias para que em cada momento as crianças possam exercer seus direitos reconhecidos pelo tratado<sup>159</sup>. (tradução livre).

E ainda:

De todos os direitos, um que estrutura a lógica da proteção integral é o direito da criança de ser ouvida e sua opinião ser considerada. Se passa de uma concepção de exclusão da voz do menor, onde as crianças, como incapazes, não tinham nada que dizer, a outra mais próxima à situação ideal do diálogo em que participam todos os cidadãos. [...] a democracia necessita que as crianças opinem e participem. Como fazê-lo é responsabilidade dos adultos, que devem projetar arranjos institucionais que permitam que as opiniões das crianças sejam consideradas<sup>160</sup>. (2008, p. 36, tradução livre).

---

<sup>159</sup> “En la nueva concepción se trata de una interpelación a los adultos, no más una autorización para limitar los derechos de los niños. Son los adultos los responsables de generar los arreglos institucionales y condiciones necesarias para que en cada momento los niños puedan ejercer sus derechos reconocidos por el tratado” (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008, p. 14).

<sup>160</sup> “De todos los derechos, uno que estructura la lógica de la protección integral es el derecho del niño a ser oído y a que sus opiniones sean tenidas en cuenta.

Essa consideração acerca da limitação decorrente das condições de maturidade para formar juízo próprio, de acordo com o Comitê dos Direitos da Criança <sup>161</sup>, estabelece, todavia, que os Estados não podem partir da premissa de que uma criança é incapaz de expressar suas opiniões. Ao contrário, devem partir da suposição de que a criança tem condições de expressar suas opiniões e reconhecer que tem direito a expressá-las, não exigindo que lhe caiba primeiro provar que tem essa capacidade. Tal condição tampouco se confunde com a capacidade civil ou processual para o exercício de direitos, que, como visto, estabelecem limitações à autonomia da criança e do adolescente, que se aplicam apenas às situações jurídicas patrimoniais.

Ao estabelecer que a opinião da criança e do adolescente deverá ser devidamente considerada pela autoridade competente, o princípio deixa claro ainda que não é a idade em si mesma que determinará a validade de suas opiniões, já que os níveis de compreensão não estão ligados de maneira uniforme à sua idade biológica, mas deve ser avaliada mediante exame do caso em concreto, já que outras circunstâncias podem contribuir para determinar sua capacidade de formar sua opinião, como o próprio ambiente familiar, cultural e social, além do nível de informação e apoio recebidos.

No plano nacional, mesmo com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi limitado em relação à garantia do direito à participação, previsto no artigo 16 como um aspecto do direito à liberdade, correspondente ao direito de opinião e expressão (inciso I), de participar na vida familiar e comunitária (inciso V) e política, na forma da lei (inciso VI) e em relação ao direito à educação para contestar os critérios avaliativos e participar em entidades estudantis (art. 53).

---

Se pasa de una concepción de exclusión de la voz del menor, donde los niños, como incapaces, no tenían nada a decir, a otra más cercana a la situación ideal de diálogo en la que participan todos los ciudadanos. [...] la democracia necesita que los niños opinem e participen. Cómo lograrlo es responsabilidad de los adultos, quienes deben diseñar e implementar arreglos institucionales que permitan que las opiniones de los niños sean tomadas en cuenta". (BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 200, p. 36).

<sup>161</sup> Observação Geral n. 12, de 20 de julho de 2009. Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en). Acesso em 12 mai. 2014.

Ainda que não se tenha estabelecido, genericamente, qualquer obrigação correlata à família, à sociedade e ao poder público no sentido de viabilizar os instrumentos efetivos para sua escuta e para que sejam efetivamente consideradas nas decisões, essa imposição foi prevista expressamente apenas nos casos de colocação em família substituta, estabelecendo que a criança ou adolescente será previamente ouvido e terá a opinião "devidamente considerada" (art. 28, § 1º); acrescentando que, nos casos de adoção de adolescente, "será necessário seu consentimento, colhido em audiência" (art. 28, § 2º). Também nos procedimentos de apuração de ato infracional o direito de ser ouvido pela autoridade competente é assegurado expressamente como garantia processual ao adolescente (art. 111, V).

Apenas em 2009, com a edição da Lei n. 12.010 foi acrescentado ao Estatuto da Criança e do Adolescente o princípio da "oitiva obrigatória e participação" da criança e do adolescente "nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente" (art. 100, parágrafo único, inciso XII).

Alterando o texto do artigo 28 antes citado<sup>162</sup>, a nova legislação reforçou como critério da participação as hipóteses em que "seja possível", prevendo a oitiva por equipe interprofissional, mantendo-se o critério etário da obrigatoriedade do consentimento expresso apenas no caso de adoção.

A expressão "sempre que possível", por sua vez, deve ser entendida não no sentido de atribuir uma faculdade ou discricionariedade ao juiz, de ouvir ou não a criança, mas como uma impossibilidade da criança, no caso de, por exemplo, não querer ser ouvida.

Isso porque, para a criança ou adolescente, expressar sua opinião deve ser sempre uma opção, não uma obrigação, sem compromisso de atender à demanda exposta, cabendo às autoridades e responsáveis assegurar que receba toda a informação e assessoramento necessários para tomar uma decisão que favoreça seu interesse superior, como prevê expressamente o princípio previsto no inciso XI, do Estatuto.

---

<sup>162</sup> Art. 28 [...]

§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

Isso não implica, obviamente, um conhecimento exaustivo de todos os aspectos do assunto que lhe afeta, mas uma compreensão suficiente sobre o assunto, opções e possíveis decisões, especialmente quanto às consequências negativas, como quando se trata de crianças muito pequenas, vítimas ou testemunhas de crimes, em formato e linguagem adequados à sua idade e capacidade de entendimento, para que seja capaz de manifestar suas opiniões.

Resgatá-la para a condição de sujeito, com desejos, expectativas e relações estabelecidas, é de fundamental importância para preservar e fortalecer sua subjetividade e dignidade. Este resgate só se torna possível ao considerar-se sua fala, que pode se dar com ou sem o uso da palavra falada. Fazer a oitiva da criança não significa utilizá-la como testemunha de um dos elementos do casal, o que a dividiria e criaria conflitos desnecessários, tendo em vista que ela mantém uma relação afetiva com cada um dos pais. Significa sim considerar, em seu discurso explícito e/ou implícito, com qual dos dois houve a criação de um vínculo afetivo mais estável, seguro e satisfatório, que permita a continuidade de seu desenvolvimento integral de forma mais adequada. Auxiliá-la a manter sua subjetividade e dignidade, considerando-a como um sujeito em desenvolvimento, mas que no desenvolvimento precedente construiu sua própria história. Respeitar sua dignidade. (MONACO; CAMPOS, 2005).

Ainda que compreendido o direito à participação como direito à própria liberdade de expressão, cujo conteúdo está relacionado com o direito a ter e expressar opiniões e a solicitar e receber informações por qualquer meio, o princípio procedimental que assegura o direito de escuta de crianças e adolescentes constitui, desse modo, obrigação específica no sentido de que sejam previstos mecanismos necessários para facilitar a sua participação ativa em todas as medidas que lhes afetem e na adoção de decisões que as tenham em consideração. A oitiva da criança, todavia, “não significa que o Juiz deva seguir o que esta sugere, mas deve levar em conta que a criança e o adolescente podem ter vontade de verbalizar o que se passa com eles, ou ainda, que

necessitem tirar dúvidas sobre as situações que os envolvem”. (BRITO, 1999, p. 79).

Como testemunha em processos judiciais<sup>163</sup>, a participação de crianças e adolescentes também deve ser analisada no contexto de seu superior interesse e realizada de forma protegida, devendo-lhes ser disponibilizados recursos médicos, psicológicos e demais acolhimentos que se fizerem necessários, a fim de evitar a sua revitimização no depoimento forense, já que, como assinala MONACO (2005, p. 242-243),

Não se deve permitir, ao que parece, a indicação da criança como testemunha por uma das partes, ou seja, por um de seus pais ou parentes, sob pena de a criança se sentir envolvida de forma que se mostra pouco conveniente. É interessante notar que a criança que comparece ao processo solicitando sua oitiva não é parte interveniente no processo, pelo que não poderá recorrer dessa decisão em hipótese de ver indeferida sua pretensão.

E conclui:

Acredita-se que esta forma de se encarar esse direito de participar das decisões relevantes para a continuidade da vida das crianças é uma conquista que não pode ser olvidada, diminuída ou restringida. Por outro lado, garantir a participação da criança não pode nem constituir um ônus imposto à criança (daí o critério da maturidade se mostrar o mais adequado), bem como representar a imposição de uma decisão por parte do jovem.

Nas situações em que presenciam ou são vítimas de situações de crime, a proteção das crianças e adolescentes em investigações e processos judiciais tem resultado em mudanças importantes na prática

---

<sup>163</sup> Em relação à criança vítima ou testemunha de crimes, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC) editou a Resolução 20, de 22 de julho de 2005, intitulada *Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime*. Disponível em: [www.un.org/ecosoc/docs/2005/Resolution%202005-20.pdf](http://www.un.org/ecosoc/docs/2005/Resolution%202005-20.pdf). Acesso em 2 fev. 2014.

judicial de diversos países, incluindo a adoção de programas de preparação individualizada para compreenderem melhor os procedimentos e as terminologias empregadas no sistema judicial, bem como a aceitação como prova dos testemunhos prestados fora do tribunal.

De acordo com as experiências relatadas por Benedito Rodrigues dos Santos e Itamar Batista Gonçalves (2009, p. 25-26), considerando o receio que muitas crianças expressam de depor e a ansiedade decorrente da pouca compreensão sobre o processo judicial, no comparecimento à Justiça,

Para poupar as crianças, em alguns países, as pequenas (menores de 14 anos) raramente comparecem ao tribunal durante as audiências ou julgamentos. Em Israel, o entrevistador forense depõe no lugar da criança e relata o que ela disse. Na Inglaterra, a promotoria de justiça apresenta o vídeo da entrevista forense ao tribunal. A inquirição da defesa é conduzida pelo promotor de justiça em uma sala especial do tribunal, na qual o depoimento da criança pode ser transmitido por *closed-circuit television* (CCTV) [circuito fechado de televisão] aos presentes na sala de julgamento. Na Noruega, policiais especialmente treinados para fins de investigação conduzem a entrevista da criança, que é realizada em uma sala equipada com espelhos unidirecionais. O juiz, o promotor de justiça e o advogado de defesa assistem e escutam a entrevista atrás do espelho. Eles podem fazer perguntas ao entrevistador durante o procedimento, que funciona como uma inquirição direta da criança.

No Brasil, a partir da experiência do projeto denominado “Depoimento sem Dano”, implantado em 1993 pela Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, a escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, especialmente os sexuais, foi objeto de recomendação aos tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça (n. 33/2010), no sentido de viabilizar a sua instalação em todos os Estados,



cujos serviços deverão estar aptos a garantir a sua proteção durante e após o procedimento judicial<sup>164</sup>.

Ainda que não estejam diretamente relacionados como parte ou testemunha nos processos judiciais, em todas as ações que envolvam direta ou indiretamente os direitos de crianças e adolescentes, seja no âmbito civil, como divórcio e separação, no âmbito penal, como vítimas, ou, nos procedimentos para apuração dos atos infracionais, deve ser obrigatoriamente garantido o seu direito de ser ouvidos e participarem, cabendo à autoridade judiciária, indicar na decisão a ser tomada, os aspectos relacionados à opinião manifestada, expondo as razões que justificaram eventualmente a sua não observância, sob pena de violação do princípio processual que decorre da sua própria condição de sujeito de direitos fundamentais. “A fala da criança deve ser, portanto, a soberana das provas e essencial na instrução dos processos que envolvam seus interesses”. (SIMAS, 2008, p. 611).

Essa obrigação estende-se inclusive aos processos cíveis ou penais em que haja composição pelas partes, tratando-se, por exemplo, de separações consensuais ou procedimentos de mediação ou arbitragem, que deverá considerar os interesses da criança ou adolescente diretamente envolvido, oportunizando-lhe o exercício do direito de manifestar diretamente sua opinião, em detrimento da celeridade processual e dos interesses de seus pais ou representantes, mesmo quando não haja conflito de interesses aparente.

Em relação aos requisitos básicos para a observância do direito da criança e do adolescente de serem escutados, Tânia da Silva Pereira (2008, p. 30-31) indica algumas condições objetivas que podem contribuir para o seu exercício perante os juízes e tribunais:

1. adaptar os procedimentos com vistas a garantir a manifestação autêntica da vontade da criança ou do adolescente;
2. criar condições que facilitem a expressão espontânea da criança, evitando situações de angústia e linguagem técnicas incompreensíveis;
3. favorecer a intervenção de profissionais especializados que possam interpretar, de maneira apropriada, a palavra da criança e do adolescente, permitindo-lhe expressar seus interesses e conflitos com maior liberdade;

---

<sup>164</sup> A metodologia de desenvolvimento do projeto será detalhada no Capítulo 5, que trata das varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.

4. fornecer à criança e ao jovem todas as informações relativas à sua situação e ao assunto sobre o qual deverá emitir sua opinião;
5. não forçá-los a se exprimirem ou se manifestarem caso não estiverem preparados;
6. convocá-los a participar dos procedimentos de mediação familiar destinados a solucionar conflitos que envolvam sua pessoa e seus interesses;
7. considerar seus sentimentos e pensamentos na solução dos conflitos que lhes digam respeito;
8. assumir a “Curadoria Especial” como alternativa de interferir nos procedimentos para fazer valer os direitos de seu representado;
9. evitar a convocação da criança e do adolescente como testemunha de um dos pais contra o outro; sua oitiva deve representar uma forma de expressar sua opinião e a preferência sobre a situação conflitante; tal depoimento nunca deverá ser prestado na presença dos pais.

Além destes, na Observação Geral n. 12 do Comitê dos Direitos da Criança, antes citada, também são destacadas as condições para que os procedimentos sejam seguros e se adotem todas as precauções para redução dos riscos ou consequências negativas decorrentes de sua participação, bem como para que sejam responsáveis, mediante o compromisso de que a criança e o adolescente sejam informados sobre a forma pela qual sua participação influenciou na decisão, oportunizando-lhes a possibilidade de rejeitar as conclusões e recorrer<sup>165</sup>.

---

<sup>165</sup> 134. Todos los procesos en que sean escuchados y participen un niño o varios niños deben ser: [...]

h) Seguros y atentos al riesgo. En algunas situaciones, la expresión de opiniones puede implicar riesgos. Los adultos tienen responsabilidad respecto de los niños con los que trabajan y deben tomar todas las precauciones para reducir a un mínimo el riesgo de que los niños sufran violencia, explotación u otra consecuencia negativa de su participación. Las medidas necesarias para ofrecer la debida protección incluirán la formulación de una clara estrategia de protección de los niños que reconozca los riesgos particulares que enfrentan algunos grupos de niños y los obstáculos extraordinarios que deben superar para obtener ayuda. Los niños deben tener conciencia de su derecho a que se les proteja del daño y saber dónde han de acudir para obtener ayuda en caso necesario. La inversión en el trabajo con las familias y las comunidades es importante para crear una comprensión del valor y las consecuencias de la

Ainda que não esteja previsto procedimento específico na legislação nacional, do ponto de vista da garantia constitucional de acesso à Justiça, deve ser assegurado à criança e ao adolescente ainda o acesso direto e pessoal a todos os órgãos administrativos e judiciais, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, como também estabelece o artigo 141, do Estatuto da Criança e do Adolescente, correspondendo, assim, a obrigação das instituições respectivas de estruturar serviços, ambientes e a capacitação necessários para o seu atendimento, já que não se deve interpretar que a sua falta restrinja ou impeça o exercício deste direito fundamental.

A fragilidade que se deduz das eventuais limitações relativas à falta de estrutura e recursos pessoais dos profissionais para efetivação dos procedimentos de escuta obrigatória e garantia do direito à participação não exime o Poder Executivo, em relação aos órgãos administrativos, o Poder Judiciário, assim como as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça, do dever legal de seu cumprimento, restritos a acontecimentos e enfoques meramente simbólicos, apenas cumpridos por força de expressa disposição legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, na hipótese em que o consentimento legal constitua-se como condição de validade do ato, previsto, como anteriormente mencionado, apenas na hipótese de adoção de adolescente (art. 28, § 2º) ou na audiência de apresentação do adolescente autor de ato infracional (art. 184).

A falta de regras procedimentais específicas para a garantia do direito de escuta de crianças e adolescentes em processos judiciais reforça a resistência dos profissionais para na sua concretização, na

---

participación y reducir a un mínimo los riesgos a los que de otro modo podrían estar expuestos los niños.

i) Responsables. Es esencial el compromiso respecto del seguimiento y la evaluación. Por ejemplo, en toda investigación o proceso consultivo debe informarse a los niños acerca de la forma en que se han interpretado y utilizado sus opiniones y, en caso necesario, darles la oportunidad de rechazar el análisis de las conclusiones e influir en él. Los niños tienen derecho también a recibir una respuesta clara acerca de la forma en que su participación ha influido en un resultado. Cada vez que corresponda debe darse a los niños la oportunidad de participar en los procesos o actividades de seguimiento. Es necesario que la supervisión y evaluación de la participación de los niños, cuando sea posible, se hagan con los niños mismos. (Observação Geral n. 12, de 20 de julho de 2009. Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en). Acesso em 12 maio 2014).

medida em que, mesmo enfrentando dificuldades, os métodos atuais para a definição das questões que envolvam crianças e jovens ainda não encontraram parâmetros seguros para priorizar os interesses desses novos sujeitos de direitos no âmbito do processo, assegurar que seus interesses sejam levados em consideração o que não autoriza, todavia, a sua inobservância<sup>166</sup>.

### **3.2.2 Intervenção precoce e mínima**

A violação dos direitos da criança e do adolescente, por ação, omissão ou abuso da família, da sociedade e do Estado, ou mesmo em razão de sua conduta, como prevê o artigo 98, autoriza e legitima a atuação positiva do Poder Público no sentido de adotar todas as medidas necessárias para sua proteção, a fim de cessar a situação que lhe deu origem e restabelecer o direito fundamental atingido, de forma a evitar danos e consequências que afetem ou comprometam o seu desenvolvimento.

Garantindo que a ação estatal não será arbitrária, já que limitada ao respeito e efetivação dos direitos de que são titulares crianças e adolescentes, ao contrário do sistema tutelar que, não os prevendo expressamente e privilegiando a institucionalização, considerava as famílias incapazes e colocava a criança, identificada como “menor”, sob sua proteção, a Doutrina da Proteção Integral assegura que qualquer intervenção deva ser sempre precoce e efetivada exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à promoção dos seus direitos.

Embora essas condições já se pudessem deduzir da própria condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento que demandam a proteção rápida e efetiva por todos os responsáveis, a Lei n. 12.010/2009, que incluiu o conjunto principiológico que deve orientar as medidas de proteção previstas no artigo 100, do Estatuto da Criança e Adolescente, previu expressamente os princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima, dispondo que:

Art. 100. [...]

---

<sup>166</sup> O direito à participação de crianças e adolescentes no sistema judicial será aprofundado no Capítulo 6, correspondendo a um dos indicadores que sustentam a hipótese da presente tese.

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; [...].

Dirigidos às autoridades e instituições responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, os princípios da intervenção precoce e mínima materializam a prioridade absoluta no seu atendimento, vedando qualquer interferência de terceiros no âmbito da família, já que a aplicação das medidas deve ser restrita às autoridades e instituições legitimadas e capacitadas para a sua proteção, como os Conselhos Tutelares, os programas municipais responsáveis pelo seu atendimento e as autoridades judiciais.

A importância da intervenção precoce no desenvolvimento infantil, especialmente nos casos de negligência, omissão ou violência, é destacada do ponto de vista de outras ciências, como a medicina e a psicologia, prevendo estratégias de atuação para minimização imediata dos riscos, com o objetivo de promover a saúde e desenvolvimento da criança e o bem-estar familiar.

No Brasil, o Plano Nacional da Primeira Infância<sup>167</sup> que propõe ações amplas e articuladas de promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos de idade, enfatiza a importância das políticas que efetivem a urgência da intervenção nessa etapa da vida, considerada crucial para o desenvolvimento da personalidade adulta.

Desse modo, ante uma situação de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, a intervenção imediata para sua cessação ou restabelecimento constitui um imperativo ético de todos os profissionais envolvidos, de acordo com o nível de responsabilidade imputado. A atuação do Sistema de Justiça da Infância e Juventude será imprescindível no processo de proteção, principalmente quando as demais entidades e profissionais não conseguem, em tempo útil, reduzir ou remover o perigo em que a criança e/ou adolescente se encontram, garantindo que as medidas adotadas correspondam ao seu superior interesse e que sua opinião seja devidamente considerada.

---

<sup>167</sup> Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

Os instrumentos jurídicos cautelares que caracterizam a tutela de urgência, previstos na legislação processual, aplicam-se ao Direito da Criança e do Adolescente para garantia dessa efetividade da intervenção, a fim de evitar a irreversibilidade das consequências no desenvolvimento da criança ou adolescente. Todavia, como destacam ROSSATO, LEPORÉ e CUNHA (2011, p. 82), “a ação, embora rápida, deve guardar estrita proporcionalidade à situação de perigo, não se justificando a adoção de ações desnecessárias”.

A garantia da intervenção mínima situada no contexto de limitação da ingerência do Estado no que se refere à intimidade da família, prevê apenas a atuação dos profissionais cuja ação seja indispensável à proteção do direito violado, garantida sempre a excepcionalidade das medidas que afastem a criança do convívio familiar. Essa proteção decorre ainda do princípio da intervenção mínima do Estado na família, estabelecido no art. 1.513 do Código Civil brasileiro, cabendo ao ente estatal intervir para coibir a violência no âmbito de suas relações<sup>168</sup>, especialmente nas hipóteses de ameaça ou lesão de direitos de crianças e adolescentes, aos quais é conferida proteção especial.

A abordagem multidisciplinar e a multi-institucional relacionadas à intervenção social junto às famílias devem ser articuladas e integradas, em perspectiva sistêmica, evitando-se qualquer interferência indevida ou a sobreposição de atividades que possam revitimizar a criança e/ou adolescente envolvidos, reproduzindo práticas que, historicamente, reforçam a figura do Estado protetor-repressor em relação às famílias de baixa renda, que só passavam a ser interesse de Estado, na medida em que falhassem em sua função socializadora.

Nesse sentido, Regina Miotto (2004) mostra que esse contexto persiste, pois o Estado não atua apoiando as famílias em seu cotidiano, mas apenas em situações emergenciais, razão pela qual as diferenças por classe também aparecem na atuação dos profissionais de assistência social, uma vez que as famílias de camada baixa têm mais chances de sofrer intervenções e ter sua privacidade invadida do que as famílias de outros estratos sociais.

---

<sup>168</sup> A Constituição Federal de 1988 garante a proteção especial à família, base da sociedade, no seu artigo 226, prevendo que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. (§ 8º).

### 3.2.3 Proporcionalidade e atualidade

Especificamente no que se refere ao Direito Processual, cujo paradigma repousa no direito a não exclusão da apreciação do Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito (artigo 5º, inciso XXXV), o princípio da proporcionalidade aplica-se a qualquer ato (ou omissão) praticado pelo Poder Público que destoe do fim efetivamente almejado, sobretudo quando tal ato (ou omissão) conflite com os direitos e garantias individuais assegurados no artigo 5º da Constituição Federal.

Dessa forma, o princípio da proporcionalidade deve nortear todas as fases do processo e demais direitos e garantias a ele inerentes, assinalando, Carlos Roberto Siqueira Castro (2005, p. 199), ser dever jurídico do intérprete e aplicador do direito “guardar e buscar sempre a almejada justa medida no trato intersubjetivo [ou seja] a busca do meio mais idôneo, mais equitativo e menos excessivo na aplicação das normas”.

Valendo-se da aplicação consagrada no Direito Penal como a adequação entre a conduta praticada, o dano causado e a sanção a ser imposta, o princípio, também denominado doutrinariamente como princípio da vedação de arbítrio, princípio de avaliação de bens jurídicos, princípio de avaliação de interesses, princípio da vedação de excesso ou mandado de ponderação, conforme leciona Robert Alexy (2002, p. 112), proíbe a restrição excessiva de qualquer direito fundamental, nas hipóteses de colisão.

Sobre a proporcionalidade em sentido estrito, releva ressaltar a lição de Humberto Ávila (2008, p. 113), *verbis*:

Se a proporcionalidade em sentido estrito compreender a ponderação dos vários interesses pessoais dos titulares dos direitos fundamentais restringidos, a razoabilidade como equidade será incluída no exame da proporcionalidade. Isso significa que um mesmo problema teórico pode ser analisado sob diferentes enfoques e com diversas finalidades, todas com igual dignidade teórica. Não se pode, portanto, afirmar que esse ou aquele modo de explicar a proporcionalidade seja correto, e outros equivocados.

Conciliando a pertinência do princípio em relação às medidas de proteção aplicáveis às hipóteses de violação de direitos de crianças e adolescentes, entende-se que qualquer intervenção estatal seja adequada

e necessária à situação concreta, compatibilizando-se os interesses em conflito, a fim de garantir a proteção adequada sem violar outros direitos também fundamentais dos envolvidos, que devem ser minimamente restringidos.

Isso implica, por exemplo, que, a medida extrema de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e colocação em família substituta, somente deverá ser efetivada quando comprovada sua absoluta necessidade, em casos de violência ou ameaça a seus direitos e para sua proteção pessoal, demonstrando-se que foram esgotadas todas as demais medidas para manutenção da criança junto à família de origem ou o acolhimento com a família ampliada, o que justificaria sua adequação diante das circunstâncias do caso em concreto.

Em relação à responsabilização dos adolescentes autores de ato infracional, o princípio da proporcionalidade implica uma ponderação entre as circunstâncias e a gravidade do ato infracional e a medida socioeducativa e/ou protetiva a ser aplicada, previsto expressamente nas Regras de Beijing, no artigo 5.1, segundo o qual: “O sistema de Justiça da Infância e da Juventude enfatizará o bem-estar do jovem e garantirá que qualquer decisão em relação aos jovens infratores será sempre proporcional às circunstâncias do infrator e da infração”. Também o item 17.1 dispõe que a decisão da autoridade competente pautar-se-á, dentre outros princípios, pela resposta à infração que “será sempre proporcional não só às circunstâncias e à gravidade da infração, mas também às circunstâncias e às necessidades do jovem, assim como às necessidades da sociedade”.

Ao prever que “a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração”, o artigo 112 denota uma explícita previsão do princípio da proporcionalidade, que, por força da Lei n. 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), também estendeu a sua aplicação à execução das medidas socioeducativas.

Ousa-se afirmar que a consequência natural de tal previsão é a de que, uma vez ocorrendo aplicação de medida socioeducativa que venha a ser considerada desproporcional a um determinado caso concreto na fase de conhecimento, este equívoco poderá ser corrigido pelo juízo da fase de execução das medidas socioeducativas, certamente respaldado em parecer da equipe técnica responsável pelo programa de atendimento e demais provas porventura necessárias a tal



comprovação (audiência para oitiva do adolescente/menor, testemunhas, etc). (ARAÚJO; NETO; ALBINO, 2013).

A proporcionalidade da medida a ser aplicada deve ser avaliada, portanto, de acordo com as circunstâncias da situação em concreto no momento em que a decisão é tomada, ou seja, adequada ao caso em exame, caracterizando-se a atualidade como seu requisito indispensável, como previsto no artigo 100, parágrafo único, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sendo outro o momento de cumprimento da medida, será necessário reavaliar se persistem as condições que fundamentaram a decisão tomada, considerando o contexto atual existente e as eventuais mudanças já operadas, em razão da própria finalidade e a concepção dinâmica na qual se operam as medidas protetivas e socioeducativas, diante da evolução do desenvolvimento da criança e do adolescente, além do seu contexto familiar e social.

Essa situação é bem descrita por Luciano Rossato, Paulo Eduardo Lépre e Rogério Sanches Cunha (2011, p. 82) ao afirmaram ser prática comum que as decisões em torno da criança e do adolescente não levem em consideração a dinâmica das relações sociais, bem como os progressos advindos dos trabalhos específicos e direcionados.

Assim, por exemplo, uma criança é inserida em família substituta, porque é época em que foi retirada de sua família, os pais se encontravam em situação de embriaguez. Porém, para tomada de decisão tão enérgica providência, não deve ser considerada tão somente a situação existente à época em que houve a retirada da criança do seu grupo familiar, mas sim, aquela existente no momento em que houver a decretação da perda do poder familiar, pois é possível que a situação tenha se transformado para outra de tal forma que os pais, agora, reúnam as condições possíveis para orientar e prestar o apoio necessário ao seu filho. (ROSSATO, LÉPRE e CUNHA, 2011, p. 82).

Tratando-se especialmente de famílias em situação de vulnerabilidade social, essa dimensão temporal da intervenção estatal assume contornos tênues que devem ser considerados de acordo com as condições de cada caso para garantia da proporcionalidade das medidas

a serem adotadas, porquanto, eventual demora processual e a não observância da prioridade absoluta, têm o condão de inviabilizar a colocação em família substituta, por exemplo, em razão da idade da notória preferência dos casais por crianças pequenas, ao passo que, a tramitação acelerada também pode obstaculizar que a família de origem, em período razoável, possa compreender o sentido da intervenção e desenvolver um novo projeto de vida que viabilize os cuidados dos filhos, privilegiando o seu direito à convivência familiar.

Em relação à pretensão socioeducativa, a atualidade da medida por ocasião do início de seu cumprimento deve considerar o contexto social e as condições pessoais do adolescente, que, em razão do decurso do tempo, podem ter-se alterado, como nas situações de estar trabalhando, ter constituído família ou ter se incorporado ao serviço militar, frustrando os propósitos pedagógicos de eventual privação de liberdade, que deve, portanto, ser substituída por outra mais adequada à nova situação.

Por conta disso, ainda que não haja previsão expressa, compreende-se que o art. 100, parágrafo único, inciso VIII, seja interpretado, no que pertine à atualidade, ao fato de que a medida deve ser adequada ao momento em que a decisão é tomada, se cumprida imediatamente, ou ao momento em que é executada, se cumprida posteriormente.

Especialmente relacionado com a situação em que criança e/ou adolescente sejam vítimas ou testemunhas de crimes e o seu direito a ser ouvido no curso de processo judicial que possa afetar seu interesse, o Conselho Nacional de Justiça, na Recomendação n. 33, de 23 de novembro de 2010, referente à criação de serviços especializados em relação ao princípio da atualidade estabelece ainda que “devem ser tomadas medidas de controle de tramitação processual que promovam a garantia do princípio da atualidade, garantindo a diminuição entre o conhecimento do fato investigado e a audiência de depoimento especial”<sup>169</sup>.

### 3.2.4 Privacidade

A garantia da publicidade dos atos processuais expressa nos artigos 5º, inciso LX e 93, inciso IX (com a redação da Emenda

---

<sup>169</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/recomendacao/recomendacao\\_33\\_23112010\\_22102012173311.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf). Acesso em 22 maio 2014.

Constitucional n. 45, de 2004)<sup>170</sup>, da Constituição Federal de 1988 como salvaguarda do devido processo legal, com o fim de promover a transparência e a fiscalização dos atos estatais, é excepcionada para garantia da intimidade ou do interesse público nas hipóteses identificadas como segredo de Justiça, nas quais o acesso aos autos é limitado às partes e aos profissionais diretamente envolvidos, conforme dispõe a legislação infraconstitucional<sup>171</sup>.

O direito à intimidade também se encontra no rol dos direitos humanos, prevendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XII, que “ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, prevendo, no artigo 17, que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem e da identidade, estabelece a regra geral de limitação que fundamenta o princípio da privacidade expresso no artigo 100, parágrafo único, inciso V. O artigo 18 determina ainda que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor.

Por isso, em vários dispositivos, o Estatuto da Criança e do Adolescente se refere expressamente às ações que devem tramitar em segredo de Justiça, previstas no artigo 27, que trata do estado de

---

<sup>170</sup> A Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, ratificou a exigência da publicidade de todos os atos provenientes dos órgãos do Poder Judiciário, dando nova redação aos incisos IX e X do art. 93 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo a proporcionalidade entre o direito à intimidade do interessado e o interesse público, enquanto na redação anterior mencionava apenas a predominância do interesse público:

[...] IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros. [...]

<sup>171</sup> O Código de Processo Civil prevê as hipóteses de segredo de justiça no artigo 155 e o Código de Processo Penal nos artigos 20 e 792.

filiação; nos artigos 143 e 144, referente à divulgação de notícia relacionada à prática de atos infracionais e no artigo 206, que dispõe sobre a possibilidade de intervenção no processo por quem tenha legítimo interesse.

A divulgação por qualquer meio de comunicação, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança e ao adolescente a que se atribua ato infracional, caracteriza a infração administrativa prevista no artigo 247, punida com multa. Por força da Lei n. 10.764, de 12 de novembro de 2003, que alterou o artigo 143, parágrafo único, a proibição da publicidade dos atos, estende-se às autoridades policiais ou administrativas referentes aos procedimentos respectivos, vedando-se qualquer referência que possa conduzir à sua identificação, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Nesse sentido, as Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), também corroboram essa proteção no seu item 8, com a seguinte dicção:

8. Proteção da intimidade

8.1 - Para evitar que a publicidade indevida ou o processo de difamação prejudiquem os menores, respeitar-se-á, em todas as etapas, o direito dos menores à intimidade.

8.2 - Em princípio, não se publicará nenhuma informação que possa dar lugar à identificação de um menor infrator.

Embora destacada em relação à prática infracional e à ação socioeducativa, a garantia da privacidade estende-se a todos os atos judiciais e administrativos que envolvam crianças e adolescentes, cujos direitos se sobrepõem a quaisquer outros, por força da proteção integral conferida constitucionalmente, obrigando o Estado ao seu cumprimento, de forma a garantir-lhes o direito ao respeito e preservá-los de qualquer situação vexatória ou constrangedora.

Alcançando todas as medidas adotadas no âmbito das autoridades administrativas, como o Conselho Tutelar e os responsáveis pela execução das políticas de atendimento, além dos órgãos do Sistema de Justiça da Infância e Juventude e serviços auxiliares, a proteção da privacidade independe de qualquer ordem judicial para garantia da não divulgação dos dados e fatos referentes ao atendimento de crianças e adolescentes, restritos apenas a estes e suas famílias, bem como aos profissionais envolvidos, a fim de evitar os riscos do constrangimento e

das situações vexatórias daí derivadas, comprometendo a sua própria dignidade.

Crianças e adolescentes são seres em formação, ou seja, é a fase da vida em que a personalidade e o caráter das pessoas estão se sedimentando e a exposição pública de sua identidade e imagem podem fazer como que venham a ser discriminados pela sociedade e, em consequência, venham a sofrer traumas que lhes afetem o desenvolvimento e prejudicar a vida adulta. (BORDALLO, 2008, p. 531).

Relativamente à prática infracional, vale ressaltar ainda que a expedição de cópias ou certidão de atos processuais, nos termos do artigo 144, somente deverá ser deferida pela autoridade judiciária competente, “se demonstrado o interesse e justificada a finalidade”, o que se verifica ser frequente no meio judicial para instrução de ações penais onde se apure a coautoria de adulto ou para análise da vida pregressa do réu adulto, em relação à sua conduta social na adolescência, para fins de fixação de pena.

No primeiro caso, a vedação legal estende-se à divulgação dos atos do processo, ainda que praticados em coautoria, cabendo à autoridade judicial a análise da sua finalidade para garantia da preservação da imagem do adolescente envolvido, já que a ação penal em relação ao adulto deve ser pública. Em relação à certidão dos antecedentes infracionais depois de atingida a maioridade, segundo tem-se orientado os tribunais de Justiça<sup>172</sup>, não se caracteriza a infração

---

<sup>172</sup> Nesse sentido, veja-se a seguinte decisão: Recurso em Sentido Estrito. Irresignação da defesa. Pronúncia. Crimes dolosos contra a vida. Competência do Tribunal do Júri. Dupla tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil (artigo 121, §2º, inciso II, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal). Preliminares. (1) Pedido de desentranhamento ou proibição de leitura em plenário de certidão de antecedentes criminais, em que consta apuração de ato infracional contra o réu, sob o argumento de afronta ao disposto no artigo 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Impossibilidade de acolhimento. Normas do Estatuto da Criança e do Adolescente que visam garantir direitos e proteger a honra, a integridade física, psíquica e moral dos menores de 18 anos. acusado que não se encontra na referida faixa etária. possibilidade de divulgação dos atos após o alcance da maioridade, sem autorização judicial. [...]. Recurso conhecido e desprovido. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso Criminal n. 2011.096300-5, de Blumenau.

administrativa em razão da divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes, pois, nesse caso, estaria afastada a finalidade protetiva da norma.

Esse entendimento, todavia, foi recentemente contraditado pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça Catarinense, que, por meio da Circular n. 136, de 15 de julho de 2014, encaminhada aos magistrados, chefes de cartório, com atuação nas Varas da Infância e Juventude, bem como nas unidades criminais, deliberou no seguinte sentido:

INFÂNCIA E JUVENTUDE. CERTIDÃO DE ANTECEDENTES INFRACIONAIS PARA A INSTRUÇÃO DE PROCESSOS CRIMINAIS. TOMAR AS CAUTELAS NECESSÁRIAS, NO SENTIDO DE QUE OS ANTECEDENTES INFRACIONAIS NÃO SEJAM CERTIFICADOS INDISTINTAMENTE. (Autos n. 0010428-56.2014.8.24.0600).

Do parecer que fundamentou a decisão, colhe-se que:

[...] A expedição de certidão de antecedentes infracionais para a instrução de processos criminais, sem quaisquer justificativas, portanto, infringe as regras mínimas definidas pelas Nações Unidas e com tal conduta o Poder Judiciário catarinense não pode convir. Ora, contraditório seria o Poder Judiciário exigir, nos moldes da lei, que os processos que envolvam crianças e adolescentes tramitem sob o regime de segredo de justiça, para, posteriormente, tornar-lhes públicos, de intuito, ademais, de “revelar” a personalidade do infrator, em processo criminal subsequente. Caso isso fosse possível, salvo melhor juízo, não haveria necessidade de se promulgar legislação diferenciada. [...]. (grifou-se).

Dessa forma, estendendo-se ainda aos meios de comunicação e a qualquer pessoa que não tenha legítimo interesse jurídico na questão, a imagem das crianças e adolescentes deve ser sempre preservada, sob pena de violação das garantias individuais, frustrando-se os fins sociais

---

1ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Newton Varella Júnior, julgado em 24.04.2012, grifou-se).

da norma protetiva, como também estabelece o artigo 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vale ressaltar ainda que a restrição da publicidade dos procedimentos que tramitam nas Varas da Infância e Juventude, todavia, não se estende às partes, aos advogados e aqueles que tenham legítimo interesse na solução da lide, consoante estabelece o artigo 206, do Estatuto da Criança e do Adolescente, já que, tendo como escopo proteger a intimidade das partes ou o interesse social, o “segredo de justiça” apenas impossibilita que terceiros, que não possuam interesse na demanda, tenham acesso às informações constantes do processo.

Em decorrência disso, nem todas as ações que tramitam na Justiça especializada terão sua publicidade restringida, como é o caso do julgamento de ações cíveis fundadas em interesses difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, a regulamentação de sua participação em eventos ou espetáculos ou mesmo a apuração de irregularidade em entidade de atendimento, por exemplo, cuja divulgação pode, contrariamente, assumir um caráter informativo ou mesmo pedagógico.

A necessidade de restrição da publicidade deverá, portanto, ser analisada de acordo com as particularidades do caso concreto, cabendo ao magistrado verificar se a sua divulgação poderá malferir a intimidade e a vida privada de crianças e adolescentes direta ou indiretamente envolvidos.

### 3.3 SINGULARIDADES DO PROCESSO INFANTOADOLESCENTE

De acordo com a processualística moderna, a necessidade de adequação do processo ao direito material se expressa na existência de regras especiais para determinados procedimentos, em função da relação jurídica substancial a ser submetida à apreciação do órgão jurisdicional, possibilitando que, em face de determinadas peculiaridades decorrentes, por exemplo, da natureza das partes, as situações concretas encontrem a necessária proteção jurídica.

Como salienta José Roberto dos Santos Bedaque (2011, p. 67),

O outro fator de alterações no direito processual reside fora de seu âmbito. Diz respeito ao direito material. Na medida em que se reconhece a necessidade de o instrumento adequar-se ao objeto, o processo e seus institutos fundamentais devem ser moldados à luz das necessidades sociais que fazem surgir novas relações jurídicas.

Instituindo um microsistema legal para proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo às características especiais da relação jurídica material, prevê regras específicas para o processo que tramita perante a Justiça da Infância e Juventude, estabelecendo ainda, no Capítulo III do Título VI, procedimentos específicos adequados às ações que lhe são próprias, referentes à destituição ou suspensão do poder familiar, colocação em família substituta, apuração de irregularidade em entidade de atendimento, apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, à apuração de ato infracional e à habilitação de pretendentes à adoção.

Além de ser orientado por princípios fundamentais e procedimentais específicos previstos no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e na normativa internacional, como visto, em vários outros aspectos o processo infanto-adolescente também é conformado por singularidades que o distinguem das regras processuais em geral, objetivando garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

### **3.3.1 Acesso à Justiça**

Dispondo o artigo 141 que é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça a garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso XXXV, assegurando a todos não só o direito formal de ação, mas a viabilidade material para acionar as instituições do Sistema de Justiça nas hipóteses de ocorrência de qualquer lesão ou ameaça aos seus direitos.

Para a efetivação dessa garantia, a Constituição Federal de 1988 não apenas se preocupou com a assistência judiciária aos que comprovarem insuficiência de recursos, mas a estendeu à assistência jurídica pré-processual, por meio das Defensorias Públicas e do próprio Ministério Público e previu outros mecanismos para eliminar os obstáculos à proteção judicial dos novos direitos, como a gratuidade da Justiça e a criação de mecanismos adequados<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> De acordo com a clássica obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, os movimentos para garantir a efetividade do acesso à Justiça são identificados em um movimento denominados “ondas”. A primeira onda teria sido a assistência judiciária; a segunda refere-se à representação jurídica dos



Dessa forma, em seu sentido amplo, a garantia do acesso à Justiça pressupõe a consideração de outros requisitos relacionados aos aspectos processuais e de organização judiciária, conforme analisa BORDALLO (2008, p. 511):

É necessária a existência de um direito material legítimo voltado à realização da justiça social; uma administração estatal preocupada com a solução dos problemas sociais e com a plena realização do direito; de instrumentos processuais que permitam a efetividade do direito material; o pleno exercício do direito de ação e a plenitude da concretização da atividade jurisdicional; um Poder Judiciário em sintonia com a sociedade na qual está inserido e adequadamente estruturado para atender as demandas que se lhe apresentam.

Disciplinando esses instrumentos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no dispositivo citado, disciplina os aspectos relacionados à assistência judiciária gratuita e à gratuidade da Justiça, como forma de garantir o acesso amplo e irrestrito de crianças e adolescentes à Justiça para efetivação de seus direitos.

Em relação à assistência judiciária gratuita, a garantia a todos que dela necessitarem conferida pela Constituição Federal de 1988 é reforçada no parágrafo primeiro do artigo 141 e 206, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Embora o *caput* do artigo 141 garanta o acesso a todas as crianças e adolescentes, indistintamente, o dispositivo restringe sua incidência para prestação dos serviços pela Defensoria Pública ou por advogado nomeado apenas àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.

A gratuidade da Justiça corresponde à isenção de custas e emolumentos em todas as ações judiciais da competência da Justiça especializada, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé (art. 141, § 2º), bem como a dispensa do pagamento de preparo para interposição dos recursos (art. 198, I), pressupondo que, sem a necessidade de gastos

---

interesses metaindividuais, especialmente nas áreas de proteção do meio ambiente e do consumidor e, finalmente, a terceira onda, que corresponderia ao enfoque de acesso à justiça, compreendendo os posicionamentos anteriores e tendo como objetivo enfrentar as barreiras ao acesso efetivo à Justiça. (CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988).

para as despesas processuais, amplia-se a proteção dos direitos de crianças e adolescentes por meio do direito de ação, independentemente de sua condição econômica ou social.

Considerando que a regra da gratuidade dos atos judiciais e administrativos somente pode ser aplicada quando estiver diretamente relacionada à garantia de direitos de crianças e adolescentes, para efetivação de sua proteção integral, parte da doutrina e a jurisprudência nacional entende que não está incluída no benefício a isenção das custas, por exemplo, tratando-se de requerimentos para autorização da participação de crianças e adolescentes em eventos, pois, como norma de exceção, sua interpretação deve ser restritiva.

Como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, a isenção de custas somente pode se destinar às crianças e aos adolescentes quando partes autoras ou rés em demandas movidas perante a Justiça da infância e juventude, não sendo extensíveis a outras pessoas que porventura venham a participar dessas ações, já que a norma quanto à isenção não é absoluta, uma vez que mesmo eles poderão estar sujeitos ao pagamento de custas e emolumentos na hipótese de comprovada litigância de má-fé, como prevê a ressalva contida na parte final do mesmo parágrafo, consoante se vislumbra na seguinte decisão:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – AUTORIZAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE EVENTO CULTURAL COM A FREQUÊNCIA DE MENORES DE IDADE – ALVARÁ JUDICIAL – ISENÇÃO DA COBRANÇA DE TAXA DE EXPEDIÇÃO. As normas do Estatuto da Criança e do Adolescente têm por objeto garantir condições necessárias para o acesso das crianças e dos adolescentes às medidas de proteção judicial ali previstas. 2. A regra de isenção de custas e emolumentos prevista no § 2º do seu art. 141 se destina às crianças e aos adolescentes quando partes autoras ou rés em demandas movidas perante a Justiça da Infância e da Juventude, não sendo extensíveis a outras pessoas que porventura venham a participar dessas ações. 3. Incabível a concessão da isenção em procedimento de jurisdição voluntária a empresa de fins lucrativos que promove espetáculo musical destinado ao público infantil mediante o pagamento de ingressos, no qual pede,

em nome próprio e em seu interesse direto, autorização judicial para que os menores possam comparecer desacompanhados dos pais. 4. Recurso especial improvido. (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 701.969/ES. Segunda Turma. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 21/02/2006).

Não obstante o interesse imediato da parte promotora do evento, compreende-se que a finalidade da norma deve ser estendida, já que a regulamentação do ingresso de crianças e adolescentes pela autoridade judiciária visa, sobretudo, a avaliar a conveniência da sua participação em face da natureza e das condições do espetáculo, para garantia de sua proteção integral. Da mesma forma, outros procedimentos que não tenham crianças ou adolescentes no polo processual, como os requerimentos de habilitação de pretendentes à adoção, restituição de objetos apreendidos em procedimentos para apuração de ato infracional, dentre outros, também devem ser abrangidos pela isenção do pagamento de custas e emolumentos, de acordo com a interpretação extensiva da norma.

A gratuidade prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente não alcança, todavia, a impossibilidade de condenação dos postulantes aos honorários advocatícios devidos em razão do ônus da sucumbência, que possuem natureza jurídica diversa das custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais, que são taxas remuneratórias de serviços públicos.

### **3.3.2 Curadoria Especial**

Remetendo à legislação civil e processual as regras referentes à capacidade para estar em juízo (art. 142), o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a necessidade de designação de curador especial à criança ou adolescente em duas hipóteses:

a) quando os interesses do menor colidirem com os de seus pais ou responsável, como, por exemplo, nas ações que tenham por objeto a discussão referente ao poder familiar;

b) quando carecer de representação ou assistência legal, ainda que eventual, já que, não havendo quem o represente ou o assista, é imprescindível a nomeação de curador, sem o que não poderá ingressar em juízo.

Cabe ao curador a função de zelar pelos direitos da criança e/ou adolescente no âmbito do processo, sendo assegurado a este todos os meios para promover a defesa dos interesses da criança e/ou adolescente, para que não corram o risco de serem violados ou sequer ameaçados, sendo vedado transacionar em seu nome, “porque a representação é apenas de tutela e não de disposição” (THEODORO JÚNIOR, 2005, p. 90)<sup>174</sup>.

A nomeação do curador também é prevista no art. 148, parágrafo único, alínea f, do Estatuto, estabelecendo a competência da Justiça da Infância e Juventude para “designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de crianças e adolescentes”.

Ainda que a regra esteja também prevista no artigo 1.692, do Código Civil e no artigo 9º, inciso I, do Código de Processo Civil<sup>175</sup>, o exercício da curadoria especial no âmbito da tutela infantoadolescente assume contornos específicos, principalmente em face da atuação do Ministério Público como substituto processual, de acordo com as atribuições previstas no artigo 201, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora a Lei Complementar n. 80/1994 estipule ser função institucional da Defensoria Pública exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei, uma vez ajuizada a ação pelo Ministério Público para proteção dos direitos da criança e adolescente, ou, atuando como *custos legis*, o Superior Tribunal de Justiça tem assentado a desnecessidade de nomeação de curador especial, especialmente quando a criança ou adolescente não figuram como parte nas ações, como verifica, por exemplo, na destituição ou suspensão do poder familiar.

Nesse sentido, colaciona-se a seguinte decisão:

---

<sup>174</sup> Lembra Galdino Augusto Coelho Bordallo (2008, p. 526) ainda que, não se pode esquecer, em vista da peculiaridade de sua atuação, “do benefício que é concedido ao curador especial de poder apresentar contestação por negativa geral, por autorização expressa constante do parágrafo único do art. 302, do CPC, que excepciona a regra do ônus da impugnação especificada”.

<sup>175</sup> Art. 1.692. Sempre que no exercício do poder familiar colidir o interesse dos pais com o do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público o juiz lhe dará curador especial.

Art. 9º O juiz dará curador especial:

I - ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele;

RENOVAÇÃO DO JULGAMENTO. DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA AOS MENORES. DESNECESSIDADE. ECA. ART. 201, INCISOS III E VIII. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Deve ser renovado o julgamento se da publicação da pauta não foi intimada a recorrente, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
2. Compete ao Ministério Público, a teor do art. 201, III e VIII da Lei nº 8.069/90 (ECA), promover e acompanhar o processo de destituição do poder familiar, zelando pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes.
3. Resguardados os interesses da criança e do adolescente, não se justifica a nomeação de curador especial na ação de destituição do poder familiar.
4. Recurso especial a que se nega provimento. (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1176512/RJ. Quarta Turma. Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 28/08/2012).

Do voto da relatora, extrai-se que:

[...] A nomeação de curador especial (figura de direito processual e não de direito material) se justifica quando há possibilidade de conflito de interesses entre o menor e o responsável pela defesa de seus interesses no processo judicial.

[...] Ademais, a natureza jurídica do curador especial não é a de substituto processual, mas a de legitimado excepcionalmente para atuar em defesa daqueles a quem é chamado a representar. Ocorre que os menores já estão, repita-se, tendo o seu direito individual indisponível defendido pelo Ministério Público, como substituto processual, na forma prevista na Lei nº 8.069/1990.

Na realidade, o que se divisa com a pretendida intervenção de curador especial é o retardamento desnecessário do feito, a trazer prejuízo aos menores, justamente a quem se pretende proteger.

Considerando que a curadoria especial objetiva suprir a incapacidade da criança ou adolescente para manifestação de vontade em juízo, a pretendida intervenção de curador especial nos processos em que o seu direito individual indisponível é realizada pelo Ministério Público, como substituto processual, na forma prevista na Lei nº 8.069/1990, contrariamente ao escopo do instituto, pode representar, um ônus aos interesses do representado na tramitação razoável do processo.

Por outro lado, também recentemente assentou-se que a atuação da Defensoria Pública como curadora especial para defender interesses de crianças e adolescentes só pode ocorrer quando houver convocação no processo, não sendo possível a nomeação da instituição em processo instaurado de ofício, em nome próprio, em que não é parte criança ou adolescente, para requerer a aplicação de medidas protetivas, ainda que em seu interesse.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que:

DEFENSORIA PÚBLICA. ATUAÇÃO COMO CURADOR ESPECIAL HAVENDO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. HIPÓTESES EM QUE INCAPAZ NÃO É PARTE. INTERVENÇÃO OBRIGATÓRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NÃO CONFIGURADA. SOBREPOSIÇÃO DAS FUNÇÕES DO PARQUET E DO CURADOR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Não ocorre a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil quando o Juízo, embora de forma sucinta, aprecia fundamentadamente todas as questões relevantes ao deslinde do feito, apenas adotando fundamentos divergentes da pretensão do recorrente.

2. A Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tem a função de orientação jurídica e defesa, em todos os graus dos necessitados, aí incluída a defesa de crianças e adolescentes. Entretanto, a atuação da Defensoria Pública não deve ocorrer como substituto processual, agindo de ofício em casos como o dos autos, em que o Ministério Público já havia ajuizado medidas cabíveis em favor do menor abrigado.

3. Não há previsão legal para intervenção obrigatória da Defensoria Pública, como curadora especial, sob a invocação do disposto nos arts. 9º, I, do CPC, e 148, parágrafo único, letra f, do ECA. Embora a Lei Complementar n. 80/1994 estipule ser função institucional da Defensoria Pública exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei, não é possível à instituição ser nomeada como curadora especial em processo instaurado de ofício por ela, em que não é parte criança ou adolescente.

4. A atuação da Defensoria Pública como curadora especial no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente deve se dar somente quando chamada ao feito pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude em processos em que a criança ou adolescente seja parte na relação processual, e desde que vislumbrada tal necessidade, sob pena de violação do princípio da intervenção mínima previsto no art. 100, inc. VII, do ECA. 5. Recurso Especial provido (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.296.155 - RJ. Segunda Seção Cível. Relator Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 26/06/2013).

Embora não se questione a possibilidade de a Defensoria Pública utilizar todos os instrumentos processuais disponíveis para atuação, podendo promover ações e intervir como assistente de algumas das partes em casos específicos em que seja legitimada na condição de curador especial, o que a lei não autoriza é a exigência de intervenção obrigatória em todos os processos em que haja alegação de ameaça ou violação de algum direito de criança ou adolescente, sob pena de nulidade, pois, já atuando o Ministério Público no processo como *custos legis* não ocorre necessidade da intervenção obrigatória de outra instituição para a mesma função<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública, na condição de curadores, também será analisada no Capítulo 6, cujo critério relaciona-se à legitimidade para defesa do interesse superior e do interesse manifesto de crianças e adolescentes.

### 3.3.3 Competência: o juízo imediato e a *perpetuatio jurisdictionis*

Uma vez fixada a competência da Justiça estadual para julgamento das ações para proteção dos direitos da criança e adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente adota critérios para definição do âmbito da atuação jurisdicional, estabelecendo a competência funcional (art. 146), em razão da matéria (art. 148) e em razão do lugar ou territorial (art. 147).

A competência da Vara da Infância e Juventude em razão da matéria nas hipóteses previstas no artigo 148, é de natureza absoluta, não podendo ser alterada pela vontade das partes ou do órgão judicial, pois fixadas em face do interesse público, atendendo-se ao critério da especialidade para a garantia de uma adequada prestação jurisdicional.

Já a competência territorial, por sua vez, pode ser alterada a critério das partes, de acordo com o artigo 111 do Código de Processo Civil<sup>177</sup>, que, consoante prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 147), será determinada pelo domicílio dos pais (inciso I) ou pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente (inciso II), à falta destes ou do responsável, partindo-se da presunção legal de que o juízo mais próximo da criança ou adolescente é aquele que possui melhores condições para processar e julgar as ações que versem sobre a proteção dos seus direitos (juízo imediato).

A fixação da jurisdição em razão do território também é estabelecida pelos demais critérios previstos no dispositivo em relação à apuração da prática do ato infracional, da execução de medidas socioeducativas e de infrações cometidas por transmissão de rádio ou televisão, além do previsto no artigo 209 para o julgamento das ações para defesa dos direitos difusos e coletivos.

No âmbito civil, uma vez determinada a competência no momento da propositura da ação (*perpetuatio jurisdictionis*), consoante estabelece o artigo 87 do Código de Processo Civil<sup>178</sup>, a possibilidade da

---

<sup>177</sup> Art. 111. A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

<sup>178</sup> Art. 87. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.



aplicação da regra no Juízo da Infância e Juventude constitui-se em singularidade que tem dividido a doutrina e a jurisprudência brasileiras sobre a possibilidade de seu afastamento em razão dos princípios fundamentais do Direito da Criança e do Adolescente, sob o argumento de se proteger integralmente os direitos das crianças e adolescentes envolvidos, já que, o juízo mais próximo, mesmo depois de ajuizada a ação, é que teria maiores condições para garantia da efetividade da tutela jurisdicional.

Como lecionam Tânia da Silva Pereira e Lúcia Cristina Guimarães Deccache (2008, p. 135),

Desta forma, as regras processuais de competência devem se subsumir aos princípios e regras de proteção à criança e ao adolescente, levando ao entendimento de que acima dos critérios de competência geral e especial, está o valor jurídico de cuidar do direito infantojuvenil de forma a priorizar seus direitos sobre qualquer outro que a ele se contraponha. Assim é, porque a Carta Maior determina. Nesta linha de raciocínio, pode-se afirmar que mesmo a competência fixada pelo critério territorial, de natureza relativa com a possibilidade da prorrogação da competência caso não arguida via de exceção, poderá revestir-se de natureza absoluta visando afastar o foro ou juízo prejudicial ao interesse da criança ou adolescente.

Assentado nos princípios da prioridade absoluta e do superior interesse da criança, o princípio da *perpetuatio jurisdictionis* deverá ser mitigado na fixação da competência, ou mesmo sua alteração, para o foro onde se encontra a criança ou o adolescente, regra especial à qual se subordinam as disposições gerais de competência previstas na legislação processual civil, como vem reiteradamente decidindo o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C GUARDA DE FILHO. MELHOR INTERESSE DO MENOR. PRINCÍPIO DO JUÍZO IMEDIATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. 1. Debate relativo à possibilidade de deslocamento

da competência em face da alteração no domicílio do menor, objeto da disputa judicial. 2. Em se tratando de hipótese de competência relativa, o art. 87 do CPC institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), evitando-se, assim, a alteração do lugar do processo, toda a vez que houver modificações supervenientes do estado de fato ou de direito. 3. Nos processos que envolvem menores, as medidas devem ser tomadas no interesse desses, o qual deve prevalecer diante de quaisquer outras questões. 4. Não havendo, na espécie, nada que indique objetivos escusos por qualquer uma das partes, mas apenas alterações de domicílios dos responsáveis pelo menor, deve a regra da *perpetuatio jurisdictionis* ceder lugar à solução que se afigure mais condizente com os interesses do infante e facilite o seu pleno acesso à Justiça. Precedentes. 5. Conflito conhecido para o fim de declarar a competência do Juízo de Direito de Carazinho/RS (juízo suscitante), foro do domicílio do menor. (Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência n. 114.782/RS. Segunda Seção Cível. Relatora Ministra Nancy Andrigli, julgado em 12/12/2012)<sup>179</sup>.

Por força da necessidade de adequação do processo ao direito material consubstanciado na Doutrina da Proteção Integral, o princípio da *perpetuatio jurisdictionis* não vigora nos procedimentos infanto-adolescentes possibilitando que, mesmo após a fixação da competência de acordo com o domicílio dos genitores, o processo possa eventualmente ser enviado a outro juízo em caso de mudança do local onde se encontrem a criança e/ou adolescente.

Contrariamente a essa posição majoritária, parte da doutrina vem sustentando ser equivocada a extensão dos limites da aplicação do princípio do juízo imediato, no sentido de que o artigo 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente não tem o condão de elidir a aplicação

---

<sup>179</sup> No mesmo sentido, são as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça nos Conflitos de Competência n. 127109/AM, n. 119318/DF, n. 114328/RS e n. 111130/SC. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 7 julho 2014.

subsidiária da regra da perpetuação da competência prevista na legislação civil, já que as sucessivas alterações de foro, além de incompatíveis com o princípio do juiz natural, podem, até mesmo, violar os próprios interesses da criança ou adolescente envolvidos.

Para Galdino Augusto Coelho Bordallo (2008, p. 544),

[...] O atendimento aos fins sociais aos quais o Estatuto se propõe e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (requisitos do art. 6º), para a interpretação de suas regras por certo devem ser e são utilizados, mas isto não significa que se deve realizar uma desvirtuação das normas jurídicas sempre com a justificativa de que está sendo buscado o melhor interesse da criança e do adolescente, como se isto fosse a maravilha curativa. O envio dos autos do processo para outra comarca no transcorrer da instrução em nada beneficiará a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, como também não fará com que se tenha uma decisão mais justa ou um processo mais célere. Muito pelo contrário. A remessa dos autos para outra comarca não facilitará a solução da questão litigiosa posta em juízo, apenas a postergará. Caso haja nova mudança de domicílio dos pais ou responsáveis ou, na falta destes, da criança/adolescente, mais uma vez, seguindo-se o entendimento da existência da regra do juízo imediato, deverá haver o declínio da competência e o processo enviado para o juízo do novo domicílio. Estaria, então, criada a figura do processo itinerante. Chegando-se a um exemplo de extremos, imaginemos a viagem que o processo faria caso os pais e a criança fossem artistas circenses.

Destarte, sob o imperativo principiológico da Doutrina da Proteção Integral, a definição da competência para a prestação jurisdicional deve garantir a primazia àquele que atenda ao superior interesse da criança ou adolescente, materializando o princípio do juízo imediato, mesmo que isso implique flexibilização de outra norma cogente, a fim de promover a plena satisfação das suas necessidades, no exame da resolução do conflito.

### 3.3.4 Poder geral de cautela

O poder geral de cautela e a prerrogativa de produção de provas pela autoridade judiciária estão previstos no artigo 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecendo que, não correspondendo a nenhum procedimento na lei, poderá o juiz, de ofício, conceder as medidas necessárias, ouvido o Ministério Público.

A regra encontra equivalência no artigo 130, do Código de Processo Civil, estabelecendo que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, como mitigação do princípio dispositivo<sup>180</sup>, para conferir ao magistrado uma posição ativa na condução do processo.

A necessidade de o juiz assumir a efetiva posição de condutor do processo, com ampla participação no contraditório desenvolvido pelas partes, corresponde à tendência quase unânime da moderna ciência processual. Amplia-se, dessa forma, a noção de contraditório, para nela incluir também a participação ativa do juiz no desenvolvimento da relação processual. (BEDAQUE, 2011, p. 65).

Essa iniciativa conferida ao magistrado, com a produção das provas de ofício e em busca da verdade real, é amplíssima, pois é feita no interesse público de efetividade da Justiça, como vem reconhecendo o Superior Tribunal de Justiça quando se tratar de direito indisponível (ações de estado) ou quando houver significativa desproporção econômica ou sociocultural entre as partes<sup>181</sup>, condições que se verificam em todos os procedimentos na área da Infância e Juventude.

---

<sup>180</sup> De acordo com CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO (2004, p. 64), “o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão”. (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2004).

<sup>181</sup> Nesse sentido, a seguinte decisão: DIREITOS CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PROVA GENÉTICA. DNA. REQUERIMENTO FEITO A DESTEMPO. VALIDADE. NATUREZA DA DEMANDA. AÇÃO DE ESTADO. BUSCA DA VERDADE REAL. PRECLUSÃO. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.

Prevendo a possibilidade de livre investigação dos fatos e a prerrogativa geral de adotar as providências necessárias para proteção dos direitos de crianças e adolescentes que estejam sendo violados ou ameaçados, a interpretação do artigo 153, na prática cotidiana, tem suscitado inúmeras distorções quanto ao seu efetivo significado, em decorrência de sua associação com dispositivo similar existente no Código de Menores de 1979, que reforçava as funções paternalista e centralizadora do antigo juiz de menores, com amplo poder discricionário.

Isso porque, desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem sido usual a instauração de procedimentos inominados ou usualmente denominados como “procedimentos para verificação de situação de risco” ou para “procedimentos para aplicação de medidas protetivas”, de ofício pelo magistrado, tendo por fundamento a interpretação equivocada do dispositivo, que, diversamente do Diploma revogado, tem seu âmbito de incidência limitado pela inexistência de procedimento previsto em lei e, especialmente, pela competência do Conselho Tutelar, que, assumiu as atribuições jurisdicionais para aplicação das medidas protetivas nos casos de ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes que não tenham repercussão jurídica.

---

INOCORRÊNCIA PARA O JUIZ. PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ART. 130, CPC. CARACTERIZAÇÃO. DISSÍDIO CARACTERIZADO. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO. I - Tem o julgador iniciativa probatória quando presentes razões de ordem pública e igualitária, como, por exemplo, quando está diante de causa que tenha por objeto direito indisponível (ações de estado), ou quando, em face das provas produzidas, se encontra em estado de perplexidade ou, ainda, quando há significativa desproporção econômica ou sócio cultural entre as partes. II – Além das questões concernentes às condições da ação e aos pressupostos processuais, a cujo respeito há expressa imunização legal (CPC, art. 267, § 3º), a preclusão não alcança o juiz em se cuidando de instrução probatória.

III - Diante do cada vez maior sentido publicista que se tem atribuído ao processo contemporâneo, o juiz deixou de ser mero espectador inerte da batalha judicial, passando a assumir uma posição ativa, que lhe permite, dentre outras prerrogativas, determinar a produção de provas, desde que o faça com imparcialidade e resguardando o princípio do contraditório. IV - Na fase atual da evolução do Direito de Família, não se justifica inacolher a produção de prova genética pelo DNA, que a ciência tem proclamado idônea e eficaz (Superior Tribunal de Justiça. Segunda Turma. Recurso Especial n. 222445/PR. Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 07/03/2002, grifou-se).

Como se analisará no Capítulo 6, a generalização do uso desses procedimentos sem forma ou rito no Sistema de Justiça brasileiro, a par de não se coadunar com as funções judiciais a partir da incorporação da Doutrina da Proteção Integral no ordenamento pátrio, relaciona-se diretamente com o aumento significativo do volume de demandas em tramitação nas varas especializadas, contribuindo para a própria deslegitimação e o enfraquecimento do Sistema de Garantia dos Direitos criado para articulação das instâncias da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes.

Dessa forma, respeitadas as atribuições do Conselho Tutelar e diante previsão de procedimentos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a única hipótese expressamente disciplinada de instauração de procedimento por iniciativa do juiz, mediante portaria, é a prevista no art. 191 referente ao procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento.

Cleber Tonial (2002) indica ainda outras situações de livre investigação do juiz da Infância e juventude para as quais não existe procedimento prévio previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam, o descumprimento das normas fixadas em portaria ou alvará do juízo (art. 149); a lavratura de assento de nascimento da criança ou adolescente sem registro anterior (art. 102, § 1º); a revisão de medida aplicada pelo Conselho Tutelar (art. 137) e a hospedagem de criança ou adolescente em desacordo com o artigo 82.

A utilização indevida dos procedimentos apuratórios, caracterizados do ponto de vista processual como meros expedientes administrativos, sem a observância do contraditório e da ampla defesa, vai de encontro à própria proteção integral assegurada na lei.

Dessa forma, uma vez afastada a possibilidade de instauração de procedimentos oficiosos pelo juiz da Infância e Juventude para “verificação da situação” de crianças e adolescentes, compreende-se que as prerrogativas conferidas ao magistrado nos termos do poder geral de cautela asseguradas no artigo 153, só podem ser aceitas incidentalmente, no curso do processo, para ordenar as medidas cautelares necessárias para proteção dos seus direitos, na forma prevista, subsidiariamente, pelos artigos 797 e 798 do Código de Processo Civil<sup>182</sup>.

---

<sup>182</sup> Art. 797. Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.

Art. 798. Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma

### 3.3.5 Recursos

Adotando expressamente o sistema recursal do Código de Processo Civil a todos os procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude, independentemente de tratar de procedimento civil, administrativo ou de natureza infracional, os artigos 198 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem algumas adaptações e especificidades para adequação da tutela jurisdicional à garantia dos direitos infantoadolescentes<sup>183</sup>. Desse modo, foram previstas apenas as regras que divergem do sistema recursal já existente, que se submetem ainda aos princípios fundamentais dos recursos em geral.

Diferentemente do processo em geral, a unicidade do sistema recursal civil nos procedimentos estatutários afasta por completo a aplicação das regras do processo penal, mesmo naqueles referentes à apuração dos atos infracionais e de execução de medida socioeducativa, que deverão ser manejados por meio dos instrumentos previstos no artigo 496, do Código de Processo Civil<sup>184</sup>, além do recurso adesivo (art. 500).

As alterações promovidas pelo Estatuto assim, encontram-se previstas no artigo 198 e incisos, incluindo aspectos relacionados à:

a) gratuidade para o acesso à Justiça, prevendo a dispensa do preparo para a interposição dos recursos (inciso I);

b) a redução dos prazos para interposição, com o intuito de garantir a celeridade na tramitação processual (inciso II);

---

parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

<sup>183</sup> As especificidades recursais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente não alcançam a ação civil pública, cujo regramento é feito por lei especial (Lei n. 7.347/1985).

<sup>184</sup> Art. 496. São cabíveis os seguintes recursos:

I - apelação;

II - agravo;

III - embargos infringentes;

IV - embargos de declaração;

V - recurso ordinário;

VI - recurso especial;

VII - recurso extraordinário;

VIII - embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

c) a preferência no julgamento na instância superior e a dispensa de revisor (inciso III). Em relação aos recursos nos procedimentos de adoção e destituição do poder familiar, os artigos 199-C e 199-D acrescentados pela Lei n. 12.010/2009, estabeleceram a prioridade absoluta no seu processamento, “devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público”, para julgamento no prazo máximo de sessenta dias, contados da sua conclusão;

d) possibilidade de retratação do juízo prolator nos recursos de apelação e agravo, possibilitando que o magistrado possa modificar sua própria decisão, inclusive quanto ao mérito, após a publicação.

Em relação a esse último aspecto, o Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu inovação ao excepcionar a regra geral de irretratabilidade da sentença prevista no Código de Processo Civil<sup>185</sup>, estabelecendo a possibilidade do juízo de retratação inclusive no recurso de apelação, hipótese não prevista no sistema recursal civil, objetivando propiciar maior celeridade na prestação jurisdicional, evitando a remessa desnecessária da demanda aos tribunais.

A previsão, no entanto, aplica-se somente aos recursos de agravo e apelação, não se estendendo às demais espécies recursais previstas na legislação estatutária, já que,

Não há como se entender que o juízo de retratação será aplicado para todos os recursos previstos em nosso ordenamento jurídico desde que versem sobre Direito da Infância e Juventude. O inciso VII, do art. 198, é claro em ressaltar os recursos de apelação e de agravo como aqueles em que será possível a utilização desta específica possibilidade de reforma. Por mais elástico que seja o critério interpretativo utilizado, não conseguimos estender o juízo de retratação às demais espécies de recursos. (BORDALLO, 2008, p. 740).

---

<sup>185</sup> Art. 463. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:

- I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo;
- II - por meio de embargos de declaração.



Logo, após oportunizar prazo legal para o oferecimento de contrarrazões, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão recorrida, no prazo de cinco dias. A não manifestação da autoridade judiciária, conforme tem entendido a jurisprudência, implica a manutenção tácita da decisão proferida.

Tocante aos efeitos dos recursos, a Lei n. 12.010/2009, ao revogar inciso VI, do artigo 198, inverteu a regra estatutária que previa o recebimento da apelação, via de regra, apenas em seu efeito devolutivo, possibilitando o cumprimento imediato da decisão, excepcionando apenas as hipóteses de adoção internacional ou quando houvesse perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, a juízo do magistrado, que teriam também efeito suspensivo.

Desta forma, a partir da mudança promovida, a apelação segue a regra geral do artigo 520 do Código de Processo Civil, que determina o seu recebimento em ambos os efeitos, com exceção das decisões que defiram a adoção nacional e quando houver destituição do poder familiar, conforme estabelecem os artigos 199-A e 199-B, quando terão efeito apenas devolutivo. No primeiro caso (adoção nacional), o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ainda a possibilidade de concessão de efeito suspensivo quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 199-A, *in fine*).

Em relação à prática infracional, com as mudanças operadas pela Lei n. 12.010/2009 no sistema recursal estatutário determinando que o recurso de apelação é agora recebido em ambos os efeitos, contra decisão que impõe a medida socioeducativa de internação já vem sendo reconhecido na doutrina e jurisprudência pátrias o direito do adolescente de aguardar o julgamento do recurso em liberdade<sup>186</sup>.

Não obstante as alterações promovidas tenham por mérito garantir a celeridade necessária nos recursos visando à garantia do direito à convivência familiar, não se pode desconsiderar, portanto, que a alteração promovida representou verdadeira involução, no que tange às especificidades recursais estabelecidas pelo legislador estatutário visando à efetividade da tutela jurisdicional, de acordo com a natureza do direito material protetivo.

Pelo exposto, pode-se constatar que as inovações em matéria hermenêutica e procedimental na área do Direito da Criança e do

---

<sup>186</sup> Nesse sentido é a decisão do Superior Tribunal de Justiça no *Habeas corpus* n. 112.799/SP. Sexta Turma. Relator Ministro Haroldo Rodrigues, julgado em 16.03.2010. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 8 julho 2014.

Adolescente dirigem a atuação estatal no âmbito do Sistema de Justiça no intuito de instrumentalizar a realização da prestação jurisdicional para garantia da efetividade de seus direitos. Cabe à Justiça, portanto, implementar a Doutrina da Proteção Integral, a partir do seu conjunto axiológico e dos novos parâmetros interpretativos, exigindo da família, da sociedade e do Estado todas as ações necessárias para sua promoção, proteção e defesa.

Por outro lado, na sua dimensão interna, incumbe à Justiça especializada proteger integralmente a criança e o adolescente diretamente envolvidos ou afetados pela tutela judicial, garantindo que as suas condições estruturais de ação (incluindo a formação, arranjos e práticas), sejam orientadas para sua afirmação como sujeito de direitos e a garantia do seu interesse superior, mediante prioridade absoluta, por meio da adequação dos procedimentos e do atendimento.

Essa análise parte da premissa de que o funcionamento da Justiça especializada, compondo um conjunto de órgãos responsáveis pelas ações da política de atendimento, pressupõe um novo modelo de atuação que, na perspectiva inovadora proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não mais opera de forma isolada, centralizando as ações, como em sua concepção originária antes analisada, mas se integra a um Sistema de Garantia dos Direitos, responsável pela implementação de ações articuladas e integradas voltadas à coordenação de esforços para a proteção integral, em uma relação de complementariedade que vai além do processo em si, exigindo dos seus atores novas habilidades e competências.

Discutir quais são esses requisitos e em que medida é esperada a atuação da Justiça especializada no Sistema de Garantia dos Direitos, é questão que merece ser investigada no capítulo que segue, que terá como ponto de partida indicar de que forma as varas, promotorias de Justiça e defensorias públicas situam-se na configuração dos seus eixos estratégicos, complementares e inter-relacionados, cuja ação se desenvolve por meio de redes de atendimento, constituídas a partir das diversas realidades locais.

## CAPÍTULO 4

### A JUSTIÇA NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O percurso histórico que determinou o rompimento com o modelo de funcionamento de especialização da Justiça, estruturada a partir da concepção tutelar e centrada na autoridade do juiz, como visto, estabeleceu, a partir do paradigma fundado na Doutrina da Proteção Integral, um novo modelo de atuação orientado para a concretização dos direitos de crianças e adolescentes, considerados como sujeitos-cidadãos, pressupondo deveres e limitações à intervenção estatal.

Limitada pelo contexto das políticas neoliberais que configuraram o contexto pós-constituinte, pressionando o Estado no sentido de afastamento das questões sociais, a concretização dos direitos fundamentais pressupôs assim a configuração de um sistema de garantias que previsse a responsabilidade das diferentes instituições, de acordo as competências e atribuições legais.

Como resultado da evolução histórica do reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes e do próprio *deficit* e fragmentação das políticas públicas sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 86, introduziu a necessidade de estruturação de uma política de atendimento, que deve realizar-se por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, nos três níveis de governo, de acordo com as linhas de ação e diretrizes para atuação dos programas e instituições responsáveis pela sua operação.

A opção pela ação sistêmica, como o caminho para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, objetivou potencializar esforços e recursos humanos, materiais e financeiros para a concretização da lei, mediante estratégias gerais de ação que devem ser seguidas e adaptadas a cada realidade, permitindo que os atores sociais encetem novas formas de implementá-las, de acordo com suas realidades e potencialidades.

#### 4.1 O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS

Conforme relembra Myrian Veras Baptista (2012, p. 179-199), a ideia de estruturação de um Sistema de Garantia dos Direitos na área da Criança e do Adolescente foi evocada pela primeira vez por Wanderlino Nogueira Neto, no III Encontro Nacional da Rede de Centros de Defesa, realizado em Recife em outubro de 1992, posteriormente reforçado pelo programa de capacitação e treinamento promovido em 1999 pelo Centro

Dom Helder Câmara - CEDHC, do qual resultou a publicação intitulada “Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral”.

Para Nogueira, a estruturação desse sistema objetivava acentuar a especificidade da política de garantia de direitos de crianças e adolescentes dentro do campo geral das políticas de Estado, reforçando seu papel no conjunto de ações estratégicas de “advocacia de interesses de grupos vulnerabilizados”. Essa estruturação não contemplaria uma política setorial apartada, mas iria ressaltar a perspectiva de integralidade da ação, que deveria cortar transversal e intersetorialmente todas as políticas públicas, incluindo nesse sistema o campo da “administração da justiça”, ao lado do campo das “políticas de atendimento”. (BATISTA, 2012, p. 190, grifos da autora).

Para a implementação desse sistema evidenciava-se a exigência de repensar as ações e as inter-relações institucionais associadas às diversas situações em que crianças e adolescentes necessitassem de proteção, de forma a garantir direitos, definindo mais claramente os papéis dos diversos atores sociais responsáveis pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, situando-os em eixos estratégicos e inter-relacionados, enfatizando a necessidade de fortalecer o controle da sociedade civil.

Por outro lado, essa necessidade de alteração do modelo de atendimento com a reformulação das instituições que passariam a integrar o Sistema de Garantia de Direitos, compondo um projeto comum e inédito que potencializasse a sua abrangência e eficácia, estava relacionada à tentativa de dissociar do campo estritamente jurídico questões sobre a infância e a adolescência que abarcam muitas outras áreas e que precisavam ser “desjudicializadas”. Para Antônio Carlos Gomes da Costa (1990, p. 38),

Ao revogar o velho paradigma, representado pelas Leis n. 4.513/64 (Política Nacional do Bem-Estar do Menor) e 6.697/79 (Código de Menores), o Estatuto cria condições legais para que se desencadeie uma verdadeira revolução, tanto na formulação das políticas públicas para a infância e

a juventude como na estrutura e funcionamento dos organismos que atuam na área.

A estruturação de um sistema de garantias, pressupondo o desenvolvimento de ações integradas entre os órgãos, instituições e pessoas responsáveis, constitui assim, a base do projeto político proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que, fundamentado nos pressupostos da descentralização e a participação popular previstos nos artigos 204 e 227, § 7º da Constituição Federal, estabelece as diretrizes e os mecanismos para a sua operacionalização nos três níveis de governo. “Ou seja, o Sistema de Garantia dos Direitos é um conceito formulado a partir da interpretação dos artigos do Estatuto que definem a política de atendimento de crianças e adolescentes, nos quais é possível identificar os atores e as instâncias que atuam de forma conjunta”. (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 60).

Essa configuração parte da premissa de que a complexidade das questões a serem enfrentadas referentes às diversas situações em que crianças e adolescentes necessitam de proteção para garantia de seus direitos, dada a incompletude das instituições e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, demanda uma intervenção concorrente de diferentes setores, nas diversas instâncias da sociedade e do Estado.

A efetividade e a eficácia dessa intervenção dependem de sua dinâmica, que, por mais complexa que seja sua arquitetura, não pode deixar de realizar uma articulação lógica intersetorial, interinstitucional, intersecretarial e, por vezes, intermunicipal. Essa articulação deve levar à composição de um todo organizado e relativamente estável, norteado por suas finalidades. Esse tipo de organização configura um sistema, que se expande em subsistemas, os quais, por sua vez, ampliam-se em outros subsistemas de menor dimensão, cada qual com suas especificidades. (BATISTA, 2012, p. 188).

Tal sistema, na visão de Luseni Aquino (2004, p. 328), do ponto de vista da concepção, destaca-se pelo caráter abrangente, pois incorpora tanto os direitos universais de todas as crianças e adolescentes, quanto a proteção especial a que fazem jus aqueles que foram ameaçados ou violados em seus direitos. Da perspectiva organizacional, o sistema ancora-se na integração interdependente de

um conjunto de atores, instrumentos e espaços institucionais (formais e informais) que contam com seus papéis e atribuições definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Quanto à gestão, o sistema de garantias funda-se nos princípios da descentralização político-administrativa e da participação social na execução das ações governamentais e não governamentais de atenção à população infantoadolescente.

Esse reordenamento institucional proposto no sistema de garantias adotado pelo Direito da Criança e do Adolescente é responsável por substituir definitivamente as políticas sociais centralizadoras, burocráticas e compensatórias que agravavam ainda mais o processo de exclusão de crianças e adolescentes, por políticas sociais de caráter emancipatório. (LIMA; VERONESE, 2012, p. 118-119).

Consolidando essa opção, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, em deliberação conjunta, assinaram em abril de 2006, a Resolução de n. 113, dispondo sobre parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a competência de,

[...] promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, e garantindo a apuração e reparação dessas ameaças e violações.

A definição do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente se encontra na Resolução n. 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, de 19 de abril de 2006, estabelecendo que:

[...] constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade

civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

O Sistema de Garantia de Direitos pode ser compreendido, assim, como a união de esforços comuns e organizados dos órgãos e instituições incumbidos pelos textos constitucional e estatutário da proteção, defesa e controle social das ações e políticas voltadas para a garantia dos direitos da população infantoadolescente.

Todos os seus integrantes têm as mesmas responsabilidades, embora com atribuições distintas, e se relacionam dentro de uma lógica de funcionamento que não implica qualquer hierarquia ou valoração da atuação em graus diferenciados de importância, pressupondo uma atuação articulada e transversal que apenas alcançará a eficácia pretendida se forem abordados de forma integrada e fortalecida em suas diferentes dimensões.

Nesse sentido, Wanderlino Nogueira Neto (2009) já ressaltava a necessidade,

[...] do enfrentamento, pelos Sistemas de Políticas Públicas (educação, saúde, assistência social, cultura, segurança pública etc.) e pelo Sistema de Justiça (varas judiciais, promotorias de justiça, defensorias públicas e outras procuraturas sociais), de questões como as dos adolescentes em conflito com a lei, das crianças e dos adolescentes em situação de rua, explorados no trabalho infantil, submetido a abusos e explorações sexuais - por exemplo - há que ser posto numa “ambiência sistêmica”, isto é, no seio de uma concertação sistêmica pela promoção e proteção (defesa) dos seus direitos humanos, ou pelo menos, minimamente, no ambiente de um institucionalizado “sistema de garantia de direitos”. Numa linha linear cartesiana, esse atendimento a tal público se faria, restrita e monopolisticamente, a depender do caso, ou apenas através de um procedimento judicial, de uma intervenção socioassistencial, de uma ação policial e por aí afora, sem que se colocassem esses enfrentamentos como atendimentos

públicos, numa linha sistêmica, articulada/integrada, complementar – interinstitucional/intersectorial e interdisciplinar/multidisciplinar, mais ampla e radicalmente. (grifos do autor).

Pressupondo uma definição clara dos papéis dos diversos atores sociais para implementação das políticas de atendimento<sup>187</sup>, evitando-se a sobreposição da atuação, retrabalho ou ações contraditórias, que revitimizam e descaracterizam o foco da proteção integral do sujeito criança e adolescente, o artigo 5º da Resolução n. 113, relaciona os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram esse Sistema, a partir de três eixos estratégicos de ação, constituídos como: I - da defesa; II - da promoção; e III - do controle da efetivação dos direitos humanos.

Aperfeiçoando a denominação, embora mantida a estruturação nos três eixos, é importante lembrar que após um novo período de

---

<sup>187</sup> O Estatuto estabelece em seu artigo 87 as linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Para Antônio Carlos Gomes da Costa, as políticas de atendimento podem ser classificadas em quatro modalidades: a) políticas sociais básicas; b) políticas de assistência social; c) política de proteção especial, e, d) política de garantias. Esta última, engloba a atuação dos integrantes do eixo da defesa do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes responsável pela defesa jurídico-social dos direitos individuais e coletivos da população infanto-juvenil. (In: **É possível mudar** – a criança, o adolescente e a família na política social do município, 1993, p. 30).



maturação e discussões, que resultou no documento de preparação da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em dezembro de 2009, os eixos recebem a seguinte denominação: a) Promoção e Universalização de Direitos em um Contexto de Desigualdade; b) Proteção e Defesa no Enfrentamento das Violações dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e, c) Controle da Efetivação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes<sup>188</sup>.

Além disso, o Conanda passa a adotar como terminologia “Sistema de Garantia dos Direitos”, em vez de, “Sistema de Garantia de Direitos”. Por mais sutil que seja a mudança, é possível dizer que a utilização do plural, por parte do Conselho, reforça o caráter específico, mas também universal dos direitos garantidos pelo Estatuto. (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 62-63).

Myrian Veras Batista (2012, p. 191) sustenta que outros espaços precisam ser engajados e, por isso, propõe ainda a necessidade de contemplar outros eixos além daqueles propostos, incluindo o da instituição do direito, configurado pelas leis e regras que norteiam as relações da sociedade, cuja função é responsabilidade do Poder Legislativo, e o da disseminação do direito, que objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania, e, especificamente, discutir e contextualizar, em uma perspectiva crítica à garantia dos direitos, do qual participam os meios de comunicação e os órgãos de divulgação.

Cabe ao eixo estratégico da Promoção e Universalização de Direitos em um Contexto de Desigualdade, o desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas linhas de

---

<sup>188</sup>Atendendo às deliberações da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança, por meio da Resolução n. 141/2010, o Conanda foi constituído grupo temático para apresentar proposta de adequação à Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também ainda não está concluída. Disponível em: [portal.mj.gov.br/sedh/conanda/8aconferencia/texto\\_base.doc](http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/8aconferencia/texto_base.doc). Acesso em: 7 julho 2014.

ação<sup>189</sup> integram o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos, estabelecida nos instrumentos normativos internos e internacionais.

Segundo o relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCD),

O eixo estratégico da promoção da realização dos direitos da criança e do adolescente, dentro do sistema geral de proteção, consubstancia-se no desenvolvimento de uma “política dos direitos da criança e do adolescente”, que integra o âmbito da política de promoção dos direitos humanos, estrategicamente cortando, de maneira transversal e intersetorial, todas as políticas públicas (institucionais, econômicas e sociais) e reforçando a ideia de que a satisfação das necessidades básicas, por qualquer dessas políticas públicas, é um direito do cidadão-criança e do cidadão-adolescente e, ao mesmo tempo, um dever do Estado, da família e da sociedade. (2004, p. 17, grifos da autora).

Nesse sentido, o artigo 14, § 3º, da citada Resolução, explicita que o desenvolvimento dessa política implica:

- I - na satisfação das necessidades básicas de crianças e adolescentes pelas políticas públicas, como garantia de direitos humanos e ao mesmo tempo como um dever do Estado, da família e da sociedade;
- II - na participação da população, através suas organizações representativas, na formulação e no controle das políticas públicas;
- III - na descentralização política e administrativa, cabendo a coordenação das políticas e edição das normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dessas políticas e dos respectivos programas às esferas estadual, Distrital e municipal, bem como às entidades sociais; e

---

<sup>189</sup> Para Edson Seda (2013, p. 359), “tais linhas de ação são âmbitos operativos juridicamente reconhecidos como espaços do agir humano necessários à consecução dos fins sociais a que o Estatuto se destina”.

IV - no controle social e institucional (interno e externo) da sua implementação e operacionalização.

As políticas sociais básicas, previstas como uma das linhas de ação da política de atendimento pelo artigo 87, do Estatuto da Criança e do Adolescente, se operacionalizam por meio de programas, serviços e ações públicas para a promoção e a universalização dos direitos assegurados pela lei. Sua implementação, exige a superação das práticas assistencialistas, meramente emergenciais e segmentadas, que excluíam a maior parte do universo das crianças e adolescentes da possibilidade de usufruir os serviços oferecidos, definidos como,

[...] o conjunto dos benefícios ou serviços de prestação pública dos quais podemos dizer: “isto é direito de todos e dever do Estado”, ou seja, as políticas sociais básicas dirigem-se ao universo mais amplo possível de destinatários, sendo, portanto, de prestação universal (COSTA, 1994, p. 33, grifos do autor).

Nas palavras de Wilson Donizetti Liberati (2003, p. 68) são as “ações que representam a qualidade de um povo e devem ser estendidas a toda população”, sendo então apontadas como de primeira necessidade ou de primeira linha, por exemplo, as relacionadas à saúde, educação, profissionalização, habitação, transporte, cultura e lazer, como garantia de direitos humanos e ao mesmo tempo um dever do Estado, da família e da sociedade.

Como salientam Fernanda da Silva Lima e Josiane Rose Petry Veronese (2012, p. 131),

O que importa em afirmar que a concretização dos direitos de crianças e adolescentes perpassa quase que exclusivamente pelo investimento estatal em políticas públicas de proteção e promoção dos seus direitos e que aliado a isso, a família e a sociedade civil desempenham papel importante, porque são atores contribuidores (corresponsáveis) da formulação e execução dessas políticas. Repensar a atuação do Estado, da família e da sociedade impõe a compreensão de que esses atores verdadeiramente precisam estar atentos e agir conjuntamente para proteger os

direitos desses sujeitos vulneráveis e que ainda estão em processo de desenvolvimento. Não se esquecendo de que em relação às famílias é papel do Estado dar condições àquelas cuja situação de vulnerabilidade econômica e social impede a concretização dos direitos dos seus filhos menores de idade.

A participação da população, através de suas organizações representativas, na formulação e no controle das políticas públicas, a descentralização política e administrativa e as ações de controle social (interno e institucional), compõem as condições intrínsecas que caracterizam as ações da política de atendimento, que ainda devem observar as diretrizes estabelecidas no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

- I - municipalização do atendimento;
- II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais;
- III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com

vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

A municipalização do atendimento e a descentralização dos recursos públicos tem como pressuposto a participação da comunidade, decorrente do princípio da descentralização político-administrativa, com vistas a garantir o atendimento à criança e ao adolescente onde vivem e o controle social sobre o financiamento público dos programas e ações adequadas à realidade local.

Tal descentralização política visa aproximar os níveis de decisão e execução das políticas, de modo que os programas estejam sintonizados com as necessidades das comunidades, permitindo que as mesmas possam fazer o controle das ações e influenciar na consecução de alternativas mais efetivas de atendimento às crianças e aos adolescentes mediante a criação e manutenção dos programas. (LA MORA, 2005, p. 256).

A participação da comunidade se efetiva por meio dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores das políticas sociais básicas, dos serviços especializados e de todas as ações governamentais e não governamentais direcionadas para o atendimento da criança e do adolescente, nos níveis municipal, estadual e nacional. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no *caput* do art. 1º da sua Resolução n. 105, de 15 de junho de 2005, definiu os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente como,

[...] órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente,

incumbindo-lhes, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas ‘b’, ‘c’ e ‘d’ combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei n. 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal.

Composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, que escolhe seus representantes dos Fóruns Permanentes de Entidades não governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), os Conselhos dos Direitos são compreendidos pela doutrina como “a mais sofisticada forma de exercício do poder político, numa democracia” (LIBERATI; CYRINO, 2003, p. 87), atuando como mecanismo de deliberação da sociedade e controle das decisões da Administração Pública.

O caráter cogente das resoluções do Conselho dos Direitos já foi, inclusive, afirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que admitiu o cabimento de ação civil pública ajuizada com o objetivo de atribuir ao Município a obrigação de fazer consistente na implantação de programa para atendimento de crianças e adolescentes dependentes químicos, em conformidade com a resolução emanada pelo Conselho Municipal dos Direitos<sup>190</sup>.

Rompendo com os modelos anteriores, a atuação articulada e a integração operacional entre os órgãos e instituições passa a ser premissa essencial para o funcionamento do sistema, com vistas a uma melhoria qualitativa dos serviços prestados, pois, como destaca Murillo José Digiácomo (2011),

---

<sup>190</sup> ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO: NOVA VISÃO. 1. Na atualidade, o império da lei e o seu controle, a cargo do Judiciário, autoriza que se examinem, inclusive, as razões de conveniência e oportunidade do administrador 2. Legitimidade do Ministério Público para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 3. Tutela específica para que seja incluída verba no próximo orçamento, a fim de atender a propostas políticas certas e determinadas. 4. Recurso especial provido. (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 493.811/SP. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 11/11/2003).

Pela sistemática atual, não mais é preciso esperar que uma criança ou adolescente tenha seus direitos violados para que - somente então - o “Sistema” passe a agir, não sendo também admissível que esta atuação se restrinja ao plano meramente individual e, muito menos, que a institucionalização, responsável por tantos malefícios, seja considerada uma “solução”, tal qual ocorria no passado. Também não é possível adotar a mentalidade da “*transferência de responsabilidade*” e do atendimento “*compartimentado*”, fazendo com que a criança ou adolescente passe de um órgão, programa ou serviço para o outro, cada qual realizando um trabalho isolado, não raro por pessoas que não dispõem da qualificação profissional adequada, que se preocupam em prestar um atendimento meramente “formal”, sem qualquer compromisso com o resultado e com a *efetiva solução* do problema apresentado. (grifos do autor).

Para Luís de La Mora (2013, p. 401), a observância dessas diretrizes no atendimento de crianças e adolescentes confere uma maior legitimidade à decisão, já que tomadas conjuntamente, com a participação dos diversos segmentos da sociedade e de representantes do Poder Público, fortalece a solidariedade e a adesão interinstitucional, bem como uma maior qualidade, já que a problematização da realidade vivenciada e a adoção das medidas são realizadas por representantes de diferentes entidades, com diversas concepções e modos de atuação.

É no eixo da Proteção e Defesa no Enfrentamento das Violações dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes que se situa o Sistema de Justiça da Infância e Juventude, cuja atuação concretiza-se na garantia do acesso da criança e adolescente aos meios de efetivação dos seus direitos. O objetivo central das ações desenvolvidas é fazer cessar a violação, proporcionando proteção jurídico-social àqueles cujos direitos tenham sido violados ou estejam ameaçados, implementando as ações de responsabilização judicial e extrajudicial aos agentes, além de exigir a reparação do dano e aplicação de sanções, se necessário.

As ações desse eixo caracterizam-se pela garantia do acesso à Justiça, ou seja, de acesso às instâncias públicas e aos mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos de crianças e adolescente, tendo por responsabilidade assegurar, em concreto, a sua impositividade e

exigibilidade. Nele, são realizadas atividades jurisdicionais - organizacionais, processuais e procedimentais - no sentido de assegurar a efetividade e a eficácia das medidas voltadas à sua realização.

Sobre as instituições que compõem esse eixo, a Resolução n. 113, elenca, no artigo 7º, os órgãos públicos responsáveis pela sua efetivação, além das entidades sociais de defesa de direitos humanos, incumbidas de prestar proteção jurídico-social, nos termos do artigo 87, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I - judiciais, especialmente as varas da infância e da juventude e suas equipes multiprofissionais, as varas criminais especializadas, os tribunais do júri, as comissões judiciais de adoção, os tribunais de justiça, as corregedorias-gerais de justiça;
- II - público-ministeriais, especialmente as promotorias de justiça, os centros de apoio operacional, as procuradorias de justiça, as procuradorias-gerais de justiça, as corregedorias-gerais do Ministério Público;
- III - defensorias públicas, serviços de assessoramento jurídico e assistência judiciária;
- IV - advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados;
- V - polícia civil judiciária, inclusive a polícia técnica;
- VI - polícia militar;
- VII - conselhos tutelares; e
- VIII - ouvidorias.

A mudança de paradigma imposta pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, teve importantes implicações no campo jurídico, com a alteração significativa das funções desempenhadas pelos diferentes atores que compõem esse eixo, com destaque ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, objeto do presente estudo.

As Varas da Infância e Juventude assumem a centralidade desse novo modelo organizacional do Sistema de Justiça e devem,

Adaptar-se às exigências da operacionalização da nova doutrina, para possibilitar que os demais parceiros da rede desenvolvam seu mister em perfeita harmonia e com resultados. Como



exemplo dessas novas atribuições da Justiça da Infância e da Juventude, verifica-se a exata compreensão da delimitação de competências jurisdicionais e administrativas. A primeira refere-se à solução de conflitos de interesses num processo de conhecimento; a segunda circunscreve-se nos procedimentos técnicos de intervenção socioeconômica, psicológica ou pedagógica relativas ao atendimento. (MORAIS, 2001, p.115).

A grande visibilidade que o tema das violações dos direitos de crianças e adolescentes adquiriu em âmbito nacional é indicada como um dos avanços ocorridos nos últimos vinte anos desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, associada ao seu reconhecimento como sujeitos de direitos, evidencia uma grande mudança no campo da defesa e promoção dos direitos.

O entendimento de que hoje há um número maior de instrumentos de proteção de crianças é confirmado pela criação de novos caminhos para o recebimento das denúncias e pelos mecanismos de atendimento e encaminhamento em situações de violação. Registra-se também o aumento de matérias jornalísticas, e em outros meios de comunicação denúncias de casos de violação dos direitos e como proceder nessas situações.

As respostas dadas pelos atores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) e pela sociedade civil à consulta proposta para esta publicação (como visto no capítulo 2) confirmam essa percepção. Quando questionados sobre os avanços em relação aos direitos de crianças e adolescentes nos últimos 20 anos, tanto atores do SGD quanto membros da sociedade civil apontaram a maior visibilidade das violações como um dos principais passos dados pelo Estatuto. (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 120-121).

As atribuições do Conselho Tutelar como órgão de proteção, por sua vez, situam-no no eixo da proteção e defesa de direitos para atendimento nas situações de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, constituindo-se, portanto, na ponte entre a lei e a

sociedade, mediante a articulação do atendimento e a fiscalização do cumprimento dos deveres legais por parte da família, sociedade e do Estado, substituindo as antigas funções do juiz de Menores.

Caracterizado como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme preceitua o art. 131, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criação, composição e funcionamento do Conselho Tutelar estão disciplinados no Capítulo I, do Título V.

Trata-se de uma experiência reconhecidamente inédita em âmbito internacional, por vários motivos: pela autonomia do Conselho Tutelar em relação aos poderes executivo e judiciário; por seu processo de escolha, em que o conselheiro é eleito por voto direto das comunidades locais para um mandato de três anos; e também por materializar a integração da comunidade, onde a sociedade civil e o poder público atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 120-121).

No entanto, sua atuação não está restrita a esse eixo, pois, na medida em que o Sistema de Garantia dos Direitos pressupõe uma lógica de funcionamento que interliga todos os demais, exigindo mobilidade operacional e política, compete-lhe ainda zelar pela efetividade das políticas públicas para promoção dos direitos infantoadolescentes, atribuindo-lhe assessorar o Poder Executivo local na elaboração de propostas orçamentárias para planos e programas de atendimento (inciso IX).

Essa atribuição é extremamente importante, porque ninguém é melhor que o Conselho Tutelar para assessorar o Poder Executivo local na área relacionada com a criança e o adolescente, pois, sendo o representante da comunidade, é ele que sabe das necessidades das crianças e adolescentes que vivem em seu seio, devendo propor ao Poder local a consecução de recursos necessários e a definição dos programas que devem ser priorizados para solucionar os problemas advindos da marginalização da criança e do

adolescente no Município. (CARVALHO, 2013, p. 718).

O terceiro eixo, por fim, determina o controle social das ações de promoção de direitos, devendo ser desenvolvido por meio da atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, os quais são, por excelência, o espaço da sociedade civil organizada. Conforme estabelece a Resolução n. 113, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Art. 21. O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, tais como:  
I - conselhos dos direitos de crianças e adolescentes;

II - conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e

III - os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos nos artigos 70, 71, 72, 73, 74 e 75 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

O controle social é exercido pelas organizações representativas da população, isto é, por meio de instâncias não institucionais de articulação (fóruns, frentes, pactos, etc.) e de construção de alianças entre organizações sociais. Na lição de Margarida Bosch Garcia (1999, p. 99),

Este é um espaço da sociedade civil articulada em “fóruns” e em outras instâncias não institucionais semelhantes (frentes, pactos, etc) – contrapartes essenciais para a existência dos Conselhos de Direitos, integrados pelas organizações representativas da sociedade civil, isto é, organizações não governamentais (ONGs), entidades de atendimento direto, entidades de classe, sindicatos, pastorais e ministérios eclesiais, associações de base geográfica e diversas formas

de organização social que permanentemente vão surgindo na dinâmica da democratização das relações sociais. (grifos da autora).

Além das organizações da sociedade civil, esse eixo opera também a partir de instâncias públicas colegiadas próprias, em que, na maior parte das vezes, é assegurada a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, tais como os conselhos de direitos, os conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, os órgãos e poderes de controle interno e externo de fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

É nesse eixo que as organizações da sociedade podem exercer sua função precípua, que as capacita e legitima para a sua inserção institucional nos outros eixos estratégicos e as tornam imprescindíveis para a construção de uma democracia social. A qualificação dessas organizações, elemento primordial para o exercício do controle social, relaciona-se diretamente com o crescimento do nível de competência científica, técnica e política daqueles que a compõem.

Os órgãos de controle interno e externo, disciplinados pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal, são aqueles responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública (direta e indireta), quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. No caso do controle externo, é representado pelos Tribunais de Contas (da União e dos Estados) e, no caso do controle interno, os órgãos de sistema próprios, como auditorias, mantidas em cada um dos três Poderes.

Da integração do Sistema de Garantias de Direitos, no qual se insere o Sistema de Justiça, com os demais sistemas de políticas públicas (SUAS, SUS, etc.) crescentemente articulados, integrados e conectados, numa visão holístico-sistêmica, dependerá a efetividade, a eficácia e a eficiência das ações desenvolvidas, tendo como premissa os princípios éticos, políticos e jurídicos que asseguram os direitos humanos de crianças e adolescentes, em seu caráter universal e indivisível, tomados como critérios de análise e avaliação das práticas que se desenvolvem no cotidiano das instituições. Como salienta Wanderlino Nogueira Neto (2008, p. 74-75).

Construir cenários mais favoráveis, onde se consiga reduzir, no segmento infantoadolescente, as situações de conflito com a lei

(infracionalidade), de trabalho na rua e/ou moradia nas ruas, de drogadição, de abuso à sexualidade, de exploração sexual-comercial (prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais), de miserabilidade, de exclusão social – tudo isso exige mudanças significativas no desenvolvimento das políticas públicas e na democratização do acesso à justiça, vistas e operacionalizadas, sistemicamente, na interdisciplinaridade/multidisciplinaridade e na insterinstitutionalidade/intersetorialidade.

Se a atuação das instituições e instâncias no Sistema de Garantia dos Direitos, por sua própria definição, depende da articulação e da integração dos vários atores para o seu pleno funcionamento, todas as ações devem estar interconectadas, cada uma conhecendo seu papel, além de conhecer o dos demais, percebendo e articulando as ligações, relações e complementaridades entre eles.

Essa articulação de atores, órgãos públicos e entidades não governamentais, somada à participação da sociedade civil no Sistema de Garantia de Direitos pode ser classificada como um dos principais avanços implementados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para o surgimento de novos paradigmas, discursos, métodos e práticas.

Quando considerados de forma isolada, os Conselhos Tutelares, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Justiça Especializada, para citar somente os atores e órgãos criados pelo Estatuto, já representam um marco importante na história da promoção dos direitos da criança e do adolescente. Mas, quando postos em diálogo, atuando em sincronia e formando um sistema voltado especificamente para a garantia dos direitos, as mudanças efetuadas reforçam o seu caráter inovador e democrático. (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 62).

Nesse sentido, a pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o objetivo de identificar a percepção da sociedade e dos profissionais que lidam diretamente com a proteção e defesa dos direitos da criança em relação à implementação do Estatuto

da Criança e do Adolescente, intitulada “Olhares sobre os 20 anos do Estatuto”, demonstrou que a criação do Sistema de Garantia dos Direitos constituiu um dos maiores avanços, representado por seus diferentes atores e dispositivos<sup>191</sup>. “Fortaleceu-se, assim, a visão integral da criança e do adolescente e com essa mesma sinergia criou-se o Sistema de Garantia dos Direitos”.

No entanto, para que ele opere efetivamente, é necessário que seus eixos atuem de forma eficaz e integrada. A atuação articulada, interdisciplinar e intersetorial em estratégias de redes de atendimento, tem-se constituído como fundamento da atuação do Sistema de Garantia dos Direitos que leve em consideração as especificidades e a complexidade de cada caso.

## 4.2 AS “REDES” COMO ESTRATÉGIA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS

De forma inovadora e em sintonia com as demandas da sociedade civil, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à infância e à adolescência, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabeleceu nova concepção, organização e gestão das políticas de atenção a este segmento da sociedade.

Como visto, a expressão “Sistema de Garantia dos Direitos” denota impossibilidade de se considerar isoladamente a atuação de quaisquer dos componentes do conjunto, já que seus papéis e atribuições estão entrelaçados e apenas ganham efetividade se conduzidos de maneira integrada. Por outro lado, garantir direitos implica atuar nos três eixos fundamentais, da promoção dos direitos, da defesa em resposta à sua violação e do controle na implementação das ações que visam à realizá-los.

---

<sup>191</sup> “Na consulta realizada, observamos que 17% dos participantes (todos atores do Sistema) afirmam que a criação do Sistema de Garantia dos Direitos constitui um dos maiores avanços, representado por seus diferentes atores e dispositivos. É importante observar que a criação desse sistema obteve o segundo maior índice de respostas, ficando abaixo apenas da alternativa que determina o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de Direitos Humanos” (Fonte: Ciespi – Consulta Olhares sobre os 20 anos do Estatuto – SC2. In: **Direitos Humanos de Crianças e Adolescente**. 20 Anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 60).

De tudo isso se deduz que a efetividade do sistema de garantia de direitos resulta da interação entre atores, instrumentos e espaços institucionais em cada um dos três eixos, bem como da complementaridade e do reforço mútuo entre essas frentes. É preciso ter em conta ainda que as interações entre os componentes do sistema se dão caso a caso, conforme a especificidade dos diferentes contextos em que se atua para garantir os direitos de crianças e adolescentes. (AQUINO, 2004, p. 328-329).

A necessidade de operacionalização dos princípios consagrados a partir da Constituição Federal de 1988, favoreceu a alteração do quadro de articulações entre sociedade civil e o Estado, contribuindo para o surgimento de novas experiências de organização social como espaços de potencialização da articulação institucional e a implementação de projetos comuns.

Essa articulação das ações para composição de sistemas operativos articulados em redes é identificada por Lígia Helena Lüchmann e Janice Ponte de Souza (2005, p. 42) que, ao analisar a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, entendem que, a partir da década de 1980, os mesmos passam a ser denominados de “novos movimentos sociais”, direcionados agora para a identificação e o entendimento de novas formas organizativas e de novos sujeitos e demandas sociais. Para Euclides André Mance (1999, p. 24), esta disposição em trabalhar conjuntamente é uma inclinação da sociedade civil organizada que “tende aos poucos a se conectar em grandes redes a partir de fóruns e de outros mecanismos para comunicação, deliberação e ação articulada”.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (1996, p. 116),

[...] são nestas articulações entre organizações e atores políticos e nas subsequentes criações de redes que vem se constituindo um movimento social que vai além da defesa de interesses particulares e que busca intervir na formação das políticas gerais de transformação da vida social. Por isso se configuram extremamente relevantes à análise e à compreensão do significado e do alcance da ação política criada através destas redes de movimentos.

No âmbito das políticas sociais, Silvia da Silva Tejedas (2007, p. 45) destaca que a concepção de rede surge como uma possibilidade de superação da histórica fragmentação presente na intervenção de diferentes áreas, constituindo-se como estratégia que guarda relação com o fomento da democracia.

Essa compreensão deriva do projeto político do ECA, no qual os conceitos de integração, intersectorialidade, complementaridade e de redes de atenção ganham corpo e consistência. É nesse caminho que perspectivas objetivas são criadas para superação do paternalismo, do assistencialismo, do corporativismo e do conservadorismo que, historicamente, marcaram as ações e políticas do Estado brasileiro. (CONANDA, 2004).

Esse acúmulo, produzido pelas experiências de constituição de articulações que se aplicam, de maneiras variadas (como, aliás, é esperado de uma forma de organização fluida, colaborativa, instável), no campo dos direitos da criança e do adolescente, teve campo fértil, caracterizando-se como o *locus* onde a concepção da atuação em redes constitui a própria essência da dinâmica das relações que constituem o Sistema de Garantias dos Direitos, cujo funcionamento depende de uma interação efetivamente cooperativa entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, na implementação da política de atendimento a crianças e adolescentes.

Neste sentido, a noção de rede traduz com mais propriedade as conexões interinstitucionais em que se fundamenta o Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes, compreendendo o conjunto de relações que devem ser acionadas, em diferentes momentos, pelos agentes de cada organização para sua efetivação. Como salienta Leoberto Brancher (2000, p. 130),

[...] não se pode supor, senão idealmente, um conjunto fechado de órgãos ou uma estrutura organizada entrelaçando os diferentes serviços de proteção à infância. Principalmente, o conceito tradicional de sistema não engloba um dos principais aspectos de um sistema de conexões interorganizacionais, que é a sua capacidade de recombinação dinâmica em que o sistema,



virtualmente possível em múltiplas combinações, somente se expressa pela composição de determinados subconjuntos a cada intervenção prática e possivelmente nunca se materialize na sua configuração ideal que, por ser estática, lhe aprisiona a própria significação.

As redes de proteção integral a crianças e adolescentes que se articulam nos vários municípios brasileiros materializam o Sistema de Garantia dos Direitos, conectando atores, instrumentos e espaços institucionais que atuam na atenção àquela parcela da população no nível local. Depende delas, portanto, o sucesso do sistema e a efetiva garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, constituindo-se, como o seu aspecto dinâmico, conformado a partir das conexões entre atores que compartilham um sentido de ação. Sendo assim,

[...] quando se fala em “Sistema de Garantia de Direitos”, melhor se tem em mente a compreensão teórica, abstrata e estática do conjunto de serviços de atendimento previstos idealmente em lei, enquanto a expressão “Rede de Proteção” expressa esse mesmo sistema concretizando-se dinamicamente, na prática, por meio de um conjunto de organizações interconectadas no momento da prestação desses serviços. (BRANCHER, 2000, p. 131, grifos do autor).

No eixo da promoção dos direitos, por exemplo, a rede será formada por todos os órgãos e serviços governamentais e não governamentais que atuam na implementação dos direitos legalmente previstos, por meio da formulação e execução de políticas públicas, quer se trate de políticas universais de atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente, quer se trate de medidas de proteção especial para aqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Em cada município, serão formadas as redes e conexões que integrarão atores tão variados quanto os órgãos executores das políticas públicas (nas áreas de educação, saúde, assistência social, alimentação, cultura, esporte, etc.), como os Conselhos Deliberativos dessas políticas, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades públicas e privadas de atendimento, como escolas, centros comunitários e projetos sociais.

No âmbito da defesa estão as conexões das redes de proteção integral que articulam as ações e instituições responsáveis por assegurar o cumprimento e a exigibilidade dos direitos instituídos, suprindo e responsabilizando, nas instâncias judicial, administrativa e social, as famílias, o Poder Público ou a própria sociedade pela não observância a esses direitos ou pela sua violação. Nesse eixo, as redes reúnem os Conselhos Tutelares, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a advocacia privada, as polícias judiciária e militar e as entidades de defesa de direitos humanos.

Finalmente, no eixo relativo ao controle social, são reunidos os setores organizados da sociedade civil representados nos fóruns de direitos e outras instâncias não governamentais, bem como nos próprios conselhos de direitos e de políticas setoriais, conforme o princípio da participação social consagrado na Constituição Federal de 1988, constituindo as conexões responsáveis pela articulação das ações de verificação do efetivo respeito, por parte do Poder Público e dos setores da sociedade que prestam serviços de atendimento a crianças e adolescentes, aos preceitos legalmente instituídos.

Assim, é a lei que delimita o papel de cada um e oferece o ponto de partida para a implementação e o desenvolvimento do sistema segundo as peculiaridades locais, ajustando-se às características da rede local sempre mediante o reconhecimento e o respeito quanto ao que possa ser considerado disponível e ao que não poderá ser objeto de negociação no momento de complementarem-se suas lacunas. (BRANCHER, 2000, p. 133).

Desse modo, em relação a cada direito fundamental de que sejam titulares crianças e adolescentes, corresponderá a constituição de uma ou várias redes de proteção, que, sinteticamente, traduz-se como uma maneira coletiva de planejar e organizar entidades governamentais e não governamentais, comunidades, recursos e ações para garantir a proteção integral.

Tomando o motivo agregador das redes como critério de classificação, Ciça Lessa (2011, p. 14), classifica as redes de proteção integral a partir de dois grandes grupos:

O primeiro grupo é formado por aqueles cuja ação comum é ditada pelo desejo de coordenar o

enfrentamento de uma questão nevrálgica à proteção e/ou garantia dos direitos da criança e do adolescente, constituindo esse grupo as redes temáticas (de enfrentamento do trabalho infantil e da violência sexual, por exemplo) ou subtemáticas (educação infantil, para ficar nos exemplos já referidos), que muitas vezes têm convergido ao papel de redes programáticas, ao se manterem ativas na implementação e no monitoramento das políticas públicas das quais foram ativas colaboradoras e, em certos casos, autoras e coautoras. Um segundo grupo de redes está intrinsecamente relacionado à própria conformação do Sistema de Garantia de Direitos e sua proposta de uma articulação dos atores na base territorial – espelhando na prática a proposta de corresponsabilização e colaboração trazida pelo ECA.

Myriam Veras Baptista (2012, p. 189) lembra ainda que, além das redes institucionais, objetivando a realização de atendimentos de situações específicas, existem ainda “as redes familiares e as redes de vizinhança que, na maioria das vezes, responsabilizam-se por cuidados e dão suporte aos sujeitos para o enfrentamento das vicissitudes cotidianas”.

Contribuindo para a discussão desta temática, Isa Guará, Maria do Carmo Brandt de Carvalho e Denise Néri Blanes (1998, p. XX) apontam que as redes podem ser caracterizadas em redes sociais espontâneas, de serviços sociocomunitários, setoriais públicas, sociais movimentalistas e rede privada.

Para as autoras, as redes sociais espontâneas se configuram como aquelas que nascem na relação em família, com os amigos, junto aos grupos da vizinhança, da igreja, da escola, entre outros, oferecendo os recursos de ordem psíquica e material aos seus membros; as redes de serviços sociocomunitários, estão, de certa forma, imbricadas com a rede espontânea. Caracterizam-se, no entanto, pelo atendimento às demandas de caráter coletivo, acolhendo aquelas que resultam da inexistência ou precariedade das políticas sociais; as redes setoriais públicas são responsáveis pela garantia constitucional do dever do Estado para com o cidadão, ao assegurar a acessibilidade e qualidade dos serviços prestados; as redes sociais movimentalistas assumem o papel de instituir o novo, voltadas geralmente para a defesa de direitos,

qualidade de vida e ações de vigilância; a rede privada supre as deficiências e limitações dos serviços sociais estatais, que nem sempre atendem às demandas dos cidadãos, enaltecendo o mercado como possibilidade de atender ao cidadão com poder de compra.

Essa concepção parte da premissa de que é no âmbito das relações sociais que se constrói a identidade de cada pessoa que necessita do outro para reconhecer a si mesmo, pois, como assinala Francisco Kern (2003, p. 51),

No contexto social, cultural e subcultural em que o ser humano soma-se às suas teias de relações na perspectiva de construção de redes sociais, expressa-se em um mundo relacional que é possível ser percebido e justificado quando se entende a necessidade intrínseca que cada ser humano vivencia e experimenta no sentido de fazer parte, ou inserir-se em uma rede social que venha ao encontro de suas necessidades.

Para atuação em rede de maneira continuada, é fundamental que seus integrantes se reconheçam como presentes em instituições incompletas e inacabadas, as quais se encontram em permanente processo de construção. Nenhuma organização social, nenhum órgão público e nem mesmo o governo, em suas três esferas, apresenta condições de dar conta, individualmente, de referida tarefa. Se assim fosse, ou houvesse tal pretensão, estar-se-ia retomando uma concepção de gestão totalitária e centralizadora, típica das instituições constituídas nos séculos anteriores.

Cássio Martinho (2003, p. 76) adverte, todavia que, nem tudo o que nomeamos rede o é, necessariamente, pois “quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa vigorosa ideia-força perde brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador de ordens novas e seu caráter libertador”.

A rede ora em estudo é aquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que auxilia os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias, por meio das políticas sociais públicas.

Tanto quando consideramos a rede como representação organizacional, como quando a pensamos do ponto de vista das relações

de apoio mútuo, articuladas por meio das relações de parentesco, amizade ou vizinhança, a base da atuação em rede é a construção da confiança entre os participantes. Por isso, uma das premissas para a ação em rede social é a voluntariedade, que é fundamental para que o grupo se reconheça como responsável e se envolva ativamente na ação a ser desenvolvida.

Nesse aspecto, destaca Vicente de Paula Faleiros (1999, p. 25), que o trabalho em rede favorece o protagonismo dos indivíduos e grupos, estimulando o comprometimento coletivo na medida em que torna os seus integrantes corresponsáveis pelas práticas construídas no seu cotidiano, superando o voluntarismo e o determinismo que implicam, ao mesmo tempo, a superação da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de tudo poder mudar.

Traçar objetivos comuns e códigos de conduta de maneira democrática e que respeitem a autonomia dos integrantes, possibilita o pluralismo organizacional e ideológico, enriquecendo e realimentando as ações em rede. A diversidade também se manifesta a partir da variedade de outras redes e organizações que seus membros participam ou pelo fato de um coletivo incorporar atores com variadas concepções ideológicas. (SCHERER-WARREN, 1996, p. 121).

Por outro lado, uma rede existe quando seus integrantes se apoiam reciprocamente, se complementando, mantendo relações horizontais e garantindo a autonomia das partes, assim como a diversidade do todo, pois, como destaca Euclides André Mance (1999, p. 33),

Sem a manutenção criativa dessas relações, através de diversos fluxos, não há rede. A agregação de diversas redes em redes maiores, mantendo as diversidades, engendra novos fluxos desencadeando sinergias que, ao mesmo tempo em que podem fortalecer a todos, permitem a emergência de novas qualidades coletivas que não podem ser localizadas nas partes que compõem o conjunto.

Destaca-se ainda que, embora as organizações de uma rede social tenham se unido em torno de um objetivo comum, elas devem ser capazes de atuar de maneira independente das demais, seja conforme as circunstâncias ou permanentemente e a fim de que as ações não cessem devido aos problemas que porventura ocorrerem.

Na dimensão institucional relacionada ao Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes, partindo-se da diretriz correspondente à municipalização do atendimento que determinará a base territorial onde se constituirão as redes de proteção, a organização das ações governamentais e da sociedade deverá ser concebida e articulada face à situação concreta específica, englobando diversos profissionais e instituições responsáveis pela operação das políticas de atendimento, desde a prevenção, à promoção e à defesa dos direitos.

A configuração da rede de atendimento, como expressão local materializada do Sistema de Garantia dos Direitos, corresponderá assim a uma variada gama de políticas, serviços e programas de atendimento necessários à implementação dos direitos a que correspondem os dispositivos legais que asseguram os direitos fundamentais. (BRANCHER, 2000, p. 146).

Todas as organizações públicas e privadas que atuam nas ações destinadas à infância e adolescência são, potencialmente, membros da rede. Numa visão pragmática, até que existam relacionamentos entre eles, serão somente “pontos de rede”, no sentido estático. Pontos que podem vir a ser “elos”, por onde passam as relações necessárias para que se realize um trabalho conjunto de proteção de crianças e adolescentes. A rede mesmo só se instala quando existem essas ligações, esses relacionamentos entre os elos da rede; assim, é possível identificar, em cada cidade, os elos de uma rede que atua na área de infância e adolescência. (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, 2008, p. 73, grifos da autora).

Parte importante da operacionalização das redes depende dos atores do Sistema de Justiça constituído pelas Varas, Promotorias de Justiça, Defensorias e Delegacias Especializadas, e da inter-relação delas com as outras instituições, que acontecem em paralelo à formação de importantes processos de enredamentos de organizações no campo social.

A nova proposta de gestão da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente – em que todas as três esferas do governo e a sociedade civil organizada, dando forma ao preceito constitucional, são convocadas a atuar em sinergia – enseja um esforço conjunto para

que a instalação de dinâmicas de redes venham a ocorrer de forma profunda e estrutural.

Em um cenário social em que redes estão configurando-se e balizado por um novo marco legal, o campo dos direitos da criança iniciou sua reestruturação a partir do processo de reordenamento institucional proposto com a repactuação das responsabilidades e atribuições entre a União, Estados e Municípios, mas também com a delimitação dos campos de atuação do Estado e da sociedade, a criação das novas instituições propostas – os Conselhos de Direitos e Tutelares – e a renovação ou até a recriação de instituições em conformidade com as conceituações implantadas de acolhimento institucional, de unidades de internação, de programas de orientação e apoio sociofamiliar e de plantão interinstitucional.

De fato, o Sistema de Garantia dos Direitos se caracteriza por uma interação de espaços, instrumentos e atores no interior de cada um dos eixos (promoção; defesa e controle) e por uma interação complementar entre eles. Esta teia de relações contribui para o mesmo fim, uma unidade que tem como principal desafio o funcionamento eficaz que garanta os direitos de crianças e adolescentes.

Para que isso aconteça na prática, é necessário um movimento inicial e a busca de uma situação de interatividade entre esses elos, com o reconhecimento das competências específicas, a facilitação do diálogo e da troca e a construção de fluxos e itinerários, exigindo de todos, continuamente, a reflexão e superação dos hábitos e práticas consolidados.

Desta maneira, a formação das redes pelas instituições e pessoas responsáveis pelas ações de atendimento deve dar conta da necessidade da mudança necessária para a adesão ao seu funcionamento, a fim de criar mecanismos e procedimentos que possibilitem o planejamento das ações conjuntas, partindo-se do diagnóstico, com a finalidade de identificar as necessidades do Município em termos de políticas e serviços para a garantia dos direitos da população infantoadolescente, a avaliação dos recursos disponíveis, e, especialmente, a capacitação dos profissionais envolvidos para estabelecer os parâmetros de funcionamento.

Conforme aponta Murillo José Digiácomo (2012), os diversos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos, independentemente do órgão que representam, “devem estar imbuídos de ‘um verdadeiro espírito de equipe’, ou seja, ter a consciência de que, agindo de forma isolada, por mais que se esforcem, não terão condições de suprir o papel

reservado aos demais, não podendo assim prescindir da atuação destes”. (grifos do autor).

De acordo com as Resoluções n. 105/2005 e 116/2006, do CONANDA, a responsabilidade precípua dessa articulação é atribuída aos Conselhos dos Direitos da Criança nos diferentes níveis de governo, como órgãos deliberativos e responsáveis pela implementação das políticas de promoção dos direitos da criança e do adolescente, e, portanto, do Sistema de Garantias, mediante a coordenação das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos e instituições integrantes, cabendo-lhe ainda fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, exercendo o controle social.

O pleno funcionamento das redes para proteção de crianças e adolescentes é, portanto, uma tarefa complexa que requer a integração de esforços múltiplos. Em pesquisa em nove Municípios brasileiros, realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre a rede de proteção a crianças e adolescentes, referente à medida protetora de acolhimento institucional e o direito à convivência familiar e comunitária, Luseni Maria Cordeiro de Aquino (2004, p. 134) destacou vários obstáculos à maior efetividade das redes.

A não absorção das competências de cada organização no Sistema de Garantia dos Direitos refere-se ao fato de que as atribuições estabelecidas não são desempenhadas pelos atores das redes locais, o que, em muitos casos, se deve à indefinição prática sobre quem vai desempenhar funções que estão legalmente sobrepostas entre os diferentes órgãos, como no caso da fiscalização das entidades de acolhimento institucional, que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente é afeta ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar.

Essa corresponsabilidade e o fato de que todos os órgãos possuem outras atribuições, aliada à escassez de recursos e equipes, na prática, têm contribuído para o isolamento das ações, sem integração ou mesmo comunicação entre os atores, “o que traz perdas evidentes do ponto de vista da lógica sistêmica do modelo de proteção introduzido pelo ECA, bastando considerar que, inadvertidamente, pode haver duplicação de visitas a determinadas entidades, enquanto outras restariam sem ser fiscalizadas”. (AQUINO, 2004, p. 348).

A dificuldade para promover a integração das redes é atribuída ainda ao tema da incompatibilidade entre as diferentes culturas organizacionais, sobretudo quando se tem em vista que a rede de proteção integral congrega em um mesmo espaço órgãos tradicionais e historicamente consolidados e estruturas novas, sem precedentes na



organização pública brasileira, como é o caso da Justiça da Infância e Juventude e do Conselho Tutelar, respectivamente, que devem atuar juntos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Por mais que o Juizado tenha sofrido mudanças institucionais importantes desde o advento da doutrina da proteção integral, pertence à estrutura de um poder que tem raízes profundas no quadro institucional do país e cuja cultura profissional está firmemente consolidada. Além disso, o órgão goza de alto capital simbólico na sociedade e conserva importância definitiva na aplicação das medidas de proteção a crianças e adolescentes no atual sistema. Sendo assim, seus membros muitas vezes ainda tendem a assumir a primazia na responsabilidade pelo encaminhamento dos problemas com que se deparam crianças e adolescentes no usufruto de seus direitos, numa atitude francamente corporativista e autoelogiosa da atuação do Judiciário, e às vezes desvalorizadora dos demais órgãos. (AQUINO, 2004, p. 349).

Essas dificuldades de reconhecimento social e político do Conselho Tutelar, que tem centralidade inquestionável no Sistema de Garantia dos Direitos, somam-se ainda as relacionadas às precárias condições de trabalho e de capacitação, e ao fato de que seus membros não conformam um corpo profissional homogêneo, cuja atuação é marcada por um sentido voluntarista e de busca de gratificação individual. Além disso, os Conselhos Tutelares “não contam com a exata compreensão de seu papel na rede pelos demais atores e, sendo autônomos, não encontram respaldo institucional em nenhuma estrutura hierarquicamente superior, mas são alvos fáceis de manipulação política e partidarismos locais”. (AQUINO, 2004, p. 349).

Também em relação à sua atribuição de assessorar o órgão gestor na elaboração de planos e programas de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, ficam evidenciadas as limitações do Conselho Tutelar para o cumprimento de suas funções. “Em muitas ocasiões, esses atores não conseguem fazer valer suas decisões até mesmo em termos das medidas de proteção que aplicam e que envolvem o acesso às políticas sociais básicas e demandam atuação imediata do poder público”. (AQUINO, 2004, p. 350).

Nesse ponto, essa relativa fragilização do órgão favorece a reprodução das práticas históricas que centralizavam a autoridade na figura do juiz, que, diante flagrantes omissões das políticas, não consegue desvencilhar-se das responsabilidades específicas das atividades administrativas, nos termos do temporário artigo 262<sup>192</sup>, resultando no acúmulo de procedimentos judiciais inominados para “aplicação de medidas de proteção”, também identificados como “verificação de situação de risco”, já sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como as omissões são graves e demandam medidas urgentes, em vez de se concentrarem nas ações tipicamente jurisdicionais de proteção individual ou coletiva, muitos juízes e promotores atuam como secretários municipais, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, esquecendo-se que crianças e adolescentes são titulares de direitos que devem ser cobrados do Estado e das demais instituições, nunca o inverso, como tem ocorrido. (SOUZA, 2012, p. 248).

A responsabilização do gestor pela infração administrativa correspondente ao descumprimento das decisões do Conselho Tutelar (art. 247), visando a garantir o fortalecimento do órgão, tem encontrado resistência nos tribunais pátrios sob o argumento de que a norma é dirigida apenas aos detentores do poder familiar e não aos agentes públicos responsáveis pela implementação das políticas de garantia de direitos e cumprimento das medidas de proteção aplicadas pelo Conselho Tutelar<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> Art. 262. Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

<sup>193</sup> Nesse sentido, é o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. [...] “INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA - ART. 249 DO ECA - DESCUMPRIMENTO DOLOSO OU CULPOSO DE DETERMINAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - REQUISICÃO DE VAGA EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - DISPOSITIVO QUE PUNE TÃO SOMENTE AS PESSOAS QUE EXERCEM O PODER FAMILIAR, TUTELA OU CURATELA - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - REPRESENTAÇÃO INEPTA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - ANÁLISE DOS RECURSOS PREJUDICADA. "As penalidades

A atuação efetiva da rede de proteção também é dificultada pelo desconhecimento ou a não utilização dos instrumentos colocados à disposição dos diferentes órgãos, associado às dificuldades enfrentadas para garantir o acesso de crianças e adolescentes às políticas sociais básicas, o que se relaciona diretamente com a necessidade de capacitação permanente e continuada de todos os profissionais envolvidos com a proteção integral, para que conheçam o contexto de sua intervenção conjunta, que, como salienta AQUINO (2004, p. 353),

[...] envolve aspectos muito variados: os principais problemas sociais do município, os programas e serviços disponíveis na rede pública local, os principais tipos de violações de direitos registrados no âmbito local, as iniciativas e medidas de proteção adotadas pelos demais parceiros em casos específicos, as condições de vida das famílias em questão, os atores de fora da rede formal com quem se pode contar ocasionalmente, entre outros. Este é um aspecto fundamental da dinâmica do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, pois se trata de poder assegurar as melhores condições, em termos dos custos individuais e sociais, de garantia desses direitos, o que é especialmente relevante no caso de crianças e adolescentes em situação social e pessoal de risco, em que seus direitos estão ameaçados ou já foram violados.

Essa ausência de integração e atuação conjunta que caracterizam a realidade do sistema brasileiro de garantia dos direitos de crianças e adolescentes tem evidenciado que a maior parte das redes não têm funcionado adequadamente, já que o modelo sistêmico proposto não se

---

previstas no artigo 249 do ECA só são aplicáveis àqueles que detêm o poder familiar sobre menores, responsáveis, por isso, pela proteção, assistência e demais responsabilidades como obrigação fundamental da família de educar sua prole. A desobediência à determinação judicial ou ao Conselho Tutelar não pode ser estendida à autoridade responsável pela educação, seja municipal, seja estadual, porque não detentores do poder familiar". (Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente n. 2006.020588-0, de Joinville, rel. Des. Solon d'Eça Neves) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação n. 2008.079110-5, de Joinville. 2ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Irineu João da Silva, julgado em 10/11/2009).

mostra efetivo se não contar com a disposição dos participantes de atuarem conjuntamente em prol dos objetivos comuns.

#### 4.3 A INTEGRAÇÃO OPERACIONAL COMO DIRETRIZ ESTRUTURANTE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Embora insita à própria concepção do funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos que se compõe e se articula em redes de atendimento, a atuação dos profissionais e instituições que trabalham no eixo da defesa de crianças e adolescentes, é reforçada pela diretriz prevista no artigo 88, incisos V e VI do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo a integração operacional dos órgãos:

[...]

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

Embora os incisos V e VI determinem a integração operacional para efeitos de agilização do atendimento de adolescente ao qual se atribui a prática de ato infracional e das situações de acolhimento institucional, que decorre do princípio da intervenção precoce, da compreensão das dinâmicas de atuação em rede que se estabelecem para a materialização do Sistema de Garantias decorre a sua aplicação

extensiva a todas as demais políticas públicas voltadas ao segmento infantoadolescente.

Desse modo, as redes de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, por sua própria natureza, pressupondo em sua concepção a conectividade do trabalho integrado, englobando todos os órgãos e instituições governamentais ou não, operam a construção de diálogos intersetoriais para que a gestão da política de atendimento se materialize efetivamente.

Para tanto, é desejável a proximidade geográfica das sedes desses órgãos e instituições, o que facilita o diálogo, a troca de experiências e, conseqüentemente, uma atuação verdadeiramente conjunta, embora não se exija a integração dos serviços no mesmo local, cabendo aos órgãos envolvidos decidir sobre sua conveniência e oportunidade.

Em razão da sua importância, a diretriz da integração operacional concretiza a concepção sistêmica que se opera por meio do atendimento em rede, se impondo como o maior desafio do Estatuto da Criança e do Adolescente na superação das práticas isoladas que consideravam a criança ou o adolescente como destinatários da tutela estatal.

Conforme salienta Roberto João Elias (2009, p. 83), a cooperação é um dos princípios mais importantes do direito da criança e do adolescente, “na medida em que comporta a exigência político-social de canalizar toda uma coletividade para metas de integração comunitária, com vistas no desenvolvimento da criança e do adolescente”.

A compreensão dos papéis e das responsabilidades no atendimento amplia, dessa forma, as possibilidades de integração, para a atuação associada ou a parceria em prol da proteção integral, constituindo, como denomina Afonso Armando Konzen (2012, p. 109), o princípio da livre associação para as providências, na medida em que,

Há, pois, liberdade para os pactos. A parceria não está impedida e tampouco desaconselhada. Pelo contrário, como decorrência mesmo da concepção sistêmica, há lugar para as conexões, as inter-relações, as interdependências e as interligações, assim como para a percepção dinâmica, dialógica e relacional da questão do atendimento. Em outras palavras, acertada a horizontalidade da convivência, sobra espaço para um encontro em que o pedaço de poder de cada um dá lugar ao entendimento e à organização conjunta das providências.

Nesse lugar, o culto ao respeito interdita as estruturas da hierarquia ou a linguagem de território. Nesse lugar, a cobrança e a fala da culpa cedem à cultura da aliança e da compreensão recíproca. Em consequência, também se abrem caminhos para a definição de estratégias criativas e para o envolvimento de outras pessoas ou grupos em busca da resposta compatível com a concretude da necessidade de cada criança ou adolescente.

Essa integração mediante a atuação sistêmica e pré-ordenada, evita ações fragmentadas, tarefas repetitivas e a sobreposição de atividades, favorecendo ainda a otimização dos recursos e o fortalecimento das ações em rede, evitando os desgastes da improvisação a cada nova intervenção e garantindo maior efetividade aos direitos da criança e do adolescente.

Partindo-se da premissa de que a lei delimita as funções dos diversos profissionais que atuam no Sistema de Garantias dos Direitos e, superadas as dificuldades do exercício compartilhado de competências pela compreensão do seu papel, os mecanismos de cooperação, que serão acionados a partir das redes locais e que se estabelecem para uma atuação concorrente, serão otimizados para o restabelecimento do direito violado e das medidas aplicadas.

Se por um lado é certo que essa integração envolve um importante investimento em termos de confiança e respeito, a fim de não desgastar o relacionamento, é imprescindível a percepção do outro como uma cadeia processual em que as posições se alternam sucessivamente, e indagando-se sempre sobre as maneiras de melhor satisfazer às necessidades do parceiro conseqüente. (BRANCHER, 2000, p. 135).

Essa clareza dos profissionais participantes no sentido de que nenhuma de suas instituições pode alcançar seus objetivos sem a contribuição e o alcance de propósito das outras, pressupõe, ainda, como destaca Myriam Veras Batista (2012, p. 188-189), “a necessidade da tecitura de uma rede relacional intencionalmente articulada entre os sujeitos que operam as ações nas diferentes ações e instituições desse sistema”.

Ademais, a disposição pessoal para atuar integradamente em face de objetivos comuns pressupõe uma mudança de perfil dos profissionais envolvidos, especialmente da área jurídica, cujas práticas são concebidas tradicionalmente como restritas ao processo e ao espaço do fórum, com limitado ou inexistente contato com outros atores sociais (STRAUSS, 2003).

O reconhecimento de que a proteção integral das crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados demanda uma abordagem interdisciplinar<sup>194</sup> e interinstitucional, exige como pressuposto da integração que a intervenção conjunta de profissionais de outras áreas do conhecimento possam atender, de forma mais ampla possível, as necessidades de formação desse sujeito em desenvolvimento.

Como salienta Josiane Rose Petry Veronese (2008, p. 59), essa interdisciplinaridade,

[...] impede a delimitação do tema sob o prisma de uma única área do conhecimento, permitindo uma maior flexibilização nas análises e, portanto, uma visão mais abrangente possível de um tema

---

<sup>194</sup> De acordo com Wanderlino Nogueira Neto, a interdisciplinaridade surge como um processo produtor de novos conhecimentos, através do entrelaçamento de diversas disciplinas que procurem redefinir o objeto de conhecimento. Na prática, duas ou mais disciplinas estabelecem intencionalmente conexões para alcançar um conhecimento mais abrangente e profundo, embora cada uma delas mantenha sua identidade, conserve sua metodologia e observe os limites de sua área. Mas, há um intercâmbio de hipóteses e a elaboração de conclusões que possam induzir a uma ação comum concertada. Na multidisciplinaridade (menos complexa), tem-se o objeto sendo observado por vários universos disciplinares, determinando três dimensões da realidade, cada uma com seus respectivos domínios linguísticos, justapostos pelo trabalho de revisão de um “coordenador/articulador”. Como resultados deste modo de produção, ter-se-iam três textos. Desta forma, não há cooperação entre as disciplinas, mas coordenação (In: “O Sistema de Justiça seus desafios político-institucionais: a garantia do pleno desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei. O Sistema de Justiça e as dimensões de sua atuação sistêmica: a interdisciplinaridade e interinstitucionalidade na ambiência de um Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. **Justiça Juvenil sob o Marco da Proteção Integral**. Cadernos de Textos. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2008, p. 76-77).

proposto; elucida que as pesquisas em Direito estão conectadas com a Sociologia, a Filosofia e a Ciência Política, a História, etc., as quais não devem ser percebidas como meras colaboradoras para compreensão do fenômeno jurídico, antes, este somente pode ser realmente compreendido encarado em sua complexidade, à medida que devidamente apreendido no universo do saber humano.

A garantia do desenvolvimento integral da criança e do adolescente não pode ser compreendida, portanto, a partir de uma análise restrita das normas estatutárias que não seja complementada com saberes e instituições correspondentes às atividades desenvolvidas pelas políticas e ações da rede de atendimento.

Desse modo, o tratamento das questões decorrentes da implementação de políticas públicas e de garantia de acesso à Justiça para efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes revela-se mais efetivo por meio da ação interdisciplinar, viabilizando que, por meio da contribuição das diversas disciplinas, se possa identificar as diversas implicações dos fatos, explorando questões que não seriam verificadas em cada uma delas isoladamente.

Quem se restringe apenas à letra da lei e não trabalha com outros saberes, buscando dialogar e compreender as outras áreas do conhecimento humano, à procura de um meio mais justo e adequado de operar o Direito da Criança e do Adolescente, cuja essência é a proteção para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, faz apenas o que está determinado e não trabalha em prol do aperfeiçoamento da proteção da criança e do adolescente. (VIEIRA, 2013, p. 184).

É importante ressaltar que a crítica à interdisciplinaridade enquanto método, quando considerada panaceia a todos os males da fragmentação do saber, não pode estar descontextualizada das determinações históricas, das contradições e lutas de classes no interior da sociedade, o que é favorecido nessa ambiência sistêmica sob a qual se funda a atuação integrada no Sistema de Garantia de Direitos, onde o conflito de ideias “é salutar e construtor do saber interdisciplinar, sem



dominações do conjunturalmente saber hegemônico (o Direito?), sobre os demais, num falso consenso imposto” (NOGUEIRA NETO, 2008, p. 78).

O reconhecimento dessa complexidade e especificidade próprias da atuação especializada na perspectiva da atuação interdisciplinar vem sendo historicamente efetivado no Sistema de Justiça com o auxílio de equipes técnicas e outros profissionais junto às unidades jurisdicionais, que, como órgãos auxiliares, têm como função precípua o assessoramento dos juízes, promotores de Justiça e defensores públicos na avaliação das medidas a serem adotadas para defesa dos direitos da criança e do adolescente, cuja efetivação dependerá da ação articulada com as redes de atendimento locais.

A necessidade de implantação das equipes técnicas é um dos aspectos fundamentais da atuação da Justiça nas redes de proteção integral, que não pode ser negligenciado já que, “por mais perfeitas que sejam as leis materiais e processuais, sempre será falha a tutela jurisdicional dos direitos, se inexistirem juízes preparados para aplicá-las e uma adequada infraestrutura material e pessoal para lhes dar o apoio necessário” (WATANABE, 2000, p. 29).

Tomando como base o conceito de interdisciplinaridade, que, na dimensão interna do Sistema de Justiça se materializa por meio das equipes, na integração com os demais programas e serviços das políticas de atendimento, a intersetorialidade das políticas sociais, como pressuposto de atuação sistêmica, possibilita a ampliação da limitada capacidade das organizações em atender às demandas sociais e à complexidade das realidades nas quais se inserem crianças, adolescentes e suas famílias, favorecendo a melhoria da qualidade do atendimento em face da indivisibilidade dos direitos humanos.

Ante a sua relevância para o funcionamento do Sistema de Garantias dos Direitos, a intersetorialidade e o trabalho em rede constituem princípio da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, estabelecendo que:

A organização das políticas públicas por setores ou segmentos impõe a adoção da ótica intersetorial e de trabalho em rede para compreensão e atuação sobre os problemas, o que está previsto no ECA ao estabelecer que a política será implementada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais no âmbito da União, dos Estados,

Distrito Federal e Municípios. (CONANDA, 2010, p. 28).

A propósito, Luciano Junqueira (2000) observa que a intersetorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade e de direitos sociais, pressupondo a articulação entre saberes e experiências, entre instituições e seus atores, entre políticas públicas e formatos de gestão, de forma que as ações setoriais se complementem quando integradas, de modo articulado, no olhar e na busca de resoluções para problemas e necessidades.

Essa perspectiva é sustentada na articulação dos saberes e das experiências, exigindo um conjunto coordenado de ações derivadas dos programas das diferentes políticas públicas, cujas especificidades se convergem para o foco do objeto (situação problema-necessidade) de modo a se buscar, sinergicamente, as melhores formas para satisfazer a demanda apresentada e assegurar a garantia dos direitos (INOJOSA, 2001).

Implica mais do que justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente. [...] Transpondo a ideia de transdisciplinaridade para o campo das organizações, o que se quer, muito mais do que juntar setores, é criar uma nova dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional. (INOJOSA, 2001, p.105).

A integração operacional transcende assim a ideia restrita à agilização do atendimento inicial, pressupondo a conformação das instituições e órgãos para atuação em redes que defluem da intersetorialidade, como espaços de compartilhamento e corresponsabilização das atividades necessárias para a integralidade da proteção dos direitos prevista na lei.

O modo tradicional da gestão pública assentada em recortes setoriais e especializações estanques perdeu em eficiência e efetividade. Políticas e programas precisam ser desenhados pelo prisma da multisetorialidade. Rompe-se com a perspectiva tutelar da ação pública centrada apenas nas vulnerabilidades e riscos sociais para operar com potenciais e desejos da população em

uma perspectiva emancipatória. (CARVALHO, 2008, p. 107).

É neste quadro que o reordenamento das instituições que compõem o Sistema de Justiça especializado na área da Infância e Juventude, constitui obrigação precípua para a efetiva garantia dos direitos assegurados a crianças e adolescentes, que depende de sua integração às políticas e redes intersetoriais que se conformam em cada território, pressupondo instituições adequadamente estruturadas e profissionais capacitados para compreenderem a importância de seu papel no funcionamento adequado do Sistema de Garantia dos Direitos.

Tendo como pressuposto a formação para operar dentro de um novo modelo de gestão concebido como sistema, as tensões decorrentes das maneiras pelos quais os atores ou agentes dos diferentes órgãos, programas e instituições, com diferentes níveis de poder profissional e político, se relacionam entre si, evidenciam que a atuação intersetorial, “deve não só ter o esforço de trabalhar de modo integrado diferentes conhecimentos, algo por si só difícil, mas também levar em conta como se dá o relacionamento entre profissionais de diferentes formações”. (NOGUEIRA NETO, 2008, p. 80).

Disso decorre que a garantia do desenvolvimento de ações integradas tem como pressuposto básico a necessidade de uma formação específica abrangente e qualificada para a atuação articulada e interinstitucional, que exige diversas competências institucionais, disciplinares e profissionais envolvidas, que vão além da dogmática jurídica limitada à concepção dualística do processo, abrangendo uma reflexão sobre o papel do Sistema de Justiça que garanta a promoção não apenas dos direitos individuais de crianças e adolescentes, mas também sociais e coletivos, especialmente aqueles relacionados à garantia da eficácia das políticas sociais básicas e de assistência social.

Considerando que a própria disciplina do Direito da Criança e Adolescente ainda não se constitui como de exigência obrigatória nos cursos de graduação no Brasil, a formação dos atores deve ser sempre complementada para atender à necessidade de aperfeiçoamento de magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos para a compreensão do seu papel na rede de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos, com o propósito de criar o fundamento ético e jurídico necessário ao efetivo cumprimento da lei, garantindo a especificidade da jurisdição.

Preferenciando-se, no possível, a Academia nos processos de construção (ou desenvolvimento) de capacidades e competências – seria recomendável que fosse prevista a intervenção – na ambiência sistêmica – dessas instâncias formadoras, a desenvolverem um processo sistemático, contínuo e permanente de capacitações e treinamentos, visando à construção de definição de competências e capacidades entre os operadores do Sistema [...]. (NOGUEIRA NETO, 2008, p. 100-101).

A proteção jurídica da criança limitada às concepções clássicas do Direito Civil, a partir do critério da capacidade ou da responsabilidade, do Direito Penal, e as deficiências na formação inicial e continuada, podem comprometer a eficácia da tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente, baseadas apenas no empirismo e nas boas intenções dos profissionais.

Neste quadro, o grande desafio formativo do Sistema de Justiça é de efetivamente ver-se não como articulador, numa perspectiva paternalista ainda muito comum na área da infância, mas como integrante de uma rede, vista como aliança de atores e de forças num bloco de ação política e operacional, articulada não em forma piramidal e, por conseguinte hierárquica, mas, sim, através de uma interação comunicativa e transparente, pela qual as propostas possam ser apresentadas e legitimadas em uma avaliação coletiva e dinâmica. Ainda que com o respeito a papéis institucionais claros, o impacto da intervenção de cada ator reclama que a totalidade resultante desta articulação ditada por lei (art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente) esteja sempre em diálogo com movimentos singulares que se apresentam em seu bojo. Neste contexto, não é apenas um problema determinado que a leva à articulação, mas sujeitos, atores, forças para propiciar poder, recursos, dispositivos para a ação, para a auto-organização, autorreflexão do coletivo, que incorpora e repensa seus rumos na interlocução com as vertentes individuais que nele se processam. (ABMP, 2008, p. 85).

Por outro lado, a ação dos profissionais da área jurídica no Sistema de Garantias dos Direitos, como destaca Maria do Carmo Brandt de Carvalho (2008, p. 114), exige novas habilidades e competências pessoais, comunicativas, relacionais e também articuladoras “assentadas em um olhar multidimensional, multisetorial e transdisciplinar”, diante das necessárias relações de proximidade que se estabelecerão para a proteção integral, especialmente quando os atores pertencem a espaços institucionais distintos, com características próprias, Varas da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de segurança, conselhos, serviços públicos, organizações não governamentais, etc.

Entendendo que é preciso a construção de uma nova relacionalidade, reconhecendo a si mesmo e ao outro, decorre,

[...] a necessidade, ainda que se constitua numa tarefa difícil e que exige uma ação constante, gradual e progressiva, da introdução de valores, valores sempre novos que propugnam pela valorização do ser humano em vista a uma efetiva construção inter-relacional. (LIMA; VERONESE, 2012, p. 136).

No entanto, o desafio ainda se mostra praticamente o mesmo desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de incorporar à cultura jurídica e à realidade as mudanças operadas quanto aos aspectos doutrinários (passagem da situação irregular de crianças e adolescentes à sua proteção integral); ao fundamento político (passagem de um modelo filantrópico ao de políticas públicas), que levam a uma mudança radical do modo de se considerar crianças e adolescentes (de objeto de consideração de práticas assistencialistas a sujeitos de direitos de políticas públicas); quanto ao modelo decisório (deslocamento do Judiciário como centro de decisões e de controle ao município); e, por fim, quanto ao modo de atuação, ao envolver uma organização em rede, garantindo a passagem do modelo centralizador e monocrático do sistema de aspecto decisório para outro, participativo e democrático. Por isso,

A observação que se segue é que qualquer esforço de mudança será inócuo se não for embasado na compreensão de sua inserção no contexto do sistema. Visto ao contrário, qualquer esforço que

não tenha por pressuposto a superação das abordagens fragmentadas do problema será fadado ao insucesso. (BRANCHER, 2000, p. 124).

Para Leoberto Brancher (2000), afastando-se do modelo judiciariocêntrico – centralista e concentrador – o Estatuto da Criança e do Adolescente pretendeu resgatar a plenitude da atuação jurisdicional em sua vocação ontológica relacionada exclusivamente à solução dos conflitos juridicamente relevantes de interesses e não de órgãos híbridos, hipertrofiados pelo exercício das competências administrativas. “Por isso, um dos mais relevantes pressupostos da viabilização do Sistema proposto na lei é a reconfiguração da matriz organizacional das Varas da Infância e Juventude, migrando da tradicional estrutura hierárquica piramidal para um modelo de integração reguladora e propulsora”. (BRANCHER, 2000, p. 149).

Essa preocupação ainda é externada por Wanderlino Nogueira Neto (2008, p. 89) sustentando a superação da visão reducionista da promoção e proteção dos direitos humanos exclusivamente à esfera judicial (defesa de direitos/responsabilização), ou, ao contrário, ao atendimento direto em programas e serviços sociais sem a responsabilização jurídica (penal, civil, administrativo-disciplinar) dos violadores, resultando em posturas equivocadas que levam à impunidade e à perpetuação do ciclo perverso de violações de direitos.

As dificuldades em transpor determinados traços culturais do modelo organizacional menorista relacionam-se à tendência em manter estruturas preexistentes e reproduzir procedimentos obsoletos, o que se verifica nas diversas instituições onde se operam as distorções na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como contraponto, a área da infância vem se afigurando como uma das mais profícuas em inovações em seu modo de atuação, materializando a concepção de uma Justiça social, pois, como destacam André Viana Custódio e Josiane Rose Petry Veronese (2013, p. 164):

A proposta deste campo inovador do direito está orientada por uma dinâmica que se afasta das tradicionais intervenções, restritas à imposição das práticas de governo, bem como das lógicas lineares de ação que transferem responsabilidades de um órgão para outro, burocratizando o sistema e historicamente atingindo poucos resultados.

Isso demonstra que grandes avanços podem se operar na efetivação de direitos de crianças e adolescentes através desta maior articulação do Sistema de Justiça com os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos, não apenas pela sensibilização, mas também por meio da mobilização e atualização dos atores da Justiça da Infância e Juventude para a intervenção pautada pela estratégia de atuação em rede, como essencial para consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O avanço normativo somente conseguirá impor mudanças nas práticas sociais a partir do momento em que efetivar-se plenamente a política de atendimento nos termos firmados constitucionalmente e através dessas novas diretrizes políticas. Para cumprir e assegurar os direitos de crianças e adolescentes é necessário além dos mecanismos jurídicos – possivelmente alcançáveis em termos legislativos – que haja vontade política, perpassando pela integração operacional de todo o sistema de garantia de direitos. (LIMA; VERONESE, 2012, p. 131).

No âmbito nacional, considerando que a atuação conjunta e articulada é condição fundamental para o aumento da eficiência e da efetividade na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, a articulação dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, incluindo toda a rede ligada direta ou indiretamente à proteção da infância e juventude, responsáveis pela gestão das políticas públicas, foi reforçada pela “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”<sup>195</sup>, firmada em outubro de 2012.

O documento, assinado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e os Ministérios da Justiça, Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, tem como objetivo “articular esforços em âmbito nacional e sensibilizar a sociedade, o Estado, a família e todos os agentes que integram o Sistema de Garantia de Direitos para a adoção de medidas

---

<sup>195</sup> Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/carta-de-constituicao-de-estrategias>. Acesso em: 10 julho 2014.

concretas voltadas a dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com absoluta prioridade”, e, especialmente para o fortalecimento das ações e serviços que detalha em “Estratégias Nacionais”, cujas ações serão desenvolvidas e acompanhadas por meio de um Comitê Interinstitucional permanente.

A ação vem ao encontro da necessidade de maior integração entre os atores participantes do Sistema de Garantias dos Direitos, indicada na pesquisa “Olhares sobre os 20 anos do Estatuto”, antes citada, como um dos desafios para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, segundo Conselheiros Tutelares<sup>196</sup>, bem como no relatório da pesquisa “Sistema de Justiça Infantojuvenil. Situação atual e critérios de aprimoramento”, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que, avaliando a articulação do juiz com os demais atores do Sistema de Justiça da Infância e Juventude, evidenciadas na sua participação em reuniões promovidas pelos conselhos municipais, pelo Poder Executivo e por entidades de atendimento, concluiu que:

[...] os dados parecem indicar que o grau de articulação institucional entre os principais atores do sistema de justiça é relativamente baixo e pode ser incrementado. Logicamente existem outras formas de se promover maior interação entre os atores, além de reuniões, inclusive as ações e contribuições de caráter informal. Não obstante, o presente estudo teve-se única e exclusivamente ao critério de reuniões, razão pela qual se afirma que a inferência é meramente indicativa.

A relevância da diretriz é expressa ainda em diversos planos e políticas nacionais referentes à garantia de direitos da população infantoadolescente, prevista como ação estratégica para implementação de diversas medidas que incluem o Sistema de Justiça, como se vê na tabela a seguir<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> In: **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** – 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 126.

<sup>197</sup> Foram mapeadas as ações referentes às ações e diretrizes que preveem a integração operacional dos órgãos e serviços do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, incluindo o Sistema de Justiça. Além dos documentos indicados, referentes especificamente aos direitos da criança e do adolescente, cita-se a existência ainda de dois outros planos: o



Tabela 1 - Síntese dos Planos e Políticas Nacionais referentes à garantia dos direitos de crianças e adolescentes

<p><b>PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (2006)</b></p>	<p><b>EIXO 2 – ATENDIMENTO DA SITUAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b></p> <p><b>Objetivo 1.</b> Articulação e integração entre as políticas públicas de atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias considerando e respeitando as especificidades e diferentes características regionais, estaduais e municipais (porte, geografia, densidade demográfica, renda, cultura, entre outros), garantindo, primordialmente, o direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Ações:</p> <p>1.5. Promover a integração operacional entre os Programas e serviços de Apoio Sociofamiliar, de Famílias Acolhedoras, Acolhimento Institucional, de Adoção e entre atores estratégicos do Sistema de Garantia de Direitos potencializando os recursos existentes.</p> <p><b>Objetivo 10.</b> Aprimoramento e consolidação dos procedimentos de Adoção nacional e internacional de crianças e adolescentes.</p> <p>Ações:</p> <p>10.5. Estimular a integração entre o trabalho das equipes técnicas da Justiça da Infância e da Juventude, do Ministério Público e dos Grupos de Apoio à Adoção (GAA) nos</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente e a Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de 0 a 6 Anos à Educação. Também no Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3) e em outras políticas setoriais são previstas ações específicas para essa população, citando-se a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (2006). Disponíveis em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 11 julho 2014.

	municípios.
<b>PLANO NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (2010)</b>	<b>RECOMENDAÇÕES GERAIS</b> 4. A integração da rede de atendimento do setor de saúde com o setor jurídico (Promotorias Públicas, Delegacias Especializadas, Varas da Justiça, Conselho Tutelar e instituições ligadas às universidades que prestam serviços de advocacia).
<b>PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2011)</b>	<b>EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS</b> Diretriz 3 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. Objetivo Estratégico 3.11 – Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento.
<b>PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2013)</b>	<b>EIXO: DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO</b> 5. Implantação nos estados, municípios e Distrito federal, de núcleos de SDH/PR SRJ/MJ para atendimento integrado às crianças e adolescentes em situação de abuso ou exploração sexual, de Delegacias, Varas Judiciais, Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e serviços de perícias para tratar de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, observados os princípios da regionalização.

Fonte: Elaborada pela autora.

Em uma iniciativa recente voltada a essa integração, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento n. 32, de 27 de junho de 2013<sup>198</sup>, dispondo sobre a realização de eventos denominados “Audiências Concentradas” nas Varas da Infância e Juventude, com a finalidade de revisar a situação processual de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, contando com a presença de todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos envolvidos.

A proposta inovadora do procedimento de audiências concentradas foi uma alternativa desencadeada em âmbito nacional a partir de 2010, por meio da Instrução Normativa n. 2, de 30 de junho<sup>199</sup>, da Corregedoria Nacional de Justiça, que recomendava aos tribunais a mobilização para a regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar) e de crianças e adolescentes sob essa medida.

As ações desencadeadas tiveram como objetivo minimizar a realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, propondo como metodologia de trabalho a concentração de todos os operadores da rede para que conhecessem e construíssem alternativas para a garantia do direito à convivência familiar de que os mesmos são titulares, incluindo, além do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a rede de proteção da qual os serviços de acolhimento fazem parte e as várias políticas setoriais como educação, saúde, assistência social, habitação, esporte, cultura, bem como os Conselhos Tutelares e os Conselhos Municipais de Políticas Públicas, principalmente o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho da Assistência Social, que participam das audiências.

Criou-se, a partir daí, um espaço de prática interdisciplinar, embasado na perspectiva da intersetorialidade, referendando, desta forma, que o compromisso do trabalho em rede, entre todos os atores/operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, é condição

---

<sup>198</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/provimento/provimento\\_32\\_2\\_4062013\\_07052014140541.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/provimento/provimento_32_2_4062013_07052014140541.pdf). Acesso em: 22 julho 2014.

<sup>199</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-corregedoria/288-instrucoes-normativas-da-corregedoria/12605-instrucao-normativa-nd-02-de-30-de-junho-de-2010>. Acesso em: 22 julho 2014.

fundamental para assegurar a proteção integral, e, neste caso específico, para promover avanços que sinalizem em direção à garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes privados deste direito, por viver em instituições de acolhimento. (MONFREDINI, 2013, p. 261).

Segundo o balanço parcial de dados divulgados pelo CNJ, mediante as informações dos tribunais de Justiça estaduais em relação às audiências concentradas, o índice nacional de êxito foi na faixa 30% em relação ao desacolhimento<sup>200</sup>.

Em pesquisa realizada em São Paulo, Maria Isabel Monfredini (2013, p. 255) destaca que o índice de reintegração familiar foi elevado (72%), indicando que esta proposta tem um grande potencial para atingir, com mais efetividade, seus objetivos de revisão da situação de crianças acolhidas, impactando ainda na diminuição de chances de um reacolhimento em razão da construção de um Plano de Acolhimento Familiar, instrumental construído conjuntamente pela Coordenadoria da Infância do Tribunal de Justiça de São Paulo e a Secretaria de Estado da Assistência Social que, inclusive, servirá de base para as ações judiciais de responsabilização familiar ou do Poder Público, se necessárias.

Além desses resultados imediatos, a integração e a ação conjunta viabilizada por meio das audiências concentradas, no relatório avaliativo das ações realizadas em São Paulo, são apontadas como impactos positivos aqueles relacionados à revisão da situação pessoal e processual de crianças e adolescentes acolhidos; o respeito ao seu direito à participação nos procedimentos judiciais; o aprimoramento procedimental das Varas de Infância e Juventude e no respeito ao contraditório; a articulação da rede e a mudança cultural do modo de atuação da Justiça da Infância e Juventude (MONFREDINI, 2013, p. 258-259).

Embora se tenha consciência de que são necessários outros esforços para assegurar efetivamente o direito à convivência familiar, a metodologia de trabalho das audiências concentradas evidenciou que a ação integrada da Justiça especializada com as demais instituições e programas permite reforçar a potencialidade da atuação sistêmica proposta pela norma na efetivação dos direitos de crianças e

---

<sup>200</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/pautas-das-sessoes/96-noticias/10624-levantamento-constata-que-30-de-criancas-e-adolescentes-acolhidos-retornam-aos-seus-lares>. Acesso em: 22 julho 2014.

adolescentes, que a esperar pelos resultados de ações fragmentadas, permaneceriam por longo prazo vivendo institucionalizados.

Essas expectativas, no entanto, ainda encontram-se distantes da realidade na prática cotidiana, indicando as necessárias mudanças relacionadas à estrutura e funcionamento dos órgãos em si, mas, sobretudo, na formação para atuação integrada e sistêmica, para a efetiva garantia dos direitos. Para Eduardo Rezende Melo (2011, p. 105),

Se isto é fruto do isolamento do mundo jurídico e de sua fragmentação, inclusive no campo do conhecimento dos fenômenos que têm de decidir, percebe-se por esta atuação a falta de efetiva integração do sistema de justiça num sistema maior, que deveria incorporá-lo: o sistema de garantia de direitos, nos termos da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mais ainda, demonstra a falta de cumprimento de uma regra que antes era ditada apenas para a Justiça Juvenil e que agora, com a Lei n. 12.010/2009, se torna fundamental para atuação da Justiça da Infância e da Juventude: a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social.

Mais que isto, esta situação indica a fragilidade da garantia de direitos destas mesmas crianças e adolescentes pela falta de cumprimento de um papel que seria também próprio ao sistema de justiça, seja na garantia de direitos sociais, seja na tutela de liberdades cívicas.

Percebe-se, dessa forma, que a atuação integrada não se submete ao livre arbítrio do administrador público ou do órgão responsável pela intervenção estatal, incluindo o Sistema de Justiça, na escolha da sua conveniência ou oportunidade, mas constitui-se em uma diretriz cogente que compõe o próprio conteúdo do ato a ser praticado, limitado e vinculado aos princípios da Doutrina da Proteção Integral e às linhas de ação e diretrizes da política de atendimento instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A discricionariedade administrativa, portanto, não elide a responsabilidade pela omissão e fragmentação das ações a serem implementadas na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, pois, como destaca Celso Antônio Bandeira de Mello (2006, p. 18):

[...] cabe observar que embora seja comum falar-se em “ato discricionário”, a expressão deve ser recebida apenas como uma maneira elíptica de dizer “ato praticado no exercício de apreciação discricionária em relação a algum ou alguns aspectos que condicionam ou que o compõem”. Com efeito, o que é discricionária é a competência do agente quanto ao aspecto ou aspectos tais ou quais, conforme se viu. O ato será apenas o “produto” do exercício dela. Então, a discricção não está no ato, não é uma qualidade dele; logo não é ele que é discricionário, embora seja nele (ou em sua omissão) que ela haverá de se revelar. (grifos do autor).

Neste contexto, embora a tomada de decisões frente aos casos concretos do dia a dia permita ampla margem de liberdade em relação às medidas a serem aplicadas para proteção integral de seus destinatários, sua validade substancial somente se alcançará pela vinculação de todos os demais corresponsáveis, por meio da atuação sistêmica, com a finalidade única de garantir todos os seus direitos.

Esses desafios e os compromissos celebrados reforçam a integração operacional como diretriz estruturante da atuação do Sistema de Justiça, pois, além de possibilitar a agilização do atendimento, favorece a estreita e permanente interação interinstitucional, facilitadora de políticas de atuação convergentes e complementares entre os diversos órgãos, com a efetiva melhora das condições de atendimento à criança e do adolescente.

#### 4.4 A EXPERIÊNCIA DA ABMP NA CONSTRUÇÃO DE FLUXOS OPERACIONAIS SISTÊMICOS PARA PROTEÇÃO INTEGRAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos cumpre uma trajetória de debates e experimentações, evidenciando-se que, na prática, pouco se avançou na constituição da ação articulada e integrada, na

perspectiva da gestão e funcionamento em redes de atendimento, sendo comum a sobreposição de atribuições e as ações paralelas, que perdem de vista o objetivo comum da defesa dos direitos dessa população.

A efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos, não obstante os avanços obtidos no processo de construção das políticas públicas enfrenta diversos obstáculos, ora relacionados à reprodução de práticas ultrapassadas, ora à limitada compreensão e explicitação do que sejam as novas estruturas, procedimentos e atitudes a que deve corresponder o modelo proposto na implementação de aspectos fundamentais para uma melhoria considerável no atendimento às necessidades de crianças e adolescentes. Como salienta Leoberto Brancher (2000, p. 129), “é na construção cotidiana dessas instâncias que se dá a mediação entre o desejável e o possível e que se traduz em maior ou menor resolutividade das intervenções dos atores da lei na realidade com a qual interagem”.

A compreensão do conceito de articulação e atuação em rede proposto, a fim de explicitar o papel institucional de cada um dos atores responsáveis pela efetividade dos direitos da criança e do adolescente, a partir dos eixos estratégicos de ação estabelecidos para o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos, vem mobilizando ações com o objetivo de estabelecer fluxos operacionais de atuação como estratégias de aperfeiçoamento do modelo de cogestão participativa e sistêmica das ações para sua garantia. “Gerar espaços de compartilhamento de saber e poder, de construção de novas práticas e diálogos, são questões às quais é inerente um relativo grau de dificuldade e que permanecem sempre postas como desafio a se alcançar”. (MANFREDINI, 2013, p. 105).

Para André Viana Custódio<sup>201</sup>, esse movimento de estabelecimento de fluxos operacionais vem marcando uma nova etapa do Direito da Criança e do Adolescente, que, de forma subsequente às fases da declaração e afirmação dos direitos, tem contribuído como instrumento de reflexão para a explicitação dos papéis institucionais e o aprimoramento das ações desenvolvidas em prol da concretização dos direitos humanos de que são titulares crianças e adolescentes.

A dinamicidade e interação de que depende o funcionamento das redes no Sistema de Garantia dos Direitos, pressupõe, portanto, uma

---

<sup>201</sup> Posição exposta como examinador na defesa pública de tese de doutoramento de Cláudia Maria Carvalho do Amaral Vieira, realizada em 24 de setembro de 2013 (VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral. **Crianças Encarceradas** – a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013).

nova cultura para a gestão pública, integrada por múltiplos atores, em uma construção voltada à complementaridade na ação. Os desafios para sua implementação ainda são muitos, pois a atuação em rede, como visto, supõe a socialização do poder, o respeito às autonomias e a negociação.

No caso das redes sociais, a operação dos fluxos é tão decisiva que pode alterar a própria configuração da rede. A depender do que flui, esse próprio fluxo pode definir os laços e, portanto, a estrutura de um conjunto específico de conexões. Os fluxos acompanham os caminhos abertos pelas conexões e são fortemente condicionados pelas dinâmicas de transitividade e pela morfologia da rede. [...]. Nas redes sociais, as pessoas interconectadas operam entre si, de modo dinâmico, as trocas simbólicas que as transformam, por exemplo, em coautoras de uma mentalidade coletiva. O “espírito de corpo” de alguns grupos altamente conectados é um exemplo evidente desse fenômeno. (MARTINHO, 2011, p. 38-39, grifos do autor).

Ciente da importância de repensar o papel do Sistema de Justiça nesse novo modelo de atuação integrada, até então absolutamente estranha aos atores do Direito e às próprias organizações da sociedade civil, desde 2007 a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), associação civil sem fins econômicos<sup>202</sup>, vem desenvolvendo de forma inovadora, embora desafiadora e complexa, o projeto para construção de fluxos operacionais sistêmicos para a proteção integral de crianças e adolescentes.

Com o objetivo de traduzir graficamente os vários desafios da atuação integrada, interinstitucional e interdisciplinar, como uma associação composta por magistrados, promotores de justiça e defensores públicos, o projeto pautou-se, sobretudo pela necessidade de reflexão sobre a função social da Justiça em situações de omissão ou

<sup>202</sup> De acordo com o Estatuto da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP). Disponível em: [http://www.abmp.org.br/media/files/estatuto\\_ABMP.pdf](http://www.abmp.org.br/media/files/estatuto_ABMP.pdf). Acesso em: 22 maio 2014.



violação dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente aqueles relacionados à implementação dos direitos sociais, reforçando a necessidade de enfatizar a centralidade de sua participação no controle judicial das políticas públicas, avançando em relação às funções historicamente exercidas, limitadas à proteção individual e à atuação processual.

Além disso, de acordo com Eduardo Rezende Melo (2010), o desenvolvimento da metodologia orientou-se ainda pelas seguintes razões:

a) modelos de implementação de políticas públicas de gestão de conflito pelo Judiciário são pautados pela descontextualização, segmentação e procedimentalização das várias dimensões de vida e das problemáticas vivenciadas por crianças e adolescentes, suas famílias e comunidades;

b) falta de visão global, em cada caso concreto sob atendimento, da correlação entre as várias dimensões do Sistema de Garantia de Direitos (promoção, defesa e controle) e da mobilização desses atores para a garantia de direitos individuais e coletivos;

c) desarticulação, curtos-circuitos e lacunas do Sistema implicam em omissões na proteção de direitos de crianças e adolescentes, com responsabilização secundária preponderante de crianças, adolescentes e suas famílias.

Como reforça Maria América Ungaretti (2008),

A criação de um instrumento (fluxo) com a participação de diferentes atores do SGD tem possibilitado que o ECA seja revisitado, mas principalmente que cada ator do SGD identifique os curto-circuitos de suas instituições, assim como as dificuldades para a operacionalização do funcionamento de uma rede, condição imprescindível para fazer face ao cumprimento do ECA. O fluxo operacional devido deverá figurar como um marco fundamental em termos metodológicos para que reivindicações de direitos passem a ser comuns e possam influenciar as políticas públicas e, assim, a cidadania possa se enraizar nas práticas sociais.

Desse modo, a partir de cada direito fundamental previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, foram desenvolvidas oficinas temáticas específicas que contaram com a participação de vários

profissionais que trabalham na formulação das políticas, gestores, técnicos das entidades de atendimento e profissionais do Sistema de Justiça, que, considerando as variadas formações e níveis de atuação, consolidaram em treze fluxos os caminhos para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes relacionados: à formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, ao registro civil de nascimento; o direito à saúde, educação, moradia, direitos socioassistenciais, direitos de crianças e adolescentes com deficiência, negligência, abandono e maus-tratos, violência sexual, proteção à criança, adolescente e suas famílias em situação de rua, garantia do direito à convivência familiar e comunitária, apuração do ato infracional e execução de medidas socioeducativas, responsabilização institucional, de profissionais e de pais ou responsáveis. (ABMP, 2010).

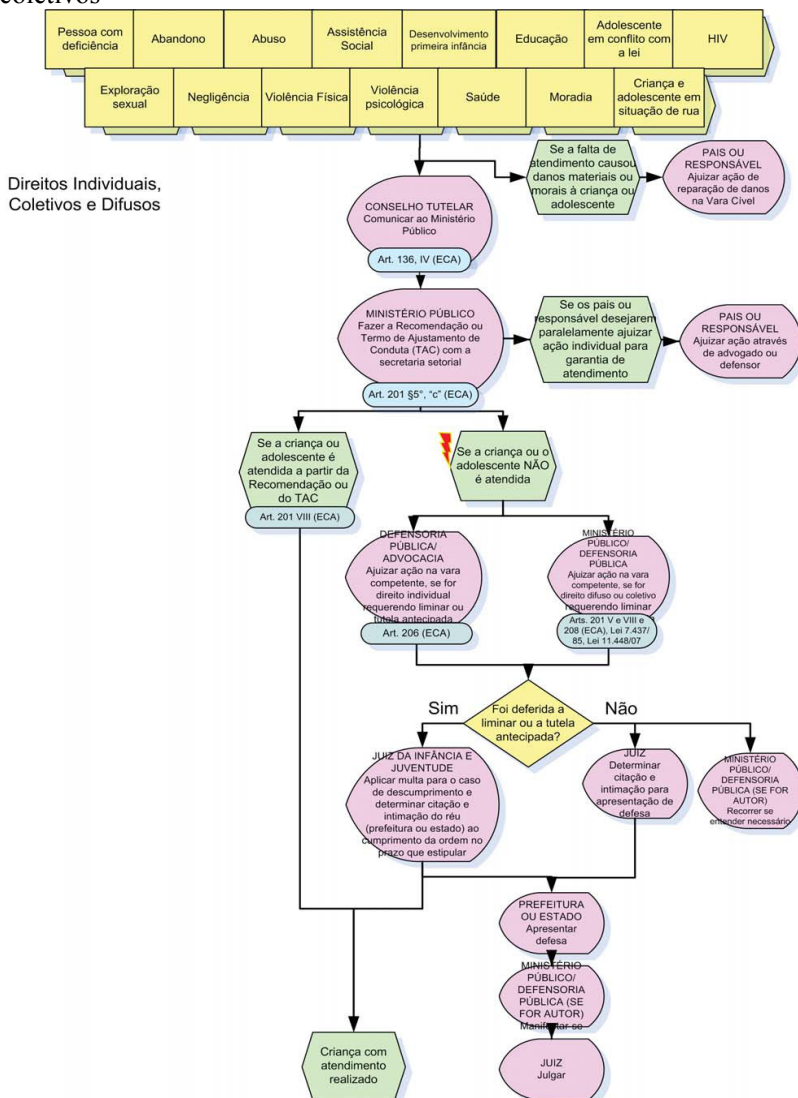
De acordo com a ABMP (2010), a metodologia desenvolvida estabelece o mapeamento de fluxos operacionais identificados como fluxos real, devido e ideal, assim considerados como:

- Fluxo operacional real: é aquele realizado regularmente pelas diferentes instituições, incluindo seu circuito e curto-circuitos, em termos estruturais, institucionais e de gestão, teóricos e técnicos, ou ainda na esfera das políticas públicas.
- Fluxo operacional devido: tal como um mapa, evidencia o caminho que deve ser percorrido para a promoção, defesa e controle dos direitos de crianças e de adolescentes em situação de violação ou não realização de seus direitos, através das diferentes etapas, em consonância com a legislação vigente (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e de outros instrumentos normativos vigentes na ordem internacional e nacional), desde a porta de entrada (direito violado) até a etapa final, quando o direito violado ou não realizado se encontra garantido; isto é, quando a criança e/ou o adolescente está sendo atendida(o), protegida(o) e o(a) agressor(a) responsabilizado(a), conforme o paradigma da proteção integral da criança e do adolescente.
- Fluxo operacional ideal: constitui o caminho a ser percorrido e integra todas as instituições e ações necessárias ao atendimento de crianças e de adolescentes em situação de violação ou não realização de seus direitos, e não apenas aquelas

previstas legalmente. Portanto, pressupõe a criação de instituições ou ações que estão fora do âmbito das legislações vigentes. O fluxo operacional ideal também pode correr o risco de modelizar instrumentos que não têm viabilidade de materialização diante da ausência de condições objetivas e subjetivas da sociedade brasileira. O fluxo operacional ideal é, na conjuntura contemporânea, utópico e irrealizável.

A representação gráfica dos fluxos pode ser observada na figura abaixo, referente ao fluxo de implementação e monitoramento das políticas públicas para a defesa de direitos individuais, difusos ou coletivos:

Figura 1 - Fluxo operacional de implementação e monitoramento das políticas públicas para a defesa de direitos individuais, difusos ou coletivos



Fonte: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. **Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos**. São Paulo: 2010, p. 15.

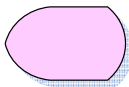
Conforme orientações do Guia de Leitura do Caderno de Fluxos Operacionais Sistêmicos da associação autora (2010, p. 7-9):

O fluxo deve ser lido verticalmente, partindo de uma porta de entrada, um determinado fato que tanto pode indicar um direito por garantir, uma ameaça de violação de direito ou efetivamente um direito violado. Ele também termina com uma situação esperada, outro fato, em que o direito foi efetivamente garantido. Ocasionalmente, aparecem ao longo do fluxo alguns outros fatos dos quais decorrem ações, por vezes paralelas.

SÍMBOLO:



O fluxo caminha através de ações, sobretudo institucionais, na busca da garantia do direito ameaçado ou violado. As ações são realizadas por atores institucionais, por vezes mais de um, e são indicadas em maiúsculas. Por exemplo: CONSELHO TUTELAR. Abaixo da indicação do autor, há a indicação da ação a ser tomada, em minúscula. Por exemplo: “Requisitar atendimento” ou “Representar ao Ministério Público”.



SÍMBOLO:

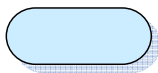
Valorizando a participação e o protagonismo infantojuvenis, foram indicadas ações que podem ser realizadas pela própria criança o adolescente ou que a eles estejam diretamente relacionadas, sejam para dar início ao atendimento, seja para a postulação de direito. Neste caso, tal como no símbolo anterior, o autor da ação é indicado em maiúscula (“CRIANÇA/ADOLESCENTE”), seguido, em minúscula, da ação em questão. Exemplo: ADOLESCENTE. Participar da elaboração do plano individual de atendimento.



SÍMBOLO:

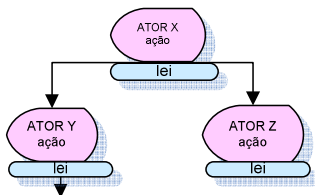
As ações institucionais devem ser sempre baseadas em direitos, havendo, logo abaixo da descrição da ação, institucional ou da própria criança/adolescente, um outro símbolo indicando a normativa internacional ou nacional. A normativa nacional é sempre federal e tanto

pode referir-se à Constituição Federal ou a alguma norma federal, como também a resoluções de conselhos setoriais ou de direitos.



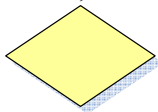
SÍMBOLO:

Algumas ações devem ser realizadas de forma concomitante por diversos atores institucionais. Os símbolos representando as ações são então colocados paralelamente, com setas vindo verticalmente para ambos, que se mostram interconectados. As ações decorrentes seguem caminhos paralelos e devem ser articuladas constantemente.



SÍMBOLO:

O fluxo, por vezes, pode derivar em dois caminhos distintos, conforme haja variáveis sobre a ocorrência ou não de determinada situação. Para simbolizá-las, recorreremos a uma pergunta, cuja resposta, positiva (“sim”) ou negativa (“não”) colocada ao lado da seta que sai de cada uma de suas laterais, indica os possíveis caminhos a tomar.



SÍMBOLO:

Algumas ações ou situações receberam observações laterais, normalmente explicativas sobre determinado conceito, sobre posturas a se tomar, modos de articulação ou atendimento e mesmo sobre direitos.



SÍMBOLO:

Em alguns fluxos as observações acima indicadas vieram acompanhadas de um símbolo reforçando uma recomendação de natureza metodológica no atendimento

SÍMBOLO: 

Em algumas poucas situações, indicou-se no fluxo a necessidade de que o profissional aprofunde-se em questões metodológicas para lograr efetividade no atendimento. Foram situações cuja complexidade não permitiu sua explicitação no fluxo e também que não contavam com prescrição legal dessa postura metodológica para que se pudesse indicar como fundada em lei. Como os fluxos foram elaborados conjuntamente com uma demanda reflexiva pelos especialistas consultados para elaboração de material teórico que subsidie as ações, o símbolo também indica a existência de texto elaborado pela ABMP sobre o assunto.

SÍMBOLO: 

Embora o fluxo deva ser lido na vertical, iniciando-se com a situação de falta de atendimento, de ameaça ou violação de direito, alguns empecilhos podem surgir no trajeto. Nós os denominamos curtos-circuitos. Eles indicam falta de políticas, políticas insuficientes ou inadequadas, desrespeito a um determinado direito que condiciona a efetivação daquele cuja garantia estamos perseguindo, a falta de atores institucionais para defesa de um direito, ou falhas no atendimento, inclusive pela falta de articulação. Estas situações são explicitadas normalmente por um fato, já simbolizado acima, como “Se não houver atendimento integrado”, seguido de ações na horizontal e que necessitarão ser equacionadas. Pretende-se, com isto, um reordenamento institucional do Sistema de Garantia de Direitos, tomando-se as iniciativas necessárias pelos órgãos de controle para que crianças e adolescentes possam efetivamente gozar de proteção integral. Muitos desses curtos-circuitos são simbolizados por um raio, como se vê abaixo.

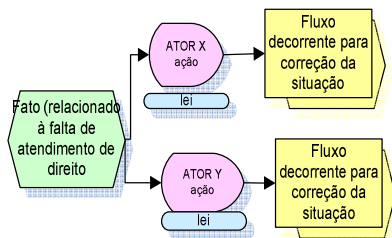


SÍMBOLO:

Os fluxos serviram para identificar algumas situações sobre as quais não houve resposta institucional pensada no país e que, por isso, demandarão esforço da parte de legisladores, gestores e especialistas para responderem a uma demanda identificada nas situações trabalhadas no fluxo e no dia a dia de profissionais que se ocupam do tema. Simbolizamos estas situações com a imagem de que estamos em obras e que temos algo por realizar neste campo em termos políticos como teóricos ou metodológicos.

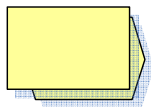
SÍMBOLO: 

Muitos desses curtos-circuitos, para serem bem equacionados, devem ser realizadas ações concomitantes por distintos atores, com implicações complexas para que haja um efetivo reordenamento institucional e a completude e integralidade do Sistema de Garantia de Direitos. Por isso, tal como no caso da necessidade de ações correlatas, integradas e concomitantes, assinaladas acima, deriva-se de uma determinada situação de falta ou lacuna ações também concomitantes, na horizontal do fluxo, das quais normalmente decorrem outros fluxos, como veremos a seguir.



SÍMBOLO:

Ao longo de um fluxo percebe-se a necessidade de atendimento de direitos correlatos. Por exemplo, ações no campo da educação para um adolescente em conflito com a lei. Esses outros campos de atendimento são por demais complexos para serem tratados todos num mesmo espaço, por isso há, em um fluxo, remissão a outros fluxos, que lhe podem ser complementares, como a situação exemplificada; ou corretivos de curtos-circuitos verificados, quando, por exemplo, remetemos à garantia de direitos individuais, coletivos ou difusos não atendidos ao longo de um percurso. Em outras situações, um mesmo fluxo pode apresentar subfluxos, como o caso de uma criança que precisará ser colocada em programa de acolhimento, situação provisória por excelência. Neste caso, este subfluxo termina em outro fluxo, por exemplo o de localização da família extensa. Inscrevemos, então, no interior do símbolo, a menção abreviada a outro fluxo. Por exemplo: “Adoção”.



SÍMBOLO:

Alguns fluxos têm mais de uma página e determinada ação, começada numa página, continua em outra. Para indicar esta sequência, a página termina com o símbolo abaixo contendo no interior um número.



Eventualmente uma determinada ação é complexa e resulta em várias atividades concomitantes, sendo indicadas a sua sequência com mais diversos símbolos iguais ao abaixo indicado, cada qual com um número sequencial que o identifica. Por fim, algumas dessas ações demandam retomada de uma fase anterior e por isso esse símbolo numerado pode aparecer como uma outra porta de entrada do fluxo ou de uma fase dele.



SÍMBOLO:

O confronto da perspectiva relacionada entre as ações mínimas previstas em termos de direitos, identificados como fluxo operacional devido, e as formas de atendimento e a realidade local de cada Sistema de Garantia dos Direitos, identificada como curtos-circuitos, possibilita a revisão da estratégia de ação pelos atores institucionais responsáveis pela política de atendimento, especialmente os Conselhos de Direitos e o próprio Sistema de Justiça.

A construção participativa das redes básicas articuladas com os múltiplos e diversificados atores responsáveis pela garantia dos direitos infantoadolescentes, por meio da metodologia dos fluxos operacionais, contribuiu para evidenciar inicialmente a necessidade primordial de ordenação lógico-temporal das atividades desenvolvidas.

Colocou-se em questão o impacto da ação de um ator institucional sobre a ação de outros e a necessária coerência de perspectivas que incidem sobre fenômenos complexos. Mais que isto, a fundamental importância da participação dos próprios sujeitos nas definições das estratégias de garantia de direito. (MELO, 2010, p. 4).

Por outro lado, ainda que pressuposto da atuação, a necessidade de uma compreensão do papel institucional de cada ator, do que se pode esperar da ação de cada outro ator, e, sobretudo, o que se pode fazer em caso de não cumprimento das ações devidas, foi destacada como um segundo desafio evidenciado pelos fluxos no mapeamento e articulação das redes de proteção, cujas tarefas se pautam pela concepção de direitos individuais, econômicos e sociais não apenas de crianças e adolescentes, mas também de suas famílias e comunidades.

Consolidando-se um instrumento de extrema relevância no contexto nacional para superação do paradigma tutelar, Eduardo

Rezende Melo (2010, p. 5-6), destaca ainda como aspectos positivos, que decorrem da utilização da metodologia, o apelo ao reordenamento institucional, permitindo retratar as limitações dos desenhos das políticas públicas no país, colaborando para uma importante radiografia que ensinará avanços mais consistentes na promoção de direitos de crianças e adolescentes, e a constatação concernente à falta de regulamentação de diversos dos seus direitos, além da falta de procedimentos claros sobre a garantia do direito à participação.

A construção coletiva, horizontal e sistêmica dos fluxos operacionais e sua potencialidade de contribuir para identificação dos desafios mais prementes em cada realidade vivenciada, estabelecem as condições mínimas para que os diversos atores possam estruturar as suas próprias estratégias de ação, num processo de construção e aperfeiçoamento não limitado pelas dificuldades, mas, sobretudo, das potencialidades da atuação integrada, evidenciando que, “o caráter harmônico ou conflitivo das relações interinstitucionais não decorre necessariamente de sua natureza ou vinculação organizacional, e sim da postura e comportamento ético e político de seus dirigentes”. (LA MORA, 2013, p. 357).

As potencialidades do uso dos fluxos no fortalecimento da necessária articulação e integração operacional para a garantia da efetividade dos direitos da população infantoadolescente são evidenciadas na ampla aceitação da metodologia desenvolvida pela ABMP, por meio de iniciativas de sua implementação em várias cidades, a partir do diagnóstico das demandas locais, como em São Paulo, aonde desde 2010 vem sendo desenvolvido projeto para implantação dos fluxos referentes ao direito à educação de qualidade no ensino fundamental pela Secretaria Municipal de Educação, bem como no âmbito do projeto “Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Contexto dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (DHCA)”, em parceria com o Instituto Camargo Corrêa (ICC), para implantação dos fluxos operacionais sistêmicos nos municípios de referência selecionados, Pedro Leopoldo (MG), Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho (PE), Jacaré e Apiaí (São Paulo) e Porto Velho (RO)<sup>203</sup>.

Com a disponibilização da metodologia aos atores do Sistema de Garantia dos Direitos e à sociedade em geral nos eventos de capacitação realizados pela ABMP desde 2008, outras iniciativas vêm sendo

---

<sup>203</sup> Disponível em: [http://www.abmp.org.br/infancia\\_ideal\\_i.html](http://www.abmp.org.br/infancia_ideal_i.html). Acesso em: 10 julho 2014.

disseminadas a partir da mobilização das redes locais para mapeamento dos fluxos e o aperfeiçoamento da ação integrada, com o desenvolvimento de novos fluxos para a garantia de direitos não expressamente contemplados no material desenvolvido, como o mais recente fluxo de proteção de crianças e adolescentes nos megaeventos, organizado pelo Centro de Defesa da Criança e Adolescente Yves de Roussan (BA), em parceria com a ABMP e o Governo Federal<sup>204</sup>.

A partir do processo de mapeamento dos fluxos operacionais sistêmicos em cada realidade, a experiência fornece o instrumental para superar os desafios, impasses e os limites ao mesmo tempo em que se qualifica o debate e as discussões sobre os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, constituindo-se num processo de capacitação e mudança de atitude no campo conceitual, metodológico e prático, de forma dialógica, fortalecendo o diálogo e a articulação entre os atores do Sistema de Garantias dos Direitos.

No âmbito da Justiça da infância e juventude, muitos desses desafios indicados nos fluxos esbarram na deficitária implantação de estruturas especializadas e na restrita formação dos atores responsáveis pela execução das ações, como requisitos mínimos para o cumprimento da lei.

Para compreender o cenário atual, que estabelece limitações aos efetivos compromissos ainda pendentes pelo Sistema de Justiça, há que se analisar o contexto estrutural e institucional em que se insere a Justiça especializada, a fim de avaliar em que medida essas condicionantes se relacionam com a qualidade da prestação jurisdicional em face da Doutrina da Proteção Integral.

Esse é o propósito do capítulo que segue, analisar e sistematizar um retrato atualizado da Justiça da Infância e Juventude no país, cujo parâmetro de observação será construído a partir de diversas pesquisas realizadas no país que se dispuseram a efetivar um balanço sobre os avanços e os desafios propostos pela lei, cotejando-se com os dados referentes à especialização estrutural (Varas, Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas Especializadas e a existência de equipes multidisciplinares) e à formação dos operadores, além de outros critérios.

---

<sup>204</sup> Disponível em:

[http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/fluxos\\_de\\_protecao\\_de\\_crianças\\_e\\_adolescentes\\_nos\\_megaeventos.html](http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/fluxos_de_protecao_de_crianças_e_adolescentes_nos_megaeventos.html). Acesso em: 10 julho 2014.



## **CAPÍTULO 5**

### **UM RETRATO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE BRASILEIRA**

Passadas mais de duas décadas desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a mudança do paradigma ético-político e jurídico de proteção da população infantoadolescente, observou-se nacionalmente a viabilização de esforços no sentido de realizar balanços sobre os avanços e desafios propostos e o cumprimento dos compromissos assumidos a partir da nova ordem constitucional e da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Como visto, as transformações operadas pela Doutrina da Proteção Integral, alçando crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos, promoveram uma verdadeira revolução social, exigindo mudanças profundas relacionadas ao necessário reordenamento das políticas públicas, instituições e práticas profissionais.

Estabelecendo um microssistema de proteção dos direitos fundamentais infantojuvenis, o Estatuto da Criança e do Adolescente impôs obrigações relacionadas ao funcionamento das instituições responsáveis pela promoção, defesa e controle dos direitos de crianças e adolescentes, criando órgãos até então sem precedentes, como o Conselho Tutelar e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, instâncias de representação da população no exercício democrático.

A necessária articulação dos órgãos e instituições responsáveis fundou uma nova concepção do ponto de vista da gestão das políticas públicas, especialmente as institucionais, compondo um Sistema de Garantia de Direitos que, por meio de estratégias de redes de atendimento, foi concebido com o propósito de potencializar a atuação e os recursos disponíveis, mediante a conjugação de esforços, evitando a revitimização da criança e do adolescente cujos direitos tenham sido violados.

Integrando esse Sistema de Garantias de Direitos, de forma inédita, o Sistema de Justiça é convocado a um novo modelo de atuação que ultrapassa as fronteiras do processo judicial em si, exigindo uma atuação compartilhada com os profissionais e instituições responsáveis, em uma relação não hierárquica, mas de reconhecimento das potencialidades da ação conjunta para transformação da realidade de crianças e adolescentes.

Assumindo-se, perante a comunidade internacional, como “parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país, administrada no marco geral da Justiça social de modo não apenas a contribuir para sua proteção, mas também para a manutenção da paz e ordem na sociedade”<sup>205</sup>, coube ao Sistema de Justiça brasileiro a obrigação de romper com o modelo autoritário da Doutrina da Situação Irregular, por meio de ações relacionadas ao reordenamento institucional, e o necessário investimento das instituições, como condição para o funcionamento do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no âmbito do Sistema de Garantia dos Direitos.

A implementação de estruturas especializadas e a formação dos profissionais para construir esse novo fazer da Justiça, interdisciplinar, sistêmico e com ênfase na atuação voltada à implementação de políticas públicas para garantia dos direitos sociais, difusos e coletivos, são identificados como requisitos mínimos para viabilizar as mudanças necessárias para o cumprimento da lei, distanciando-se daquela Justiça de Menores que estigmatizava e punia as crianças e suas famílias pelas deficiências estruturais do Estado.

Dada a complexidade e a especificidade dos temas que afetam a vida de crianças e adolescentes, a especialização da Justiça nos temas da infância e da juventude apresenta-se como uma alternativa importante para responder às demandas que chegam às suas portas, envolvendo trâmite processual não convencional e exigindo preparo e estrutura diferenciada para lidar com questões sociais e afetivas existentes no meio familiar e comunitário. (CNJ-IPEA, 2012, p. 9).

No entanto, a despeito de alguns progressos, as pesquisas realizadas no país evidenciam que é manifesta a falta de prioridade das instituições do Sistema de Justiça da Infância e Juventude, reforçando uma impressão geral que, funda-se, de um lado, “na elevada demanda feita às Varas da Infância e da Juventude pela efetivação dos direitos de criança e adolescentes, mas, de outro lado, na sua reduzida capacidade de ação, em razão da deficiente estruturação material e humana das Varas, Promotorias e Defensorias”. (ABMP, 2008, p. 10).

---

<sup>205</sup> Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, artigo 1.4.

O primeiro levantamento nesse sentido foi realizado em 2008 pela Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), cujos resultados constituíram o documento “O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Desafios na Especialização para a Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes”<sup>206</sup>.

De acordo com a instituição, os dados apresentados centraram-se no modo como a Administração Superior do Sistema de Justiça concebe, organiza e administra a Justiça da Infância e Juventude no Brasil, a partir dos seguintes pressupostos eleitos pela ABMP, que representam o patamar inicial de sua organização (2008, p. 11):

a) a necessidade de varas especializadas, em conformidade com o grau de complexidade de problemas que a população infantojuvenil e suas famílias estão expostas, exigindo uma atuação específica, interdisciplinar e articulada com a rede de atendimento;

b) a necessidade de uma formação específica abrangente, inicial e continuada, para reflexão sobre o papel do Sistema de Justiça na promoção dos direitos individuais, sociais e coletivos da população atendida e o papel das políticas públicas;

c) o imperativo suporte das equipes interdisciplinares, capacitadas a uma atuação específica e própria ao Sistema de Justiça.

Os dados do levantamento foram apresentados em sessão solene no Conselho Nacional de Justiça<sup>207</sup>, comemorativa aos 18 anos do

---

<sup>206</sup> A autora participou da realização da pesquisa, integrando a Diretoria da ABMP no biênio 2008-2010, e foi corresponsável pela coleta, sistematização e análise dos dados sobre o tema “formação”.

<sup>207</sup> O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público foram criados por força da Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, atribuindo-lhes, dentre outras funções previstas no art. 103-B, § 4º e 130-A, § 2º, exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público, e zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no âmbito dos respectivos serviços. No âmbito da Defensoria Pública, a criação do Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais é objeto da Proposta de Emenda Constitucional n. 525/2010, de autoria do Deputado Mauro Benevides, ressaltando-se a existência e funcionamento do Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) como associação civil, sem fins lucrativos, que tem como finalidade, dentre outras, a de atuar como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses comuns das defensorias públicas existentes no país, de acordo com seus

Estatuto da Criança e do Adolescente, no dia 9 de julho de 2008, concluindo que,

O Sistema de Justiça da Infância e Juventude brasileiro não apenas ocupa um lugar secundário e marginal na Administração da Justiça Brasileira como é um desconhecido no país. Inexiste levantamento sobre o modo como se estrutura, muito menos uma reflexão consequente e profunda sobre os modos como deveria ser organizado para que a efetivação da garantia dos direitos seja uma realidade no Brasil. (ABMP, 2008, p. 12).

As considerações e as proposições para melhoria da estrutura judiciária chamaram a atenção e mobilizaram o Conselho Nacional de Justiça que, em decorrência, determinou a realização de estudos sobre o tema, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a fim de analisar e propor critérios com base em indicadores para a criação de Varas Especializadas da Infância e Juventude no país.

O relatório dessa pesquisa, intitulada “Justiça Infantojuvenil. Situação atual e critérios de aprimoramento”, iniciada no mesmo ano e concluída em março de 2012<sup>208</sup>, baseou-se na necessidade indicada no levantamento da ABMP, apresentando o panorama das comarcas brasileiras, propondo critérios sociodemográficos e indicando a necessidade de investimentos prioritários em Varas da Infância e Juventude por unidade da Federação.

O documento preliminar foi apresentado no Seminário de Pesquisa sobre o Sistema de Justiça Infantojuvenil realizado no Conselho Nacional de Justiça no dia 22 de junho de 2010 e entregue aos Presidentes dos Tribunais de Justiça<sup>209</sup>.

---

estatutos, aprovado em 31 de março de 2005 (Disponível em: [http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/149/Estatuto\\_Condege.pdf](http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/149/Estatuto_Condege.pdf). Acesso em: 21 mai. 2014).

<sup>208</sup> Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120316\\_relatorio\\_infantojuvenil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120316_relatorio_infantojuvenil.pdf). Acesso em: 20 maio 2014.

<sup>209</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/albuns/96-noticias/9317-cnj-e-ipea-apresentam-pesquisa-sobre-situacao-da-justica-infanto-juvenil>>. Acesso em: 9 junho 2014.



Não obstante os esforços recentes para a realização das pesquisas, desde a sua criação, os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público já vêm adotando medidas no sentido de aperfeiçoar a atuação do Sistema de Justiça na área da Infância e Juventude, com a expedição de atos normativos visando a reforçar a necessidade de aperfeiçoamento da estrutura de atendimento e dos procedimentos respectivos.

Em relação à Defensoria Pública, ainda em 2010, durante o I Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude, realizado nos dias 19 a 21 de agosto de 2010, em São Paulo, foram apresentados os resultados referentes à estruturação da Defensoria Pública especializada na área da Infância e Juventude no país.

Os vinte anos do Estatuto da Criança e do Adolescente também foram celebrados com a realização de uma ampla consulta denominada “Olhares sobre os 20 anos do Estatuto” que avaliou as ações e os desafios na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, assim como da sociedade civil, no funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>210</sup>.

A pesquisa foi realizada pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), por solicitação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, e buscou identificar as percepções dos profissionais que lidam diretamente com a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes (consulta aos atores), e a opinião da população sobre os avanços e desafios dos direitos da criança e do adolescente (consulta à sociedade civil). Contando com 1.828 participantes, a pesquisa conclui que, apesar do consenso no sentido de que o Estatuto proporcionou avanços para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, inúmeros desafios ainda são identificados para a operação adequada do Sistema de Garantia dos Direitos.

Em relação ao Sistema de Justiça, cuja atuação situa-se no eixo da defesa, a pesquisa reforçou a necessidade de criação de varas especializadas e o estabelecimento de critérios para sua implementação; a fundamental presença das equipes técnicas e de investimentos na formação de magistrados, promotores, defensores públicos e policiais, considerada ainda precária, “fazendo com que as decisões arbitrárias continuem a acontecer a despeito da lei e das diretrizes das políticas públicas vigentes”. (SDH, 2010, p. 198).

---

<sup>210</sup> BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos - SDH. **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** – 20 anos do Estatuto. Brasília, 2010.

A análise das pesquisas realizadas, nos aspectos relacionados à estrutura e ao funcionamento do Sistema de Justiça da Infância e Juventude – varas e estruturas especializadas, equipes interdisciplinares e formação dos atores –, afigura-se indispensável na medida em que possibilitará situar, no âmbito da presente tese, os indicadores que comprovam a hipótese no sentido de que estamos ainda muito distantes das condições mínimas almejadas pela lei na incorporação da Doutrina da Proteção Integral, no aprimoramento da gestão institucional na área, visando a assegurar que crianças e adolescentes possam desenvolver-se plenamente, por meio da garantia dos seus direitos.

A Justiça da Infância e da Juventude é depositária destes valores e responsável pela garantia de sua implementação. Sabemos todos que a transformação da realidade de iniquidades sociais que marca a história deste país só se dará pelo efetivo exercício de direitos por crianças, adolescentes e suas famílias. (ABMP, 2008, p. 107)

A trajetória em curso exige ainda que sejam aprofundadas, em pesquisas futuras, a necessidade de abordar outros aspectos referentes à atuação do Sistema de Justiça especializado com o intuito de avaliar e possibilitar a reflexão e o aperfeiçoamento das práticas institucionais a partir de outros indicadores de gestão e funcionamento, relacionados pela ABMP no levantamento citado (2008, p. 12-13), como:

- a) modo de distribuição de competência quando há mais de uma vara especializada na Comarca: territorial ou por matéria?
- b) modo de cumulação de competências quando não há vara especializada: com o que cumula? Crime, cível, família, execuções criminais, idoso, outro?
- c) média do número de processos por magistrado comparado com as demais áreas;
- d) critérios de aferição de desempenho específicos à infância por parte dos operadores do direito para efeito do cálculo do número de processos por juiz, promotor de justiça, defensor público e equipe interprofissional;
- e) existência de varas especializadas em crimes contra crianças e os adolescentes?

- f) existência de Câmaras especializadas nos Tribunais e se cumulam, com o quê?
- g) existência de Centros de Apoio, Coordenadorias e Núcleos em cada uma das instituições e modo de estruturação, se elabora planejamento estratégico, quais os indicadores de avaliação utilizados e como se dá o processo de aferição;
- h) mecanismos de articulação em rede; e,
- i) sistema de dados da justiça e sua inter-relação com as políticas setoriais.

Com o intuito de complementar os dados existentes para responder algumas dessas questões, buscou-se ainda avaliar as Leis e Códigos de Organização Judiciária nos Estados brasileiros, mediante levantamento das informações por meio da internet, a fim de verificar as adequações na estrutura judiciária realizadas posteriormente ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, identificando os aspectos relacionados aos diversos modelos e estruturas em funcionamento no país.

Considerou-se na análise ainda a competência para julgamento dos recursos em face das decisões de primeira instância pelos Tribunais de Justiça estaduais, identificando-se, nos Regimentos Internos respectivos, a competência dos órgãos de segundo grau, refletindo sobre a necessidade de especialização de Câmaras, Procuradorias de Justiça e Defensoria de segundo grau, frente à complexidade e especificidade da matéria.

Além disso, são apresentados ainda os dados referentes à implantação das Coordenadorias da Infância e Juventude no âmbito dos Tribunais, dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude, dos Ministérios Públicos e dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública, como órgãos internos de planejamento, apoio, monitoramento e aperfeiçoamento da atuação das instituições e dos profissionais que trabalham na área especializada.

Por fim, a especialização de varas criminais com competência para o julgamento de crimes não previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas vítimas sejam crianças ou adolescentes, especialmente de natureza sexual, também foi objeto de análise na perspectiva de indicar a situação atual no país, a partir das pesquisas existentes.

## 5.1 ESPECIALIZAÇÃO ESTRUTURAL

### 5.1.1 Varas, Promotorias e Defensorias da Infância e Juventude

A especialização da Justiça da Infância e Juventude no país, como visto, foi orientada, em suas origens, pela necessidade de aperfeiçoamento da jurisdição penal, objetivando separar crianças e adolescentes do sistema penal dos adultos, com a promoção de medidas preventivas e terapêuticas voltadas à ressocialização dos “menores” abandonados ou delinquentes.

Ao longo do processo histórico, a jurisdição especializada manteve suas funções precípuas de controle social da população infantoadolescente marcada pela estigmatização, com algumas alterações relacionadas à expansão do Estado nas políticas distribucionistas e às funções desempenhadas pelas instituições criadas. A supremacia da atuação jurídica fundamentou a construção de um Direito do Menor representado pela judicialização dos problemas sociais.

Instituindo a Doutrina da Proteção Integral como novo paradigma jurídico de proteção à infância e adolescência, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente reestabeleceram a sua condição social e jurídica, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento, devem ser garantidos com prioridade absoluta, pela família, a sociedade e o Estado.

Da antiga Vara de Menores, a então nova Justiça da Infância e Juventude herdou a especialização como premissa indissociável do reconhecimento de que, a unicidade da temática e a complexidade dos problemas relacionados à garantia dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, requer uma atuação diferenciada, com operadores vocacionados e eticamente comprometidos (à época, como um “bom pai de família”), bem como interdisciplinar. De forma pioneira no país, a Vara de Menores, criada em 1923, no Distrito Federal pelo Juiz Mello Mattos, já previa no seu artigo 118 a existência de equipe interprofissional ampla, como mencionado no Capítulo 1.

Desde então, a especialização das unidades jurisdicionais evoluiu da clássica divisão entre civil e criminal, para uma superespecialização por matérias específicas, que se têm caracterizado como uma experiência bem-sucedida para garantir a qualidade e a eficiência da prestação jurisdicional. A especialização da Justiça tem como vantagens o aumento de segurança jurídica para as partes, a padronização dos

serviços judiciais, a motivação dos juízes, a possibilidade de direcionar melhor a capacitação dos juízes e servidores e de trabalhar em conjunto com os demais órgãos envolvidos na matéria objeto da especialização.

No contexto normativo internacional, a especialização da Justiça também é prevista nas Regras de Beijing para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, embora limitada aos autores de ilícito penal, para garantia de um julgamento justo, imparcial e conduzido por um juízo específico. A necessidade de especialização é extensiva ainda aos funcionários e em relação aos serviços de polícia (item 12).

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, mantendo a especialização das varas para atendimento à população infantoadolescente, ampliou sua abrangência para adequá-la à nova condição jurídica da criança e do adolescente, como titular de direitos fundamentais, relacionando no artigo 148 as matérias sob sua competência, prevendo expressamente a sua natureza absoluta para conhecer das ações judiciais voltadas à proteção dos seus direitos, ressalvadas apenas a competência da Justiça Federal, Trabalhista e a competência originária dos Tribunais Superiores (art. 209)<sup>211</sup>.

---

<sup>211</sup> O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento sobre a competência absoluta das Varas da Infância e Juventude em razão da matéria. Nesse sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA E CONDIÇÕES DA AÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE ORIENTAÇÃO E TRATAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ALCOÓLATRAS E TOXICÔMANOS. VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ARTS. 148, IV, 208, VII, E 209 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. REGRA ESPECIAL. I - É competente a Vara da Infância e da Juventude do local onde ocorreu a alegada omissão para processar e julgar ação civil pública ajuizada contra o Estado para a construção de locais adequados para a orientação e tratamento de crianças e adolescentes alcoólatras e toxicômanos, em face do que dispõem os arts. 148, IV, 208, VII, e 209, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Prevalecem estes dispositivos sobre a regra geral que prevê como competentes as Varas de Fazenda Pública quando presentes como partes Estado e Município. II - Agravo regimental improvido. (Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. Agravo Regimental no Recurso Especial n. 871.204 - RJ (2006/0154868-6). Relator Ministro Francisco Falcão. Julgado em 27/02/2007).

Também em Santa Catarina, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça consolidou recentemente esse entendimento, como se vê da seguinte decisão:

Com a delimitação das matérias sob a competência exclusiva do juízo privativo, depreende-se que outras unidades jurisdicionais também possuem competência para o julgamento de processos que envolvam crianças e adolescentes, como as Varas de Família (excetuadas as hipóteses do art. 148, parágrafo único, de competência concorrente da Vara da Infância e Juventude), Varas Criminais, na persecução penal de crimes perpetrados contra crianças e adolescentes e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, além das matérias relacionadas às áreas Cível e de Registros Públicos.

A especialização da Justiça da Infância e Juventude demanda, assim, no seu aspecto estrutural, a criação de varas especializadas e exclusivas, bem como as correspondentes estruturas no âmbito do Ministério Público e da Defensoria Pública, cujos órgãos também exigem a particularização das atribuições para atendimento em promotorias e defensorias especializadas.

Essa necessidade é reforçada pela Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006, do CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, dispondo que:

Art. 9º O Poder Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias Públicas e a Segurança Pública deverão ser instados no sentido da exclusividade, especialização e regionalização dos seus órgãos e

---

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PLEITEANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. ACOLHIMENTO DO NOVO ENTENDIMENTO DESTES ÓRGÃO JULGADOR, FULCRADO NO POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONFLITO PROCEDENTE. Ferindo-se feito que objetiva o fornecimento de medicamentos a menor absolutamente incapaz, "*A pretensão deduzida na demanda enquadra-se na hipótese contida no art. 148, IV, c/c art. 209 do ECA, sendo da competência absoluta do Juízo da Vara da Infância e da Juventude a apreciação das controvérsias fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos vinculados à criança e ao adolescente. Precedentes*" (STJ, *Edcl no AREsp 24798/SP, Min. Castro Meira*). (TJSC, Conflito de Competência n. 2013.055236-5, de Lages, Relator Des. Luiz César Medeiros). (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Conflito de Competência n. 2013.078960-1, de São João Batista. Relator Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa. Julgado em 16/04/2014).

de suas ações, garantindo a criação, implementação e fortalecimento de:

I - Varas da Infância e da Juventude, específicas, em todas as comarcas que correspondam a municípios de grande e médio porte ou outra proporcionalidade por número de habitantes, dotando-as de infraestruturas e prevendo para elas regime de plantão.

II - Equipes Interprofissionais, vinculadas a essas Varas e mantidas com recursos do Poder Judiciário, nos termos do Estatuto citado.

III - Varas Criminais, especializadas no processamento e julgamento de crimes praticados contra crianças e adolescentes, em todas as comarcas da Capital e nas cidades de grande porte e em outras cidades onde indicadores apontem essa necessidade, priorizando o processamento e julgamento nos Tribunais do Júri dos processos que tenham crianças e adolescentes como vítimas de crimes contra a vida.

IV - Promotorias da Infância e Juventude especializadas em todas as comarcas na forma do inciso III.

V - Centros de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude.

VI - Núcleos Especializados de Defensores Públicos, para a imprescindível defesa técnico-jurídica de crianças e adolescentes que dela necessitem.

VIII - Delegacias de Polícia Especializadas, tanto na apuração de ato infracional atribuído a adolescente, quanto na apuração de delitos praticados contra crianças e adolescentes em todos os municípios de grande e médio porte.

A implementação dessas estruturas especializadas também tem sido objeto de diversas políticas nacionais, que reforçam a sua necessidade no âmbito do fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes, como condição imprescindível para a efetivação dos seus direitos, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 2 - Síntese dos Planos e Políticas Nacionais<sup>212</sup> referentes à garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas ações relacionadas à especialização estrutural.

<p><b>PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE (2004)</b></p>	<p><b>5. Plano de Ação:</b>  <b>5.2.</b> Análise do arcabouço jurídico relativo a todas as formas de trabalho infantil e do adolescente.  <b>5.2.2</b> Fomento à implementação da estrutura do sistema de garantia de direitos previsto no ECA          Produto: Número de Delegacias, Varas Especializadas e Defensorias Públicas implementadas.</p>
<p><b>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS III (PNDH 3) - 2010</b></p>	<p><b>Objetivo Estratégico II:</b> Consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com o fortalecimento do papel dos Conselhos Tutelares e de Direitos.          Ações programáticas:          d) Fomentar a criação de instâncias especializadas e regionalizadas do sistema de justiça, de segurança e Defensorias Públicas, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas e autores de violência.  <b>Recomendação:</b> Recomenda-se ao sistema de justiça, estados e Distrito Federal a implementação de órgãos especializados e regionalizados para o atendimento.</p>
<p><b>PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2011)</b></p>	<p><b>Diretriz 5</b> – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de Justiça e Segurança Pública para a efetivação dos seus direitos.  <b>Objetivo Estratégico 5.1</b> – Articular e aprimorar os mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violações dos direitos de crianças e adolescentes.  <b>Objetivo Estratégico 5.2</b> – Incentivar processos de aprimoramento institucional, de especialização e de regionalização dos sistemas de segurança e justiça, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.  <b>Objetivo Estratégico 5.3</b> - Fortalecer a</p>

<sup>212</sup> Disponíveis em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 11 julho 2014.



	capacidade institucional dos órgãos de responsabilização para o rompimento do ciclo de impunidade e para o enfrentamento de violações dos direitos de crianças e adolescentes.
<b>PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2013)</b>	<p><b>Eixo: Defesa e Responsabilização</b></p> <p>2. Aperfeiçoamento da responsabilização penal da pessoa que comete abuso e/ou exploração sexual, sem prejuízo das demais formas de responsabilização – civil, administrativa, política, disciplinar, etc. –, por meio da criação e estruturação de Varas Criminais especializadas em crimes cometidos contra crianças e adolescentes, bem como Promotorias e Defensorias Públicas Especializadas, nas comarcas onde se justificar essa maior especificidade, com base em dados oriundos do SGD, observado o princípio da regionalização.</p>
<b>PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (2013)</b>	<p><b>1. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES</b></p> <p><b>Princípios</b></p> <p>3. Em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema.</p> <p><b>Diretrizes</b></p> <p>o) Integração operacional dos órgãos que compõem o sistema (art. 8º, da LF nº 12.594/2012).</p>

Fonte: Elaborada pela autora.

No que pertine às varas especializadas, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu artigo 145, como parâmetro de gestão, a necessidade de especialização da Justiça da Infância e Juventude, a cargo das necessidades de cada Estado, propondo, como único critério orientador, a sua proporcionalidade em relação ao número de habitantes. A esse, a Resolução n. 113 acrescenta a referência do porte dos municípios<sup>213</sup>.

<sup>213</sup> De acordo com o IBGE, municípios de médio porte são aqueles entre 50.001 a 100.000 habitantes e, de grande porte, aqueles com população entre 100.001 a 900.000 habitantes. (IBGE, 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no**

A partir desse parâmetro, no que pertine ao número de Varas da Infância e Juventude no país, o levantamento realizado em 2008 pela ABMP mostrou que havia 92 comarcas com varas especializadas, das quais 18 contavam com mais de uma vara, correspondendo a 3,4% das 2.643 comarcas de todo país, à época, conforme tabela de distribuição por região abaixo:

Tabela 3 - Distribuição das Varas da Infância e Juventude por região

Brasil Regiões	Habitantes	Comarca conta com vara especializada com competência exclusiva em Infância e Juventude?		Número de Juizes	Comarca conta mais de uma vara especializada com competência exclusiva em Infância e Juventude?		
		Não	Sim		Não	Sim	Quantidade
Região Sul	7.550.240	0	20	25	14	2	2
Região Sudeste	29.688.144	0	24	45	21	3	2
Região Centro-Oeste	5.934.619	0	7	9	5	2	2
Região Nordeste	13.887.207	0	23	29	14	10	9
Região Norte	5.587.143	0	18	20	16	2	2
<b>TOTAL BRASIL (Por Regiões)</b>	<b>62.647.353</b>	<b>0</b>	<b>92</b>	<b>128</b>	<b>70</b>	<b>19</b>	<b>17</b>

Fonte: Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (2008, p. 17).

Das comarcas que contavam com varas especializadas instaladas, poucas são de médio porte e muitas estão na faixa inicial de grande porte, concluindo que, “seria de se esperar, portanto, que houvesse 253 comarcas com varas especializadas se o critério fosse de até 500.000 habitantes” (ABMP, 2008, p. 22), comprovando o *deficit* estrutural existente<sup>214</sup>, conforme se vê no gráfico de distribuição abaixo.

---

**Brasil** 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>  
Acesso em: 12 junho 2014.

<sup>214</sup> De acordo com a pesquisa “Justiça Infantojuvenil. Situação atual e critérios de aprimoramento”, em 2010, existiam 2.682 comarcas nos 26 Estados brasileiros (CNJ/IPEA 2012, p. 11).

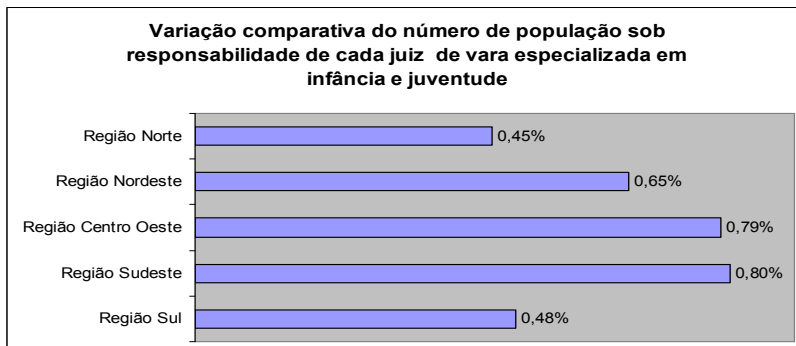
Brasil - Municípios com varas especializadas e competência exclusiva em Infância e Juventude (habitantes):		%
Até 50.000 hab.	2	<b>2,20%</b>
Até 100.000 hab.	9	<b>9,89%</b>
Até 500.000 hab.	49	<b>53,85%</b>
Até 1.000.000 hab.	17	<b>18,68%</b>
Acima de 1.000.000 hab.	14	<b>15,38%</b>

Fonte: Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (2008, p. 18).

Evidenciando a absoluta falta de critérios formais no país a definir a proporcionalidade, pois em nenhum Estado pesquisado, como tampouco no Distrito Federal, encontrou-se qualquer ato normativo estabelecendo a referida proporcionalidade ou a utilização do critério populacional para a criação progressiva de varas especializadas com competência exclusiva em infância e juventude dentro de uma mesma comarca, de acordo com o aumento populacional, a pesquisa ainda destacou que, “outra conclusão digna de relevo é que justamente os Estados mais populosos, em que há maior complexidade de problemas, apresentam os piores critérios populacionais para a criação de Varas Especializadas da Infância e Juventude” (ABMP, 2008, p. 22).

Outro aspecto destacado na análise foi o grau de distorção em termos de quantidade de população sob a responsabilidade de magistrados nas diversas regiões do país. A média populacional atendida por magistrado especializado com competência exclusiva em Infância e Juventude no país já era elevada, correspondendo a um juiz para cada 438.896,72 habitantes. “O grau de variação do número médio de habitantes por juízes é bastante acentuado quando se compara o quantitativo da população das cidades contempladas por varas, apresentando a região Sudeste os piores indicadores”. (ABMP, 2008, p. 19-20). Constatou-se que nas regiões Sudeste e Centro-Oeste os magistrados respondem por um número consideravelmente maior de população que nas demais, embora possam ter de lidar com realidades tão ou mais complexas que a de seus pares:

Gráfico 1 - Variação comparativa da população por juiz da vara da Infância e Juventude por região



Fonte: Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude. (2008, p. 18).

Em relação à existência e funcionamento das varas especializadas, os dados coletados no sítio da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, por meio do sistema denominado “Justiça Aberta”<sup>215</sup>, demonstram um aumento quantitativo de varas com competência exclusiva em infância e juventude desde a pesquisa realizada em 2008, constando, na Lista de Magistrados e serventias por Tribunal, 156 serventias<sup>216</sup> e 953 magistrados.

O número de serventias com competência exclusiva da infância e juventude teve, portanto, um pequeno incremento, considerando que, em 2008, os dados indicavam a existência de 130 serventias<sup>217</sup>, embora não se possa avaliar se o aumento correspondeu à instalação de varas em comarcas que não contavam com unidade especializada, novas varas em comarcas que já contavam com essas unidades, ou se se trata de serventias diversas de uma mesma vara com competência cumulativa.

O número de varas com competência não exclusiva, pelos dados do sistema Justiça Aberta, correspondem a 1.272 serventias e 4.510

<sup>215</sup> Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/). Acesso em: 12 junho 2014.

<sup>216</sup> O número total de serventias corresponde à quantidade de varas (cartórios judiciais) e não ao número de comarcas, já que uma comarca pode contar com mais de uma vara especializada.

<sup>217</sup> Os dados referentes ao número de serventias não constam da pesquisa realizada pela ABMP. Na apuração, considerou-se o número total de comarcas com varas especializadas com competência exclusiva em infância e juventude (92), das quais 76 contam com vara única e 16 com mais de uma vara correspondente a 54 varas (excluída Mossoró, que foi considerada como vara única), totalizando 130 serventias.

magistrados com jurisdição na área da Infância e Juventude<sup>218</sup>. Os dados são apresentados por Estado, sem indicar o critério ou as matérias de competência cumulativa, não permitindo inferir qualquer análise nesse sentido.

A partir dessa realidade, na definição do critério da proporcionalidade de existência de varas especializadas com competência exclusiva em infância em juventude em relação à população, a ABMP propôs que o critério regente para criação corresponda a uma vara a cada 100.000 habitantes, justificando que esse quantitativo é adotado pelo Conselho Nacional de Justiça nos levantamentos realizados para avaliação do número de magistrados, de pessoal auxiliar e de pessoal efetivo.

O segundo critério proposto pela ABMP sugere que a criação de varas com competência exclusiva em infância e juventude também deva considerar os indicadores de vulnerabilidade, de acordo com as políticas setoriais focadas em crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente assistência social, saúde e educação, que estabelece a competência da Justiça especializada, consoante dispõe o artigo 98 e 148, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, agrega-se ao critério populacional, a consideração do território, para a definição das diretrizes políticas de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Cuida-se, portanto, de uma competência focada na dimensão difusa e coletiva, intimamente correlacionada à existência, adequação e eficácia/efetividade de políticas públicas; na dimensão familiar e individual. Essa visão ampliada é o que dita a compreensão da ABMP de que não se pode aceitar a dissociação do estabelecimento dos critérios de criação de varas especializadas com competência exclusiva na infância e juventude daquilo que vem sendo estudado em relação às políticas setoriais. (ABMP, 2008, p. 37-38).

As sugestões apresentadas foram consideradas na pesquisa deflagrada pelo CNJ e IPEA em 2010, visando a realizar o diagnóstico das varas com competência em matérias da infância e juventude, com o

---

<sup>218</sup> Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/). Acesso em: 12 junho 2014.

intuito de identificar as comarcas brasileiras que, com base nos dados da estrutura, bem como nos critérios sociodemográficos e de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, deveriam ser priorizadas em uma política de ampliação e estruturação das varas especializadas no país.

A investigação tomou por base o perfil sociodemográfico das comarcas brasileiras, com foco nas situações de vulnerabilidade/violação de direitos de crianças e adolescentes, considerando que as demandas são diferenciadas em quantidade e qualidade, conforme o corte territorial, bem como o perfil estrutural (força de trabalho e competência exclusiva ou cumulativa) e forense (perfil das demandas e natureza dos atos infracionais) das varas com competência em infância e juventude. A análise parte da premissa de que, a garantia da efetividade da Justiça da Infância e Juventude exige considerar critérios formulados com base em indicadores que reflitam, da melhor maneira possível, as especificidades locais na decisão sobre a instalação de novas varas da infância e juventude e o aprimoramento das já existentes (CNJ-IPEA, 2012, p. 12).

Desse modo, de acordo com as análises desenvolvidas, a pesquisa indicou como parâmetros para ampliação e/ou aprimoramento da rede de Varas da Infância e Juventude no país (CNJ-IPEA, 2012, p. 11-12):

a) a existência de unidades socioeducativas de privação de liberdade para adolescentes na área de abrangência das comarcas;

b) a concentração da população total e infantojuvenil nas comarcas, considerando-se como critério aquelas com população total igual ou superior a 100 mil e, simultaneamente, com população infantojuvenil igual ou superior a 30 mil;

c) vulnerabilidade social/violação de direitos da população infantojuvenil das comarcas, a ser mensurada pelos indicadores de pobreza, trabalho, não frequência à escola entre crianças e adolescentes, bem como acentuado grau de violência;

d) localização (ou não) da comarca em áreas de fronteira brasileira;

e) estrutura disponível nas varas (exclusivas ou cumulativas com família e idoso) que lidam com os temas relacionados à infância e juventude nas comarcas dos Estados.

O perfil sociodemográfico das comarcas como parâmetro essencial no planejamento de varas especializadas, pautado na noção de vulnerabilidade social e violação dos direitos de crianças e adolescentes considera que,

Nestas áreas, não apenas tende a ser comparativamente maior do que em outras a demanda apresentada ao sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, do qual faz parte a Justiça da Infância e da Juventude, como também são muito singulares e, ao mesmo tempo, complexas as questões e os desafios envolvidos, requerendo a especialização dos atores encarregados do processamento da justiça. (CNJ-IPEA, 2012, p. 15).

Por outro lado, essa perspectiva favorece ainda a adoção de um enfoque mais amplo da atuação dos órgãos do Sistema de Justiça da Infância e Juventude, reforçando a necessidade de avanços relacionados à implementação de políticas públicas sociais, além, portanto, da atuação estritamente jurisdicional.

O padrão de distribuição da população de crianças e adolescentes pelo território nacional, evidenciando o contraste entre um grande número de comarcas com população infantojuvenil relativamente reduzida e um pequeno número de comarcas com este segmento populacional mais expressivo, foi apontado como um desafio para a proteção integral de seus direitos.

No que diz respeito à Justiça da Infância e da Juventude, essa situação exige estratégias capazes de potencializar a abrangência dos serviços jurisdicionais, de modo que seja possível alcançar e atender adequadamente a seu público-alvo, independentemente de sua localização no território brasileiro: seja nas pequenas comarcas do interior seja nas grandes comarcas das capitais e metrópoles brasileiras. (CNJ-IPEA, 2012, p. 21).

A existência de unidades socioeducativas de privação de liberdade para adolescentes na área de abrangência das comarcas constitui, para o Instituto, o critério de acentuada relevância, a ponto de se propor que as comarcas onde as mesmas estão situadas tenham prioridade absoluta na criação de Varas da Infância e Juventude, por se tratar de espaço institucional peculiar “que abriga adolescentes envolvidos com diversas situações-limite, merecendo acompanhamento cuidadoso e especializado dos órgãos judiciais”, considerando ainda a elevada frequência de violações de direito nessas unidades, em especial,

no que se refere à segurança, saúde, educação e à convivência familiar dos internos.

A pesquisa revelou, no entanto, que, embora as unidades socioeducativas estejam presentes em 176 comarcas brasileiras, pouco mais de um terço delas (64) contavam com Varas exclusivas da Infância e Juventude em seus territórios de abrangência. (CNJ-IPEA, 2012, p. 26).

A localização em áreas de fronteira brasileira também constitui proposta que deve atribuir um grau adicional de prioridade na instalação ou estruturação de varas especializadas, em razão do fato de seus territórios, “representarem espaços de disputa de autoridade em que prevalecem alguns tipos de violações de direitos de crianças e adolescentes – em especial aqueles associados à exploração sexual de caráter comercial, bem como ao tráfico internacional de pessoas”.. (CNJ-IPEA, 2012, 27).

Em relação à situação estrutural das varas especializadas no país, a pesquisa considerou como critério de análise da situação da Justiça da Infância e Juventude, a atuação de pelo menos um juiz titular, considerando que, embora pareça elementar pressupor sua presença em todas as unidades judiciárias existentes, notou-se que determinadas comarcas não dispõem de um magistrado de modo continuado. O índice nacional obtido indica que 69% dos juízes lotados nas varas exclusivas são titulares, evidenciando a “existência de um juiz substituto atuando nas varas em regime não integral, aparentemente por dificuldades estruturais na indicação do titular”. (CNJ-IPEA, 2012, p. 32 e 51).

A presença de juízes titulares exclusivos, como reforça a pesquisa, “é fator essencial para a devida prestação jurisdicional, mas, sobretudo, porque o perfil do magistrado (aí incluída vocação, especialização e disponibilidade) é requisito imprescindível ao enfrentamento das causas relativas à infância e juventude”. (CNJ-IPEA, 2012, p. 51).

A exclusividade da matéria nas Varas da Infância e Juventude ainda é exceção no cenário nacional. Apenas 7% das unidades que participaram da pesquisa informaram deter competência exclusiva, enquanto nas demais, observou-se que “não há padrão nacional de cumulatividade de competências, havendo muita variação no tema ‘infância e juventude’ principalmente com as matérias ‘família’, ‘criminal’, ‘cível’ e ‘júri’”. (CNJ-IPEA, 2012, p. 37).

Em Santa Catarina, de acordo com os dados apresentados aos pesquisadores, as comarcas respondentes com serviços dedicados à população infantoadolescente estariam presentes em Balneário Piçarras,



Blumenau, Camboriú, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages (CNJ-IPEA, 2012, p. 82). No entanto, de acordo com as informações constantes no sítio do Tribunal de Justiça Catarinense, atualmente, das 111 comarcas do estado, apenas a Capital, Blumenau e Joinville possuem vara exclusiva da infância e juventude. As comarcas de Criciúma, São José e Itajaí cumulam com “Anexos” e outras cinquenta cumulam o atendimento à população infantojuvenil com outras matérias, incluindo Lages, conforme dados constantes do Anexo 1 e a tabela abaixo:

Tabela 4 - Distribuição das comarcas com competência na área da Infância e Juventude em Santa Catarina

<b>DISTRIBUIÇÃO DAS COMARCAS COM COMPETÊNCIA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM SANTA CATARINA</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Quantitativo</b>
Comarcas com competência exclusiva	3
Comarcas com competência cumulada com “Anexos”	3
Comarcas com competência cumulada com Família, Órfãos e Sucessões	9
Comarcas com competência cumulada com matérias diversas	41
Comarcas com competência geral (varas únicas)	55
<b>Total</b>	<b>111</b>

FONTE: Elaborado pela autora.

As deficiências estruturais apontadas pelas pesquisas realizadas, sinteticamente apresentadas no presente estudo, revelam uma série de insuficiências estruturais na prestação jurisdicional voltada à garantia dos direitos da população infantoadolescente.

A inexistência de critérios formais para gestão das unidades judiciárias especializadas, bem como o fato de que, nem mesmo o critério da proporcionalidade vem sendo observado na implantação das Varas da Infância e Juventude, indicam os desafios ainda pendentes para que o Poder Judiciário possa cumprir seus compromissos com a infância brasileira.

Embora desde 2006 a Recomendação n. 5, do Conselho Nacional de Justiça<sup>219</sup>, tenha enfatizado a importância de realizar estudos sobre a conveniência, viabilidade e eventual implementação ou efetivação de varas especializadas em Família, Sucessões, Infância e Juventude e, no

<sup>219</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12086-recomenda-no-5>. Acesso em: 13 junho 2014.

âmbito dos tribunais, de câmaras ou turmas com competência exclusiva ou preferencial sobre as aludidas matérias, pouco se avançou nesse sentido.

Apenas no Rio Grande do Sul vem sendo implementada desde 1993 a experiência de regionalização das Varas da Infância e Juventude com competência exclusiva, especialmente naquelas responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, cobrindo todo território do estado por serviços jurisdicionais especializados e estruturas já montadas pelo Poder Judiciário. “Os ganhos que tal estratégia possibilita têm sido reconhecidos no debate público, e o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) incorporou a regionalização da Justiça da Infância e Juventude como diretriz de uma de suas resoluções”. (CNJ-IPEA, 2012, p. 88-89).

Considerando, dentre outros fundamentos, a inexistência de varas especializadas e equipes interprofissionais apontadas nas pesquisas realizadas, recentemente, em 5 de maio de 2014, a Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, editou o Provimento n. 36<sup>220</sup>, estabelecendo medidas para assegurar a efetividade e a implantação de unidades jurisdicionais especializadas, determinando que:

I – Promovam, no prazo de 90 (noventa) dias, estudos destinados a equipar comarcas e foros regionais que atendem mais de 100.000 habitantes, com varas de competência exclusiva em matéria de infância e juventude, encaminhando o resultado para esta Corregedoria Nacional de Justiça no prazo assinalado, o que deverá ser feito diretamente nos autos do PP CNJ n. 0002631-53.2014.2.00.0000;

II – informem, no prazo de 90 (noventa) dias, quais varas exclusivas da infância e juventude já foram criadas por lei, mas ainda não efetivamente instaladas e o motivo de sua não instalação, o que deverá ser feito diretamente nos autos do PP CNJ n. 0002632-38.2014.2.00.0000; [...]

---

<sup>220</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_corregedoria/provimentos/provimento\\_36.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/provimentos/provimento_36.pdf). Acesso em: 13 junho 2014.

A determinação para implantação de varas exclusivas da Infância e Juventude considerou apenas o critério populacional correspondente a 100.000 habitantes, que, isoladamente, como avaliado nos levantamentos realizados, não permite estabelecer parâmetros adequados de atendimento, considerando a demanda relacionada a critérios de vulnerabilidade social e a incidência de violações de direitos de crianças e adolescentes nas regiões.

Em relação às promotorias de Justiça, a especialização, via de regra, é determinada pela correspondência mínima com o número de varas especializadas no país, embora não existam pesquisas específicas para apuração dos dados referentes ao quantitativo de órgãos e as matérias correspondentes às suas atribuições.

Essa correspondência não guarda, todavia, uma simetria exata, na medida em que, em determinadas varas exclusivas, podem atuar um ou mais promotores de Justiça, como ocorre por exemplo, na Comarca da Capital, em Santa Catarina, à qual são vinculadas três Promotorias de Justiça<sup>221</sup>, podendo existir outras com atuação em matérias específicas abrangendo direitos de crianças e adolescentes, como as Promotorias de Justiça de Defesa da Educação<sup>222</sup>. Além disso, a especialização também deve considerar que as funções do Ministério Público na área não se restringe à atuação judicial junto às varas, incluindo as atividades extrajudiciais relacionadas ao exercício de suas funções institucionais, como já analisado.

Sobre o Ministério Público brasileiro, as duas pesquisas realizadas no país, intituladas “Diagnóstico do Ministério Público dos Estados”, organizada pela Secretaria da Reforma do Judiciário, do

---

<sup>221</sup> Junto à Vara da Infância e Juventude da comarca de Florianópolis, atuam a 9ª, 10ª e 15ª Promotorias de Justiça, com atribuições distintas, de acordo com a matéria. Disponível em: [www.mpsc.mp.br/porta/webforms/Lista\\_Promotorias.aspx?cidade=4205407|213&nome\\_cidade=Florian%C3%B3polis&AreaAtuacao=1&Promotor.](http://www.mpsc.mp.br/porta/webforms/Lista_Promotorias.aspx?cidade=4205407|213&nome_cidade=Florian%C3%B3polis&AreaAtuacao=1&Promotor=) Acesso em: 13 junho 2014.

<sup>222</sup> Embora não se tenha dados sistematizados, atualmente, já existem Promotorias de Justiça de Defesa da Educação no país. Em Santa Catarina, a 25ª Promotoria de Justiça da Capital, tem como atribuição “Atuar na área de Fundações e entidades do Terceiro Setor, e na área de Defesa da Educação”, que inclui todos os níveis da educação, incluindo educação de jovens e adultos e ensino superior. Disponível em: [http://www.mpsc.mp.br/porta/webforms/Lista\\_Promotorias.aspx?cidade=4205407|213&nome\\_cidade=Florian%C3%B3polis&AreaAtuacao=&Promotor=.](http://www.mpsc.mp.br/porta/webforms/Lista_Promotorias.aspx?cidade=4205407|213&nome_cidade=Florian%C3%B3polis&AreaAtuacao=&Promotor=) Acesso em 13 junho 2014.

Ministério da Justiça, em 2006, e “Ministério Público: um retrato – ano 2: dados 2012”, produzidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, não apresentam indicadores relacionados à situação estrutural das Promotorias de Justiça Especializadas, limitando-se, nesse último, a indicar a produtividade dos membros na matéria, restrita à movimentação processual relacionada à prática infracional.

Essa carência de dados impossibilita que se avalie acerca da existência de parâmetros normativos na definição das atribuições dos órgãos, especialmente quando mais de uma Promotoria de Justiça atua na mesma unidade jurisdicional, e quais os critérios (sociodemográficos, demanda, etc.) considerados na criação de Promotorias de Justiça especializadas ou a reestruturação das atividades institucionais.

Em Santa Catarina, a definição das atribuições das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, que pode ser observada no Anexo 1, é diferenciada em cada comarca, não sendo viável identificarem-se os critérios ou parâmetros utilizados para cumulação de matérias, especialmente onde não existem varas exclusivas.

Desde a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, embora vários atos normativos tenham sido editados para aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelos promotores de Justiça com atuação na área<sup>223</sup>, a partir dos estudos e da articulação da Comissão Permanente da Infância e Juventude<sup>224</sup>, pode-se afirmar que o

---

<sup>223</sup> Nesse sentido, vejam-se as Resoluções n. 105/2014 (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos); n. 71/2011 (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências); n. 67/2011 (Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas; Resolução Conjunta CNJ e CNMP n. 01/2009 (Institucionaliza mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes); e a Recomendação n. 24/2014 (Traça parâmetros de proteção na excepcional hipótese de trabalho infantil artístico). Disponíveis em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>. Acesso em: 13 jun. 2014.

<sup>224</sup> A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude foi instituída, como órgão permanente do Conselho Nacional do Ministério Público, em 27 de julho de 2010, por meio da

tema ainda não vem merecendo a devida atenção por parte do órgão na definição de parâmetros para a melhoria dos processos de gestão na área, com o intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população infantoadolescente brasileira.

Tocante à estrutura das Defensorias Públicas Especializadas na área da Infância e da Juventude, o diagnóstico da Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude, realizado entre 19 e 21 de agosto de 2010, em São Paulo, evidenciou que o Rio de Janeiro era o Estado com maior número de Defensores Públicos (740), seguido por Minas Gerais (446) e São Paulo (431). Porém, menos de 10% destes profissionais atuavam exclusivamente em casos que envolviam crianças e adolescentes<sup>225</sup>.

A maioria dos Estados que respondeu ao questionário disponibilizava defensores públicos em todas as comarcas/regionais que possuem unidades de internação de adolescentes (89%), mas em metade delas a execução de medidas socioeducativas não era acompanhada pelos defensores por motivos estruturais da Defensoria Pública.

Como resultado do evento, foi firmado um Protocolo de Intenções dos Defensores Públicos visando a assegurar às crianças e aos adolescentes brasileiros a defesa técnica jurídica, integral e gratuita, no qual se assumiu como compromisso “a observância do direito à prioridade absoluta no atendimento prestado a crianças e adolescentes, inclusive, quanto à designação de Defensores Públicos para os órgãos e Núcleos da Defensoria Pública existentes perante as Varas de Infância e Juventude”<sup>226</sup>.

Integrando o Sistema de Justiça, assim como o Ministério Público, o funcionamento da Defensoria Pública também deveria corresponder, precipuamente, à estrutura do Poder Judiciário, embora sua atuação tampouco se restrinja às demandas judiciais. De acordo com

aprovação plenária da Emenda Regimental nº 03, que acresceu o inciso VI, ao art. 33, do Regimento Interno do CNMP. Disponível em:

[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Regimento\\_Interno\\_do\\_CNM\\_P\\_V3\\_WEB.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Regimento_Interno_do_CNM_P_V3_WEB.PDF). Acesso em 10 junho 2014.

<sup>225</sup> Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Defensores Públicos da Infância e Juventude**. 19 a 21 de agosto de 2010, Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

<sup>226</sup> Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=17724>. Acesso em: 10 junho 2014.

a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública<sup>227</sup>, cabe também ao órgão as funções extrajudiciais previstas no artigo 4º.

Se de um lado a presença de juízes e promotores cria condições para que os cidadãos submetam os seus conflitos e reclamem seus direitos perante o sistema de justiça, de outro, a ausência de defensores públicos limita o universo de potenciais usuários (em relação aos demandantes) e incide, de maneira desigual, nas relações sociais (em relação aos demandados). Da mesma forma, de pouco adianta criar Defensorias se os defensores não tiverem, ao seu rápido e fácil alcance, a possibilidade de acionar as demais instituições da justiça e, assim, exercerem seu mandato. (ANADEP-IPEA, 2013).

Em relação a essa proporcionalidade, os dados coletados na pesquisa intitulada “Mapa da Defensoria Pública no Brasil”, realizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) e o IPEA<sup>228</sup>, apresentada em março de 2013, indicavam que os estados contavam com 11.835 magistrados, 9.963 membros do Ministério Público e 5.054 defensores públicos (nas 1ª e 2ª instâncias). O número de magistrados e de membros do Ministério Público permite que esses serviços sejam oferecidos na quase totalidade das comarcas brasileiras, enquanto, na maioria delas (72%), contudo, a população não conta com os serviços da Defensoria Pública<sup>229</sup>.

---

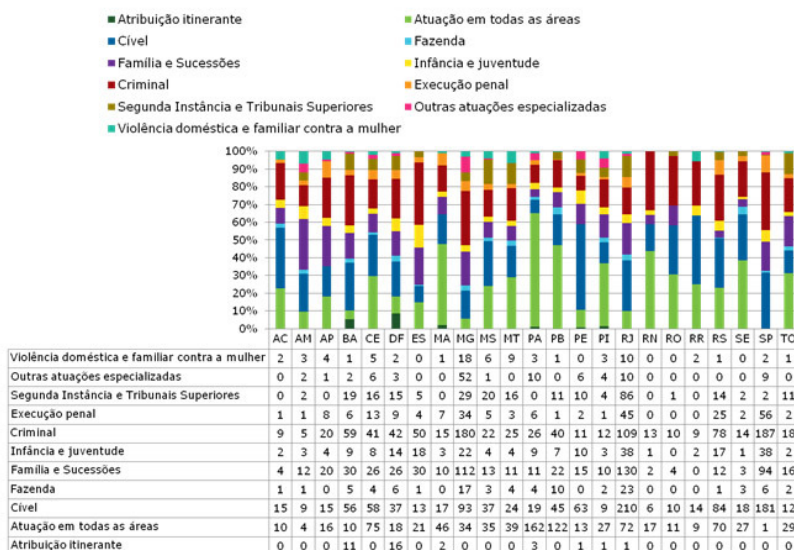
<sup>227</sup> Lei Complementar nº. 80 de 1994, alterada pela Lei Complementar nº. 132, de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp80.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm). Acesso em: 13 junho 2014.

<sup>228</sup> Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP). Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Mapa da Defensoria Pública no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria>. Acesso em: 14 junho 2014. O estudo foi baseado em dados coletados pela ANADEP e Defensorias Públicas-Gerais, no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

<sup>229</sup> Além disso, embora existissem, no país, um total de 8.489 cargos de defensor público criados, apenas 5.054 estão providos (59,5%), evidenciando-se as grandes assimetrias no que diz respeito ao número de cargos (ANADEP-IPEA, 2013. Disponível em

Os dados apresentados na pesquisa evidenciam que as áreas de atuação que concentram o maior número de defensores públicos são, nesta ordem, Criminal, Cível, Família e Execução Penal. Na área especializada da infância e juventude, existiam apenas 219 defensores públicos com atribuição exclusiva na área, conforme figura abaixo<sup>230</sup>.

Figura 2 - Distribuição nacional dos defensores públicos por atribuição.



FONTE: Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2013).

O Mapa permitiu também apontar que, dentro do universo das comarcas atendidas, há casos de defensores públicos que além de sua lotação atendem outras comarcas de modo itinerante ou em extensão. “A ausência de defensores é ainda mais preponderante nas comarcas menores, com menos de 100 mil habitantes, onde geralmente o IDH da

<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/areasdeatuacao>. Acesso em 14 jun. 2014)

<sup>230</sup> A pesquisa não considerou os Estados do Paraná e Santa Catarina, últimos a criarem suas Defensorias Públicas em 2011 e 2012, respectivamente, e que, à época, ainda não tinham o órgão efetivamente implantado, assim como Goiás e Amapá. Fonte: ANADEP, 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/areasdeatuacao>. Acesso em 14 jun. 2014.

população é menor e as pessoas são mais carentes”. (ANADEP-IPEA, 2013).

Apesar da previsão constitucional, os dados permitem concluir que, a par da necessária especialização, a ausência da Defensoria Pública na maioria das comarcas do país ainda evidencia que a garantia de acesso à Justiça da população em condições de vulnerabilidade, por um defensor público, ainda é deficitária, representando os desafios colocados para o Sistema de Justiça especializado para garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Em Santa Catarina, último Estado a implementar a Defensoria Pública no país, tendo iniciado suas atividades em agosto de 2012<sup>231</sup>, atualmente atuam noventa defensores públicos, dos quais dezesseis na área da Infância e Juventude, com atribuições específicas para determinadas matérias (como “exclusivamente atos infracionais”), e cumulativas com a atuação em outras áreas.

Na comarca da Capital, onde existe vara especializada com competência exclusiva na Infância e Juventude, não existem defensores públicos designados para atuação na área, considerando que a defesa técnica de crianças e adolescentes é exercida pelo advogado da Infância e Juventude, cargo de provimento efetivo do Tribunal de Justiça, particularidade única no país, como se verá adiante.

### **5.1.2 Equipes interprofissionais**

A existência e funcionamento das equipes interprofissionais junto às Varas da Infância e Juventude no país, desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, previstos expressamente nos artigos 150 e 151, e na Resolução n. 113, do CONANDA (art. 9º, inciso II), também foi objeto de investigações nas pesquisas citadas, em face de sua indispensabilidade ante a própria natureza das demandas relacionadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes, exigindo uma abordagem interdisciplinar e sistêmica, como antes analisado.

Considerando a constatação da sua inexistência na maior parte das comarcas, já em 2006 o Conselho Nacional de Justiça recomendava aos Tribunais de Justiça dos Estados que adotassem as providências

---

<sup>231</sup> Em agosto de 2012 entrou em vigor a Lei Complementar Estadual nº 575, que criou a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina e dispôs sobre sua organização e funcionamento. Disponível em: <http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/legislacao11/legislacao-especifica>. Acesso em 11 junho 2014.



necessárias à implantação de equipes interprofissionais, próprias ou mediante convênios com instituições universitárias, para garantia de atendimento às comarcas dos Estados nas causas relacionadas à família, crianças e adolescentes<sup>232</sup>.

A despeito do mandamento legal e institucional, o levantamento realizado pela ABMP nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2008, demonstrava que pouco se tinha avançado na implantação e estruturação das equipes técnicas, revelando a falta de prioridade, no âmbito do Poder Judiciário, aos direitos de crianças e adolescentes. “O Sistema de Justiça carece, ainda, de estabelecimento de critérios objetivos para estruturação dessas equipes e, ainda, a definição da natureza dos seus cargos, como integrante do Poder Judiciário”. (ABMP, 2008, p. 74).

Os critérios de análise verificaram a existência efetiva de equipes na estrutura do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal; a diversidade dos profissionais que a compõem; a distribuição geográfica desses profissionais por Estado, avaliando-se os critérios de estruturação das equipes e, finalmente, o grau de demanda populacional sob responsabilidade destes técnicos, considerados por categoria e em sua totalidade.

Em seus resultados, a avaliação demonstrou que, à época, os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte não contavam com qualquer profissional técnico para assessorar os magistrados, enquanto diversos outros contavam com equipe apenas e exclusivamente nas capitais, ou no máximo, em algumas outras cidades, como era o caso dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Tocantins e Pará. (ABMP, 2008, p. 45).

A comparação do quantitativo populacional e a quantidade de técnicos por comarca evidenciou, como regra geral, uma manifesta ausência de critérios objetivos para alocação de recursos humanos ou de proporcionalidade.

Um dos fatores determinantes disto, mais uma vez, é a falta de parâmetros claros e objetivos previstos em lei ou resolução por parte dos Estados e do Distrito Federal para que se tenha

---

<sup>232</sup> Conselho Nacional de Justiça. Recomendação n. 2, de 25.04.2006. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12084-recomenda-no-2>. Acesso em: 15 junho 2014.

uniformidade no tratamento da estruturação das equipes nas Varas, avaliando-se seu impacto no modo de se garantir direitos de crianças e adolescentes. (ABMP, 2008, p. 46).

Outra conclusão apontada foi a visão restritiva da qualificação das equipes interprofissionais em todo país, limitada, na imensa maioria dos casos, apenas a psicólogos e assistentes sociais. Por outro lado, a desproporção entre o número de pessoas atendidas por profissional, “acaba por determinar práticas limitadas ao atendimento de demandas de urgência, com considerável restrição às ações de acompanhamentos de casos” (ABMP, 2008, p. 74), inviabilizando a atuação integrada e articulada com os demais órgãos e instituições do Sistema de Garantia dos Direitos.

À falta desses critérios, baseando-se nos indicadores profissionais, no número de habitantes e o grau de vulnerabilidade social, adaptando os parâmetros das políticas setoriais e de acordo com a distribuição dos processos por natureza, e, considerando ainda que a atuação das equipes não se restringe à área da Infância e Juventude, atuando também nos processos relativos à família, idosos e violência doméstica, dentre outros, a proposta institucional apresentada pela ABMP para implantação das equipes técnicas interprofissionais sugere que (2008, p. 78):

- Comarcas com população entre 20.000 a 70.000 habitantes tenham pelo menos 6 profissionais de nível superior entre as categorias profissionais de psicologia, assistência social, dentre outros.
- Comarcas com população entre 70.000 a 200.000 habitantes tenham equipe composta de pelo menos 8 profissionais de nível superior entre as categorias profissionais de psicologia, assistência social, dentre outros.
- Comarcas com população acima de 200.000 habitantes tenham, em cada vara especializada, uma equipe técnica composta de pelo menos 10 profissionais de nível superior entre as categorias profissionais de psicologia, assistência social, dentre outros.

A importância da diversidade de profissionais compoem as equipes técnicas, que devem ser integrada, no mínimo, por assistente social e psicólogo, incluindo pedagogo e antropólogo, especialmente, nesse caso, onde haja presença de povos e comunidades tradicionais, além da sua contratação por concurso público, para garantia da capacitação continuada, também foram defendidas pela ABMP para o aprimoramento do Sistema de Justiça, pressupondo a existência das equipes interprofissionais em todas as comarcas, independentemente da especialização, para garantia do acesso à Justiça e à qualidade da jurisdição na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Na análise efetivada em 2012 pelo Conselho Nacional de Justiça e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (CNJ-IPEA, 2012, p. 41) sobre o quantitativo e o perfil das equipes interprofissionais nas varas com competência em Infância e Juventude, observou-se que, das 91 varas exclusivas, 49 (54%) possuíam equipes interprofissionais com ao menos quatro profissionais, sendo 17 delas somente no Estado de São Paulo. Em relação à composição das equipes, os resultados referentes à formação dos profissionais apontaram maior representatividade de assistentes sociais, seguida de psicólogos e, em menor número, de pedagogos.

Nas varas cumulativas, as informações coletadas junto às 50 unidades respondentes indicaram que 34% possuem equipes interprofissionais, também compostas por assistentes sociais, psicólogos e, em reduzido número, pedagogos. (CNJ-IPEA, 2012, p. 43-44).

Um aspecto inédito destacado na pesquisa realizada abordou o grau de conhecimento dos respondentes quanto à destinação orçamentária do tribunal respectivo para manutenção das referidas equipes interprofissionais. Das varas exclusivas em Infância e Juventude, apenas 16% das unidades judiciárias responderam ter ciência desta prática, enquanto das varas cumulativas, apenas 12% tinham conhecimento, concluindo que,

É razoável inferir que o maior envolvimento das varas exclusivas quanto ao conhecimento do orçamento destinado à manutenção do serviço especializado seria recomendável, levando-se em consideração o artigo 150 do ECA, o qual *prevê recursos para manutenção da equipe interprofissional* destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude. (CNJ-IPEA, 2012, p. 46, grifos das autoras).

A estrutura disponível para recepção e atendimento de crianças e adolescentes pelas equipes, em local adequado, também foi analisada pelo CNJ e IPEA, indicando que uma parcela significativa de varas exclusivas está desassistida de salas privativas em sua estrutura (mais de 30%), não obstante tratar-se de unidades especializadas, exigindo maior investimento global na infraestrutura de atendimento. (2012, p. 50).

Esses espaços se prestam a propiciar um ambiente acolhedor, de modo a facilitar a expressão das necessidades e opiniões. Deste modo, na condução das matérias pertinentes à infância e juventude, torna-se fundamental que a unidade judiciária disponha de ambiente adequado à realização de atendimentos individuais, a fim de garantir a privacidade e preservar a integridade e a dignidade dos indivíduos e das famílias. (CNJ-IPEA, 2012, p. 49).

Essa reiterada omissão do Poder Judiciário no sentido de dar cumprimento ao mandamento legal para adequada estruturação e funcionamento das equipes interdisciplinares também foi abrangida pela nova determinação da Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, que, no Provimento n. 36, de 5 de maio de 2014, antes citado<sup>233</sup>, estabeleceu a obrigatoriedade de estruturação, no prazo de noventa dias, de todas as varas hoje existentes com competência exclusiva em matéria de infância e juventude, com equipes multidisciplinares, compostas de, ao menos, psicólogo, pedagogo e assistente social (inciso III). Também determinou, no mesmo prazo, a elaboração de estudos para implantação progressiva das equipes multidisciplinares em cada uma das varas com competência cumulativa da Infância e Juventude, ou ao menos de criação de núcleos multidisciplinares regionais efetivos ou solução similar (inciso IV).

A necessidade de assessoramento por equipes interdisciplinares também se verifica no âmbito do Ministério Público e da Defensoria Pública, considerando a ampla gama de atribuições exercidas por estas instituições na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, não necessariamente limitadas ao procedimento judicial, como visto.

---

<sup>233</sup> Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_corregedoria/provimentos/provimento\\_36.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/provimentos/provimento_36.pdf). Acesso em: 15 junho 2014.

Em relação ao Ministério Público, embora se constate em vários Estados a existência de servidores com formação em serviço social ou psicologia nos seus quadros de pessoal, inexistem informações sistematizadas acerca do trabalho desenvolvido junto às Promotorias de Justiça especializadas ou mesmo sobre parâmetros para implementação dos cargos e diretrizes de atuação.

Com a atribuição de novos papéis ao Ministério Público a partir da Constituição Federal de 1988, Silvia da Silva Tejedas (2013) informa que é recente processo histórico de inserção do Serviço Social no Ministério Público brasileiro. “A partir do final de década de 1990, desencadeia-se um movimento de contratação de assistentes sociais na instituição, o que se acentuou na década de 2000”.

Desde então, os profissionais vêm buscando qualificar e direcionar o exercício profissional para contribuir no cumprimento da missão institucional de defesa do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis e sociais. De acordo com a autora (2013), as demandas dirigidas aos assistentes sociais levantadas nos Encontros Nacionais do Serviço Social no Ministério Público estão relacionadas à realização de estudo social, subsidiando os promotores de Justiça quanto à condução de violações de direitos nesse âmbito; atividades relativas à exigibilidade de políticas públicas, tais como fiscalização, fomento, acompanhamento, controle e avaliação; realização de estudos e pesquisas sobre determinada realidade; articulação política relativa à promoção de diálogos, assinatura de pactos, termos e parcerias para garantir direitos/cumprimento de políticas públicas; vistorias em entidades com o fito de avaliar a qualidade do atendimento.

Nessa orientação, o Serviço Social pode e tem contribuído no diálogo com os movimentos sociais, com os conselhos de direitos, perseguindo o propósito de que o fomento de políticas públicas se faça de modo articulado às demais instâncias que atuam na defesa de direitos. Ao mesmo tempo, no âmbito da fiscalização da qualidade das políticas públicas, tem contribuído para oferecer subsídios quanto ao planejamento desses processos, calcado nos acúmulos técnicos disponíveis. Considerando que o projeto de consolidação da democracia é coletivo e não se restringe aos muros do Ministério Público, o Serviço Social vem se constituindo como uma área profissional que tem contribuições

importantes a oferecer em direção a um ideário emancipatório, no qual os direitos humanos sejam realidade. (TEJADAS, 2013).

Também em relação ao cargo de psicólogo nas equipes das promotorias de Justiça especializadas, não se tem dados sistematizados acerca da sua existência nos Ministérios Públicos estaduais. Em Santa Catarina, existe apenas um servidor concursado que atua junto ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, competindo-lhe, “desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assessoria e a execução de programas e atividades em que os conhecimentos da ciência psicológica estejam envolvidos”<sup>234</sup>.

Dentre as funções realizadas pelo psicólogo, em pesquisa realizada sobre seu trabalho junto às organizações da Justiça de Santa Catarina, Flávia de Novaes Costa (2006, p. 111) indica que,

As organizações de Justiça constituem um campo de inserção do trabalho de psicólogos. Magistrados subsidiam suas decisões em perícias psicológicas, assim como representantes do Ministério Público e advogados respaldam seus argumentos em avaliações psicológicas. Com a contribuição de psicólogos são resolvidos conflitos familiares, realizadas adoções, solucionadas disputas de guarda, regulamentadas visitas de pais e avós, interditadas pessoas que não têm capacidade de gerir seus bens, atendidos adolescentes em conflito com a lei, acompanhadas execuções de medidas socioeducativas (no caso de adolescentes) e de penas (no caso dos maiores de 18 anos), propostas alterações no regime penal de sentenciados, dentre outras atividades.

Tocante à Defensoria Pública, tampouco existem informações precisas neste sentido. O levantamento realizado em 2010<sup>235</sup> apenas

---

<sup>234</sup> Ministério Público de Santa Catarina. Ato n. 187/2009/PGJ. Define as atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Quadro de Pessoal do Ministério Público. Disponível em: [http://www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd\\_norma=270](http://www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd_norma=270) Acesso em: 15 junho 2014.

<sup>235</sup> Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Defensores Públicos da Infância e**

evidenciou que 69% dos Estados participantes da pesquisa tinham um núcleo ou Coordenadoria da Infância e Juventude criado e implementado. Contudo, apenas 31% dos defensores públicos destes núcleos e coordenadorias contavam com uma equipe multidisciplinar para auxiliá-los, sendo eles Minas Gerais, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Os profissionais que compõem as equipes eram, em sua maioria, assistentes sociais e psicólogos, apenas o Estado do Pará contava ainda com pedagogo e sociólogo.

## 5.2. FORMAÇÃO

A importância da qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na Justiça especializada é destacada nas Regras de Beijing (itens 1.6, 6.3 e 22.1)<sup>236</sup> como elemento fundamental para assegurar uma administração imparcial e eficaz, abrangendo ações referentes ao recrutamento, perspectivas de promoção e à formação dos servidores para que possam desempenhar corretamente as suas funções.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao contrário dos Códigos de Menores revogados, não estabeleça condições ou requisitos mínimos para o exercício das funções de magistrado, promotor de Justiça ou defensor público nas unidades jurisdicionais especializadas em Infância e Juventude, é assente que o conhecimento mínimo sobre a matéria, especialmente a partir da mudança de paradigma operada com a Constituição Federal de 1988, é indispensável para a atuação funcional.

Como anteriormente analisado, estabelecendo a Doutrina da Proteção Integral uma tutela jurisdicional diferenciada, que, integrada no Sistema de Garantia dos Direitos, pressupõe que as ações de todos os órgãos e instituições devem ser articuladas em redes, são exigidas, dos

---

**Juventude.** 19 a 21 de agosto de 2010, Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

<sup>236</sup> 1.6. Os serviços de Justiça de menores devem ser sistematicamente desenvolvidos e coordenados tendo em vista aperfeiçoar e apoiar a capacidade dos funcionários que trabalham nestes serviços, em especial os seus métodos, modos de atuação e atitudes.

6.3. As pessoas que o exercem devem ser especialmente qualificadas ou formadas para exercer judiciosamente e de acordo com as suas funções e mandatos respectivos.

22.1. A formação profissional, a formação permanente, os cursos de reciclagem e outros tipos de formação apropriados, servirão para proporcionar a aquisição e manutenção da competência profissional necessária a todas as pessoas encarregadas de assuntos referentes a menores.

atores jurídicos, novas habilidades e competências, com disponibilidade e disposição ao diálogo, de forma interdisciplinar e sistêmica, visando a garantir os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias nas dimensões individual e coletiva, efetivadas por meio de políticas públicas sociais.

Por isso, a formação especializada para o exercício do cargo junto ao Sistema de Justiça, considerando a tradição jurídica de ensino superior do Direito limitada ao conteúdo restrito à análise e interpretação dogmática, assume especial relevância para que se possa superar a visão assistencialista da Justiça da Infância e Juventude, como ocorria na Doutrina da Situação Irregular, contribuindo para o aperfeiçoamento dos profissionais com vistas a uma intervenção eficaz e efetiva na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A necessidade de formação específica deve perpassar, desse modo, pela obrigatoriedade da disciplina do Direito da Criança e do Adolescente nos cursos de Direito, e, posteriormente, pelas diversas etapas das carreiras jurídicas, desde a admissão por concurso público, no qual a disciplina deve ser exigida em conteúdo autônomo, a formação inicial e continuada, a fim de “viabilizar ainda o debate e a troca de ideias, com o propósito de criar a base ética, jurídica e filosófica necessária ao efetivo cumprimento da ordem jurídica”. (ABMP, 2008, p. 86).

Considerando que a preocupação com a formação e o aprimoramento profissional dos atores do Sistema de Justiça que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes insere-se dentre as ações desenvolvidas pela ABMP no cumprimento de sua missão, o levantamento realizado em 2008 acrescentou o tema no diagnóstico realizado nos Estados brasileiros, a fim de avaliar: a) se o Direito da Criança e do Adolescente foi contemplado como matéria a ser estudada no último edital para ingresso na carreira (Magistratura, Ministério Público ou Defensoria Pública); b) se houve formação inicial para os aprovados sobre o Direito da Criança e do Adolescente e, c) se nos últimos seis meses houve algum tipo de formação continuada em Direito da Criança e do Adolescente, no âmbito da instituição respectiva (não considerando as ações desenvolvidas pela própria ABMP).

Tocante à inclusão da disciplina específica no edital do último concurso realizado, verificou-se que, embora se tenha apurado que a maioria dos Estados tenha informado positivamente, nos demais, apurou-se que o Direito da Criança e do Adolescente a despeito de não constar como disciplina específica, foi inserido nos conteúdos de Direito Civil, Direito Penal e Direitos Difusos e Coletivos (ABMP, 2008, p. 88).



Especificamente em relação à Defensoria Pública, os dados da pesquisa realizada em 2010 indicaram que embora em 75% dos Estados a disciplina fosse prevista nos concursos, em apenas 50% deles é atribuído peso igual às demais matérias, enquanto nos outros 50%, é prevista “dissolvida” nas outras disciplinas<sup>237</sup>.

Quanto à formação inicial aos aprovados no concurso, os dados apurados pela ABMP demonstram que menos da metade das instituições do Sistema de Justiça realizavam ações de qualificação ou treinamento específico para atuação junto às varas da infância e juventude ou nas demais atribuições extraprocessuais respectivas. O período de atividade verificado variava de quatro a oito horas, tempo considerado insuficiente para a compreensão da dinâmica de funcionamento das redes de proteção e atendimento e à necessária interlocução com o Sistema de Justiça. Além disso,

[...] embora todos os Tribunais de Justiça, Procuradorias-Gerais e Defensorias-Gerais promovam espaços de orientação ou formação inicial aos recém-empossados, os conteúdos ministrados perpassam, a sua grande maioria, por orientações administrativas ou “estágios” e “visitas” junto às Varas de uma maneira em geral (ABMP, 2008, p. 89, grifos da autora).

Em relação à formação continuada, os dados coletados denotam que poucos eram os Estados que a promoviam, seja através de especializações ou de cursos de atualização permanente através das Escolas Superiores da Magistratura, Academias Judiciais, Ministério Público ou Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, por exemplo. A celebração de parcerias com as universidades, sociedade civil e organismos não governamentais foi registrada como alternativa para a concretização do necessário aprimoramento da prestação jurisdicional. (ABMP, 2008, p. 91).

Diante dessa realidade, e, ante a necessidade premente de aperfeiçoamento dos atores do Sistema de Justiça em face da especificidade da atuação na área da infância, as propostas apresentadas pela ABMP previam (2008, p. 100-107):

---

<sup>237</sup> Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Defensores Públicos da Infância e Juventude**. 19 a 21 de agosto de 2010, Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, p. 21.

a) formação inicial teórico-prática, contemplada na formação acadêmica durante um semestre e que possa ser efetivada em, no mínimo, duas semanas, contando com aportes teóricos, visitas às entidades para compreensão das funções dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos e acompanhamento da dinâmica de funcionamento das Varas da Infância e Juventude, Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas especializadas na temática. O planejamento e coordenação das ações ficariam a cargo das Coordenadorias da Infância e da Juventude nos Tribunais de Justiça, os Centros de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público e os Núcleos da Infância e da Juventude nas Defensorias Públicas;

b) formação contínua como modo de atualização permanente de conhecimento, intercâmbio de experiências profissionais concretas e de abertura e percepção dos novos problemas com que se depara a vida judiciária, com a definição de uma política institucional por parte dos órgãos de administração superior da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública no sentido de estabelecer, de forma destacada e com absoluta prioridade, critérios de exigibilidade para início das atividades e promoção em razão da frequência em cursos de formação em Direito da Criança e do Adolescente;

c) a criação de cursos regulares de extensão e especialização em Direito da Criança e do Adolescente em todos os Estados do país, acessíveis aos operadores do Direito e a todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos no interior, a distância, de acordo com a proposta curricular da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, objetivando propiciar uma formação interdisciplinar mas também com vistas a uma ação sistêmica e articulada em rede.

Tocante à formação dos profissionais que integram as equipes técnicas interdisciplinares, por sua vez, a pesquisa realizada pelo CNJ-IPEA (2012) avaliou o grau de especialização relacionada ao atendimento das vítimas e aos adolescentes em conflito com a lei. Os dados nacionais dos respondentes apontaram que 77% dos integrantes das equipes das varas exclusivas e 82% das varas cumulativas não possuíam especialização no atendimento às vítimas. Em relação ao adolescente em conflito com a lei, apenas 29% dos profissionais das equipes das varas exclusivas possuem especialização, ao lado de 42% das varas cumulativas (2012, p. 46-49).

Segundo os resultados colhidos, afigura-se necessário incrementar o investimento na capacitação destes profissionais, mediante a oferta de cursos específicos de qualificação ou reciclagem, com especial atenção à realização de treinamentos sobre atendimento

psicossocial à população infantoadolescente e o papel do Sistema de Justiça.

### 5.3 OUTROS INDICADORES INSTITUCIONAIS

À análise dos dados revelados nas pesquisas realizadas pela ABMP (2008) e pelo CNJ-IPEA (2012), que focaram na estrutura correspondente às unidades especializadas, à existência de equipes interdisciplinares e à formação como indispensáveis à garantia do acesso à Justiça para defesa de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, identificou-se a necessidade de complementação das informações referentes à estrutura e funcionamento das instituições, com o intuito de avaliar o contexto ampliado das ações implementadas desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente para o necessário reordenamento institucional.

Nesse sentido, considerando o papel central ocupado pelo Poder Judiciário no Sistema de Justiça especializado, procurou-se avaliar inicialmente as mudanças operadas nas normas de organização judiciária dos Estados que regulam a administração da Justiça, dispondo sobre o seu funcionamento estrutural, regrando serviços auxiliares, atribuindo funções e dividindo a competência dos órgãos colegiados ou singulares.

A incorporação das regras de competência previstas no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente aos juízos especializados, que derogou os dispositivos relacionados às competências previstas no Código de Menores de 1979, exigia, mais do que uma mera transcrição, uma revisão das estruturas e cargos criados para operação no modelo anterior, como os comissários de menores e o advogado do juízo de menores, que tiveram suas funções diretamente impactadas, com a sua extinção pelo novo texto legal.

A atuação especializada no segundo grau de jurisdição também foi objeto do levantamento realizado mediante análise dos regimentos internos dos tribunais de Justiça estadual estabelecendo a competência para julgamento dos recursos interpostos em face das decisões proferidas pelos magistrados da Infância e Juventude.

Por fim, tendo em vista a implantação de estruturas institucionais de apoio e coordenação das atividades desenvolvidas pelos seus representantes e órgãos com atuação na área, especialmente a partir da experiência exitosa dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público desde a edição da Lei Orgânica Nacional (Lei n. 8.625/1993), buscou-se identificar a sua existência e funcionamento nos Estados

brasileiros, cuja atividade está relacionada diretamente com a qualidade da atuação funcional, mediante ações de planejamento, formação e aperfeiçoamento do Sistema de Justiça brasileiro.

Os dados foram coletados junto aos sítios institucionais dos Estados no período de janeiro a junho de 2014. As informações inexistentes foram complementadas por meio de correspondência eletrônica ou contato telefônico, e constam das tabelas por Estado constantes no Anexo 2.

### **5.3.1 Normas de Organização Judiciária**

Como regras sobre a administração da Justiça, as normas de organização judiciária visam a estabelecer as regras sobre a constituição dos órgãos encarregados do exercício da jurisdição e estão disciplinadas na Constituição Federal; nas Constituições Estaduais; nas Leis de Organização Judiciária dos Estados; na Lei Orgânica da Magistratura e nos Regimentos Internos dos Tribunais, dispondo sobre a competência e estrutura dos órgãos judiciais; requisitos para investidura na carreira judiciária, dentre outros aspectos.

Diretamente associado com a eficiência e a preservação da garantia constitucional do acesso à Justiça, a organização judiciária é essencial e depende da estrutura, necessidades e possibilidades adequadas à situação de cada Estado federado.

Enquanto as leis processuais apresentam normas sobre o exercício da jurisdição, da ação e da exceção pelos sujeitos do processo, destinadas a regular o processo, cuja competência é privativa da União, conforme artigo 22, I, da Constituição Federal, as normas procedimentais, como as que estabelecem a competência dos órgãos da Justiça nos Estados são por estes disciplinadas, nos termos do comando disposto no seu artigo 125<sup>238</sup>. Segundo Luiz Rodrigues Wambier (2007, p. 84),

As normas de organização judiciária são aquelas que regulam o funcionamento da estrutura do Poder Judiciário, mediante a atribuição de funções e divisão de competência de seus órgãos, singulares ou colegiados, e por meio do regimento de seus serviços auxiliares. Não são

---

<sup>238</sup> Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

de organização judiciária as regras que disciplinam o processo, ou seja, a atividade jurisdicional voltada ao exercício do direito de ação, com todos os seus desdobramentos. O que se normatiza, pela organização judiciária, é a estrutura do Poder Judiciário e a forma de constituição e de funcionamento de seus órgãos.

Dessa forma, prevendo o artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente a competência exclusiva da Justiça especializada da Infância e Juventude para as ações e medidas expressamente relacionadas, bem como as hipóteses de competência concorrente (parágrafo único), nos casos de ameaça ou violação de direitos previstas no artigo 98, caberá às normas de organização judiciária disciplinar supletivamente, por exemplo, o juízo que exercerá a função em caso de inexistência de unidade especializada, ou, havendo mais de uma, as competências sob a jurisdição de cada uma delas, e ainda complementá-la, dispondo sobre outras competências não expressamente previstas na lei federal.

Isso porque, para Rossato, Lépore e Cunha (2011, p. 409), o rol contido no art. 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente é meramente exemplificativo, “prevendo o mínimo de causas que deverão ser processadas perante a Vara da Infância e da Juventude”, cuja competência abrange ainda, em razão da matéria, outros procedimentos, como os pedidos de autorização para viagem e a expedição de alvarás, por exemplo.

Além disso, vale destacar ainda que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao juiz com competência na área da Infância e Juventude a fiscalização das entidades de atendimento localizadas na comarca onde atue (art. 95), bem como a expedição de portarias regulamentando as atividades envolvendo crianças e adolescentes e sua participação em eventos (art. 149), que poderão ser disciplinadas pelas normas de organização judiciária local.

Os dados do levantamento realizado demonstram que a maioria dos Estados (20) editou ou atualizou os códigos e leis de organização judiciária após a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Figura 3 - Atualização da Lei de Divisão e Organização Judiciárias por Estado



Fonte: Elaborada pela autora.

No entanto, mesmo nos casos em que houve a adequação legislativa, apurou-se que, em relação aos dispositivos que disciplinam a competência do juiz e das Varas da Infância e Juventude remetem àquelas previstas na lei ou transcrevem as matérias previstas no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Verificando-se a inexistência de uniformidade quanto aos critérios estabelecidos nas leis de organização judiciária, apurou-se que nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Maranhão e Rio Grande do Norte, no que pertine à matéria relacionada à jurisdição da Infância e Juventude, o regramento existente limita-se à distribuição das competências entre as varas que indica, especialmente nas capitais, em face da existência de mais de uma unidade jurisdicional com competência na área. Nos Estados do Acre e no Rio Grande do Sul,

verificou-se, ainda, que a distribuição da competência entre as Varas da Infância e Juventude é disciplinada por ato administrativo (Resolução do Tribunal Pleno).

Nos Estados em que não houve atualização da legislação de organização judiciária após 1990, os atos administrativos editados, via de regra, estabeleceram apenas a mudança da nomenclatura, da antiga “Vara de Menores” para “Vara da Infância e Juventude”.

No entanto, em face do princípio da hierarquia das leis, a jurisprudência tem assentado a derrogação dos dispositivos correspondentes à competência dos juízes de Menores, que vigiam sob a égide do Código de Menores de 1979<sup>239</sup>. Não obstante, em Santa Catarina, mesmo após a edição da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias, prevendo a competência do Tribunal Pleno para estabelecer a competência das unidades jurisdicionais (artigo 5º), os dispositivos revogados ainda vêm sendo referenciados em acórdãos recentes, embora reportados também aos artigos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para a não superação do paradigma anterior, como se vê nas decisões abaixo transcritas:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.  
AÇÃO DE GUARDA. DEMANDA

---

<sup>239</sup> Nesse sentido, no conflito negativo de jurisdição n. 205, de Tubarão, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu que: CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUSTIÇA COMUM. CRIME DE MAUS-TRATOS PRATICADO POR PAI CONTRA FILHO MENOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. CONFLITO ACOLHIDO PARA DAR COMO COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Conflito de Jurisdição n. 205, de Tubarão. Relator Desembargador Jorge Mussi, julgado em 24/04/1995).

E, do corpo do acórdão, se extrai: “Entrementes, com o advento da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - não há mais espaço para o disposto no art. 101, inciso I, alínea f, do CDOJESC, por não estar mais adaptado aos ditames da novel lei. Ademais, pelo princípio da hierarquia das leis, a lex federal é superior à norma contida nas leis de Organização Judiciária, e aquela deve sempre prevalecer quando a norma regimental dispuser diversamente. Pois bem, se a lei n. 8.069/90 revogou expressamente o Código de Menores (Lei 6.697, de 10/10/79), consequentemente disciplinou o art. 101, inciso I, alínea f, do RITJSC, que se refere à competência do Juiz de Menores, pelo que entendemos também revogado, embora tacitamente, este dispositivo”.

DISTRIBUÍDA À VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ITAJAÍ. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA À VARA DA FAMÍLIA. GUARDA DE FATO EXERCIDA IRREGULARMENTE POR PARENTE DE QUINTO GRAU. PRETENSÃO DE ADOÇÃO. SITUAÇÃO DE RISCO. VARA DA INFÂNCIA APARELHADA PARA PROCESSAR A AÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 98 C/C 148, § ÚNICO, ALÍNEA "A", DO ECA E ART. 101 DO CDOJESC. CONFLITO PROCEDENTE.

*A competência para processar e julgar os feitos relativos à guarda de menor em situação de risco é do Juiz da Vara da Infância e da Juventude e não do Juiz da Vara da Família, segundo se infere das disposições insculpidas no CDOJSC, arts. 96 e 101, em sintonia com o previsto no art. 148 c/c art. 98, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente.* (grifou-se). (Conflito de Competência n. 2013.083612-0, de Itajaí, Rel. Des. Joel Dias Figueira Júnior, j. 15.5.2014). (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Órgão Especial. Conflito de Competência n. 2014.037927-6, de Itajaí. Relatora Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 16/07/2014).

E ainda:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE. FALECIMENTO DOS GENITORES E DA AVÓ PATERNA, ANTIGA GUARDIÃ. GUARDA DAS INFANTES SOLICITADA PELOS TIOS. MENORES QUE NÃO SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO. COMPETÊNCIA DA VARA DA FAMÍLIA. CONFLITO ACOLHIDO. A competência para processar e julgar os feitos relativos à guarda de menor em situação regular é do Juiz da Vara da Família e não do Juiz da Vara da Infância e Juventude, segundo se infere das disposições insculpidas no CDOJSC, arts. 96 e 101, em sintonia com o previsto no art. 148 c/c



art. 98, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. 4ª Câmara de Direito Civil. Conflito de Competência n. 2014.016512-7, de Itajaí. Relator Desembargador Joel Dias Figueira Júnior, julgado em 15/05/2014, grifou-se).

Mesmo após o advento da Lei n. 8.069/1990, em Santa Catarina, a lei editada em 2006, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias, manteve a existência do cargo de advogado da Infância e Juventude, como cargo integrante da estrutura do Poder Judiciário, com as seguintes atribuições:

Art. 62. Ao advogado do Juízo da Infância e Juventude, entre outras atribuições fixadas em lei ou resolução do Tribunal de Justiça, compete:

- I - defender os direitos e interesses da criança e do adolescente previstos na legislação de regência, nos casos de competência do Juízo;
- II - representar à autoridade competente os casos de crimes praticados contra criança e adolescente;
- III - no interesse da criança e do adolescente, prestar, nos processos cíveis e criminais, assistência a litigantes pobres e sem defensores sujeitos à jurisdição da Vara da Infância e Juventude.

A existência do cargo de advogado da Infância e Juventude, como visto, remonta ao Código de Menores de 1927, assim como os antigos comissários de menores ou comissários de vigilância, não tendo sido previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estado, a implantação do cargo foi efetivada pela Lei de Organização Judiciária de 1940 (Decreto-lei n. 431, de 19 de março de 1940), ou seja, há mais de setenta anos. Tais disposições foram reeditadas pelas leis de organização judiciárias estaduais posteriores, sendo que, na Lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952, em seu artigo 11, inciso VII, já era o advogado público em exercício na Vara de Menores denominado de órgão de colaboração com o Poder Judiciário.

Atuando como defensor público concursado que atende e presta assistência judiciária e jurídica com exclusividade na área da Infância e Juventude, em nenhum outro Estado da federação identificou-se a existência de cargo similar na estrutura do Poder Judiciário, porquanto,

a par da mudança normativa, as funções respectivas foram atribuídas às Defensorias Públicas estaduais, que os incorporou aos seus quadros, o que até o momento ainda não ocorreu no Estado, que apenas recentemente instituiu a Defensoria Pública por força de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal<sup>240</sup>, já que era o único que não cumpria o mandamento legal da Constituição Federal de 1988.

Todavia, a pesquisa junto à legislação de organização judiciária evidenciou que, mesmo nos Estados que atualizaram a normativa, a herança menorista ainda é uma característica presente na realidade atual. Embora não se tenha particularizado todos os atos normativos internos referentes à estrutura e funcionamento da jurisdição na área da Infância e Juventude, em face da extensa produção e à não disponibilização de ferramentas de busca de acesso público nos sítios eletrônicos, infere-se dos dispositivos transcritos no Anexo 2, em geral, que a linguagem ainda utiliza, em muitos Estados, a expressão “menores”, mesmo referindo-se às competências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Distrito Federal, a Lei n. 11.697/2008 prevê, dentre outras competências, a possibilidade de o Juizado “receber, movimentar e prestar contas dos recursos orçamentários; celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para melhor desempenho das atividades de proteção, assistência e vigilância de menores e designar comissários voluntários de menores”, que correspondem diretamente às atribuições das antigas Varas de Menores cuja competência incluía a execução das medidas assistenciais.

A miscelânea legislativa produzida pelas sucessivas alterações por atos normativos internos indica a coexistência de dispositivos já derogados desde o advento da Constituição Federal de 1988, prevendo, dentre a competência do juiz da Infância e Juventude atividades como censura (Decreto n. 20.493/1946), e a fiscalização das atividades e espetáculos contrários à moral e aos bons costumes, como se verifica nos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe.

---

<sup>237</sup>. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) n. 3892 e 4270 para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina que dispunham sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita, que eram prestadas por meio de advogados dativos indicados pela seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil. A decisão estabeleceu o prazo de um ano para implantação da Defensoria Pública no Estado, o que ocorreu por força da Lei Complementar Estadual n. 575, de 2 de agosto de 2012.

No Rio de Janeiro, destaca-se que, de acordo com o Código de Organização Judiciária, a competência dos juízes de Direito em matéria da infância, da juventude estende-se também ao idoso, prevendo o artigo 92 sua competência para “processar, julgar e praticar todos os atos concernentes a crianças e adolescentes em situação irregular e de risco e ao idoso abrigado ou abandonado ou em situação de risco, situações definidas nas respectivas legislações (arts. 98, da Lei 8.069/1990 e 43, da Lei 10.741/2003), determinando as medidas relativas à sua guarda ou abrigo, tratamento, vigilância, assistência e educação”, contando, as unidades, com os comissários de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, como cargo de provimento efetivo.

As experiências inovadoras identificadas nas legislações estaduais reportam-se à instituição de Juizados Regionais da Infância e Juventude no Rio Grande do Sul e Pernambuco, bem como do Estado do Paraná, com a implantação do Sistema de Justiça da Infância e Juventude e do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude, por meio da Resolução n. 04/2010, que atuam conjuntamente com a Coordenadoria Estadual, e têm como atribuição, dentre outras, traçar a política institucional do Poder Judiciário para a área, definindo estratégias de aperfeiçoamento e gestão.

Também no Maranhão observou-se a existência de um Conselho Especial da Infância e Juventude, no âmbito do Tribunal de Justiça, responsável pelo acompanhamento e execução das ações da Justiça de primeiro grau na área da Infância e Juventude, competindo-lhe, também, “avaliar a situação das crianças e adolescentes sob regime de acolhimento institucional, propondo alternativas para a efetivação e resgate de seu direito fundamental à convivência familiar e comunitária”, assim como ocorre no Conselho de Supervisão do Paraná, antes referido.

A experiência da regionalização dos Juizados da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, criados pela Lei Estadual n. 9.896, de 9 de junho de 1993, que tem apresentado bons resultados, como referido na pesquisa realizada pelo CNJ-IPEA (2012), destaca-se como modelo de estruturação da Justiça especializada único no país.

De acordo com a lei de sua criação, aos Juizados Regionais, além das competências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à Comarca-Sede, no âmbito regional, são atribuídas as seguintes matérias:

- a) adoções internacionais e respectivas habilitações;
- b) fiscalização das entidades de atendimento e apuração das suas infrações administrativas;
- c) execução das medidas de internação e semiliberdade, quando não houver programa específico na Comarca de origem.

Também é prevista a possibilidade de atribuição de competência criminal ao Juizado da Regional da Infância e da Juventude, que, em regra, é atribuída às Varas Criminais nos demais Estados, conforme dispõe o parágrafo terceiro, alterado pela Lei n. 12.913, de 12 de março de 2008:

§ 3º - Poderá o Conselho da Magistratura, excepcionalmente, atribuir competências adicionais, e que digam respeito à matéria de Direito de Família, que diretamente envolva interesse de criança ou adolescente, ou de processar e julgar os crimes tipificados nos arts. 129, 136, 213, 214, 215, 216-A, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 231-A, 232, 233 e 234, todos do Código Penal Brasileiro, além dos arts. 240 e 244-A, ambos da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - , e, finalmente, art. 1º da Lei Federal n. 9.455, de 07 de abril de 1997, ressalvada a competência do Juizado Especial Criminal, em que sejam vítimas crianças ou adolescentes."

Em que pese o questionamento da constitucionalidade do dispositivo sob o argumento de afronta à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processo Penal, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a legalidade da norma, como se vê na seguinte decisão:

COMPETÊNCIA – VARA DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – ARTIGO 145 DA LEI N. 8.069/90 E LEI N. 12.913/2008, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Considerado o disposto no artigo 145 da Lei n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente –

e na Lei n. 12.913/2008, do Estado do Rio Grande do Sul, dá-se a competência de Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre para julgar delito praticado contra criança ou adolescente. (Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* n. 113.102, Rio Grande do Sul. Primeira Turma. Relator Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18/12/2012).

A estrutura estabelecida pelo Poder Judiciário gaúcho impactou diretamente no funcionamento das Promotorias de Justiça que também foram regionalizadas para atuação nas áreas de abrangência respectivas<sup>241</sup>. Em relação à Defensoria Pública do Estado, os defensores Públicos são vinculados a três Coordenadorias Regionais, que abrangem determinado número de comarcas e todas as áreas de atuação, inclusive o atendimento junto aos Juizados Regionais da Infância e Juventude<sup>242</sup>.

A diversidade dos modelos e experiências de organização judiciária verificados no levantamento realizado, em complementação às pesquisas citadas, confirma a inexistência de parâmetros de gestão no âmbito nacional no que pertine ao funcionamento da Justiça especializada para garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Apesar do esforço e a dedicação pessoal dos operadores jurídicos que trabalham na área, a efetividade da atuação depende de circunstâncias que raramente estão sob seu controle, como a organização e a especialização dos órgãos, a estrutura material e pessoal à disposição, entre muitas outras.

O reduzido número de varas especializadas, especialmente nas comarcas abrangendo municípios de médio e grande porte com preocupantes indicadores de vulnerabilidade social; a cumulação de competências com outras áreas de atuação sem critérios de análise da

---

<sup>241</sup> Conforme Provimento n. 12, de 25/07/2000, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.mprs.mp.br/legislacao/id1274.htm>. Acesso em 23 junho 2014.

<sup>242</sup> De acordo com a Lei n. 13.087, de 4 de dezembro de 2008, as Coordenadorias são responsáveis pela gestão administrativa dos escritórios da Defensoria Pública nas comarcas do Estado do Rio Grande do Sul, competindo-lhes, dentre outras atribuições administrativas, integrar e orientar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos que atuem na comarca de sua área de competência (Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis> Acesso em: 16 junho 2014).

demanda e a não atualização das normas judiciárias desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, são reveladoras da pouca importância que a Justiça da Infância e Juventude tem recebido pela Administração Superior das instituições do Poder Judiciário brasileiro, bem como das demais instituições que integram o Sistema de Justiça, que ainda a enxergam como uma “Justiça menor”.

### 5.3.2 A especialização do segundo grau

Assim como a especialização da Justiça de primeiro grau decorre do reconhecimento da complexidade da temática relacionada à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente em razão da mudança do paradigma jurídico operada com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, também os órgãos recursais deveriam pautar-se por essa premissa.

As vantagens da criação de câmaras especializadas para processar demandas que envolvem temas determinados já foram reconhecidas por diversos tribunais de Justiça do país, objetivando garantir a celeridade da prestação jurisdicional e aumentar a segurança jurídica, com a possibilidade de uniformização da jurisprudência.

Nesse sentido, além das Câmaras Cíveis e Criminais, observa-se hoje em vários estados o funcionamento de Câmaras de Direito Público, Empresariais, de Direito Bancário e Comercial, reforçando a necessidade de especialização do Poder Judiciário.

Em Santa Catarina, além da Seção Criminal, o Tribunal de Justiça conta com Grupos de Câmaras de Direito Civil, Direito Comercial e Direito Público, uma Câmara Civil Especial e uma Câmara Especial Regional de Chapecó<sup>243</sup>.

No âmbito da especialização dos órgãos julgadores de segunda instância nas matérias referentes ao Direito da Criança e do Adolescente, poucos avanços foram observados no país.

A pesquisa realizada junto aos regimentos internos dos tribunais de Justiça e bases de jurisprudência<sup>244</sup> dos Estados demonstrou que

---

<sup>243</sup> Disponível em:

[http://www.tjsc.jus.br/institucional/organograma/novo/orgaosjulgadores\\_arquivos/png\\_1.htm](http://www.tjsc.jus.br/institucional/organograma/novo/orgaosjulgadores_arquivos/png_1.htm) Acesso em: 14 junho 2014.

<sup>244</sup> Conforme Anexo 2, em alguns Estados, não tendo sido prevista expressamente nos regimentos internos dos órgãos que compõem os tribunais de Justiça a competência para julgamento dos recursos afetos à área da Infância e Juventude, as conclusões indicadas basearam-se na análise da

inexiste nos Tribunais de Justiça do país câmara especializada exclusiva para julgamento dos recursos na área da Infância e Juventude. Apenas em sete Estados (Acre, Ceará, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins), as matérias referentes à infância e juventude são distribuídas para Câmaras Cíveis determinadas, cuja competência não é exclusiva, abrangendo ainda outras temáticas.

A tabela abaixo indica, por Estado, a distribuição dos órgãos para julgamento dos recursos referentes às matérias de natureza cível e relacionadas à prática de ato infracional:

Tabela 5 - Distribuição dos órgãos julgadores dos Tribunais de Justiça dos Estados para julgamento dos recursos referentes às matérias cível e infracional previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

<b>ESTADO</b>	<b>MATÉRIA CÍVEL</b>	<b>ATO INFRACIONAL</b>
Acre	Câmaras Cíveis	Câmaras Cíveis
Alagoas	Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Criminais
Amapá	Câmara única	Câmara única
Amazonas	Câmaras Cíveis	Conselho da Magistratura
Bahia	Câmaras Cíveis	Seções Criminais
Ceará	Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Cíveis Isoladas
Distrito Federal	Turmas e Câmaras Cíveis	Turmas e Câmaras Criminais
Espírito Santo	Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Criminais Isoladas
Goiás	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais Conselho Superior da Magistratura
Maranhão	Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Cíveis Isoladas
Mato Grosso	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais

---

jurisprudência, eis que não foram localizados todos os atos normativos internos posteriores que alteraram o seu funcionamento.

	Isoladas Ordinárias	Isoladas Ordinárias
Mato Grosso do Sul	Turmas e Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais
Minas Gerais	1ª e 8ª Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais
Pará	Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Cíveis Isoladas <i>Habeas corpus</i> – Câmaras Criminais
Paraíba	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais
Paraná	4ª e 5ª Câmaras Cíveis – Ações civis públicas (exceto educação) 6ª e 7ª Câmaras Cíveis – Ensino público e particular 11ª e 12ª Câmaras Cíveis – Estatuto da Criança e Adolescente (matéria cível)	2ª Câmara Criminal
Pernambuco	1ª e 6ª Câmaras Cíveis Isoladas	Câmaras Criminais Isoladas
Piauí	Câmara Especializada Cível	Câmara Especializada Criminal <sup>245</sup>
Rio de Janeiro	Câmaras Cíveis	Seções Criminais
Rio Grande do Norte	Câmaras Cíveis	Câmaras Cíveis
Rio Grande do Sul	7ª e 8ª Câmaras Cíveis	7ª e 8ª Câmaras Cíveis
Rondônia	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais
Roraima	Câmara única – Turma Cível	Câmara única – Turma Criminal
Santa Catarina	Câmaras Cíveis Câmaras de Direito Público: Ações civis públicas	Câmaras Criminais
São Paulo	Câmara Especial	Câmara Especial
Sergipe	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais

<sup>245</sup> A especialização que denominam as câmaras refere-se apenas às matérias cível e criminal em geral.



	Isoladas	Isoladas
Tocantins	Câmaras Cíveis	Câmaras Cíveis

Fonte: Elaborado pela autora.

Na maior parte dos tribunais de Justiça, em regra, os recursos referentes às matérias relacionadas aos procedimentos para apuração de ato infracional são julgados pelas Câmaras Criminais, enquanto cabe às câmaras cíveis em geral, os recursos das demais decisões. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, os recursos relacionados às decisões proferidas em ações civis públicas, mesmo aquelas cujo objeto esteja relacionado à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, julgadas pelo juiz da Infância e Juventude, são analisados pelo Grupo de Câmaras de Direito Público. No Paraná, observou-se ainda a especialização de câmara para julgamento de ações relacionadas ao tema da educação (pública e privada).

Nos Estados em que há alguma especialização, as matérias são direcionadas a câmaras específicas, como no Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que, embora não tenham competência exclusiva na Infância e Juventude, já indicam algum avanço na particularização e uniformização da matéria.

O baixo índice de especialização do segundo grau na matéria está associado às dificuldades identificadas na mudança da cultura jurídica em relação à proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, que devem ser assegurados com absoluta prioridade em razão da sua condição de sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento.

A análise da jurisprudência nacional dos tribunais de Justiça na área revela que, mais de duas décadas após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda é frequente, por exemplo, a utilização das categorias “menor”, “menor abandonado”, “situação regular/irregular” e “situação de risco”, associadas ao marco legal menorista, já revogado, nas decisões proferidas, especialmente aquelas relacionadas à definição da competência das Varas da Infância e Juventude e Família. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE GUARDA  
AJUIZADA PELOS AVÓS MATERNOS.  
ANUÊNCIA DOS GENITORES. CONCESSÃO  
DA GUARDA DA MENOR EM SITUAÇÃO  
REGULAR PELO JUIZ *A QUO*.  
INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 98 E 148 DO  
ECA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO

JUIZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. EXEGESE DOS ARTS. 96 C/C 101 DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DE SANTA CATARINA (LEI 5624/1979). AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL SUBJETIVO INTRÍNSECO DE VALIDADE. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO. A competência para processar e julgar os feitos relativos a guarda de menor em situação regular é do juiz da Vara da Família e não do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, segundo se infere das disposições insculpidas no CDOJSC, artigos 96 e 101, em sintonia com as disposições do art. 148 c/c art. 98, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. 1ª Câmara de Direito Civil. «Classe» n. «Número», de «Foro». Relator Desembargador Joel Figueira Júnior, julgado em 28/08/2007, (grifou-se).

E ainda:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA -  
DECLARAÇÃO DE MATERNIDADE  
E GUARDA PROVISÓRIA -  
MENOR ABANDONADO - SITUAÇÃO DE  
RISCO EVIDENCIADA - VARA CÍVEL -  
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

- Evidenciado que o menor impúbere encontra-se em situação de risco, porquanto foi abandonado pelos seus pais, é da vara da infância e da juventude a competência para processar e julgar demanda envolvendo, dentre outros pontos, pedido de guarda do infante, em observância aos arts. 98, II, e 148, parágrafo único, "a", "b" e "h", todos do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 4ª Câmara Civil. Conflito de Competência n. 1.0000.12.112953-0/000, Relatora Desembargadora Ana Paula Caixeta, julgado em: 24/01/2013, grifou-se).

A propósito, vale salientar que, no Estado do Espírito Santo, a expressão “menores em situação irregular” consta no próprio texto do regimento interno do Tribunal, ao estabelecer a competência das câmaras criminais.

Por outro lado, o julgamento dos recursos referentes à prática infracional em Câmaras Criminais, ainda que avaliados na perspectiva protetiva, reforçam o caráter repressivo-punitivo associado ao Direito Penal, sobrepondo-se à dimensão pedagógica intrínseca à responsabilização estatutária, que se integra à efetivação de todos os seus direitos pelas políticas públicas sociais, e que, na maioria das vezes, não é considerada nessa dimensão, numa lógica que tende a contaminar a atividade central de garantir direitos. Para Maria Isabel Monfredini (2013, p. 70-71):

Crime e infância são questões polarizadas. Crime com infância no Sistema de Justiça, neste século, representa distanciamento do processo sócio-histórico de construção dos direitos humanos da infância. Tal prática fica incompatível com o discurso e com a concepção de proteção integral e prioritária que a infância demanda e requer. As demandas, portanto, são díspares, polares e incompatíveis entre si.

Como se vê do Conflito de Competência recentemente julgado pelo Órgão Especial do Tribunal Catarinense, a competência das Câmaras Criminais, nos termos do Ato Regimental n. 18/1992, decorre da necessidade de distribuição do serviço de forma equitativa, e não, especificamente, da matéria em si, como se extrai do corpo do acórdão:

É irrelevante que a matéria não seja exatamente criminal, ainda que o dispositivo que abriga o ato infracional pelo qual responde o representado seja da legislação penal. As Câmaras Criminais deste Tribunal têm tratado a matéria como ela efetivamente deve ser tratada, ou seja, concernente a direitos de crianças e adolescentes submetidos à proteção integral de que falam o art. 227 e seus parágrafos, inclusive o § 3º, da Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que importa é a normatização da distribuição equitativa de feitos entre os diversos órgãos julgadores do Tribunal de

Justiça. Nada impediria, por exemplo, que um Ato Regimental estabelecesse a competência múltipla, tanto para ações cíveis quanto criminais, de uma determinada Câmara julgadora; ou que, como neste Tribunal se faz com as Câmaras de Direito Público, a estas sejam atribuídas competências, para regular a distribuição equitativa, para recursos em ações cíveis propostas contra concessionárias de serviço público que não são pessoas jurídicas de direito público e sim sociedades empresárias privadas ou sociedades de economia mista que em Primeiro Grau litigam nos Juízos Cíveis. Essa distribuição de competência dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça não viola nenhuma norma constitucional ou infraconstitucional, até porque em nenhum ato regimental se determinou a aplicação de normas penais a crianças e adolescentes. Cabe às Câmaras Criminais aplicar as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, como sempre aplicaram. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Órgão Especial. Conflito de Competência n. 2012.024966-1, de Otacílio Costa. Relator Desembargador Jaime Ramos, julgado em 06/06/2012, grifou-se).

A atribuição da competência para julgamento dos recursos referentes à matéria infracional por Câmaras Cíveis, ainda que represente um progresso no que pertine à compreensão da natureza pedagógica do processo de responsabilização do adolescente em conflito com a lei, não assegura, por si só, que a Doutrina da Proteção Integral tenha sido incorporada na prática jurídica do segundo grau de jurisdição, na medida em que a especialização do juízo na matéria cível pode contribuir para elidir as garantias constitucionais do processo penal aplicáveis à ação socioeducativa.

A especialização de câmaras dos tribunais de Justiça e, de forma correspondente, dos órgãos que atuam na instância recursal (Procuradorias de Justiça e Defensorias Públicas de Segundo Grau), sem dúvida contribuiria para que também no segundo grau seja outorgada a especial proteção à criança e ao adolescente, por meio de julgamentos mais céleres e por juízes que tenham afinidade com a matéria e possam dedicar-se exclusivamente, ou de modo preferencial, a este mister.

Além disso, como destacou a Desembargadora Maria Berenice Dias, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em manifestação perante o Conselho Nacional de Justiça, em 2006, defendendo a ampliação das Câmaras Especializadas de Família,

Há um outro dado. A grande defasagem entre a legislação e a dinâmica da vida. Este vácuo tem que ser colmatado pela jurisprudência. A lei sempre é retardatária, sempre vem depois do fato. O legislador é conservador e tem dificuldade em votar leis que acompanham a evolução da sociedade, que atendam ao interesse das minorias, dos excluídos. Por isso os juízes precisam ter consciência de sua função de encontrar soluções que atendam ao Direito sem perder de vista a Justiça. Daí a necessidade de as questões ligadas às pessoas, seus afetos, suas perdas, merecerem um olhar diferenciado. O magistrado precisa conhecer essa realidade e ser especialista não só em Direito, mas também especialista da alma humana<sup>246</sup>.

Ainda que a prioridade na tramitação e julgamento dos recursos afetos à infância e juventude deva ser garantida nos Tribunais de Justiça, por força do disposto nos artigos 198, inciso III e 199-C e 199-D, do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se pode negar que a elevada demanda de processos cíveis e criminais em tramitação nas câmaras respectivas pode comprometer a celeridade da prestação jurisdicional referente às medidas protetivas ou socioeducativas, ou mesmo a garantia de serviços e programas de atendimento, que podem tornar-se inócuos em face da intensa dinâmica de desenvolvimento da criança e do adolescente e a perpetuação dos danos eventualmente causados pela violação de seus direitos.

Por outro lado, inexistem dados ou pesquisas referentes ao desenvolvimento das atividades de formação e aperfeiçoamento de pessoal no âmbito das instâncias de segundo grau, como servidores e

---

<sup>246</sup> Manifestação perante o Conselho Nacional de Justiça, em sua 14ª Sessão Ordinária, ocorrida em 7/08/2006, em Brasília-DF. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/pt/discurso-camaras-especializadas-de-familia.cont>. Acesso em: 11 junho 2014.

assessorias comissionadas, que auxiliam diretamente às atividades funcionais.

Mais do que uma simples adequação da linguagem, o movimento de ruptura com o passado, exige, portanto, o cumprimento do compromisso político do Poder Judiciário com a infância brasileira, que, por meio do reordenamento institucional orientado pela especialização da matéria, em todas as instâncias, pode contribuir para a necessária mudança da cultura jurídica voltada para a garantia e concretização dos seus direitos.

Reconhecendo as dificuldades inerentes à especialização do Poder Judiciário, o Desembargador Antonio Pessoa Cardoso, do Tribunal de Justiça da Bahia, ressalta:

Na verdade, um Poder Judiciário especializado e autônomo, com mecanismos de proteção à cidadania, não constitui prioridade para os legisladores, porque mais comprometidos com os lucros dos grandes conglomerados financeiros do que mesmo com os interesses maiores dos jurisdicionados. Os criminosos, os caloteiros contam com um direito esclerosado, mais presente no sistema sem especialização, que se incumbe de perenizar os processos<sup>247</sup>.

Não se pode deixar de registrar, todavia, as contribuições já promovidas nesse sentido por meio da posição vanguardista do Superior Tribunal de Justiça, que, dentre outros avanços, vem orientando a jurisprudência nacional quanto ao reconhecimento da legitimidade do Ministério Público para a defesa de direitos individuais indisponíveis; a competência absoluta das Varas da Infância e Juventude e, tratando-se da obrigatoriedade de implementação de políticas públicas sociais, a não violação do princípio da separação dos poderes e da discricionariedade administrativa, dentre outros já mencionados.

### **5.3.3 Coordenadorias, Centros de Apoio e Núcleos Especializados**

A implantação de órgãos auxiliares para apoio às atividades institucionais dos membros, estruturadas por temas relacionados às áreas

---

<sup>247</sup> Disponível em:

[https://www.amb.com.br/imprensa/artigo\\_detalhe.asp?imprimir=1&art\\_id=10](https://www.amb.com.br/imprensa/artigo_detalhe.asp?imprimir=1&art_id=10)

4 Acesso em: 11 junho 2014.

de atuação específicas, posteriormente à Constituição Federal de 1988, ocorreu de forma pioneira no âmbito do Ministério Público que, na sua Lei Orgânica Nacional (n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993), dispondo sobre as normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, implantou os Centros de Apoio Operacional, aos quais, como órgãos auxiliares da Administração Superior, compete:

Art. 33. [...]

I - estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;

II - remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;

III - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IV - remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;

V - exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

Desde então, os Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude, como órgãos responsáveis por prestar suporte ao trabalho dos promotores de Justiça com atribuição na área, vêm contribuindo diretamente no planejamento e coordenação das atividades desenvolvidas pela instituição, estimulando a integração e o intercâmbio entre os órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos das crianças e adolescentes.

A experiência bem-sucedida da atuação dos Centros de Apoio no âmbito dos Estados desde então, a partir de alguns encontros realizados, evidenciou a necessidade de estabelecer-se uma instância integrada por todos os Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, com o objetivo primordial, dentre outros, de estimular a sua aproximação, cooperação, articulação e integração, buscando a construção de estratégias de atuação conjunta, de âmbito nacional ou regional.

A necessidade de reflexão sobre harmonização de procedimentos e posicionamentos relativos às questões consideradas prioritárias, além da socialização de iniciativas operacionais, bem como o desenvolvimento de banco de dados referente às diversas temáticas inerentes à promoção e defesa dos direitos que pudessem servir de subsídio à ação institucional dos Ministérios Públicos no aprimoramento de duas funções na defesa de direitos de crianças e adolescentes, deu origem ao Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal – FONCAIJ, constituído em maio de 2005, em Natal/RN, por meio do documento intitulado “Compromisso de Natal”.

Essa atuação integrada em nível nacional contribuiu para o fortalecimento da atuação institucional na área da Infância e Juventude, pela sensibilização da Administração Superior dos Ministérios Públicos nos Estados para cumprimento da prioridade absoluta na implantação e funcionamento de Promotorias de Justiça especializadas, na formação e qualificação dos membros nos temas relacionados à infância e juventude e na articulação com as políticas públicas na esfera federal.

Como resultado dessa iniciativa, várias ações desenvolvidas podem ser diretamente relacionadas ao aperfeiçoamento das funções do Ministério Público na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, como a uniformização de procedimentos, a criação de Promotorias de Justiça especializadas na área da educação, além de outras ações que contribuíram diretamente para o aprimoramento do Sistema de Garantias de Direitos<sup>248</sup> e dos marcos legais, como os projetos da Lei de Adoção (n. 12.010/2009) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Os resultados positivos da articulação dos Centros de Apoio Operacional que se iniciou no FONCAIJ, e atualmente opera por meio

---

<sup>248</sup> Nesse sentido, destaca-se a “Ação Nacional Conselhos do Brasil”, desenvolvida em 2007 com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJG), para verificação das condições de funcionamento dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares existentes no país, com o diagnóstico da situação dos municípios (identificando aqueles que ainda não instalaram os Conselhos) e a sensibilização dos procuradores-gerais de Justiça e promotores de Justiça, para o necessário apoio institucional. Disponível em:

<http://www.mp.sc.gov.br/portal/servicos/imprensa-e-multimidia/noticias/cnpg-lanca-campanha-para-implantacao-e-fortalecimento-de-conselhos-tutelaes/-de-direitos-e-dos-fundos-da-infancia-em-todos-os-municipios.aspx>. Acesso em: 12 junho 2014.



da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ<sup>249</sup>, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União- CNPG, determinaram a implantação e funcionamento dos Centros de Apoio Operacional em todos os Estados do país, embora com estrutura e funcionamento diversificados, que se relacionam diretamente com o aprimoramento da atuação dos promotores de Justiça na área da Infância e Juventude, conforme se verifica no Anexo 3.

Também relacionado à área da Infância e Juventude, em alguns Estados do país foram ainda implementados Centros de Apoio Operacional com atuação exclusiva na área da defesa da educação, ou cumulativamente com os Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude, cuja atuação é coordenada, no âmbito do CNPG, pela Comissão Permanente de Educação (COPEPUC), que busca estudar e acompanhar, dentre outras temáticas, as políticas públicas educacionais, o financiamento da educação e o direito fundamental à alimentação, abrangendo questões relacionadas ao transporte escolar, fiscalização do funcionamento dos Conselhos Sociais da Educação, educação inclusiva e combate à corrupção<sup>250</sup>.

Além dos Centros de Apoio Operacional e da COPEIJ, o aperfeiçoamento das ações institucionais do Ministério Público na área da Infância e Juventude também vem sendo promovido em nível nacional pelo Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude - CIJ, prevista no seu regimento interno<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> A Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, compõe o Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-  
 □ Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG) e tem como objetivo planejar a atuação estratégica em defesa dos direitos infantojuvenis em âmbito nacional. Dentre as finalidades da COPEIJ pode-se destacar: a discussão e deliberação sobre matérias, metas e prazos que poderão integrar o Plano de Atuação Bial do Grupo Nacional de Direitos Humanos e o estímulo à cooperação entre as Promotorias de Justiça e outros órgãos, especialmente, no que se refere à troca de informações e experiências. A COPEIJ, em 2013, atuou com dois grupos de trabalho: o GT Violência Sexual e o GT SINASE. Disponível em: <http://www.cnp.org.br/index.php/gndh/3360-comissao-permanente-da-infancia-e-da-juventude-copeij>. Acesso em 16 jun. 2014.

<sup>250</sup> Disponível em: <http://www.cnp.org.br/index.php/gndh/3363-comissao-permanente-de-educacao-copepuc> Acesso em: 21 junho 2014.

<sup>251</sup> A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude foi instituída, como órgão permanente do Conselho Nacional do Ministério Público, em 27 de julho de 2010, por meio da

para o estudo de temas e o desenvolvimento de ações com o fim de contribuir para que o Ministério Público brasileiro desempenhe, de maneira eficaz e eficiente, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Para realizar tal intento, a CIJ tem buscado realizar ações integradas às unidades do Ministério Público brasileiro, em particular junto aos Centros de Apoio Operacional da área da Infância e Juventude, estabelecendo como prioridade o aprimoramento do sistema socioeducativo nacional e a defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Desde o início das atividades da Comissão, várias medidas já foram implementadas nacionalmente no âmbito do Ministério Público visando a garantir o efetivo cumprimento das normas estatutárias relacionadas ao exercício das funções por seus membros com atuação na área da Infância e Juventude, como a determinação da periodicidade mínima bimestral para realização de inspeções em unidades de semiliberdade e de internação (Resolução n. 67/2011) e a obrigatoriedade de inspecionar pessoalmente os serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar sob sua responsabilidade, conforme prevê a Resolução n. 71/2011<sup>252</sup>.

Como agente de integração com as demais instituições do Sistema de Justiça da infância e juventude no âmbito nacional, a CIJ ainda é responsável pelas ações decorrentes do Termo de Acordo de Cooperação Técnica n. 082/2009<sup>253</sup> firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Para a consecução deste objetivo, ambas as instituições se comprometeram com diversas atividades, dentre elas: a) realizar mutirões nas Varas com competência para julgamento de atos infracionais e Promotorias de Infância e Juventude de todo o país; b)

---

aprovação plenária da Emenda Regimental n. 03, que acresceu o inciso VI, ao art. 33, do Regimento Interno do CNMP. Disponível em: [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Regimento\\_Interno\\_do\\_CNM\\_P\\_V3\\_WEB.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Regimento_Interno_do_CNM_P_V3_WEB.PDF). Acesso em: 10 junho 2014.

<sup>252</sup> Disponíveis em:

<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/Resolucoes>. Acesso em: 19 junho 2014.

<sup>253</sup> Disponível em:

[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/2\\_Termo\\_de\\_Acordo\\_de\\_Cooperacao\\_Tecnica\\_82.2009\\_-\\_CNMP\\_e\\_CNJ.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/2_Termo_de_Acordo_de_Cooperacao_Tecnica_82.2009_-_CNMP_e_CNJ.pdf). Acesso em: 19 junho 2014.

promover inspeções nas unidades de internação e abrigos; c) compilar dados para a futura elaboração e execução de políticas e ações atinentes à competência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Em relação à Defensoria Pública, a Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1995, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e Territórios e dispõe sobre a organização da instituição nos estados, incorporou na estrutura da Administração Superior os denominados Núcleos ou Núcleos Especializados, competindo-lhes dentre outras funções, integrar e orientar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos que atuem em sua área de competência, dispondo que:

Art. 107. A Defensoria Pública do Estado poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Como já mencionado anteriormente, o levantamento realizado no 1º Congresso dos Defensores Públicos da Infância e Juventude em 2010<sup>254</sup>, evidenciou que 69% dos Estados participantes da pesquisa tinham um Núcleo e/ou Coordenadoria temática da Infância e Juventude criados e implementados. Dentre as atividades desenvolvidas, apurou-se que além do necessário suporte e auxílio no desempenho da atividade funcional dos membros da instituição (90%), os Núcleos ou Coordenadoria também eram responsáveis pelas seguintes funções:

- realização de eventos e cursos com as temáticas da infância e juventude (55%);
- organização de encontros periódicos para elaboração de teses institucionais específicas na infância e juventude (36%);
- realização de produção doutrinária dos Defensores Públicos da infância e juventude (73%);
- fornecimento de subsídios aos órgãos de planejamento quanto aos recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento pleno das atribuições da Defensoria na defesa da criança e do adolescente, zelando

---

<sup>254</sup> Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Defensores Públicos da Infância e Juventude**. 19 a 21 de agosto de 2010, Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

pela observância, no âmbito da instituição, do princípio da prioridade absoluta (82%), e,

- representação da instituição perante conselhos de direitos, por qualquer de seus membros, mediante designação do Defensor Público-Geral dos Estados (82%).

Em relação a esse último aspecto, convém ressaltar que a participação dos Coordenadores dos Núcleos da Defensoria Pública junto aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, como conselheiros, tanto do governo quanto da sociedade civil, embora com grande incidência, foi observada na pesquisa “Conhecendo a Realidade”<sup>255</sup> como uma distorção da característica de paridade do órgão, em desrespeito ao artigo 11 da Resolução n. 105/2005, do CONANDA<sup>256</sup>.

Outra instância de aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública no país vem se consolidando na Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei – RENAME, que se constitui como uma articulação nacional que visa à proteção e defesa dos direitos humanos de adolescentes a partir do marco normativo vigente. Seus membros são Defensores Públicos, Centros de Defesa dos Direitos da

---

<sup>255</sup> A pesquisa “Conhecendo a Realidade” encomendada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) foi elaborada com o objetivo de fazer o levantamento nacional dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares existentes no país. O estudo foi realizado entre fevereiro e novembro de 2006. Disponível em: [http://www.promenino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200707170012\\_15\\_0.pdf](http://www.promenino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200707170012_15_0.pdf). Acesso em: 19 junho 2014.

<sup>256</sup> Art.11. Não deverão compor os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

I - conselhos de políticas públicas;

II - representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - representantes que exerçam simultaneamente cargo ou função comissionada de órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

IV- conselheiros tutelares.

Parágrafo Único – Não deverão compor os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma deste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública com atuação na área da criança e do adolescente ou em exercício na comarca no foro regional, Distrital e Federal.

Criança e do Adolescente, movimentos de familiares, adolescentes em conflito com a lei, militantes, governo e a sociedade em geral<sup>257</sup>.

Tendo como objetivo garantir que a defesa dos direitos humanos e o direito à participação de adolescentes, no âmbito da Justiça Juvenil, sejam cumpridos pelo Estado brasileiro, a RENADE vem qualificando a atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, por meio de ações voltadas a:

1. Promover a articulação nacional e internacional da rede de defesa do adolescente em conflito com a lei, por meio da produção de conhecimentos, promoção de eventos formativos, da criação de espaços de integração e troca entre seus membros e da proposição de ações conjuntas.
2. Promover sensibilização e mobilização da sociedade sobre adolescentes em conflito com a lei e contra a redução da maioridade penal.
3. Garantir o direito à participação de adolescentes direta ou indiretamente envolvidos no sistema de execução da justiça juvenil<sup>258</sup>.

No âmbito do Poder Judiciário, a necessidade de coordenação da elaboração e execução da política judiciária relativa à infância e juventude foi disciplinada pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução n. 94, de 27 de outubro de 2009, que determinou aos Tribunais de Justiça dos Estados, a criação das Coordenadorias da Infância e Juventude como órgãos permanentes de assessoria da Presidência, tendo como funções<sup>259</sup>:

- I – elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e da juventude;

---

<sup>257</sup> O apoio a tal projeto é fruto de edital conjunto do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, por meio de linha de financiamento de Redes e Fóruns das Organizações da Sociedade Civil – OSCs. Disponível em: <http://renade.org/>. Acesso em: 18 junho 2014.

<sup>258</sup> Disponível em: <http://renade.org/>. Acesso em: 18 junho 2014.

<sup>259</sup> Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_94\\_2710\\_2009\\_10102012194955.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_94_2710_2009_10102012194955.pdf) Acesso em: 19 junho 2014.

- II – dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando a melhoria da prestação jurisdicional;
- III – promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não governamentais;
- IV – colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude;
- V – exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e da Juventude.

Como órgãos responsáveis pela gestão das ações do Poder Judiciário na área cabe às Coordenadorias o desenvolvimento de estratégias para aperfeiçoamento da atuação judicial na defesa de crianças e adolescentes, adequadas à realidade local e aos problemas respectivos, atuando de forma articulada com o CNJ e os demais atores (Poder Público e sistema de Justiça) na efetivação de seus direitos. Conforme dispõe o artigo 3º, parágrafo segundo, da citada Resolução, as coordenadorias deverão contar com estrutura de apoio administrativo e de equipe multiprofissional, preferencialmente do quadro de servidores do Poder Judiciário.

De acordo com notícia divulgada pelo próprio CNJ, até 2013, poucos Estados contavam com Coordenadorias implantadas e adequadas estruturalmente, na forma determinada pela Resolução. Sobre o assunto, a Juíza Auxiliar Marina Gurgel salientou que, as coordenadorias são ferramentas essenciais para o Judiciário desenvolver uma política efetiva na área da Infância e Juventude, enfatizando que “não podem ser órgãos de fachada, mas efetivos e bem-guarneceidos para a consecução de sua missão”<sup>260</sup>.

No levantamento realizado junto aos sítios eletrônicos dos tribunais de Justiça, identificou-se que em todos os Estados já foram implantadas as Coordenadorias da Infância e Juventude no país (Anexo 3). Todavia, os dados não permitem a análise da estrutura de funcionamento e as ações desenvolvidas, que não foram objeto da pesquisa.

A criação das Coordenadorias representou, sem dúvida, um grande passo para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, cuja

---

<sup>260</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/24723-cnj-quer-incentivar-a-estruturacao-das-coordenadorias-estaduais-da-infancia-e-juventude>. Acesso em: 19 junho 2014.

necessidade ficou evidenciada nas pesquisas realizadas pela ABMP e pelo próprio CNJ-IPEA. Embora recentes, as Coordenadorias instaladas têm o potencial de contribuir diretamente para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional para garantia da efetividade dos direitos de crianças e adolescentes.

Vale registrar que, anteriormente à criação das Coordenadorias, alguns Estados já contavam com Conselhos de Supervisão da Infância e Juventude - CONSIJ, vinculados às Corregedorias-Gerais de Justiça, como o Rio Grande do Sul e Paraná -, que, via de regra, tinham como atribuição estabelecer diretrizes para o exercício da função judicial na área e a realização dos treinamentos e cursos de atualização para magistrados e servidores.

No âmbito da Justiça Juvenil, outro importante espaço de articulação e aperfeiçoamento das atividades é o Fórum Nacional da Justiça Juvenil – FONAJUV, criado em 2008, com o objetivo de ampliar as discussões sobre a matéria infracional entre os magistrados membros de todos os Estados brasileiros. No Fórum, de caráter permanente e autônomo, participam representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ), da Associação de Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>261</sup>.

Desde a sua criação, o FONAJUV realiza encontros institucionais em diferentes capitais brasileiras onde são discutidas temáticas e apresentadas experiências voltadas a assegurar a eficácia e eficiência da apuração de prática infracional e da aplicação das medidas socioeducativas, entre outras ações de natureza organizacional.

A criação e o funcionamento de instâncias institucionais destinadas ao planejamento, coordenação e aperfeiçoamento da atuação do Sistema de Justiça especializado, nas diversas iniciativas apresentadas, evidenciam o esforço convergente que vem sendo implementado na melhoria das condições estruturais e de funcionamento das unidades de atuação dos operadores jurídicos na área da Infância e Juventude.

A relação entre os investimentos efetivados e as lentas mudanças operadas na realidade de crianças e adolescentes brasileiros, indicam a necessidade de que as ferramentas de gestão e as ações desenvolvidas possam estabelecer indicadores que relacionem as dificuldades ainda

---

<sup>261</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/22675-cnj-participa-do-xii-encontro-nacional-do-fonajuv-em-ms> Acesso em: 19 junho 2014.

enfrentadas e os desafios a serem cumpridos, com a garantia da prioridade absoluta no âmbito das instituições.

#### 5.4 VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS

Embora o julgamento dos crimes praticados contra criança e o adolescente não tenha sido inserido na competência da Justiça da infância e juventude, prevista no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a especialização derivada da sua condição peculiar como pessoa em desenvolvimento vem motivando a criação de varas criminais especializadas no país.

Ainda que brevemente, a importância da análise do seu funcionamento a partir dos dados existentes, permite que se possa avaliar as experiências que vêm sendo implementadas pela iniciativa do Poder Judiciário em alguns Estados brasileiros que, priorizando a condição da criança e do adolescente durante a persecução penal, reforça a proteção assegurada pela lei para o atendimento diferenciado às vítimas, por meio da garantia da celeridade da tramitação e da não impunidade dos atos praticados.

Além disso, integrando o Sistema de Garantia dos Direitos, as varas instituídas para tratar exclusivamente de crimes contra crianças e adolescentes, passam a conhecer e acionar os serviços das redes para o atendimento das vítimas, o que, em tese, não se verifica nas Varas Criminais em geral. “As varas, quando não são especializadas na proteção da criança e do adolescente, não se sentem parte da rede, o que acaba dificultando a existência de ações articuladas” (FALEIROS, 2003, p. 14).

A iniciativa pioneira foi registrada em Recife, que, em junho de 1992, criou a primeira Vara Especializada em Crimes contra Crianças e Adolescentes do Brasil, motivada pela suspeita de uma onda de extermínio de crianças e adolescentes na cidade. Posteriormente, na prática, constatou-se que a maioria dos crimes graves era de natureza sexual. (UNICEF, 2004, p. 12).

Em seguida, a especialização da Justiça criminal para apuração dos delitos contra crianças e adolescentes estendeu-se para Salvador e Fortaleza, e, em 2009, de acordo com a pesquisa realizada por Hélia Barbosa nos sítios eletrônicos dos tribunais de Justiça (2011), mostrou que os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Piauí, Maranhão e Paraná já possuíam, nas capitais, foros criminais com competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra criança e adolescente,



enquanto nos Estados do Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, as capitais contavam com vara criminal com competência híbrida (crimes contra criança, adolescente, mulher e idoso).

O funcionamento das Varas Especializadas em Crimes contra Criança e Adolescentes foi objeto de pesquisa realizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca-BA), por solicitação do UNICEF, no período entre dezembro de 2002 a abril de 2003, junto às varas pioneiras da Bahia, Ceará e Pernambuco, criadas por lei estadual.

O detalhamento da competência das Varas Criminais Especializadas mostrou experiências diversificadas. Enquanto as varas de Salvador e a de Recife preveem, por exemplo, a competência para processar todos os crimes contra a vida, inclusive homicídios com sentença de pronúncia, cabendo à Vara do Júri organizar a sessão plenária para o julgamento do réu, em contrapartida, a conciliação, julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo ficam a cargo dos Juizados Especiais Criminais. Em Fortaleza, a competência é excetuada pelos processos julgados pela Vara do Júri e pela Vara do Trânsito, além dos crimes de menor potencial ofensivo (UNICEF, 2004, p. 25-26).

A estrutura também variava de acordo com o Estado, podendo contar com salas de espera de uso exclusivo das vítimas e equipe multidisciplinar para atendimento psicossocial às vítimas e ao agressor. A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública não era exclusiva nas Varas Criminais Especializadas, o que dificultava o seu funcionamento (UNICEF, 2004, p. 29).

Além do atendimento diferenciado às vítimas, a celeridade processual também foi destacada como aspecto positivo em relação a sua tramitação nas Varas Criminais comuns. Onde não existem Varas Criminais Especializadas, a tramitação prioritária nas Varas Criminais é assegurada pela identificação diferenciada dos processos por meio de tarjas ou etiquetas<sup>262</sup>.

---

<sup>262</sup> Recentemente, por meio da Recomendação n. 15, de 31 de julho de 2014, a Corregedoria Nacional de Justiça recomendou aos juízes, com jurisdição criminal, que deem prioridade ao andamento das ações penais que tratem de crimes de abuso e exploração sexual, tortura e maus-tratos de crianças e adolescentes, de preferência:

a) identificando com tarja apropriada na capa, casos físicos, ou destaque no caso de eletrônicos, os referidos processos;

Em Santa Catarina, considerando a inexistência de Vara Criminal Especializada, essa determinação é prevista na Resolução n. 9/2009, prevendo que,

Art. 1º. Em relação aos procedimentos e processos criminais relativos a delitos de abuso, violência ou exploração sexual ou violência física e psicológica praticados contra crianças ou adolescentes, deve ser dispensado tratamento semelhante ao conferido aos procedimentos e processos criminais com réus presos, observando a maior brevidade possível na realização dos respectivos atos processuais, obedecendo aos prazos previstos na legislação processual penal em relação aos processos de réu preso.

Art. 2º. Os procedimentos e processos a que se refere o presente ato devem ser distinguidos dos demais autos processuais mediante a aposição na sua capa de tarjas ou etiquetas coloridas de identificação<sup>263</sup>.

Apesar das dificuldades inerentes à própria natureza dos crimes sexuais, que constituem a maior demanda apresentada, a especialização das demais instituições que integram o Sistema de Justiça, como as Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e as Delegacias de Polícia é considerada essencial para a qualificação do atendimento prestado e, especialmente, dos serviços de investigação e perícia para apurar as provas necessárias à responsabilização do agressor, quando for o caso, com a consequente redução dos índices de impunidade<sup>264</sup>.

---

b) instruindo com celeridade estes feitos, buscando, tanto quanto possível, seu julgamento no prazo máximo de 12 (doze) meses. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o\\_15.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o_15.pdf). Acesso em: 13 agosto 2014.

<sup>263</sup> Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/normas/normas.htm>. Acesso em: 20 junho 2014.

<sup>264</sup> De acordo com Jadir Cerqueira de Souza, as condenações dos casos de crimes sexuais praticados contra crianças de tenra idade não chegam a três por cento dos casos denunciados junto aos órgãos da Segurança Pública e perante o Poder Judiciário (In: **A implantação do depoimento sem dano no sistema judicial brasileiro**. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1055/1%20>

A capacitação dos profissionais que trabalham nas varas é reforçada como condição essencial para atuação nessas unidades especializadas, considerando, particularmente, o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pelos operadores que exercem suas funções em Varas Criminais (UNICEF, 2004).

Embora se tenha avançado pouco quanto ao debate e reflexão acerca do grau e os critérios de especialização estrutural adequados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Sistema de Justiça, a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, especialmente os sexuais, vem sendo assegurada, em algumas comarcas, pela implantação do projeto denominado “Depoimento sem Dano”, pioneiramente instalado em várias comarcas gaúchas, desde 1993, em trabalho desenvolvido pelo juiz de Direito José Antônio Daltoé Cezar, com o intuito de minimizar o sofrimento e a revitimização que decorre das situações em que crianças e adolescentes, que são intimadas, notificadas e/ou convidadas para oitiva perante a autoridade judiciária em relação às circunstâncias do ato contra elas praticado ou vivenciado.

Em que pese à existência de divergências quanto à denominação, já que os danos psicológicos sofridos pelas crianças nas hipóteses de oitiva judicial ou extrajudicial seriam inerentes às atividades judiciais, sendo, portanto, mais correto utilizar-se a expressão “depoimento com redução de dano” ou “depoimento especial”, é fundamental que seja considerada a relevância das declarações de crianças e adolescentes na qualidade de vítimas ou testemunhas de crimes, especialmente os de natureza sexual, que, por sua peculiaridade não costumam deixar vestígios.

Dessa forma, constituindo-se o depoimento e/ou declarações das testemunhas e vítimas como elementos relevantes na apuração dos fatos, e, considerando que as regras processuais civis, penais e administrativas em vigor não trazem modelos diversos de inquirição de testemunhas e vítimas, sendo crianças, adolescentes ou adultos ouvidos seguindo-se regras procedimentais idênticas, de acordo com CEZAR (2007, p. 51), o atendimento protegido ocorre da seguinte forma:

Trata-se de, na ocasião dos depoimentos das crianças e dos adolescentes vítimas de abuso sexual, retirá-las do ambiente formal da sala de audiências e transferi-las para sala especialmente

projetada para tal fim, devendo esta estar devidamente ligada, por vídeo e áudio, ao local onde se encontram o Magistrado, Promotor de Justiça, Advogado, réu e serventuários da Justiça, os quais também podem interagir durante o depoimento.

Uma vez verificada a necessidade do depoimento e/ou declarações da vítima, a imprescindibilidade da sua efetivação deve sempre ser considerada pelos magistrados, independentemente do pedido expresso das partes, pois, em várias situações, os elementos produzidos no curso das ações civis, penais e administrativas já serão suficientes, considerando ainda a possibilidade de sua utilização nas demais esferas como prova emprestada, desde que realizada na forma processual válida.

Acerca das desvantagens do uso da metodologia, Jadir Cerqueira de Souza (2014) sintetiza que:

[...] no plano crítico, além do primeiro e comum argumento da escassez de recursos financeiros para organização das salas especiais, as desvantagens do novo método de colheita da prova podem ser resumidas na possibilidade de falseamento da verdade, seja por inépcia das partes e do juiz de direito ou pela má-fé ou desídia dos envolvidos e/ou inadvertida indução da própria equipe técnica. Como segundo argumento, o impedimento determinado pelo juiz em relação às perguntas diretas à criança e/ou adolescente viola o art. 218 do CPP, incluído neste pela Lei nº 11.690/2008. Como terceiro argumento, a ausência de previsão legislativa contraria as regras constitucionais do devido processo legal. E, por último, a defesa ficará em evidente desvantagem, posto que as assistentes sociais e psicólogas, o membro do Ministério Público e os magistrados trabalham diuturnamente juntos, existente natural tendência a conchavos indevidos nos procedimentos processuais.

Em manifestação pública datada de 7 de abril de 2008, o Conselho Federal de Psicologia e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos também posicionaram-se contrariamente ao projeto de lei que

regulamenta a iniciativa do Depoimento sem Dano, sustentando que não é função do psicólogo servir como,

[...] inquiridor na busca de uma suposta verdade judicial, com a finalidade única de criminalizar o suposto abusador ou maltratante, na maioria das vezes, pessoa com que a criança ou o adolescente mantém relação de afeto, sem avaliar as repercussões e efeitos do depoimento na vida da criança ou adolescente<sup>265</sup>.

Apesar disso, os resultados bem-sucedidos da utilização do serviço especializado para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais foram avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça, que, em 2010, recomendou aos tribunais a implantação de “sistema de depoimento videogravado para as crianças e adolescentes, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática”, que deverão ser realizados em ambiente adequado, assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento<sup>266</sup>.

Além da implantação do espaço físico, a Recomendação reforça ainda a necessidade de capacitação dos participantes da escuta para emprego da técnica, devendo o acolhimento contemplar o esclarecimento à criança ou adolescente sobre os motivos e consequências de sua participação, com ênfase à sua condição de sujeito em desenvolvimento e do consequente direito de proteção, cujos serviços deverão estar aptos a garantir durante e após o procedimento judicial.

De acordo com os dados divulgados no I Encontro Nacional sobre Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Poder Judiciário Brasileiro, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e a organização não governamental *Childhood Brasil*, nos dias 18 a 20 de maio de 2011, até aquela data, o Brasil registrava pelo menos 43 experiências relacionadas à tomada de depoimento de forma especial, sendo 23 delas no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2013, “um

---

<sup>265</sup> Disponível em:

[www.crianca.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=406](http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=406). Acesso em: 22 agosto 2014.

<sup>266</sup> Recomendação n. 33, de 23 de novembro de 2010. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/recomendacao/recomendacao\\_33\\_23112010\\_22102012173311.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf). Acesso em: 21 junho 2014.

levantamento recente aponta a existência de 59 salas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em funcionamento em pelo menos 16 Estados brasileiros<sup>267</sup>.

A implantação das salas especiais para colheita do depoimento com redução de danos, no entanto, deve ser integrada a outras ações, medidas e políticas públicas destinadas à proteção integral dos direitos infantoadolescentes no âmbito do Sistema de Justiça e, em todas as demais instâncias administrativas e instituições responsáveis pelo seu atendimento.

Da perspectiva da gestão do Sistema de Justiça, os dados analisados nas pesquisas citadas evidenciam que pouca reflexão se tem efetivado no âmbito da administração superior das instituições quanto ao atendimento prestado e à garantia dos direitos da população infantoadolescente.

No âmbito do Poder Judiciário, como visto, logo após o advento do Estatuto, apenas um evento nacional foi realizado<sup>268</sup> para discussão sobre as medidas administrativas a serem adotadas em relação aos impactos das mudanças exigidas pela lei a partir da nova condição jurídica da criança como sujeito de direitos.

Apenas em 2008, no evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, por proposição da ABMP para comemoração dos 18 anos do Estatuto, é que se retoma o debate diante da constatação fática da omissão histórica do Sistema de Justiça em relação ao cumprimento da prioridade absoluta e da sua repercussão na garantia de direitos de crianças e adolescentes, em face das precárias condições de acesso à Justiça para sua defesa, apesar dos incansáveis esforços de seus integrantes.

De forma pioneira desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as pesquisas realizadas pela ABMP (2008) e pelo CNJ-IPEA (2012) revelaram que a mudança do paradigma legal, alterando substancialmente a estrutura e o funcionamento da Justiça

---

<sup>267</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/26970-modulo-presencial-do-curso-sobre-depoimento-especial-comeca-na-terca-feira>. Acesso em: 21 junho 2014.

<sup>268</sup> Conforme citado no Capítulo 1, foi realizada em março de 1995, em Porto Alegre, a “Reunião de Cúpula da Magistratura Nacional sobre o novo Direito da Infância e Juventude”. (BRANCHER, Naiara. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o novo papel do Poder Judiciário”. In: PEREIRA, Tânia da Silva (org.). **O Melhor Interesse da Criança**: um debate Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 150).

especializada, produziu pouca ou quase nenhuma repercussão em relação à sua estrutura de funcionamento, restringindo-se, as mudanças, essencialmente, na transformação das antigas varas e curadorias de menores para as novas Varas e Promotorias da Infância e Juventude.

Ainda que os avanços em termos estruturais não correspondam, necessariamente, à melhoria das condições de vida por meio da garantia de direitos de crianças e adolescentes, sem dúvida contribui e está diretamente relacionada à qualidade da atuação do Sistema de Justiça que, dos desdobramentos e arranjos institucionais exigidos pela especialização, impactam diretamente na sua efetividade e de todo Sistema de Garantia dos Direitos.

A esses desafios, a análise da prática cotidiana e da jurisprudência nacional em construção nas décadas que se seguiram ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente também sinaliza o pouco avanço da cultura jurídica e das instâncias judiciais em relação à necessária compreensão da Doutrina da Proteção Integral.

Com o propósito de trazer a lume essas idiossincrasias do Sistema de Justiça, que ainda resiste em reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, no capítulo a seguir serão apontados outros indicadores de análise, partindo-se do exame da demanda observada nas Varas da Infância e Juventude em Santa Catarina, das decisões que estabelecem o critério de fixação da competência das unidades jurisdicionais associado às “situações de risco” e às dificuldades para efetivação do direito à sua participação nos processos que lhes afetem.





## **CAPÍTULO 6**

### **INFÂNCIA E JUSTIÇA: DO ABANDONO À PERSPECTIVA DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS**

O percurso histórico que determinou a especialização do Sistema de Justiça da Infância e Juventude no país evidenciou que, a partir dos elementos até agora analisados, embora tenham sido verificados avanços, muitos desafios ainda devem ser superados para que a efetividade dos direitos de crianças e adolescentes seja assegurada por meio de sua atuação sob o novo paradigma jurídico da Doutrina da Proteção Integral.

Implicando a ruptura com o modelo de atendimento baseado na concepção menorista, o novo “fazer” da Justiça, que se alicerça no microssistema legal concebido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, instituindo princípios, regras e procedimentos sustentados na condição jurídica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, reforça o movimento de judicialização da política e dos direitos sociais no país, inaugurando um modelo de atuação diferenciado, que se incorpora ao governo e à própria sociedade civil nas redes de proteção integral para implementação e funcionamento das políticas públicas sociais voltadas à promoção e garantia dos seus direitos.

Dessa perspectiva, do necessário reordenamento institucional, ainda não implementado em sua totalidade, do ponto de vista da estrutura e da formação dos profissionais, como analisado no capítulo anterior, entende-se que, a transposição para a edificação de um Sistema que opere no paradigma atual, somente poderá executar-se pelo compromisso ético, pessoal e institucional, no sentido de implementar a mudança de realidade, por meio da superação de práticas que insistem em manter-se associadas ao referencial limitante da concepção tutelar.

Com esse propósito, outros aspectos relacionados à análise da atuação do Sistema de Justiça, como a elevada demanda observada nas Varas da Infância e Juventude, a compreensão acerca de suas competências em relação às demais unidades jurisdicionais, bem como a efetivação do direito de crianças e de adolescentes serem ouvidos e de manifestar suas opiniões nos processos que lhes digam respeito, evidenciam a necessidade de reflexão sobre as necessárias mudanças pendentes.

Em relação ao funcionamento das varas especializadas, a par da falta de condições adequadas de trabalho e o número reduzido de equipes técnicas à disposição do juízo ou do Ministério Público, a constatação empírica relacionada ao aumento do volume de

procedimentos em tramitação, referentes, em sua grande maioria, à apuração de ato infracional ou à aplicação de medidas protetivas, é revelador da inexistência ou do precário funcionamento das políticas públicas setoriais para proteção integral no âmbito do município, o que vem justificando as dificuldades do Poder Judiciário em desincumbir-se das atividades administrativas transferidas ao Conselho Tutelar.

Por outro lado, a análise da jurisprudência nacional indica que a determinação da competência das Varas da Infância e Juventude vem sendo fixada pelo critério do “risco”, correspondente às situações que estabelecem sua competência concorrente, nos termos do artigo 148, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente, reproduzindo a concepção obsoleta que, na sua origem, como visto, foi criada para proteção dos “menores” (pobres), enquanto as demandas relacionadas às crianças inseridas em “famílias estruturadas” ou com patrimônio eram julgadas pelas Varas de Família.

Embora não se possa aferir como vêm sendo garantidos os direitos de crianças e adolescentes envolvidos em processos de família, como vítimas ou testemunhas em processos criminais ou em outras demandas, no âmbito do Poder Judiciário, não se pode desconsiderar, nesse aspecto, que a necessária tutela jurisdicional diferenciada para sua proteção integral ultrapassa os limites do processo em si, para assegurar que a intervenção possa ser efetiva e incorporada à garantia de todos os seus direitos pela família e pelo Estado, por meio de políticas públicas sociais.

Além disso, considerando que a maioria dos profissionais que atuam em unidades não especializadas tem uma visão limitada do Estatuto da Criança e do Adolescente, já que a disciplina sequer é obrigatória na formação no curso de Direito, e pouco ou quase nada conhecem sobre o Sistema de Garantia dos Direitos e seu papel no funcionamento das redes, considera-se essencial avaliar como têm sido implementados os demais princípios específicos da atividade processual, elegendo-se o direito à participação de crianças e adolescentes nos processos que lhes afetem como indicador intrínseco à mudança paradigmática que os reconhece como sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

De forma geral, pode-se afirmar que a efetividade dos avanços conquistados requer novos aprendizados e o desenvolvimento de outras competências e habilidades relacionais exigidas aos atores jurídicos, a fim de garantir que os desvios de interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente não sejam causas de novas violações de direitos pelos

órgãos e profissionais que tenham, por obrigação legal, o dever de garanti-los.

## 6.1 VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: ENTRE A ESPERANÇA E O COLAPSO

Após mais de duas décadas de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, do ponto de vista da tipologia das demandas levadas à apreciação das Varas da Infância e Juventude, considera-se que já seja possível estabelecer indicadores relacionados ao volume e ao “perfil forense”<sup>269</sup> dessas unidades.

Embora não se pretenda realizar uma pesquisa exploratória nesse sentido, a análise dos dados já existentes na análise realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2012), possibilita compreender o padrão de atuação que se relaciona diretamente ao perfil das demandas que são atendidas pelo Sistema de Justiça especializado, auxiliando ainda, do ponto de vista da gestão, como critério de análise para o dimensionamento da estrutura respectiva.

Os resultados desse perfil forense refletem os dados enviados pelas 1.393 varas com competência para atuar na área da Infância e Juventude (exclusiva e cumulativa) que responderam à pesquisa (aproximadamente 40% do universo), durante o período de abril a agosto de 2009 e revelaram a preponderância de processos versando sobre adolescentes em conflito com a lei (80%) em relação a jovens vítimas de maus-tratos, abandono, abuso sexual, negligência, tráfico sexual, prostituição infantil e falta de acesso ao sistema de saúde (CNJ-IPEA, 2012, p. 59).

Considerando que as causas desta proporcionalidade relativa não foram objeto da investigação, embora não seja possível estabelecer

---

<sup>269</sup> O “perfil forense” foi estabelecido como categoria de análise na pesquisa realizada pelo CNJ-IPEA, intitulada “Justiça Infantojuvenil. Situação atual e critérios de aprimoramento”, incluindo dados relativos ao perfil das demandas, como a identificação das partes (porcentagem de vítimas e de jovens em conflito com a lei) e a natureza dos atos infracionais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Justiça Infantojuvenil**. Situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de pesquisa. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120316\\_relatorio\\_infantojuvenil.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120316_relatorio_infantojuvenil.pdf). Acesso em: 20 maio 2014, p. 11.

qualquer ilação acerca de sua relação com o funcionamento das políticas públicas sociais, verifica-se que o indicador pode conduzir à conclusão lógica no sentido de que, o incremento do número de atos infracionais praticados em determinado município pode estar relacionado com inúmeras causas, como a deficiência das políticas setoriais de prevenção, educação, profissionalização, apoio sociofamiliar, dentre outras variáveis que integram a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Por outro lado, os dados referentes aos processos que se referem às crianças e adolescentes vítimas, tampouco especificam a natureza da ação, fundamentando-se apenas no quantitativo informado a partir dos critérios estabelecidos pelos pesquisadores (maus-tratos, abandono, abuso sexual, negligência, tráfico sexual, prostituição infantil e falta de acesso ao sistema de saúde).

Em Santa Catarina, os dados fornecidos pela Corregedoria-Geral de Justiça<sup>270</sup>, referente ao volume processual nas varas com competência na área da Infância e Juventude nos últimos cinco anos, comprovam o aumento progressivo do quantitativo do volume processual das ações relacionadas à prática infracional<sup>271</sup>, e, na esfera cível, do volume de pedidos de providências e medidas de proteção que tramitam em todas as varas com competência na área, como se vê no gráfico abaixo<sup>272</sup>:

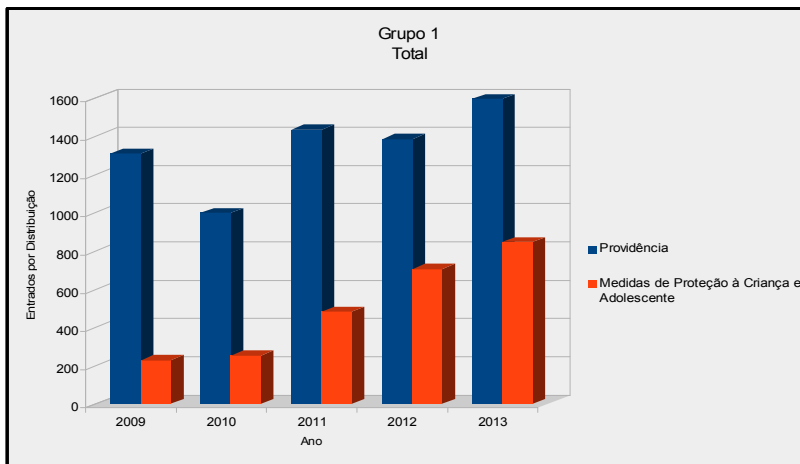
---

<sup>270</sup> Os dados estatísticos referentes à movimentação processual na área da Infância e Juventude, referentes aos últimos cinco anos (2009 a 2013), foram solicitados à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, referentes ao número de processos por classe na área, de acordo com a tabela de classificação das ações do Sistema de Automação Judiciária do 1º Grau (Apêndice A).

<sup>271</sup> O grupo referente a procedimentos relacionados à apuração de atos infracionais tabulados, de acordo com os relatórios encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça, inclui procedimentos investigatórios, autos de apreensão em flagrante, relatórios de investigações, boletins de ocorrência circunstanciados e execução de medidas socioeducativas.

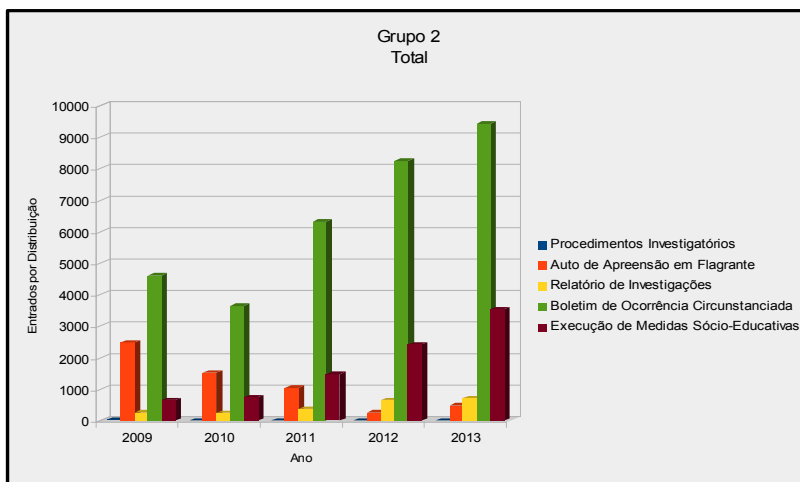
<sup>272</sup> Foram consideradas as classes de ação de acordo com a tabela de classificação do Poder Judiciário referente aos Juizados da Infância e Juventude, considerando o seu objeto, independente da unidade jurisdicional (Criminal, Fazenda, Família, etc.), computando-se apenas os "entrados por distribuição" no período de 2009 a 2013.

Gráfico 2 - Distribuição do volume processual referentes à "providência" e "medidas de proteção à criança e adolescente" entrados por distribuição nas varas com competência na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013.



Fonte: Elaborado pela autora.

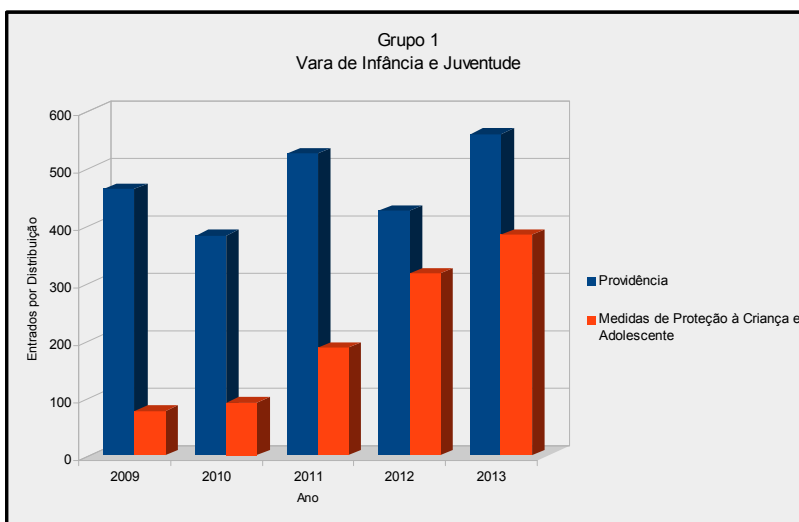
Gráfico 3 - Distribuição do volume processual referentes à matéria infracional entrados por distribuição nas varas com competência na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013.



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa tendência também é observada nas varas com competência exclusiva e naquelas que cumulam com anexos<sup>273</sup>, na área da Infância e Juventude:

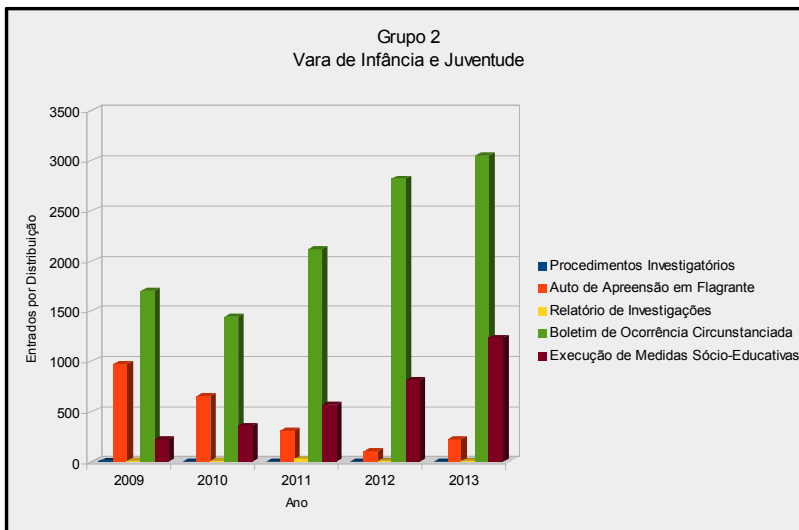
Gráfico 4 - Distribuição do volume processual referentes à "providência" e "medidas de proteção à criança e adolescente" entrados por distribuição nas varas com competência exclusiva e anexos na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013.



Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>273</sup> As comarcas pesquisadas foram: Blumenau, Capital, Joinville, Criciúma, Itajaí e São José. Não se consideraram as comarcas de Lages, em razão de cumular competências diversas (Idosos e Violência Doméstica) e Chapecó (Família).

Gráfico 5 - Distribuição do volume processual referentes à matéria infracional entrados por distribuição nas varas com competência exclusiva e anexos na matéria da Infância e Juventude de Santa Catarina nos anos de 2009 a 2013.



Fonte: Elaborado pela autora.

A demonstração do aumento crescente do número de processos que tramitam nas Varas da Infância e Juventude, permite estabelecer como premissa lógica que o funcionamento da política de atendimento está diretamente relacionada ao número de ações ou medidas judiciais, ou seja, quanto mais estruturado o Sistema de Garantia dos Direitos da criança e adolescente, com seus programas e serviços respectivos, especialmente o Conselho Tutelar, cada vez menos será necessário acionar o sistema judicial.

Esse cenário ideal encontra-se distante no país, considerando que, diante do grande *deficit* das políticas, a proteção integral ainda não é uma realidade para grande parte da população de crianças e adolescentes brasileiros, o que demanda uma atuação cada vez mais efetiva do Sistema de Justiça para garantia dos seus direitos, especialmente em face das omissões do Estado.

Por outro lado, a relação estabelecida a partir do quantitativo dos processos em tramitação nas unidades jurisdicionais especializadas não permite determinar indicadores correspondentes ao volume de

atividades efetivamente desempenhadas por magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos com atribuição na área, já que não considera a atuação extraprocessual realizada em atividades como reuniões, palestras, visitas, inspeções, dentre outras, que podem ser consideradas tão ou mais importantes que o processo em si, pois contribuem para a prevenção à violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Do ponto de vista da análise da demanda submetida à apreciação pelas varas especializadas, a jurisprudência tem evidenciado um aspecto que pode estar diretamente relacionado a um desvirtuamento das funções judiciais estabelecidas pela Doutrina da Proteção Integral, por meio de procedimentos denominados de “verificação de situação de risco”, procedimentos “para aplicação de medidas protetivas” ou “procedimentos investigatórios”, os quais, embora orientados para proteção de crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados, têm contribuído para o enfraquecimento da atuação do Conselho Tutelar e do próprio Sistema de Garantia dos Direitos, além de abarrotar as varas e prejudicar o andamento de ações coletivas cujo provimento jurisdicional possa favorecer um número mais abrangente da população envolvida.

Por outro lado, a prática dos procedimentos verificatórios instaurados de ofício pelos juízes da Infância e Juventude - que vêm sendo convalidados pelos tribunais - ao longo do tempo, demonstrou que a iniciativa, ainda que calcada em bons propósitos, reforça a função paternalista e centralizadora do antigo juiz de Menores, violando direitos fundamentais da criança e adolescente envolvidos e suas famílias, especialmente quando afastados do convívio familiar, em afronta aos princípios constitucionais do contraditório e à ampla defesa.

Afigurando-se como um sintoma revelador de um desconhecimento radical acerca das intervenções estatais em matéria de infância e juventude, para Cleber Tonial (2002),

Nesse nosso triste momento da história de proteção dos direitos da infância, ainda nos deparamos com o desastre de serem vistos, tolerados e até incentivados (a pretexto de “*melhor atender e proteger*”) certos processos investigatórios que não possuem início nem fim. Tramitam atabalhoadamente, sem que exista, pasme-se, um momento processual para pedido e sentença. (grifos do autor).



Baseando-se numa interpretação equivocada do artigo 153, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a instauração de tais procedimentos tiveram seu uso generalizado no país objetivando a aplicação, em sede judicial, das medidas de proteção previstas no artigo 101 e das medidas aplicáveis aos pais ou responsável (art. 129)<sup>274</sup>, mesmo onde já haviam Conselhos Tutelares implantados e em funcionamento<sup>275</sup>, objetivando, por exemplo, aplicação de advertências pelo juízo, o acompanhamento das ações desenvolvidas junto à família

---

<sup>274</sup> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- VII - advertência;
- VIII - perda da guarda;
- IX - destituição da tutela;
- X - suspensão ou destituição do poder familiar.

<sup>275</sup> De acordo com o artigo 262, das Disposições Finais e Transitórias do Estatuto da Criança e do Adolescente, apenas enquanto não instalados os Conselhos Tutelares é que as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

pelos programas sociais, o encaminhamento para acompanhamento psicoterapêutico, a requisição de tratamento médico para dependentes químicos, dentre outras medidas.

Tal dispositivo estabelece o poder geral de cautela e a prerrogativa de produção de provas pelo magistrado, no âmbito da Justiça da Infância e da Juventude, prevendo que:

Art. 153. Se a medida judicial adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.

Como mencionado no Capítulo 1, o Código de Menores de 1979 já previa dispositivo idêntico no artigo 87, estabelecendo a possibilidade de instauração de procedimentos por iniciativa oficial (art. 86)<sup>276</sup>, que, adequados ao marco jurídico da época, correspondiam aos instrumentos necessários para o exercício da ampla discricionariedade conferida ao magistrado, reafirmando a presunção vigente de que, no exercício da função paternal, saberia dar aos conflitos apresentados a solução que melhor tutelasse o interesse do “menor”.

Em ambos os dispositivos (art. 87, do Código de Menores, e art. 153, do Estatuto), verifica-se que, como condição necessária para possibilidade de o juiz investigar fatos e determinar as providências de ofício, é estabelecida a necessidade de que não haja previsão legal quanto à medida a ser adotada, pois, prevendo a lei o procedimento, não é dado ao juiz, em regra, adotar qualquer outra medida.

No Código de Menores de 1979, a apuração da situação irregular do “menor” e a aplicação das medidas previstas em lei eram realizadas em procedimento verificatório simples ou contraditório, de acordo com o rito estabelecido nos artigos 94 a 98. A regra do artigo 87 era, portanto, subsidiária, e se coadunava com a Doutrina da época com o intuito de reforçar a função da autoridade judiciária.

Todavia, sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente, não tendo sido previsto tal procedimento “verificatório”, já que

---

<sup>276</sup> Art. 86. As medidas previstas neste Código serão aplicadas mediante procedimento administrativo ou contraditório, de iniciativa oficial ou provocados pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.

Art. 87. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar livremente os fatos e ordenar, de ofício, as providências.

transferidas ao Conselho Tutelar as atribuições jurisdicionais nos casos de ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes (art. 98) para aplicação das medidas que não tenham repercussão jurídica, a interpretação do artigo 153 não pode ser ampliada no sentido de possibilitar investigações ou adoção de medidas de ofício pelo juiz.

Diferentemente das medidas judiciais, as de proteção, previstas nos artigos 101 e 129, têm natureza administrativa já que sua aplicação é atribuída ao Conselho Tutelar (art. 136, I e II), com exceção das hipóteses do artigo 112, VII e o afastamento do convívio familiar, que, por força da alteração promovida pela Lei n. 12.010/2009, passou a ser da competência exclusiva da autoridade judiciária<sup>277</sup>.

Dessa forma, ao aplicar medidas que não são de sua competência, a autoridade judiciária viola as atribuições da autoridade administrativa, no caso, o Conselho Tutelar. Nos termos do artigo 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>278</sup>, uma vez instalado o Conselho Tutelar, cabe ao juiz apenas a revisão da medida aplicada pelo órgão administrativo, a pedido de quem tenha legítimo interesse, realizando o controle da legalidade do ato.

Além disso, considerando que o procedimento investigatório do art. 153 está condicionado a uma medida judicial, não pode ser instaurado para aplicação de uma medida administrativa como de fato se caracterizam a maioria das medidas de proteção e daquelas aplicáveis aos pais ou responsável.

---

<sup>277</sup> A medida de proteção de acolhimento institucional, prevista no art. 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a alteração promovida pela Lei n. 12.010/2009, somente poderá ser aplicada pelo Conselho Tutelar para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, já que, implicando o afastamento do convívio familiar a competência passou a ser da autoridade judiciária, como dispõe o parágrafo segundo acrescentado ao dispositivo:

Art. 101. [...]

§ 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa (grifou-se).

<sup>278</sup> Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Destarte, os procedimentos instaurados para aplicação das medidas de proteção resultaram de uma interpretação *contra legem*, distanciando-se dos verdadeiros propósitos que inspiraram a previsão dos procedimentos investigatórios judiciais previstos no artigo 153, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, orientado pelo critério hermenêutico da Doutrina da Proteção Integral, pretendeu conferir ao magistrado da Infância e Juventude um papel mais ativo no curso do processo, que se coaduna com o moderno sistema processual, tal como estabelecido no artigo 130, do Código de Processo Civil<sup>279</sup>, como assinalado no Capítulo 3.

A generalização do uso dos denominados “procedimentos verificatórios” sem forma ou rito no Sistema de Justiça brasileiro, embora admitida inclusive pelos Tribunais Superiores<sup>280</sup>, especialmente

---

<sup>279</sup> Art. 130. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

<sup>280</sup> Nesse sentido, em recentes decisões, o Superior Tribunal de Justiça assentou: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PROTEÇÃO DE INTERESSE DIFUSO. SISTEMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. CRIANÇA E ADOLESCENTE. SUJEITOS DE DIREITOS. PRINCÍPIOS DA ABSOLUTA PRIORIDADE E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. NOTÍCIA DE VULNERABILIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE ATUAÇÃO URGENTE DO PODER JUDICIÁRIO NO SENTIDO DE DETERMINAR A ADOÇÃO DE TODAS AS MEDIDAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A PROTEÇÃO DOS MENORES ENVOLVIDOS. PRECEDENTE DO STJ. 1. Não há que se falar nos óbices recursais mencionados pela parte ora agravante tendo em vista que a tese suscitada no recurso especial, além de ter sido devidamente prequestionada, não depende da análise do conjunto fático e probatório constante dos autos. Isso porque não se discute aspectos fáticos da *quaestio*, mas tão somente a necessidade de exaurimento de instâncias junto ao Conselho Tutelar para recorrer ao Poder Judiciário, o que evidentemente é questão de direito passível de ser conhecida em recurso especial. 2. No mérito, quanto à necessidade de exaurimento das instâncias administrativas junto ao Conselho Tutelar para, então, poder recorrer ao Juizado da Infância e Juventude, verifica-se que este Sodalício possui o entendimento de que o artigo 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente permite ao Juiz, até mesmo de ofício, ouvido o Ministério Público, adequar o procedimento às peculiaridades do caso, ordenando as providências necessárias para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente. Precedente do STJ. 3. Deve ser mantida, a toda evidência, a decisão agravada, considerando a gravidade da situação, que relata a existência de notícia de fatos concretos que possam comprometer a

nas situações que implicam afastamento do convívio familiar e o acolhimento institucional, somente foi questionada a partir da pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), intitulada “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC”<sup>281</sup>, que constatou que mais da metade das crianças e dos adolescentes abrigados (52,6%) vivia nas instituições visitadas há mais de dois anos e que apenas metade (54,6%) tinha processo nas Varas da Justiça.

Demonstrando, a partir de um conjunto de indicadores, como renda das famílias e perfil dos abrigados, que a medida de abrigo continuava sendo utilizada indiscriminadamente em face de motivos relacionados à pobreza, a pesquisa alertou para a necessidade de mudanças a fim de garantir a sua excepcionalidade, em razão da sua utilização indevida pelos conselheiros tutelares, e brevidade, em face dos danos causados pelo acolhimento institucional prolongado, cujos processos, nos casos de procedimentos verificatórios, não tinham prazo ou termo de conclusão, sem que a família natural sequer tomasse conhecimento dos fatos e pudesse se defender.

Nesse sentido é que as mudanças introduzidas pela Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, alterando o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros dispositivos, disciplinou a medida de

---

integridade dos menores envolvidos - envolvimento com tráfico de drogas e evasão escolar. Por essa razão, ratifica-se que o presente recurso especial deve ser provido a fim de que sejam determinadas as medidas necessárias para superação desta situação de vulnerabilidade social pelo Juízo de Primeiro Grau, que está mais próximo dos fatos e portanto está mais habilitado para a tomada de todas as medidas necessárias em articulação com o Poder Executivo e demais instâncias competentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.323.470/SE. Segunda Turma. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 04/12/2012). (grifou-se).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ARTIGO 153 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DIREITO À EDUCAÇÃO. Atuação administrativa do Juízo da Vara da Infância e da Juventude. Possibilidade. Recurso ordinário não provido (Recurso em Mandado de Segurança nº 38.415/SP. Primeira Turma. Relator Ministro Ari Pargendler, julgado em 27/11/2012).

<sup>281</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5481](http://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=5481). Acesso em: 25 junho 2014.

“abrigo em entidade”, agora denominada de “acolhimento institucional”, limitado a dois anos e sujeito à reavaliação a cada seis meses (art. 19), atribuindo a competência exclusiva à autoridade judiciária para a sua aplicação quando implicar o afastamento do convívio familiar.

Objetivando impedir que crianças e adolescentes sejam afastados de suas famílias por simples decisão administrativa do Conselho Tutelar ou mesmo por decisão judicial tomada em "procedimento de verificação de situação de risco" ou "procedimento para aplicação de medida de proteção", instaurados com fundamento no artigo 153, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei n. 12.010 criou o denominado “procedimento contencioso”, previsto no parágrafo segundo, *in verbis*:

§ 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (grifou-se).

Ocorre que, ressalvada a hipótese de suspensão ou destituição do poder familiar, cujo procedimento é expressamente previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 155 a 163), a Lei nº 12.010/2009 não previu um “procedimento” específico para “procedimento contencioso” estabelecido no dispositivo citado, assegurando apenas a garantia do exercício do contraditório e da ampla defesa pela família, o que nem sempre ocorria nos procedimentos instaurados com base no artigo 153, que acabavam se arrastando indefinidamente, sem a formalização do fato que justificou o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar e sem a produção de provas quanto à sua efetiva ocorrência.

Em razão disso é que a Lei n. 12.010/2009 vedou expressamente a utilização dos “procedimentos verificatórios” e similares em relação às situações em que o acolhimento institucional implique afastamento do convívio familiar, inserindo o parágrafo único do art. 153 dispondo:

Art. 153. [...]

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos.

No entanto, de acordo com o entendimento do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Estado do Paraná<sup>282</sup>, nem todo o acolhimento institucional será necessariamente precedido de um procedimento contencioso,

[...] pois isso somente ocorrerá, a teor do disposto no próprio art. 101, § 2º, do ECA, quando for necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio com sua família, o que não ocorre, por exemplo, quando a criança ou adolescente já estiver afastado do convívio familiar (o que pode ocorrer quer em situações “voluntárias” – como no caso de crianças e adolescentes que vivem nas ruas - ou “acidentais” como no caso de crianças perdidas), ou quando este afastamento ocorrer por situações excepcionais e temporárias, sem que haja oposição dos pais (como no caso dos pais internados para tratamento médico, ou presos em razão do cometimento de infração penal, e não já, ao menos num primeiro momento, familiares em condições de acolher os filhos), não haverá a necessidade de instauração de procedimento de natureza contenciosa, embora deva ser instaurado procedimento destinado a avaliar as condições do acolhimento e reavaliar periodicamente a possibilidade de reintegração familiar (nos moldes do previsto no art. 19, § 1º do ECA). (grifos do autor).

Aproximando-se muito com o antigo “procedimento verificatório contraditório” do antigo Código de Menores, em todas as demais

---

<sup>282</sup> Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. **A nova "Lei de Adoção" e suas implicações**: algumas questões a serem respondidas. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=926#outras>. Acesso em 24 junho 2014.

situações, entende o órgão institucional que é possível afirmar que ainda haveria espaço para a instauração dos procedimentos verificatórios ou similares, mesmo nos casos de afastamento do convívio familiar, nos moldes do artigo 153, do Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentando que a Lei n. 12.010/2009 não o revogou e tampouco impediu sua utilização dos demais casos, como os citados, que possam ser solucionados independentemente de procedimento contencioso,

[...] possibilitando a instauração de procedimento de natureza “voluntária” (embora o ideal fosse mudar a terminologia empregada, na medida em que o termo “*procedimento verificatório*” guarda uma forte carga ‘*menorista*’), inclusive para que seja possível acompanhar as atividades desenvolvidas no sentido da reintegração do poder familiar (cf. art. 101, §§ 4º a 7º, do ECA) e promover a reavaliação periódica a que alude o art. 19, § 1º, do ECA). Importante não perder de vista, no entanto, que muito embora a criação do Conselho Tutelar não retire da Justiça da Infância e da Juventude a competência para aplicação das medidas de proteção (*ex vi* do disposto no art. 5º, inciso XXXV, da CF), esta atividade, a rigor, deve ser desempenhada pelo Conselho Tutelar, que em matéria de garantia do direito à convivência familiar para as crianças e adolescentes acolhidos em instituições, deve trabalhar de forma *articulada* não apenas com o Poder Judiciário, mas também com os órgãos e entidades corresponsáveis pelo atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias (cf. arts. 86 a 88, inciso VI, do ECA). Em qualquer caso, portanto, os referidos procedimentos de natureza “voluntária” a cargo da Justiça da Infância e da Juventude devem ser reduzidos ao mínimo, devendo-se em contrapartida *fortalecer* o Conselho Tutelar como órgão de defesa dos direitos infantojuvenis por excelência<sup>283</sup>. (grifos do autor).

---

<sup>283</sup> Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. **A nova "Lei de Adoção" e suas implicações:** algumas questões a serem respondidas. Disponível em:



Todavia, se, sob a vigência da legislação anterior, o juiz reunia competências jurisdicionais e administrativas, o rompimento promovido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como visto, restabeleceu suas funções típicas, limitadas pelos direitos e garantias constitucionais do processo. Com isso, apenas nos casos de descumprimento injustificado das medidas impostas pelo Conselho Tutelar pelo Poder Público ou pelo cidadão atingido é que o Poder Judiciário deverá ser acionado para resolução do conflito mediante provocação do interessado ou representação da autoridade administrativa (art. 136, III, b).

Dessa forma, mesmo nos casos de representação do Conselho Tutelar em razão da omissão do Poder Público no cumprimento das medidas aplicadas, não caberá ao juiz da Infância e Juventude substituir a autoridade do órgão, jurisdicionando a atividade administrativa e atuando de forma concorrente, como se observa, na prática, nos procedimentos referentes à aplicação de medidas de proteção que sobrecarregam as varas, onde tramitam por longo período para “acompanhamento”.

Ante a notória deficiência das políticas sociais, com filas de espera e inexistência de vagas para atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, verifica-se, na prática, que a alegada impossibilidade de cumprimento da requisição dos serviços respectivos pelo Conselho Tutelar, é encaminhada ao juízo para a tomada das “providências legais”, na expectativa de que, frente à autoridade judicial, as ordens para o cumprimento das medidas de proteção sejam efetivamente atendidas.

Tal entendimento vem sendo reforçado pelo Superior Tribunal de Justiça que, admitindo que o Juízo da Infância possa agir de ofício para demandar providência em prol dos direitos de crianças e de adolescentes, especialmente em casos de urgência, atribui coercibilidade às medidas protetivas aplicadas de ofício em procedimento denominado “pedido de providências”, inclusive obrigando o Município ao seu cumprimento, independentemente de provimento jurisdicional contencioso:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO.  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE. DIREITO À EDUCAÇÃO.

MATÉRIA PACÍFICA NO STF E NO STJ. SITUAÇÃO DE URGÊNCIA. ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ART. 153 DA LEI 8.069/90. LIMITES. CABÍVEL NO CASO CONCRETO. AVALIAÇÃO DA JURIDICIDADE POR MEIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que negou provimento ao pleito de anulação da determinação judicial-administrativa da Vara da Infância e da Juventude, que determinou - após pedido do Conselho Tutelar e avaliação do Ministério Público Estadual - a oferta de duas vagas para menores em situação de risco, bem como a transferência de outro, para efetivar o direito a sua educação. O município atendeu a demanda, porém argumenta que não é obrigado a cumprir determinação do juízo, salvo se esta for derivada de um provimento jurisdicional contencioso. [...]

3. A peculiaridade reside nos limites da atuação administrativa do juízo da infância e da juventude, ao se deparar com situações urgentes que demandem a sua atuação protetiva; em síntese, a pergunta é: pode o órgão jurisdicional da infância e da juventude demandar, de ofício, providências, com base no art. 153, da Lei n. 8.069/90.

4. A doutrina é pacífica no sentido de que o juízo da infância pode agir de ofício para demandar providência em prol dos direitos de crianças e de adolescentes, que bem se amoldam ao caso concreto (Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança nº 36.949/SP. Segunda Turma. Relator Ministro Humberto Martins, julgado em 13/03/2012). (grifou-se).

Essa situação, como destaca Cleber Tonial (2002), cria, tal como o adicto em substâncias entorpecentes, uma “tolerância” às ordens administrativas do Conselho Tutelar, que parecem não surtir mais nenhum efeito junto ao Poder Público, responsável pela garantia dos direitos por meio das políticas públicas.

Certos Conselhos Tutelares sequer requisitam (art. 136, III, a) ou talvez nunca tenham de fato requisitado ao Poder Público a observância de suas decisões, porque não sabem de seu poder-dever ou, mesmo sabendo, estão convencidos de que não serão atendidos. Não representam ao juiz, contudo. Simplistamente remetem todo o caso ao juiz, e não apenas a situação de conflito, na esperança de que as ordens, então, sejam implicitamente mais enérgicas.

Adverte ainda o autor que, sem dar-se conta,

Com isso, os juízes fomentam a inércia e a desestruturação de um sistema lógico-jurídico. Não seria preciso dizer, mas da reiteração dessa indevida sub-rogação judicial, decorre uma diminuição de poder do Conselho Tutelar, que retirado do lugar de destaque que lhe reservou a lei, passa a figurar como um apêndice do Conselho Municipal, como mais uma repartição pública sujeita às determinações, idiosincrasias e desinteligências de superiores hierárquicos.

Nessa lógica, todo o Sistema de Garantia dos Direitos é impactado e desmobilizado na sua concepção ao criar o Conselho Tutelar para desjudicialização do atendimento e aplicação das medidas de proteção de caráter assistencial, prevista nos artigos 101 e 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, para alcançar sua eficácia devem ser aplicadas imediatamente, sem demoras desnecessárias, a fim de que a situação de ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente seja sanada com a máxima brevidade possível, evitando ou minimizando os danos causados.

Na medida em que o Conselho Tutelar deixa de funcionar como deveria e transfere à autoridade judicial a responsabilidade para que sejam cumpridas suas decisões, retoma-se o percurso histórico que centralizava no juiz o atendimento e o poder decisório para a proteção da criança e do adolescente, desnaturando a própria medida protetiva como um todo.

Isso porque, se para cada medida a ser aplicada, for necessária a instauração de procedimento contencioso, cujo rito sequer é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, com citação, instrução (incluindo

estudos sociais, avaliações psicológicas e relatórios dos programas de atendimento) e decisão, não é difícil perceber que a cessação ou remoção da situação de ameaça ou violência dificilmente será alcançada ou será feita após longo período de tramitação e expedientes burocráticos, em prejuízo da proteção integral e dos princípios da atualidade e da prioridade absoluta<sup>284</sup>.

Como lembram Emilio Garcia Mendez e Antonio Carlos Gomes da Costa (1994, p. 29), a judicialização dos problemas vinculados à infância em situação de risco, com clara tendência de patologizar situações de origem estrutural é uma característica marcante da Doutrina da Situação Irregular.

O enfoque da doutrina da situação irregular remete à ideologia do juiz que deve atuar como bom pai de família, permitindo-se ignorar as regras e as técnicas de funcionamento do direito. Por isso, dado o caráter ilimitado da competência judicial, qualquer modificação (p. ex., separação da competência penal e tutelar) produziria um recorte nas faculdades existentes. Neste caso, se as faculdades jurídicas são onímodas, a ação do “bom” juiz remediaria todos os defeitos normativos, convertendo a reforma da lei em supérflua e até perigosa. Levada até as últimas

---

<sup>284</sup> Essa situação é bem-descrita, a título de exemplo, no Diagnóstico sobre o Sistema de Justiça Infantojuvenil realizado no Distrito Federal em 2006, no qual cada um dos órgãos integrantes elaborou um relatório identificando os problemas que dificultam o exercício de suas atribuições e apresentando sugestões para o enfrentamento compartilhado dessas dificuldades<sup>284</sup>. Em relação à Vara da Infância e da Juventude, além dos problemas estruturais, referentes ao espaço físico e quadro de pessoal disponível, foram identificados ainda:

- comprometimento da celeridade da prestação jurisdicional no que se refere à aplicação e execução das medidas socioeducativas e protetivas;
- demora de até 6 meses na expedição dos procedimentos que, efetivamente, vinculam as crianças e adolescentes às medidas socioeducativas e protetivas;
- tramitação demorada dos processos em casos urgentes e falta da justiça instantânea;
- tramitação demorada na execução de medidas socioeducativas.

Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/atendimento%20socioeducativo/1%C2%BA%20vers%C3%A3o%20Diagn%C3%B3stico%20%20AUDIENCIA%20PUBLICA.doc>. Acesso em: 23 junho 2014.

consequências, essa posição parece apenas sustentar-se em argumentos de caráter corporativo (MENDEZ; COSTA, 1994, p. 29).

Essa mesma conduta também é verificada no funcionamento das Promotorias de Justiça especializadas, que, muitas vezes recebem em duplicidade com o próprio Poder Judiciário os relatórios do Conselho Tutelar noticiando o descumprimento de medidas aplicadas e solicitando a adoção de “providências legais”.

Nesse caso, no âmbito do Ministério Público também instaura procedimento administrativo preliminar (ou preparatório) ou inquérito civil para apuração dos fatos, para fins de acompanhamento da situação da criança ou adolescente cujos direitos foram violados, reiterando-se, muitas vezes, os expedientes e diligências efetivados no âmbito do procedimento judicial<sup>285</sup>.

Como adverte Wanderlino Nogueira Neto (2008, p. 89), essa concepção baseada numa visão reducionista da promoção e proteção de direitos humanos que a esgota na linha exclusivamente da defesa de “direitos/responsabilização”, pode levar a,

[...] um hiperdimensionamento da figura do juiz dentro do sistema de proteção espacial de direitos, em oposição a todo avanço que se conseguiu nesse ponto de relação à rançosa e corporativista ‘doutrina da situação irregular’, firmada na ideia do juiz-pai, do juiz-administrador, do juiz-higienista e terapeuta.

Ao mesmo tempo, salienta o autor, que o oposto também deva ser igualmente condenado, com a redução da proteção integral especial dos

---

<sup>285</sup> Tratando-se de direito individual, a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, baseada na Recomendação n. 1/2009/PGJ/CGMP, embora tenha orientado os Promotores de Justiça para que, em havendo necessidade de atos de instrução, instaurem os competentes Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis, os quais, em caso de arquivamento, devem ser submetidos ao Conselho Superior do Ministério Público (Ato n. 81/2008/PGJ), tal não se aplica na área da infância e juventude, desde que envolva questão referente à violação de direitos individuais que não virá a se constituir em objeto passível de propositura de ação civil pública. (Disponível em:

[http://intranet.mp.sc.gov.br/intranet/webforms/portal/documentos\\_diversos4.aspx?secao\\_id=50](http://intranet.mp.sc.gov.br/intranet/webforms/portal/documentos_diversos4.aspx?secao_id=50). Acesso em: 24 junho 2014).

direitos de crianças e adolescentes submetidos a violações, exclusivamente ao atendimento direto em programas e serviços de assistência social, educação e saúde, sem a responsabilização jurídica (civil, penal, administrativo-disciplinar, etc.) dos violadores. “Essa postura equivocada leva à impunidade e à perpetuação do ciclo perverso de violações de direitos”. (NOGUEIRA NETO, 2008, p. 89).

Por outro lado, embora o descumprimento das decisões do Conselho Tutelar caracterize a infração administrativa sujeita à multa<sup>286</sup>, com base em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a jurisprudência já sedimentou o entendimento segundo o qual as infrações previstas no artigo 249 não se destinam a terceiros, mas tão somente aos pais ou responsáveis pela guarda ou tutela, quer dizer, aos detentores do poder familiar, motivo pelo qual tem sido considerada inepta a representação lavrada em desfavor de agentes públicos responsáveis pela oferta dos serviços públicos correspondentes aos direitos violados. Nesse sentido, veja-se a seguinte decisão:

ADMINISTRATIVO - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - REPRESENTAÇÃO FORMULADA COM BASE NO ART. 249 DO ECA - INÉPCIA - PRETENDIDA REFORMA - RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. A Seção de Direito Público do STJ, ao interpretar o referido dispositivo, entende que a sua aplicação tem como destinatários os pais, tutores e guardiães quando descumprem determinação do juiz ou do Conselho Tutelar, não podendo a regra impositiva recair sobre quem não exerça tais poderes, como no caso particular dos autos, o Senhor Secretário Municipal. 2. Precedentes da Seção de Direito Público: REsp 767.089/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, 1ª Turma, DJ 28.11.2005; REsp

---

<sup>286</sup> Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

768334/SC, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, DJ 22.06.2007; REsp 822807/SC, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 12.11.2007. 3. Recurso especial não provido. (Superior Tribunal de Justiça. REsp 847588/SC. Segunda Turma. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 21.10.2008).

Não obstante o entendimento contrário da doutrina<sup>287</sup> no sentido de que qualquer pessoa pode ser agente ativo da infração administrativa, desde que desobedeça à determinação da autoridade judiciária ou do Conselho Tutelar, a omissão em relação às medidas aplicadas pelo órgão também poderá ser suprida judicialmente por decisão proferida em ação civil pública para restabelecimento do direito violado, cabível mesmo nos casos de natureza individual, como visto, admitindo-se ainda, tratando-se de agente público, a responsabilização criminal pela prática do crime de prevaricação, previsto no artigo 319, do Código Penal<sup>288</sup>.

A par disso, parece claro que a interpretação no sentido de manter os “procedimentos verificatórios” para aplicação de medidas de proteção pelo juízo da Infância e Juventude, sob o argumento da celeridade da prestação jurisdicional, embora imbuída de bons propósitos e contextualizada no atual cenário de incapacidade do Estado em atender às demandas sociais de toda a população infantoadolescente, desconsidera toda evolução histórica do direito protetivo e a finalidade da lei, contribuindo para que a efetivação dos direitos da criança e do adolescente seja sempre postergada pelo Poder Público, contando com os inúmeros expedientes protelatórios, além do grande número de demandas submetidas ao Poder Judiciário. Enquanto a burocracia se arrasta, perde-se a infância.

Os dados estatísticos constantes nos relatórios das instituições do Sistema de Justiça refletem esse cenário de colapso e desgaste pessoal dos atores, em função do acúmulo de demandas, que acaba sendo reforçado pela orientação dos órgãos correicionais, cuja fiscalização se preocupa mais com o cumprimento de prazos e o quantitativo dos

---

<sup>287</sup> Nesse sentido, ISHIDA (2009); VERONESE; SILVEIRA (2011); e ROSSATO; LÉPORE; CUNHA (2011).

<sup>288</sup> Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

processos submetidos a uma intervenção formal, do que com os efetivos resultados decorrentes de sua atuação.

No âmbito do Ministério Público, a racionalização das atribuições e a priorização da atuação extrajudicial potencializa a eficiência na obtenção de resultados transformadores em prol da sociedade, já que a tutela coletiva tende a impedir a explosão quantitativa das demandas judiciais individuais ou aquelas decorrentes das deficiências e abusos dos entes públicos, que, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, estão entre os maiores litigantes do país<sup>289</sup>.

Na crítica que fazem aos órgãos correicionais do Ministério Público, Márcio Soares Berclaz e Millen Castro Medeiros de Moura (2008), defendem a mudança de perspectiva na fiscalização e orientação compromissada com a identidade constitucional, pois,

[...] torna-se muito mais cômodo apostar na preservação do Promotor de Justiça “despachante processual”, que, se, de um lado facilita, o trabalho rotineiro do Poder Judiciário, por outro, inviabiliza-se para cumprir, com a desenvoltura e comprometimento que a sociedade dele exige, o dignificante papel constitucional de, priorizando a atividade extrajudicial coletiva como verdadeiro *ombudsman*, contribuir para a defesa e promoção do Estado Democrático de Direito. (grifos dos autores).

A sobrecarga de trabalho, aliada à baixa ou pouca efetividade das medidas na realidade vivida por milhares de crianças e adolescentes cujos direitos são reivindicados na Justiça, por onde transitam durante a infância pleiteando desde o direito à vaga em creche à apuração da prática infracional, reforça a percepção generalizada de “falência” do sistema protetivo inaugurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente pelos seus próprios operadores<sup>290</sup>.

---

<sup>289</sup> Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa\\_100\\_maiores\\_litigantes.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf). Acesso em: 23 junho 2014.

<sup>290</sup> Em notícia veiculada no *Jornal O Estado*, do Ceará, em 23 de maio de 2014, o Desembargador Coordenador da Infância e Juventude do Poder Judiciário, Francisco Darival Beserra Primo, menciona que: “Na verdade, o Sistema de Justiça da Infância e Juventude do Ceará está falido, pois nem funciona com as medidas protetivas nem com relação aos atos infracionais”. Disponível em:



Nesse sentido, a pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em 2006<sup>291</sup>, mostrou que a maioria dos magistrados brasileiros é a favor da redução da maioridade penal. Dos três mil juízes ouvidos - o que representa 25% de um universo de 13 mil magistrados à época- 61% afirmam ser "favorável" ou "totalmente favorável" à redução da maioridade penal, e consideram-na uma das principais formas de acabar com a impunidade do país.

Na prática, outro retrocesso recentemente vivenciado em face desses equívocos de interpretação do Estatuto, consistiu na avalanche de expedição de portarias judiciais em mais de cem municípios brasileiros, a partir da experiência de Fernandópolis (SP), em 2005, determinando o "toque de recolher" e limitando o direito à liberdade de locomoção de crianças e adolescentes a partir de determinado horário<sup>292</sup>.

---

<http://www.oestadoce.com.br/noticia/justica-admite-demora-do-sistema-processual>. Acesso em: 24 junho 2014.

<sup>291</sup> Disponível em:

[http://www.amb.com.br/index.asp?secao=mostranoticia&mat\\_id=6358](http://www.amb.com.br/index.asp?secao=mostranoticia&mat_id=6358).

Acesso em: 24 junho 2014.

<sup>292</sup> Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento, conforme se vê da seguinte decisão: "ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. PORTARIA EDITADA POR JUÍZO DA COMARCA. RESTRIÇÃO DO DIREITO DE PERMANÊNCIA E LOCOMOÇÃO DE MENORES DESACOMPANHADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEL LEGAL EM RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS. NORMA DE CARÁTER GENÉRICO, ABSTRATA E SEM FUNDAMENTAÇÃO. ART. 149 DO ECA. ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA. 1. O entendimento firmado em ambas Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte Superior é no sentido de que "é preciso delimitar o poder normativo da autoridade judiciária estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em cotejo com a competência do Poder Legislativo sobre a matéria". (HC 207.720/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 23/2/12). 2. "Nos termos do art. 149 do ECA (Lei n. 8.069/1990), a autoridade judiciária pode disciplinar, por portaria, a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhados dos pais ou responsáveis nos locais e eventos discriminados no inciso I, devendo essas medidas ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral, *ex vi* do § 2º" (REsp 1.292.143/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJE de 21/6/12). 3. Na caso em exame, a Portaria 17/04-DF que instituiu horário máximo de permanência de menores desacompanhados dos pais ou responsável legal nas ruas da Comarca de Itaporã/MS é de caráter geral, abstrata e sem nenhuma fundamentação de sua necessidade, razão pela qual não deve subsistir, por ofensa ao art. 149 do ECA. 4. Ordem concedida

Nas atuais condições, a redução de competências da Justiça da infância e juventude para as Varas Cíveis, da Família e da Fazenda Pública tem sido outra consequência observada, como destaca Jadir Cirqueira de Souza (2012 , p. 259),

[...] com a impertinente massificação de feitos administrativos junto aos Juizes da Infância e Juventude, poucos membros da magistratura e do MP, abnegados e conhecedores da temática infantojuvenil, arriscam-se a atuar nas varas da Infância e Juventude e, quando lotados nessas varas, por falta de condições mínimas e do trabalho estafante, com visitas trimestrais aos abrigos e demais instituições de acolhimento e instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, participação em múltiplas e improdutivas reuniões diárias, repetitivas audiências de apresentação de adolescentes apreendidos, terminam defendendo a redução das competências jurisdicionais infantojuvenis.

A reflexão ora proposta indica que o desvirtuamento das funções atribuídas ao Sistema de Justiça, se, por um lado, objetiva suprir as deficiências das políticas sociais na garantia dos direitos assegurados a todas as crianças e adolescentes, com a urgência necessária, por outro, revela-se autofágica, pois, na medida em que deslegitima o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, atuando de forma predominantemente supletiva, contribui para o aumento exponencial da demanda das Varas da Infância e Juventude, dificultando a efetividade da proteção integral garantida pela lei.

## 6.2 A COMPETÊNCIA JURISDICIONAL BASEADA NO CRITÉRIO DO “RISCO”

Outro aspecto revelador da não incorporação da Doutrina da Proteção Integral nas práticas do Sistema de Justiça vem sendo

---

para declarar a ilegalidade da Portaria 017/2004-DF, de 5/5/04, editada pelo Juízo da Única Vara da Comarca de Itaporã/MS. (Superior Tribunal de Justiça. Primeira Turma. *Habeas Corpus* nº 251.225 - MS. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 13/11/2102).

destacado na análise da jurisprudência nacional na delimitação das competências da Justiça da Infância e Juventude, especialmente em face dos conflitos de jurisdição suscitados pelas Varas de Família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, após estabelecer no artigo 148 as ações de competência exclusiva da Justiça da Infância e da Juventude, prevê no parágrafo único sua competência concorrente com as Varas de Família para conhecer das ações ali previstas<sup>293</sup>, quando se tratar de crianças e adolescentes nas hipóteses do artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

Conforme analisado no Capítulo 1, embora após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente a doutrina tenha se recusado a identificar na regra uma similitude com as hipóteses correspondentes à situação irregular elencada no artigo 2º do Código de Menores, salientando que a intenção do legislador foi ampliar o âmbito de atuação do Poder Judiciário no contexto da proteção integral, a interpretação que

---

<sup>293</sup> Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98 é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:

- a) conhecer de pedidos de guarda e tutela;
- b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda;
- c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;
- d) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;
- e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;
- f) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;
- g) conhecer de ações de alimentos;
- h) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.

Ihe vem atribuindo a jurisprudência desde então já se consolidou no sentido de firmar a competência da Vara da Infância e Juventude de acordo com o critério identificado como “situação de risco”, que, nos mesmos moldes do ordenamento revogado, acaba por cindir a infância em categorias associadas ao abandono e à “desorganização” da família.

A determinação da competência do juízo para conhecer as questões concernentes a crianças e adolescentes é, desse modo, vinculada à noção de “regularidade”, pois, como salienta Ricardo Nery Falbo (2002, p. 128), “embora a expressão verbal definidora da situação irregular do Código de Menores (art. 2º) tenha sido formalmente eliminada do Estatuto, o conceito *menor* nesta chave está como que consagrado e reproduzido no Estatuto (art. 98)”. (grifos do autor).

Nesse sentido, identificando as “situações de risco” como aquelas correspondentes às hipóteses de ameaça ou violação de direitos previstas no artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a interpretação realizada pelos Tribunais Pátrios, especialmente nas ações de guarda, tutela e mesmo nas de destituição do poder familiar, recusa-se reiteradamente a transpor a essência do Código de Menores revogado, como se observa nas decisões abaixo transcritas<sup>294</sup>:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE GUARDA AJUIZADA PELOS AVÓS MATERNOS. ANUÊNCIA DOS GENITORES. CONCESSÃO DA GUARDA DA MENOR EM SITUAÇÃO REGULAR PELO JUIZ *A QUO*. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 98 E 148 DO ECA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. EXEGESE DOS ARTS. 96 C/C 101 DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DE SANTA CATARINA (LEI 5624/1979). AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL SUBJETIVO INTRÍNSECO DE VALIDADE. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO. A competência para processar e julgar os feitos relativos a guarda de menor em situação regular é do juiz da Vara da

<sup>294</sup> A indicação das decisões é apenas ilustrativa, tendo-se tomado como marco temporal as aquelas posteriores ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), investigando-se os temas relacionados aos conflitos de competência ou de jurisdição entre as Varas da Infância e Juventude e outras unidades jurisdicionais.

Família e não do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, segundo se infere das disposições insculpidas no CDOJSC, artigos 96 e 101, em sintonia com as disposições do art. 148 c/c art. 98, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. «Classe» n. «Número», de «Foro». Primeira Câmara de Direito Civil. Relator Desembargador Joel Figueira Júnior, julgado em 21/08/2007). (grifou-se).

Sustentando que, estando a criança amparada por seus avós não haveria situação de risco iminente de lesão a seus direitos, o que torna competente a Vara da Família para o conhecimento do pedido de guarda, conforme se extrai do corpo do acórdão:

Entendemos que nenhum dos dispositivos reproduzidos se aplica ao efeito em apreço, porque a menor, está em “situação regular”, eis que “há mais de dois anos” é assistida por seus avós maternos, que detêm sua guarda desde então. A competência para apreciar pretensão relativa à guarda de menor em “situação regular” está estabelecida na Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, que dispõe sobre a 'adaptação do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina à Lei Orgânica da Magistratura Nacional e dá outras providências', a qual positiva, no seu art. 96: “Art. 96 – Compete-lhe como juiz de família: I – processar e julgar: [...] e) causas de alimentos e as relativas à posse e guarda dos filhos menores, e de suspensão e perda do pátrio poder, respeitada a competência do juiz de menores (art. 101, I, letra e)”. Sendo assim, falece competência, material ou funcional, para que o Douto Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude examine o feito em debate, que, como dissemos, trata de criança em “situação regular”. (grifos do autor).

Em recente decisão, reafirmou-se o entendimento acerca da competência da Justiça especializada para processar e julgar ação cautelar de busca e apreensão de filho, movida pela mãe em face do seu

ex-marido, com base no critério do risco, assentando o Tribunal catarinense que:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. JUÍZO DA FAMÍLIA E JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE MENOR. DEMANDA AJUIZADA PELA GENITORA DA CRIANÇA. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA AFORADA PELO PAI TRAMITANDO NESTE JUÍZO. FORTES INDÍCIOS DE ABUSO À INTEGRIDADE PSICOLÓGICA DO INFANTE. CIRCUNSTÂNCIA SUFICIENTE PARA CONFIGURAR SITUAÇÃO DE RISCO. HIPÓTESES DO INCISO II DO ARTIGO 98 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CARACTERIZADAS. COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. CONFLITO IMPROCEDENTE. Havendo fortes indícios de uma situação de abuso da integridade psicológica da criança decorrente da competição pela sua guarda, bem como de supostos maus-tratos praticados por um dos genitores, resta configurada a hipótese do inciso II do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, razão pela qual a competência para processar o feito é do Juízo da Vara da Infância e Juventude, nos moldes da alínea “a” do parágrafo único do artigo 148 do referido diploma legal. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. 5ª Câmara de Direito Civil. «Classe do processo#Classe do processo=2@» n. «Número do processo#Número do processo no», «Foro de origem com preposição#Foro de or». Relator Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves, julgado em 10 abril 2014).

O fundamento da decisão considerou que:

[...] Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça tem se firmado no sentido de que, “em regra, é da Vara da Família a competência para processar e julgar os feitos abrangendo o interesse de crianças ou adolescentes quando não se

encontram em situação de risco ou irregular, não se tratando, neste caso, das hipóteses mencionadas no art. 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 101 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina” (Conflito de Competência n. 2006.021274-4, rel. Des. Joel Dias Figueira Júnior, julgado em 13-3-2007). Portanto, é consenso de que somente se fixa a competência do Juízo da Vara da Infância e da Juventude quando não identificada uma situação de risco para a criança ou o adolescente. (grifos do autor).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reflete ainda o mesmo entendimento:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA --  
GUARDA DE MENOR - SITUAÇÃO  
DE RISCO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO  
- ARTS. 98 E 148 DO ECA -  
COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO -  
A competência da Vara da Infância e da  
Juventude para apreciação do pedido de guarda é  
limitada às hipóteses de risco trazidas pelo artigo  
98 do ECA. Inexistindo qualquer risco aos  
menores que, no caso, encontram-se  
sob guarda da avó, não há que se falar em  
ausência de competência da Vara Cível e  
de Família. Dar pela competência do juízo  
suscitado. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais.  
Conflito de Competência n. 1.0000.14.013719-  
1/000. Primeira Câmara Cível. Relator  
Desembargador Eduardo Andrade, julgado em  
28/05/2014).

E, do corpo do acórdão:

Da leitura dos dispositivos supra, infere-se que, a competência da Vara da Infância e da Juventude para apreciação do pedido de guarda é limitada às hipóteses de risco trazidas pelo artigo 98 do ECA, e se dará via de exceção. Entretanto, no caso dos autos, como bem ressaltado pelo i. representante do Ministério Público, não existe nos autos

nenhum indício de que os menores se encontram em situação de risco, já que estão sob a guarda da sua avó materna, ora autora.

Também nas ações de destituição do poder familiar, o Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu que:

COMPETÊNCIA - Ação de destituição do poder familiar - Suspensão do direito de visitas até o julgamento definitivo da presente demanda - Situação de risco não demonstrada - Inaplicabilidade do parágrafo único do art. 148, do Estatuto da Criança e do Adolescente - Competência do Juízo Cível (família) para o processamento do feito - Decisão mantida - Agravo não provido (Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento n. 657.839-4/0-00. Sétima Câmara de Direito Privado. Relator Desembargador Elcio Trujillo, julgado em 7 de outubro de 2009).

A fundamentação utilizada na decisão justificou que:

Estabelece o parágrafo único do artigo supra mencionado que é competente a Justiça da Infância e Juventude para apreciar pedido de destituição do poder familiar, somente quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do artigo 98 do ECA. Ao que se verifica da documentação encartada, o direito de visitas (concedido ao pai das menores) foi suspenso até o julgamento definitivo da ação de destituição do poder familiar - Termo de audiência de fls. 32/33. Assim, ausente demonstração de eventual situação de risco, impõe-se a competência para processamento do feito à 1ª Vara da Comarca de Aparecida.

A fixação da competência do Juízo da Vara da Família com base no critério da situação da regularidade ou da ausência do risco, como se infere das decisões colacionadas, correspondente à ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é justificada pela inexistência do estado patológico de “abandono” da



criança ou adolescente, que caracteriza a noção de irregularidade por falta dos pais associada à ideia de privação das condições essenciais à subsistência e à desorganização da família.

Essa discriminação da competência judicial pelas especificidades sociofamiliares implica o reconhecimento de que caberá à vara especializada, a competência residual referente aos casos em que se suporia encontrar-se a família “desorganizada” ou “desestruturada”, consagrando-se a situação irregular pelo estado de patologia jurídico-social do “menor abandonado” ou do abandono material.

Desse modo, a competência do Juízo da Infância e Juventude fixada com base na omissão dos pais ou responsável associado à ideia de risco, acaba por segregar os indivíduos do universo infantoadolescente em categorias diferenciadas, que não mais subsistem diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, que iguala a todos dentro das categorias específicas “criança e adolescente”.

Não se pretende com isso reconhecer senão certa categorização da infância e da juventude em função da noção da organização familiar como critério de fixação da competência ora da Vara de Família, ora da Vara da Infância e da Juventude, ora ainda da Vara de Menores. Assim, é determinada a competência da Vara da Infância e da Juventude e da Vara de Menores sempre que se manifestar a hipótese de menor em situação irregular, não raro como expressão do abandono, da desorganização da família. (FALBO, 2002, p. 121).

De acordo com o atual ordenamento jurídico pátrio, a despeito de suas desigualdades sociais, é inconteste que a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente é assegurada a todos indistintamente, independentemente de sua condição fática ou jurídica.

Por essa razão, a diferenciação promovida pela interpretação restritiva ou reducionista na fixação da competência, subtrai da análise da Justiça especializada as demandas relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes cuja situação familiar evidencie, de plano, uma “aparente” regularidade, reforçando a concepção que estigmatizava os “menores” em função de sua condição social. Como salienta Jadir Cirqueira de Souza (2012, p. 255),

Na realidade, a discussão retrata um teimoso e secular dilema: Varas da Família para crianças e adolescentes ricos, que vivem com os pais e possuem bons advogados, “versus menores abandonados”, pobres, sem familiares e sem advogados. Melhor dizendo: Código Civil para os ricos e ECA para os pobres! (grifos do autor).

Por outro lado, ainda que a prática atual seja até compreensível, afinal, a taxatividade das hipóteses de “situação irregular” trazia uma certa tranquilidade na tarefa interpretativa, o uso indiscriminado da equivalente “situação de risco” ou mesmo da adjetivação atribuída ao sentido de “regularidade”, retira da competência da jurisdição especializada todas as situações de violações de direitos que não sejam abarcadas por esse conceito, como resultado da transposição de uma ideia incompatível com a Doutrina da Proteção Integral, com graves consequências, já que completamente descontextualizada.

Embora se tenha pacificado que as ações de alimentos, via de regra, não devem tramitar nas Varas da Infância e Juventude, a pretexto de que inexistente “situação de risco” como um perigo concreto ou imediato que justifique essa competência, já que a subsistência da criança estaria sendo assegurada pelo outro genitor ou responsável, não se pode afastar a subsunção da hipótese à norma do artigo 98, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, por força do artigo 148, parágrafo único, estaria sob a competência da Justiça especializada, onde houver.

A mesma situação verifica-se ainda nas ações de guarda promovidas por parentes próximos ou a alteração da guarda requerida pelos genitores, que tramitam junto às varas de família, cuja discussão relaciona-se diretamente com a garantia do direito fundamental à convivência familiar assegurado a todas as crianças e aos adolescentes, independentemente de eventual “situação de risco”.

A dificuldade reside justamente na definição do critério associado ao “risco” estabelecido pela jurisprudência para definição da competência do juízo, que, neste caso, somente seria estabelecido de acordo com as peculiaridades do caso concreto, depois da instrução processual, quando então poder-se-ia identificar a sua pertinência em relação à fixação da vara competente. “Ou, consumando-se um absurdo maior ainda, que a questão da competência (que é de ordem pública), seja fixada pela própria parte, bastando a alegação ou não do ‘risco’ a

fim de que o processo siga para este ou aquele juiz, conforme as conveniências do interessado”. (TONIAL, 2003, p. 24).

Partindo da premissa de que, por sua universalidade irrestrita, o Estatuto da Criança e do Adolescente não pode ser considerado em momento algum como portador de normas de incidência discriminada, e, portanto, discriminatória, para Leoberto Brancher (2000, p. 139), a concepção da proteção especial que deve ser assegurada nas hipóteses de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes previstas no artigo 98, orienta-se para estruturação da política de atendimento e dos órgãos e serviços que devem atuar diretamente, na perspectiva de organização da rede de atendimento.

Fica, portanto a ressalva de que o corte metodológico resultante em nada se confunde com a antiga prática do enquadramento de segmentos da clientela no conceito de “situação irregular” mas resulta do reconhecimento objetivo de que a incidência da norma protetiva nos casos concretos, especialmente nos seus aspectos restaurativos consequentes a violações de direitos ou deveres já efetivadas, ou seja, na aplicação de proteção ou socioeducativas, delimita um campo de atuação e de organização de serviços específicos que não se confunde com aqueles serviços destinados à universalidade dos cidadãos menores de 18 anos de idade. Em síntese, trata-se de um enquadramento que reside e que se destina antes à estruturação dos serviços de atendimento do que à condição do sujeito que é seu destinatário. (BRANCHER, 2000, p. 139-140, grifou-se).

Essa orientação também é vislumbrada na manifestação de AMARAL E SILVA (1997, p. 52), que integrou a comissão de juristas que participou da redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, para quem o dispositivo era dirigido apenas para fins de fixação da competência:

Não estive de acordo com a situação de risco prevista no anteprojeto do Estatuto, porque repetia a situação irregular do Código. Também não estive de acordo com o atual art. 98, porque se

dirige à competência, quando as normas fossem violadas.

Por essa razão, tampouco se aplicaria na definição da competência do juízo a concepção do “risco social” prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/1993), que estabelece o direito fundamental de crianças e adolescentes à assistência social.

Dessa forma, insiste-se em reservar ao juízo especializado,

[...] apenas às questões envolvendo a miséria, maus-tratos, violência e negligência, como se a ele tivessem sido conferidas atribuições de estrita assistência e proteção; como se este juiz tivesse sido pensado para atuar apenas em situações-limite; como se fosse possível categorizar e diferenciar a criança que vive “na rua ou em risco” daquela que vive “em família”. O Juiz da Infância e da Juventude ainda é visto, então, como um Juiz de Menores (TONIAL, 2003, p. 25, grifos do autor).

Para Ricardo Nery Falbo (2002, p. 117), os julgados sucessivos e harmônicos dos tribunais que revelam a realidade jurídica em função do exercício da jurisdição – a jurisprudência - são representativos da realidade jurídica e social quanto ao “sujeito de direito” (criança e adolescente) e ao direito do sujeito, que se concretiza em julgados cuja fundamentação nem sempre se apoia na doutrina tradicional e na forma legal.

Para o bem ou para o mal, para a realização da justiça ou da injusta (sic), o que se pretende colocar em foco é que tais valores, sejam eles quais forem (socioculturais ou pessoais, majoritários ou minoritários acerca da família) influenciam e condicionam a interpretação e a aplicação do direito até mesmo ao ponto de se reconhecer a existência, ou não, do conflito de leis, de competência e, por fim, até o encobrimento do descumprimento de uma norma de direito pelo aparente conflito de leis e de competência. (FALBO, 2002, p. 126).

Embora amplamente utilizada e difundida, é preocupante que a expressão “situação de risco”, ainda que justificada pela absoluta impossibilidade das Varas da Infância e Juventude assumirem o volume processual que tramita nas Varas de Família, viola o direito das crianças de terem acesso a uma Justiça especializada, cuja atuação se fundamenta na garantia dos seus direitos humanos sob o paradigma da Doutrina da Proteção Integral, no âmbito do Sistema de Garantia dos Direitos.

Ao contrário da “situação irregular” que era definida pela lei, a definição da “situação de risco” amplamente difundida pela jurisprudência, assume contornos extremamente indefinidos e ambíguos, pois deixa ao critério do intérprete limitar o conteúdo da norma prevista no artigo 98, as hipóteses em que se deduza um risco pessoal, à vida ou integridade física da criança ou adolescente, avaliado de acordo com as condições sociofamiliares, como visto.

No entanto, considerando que a proteção integral pressupõe a realização de todos os direitos de que são titulares crianças e adolescentes, a ameaça ou violação que estabelece a proteção especial assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo a defesa judicial, compreende toda situação “risco” a seus direitos subjetivos, incluindo não só aqueles relacionados às necessidades fisiológicas do ser humano (alimentação e segurança), mas também aquelas relacionadas ao seu desenvolvimento saudável nos aspectos emocional e social, de autoestima e formação da personalidade.

Constata-se que, mesmo naquelas ações que tenham por objeto a disputa de guarda dos filhos, a revisão da verba alimentar ou outras demandas que decorrem diretamente das relações de família, independentemente dos polos ativo e passivo, uma vez relacionados ao exercício, ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes, e, sem qualquer exame sobre a existência de situação de risco, a competência deveria ser das Varas da Infância e da Juventude, e não das Varas de Família, já que, desde o advento da Constituição Federal de 1988, não se trata mais do direito dos pais em relação aos filhos, que eram vistos como objeto de proteção, mas do direito dos filhos à convivência familiar, para garantia do seu desenvolvimento saudável e harmonioso.

Ainda que, aparentemente, grande parte das demandas que tramitam nas Varas de Família estejam relacionadas ao exercício das funções parentais de crianças e adolescentes, não pode ser outro o sentido do parágrafo único do artigo 148, pressupondo que a vara especializada, como foi idealizada (com estrutura adequada, atuação interdisciplinar e integrada à política de atendimento dos direitos da

criança e do adolescente), seria o *locus* adequado à garantia dos seus direitos, em todos os casos de ameaça ou lesão.

Isso porque não se pode desconsiderar ainda que, mesmo os casos em que a separação dos genitores implique acordo quanto à guarda, à fixação da verba alimentar e ao direito de visitas aos filhos, os “riscos” são inerentes ao próprio processo de ruptura do convívio diário com ambos os pais, devendo ser garantido, no mínimo, o direito de escuta das crianças e adolescentes envolvidos, ainda que não requerido pelas partes, bem como a avaliação quanto às repercussões de eventual afastamento no seu desenvolvimento, em cumprimento aos princípios do Direito da Criança e do Adolescente e ao respeito dos seus direitos fundamentais.

Em outros casos em que têm-se reafirmado a competência das Varas da Família, nos quais a guarda ou a tutela da criança ou adolescente é transferida a outros integrantes da família ampliada ou a terceiros, mesmo mediante acordo, embora aparentemente se evidencie que a medida atende ao seu suposto “superior interesse”, diante da impossibilidade (ou desinteresse) dos pais biológicos em terem os filhos sob seus cuidados, a violação dos direitos da criança ou adolescente a conviver com sua família natural é latente, o que, por si só, justificaria a modificação da competência judicial para sua proteção integral, assegurando-se, especialmente, a prevenção quanto à futuras “devoluções”, cada vez mais frequentes.

Embora isso não signifique que a atuação do Sistema de Justiça nas Varas da Família não observe ou não esteja atenta à garantia primordial dos direitos da criança e adolescente envolvidos em processos judiciais, previstos na normativa nacional e internacional, o alto índice de acordos realizados nessas unidades, para assegurar a rapidez no andamento de processos, não permite que sejam avaliados os parâmetros utilizados na definição do seu interesse superior na promoção de todos os seus direitos individuais.

Mesmo com atendimento diferenciado às partes em iniciativas louváveis como os serviços de mediação familiar<sup>295</sup> e audiências prévias

---

<sup>295</sup> O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina instituiu o Serviço de Mediação Familiar por meio da Resolução n. 11/2001-TJ/SC. De acordo com as informações do Poder Judiciário: “O Serviço tem como propósito oferecer, aos envolvidos em questões familiares, um método mais célere, acessível e menos oneroso para a resolução de conflitos. O mediador preocupa-se com a satisfação das pessoas na solução do conflito, para que não haja vencedor nem perdedor, evitando os processos conflituosos. Nesse sentido, o Serviço de

coletivas<sup>296</sup>, dentre outras, não se pode desconsiderar que a complexidade e as especificidades inerentes à condição da criança e adolescente não se esgotam na regulamentação da relação familiar em si, com repercussões nos demais aspectos do seu desenvolvimento, que se relacionam com todos os direitos que lhe são assegurados em lei.

Por essa razão, justifica-se a necessidade de especialização do juízo que, pela sua própria natureza ontológica, reuniria as competências necessárias para garantia da defesa e proteção de cada criança e do adolescente, já que se insere no âmbito da política de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, “abandonando-se o tutelarismo protecionista que nasce do ‘modelo do dano’ em nosso país”. (NOGUEIRA NETO, 2010).

O contraste revelado na prática forense tem evidenciado que a lógica do funcionamento das unidades judiciárias, tem contribuído, inclusive, para o aumento do volume processual, pois é cada vez mais comum a existência de vários processos referentes à mesma criança ou adolescente tramitando, simultaneamente, nas Varas da Família, Infância e Juventude e Criminal, sem falar nos procedimentos administrativos junto às Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas,

---

Mediação Familiar instituído nas comarcas, executado por equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e bacharéis em Direito, há de contribuir para o efetivo atendimento de casos complexos e, na maioria das vezes, desgastantes para pais, filhos e outros envolvidos. Ademais, a mediação nos conflitos familiares contribui sobremaneira para o exercício da cidadania, uma vez que proporciona a resolução de problemas íntimos pelos próprios envolvidos, deixando nas mãos do magistrado apenas o que não foi possível acordar pela mediação. É importante ressaltar o envolvimento de Universidades como fator fundamental na difusão do projeto, uma vez que essa parceria oferece suporte teórico e prático às atividades desenvolvidas, garantindo a interdisciplinaridade que o método propõe. Importante destacar, ainda, o apoio do Ministério Público, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e dos advogados que vêm prestando assessoria jurídica, bem como peticionando para que os acordos sejam homologados em juízo”. Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao.htm>. Acesso em: 3 julho 2014.

<sup>296</sup> A “Audiência Prévia Coletiva” é uma iniciativa da 1ª Vara de Família da Barra da Tijuca/RJ, com caráter de palestras, a advogados e partes envolvidas em processos de guarda de menores, regulamentação de convivência e alimentos. Disponível em: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/pagina-inicial/-/noticias/visualizar/26701>. Acesso em: 3 julho 2014.

com consequências que revitimizam e violam os direitos dos envolvidos.

A falta de condições para o funcionamento razoável das Varas da Infância e Juventude não deve justificar, portanto, o descumprimento da regra prevista no parágrafo único do artigo 148 pelo critério do “risco”, já que viola o direito fundamental assegurado à criança e ao adolescente por meio do acesso à Justiça especializada e adequada, pois, como salienta Kazuo Watanabe (1998, p. 128),

[...] a problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.

Por outro lado, se, como salienta parte da doutrina antes citada, a intenção foi, ao contrário, ampliar a possibilidade da aplicação das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente a todas as demais unidades jurisdicionais, especialmente nas Varas da Família, não deveria ter previsto a competência concorrente da vara da infância e juventude nas hipóteses relacionadas no artigo 98, que, como visto, reforça a interpretação equivocada no sentido de reservar-se ao juízo especializado apenas aquelas situações que correspondiam à visão estigmatizada da infância.

Como analisado no Capítulo 2, considerando que a própria Convenção sobre os Direitos da Criança estabeleceu como diretriz a especialização da Justiça apenas para os casos de apuração da conduta prevista na lei penal, uma vez limitada a sua atuação por garantias legais que extinguiriam as antigas funções de proteção-repressão dos antigos tribunais ou Varas de Menores, os aspectos relacionados à proteção, em muitos países, foram mantidos no âmbito da competência das Varas da Família.

No Brasil, especialmente diante da ampliação da proteção dos direitos difusos e coletivos a partir da Constituição Federal de 1988, e, considerando-se que a especialização do juízo pressupunha a garantia de atendimento mais adequado e integrado à política de proteção, foram mantidas no artigo 148 as atribuições exclusivas e, de acordo com o parágrafo único, previstas as atribuições concorrentes, atraindo a jurisdição para todas as ações relacionadas que, anteriormente, tramitariam junto às Varas de Família.



O subdimensionamento da estrutura necessária para o acolhimento dessas demandas nas Varas da Infância e Juventude, aliado à falta de investimentos ao longo das décadas subsequentes e a não incorporação da Doutrina da Proteção Integral pela cultura jurídica brasileira, legitimam, no Sistema de Justiça, o discurso da inefetividade da norma, repercutindo em novas violações dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito institucional.

Para o futuro, é preciso ter-se cuidado para não se tornar a-crítico (sic) de relação a determinado tipo de discurso jurídico adultocêntrico e permitir que ele assuma o papel doravante produtor de um direito positivo, que venha normatizar essas relações geracionais, a partir de uma ótica a serviço da violência, da exploração, dos abusos, das discriminações, das negligências. Teríamos um direito positivo reformado, exatamente desejado pelo poder hegemônico que, por exemplo, levará a medidas higienistas, como o toque de recolher, o rebaixamento da idade penal, o aumento da duração de cumprimento das medidas socioeducativas, a deformação e o enfraquecimento de órgãos públicos importantes, como por exemplo, os conselhos dos direitos, os conselhos tutelares, as varas judiciais, etc. (NOGUEIRA NETO, 2010).

Essa situação é reforçada ainda pela segmentação do Direito Positivo, já que parece que nossos doutrinadores civilistas continuam a admitir, ao menos implicitamente, a existência de dois corpos de regras estanques relacionados às relações jurídicas envolvendo crianças e adolescentes, quais sejam, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Até que se possa incidir criticamente no âmbito da gestão judiciária para a correção dessas distorções com a estrutura adequada para o funcionamento das Varas da Infância e Juventude, outros mecanismos devem ser previstos para minimizar esse contexto de retrocessos, por meio da integração operacional interna entre as próprias unidades jurisdicionais e com as demais instituições, programas e serviços que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos, possibilitando ao menos que seja assegurado o atendimento adequado para garantia da proteção integral de todos os direitos de crianças e

adolescentes envolvidos em processos de família e de outra natureza, especialmente o direito a ser escutado, a garantia da formação dos atores e o apoio de equipes técnicas interdisciplinares para inserção e a incidência nas redes de proteção locais.

Ainda que a supressão do parágrafo único do artigo 148 possa contribuir para que as demandas relativas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes relacionados especialmente à garantia do seu direito à convivência familiar, independentemente da existência de eventual “situação de risco”, sejam direcionadas às Varas da Família, reservando-se a competência das Varas da Infância e Juventude à apuração de atos infracionais e a defesa de outros direitos individuais e coletivos, é imprescindível que aquela unidade jurisdicional passe a integrar a Justiça especializada, assegurando-se as mesmas condições e requisitos indispensáveis ao seu funcionamento.

A necessidade de normas procedimentais específicas para operacionalização dos princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como o próprio direito de acesso da criança ou adolescente às instituições do Sistema de Justiça e o direito à participação, especialmente nos processos que lhes digam respeito, afigura-se cada vez mais premente no contexto de efetividade da proteção integral dos seus direitos humanos previstos na normativa internacional e nacional.

No balanço das duas décadas de direitos da criança e do adolescente no Brasil, Wanderlino Nogueira Neto (2010) salienta que, embora no caso específico do Estatuto da Criança e do Adolescente, sua ainda baixa efetividade/eficácia não se possa creditar, preliminarmente, à falta de normas-regras, ou seja, de normas operacionalizadoras das normas-princípios, “a falta dessa ‘*suplementação*’ por normas mais detalhadoras (mais das vezes de caráter procedimental) pode ter prejudicado a elevação dos níveis de efetividade e eficácia [...]. Algo a ser avaliado e que surge forte na pauta de discussão e de deliberação/normação do CONANDA”. (grifos do autor).

Exercendo um papel central na política de atendimento e no Sistema de Garantia dos Direitos, cabe ao Poder Judiciário efetivar a discussão e a necessária reconfiguração organizacional interna, migrando para um modelo de integração que contribua para o fortalecimento do sistema de proteção erigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora as mudanças possam ocorrer mesmo à  
revelia do Judiciário - e assim o caminho da  
história restará trilhado, reitere-se

inexoravelmente, para desgaste e deslegitimação dos que invistam em contrário - , é fundamental reconhecer que, pela maior “densidade organizacional”, pela força da autoridade do cargo do magistrado e pela ação cotidiana sobre praticamente todos os demais operadores do Sistema - tanto de Justiça quanto de Atendimento - , tão logo se disponha a estrutura do Judiciário de forma compatível com o novo modelo, em muito restará facilitada a reconfiguração do Sistema e melhor será definida a posição dos demais parceiros. (BRANCHER, 2000, p. 148-149, grifos do autor).

À direção contrária, em uma relação de imediata involução, ante a impossibilidade de a unidade ser mantida entre a teoria, a lei, a jurisprudência e a realidade social, dá lugar à multiplicidade de interpretações que deslegitimam o próprio sistema protetivo, pois, “a ausência desses critérios para realidades diferenciadas abre espaços para procedimentos fundados em ideologias e no ocultamento de arbítrios que passam a permear o direito e que vêm sendo identificados como violência simbólica”. (FALBO, 2002, p. 152).

### 6.3 O DIREITO À PARTICIPAÇÃO E A DEFESA TÉCNICA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: O INTERESSE SUPERIOR E O INTERESSE MANIFESTO

A necessidade de controle e disciplinamento da infância, como visto no Capítulo 1, forjou o contexto cultural no qual habituamos a pensar crianças como seres passivos, destinatários da ação dos adultos, sem opinião ou vontade própria. O processo evolutivo de afirmação e especificação dos direitos da criança, conferindo-lhe uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade, a partir do século XX, levou ao reconhecimento da necessidade, e, além disso, do seu direito de participar da vida coletiva.

A afirmação desse direito de reconhecimento, para Eduardo Rezende Melo (2011, p. 41-42), está intimamente vinculada à compreensão de sua inter-relação com o princípio da dignidade humana que garante os espaços de autonomia e de construção negociada de si aos indivíduos, que, no caso de crianças e adolescentes, é o que justifica não apenas sua participação, mas também a luta por sua autodeterminação.

Portanto, o direito ao reconhecimento da diferença, como expressão e afirmação de maior especificidade do princípio da dignidade da pessoa humana, é condição de um esforço desconstrutivo de representações sociais até hoje denegadoras de direito em relação a crianças e adolescentes em geral; [...] (MELO, 2011, p. 42).

Nesta perspectiva é que podemos focalizar um conjunto de representações sociais sobre a infância que se construíram ao longo da história e que, ao traduzir-se em práticas sociais concretas, dificultam o reconhecimento pleno de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, partindo da ideia de adulto como paradigma, no que resulta em considerar seus direitos como secundários ou restringidos, sobre os quais os adultos têm uma autoridade arbitrária.

Inaugurando o paradigma jurídico da proteção integral, a Convenção sobre os Direitos da Criança consagrou um conjunto de direitos relativos à participação de crianças e adolescentes, estabelecendo em seu artigo 12 que:

1. Os Estados-Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.
2. Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

A partir de então, deflagrou-se um amplo movimento internacional no sentido de desenvolver estudos visando a potencializar os direitos participativos, com o intuito de fazer com que as crianças sejam consideradas parte ativa da vida coletiva; reconhecendo que sua opinião e sua voz são fundamentais para construir mundos de vida que sejam efetivamente satisfatórios para todos e, simultaneamente,

considerando a participação um elemento para o próprio processo de maturação e desenvolvimento da criança. (SARMENTO, 2011).

A percepção do contexto nacional mostra que estamos muito longe da garantia desse direito no país, onde ainda são incipientes as iniciativas e esforços para a promoção da participação de crianças e adolescentes, que, majoritariamente não são ouvidos no âmbito da família, nas instituições nas que se inserem, como escolas, organizações não governamentais, na organização urbana dos municípios e das políticas públicas, e, especialmente, nas instituições do Sistema de Justiça.

Como a rápida promulgação da lei nacional para a adequação da Convenção, o país praticamente olvidou-se da própria norma internacional, deixando de lado seus princípios regentes – dentre os quais o de participação. Isto é inusitado em um país que reconhece o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito. (art. 1º, III, da CF) (MELO, 2011, p. 45).

Esse reconhecimento de que crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação sobre suas escolhas e decisões, é ainda um desafio na implementação do seu direito à participação, seja na vida coletiva, por meio da participação política, seja no âmbito individual, nos espaços familiar, institucional ou judicial.

No âmbito do Sistema de Justiça, a não efetividade e as dificuldades na garantia do direito de crianças e adolescentes serem ouvidos nos processos que lhes afetem, como vítima, testemunha ou como terceiro interessado, constitui-se como indicador seguro das limitações decorrentes da necessária transposição das práticas jurídicas que operam apenas parcialmente o modelo implementado pela Doutrina da Proteção Integral, que vincula o seu exercício à sua afirmação como sujeito de direitos.

O fundamento protetor-paternal que exclui a participação da criança e/ou adolescentes na tomada de decisões sobre sua própria vida sustenta-se na representação social da infância como incapaz ou necessitada de ajuda para atuar como agentes sociais, justificando o autoritarismo adulto.

É na construção da condição das crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos que

reside a necessidade de novas representações sociais derivadas do enfoque de direitos, aspecto que se faz necessário avançar e a respeito do qual, a participação infantil se apresenta como um dos elementos que permitirão garantir que esta construção não os exclua desse processo. (SUÁREZ, 2009, p. 28).

A necessidade de detalhamento do conteúdo referente à garantia desse direito implica enfrentar questões não abrangidas no texto convencional para colocá-lo em prática, já que a Convenção sobre os Direitos da Criança não estabelece, por exemplo, como o direito de ser ouvido em processo judicial ou procedimento administrativo é operacionalizado na prática; quem deve ouvir; a partir de que idade; que tipo de problemas; com ou sem a presença de seus pais ou adultos significativos; como este direito aplica-se em Varas Especializadas da Infância e Juventude e de Família; que medidas devem adotar os juízes para cumprir adequadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança?

Como visto no Capítulo 3, embora a Lei n. 12.010/2009 tenha representado avanço prevendo expressamente como princípio a “oitiva obrigatória e participação” de crianças e adolescentes (art. 100, parágrafo único, inciso XII), pouco se observa em termos efetivos no sentido de sua implementação no cotidiano forense, especialmente nos processos de natureza protetiva junto à Justiça especializada e naqueles que as envolvem que tramitam nas varas de família, diante da regra de competência concorrente.

A previsão expressa de oitiva apenas nos casos de colocação em família substituta encontra no artigo 28 o seu fundamento, estabelecendo que:

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

§ 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

Ainda que o princípio tenha aplicação expressa nas medidas de proteção (Título II, Capítulo II), não se pode negar que, como consectário da proteção integral e da condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, tem natureza cogente em todos os demais processos judiciais que os envolvam direta ou indiretamente, especialmente naqueles em que haja restrição aos seus direitos, como nos casos de afastamento do convívio familiar, alteração da sua guarda pelos genitores ou por terceiros, incluindo procedimentos administrativos perante o Conselho Tutelar e também nas hipóteses em que a criança ou adolescente figuram como testemunhas ou vítimas de crime.

Nas ações de destituição do poder familiar, o procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece expressamente que:

Art. 161. [...]

§ 3º Se o pedido importar em modificação de guarda, será obrigatória, desde que possível e razoável, a oitiva da criança ou adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.

Tratando-se de medidas relacionadas à convivência familiar, a jurisprudência brasileira, todavia, ainda não encontrou parâmetros seguros para a garantia desse direito, pois, embora reconheça a necessidade da participação de crianças nos processos judiciais que lhes afetem na definição da providência jurisdicional que atenda ao seu superior interesse, não indica os critérios que determinam quando sua oitiva será realizada direta e pessoalmente perante o juízo, as razões que justificam a mediação de sua voz por intermédio de relatórios e estudos realizados pela equipe interprofissional, e, tampouco, como é efetivada a sua defesa. Essa ambiguidade é bem-retratada nas decisões abaixo transcritas:

DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE GUARDA DE MENOR C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO AUTOR ANTES DO

JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO DAS RAZÕES APÓS O JULGAMENTO DOS DECLARATÓRIOS. RECURSO PREMATURO. EXTEMPORANEIDADE RECONHECIDA. PRECEDENTES DESTA CÂMARA E DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO. RECURSO ADESIVO DO AUTOR. INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A ADMISSIBILIDADE DO APELO. EXEGESE DO ART. 510 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO RETIDO DA RÉ. SUSCITADA A OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE A NÃO OITIVA DO MENOR E DE UMA DAS PSICÓLOGAS CUJO LAUDO FOI IMPUGNADO. IRRELEVÂNCIA. SENTIMENTOS E VONTADES DO MENOR EXTERNADOS EM DIVERSOS MOMENTOS DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOS AUTOS SUFICIENTES À PLENA CONVICÇÃO DO JULGADOR. RECURSO DESPROVIDO. (grifou-se). (Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Terceira Câmara de Direito Civil. Apelação Cível n. 2014.022454-8. Relator Desembargador Marcus Tulio Sartorato, julgado em 20/05/2014).

E, do corpo do acórdão se extrai:

[...] Ademais, os sentimentos e vontades do menor foram externados por meio dos pareceres psicológicos (fls. 46/48, 372/377, 724/725, 1361/1370) e observados por ocasião dos acompanhamentos psicológicos (fls. 479/481, 638-639 e 1025), bem como nos atendimentos pelo serviço de enfrentamento à violência (fls. 820/837). Em todas essas oportunidades as atitudes e reações do menor revelaram sua alienação parental perpetrada pela família materna e a indicação de reversão em favor do pai, razão pela qual a oitiva de T. mostra-se despicienda, por nada de novo ter a acrescentar.



Do Tribunal de Justiça de Minas Gerais colhe-se a seguinte decisão:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - FAMÍLIA - GUARDA PROVISÓRIA - OITIVA DO MENOR - CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA - DIREITO FUNDAMENTAL DE MANIFESTAÇÃO - ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO - NULIDADE NÃO CARACTERIZADA - PEDIDO SUCESSIVO - PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA - JULGAMENTO ALÉM DO PEDIDO: NÃO OCORRÊNCIA. 1. É direito fundamental do menor, assegurado em convenção internacional, ser ouvido em processo judicial sobre questão que lhe diga respeito, na medida de sua maturidade. 2. É válida a decisão sobre guarda provisória que toma em consideração a manifestação do menor, respeitado seu estágio de desenvolvimento. 3. A decisão que acolhe pedido sucessivo respeita o princípio da congruência (art. 128, do CPC) (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento Cv 1.0079.11.060082-6/001. 7ª Câmara Cível. Relator Desembargador Oliveira Firmo, julgado em 19/06/2012).

E, do corpo do acórdão:

10. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também autoriza a prévia oitiva do menor, desde que respeitado o seu estágio de desenvolvimento e grau de entendimento sobre os fatos (v.g., art. 28 e art. 161, do ECA). 11. No caso, a menor, com 11 (onze) anos de idade, foi ouvida informalmente em juízo, na presença do representante do Ministério Público e com a concordância das partes e de seus procuradores, demonstrando adequada percepção da realidade e capacidade de expressão. Na ocasião, declarou que convive bem com ambos os genitores e estar em dúvida sobre qual seria a melhor situação para si mesma. Informa que, nos últimos meses,

permaneceu mais tempo com o pai, pois a mãe estaria resolvendo problemas na cidade de Franca/SP, para onde crê que ela pretende se mudar (f. 45/TJ). 12. O Direito de Família orienta-se pelos princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança (art. 227, caput, da CF/88). Não havendo consenso, a guarda pode ser decretada pelo juiz, considerada a situação do genitor que detenha melhores condições para exercê-la e aptidão para assegurar as relações afetivas com o grupo familiar e assistência em matéria de saúde, segurança e educação (art. 1.583 e 1.584 do CC). (grifou-se).

Nas situações em que a criança é ouvida diretamente perante o juízo, embora no caso citado haja menção de que sua oitiva realizou-se informalmente, tampouco se pode inferir pela análise da jurisprudência, como é realizada essa escuta, se há determinação de critério etário e como são ouvidas crianças muito pequenas, se a criança recebe a informação sobre o processo e suas consequências, dentre outros aspectos.

Além disso, vale ressaltar que os elementos coligidos pela jurisprudência indicam a orientação e a interpretação das instâncias superiores em relação apenas aos processos nos quais haja irrisignação das partes à decisão proferida, o que exclui a possibilidade de análise do procedimento de escuta e participação da criança ou adolescente em relação às demais sentenças transitadas em julgado no primeiro grau ou homologatórias de acordo celebrado entre as partes, que extinguem o processo com julgamento do mérito.

Dessa constatação decorre a importância de retomar alguns elementos conceituais para determinar o sentido e o alcance do direito das crianças e de adolescentes serem ouvidos nos processos que lhes afetem e ter suas opiniões devidamente consideradas, na perspectiva de possibilitar a reflexão sobre a sua efetividade no ordenamento jurídico brasileiro.

Conforme anteriormente analisado, como um dos pilares fundamentais da nova concepção da criança como sujeito de direitos, o direito da criança a ser ouvida refere-se, em primeiro lugar, a uma manifestação do direito à liberdade de expressão e de pensamento, correspondendo à obrigação dos Estados em regular esse direito, estabelecendo critérios interpretativos para garantir a sua efetividade na tomada de decisões que possam afetar sua vida.

Nesse sentido, a Observação Geral n. 12, do Comitê sobre os Direitos da Criança, assinala expressamente e postula que se trata de uma participação que não se esgota em uma ou duas ações específicas, mas deve ser entendida como um processo permanente. “Ouvir as crianças e facilitar a sua participação não deve ser uma dificuldade extra, mas uma parte fundamental de um sistema que efetivamente reconhece e protege os seus direitos”. (PAVEZ; CAMUS, 2011, p. 180).

Correspondendo ainda a um direito à participação propriamente dita, o reconhecimento de uma autonomia progressiva para o exercício pessoal dos seus direitos pela Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>297</sup>, em um processo de desenvolvimento e evolução das suas capacidades, estabelece a obrigação do Estado e dos adultos em garantir os meios e recursos necessários para que possam posicionar-se<sup>298</sup>.

Para isso, é essencial superar-se a concepção atrelada aos critérios de capacidade previstos na legislação civil, como visto, a fim de que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes tenha como premissa o reconhecimento de suas competências subjetivas e jurídicas, para que possam assumir posições jurídicas na sociedade. (MELO, 2011, p. 46).

Para tanto, é fundamental ter presente o quanto a capacidade de ação por parte de crianças e adolescentes está limitada por toda uma estruturação histórica de concepção de autonomia e dos direitos subjetivos fundados em referenciais adultocêntricos, racionais, de que crianças e adolescentes não seriam detentores por completo. A referência à própria concepção de “desenvolvimento” aludida por Foucault é retrato disto. Por isso, não basta a afirmação de que se é sujeito de direito. Precisa-se compreender de modo distinto como reconhecer as competências jurídicas através da legitimação da participação social de crianças e adolescentes, pelo

---

<sup>297</sup> Artigo 5. Os Estados-Partes respeitarão as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, onde for o caso, dos membros da família ampliada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis, de proporcionar à criança instrução e orientação adequadas e acordes com a evolução de sua capacidade no exercício dos direitos reconhecidos na presente convenção.

<sup>298</sup> Para Miguel Cillero Bruñol (1999), a Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece em seu artigo 5º, o que denomina de “princípio da autonomia progressiva” da criança no exercício de seus direitos.

reconhecimento de suas competências sociais.  
(MELO, 2011, p. 46-47, grifos do autor).

O reconhecimento da evolução das capacidades de crianças refere-se, portanto, à capacidade e a possibilidade para exercerem com graus crescentes de independência, os seus direitos frente ao direito-dever dos pais ou adultos responsáveis por sua direção ou orientação. Trata-se de reconhecer às crianças a faculdade de decidir quando e como querem exercer um direito, como também a possibilidade de, a um dado momento, decidir não exercê-los, com a renúncia de direitos<sup>299</sup>.

Benito Alaez (2003, p. 142) sustenta que um dos elementos centrais do exercício dos direitos fundamentais é o seu exercício autônomo por crianças e adolescentes, advertindo, porém, que as leis permitem que as crianças possam exercer os seus direitos de forma independente (autoexercício) ou por intermédio de representantes (heteroexercício), argumentando que a autonomia progressiva, ou, “a gradual autonomia volitiva da criança” deve ser analisada à luz de três critérios: idade, maturidade e capacidade de agir, com especial destaque para o último. Deste modo, a capacidade da criança para exercer os seus direitos vai crescendo na medida em que ela se desenvolve, adquirindo gradualmente níveis mais elevados de autonomia e autoproteção.

Deste modo, a direção e orientação dos pais devem levar em consideração a capacidade das crianças e adolescentes exercerem seus direitos por conta própria, que se reduz, progressivamente, na medida em que crianças adquiram competências cada vez maiores, aumentando sua capacidade. Para Eduardo Melo (2011, p. 69), trata-se, portanto, de uma limitação aos direitos dos pais, mas também do Estado, em relação a crianças e adolescentes, pois, “o reconhecimento da evolução das capacidades de crianças estatui, assim, um novo princípio no Direito

---

<sup>299</sup> Para Jaime Couso, se não se reconhece ao titular do direito a garantia de renunciar a um determinado direito (mesmo quando seja para resguardar outro mais importante), se submete a pessoa ao perigo permanente de que os outros decidam sua vida, em nome de seus direitos, de acordo com suas preferências. “Assim, o que de fora parecerá a renúncia de um direito, do ponto de vista do titular do direito normalmente se vive como a livre decisão de uma determinada ordem de prioridade de seus interesses, em casos de colisão entre os mesmos” (In: *El niño como sujeto de derechos y la nueva Justicia de Familia. Interés superior del niño, autonomía progresiva y derecho a ser oído. Revista de Derechos del Niño*. Números 3 y 4. Santiago: Universidad Diego Portales y UNICEF, 2006, p. 151, tradução livre).

Internacional, numa íntima correlação entre evolução de capacidades e faculdades de participação”.

A fixação de critérios etários para definir quando uma criança é capaz de exercer pessoalmente seus direitos não é pacífica na doutrina, diante dos riscos de rigidez na aplicação destes parâmetros, sem considerar que as crianças têm experiências de vida e formas de expressar diferente. “Nem todas as crianças são iguais, daí a necessidade de se estabelecer normas flexíveis que permitem aos operadores ponderar caso a caso as condições da fala das crianças de acordo com a sua idade, mas também de sua maturidade. Isso nos leva à necessidade de reforçar as competências dos operadores do sistema para ouvir as crianças, especialmente as menores” (PAVEZ; CAMUS, 2011, p. 183-184).

Por isso, de acordo com Jaime Couso (2006, p. 153), a previsão da Convenção sobre os Direitos da Criança garantindo o direito “à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos” deve ser entendida em um sentido amplo, “abrangendo toda criança que possa ter algo relevante a comunicar sobre um assunto que a afetará, incluindo através de formas não verbais”.

O autor cita ainda a fórmula da *Children's Act* inglesa de 1989, que considera especialmente feliz, ao referir-se a “desejos e sentimentos” da criança, incluindo não somente aos desejos formulados em forma discursiva, mas também a sentimentos expressados de outra forma, o que é muito importante para crianças com menores competências linguísticas ou crianças que em certas circunstâncias não podem verbalizar, mas demonstram de formas perceptíveis (às vezes, com veemência), seus sentimentos positivos ou negativos diante de certas opções. “A ‘escuta’ desses conteúdos não discursivos exige dar tempo à criança e contar com uma competência especial por parte de quem consulta sua ‘opinião’”. (COUSO, 2006, p. 153).

Identificando quatro níveis de participação no processo decisório<sup>300</sup>, Gerison Lansdown (2005, p. 20) afirma que o exercício desse direito, todavia, implica, por um lado, a garantia, para sua plena realização, o direito à informação e expressão de sua opinião informada, e, por outro, que a criança tenha efetivamente essa capacidade, desejo

---

<sup>300</sup> “Se han identificado cuatro niveles de participación en el proceso decisorio: ser informado; expresar una opinión informada; lograr que dicha opinión sea tomada en cuenta; ser el principal responsable o corresponsable de la toma de decisiones”. (In: **La Evolución de las Facultades del Niño**. UNICEF, 2005, p. 20).

exercê-la e tenha oportunidade de fazê-lo. “O resultado, será uma decisão tomada por adultos, mas informada e influenciada pelas opiniões da criança”.

No âmbito nacional, embora a Lei n. 12.010/2009 tenha expressamente previsto como princípio regente a obrigatoriedade da informação, pela qual “a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa” (art. 100, parágrafo único, inciso XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente), não se pode aferir, do ponto de vista procedimental, os vários aspectos relacionados a esse direito, desde o momento em que se decide qual, ou quais, informações devem ser repassadas para promover a oitiva da criança ou adolescente, quem ouvirá a criança e de que forma, como essa participação pode influir na decisão, dentre outros.

Dessa forma, caberá aos adultos e às instituições desenvolverem as habilidades e competências para a promoção desse direito, com necessárias implicações procedimentais, como destaca Eduardo Rezende Melo (2011, p. 47), para quem,

Melhora-se a capacidade do exercício de competências aumentando ativos pessoais de crianças e adolescentes para lidar com o sistema ou fazendo com que as escolhas dentro do sistema se tornem menos irreversíveis. Isso se faz pela diminuição de riscos com as escolhas, seja pelo controle do ambiente ao nível coletivo, aumentando a competência individual para decidir. [...] É esta imposição de esforço ativo por parte de todo e qualquer adulto para que a criança ou adolescente tenha condições de exercer essa competência intelectual ou jurídica, que dita o art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Se toda criança e adolescente têm garantido o direito à expressão de seus juízos e de serem estes devidamente considerados em todos os assuntos relacionados à sua vida, incumbe aos adultos encontrar critérios cognitivos e práticos que lhes permitam posicionar-se.

Deve considerar-se ainda que não se pode falar em participação sem proteção, especialmente perante essas crianças com especial

vulnerabilidade ou vítimas e testemunhas de crime. Nesses casos, todas as medidas deverão ser adotadas para que a oitiva da criança ou do adolescente seja efetivada com redução dos riscos eventualmente inerentes, com mínima restrição de direitos.

O direito da criança a ser ouvida e ter suas opiniões devidamente tidas em conta também se encontra intimamente ligado e deve ser interpretado em consonância com o princípio do superior interesse, consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em razão da crença de que os adultos sabem melhor do que crianças e adolescente o que lhes é mais favorável, em contraposição ao seu direito à participação com o intuito de determinar o que é importante em suas vidas.

Observou-se o quanto o interesse superior da criança, como princípio fundamental do direito da criança e do adolescente, embora tenha caráter aparentemente indeterminado, assume nova leitura sob o marco da Doutrina da Proteção Integral, cujo conteúdo relaciona-se à plena satisfação de todos os direitos da criança, em uma função nitidamente garantista (BRUÑOL, 1999). Por conseguinte, o direito das crianças e adolescentes de serem ouvidos e que suas opiniões sejam consideradas pelo juiz resulta como uma condição para a construção da decisão que atende ao seu interesse superior, já que a satisfação integral de seus direitos não será possível sem que lhes seja garantida a oportunidade de serem ouvidos.

O princípio do interesse superior da criança não se opõe, portanto, ao direito à participação, mas, pelo contrário, o reforça. Ele implica, por conseguinte, uma avaliação das condições de negociação garantidas às crianças e adolescentes de promover suas escolhas bem-fundadas a partir das condições que lhes são dadas. Mas, de outro lado, ele pressupõe uma revisão justamente dos fundamentos e referenciais culturais do modelo protetivo até então praticado, que se sobrepõe à participação, desconsidera o dever de fundamentação de qualquer decisão violadora de direitos e não procura contextualizar as circunstâncias individuais, familiares, comunitárias e sociais da população atendida. (MELO, 2011, p. 64).

Essa recondução do interesse superior à satisfação de seus direitos, na visão de Jaime Couso (2006, p. 146), implica, portanto que será determinante a própria visão da criança ou do adolescente, sobre quais são seus interesses, ou sobre como e quando querem exercer seus direitos, assegurando-lhes a centralidade nos processos de tomada de decisão, mediante procedimentos e práticas eficazes. “Um titular de direitos reclama para si um papel protagônico na decisão de como exercer e proteger seus direitos. Isto vincula estreitamente este princípio do interesse superior da criança com o princípio da autonomia”.

Como parâmetros e exigências para que as decisões jurisdicionais adotadas para garantia da proteção de crianças e adolescentes, a fim de assegurar que sua participação seja meramente simbólica ou objeto de manipulação<sup>301</sup>, Jaime Couso (2006, p. 154-156) propõe que:

a) relacionado ao direito substantivo, considerar a opinião da criança impõe conferir-lhe um “peso especial” e às preferências expressadas por ele, em seu caso. “Não se deve entender isto no sentido de que o tribunal deve necessariamente resolver o assunto da forma como a criança quer, mas sim no sentido de que ao ponderar diversos princípios em tensão e de sopesar as distintas alternativas de solução, a opinião da criança, especialmente se dela deriva uma preferência a favor de uma dessas diversas alternativas de solução, deve traduzir-se em conferir-lhe um maior peso relativo à alternativa escolhida por ela”;

b) relacionado ao caráter jurídico-processual, exige considerar na fundamentação das sentenças a opinião da criança. “Esta garantia, além

---

<sup>301</sup> Como destacam SCHOFIELD e THOBURN (apud COUSO, 2006, p. 157, tradução livre), a participação do afetado na tomada de decisões por uma autoridade admite diversos graus, em uma escala decrescente, considerando os seguintes níveis: 1) envolvimento direto do afetado na definição da medida; 2) poder delegado: o afetado delega à autoridade definir a medida sob seu controle; 3) codecisão (*partnership*) entre a autoridade e o afetado; 4) participação (significativa) do afetado, mas com maior peso para o critério da autoridade; 5) intervenção (do afetado) em menor medida que no nível anterior; 6) consulta: a autoridade decide sozinha, mas antes consulta a opinião do afetado sobre as diversas alternativas possíveis, suas vantagens e inconvenientes; 6) manter plenamente informado o afetado, sem dar parte na decisão; 7) apaziguamento: não se informa o afetado nada além da medida necessária para evitar seus protestos e 8) manipulação: a autoridade dirige a informação de forma enganosa, para obter um certo respaldo por parte do afetado, que ignora realmente o que está decidindo. (SCHOFIELD, Gilian; THOBURN, June. **Child Protection. The Voice of the Child in Decision Making**. Londres: IPPR, 1996).



disso, está vinculada com o direito das crianças à defesa, na medida em que somente poderão impugnar uma resolução que ignorou sua opinião (que não a tomou ‘devidamente em conta’) se as razões do tribunal contidas na sentença são transparentes a esse respeito”;

c) relacionado ao caráter estritamente procedimental, exige que a criança tenha a possibilidade efetiva de participar na “construção do caso”, desde seu início até a sentença, já que não se trata simplesmente do direito de opinar, mas ao direito de participar da decisão do caso que se refere à sua própria vida, o que não se pode reduzir a ser consultado uma ou duas vezes no processo sobre duas ou três alternativas fechadas prefere, que já tenham sido definidas de maneira prévia, mas que exige oferecer à criança a possibilidade de participar da construção do caso, desde o princípio, sendo um protagonista da decisão em sentido mais amplo.

Como salienta Eduardo Rezende Melo (2011, p. 70), dessas circunstâncias, decorre que,

A implicação procedimental é clara. Em toda aplicação de medida de proteção, seja pelo Conselho Tutelar, seja pela autoridade judiciária, sobretudo nos processos contenciosos em que se pretenda o acolhimento da criança ou do adolescente, como sustentado no capítulo anterior, a evolução das capacidades deve ser considerada por ocasião da necessária participação processual do sujeito implicado, com as consequências jurídicas da consideração dessa manifestação.

A garantia do direito de participação da criança e do adolescente na “construção do caso” relaciona-se diretamente ao direito ao devido processo e ao direito de defesa, cuja proteção constitucional inclui a liberdade de expressão e de pensamento e a possibilidade de participar do processo por meio de alegações e produção de provas.

Nestes casos, esse direito tem uma conotação especial e se materializa através do direito de ser ouvido e de ter suas opiniões devidamente consideradas, correspondendo ao dever do juiz de fazê-lo em qualquer oportunidade processual, quando seus direitos possam ser afetados por uma decisão judicial.

Ou seja, se as crianças e adolescentes são titulares de direitos, os sistemas jurídicos devem incluir mecanismos para garantir que esses direitos sejam

efetivamente exercidos. Precisamente um desses mecanismos é a garantia da defesa processual e o é, pelo menos, em dois sentidos: por um lado, reconhece-se, em termos específicos, crianças e adolescentes como sujeitos de direito e, por outro, é um pressuposto básico para que possa, desenvolver-se gradualmente para uma cidadania plena e integrada<sup>302</sup>. (VILLAVICENCIO; MILLÁN, 2002, p. 6, tradução livre).

Sobre o direito à defesa, o artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança afirma que se dará oportunidade da criança a ser ouvida “seja diretamente ou através de um representante ou órgão competente”, indicando aos Estados a possibilidade de optar que as crianças sejam ouvidas por meio de outras pessoas, razão pela qual se argumenta que para o cumprimento da regra bastaria um sistema de assistência que assumisse a responsabilidade de coletar e transmitir a opinião da criança.

Segundo VILLAVICENCIO e MILLÁN (2002, p. 65-66), a redação da Convenção sobre os Direitos da Criança implica duas formas distintas de interpretar o modo de representar seus interesses, podendo inclusive chegar a ser contrapostas. “Por um lado, a de um defensor-geral do melhor interesse das crianças e adolescentes e, por outro, a de um defensor específico dos seus interesses manifestos e particulares em um procedimento determinado”.

Dessa forma, a representação da criança e do adolescente para garantia de sua participação no processo e de seus interesses manifestos, notadamente nos casos de violação de seus direitos, poderá ser exercida por meio da defesa técnica a cargo de profissional habilitado, em virtude do princípio da autonomia progressiva, já que, a partir de uma certa

---

<sup>302</sup> “Es decir, si los niños, niñas y adolescentes son titulares de derechos, los ordenamientos jurídicos deben contemplar mecanismos para asegurar que esos derechos serán efectivamente ejercidos. Precisamente uno de estos mecanismos es la garantía de la defensa procesal y lo es en, al menos, dos sentidos: por un lado, reconoce en términos concretos a los niños, niñas y adolescentes como sujetos de derecho y, por otro, es un presupuesto básico para que éstos vayan transitando progresivamente hacia una ciudadanía plena e integrada”. (VILLAVICENCIO, Luis; MILLÁN, Patricio. La representación de niños, niñas y adolescentes en los procedimientos para la adopción de medidas de protección. **Revista de Derechos del Niño**. Número 1. Santiago: UNICEF, 2002, p. 61).

idade, estariam capacitados a ser representados por advogado próprio e ter com ele uma relação profissional de confidencialidade e de lealdade.

Com base no direito comparado, os autores (2002, p. 70-86) evidenciam uma diversidade de modelos de defesa jurídica e de representação de crianças e adolescentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem quatro modalidades distintas:

a) *El guardián ad litem abogado*. Consiste en la designación de un abogado que representa el interés superior (“best interest”) de niños, niñas y adolescentes, es decir, lo que el representante piensa es mejor para el interés del menor de edad. Este modelo es aplicado en aproximadamente un 60% de las jurisdicciones de E.E.U.U.

b) *El guardián ad litem no abogado*. Opera mediante la designación de un representante - que no es abogado - que representa lo que él o ella piensa que es el interés superior del menor de edad. Este modelo es utilizado en algunos Estados como Florida, Hawai y Maine.

c) *Conjunción entre el guardián ad litem abogado y el abogado tradicional*. Este modelo de representación mixto implica la designación de un guardián *ad litem* abogado que representa el interés superior del menor y un abogado tradicional en casos excepcionales. En 1998, el Estado de Michigan adoptó este modelo de representación. Este último sistema opera mediante la figura de un guardián *ad litem* abogado que debe ser designado en todos los casos y que representa el interés superior (“best interest”) del niño, niña o adolescente. Pero, además, la legislación permite la designación de un abogado tradicional - que, en consecuencia, representa los intereses manifiestos de su cliente - en aquellos casos en que el niño o adolescente tenga la madurez suficiente (“mature child”) y está en desacuerdo con la identificación de su interés superior hecha por el guardián *ad litem*. El guardián *ad litem* abogado, sin embargo, está sujeto a reglas rígidas de desempeño. En efecto, se encuentra obligado a hacer saber al tribunal los deseos del niño, niña o adolescente, aun cuando éstos contravengan a su propia opinión y debe

siempre pesar la opinión del niño conforme su edad y madurez al determinar cuál es su interés superior. En cambio, cuando los intereses son contrapuestos y al niño se le asigna un abogado tradicional, éste representa los intereses propios del menor y guarda, por ende, las obligaciones de lealtad y confidencialidad propias del abogado tradicional.

d) *Abogado Tradicional*. Representa los deseos declarados de sus clientes y debe ceñirse a sus instrucciones. Este modelo es utilizado en Oregon, aunque no en todos los casos. También se utiliza en Massachusetts, pero en conjunto con un guardián *ad litem*. (grifos dos autores).

Os autores ainda descrevem que, na Austrália, o defensor atua de acordo com as instruções da criança e, em alguns Estados, o representante deve ser assessorado por um trabalhador social para identificar seu interesse superior. Na Inglaterra, existe um sistema misto, caracterizado pela existência de dois representantes: o “guardião *ad litem*” (geralmente um funcionário social especializado) e o advogado (*solicitor*), que, regra geral, recebe instruções do guardião ou do menor, se este último tem suficiente idade e maturidade. Uma modalidade completamente distinta é a da Província de Quebec, no Canadá, onde existe um sistema de caráter administrativo em que se prioriza a voluntariedade dos afetados para aplicação das medidas de proteção a cargo da instância administrativa. Nos acordos, para aplicar medidas de proteção sempre se requer o consentimento de adolescentes com mais de 14 anos e este tem o direito de consultar a um advogado. Se não existe acordo, se pede um pronunciamento ao tribunal. De acordo com a lei, as crianças e adolescentes sempre, tanto em sede administrativa como judicial, têm o direito de serem representadas por um advogado. (VILLAVICENCIO e MILLÁN, 2002, p. 41-91).

No Brasil, como visto, a legislação civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente preveem a possibilidade de designação de curador especial nos casos em que os interesses da criança e/ou adolescente colidirem com os de seus pais ou responsável ou quando carecerem de representação ou assistência legal, ainda que eventual<sup>303</sup>.

---

<sup>303</sup> Artigo 1.692, do Código Civil e no artigo 9º, inciso I, do Código de Processo Civil e artigo 148, parágrafo único, alínea f do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora por força da Lei Complementar n. 80/1994 caiba à Defensoria Pública exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei, seu o exercício no âmbito da tutela infantoadolescente assume contornos específicos, principalmente em face da atuação do Ministério Público como substituto processual, de acordo com a legitimidade que lhe foi outorgada pelo artigo 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como analisado no Capítulo 3, a jurisprudência em curso vem assentando a desnecessidade de nomeação de defensor para representação da criança e do adolescente nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, especialmente quando não figuram como parte, o que se verifica, por exemplo, na destituição ou suspensão do poder familiar.

Dessa forma, especialmente nos casos em que a Defensoria Pública representa no mesmo processo os interesses dos genitores, caberá ao Ministério Público a defesa do seu interesse superior, realizando a representação da criança ou adolescente cuja proteção se discute, o que não exclui, todavia, a necessidade e/ou a possibilidade de constituição de advogado para a defesa de seu interesse manifesto, nos casos em que a criança ou adolescente tenham maturidade suficiente e desejam fazê-lo, o que deverá ser avaliado no caso em concreto.

Por isso mesmo afigura-se imprescindível que a criança ou adolescente, de acordo com seu estágio de desenvolvimento e o grau de compreensão, recebam as informações sobre o procedimento e as medidas a serem adotadas, inclusive sobre a possibilidade de constituir advogado a ser nomeado pelo juízo, cabendo ao promotor de Justiça estabelecer uma relação dialógica na qual seja possível evidenciar o interesse manifesto da criança, promovendo o seu direito à participação, especialmente para assegurar sua oitiva no curso dos processos que lhes afetem.

Vale ressaltar, todavia, que a representação da criança ou adolescente pelo Ministério Público, nesses casos, cuja função primordial no processo é atuar como substituto processual ou como *custos legis*, também impõe óbices ao efetivo exercício do direito à participação, na medida em que, exercendo um *mínus* público e imparcial, não se subordina aos interesses e desejos particulares manifestados por estes, especialmente quando os entenda contrários ao seu interesse superior.

Outrossim, naqueles casos em que a Defensoria Pública não atue na defesa de interesse contrapostos (dos genitores ou de terceiros interessados), mesmo nas ações ajuizadas pelo Ministério Público,

entende-se que será cabível a sua nomeação para garantia do direito à defesa da criança ou adolescente, para representação de seu interesse manifesto.

Nos procedimentos em que seus direitos sejam discutidos no juízo de família, a designação excepcional de curador especial apenas nos casos de interesses contraditórios aos de seus pais ou representantes, exclui previamente a possibilidade de a criança ou adolescente participar da decisão do caso, a partir de sua própria percepção do que seja mais conveniente para sua vida.

Nesse sentido, entendendo que, por definição, os interesses são pelo menos “independentes” dos de seus pais e que somente podem ser identificados no curso do processo, quando sejam suficientemente informados, COUSO (2006, p. 159) sustenta que, em consequência, os Tribunais de Família deveriam decretar sempre a designação de um representante à criança ou adolescente, a exceção dos casos em que está descartada e justificada a existência de um interesse contraditório ou independente.

A figura do curador “ad litem”, ao contrário, é defeituosa como instrumento para assegurar a participação da criança na decisão do caso, pois esse ator introduz um filtro que distorce a representação do interesse manifesto da criança (os desejos e sentimentos da criança) no processo, introduzindo em seu lugar a leitura que o curador “ad litem” faz do que mais convém à criança, como “interesse superior”. O “advogado da criança”, ao contrário, não representa o ‘interesse superior’ da criança, mas seu interesse manifesto, os desejos e sentimentos da criança, aos quais se vincula com os mesmos deveres de lealdade e confidencialidade que deveria a um cliente maior de idade. A ideia é que essa opinião, interesses, desejos e sentimentos da criança, cheguem ao juízo sem distorções<sup>304</sup>. (COUSO, 2006, p. 159-160, tradução livre, grifos do autor).

---

<sup>304</sup> “La figura del curador ‘ad litem’, en cambio, es defectuosa como instrumento para asegurar la participación del niño en la decisión del caso, pues ese actor introduce un filtro que distorsiona la representación del interés manifesto del niño (los deseos y sentimientos del niño) en el proceso, introduciendo en su lugar la lectura que el curador ‘ad litem’ hace de lo que más conviene al niño, como ‘interés superior’. El ‘abogado del niño’, en

Assim, em todos os processos que tramitam no Juízo da Família ou da Infância e Juventude, mesmo atuando o Ministério Público como *custos legis* na fiscalização para atendimento de seu interesse superior, deve ser assegurada a presença do defensor público ou advogado para sua defesa, como expressão do seu interesse manifesto, respeitado o seu estágio de desenvolvimento e o grau de compreensão sobre as implicações da medida.

Especialmente nos casos em que os genitores consensualmente definam medidas destinadas a proteger direitos afetos a crianças e adolescentes, mesmo nas instâncias administrativas ou de mediação familiar, seu consentimento deve constituir-se como condição de validade intrínseca ao ato jurídico, assegurando-se que tenham sido adequadamente informados ou assessorados por representante autônomo.

Em relação à possibilidade de a criança e/ou adolescente impugnar diretamente as decisões judiciais que lhes digam respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê apenas tal possibilidade em relação à prática de ato infracional, conforme dispõe o artigo 190, § 2º, ao dispor que, na hipótese de intimação pessoal da sentença que impuser a medida socioeducativa privativa de liberdade, “deverá este manifestar se deseja ou não recorrer da sentença”.

Nesse aspecto, vale destacar que no processo relacionado à apuração da prática de ato infracional, o direito à defesa é amplamente assegurado ao adolescente por meio das garantias processuais previstas no artigo 40, da Convenção sobre os Direitos da Criança e no artigo 111, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que expressamente estabelece o direito de defesa técnica por advogado e o de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente, dentre outras.

Defendendo uma interpretação extensiva dessas garantias a todas as crianças e adolescentes envolvidos em procedimento administrativo ou judicial que tenham por fim a aplicação de medidas de proteção,

---

cambio, no representa el ‘interés superior’ del niño, sino su interés manifiesto, los deseos y sentimientos del niño, a los que se vincula con los mismos deberes de lealtad y confidencialidad que debería a un cliente mayor de edad. La idea es que esa opinión, intereses, deseos y sentimientos del niño, lleguen al juicio sin distorsiones”. (COUSO, Jaime. El niño como sujetos de derechos y la nueva Justicia de Familia. Interés superior del niño, autonomía progresiva y derecho de ser oído. **Revista de Derechos del Niño**. Número 3 e 4. Chile: UNICEF, 2006, p. 145-166).

considerando o direito à defesa jurídica ou representação especial como um autêntico direito fundamental de natureza processual, Villavicencio e Millán (2002, p. 67-68) sustentam que:

[...] como se trata de procedimientos – os de proteção - que, obviamente, afetam os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, devemos interpretar o disposto no artigo 40 da Convenção atribuindo-lhes a natureza das regras relativas aos direitos humanos e, portanto, na interpretação do interesse superior da criança, deve adotar-se uma posição que garanta, da melhor maneira possível, os direitos das crianças e adolescentes e, por outro lado, interpretar amplamente essas regras como sendo um catálogo de competências, todas as disposições que conferem direitos devem maximizar os direitos de liberdade e circunscrever o poder do Estado. (tradução livre)<sup>305</sup>.

Qualquer que seja o sistema estabelecido, e, independentemente do Juízo (Especializado ou de Família) a adoção de uma medida que afeta a criança ou o adolescente, depois de haver considerado sua opinião, em um sentido substancial será uma decisão diferente, de maior qualidade, já que fundamentada no respeito à sua dignidade e autonomia.

Dito em forma negativa, uma decisão sobre um assunto relevante na vida da criança, que se adote

---

<sup>305</sup> “[...] como se trata de procedimientos - los de protección - que obviamente afectan derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes, debemos interpretar las reglas del artículo 40 de la Convención atribuyendo a éstas la naturaleza propia de las reglas sobre derechos humanos y, por lo tanto, en aplicación del interés superior del niño, debe adoptarse una posición que garantice de la mejor manera posible los derechos de los niños, niñas y adolescentes y, por otro lado, interpretar ampliamente estas reglas por cuanto al tratarse de un catálogo de potestades, todas las disposiciones que confieren derechos deben maximizar los derechos de libertad y circunscribir el poder estatal”. (VILLAVICENCIO, Luis; MILLÁN, Patricio. La representación de niños, niñas y adolescentes en los procedimientos para la adopción de medidas de protección. **Revista de Derechos del Niño**. Número 1. Santiago: UNICEF, 2002, p. 41-91).



sem permitir a sua participação na produção da decisão, implica um ato de extrema violência: a violenta experiência de que sua vida seja decidida por pessoas que não o conhecem e que não demonstram ter interesse em saber o que lhe acontece<sup>306</sup>. (COUSO, 2006, p. 154, tradução livre).

Essa necessária diferença na consideração de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos justifica assim a implementação de esforços relacionados à política judiciária que devem ser direcionados aos investimentos necessários para que os operadores possam dispor de tempo e habilidades para dar efetiva participação à criança na instrução processual e na tomada de decisões.

Custo em tempo dos profissionais competentes e especialmente capacitados que assessorem o tribunal na tarefa de ouvir as crianças e seus sentimentos; também de tempo dos juízes que se ocupem de manter informadas as crianças e consultar sua opinião (diretamente ou através de defensor) antes de adotar as diversas decisões que vão configurando o caso; custo com a adequação de espaços adequados a ouvir as crianças, reduzindo a hostilidade que impõe o contexto judicial à criança que é citada pela autoridade; custo com defensores técnicos que atuam nos casos em que a criança tem um interesse independente, que será a imensa maioria, etc<sup>307</sup>. (COUSO, 2006, p. 162, tradução livre).

---

<sup>306</sup> “Dicho en forma negativa, una decisión sobre un asunto relevante en la vida de un niño, que se adopte sin permitir la participación del niño en la producción de la decisión, implica un acto de extrema violencia: la violenta experiencia de que su vida se decida por personas que lo conocen y que no demuestran tener interés en tomar en cuenta lo que le pasa”. (COUSO, Jaime. El niño como sujeto de derechos y la nueva Justicia de Familia. Interés superior del niño, autonomía progresiva y derecho de ser oído. **Revista de Derechos del Niño**. Número 3 e 4. Chile: UNICEF, 2006, p. 145-166).

<sup>307</sup> “Costo en tiempo de profesionales competentes y especialmente capacitados que asesoren al tribunal en la tarea de oír al niño y en la de consultar sus sentimientos; también en tiempo de jueces que se ocupen de mantener informados a los niños y en consultar su opinión (directamente o a través de su defensor) antes de adoptar las diversas decisiones que van configurando el

Somente com investimentos em políticas judiciárias é que se poderá dar concretude ao princípio da efetividade, consagrado no artigo 4º da Convenção sobre os Direitos da Criança, que consiste na obrigação dos Estados em adotar todas as medidas administrativas, legislativas e de qualquer outra índole para dar efetividade aos direitos de crianças e adolescentes.

De acordo com este princípio, os Estados violam a Convenção não só quando executam ações que violem direitos, mas, sobretudo, a infringem quando se abstêm de construir mecanismos para assegurar o bom exercício dos seus direitos e garantias para a sua plena satisfação. Então, todos os Estados têm a obrigação de realizar as reformas legais necessárias para reconhecer a crianças e adolescentes a garantia da defesa processual<sup>308</sup>. (VILLAVICENCIO e MILLÁN, 2002, p. 64 tradução livre).

Embora a separação legal entre “tratamento da delinquência” de adolescentes e as situações de ameaça e violação de direitos, que se traduz na criação de um sistema socioeducativo separado do sistema de proteção de direitos, cada um com autoridades judiciais distintas, tenha

---

caso; costo en la habilitación de espacios adecuados para oír al niño, reduciendo la hostilidad que de por sí impone el contexto judicial al niño que es citado por la autoridad; costo en defensores técnicos que actúen en los casos en que el niño tiene un interés independiente, que serán la inmensa mayoría, etc.” (COUSO, Jaime. El niño como sujetos de derechos y la nueva Justicia de Familia. Interés superior del niño, autonomía progresiva y derecho de ser oído. **Revista de Derechos Del Niño**. Número 3 e 4. Chile: UNICEF, 2006, p. 162).

<sup>308</sup> “De conformidad con este principio, los Estados infringen la Convención no tan solo cuando ejecutan acciones que vulneran derechos sino que, por sobre todo, la infringen cuando se abstienen de construir los mecanismos que aseguren el debido ejercicio de sus derechos y las garantías para la plena satisfacción de éstos. Entonces, todos los Estados tienen la obligación de realizar las reformas legales que sean necesarias para reconocer a los niños, niñas y adolescentes la garantía de la defensa procesal”. (VILLAVICENCIO, Luis; MILLÁN, Patricio. La representación de niños, niñas y adolescentes en los procedimientos para la adopción de medidas de protección. **Revista de Derechos del Niño**. Número 1. Santiago: UNICEF, 2002, p. 64).

sido identificada pela doutrina como um avanço decorrente da Convenção sobre os Direitos da Criança, o sistema misto implementado no país ainda resulta em distorções que se associam ao modelo tutelar.

Conforme anteriormente analisado, a atuação da Vara da Infância e Juventude inclui em sua jurisdição os procedimentos infracionais e os de natureza protetiva, nas hipóteses de ameaça ou violação dos direitos previstas no artigo 98, de acordo com o artigo 148, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente, além das demais competências previstas no *caput* deste dispositivo. Embora os conflitos no âmbito das relações familiares também envolvam situações de ameaça ou violação de direitos, a competência da Vara da Família vem sendo estabelecida pela jurisprudência nas situações em que não seja identificado o “risco”.

A proteção, dessa forma, é cindida em jurisdições diversas, com procedimentos e regras específicas, embora sujeitas à incidência da Doutrina da Proteção Integral prevista na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, no âmbito da jurisdição de família; não se pode desconsiderar que a lei processual civil brasileira exclui crianças e adolescentes como protagonistas processuais, ou, ao menos, evidencia que não é necessário ouvi-los, reforçando sua precária situação, muitas vezes como um “sujeito processual inexistente”. (VILLAVICENCIO; MILLÁN, 2002, p. 53).

Essa dicotomia resulta que, em regra, o caráter contencioso se reserva, exclusivamente, para as matérias relativas ao Direito de Família, enquanto nos procedimentos que tramitam nas Varas da Infância e Juventude, como visto, geralmente, não existe uma controvérsia autêntica entre as partes, porque o objetivo do processo é a proteção da criança ou adolescente. Em decorrência, grande parte dos procedimentos tramita como “medidas de proteção”, “pedido de providências” correspondentes aos antigos procedimentos “verificatórios”, sem forma ou rito preestabelecidos, aos quais apenas recentemente foi assegurado, em procedimento denominado “contencioso”, o direito ao contraditório e ampla defesa aos pais ou responsáveis (art. 101, § 2º, do ECA). Essa confusão resulta historicamente associada à concepção tutelar e menorista na qual se sustentava a Doutrina da Situação Irregular.

Diante da manifesta impossibilidade das Varas da Infância e Juventude em assumirem a demanda protetiva decorrente das relações de família, a separação é importante pois, ainda que sob o critério da especialidade estejam destinadas a ser o juízo de proteção de direitos, mediante a atuação qualificada, no modelo atual, contribui para fragilizar e burocratizar a intervenção judicial, reforçando o seu caráter

tutelar que continua a diferenciar as infâncias em face de sua condição social, agora associada ao critério do “risco”.

Considerando que, desde 2007, com a edição da Lei n. 11.441, parte da demanda das Varas da Família referente às separações e divórcios consensuais, não havendo filhos menores ou incapazes, podem ser realizadas por escritura pública, conforme dispõe o artigo 1.124-A<sup>309</sup>, do Código de Processo Civil, deduz-se que, grande parte das ações judiciais em trâmite ou ajuizadas digam respeito ou envolvam interesses de crianças e adolescentes, aos quais devem ser assegurados todos os direitos fundamentais previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente o direito à participação.

Essa constatação reforça a possibilidade e a necessidade de aprimoramento legislativo no sentido de excluir da competência da Vara da Infância e Juventude as hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 148, com o intuito de que a jurisdição de família possa abranger também as situações referentes à ameaça ou violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes à convivência familiar e as obrigações decorrentes do exercício do poder familiar.

Dessa forma, as Varas da Família passariam a integrar a Justiça Especializada, contribuindo, em consequência, para a viabilização do funcionamento adequado das Varas da Infância e Juventude, a fim de que possam implementar efetivamente o seu papel protagônico na defesa dos direitos sociais, difusos e coletivos de crianças e adolescentes.

Além disso, o estabelecimento de regras procedimentais detalhadas para a garantia do direito à participação e à defesa da população infantoadolescente nos procedimentos administrativos e judiciais afigura-se imprescindível no país para suprir o *deficit* correspondente à plena incorporação da Convenção sobre os Direitos da Criança nas práticas e na cultura jurídica.

---

<sup>309</sup> Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

Nesse sentido, reforçando o princípio geral já expresso no artigo 100, parágrafo único, incisos XI e XII do Estatuto da Criança e do Adolescente, e, reconhecendo o direito à defesa jurídica ou à representação especial como direito fundamental de natureza processual, entende-se necessário ainda:

- prever expressamente no próprio Estatuto, e, especialmente, na legislação processual civil, o direito de as crianças e adolescentes receber assistência especializada em todos os procedimentos que lhes afetem, com a necessária garantia e detalhamento do seu direito de informação e participação (critérios e parâmetros interpretativos);

- garantir que, mesmo nos casos de acordo judicial ou em serviços de mediação familiar e em sede administrativa, seja colhido o consentimento da criança ou do adolescente, diretamente ou por representante nomeado, respeitado o seu estágio de desenvolvimento e o grau de compreensão em relação às medidas adotadas;

- redefinir as funções do Ministério Público e da Defensoria Pública no exercício da defesa do interesse superior e do interesse manifesto de crianças e adolescentes, como forma de garantir o seu direito à participação.

A reflexão, dentre outras medidas, atende ainda às diretrizes do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e do Adolescente elaborado pelo CONANDA, cujas ações, no eixo relacionado ao protagonismo e à participação de crianças e adolescentes, preveem a promoção de oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva (objetivo estratégico 6.2)<sup>310</sup>.

Embora a necessidade de aperfeiçoamento das ações do Sistema de Justiça confronte com a realidade nacional ora em análise, especialmente em face do não cumprimento da prioridade absoluta no orçamento e à falta de políticas institucionais, exigindo reformas estruturais profundas, não se pode desconsiderar os avanços já efetivados no país na garantia do direito à participação de crianças e adolescentes, como os projetos para implementação da metodologia do depoimento especial, analisado no Capítulo 5, e os projetos de Justiça restaurativa inseridos no país a partir da iniciativa e do esforço pessoal de magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos em vários Estados brasileiros.

---

<sup>310</sup> Disponível em: [www.obscriancaeadolescente.gov.br](http://www.obscriancaeadolescente.gov.br) Acesso em: 14 julho 2014.

Outra iniciativa que merece destaque na garantia desse direito foi o projeto Participação e Protagonismo Infantojuvenil no Sistema de Garantia dos Direitos e no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, com a instalação em 2010 do Conselho Consultivo de Adolescentes e Jovens na Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), com o objetivo de promover o direito à participação infantojuvenil no Sistema de Garantia dos Direitos da criança e adolescente e no Sistema de Justiça da infância e da juventude, na perspectiva de aperfeiçoamento da atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública<sup>311</sup>.

As ações desenvolvidas destacam a relevância da participação infantojuvenil no Sistema de Justiça da infância e juventude, de forma a subsidiar a ABMP sobre temáticas relativas aos direitos da criança e do adolescente e, especialmente, ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Convenção sobre os Direitos da Criança e de outras normativas nacionais e internacionais relativas à infância e adolescência, evidenciando a necessidade de investir no aprimoramento da sua participação, em especial nas questões que promovam a efetividade dos seus direitos e na melhoria do acesso ao Sistema de Justiça.

Tais iniciativas demonstram que, somente por meio do aprimoramento da política judiciária e o estabelecimento de instâncias diferenciadas, além de contribuir para a gestão da organização do Sistema de Justiça, representará efetivo avanço na implementação da Doutrina da Proteção Integral e a superação do paradigma da incapacidade, visando a consolidar a participação de crianças e adolescentes nos processos como sujeitos titulares de direitos e garantias, tanto nos conflitos de família como nos procedimentos para proteção de seus direitos.

#### 6.4 AS DIRETRIZES INTERNACIONAIS E A PROPOSTA PARA A ADAPTAÇÃO DA JUSTIÇA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E MERCOSUL

A exemplo da iniciativa do projeto de diretrizes do Comitê de Ministros do Conselho de Europa sobre Justiça adaptada a meninos, meninas e adolescentes, apresentada em Estrasburgo, em 1º de junho de

---

<sup>311</sup> Disponível em: [http://www.abmp.org.br/em\\_desenvolvimento.html](http://www.abmp.org.br/em_desenvolvimento.html) Acesso em: 14 julho 2014.

2010<sup>312</sup>, a Associação Internacional do Mercosul de Juízes da Infância e da Juventude (AIMJIJ), no II Encontro Regional realizado em Buenos Aires, Argentina, em outubro de 2010, deliberou como plano de trabalho a discussão e apresentação da proposta para a construção das diretrizes no âmbito do Sistema Regional de Proteção dos Direitos Humanos, iniciando assim a reflexão acerca do cumprimento da normativa internacional que disciplina os direitos de crianças e adolescentes e seu efetivo respeito pelos sistemas judiciais.

Os desafios e as propostas apresentadas vêm sendo construídas ao longo de debates e reflexões em curso no âmbito da AIMJIJ, e, no Brasil, da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), e objetivam o estabelecimento de um novo marco normativo, com a construção das diretrizes de uma Justiça adaptada a crianças e adolescentes no Mercosul, como instrumento indispensável a orientar as ações voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes de forma efetiva, consoante já há muito tempo estabelecem a Convenção sobre os Direitos da Criança e todos os instrumentos internacionais de proteção.

Embora muitas das indicações previstas no documento europeu e na proposta em discussão já estejam expressamente consagradas na normativa internacional e nos diversos documentos específicos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a elaboração das diretrizes tem como objetivo primordial contribuir para a identificação de medidas práticas dirigidas aos Estados membros no processo de adaptar seus sistemas judiciais aos direitos, interesses e necessidades específicas da população infantoadolescente, propondo as ações para remediar as carências e lacunas eventualmente existentes, por meio de reformas legislativas e políticas, mas, especialmente, visando a orientar a prática dos operadores do Sistema de Justiça e dos demais serviços e programas que tenham como responsabilidade a efetivação do direito não garantido ou violado, objetivando, sobretudo, evitar a sua revitimização.

Esta iniciativa, que envolve diferentes organizações sociais do continente, é baseada em regras universais, ratificadas pelos países do

---

<sup>312</sup> **Directrices del Consejo de Europa sobre las estrategias nacionales integrales para la protección de los niños contra la violencia.**

Disponível em:

[http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20\\_ESP\\_BD.pdf](http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20_ESP_BD.pdf) . Acesso em: 15 abr. 2013.

Mercosul, tais como as Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing); as Regras das Nações Unidas para a proteção dos menores privados de liberdade (Regras de Havana); Orientações das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad); Orientações sobre a Justiça em questões que envolvam crianças vítimas e testemunhas de crimes (Resolução n. 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas); Regras das Nações Unidas sobre os cuidados alternativos a crianças; Princípios relativos ao estatuto e funcionamento das instituições nacionais para a proteção e promoção dos direitos humanos (Princípios de Paris); dentre outros, além dos documentos regionais, como as Regras de Brasília sobre acesso à Justiça das pessoas em condições de vulnerabilidade.

Com o reconhecimento da criança e adolescente como sujeitos de direito internacional e não como meros objetos de proteção, com a aprovação dos diversos instrumentos internacionais estabelecendo direitos especiais, a proposta objetivou direcionar a análise para a realidade e necessidades das crianças e adolescentes latinoamericanas, sobretudo a partir da prática judicial brasileira, que, diversamente dos demais países do continente, apresenta muitos avanços normativos tocante à defesa dos direitos sociais e coletivos, além da perspectiva da garantia de direitos individuais de que os mesmos são titulares.

Nesse sentido, na discussão promovida nos encontros organizados pela AIMJIJ<sup>313</sup>, identificou-se inicialmente a necessidade de, assim como a proposta original, estabelecer dimensões de uma Justiça adequada às crianças e adolescentes, identificadas como:

a) adaptação institucional, com ênfase na estrutura e funcionamento do sistema judicial;

b) adaptação sistêmica, focada nas ações para articulação e nos fluxos de atendimento entre os órgãos responsáveis pela garantia dos seus direitos e a não revitimização, e,

---

<sup>313</sup> As propostas do Brasil são de autoria do Grupo de Trabalho coordenado pelos responsáveis pelo projeto no âmbito da ABMP, Eduardo Rezende Melo e Andrea Santos Souza, e foram apresentadas no seu XXV Congresso Nacional, realizado em Foz do Iguaçu/PR, no período de 25 a 28 de março de 2014. Disponível em:

[http://www.abmp.org.br/noticia/direitos\\_da\\_crianca/diretrizes\\_e\\_perspectivas\\_para\\_formulacao\\_de\\_um\\_documento\\_internacional\\_sao\\_temas\\_de\\_painel\\_do\\_xxv\\_congresso\\_da\\_abmp.html](http://www.abmp.org.br/noticia/direitos_da_crianca/diretrizes_e_perspectivas_para_formulacao_de_um_documento_internacional_sao_temas_de_painel_do_xxv_congresso_da_abmp.html). Acesso em: 24 agosto 2014.



c) adaptação do atendimento, na garantia de direitos sociais, difusos ou coletivos e dos direitos individuais de adolescentes em conflito com a lei, crianças e adolescentes vulneráveis, vítimas ou testemunhas e em processos de família.

Tomando como base a proposta do Conselho de Europa, as diretrizes regulam o modo de organização das instituições do Sistema de Justiça, da formação de seus profissionais e dos procedimentos judiciais que permitam um atendimento adequado e amigável a crianças e adolescentes, reconhecendo e valorizando sua condição de sujeitos de direitos, seus valores, suas visões e opiniões, suas necessidades para que se logre, com o maior respeito e dignidade possível, a efetivação de seus direitos, tanto individuais como coletivos.

Por outro lado, visam a assegurar que, em qualquer procedimento, todos os direitos de crianças, tanto os individuais, relativos à informação, representação, participação e devido processo legal, como os sociais, econômicos e culturais, sejam respeitados e garantidos em sua maior plenitude, sem desconsiderar o direito de terceiros envolvidos, aplicando-se a toda e qualquer situação em que crianças e adolescentes venham a ter contato com o Sistema de Justiça, seja por questões criminais, civis ou administrativas.

Por Justiça amigável, adequada ou adaptada a crianças e adolescentes, a proposta refere-se a um:

[...] sistema de justiça que garanta o respeito e a efetiva implementação de todos os direitos individuais e sociais de crianças e adolescentes ao nível máximo possível, primando pela responsabilização do Estado e da sociedade antes de privar ou restringir qualquer direito assegurado por lei à criança ou adolescente. Na tutela dos direitos individuais, uma justiça adaptada levará em consideração os princípios abaixo indicados e o grau de maturidade e de entendimento da criança e as circunstâncias do caso devendo ser particularmente acessível, adequada à idade, célere, diligente, adaptada e focada nas necessidades e direitos da criança e adolescente, pautada sempre pela observância do devido processo legal e voltada à promoção do desenvolvimento autônomo e responsável da criança e do adolescente e, tanto quanto possível,

de sua família natural ou extensa, em condições de dignidade e respeito<sup>314</sup>. (tradução livre).

As ações devem orientar-se a partir dos princípios fundamentais consagrados na normativa internacional e, no caso do Brasil, na legislação especial que disciplina os procedimentos relativos à garantia dos seus direitos, qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como o da proteção integral e prioridade absoluta; a máxima efetivação de direitos sociais, econômicos e culturais; o direito à participação; a desjudicialização; o interesse superior e a não discricionariedade; à dignidade humana; à proteção contra discriminação; ao devido processo legal e ao acesso à Justiça, dentre outros.

Em relação ao Sistema de Justiça, as diretrizes propõem como principal desafio a reinvenção de seu papel político-institucional a partir da mudança do paradigma jurídico de reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a fim de superar a trajetória histórica de sua constituição, marcada por uma visão salvacionista, como visto, direcionando as ações para a efetividade de todos os direitos individuais, como os sociais, econômicos e culturais, de que aqueles são titulares.

Por essa razão, a proposta estabelece ser fundamental que o processo de adaptação da Justiça a crianças e adolescentes seja acompanhada de ampla discussão social sobre o necessário reordenamento de outras instituições, sem prescindir de um processo cultural formativo de crianças e adolescentes sobre as mudanças histórico-culturais e na compreensão dos modos de acessar e defender seus direitos, especialmente pela Justiça (artigo 29, I, b, da Convenção sobre os Direitos da Criança).

De acordo com a proposta da ABMP, a regulamentação legal de direitos individuais e, particularmente, de direitos sociais, econômicos e culturais, assume especial relevância como condição de sua tutela judicial e de uma Justiça efetiva, mediante a regulamentação dos princípios regentes para aplicação de cada direito e organização de seu atendimento; os modos de acesso e garantia; as instituições

---

<sup>314</sup> **Directrices del Consejo de Europa sobre las estrategias nacionales integrales para la protección de los niños contra la violencia.** Disponível em: [http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20\\_ESP\\_BD.pdf](http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20_ESP_BD.pdf) . Acesso em 15 abr. 2013.

responsáveis; a estrutura material e humana dos serviços, dentre outros aspectos. Para tanto, leis orçamentárias devem prever os recursos destinados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, mediante a elaboração de políticas públicas e planos de ação para sua efetivação, contemplando prazos de execução e responsabilidades pela omissão ou inexecução.

Por outro lado, condicionando a efetividade da Justiça ao aprimoramento dos instrumentos processuais e procedimentais colocados à disposição dos operadores do Direito, as diretrizes estabelecem o detalhamento dos mecanismos de tutela de direitos, individuais e sociais, com o intuito de limitar, em consequência, a discricionariedade judicial, mediante regulamentação clara de papéis institucionais.

Tal desafio perpassa, por exemplo, pela previsão legal de escuta obrigatória de crianças e adolescentes em todos os procedimentos judiciais que os envolvam, sob pena de nulidade; no aprimoramento dos mecanismos de acesso ao Sistema de Justiça, diretamente ou por meio de representante legal por eles escolhido, para pleitear a garantia de direitos sociais ou individuais ameaçados ou violados e de exequibilidade das decisões proferidas até efetivação de direitos fundamentais, dentre outras medidas indicadas na proposta brasileira.

Assim como a proposta de diretrizes do Conselho de Europa, o debate acerca do documento regional no âmbito do Mercosul, igualmente perpassa pelos desafios de adaptação da Justiça em múltiplas dimensões, identificadas como necessárias para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, na perspectiva do necessário aperfeiçoamento institucional e sistêmico, mas, sobretudo, do atendimento de crianças e adolescentes que sejam afetados direta ou indiretamente por procedimentos judiciais e não judiciais.

Nesse sentido, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece expressamente em seu artigo 3º, item 3 que:

Os Estados-Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal e à existência de supervisão adequada.

O aprimoramento estrutural do Sistema de Justiça é, portanto, condição essencial para adaptação e cumprimento da normativa internacional no que pertine à efetivação da garantia de acesso à Justiça, assim como o necessário aperfeiçoamento legislativo para suprir as lacunas visando a detalhar os direitos sociais de que é titular a população infanto-adolescente, como ocorre no Brasil, que, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentou tal proteção.

A proposta deve contemplar, desse modo, parâmetros institucionais a serem detalhados, tais como indicadores para criação de varas, especialização, descentralização e articulação judicial entre varas de distintas competências, mas que tenham a criança e o adolescente como foco de atenção, formação exigida para ingresso, formação inicial e continuada, requisitos para exercício do cargo e para promoção, existência de equipes interdisciplinares, adequação de espaços físicos (salas de audiência, espaços de espera, espaços de higiene, salas de atendimento por equipes), material informativo para a população, elaboração de códigos de conduta, com dispensa do formalismo, de forma a garantir a efetiva comunicação entre o operador do Direito e a criança, com o estabelecimento de parâmetros e protocolos de atendimento.

A adaptação da Justiça às crianças e adolescentes depende, assim, de prioridade orçamentária específica para a área respectiva, cabendo às instituições do Sistema de Justiça elaborar estudos e planejamento para definição orçamento adequado à satisfação das necessidades de estruturação arquitetônica, contratação de recursos humanos e materiais e capacitação continuada de servidores para o seu atendimento adequado.

Na dimensão da adaptação sistêmica, inicialmente há de reconhecer-se que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes depende de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, devendo a Justiça da Infância e Juventude reconhecer-se como um de seus elementos. As ações dos diferentes setores são interdependentes e complementares, propondo-se mecanismos de cooperação que supõem ações ordenadas lógico-temporalmente entre diversos órgãos e programas.

A integração operacional dos distintos serviços, inclusive da Justiça, em um mesmo local, é proposta como condição de maximização da eficiência e efetividade das ações em defesa de direitos de crianças e adolescentes, como condição para o acesso à Justiça, especialmente em relação a serviços voltados a adolescentes em conflito com a lei, visando a evitar ou limitar sua privação de liberdade, e órgãos de atendimento de

crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual e aquelas com risco de terem de ser afastadas do convívio familiar.

A não revitimização de crianças e adolescentes pela sobreposição, incoerência ou divergência de ações também há de ser observada em todas as etapas dos fluxos, com o gerenciamento do caso entre os diversos setores responsáveis pela atuação em uma mesma fase do atendimento, decidindo-se coletivamente a melhor estratégia de atuação protetiva.

Tal conduta deve ser observada nas diversas etapas do fluxo de atendimento, sempre que possível envolvendo os próprios sujeitos interessados e ainda mediante o compartilhamento de informações entre os diversos órgãos deve ser feita nos limites previstos em lei visando ao resguardo do direito à privacidade dos sujeitos envolvidos.

Na dimensão individual do atendimento, as diretrizes visam a estabelecer parâmetros que contemplem os direitos de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais ou não judiciais, especialmente em relação ao direito à informação e orientação como condição para a participação, à assistência jurídica, proteção à vida privada e familiar, à segurança, mediante a adoção de medidas preventivas especiais, com a urgência e celeridade nos trâmites judiciais com prioridade em relação a qualquer outro procedimento, sem prejuízo do respeito ao devido processo legal.

Considera-se, ainda, nesse sentido, a orientação voltada à desjudicialização e à promoção da autonomia de crianças, adolescentes e suas famílias a fim de estabelecer mecanismos participativos de resolução, sendo subsidiária a instauração do processo judicial.

Nessa perspectiva, a proposta em discussão também diferencia as diretrizes pertinentes ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, estabelecendo parâmetros orientadores da intervenção antes e durante o processo e, posteriormente, na execução da medida imposta, daquelas a serem observadas em relação ao atendimento da criança e adolescente vulnerável, cujos direitos tenham sido violados, com específica atenção aos casos de privação de liberdade a título de proteção; assim como da criança vítima e testemunha e envolvida em processos de família, casos em que também se prevê o atendimento pós-processual para verificar a eficácia das medidas aplicadas e a necessidade de sua adequação.

Finalmente, tendo-se em conta a necessária dimensão da adaptação do atendimento, a proposta em construção, diferentemente da europeia, visa a estabelecer diretrizes voltadas não só à garantia dos direitos individuais de crianças e adolescentes pelo Sistema de Justiça,

mas também em relação aos direitos sociais, difusos ou coletivos, em relação aos quais, os instrumentos já amplamente utilizados no Brasil, como a ação civil pública e os mecanismos extrajudiciais de conciliação, como termos de ajustamento de conduta, possam ser contemplados e estendidos a todos os demais Estados-Parte.

Muito mais do que indicar meras obrigações, na esteira das ações de discussão e aperfeiçoamento institucional voltado à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, o documento em pauta reforça os desafios ainda não concretizados nos países do Mercosul e especialmente no Brasil, como a garantia do direito à participação, a formação permanente dos profissionais e a atuação interdisciplinar e sistêmica, incitando-nos às reflexões e adaptações reclamadas.

## CONCLUSÃO

O estudo sobre as origens da especialização da Justiça para o atendimento à infância demonstrou que sua especificidade jurídica teve fundamento estritamente penal. Deploráveis condições de encarceramento e promiscuidade entre “menores” e adultos geraram indignação moral traduzida em um amplo movimento de reformas que culminou na criação do primeiro Tribunal para Menores, em 1899, nos Estados Unidos.

Emergindo como um corolário lógico e necessário do desenvolvimento do aparelho do Estado que, sob o argumento da prevenção, passou a estender seu domínio sobre os cidadãos no seu foro mais íntimo, que é a esfera familiar, a concepção de uma jurisdição especial para menores fundou-se na necessidade de tirar a criança do processo penal e criar programas especiais para delinquentes e abandonados, como meio eficaz de contenção da criminalidade crescente que resultava do processo de industrialização e urbanização das grandes cidades.

Fundados na herança positivista, os resultados dessa transformação das relações de poder entre a família e os aparelhos sociais implicaram a estruturação de um complexo tutelar da infância, utilizando a ação educativa e preventiva como forma de prevenção da delinquência, com a sua prevalência sobre a sanção, justificando, assim, o aprimoramento dos mecanismos jurídicos e instâncias judiciais exclusivamente dirigidos à “salvação” da criança abandonada ou delinquente.

O funcionamento da Justiça de Menores não possuía, desse modo, uma atividade judiciária própria. Por sua proximidade com a Justiça Penal, outorgava sua legitimidade às práticas de vigilância dos serviços sociais, oferecendo os instrumentos de coerção para desincumbi-los dos elementos refratários, utilizando-se, para tanto, das formas judiciárias clássicas.

Por outro lado, o tratamento indistinto entre crianças vítimas e autores de crimes, permitia que o juiz executasse o papel do Estado no dever de assumir o cuidado de todo os “menores” que se encontrassem em situações individuais ou sociais que pudessem conduzi-los à prática criminosa, mesmo não caracterizadas como crime, sujeitando-os a medidas de reabilitação, de duração indeterminada, mediante procedimentos flexíveis, com grande discricionariedade judicial e sem garantias processuais mínimas, já que não havia qualquer

incompatibilidade entre a função de repressão e as de proteção e educação.

Embora o decurso da história tenha evidenciado que a experiência dos Tribunais para Menores não representou qualquer avanço libertador ou humanitário na preocupação com a infância, mas, ao contrário, facilitava as práticas tradicionais orientadas para o controle social dos pobres, fundadas na confusão conceitual entre carência e delinquência, sua implementação generalizada, ao longo do século XX, provocou uma avalanche de discursos otimistas nos sistemas jurídicos ocidentais, proclamando que sua ação reduziria a delinquência ao atingi-la na sua raiz. Pouco tempo depois dos movimentos ocorridos nos Estados Unidos e na Europa, em vários países foram implementadas legislações específicas para menores em todos os países latino-americanos, inclusive no Brasil, em 1923.

O percurso, que culminou na criação da primeira vara com funções especializadas para atendimento aos menores no país, seguiu, em grande parte, o influxo da trajetória que se desenvolvia a partir da experiência americana e nos países europeus. A preocupação crescente com a infância desvalida assentava-se na máxima da salvação da criança para salvar o país, como ideário do projeto republicano.

A retrospectiva da história relativa à infância no Brasil demonstra a emergência das ideias e posturas indicadas no discurso e na prática jurídica, dividida entre a defesa da criança e da sociedade. A manutenção de ações assistencialistas, sustentadas pela caridade e filantropia, se alinhavam aos novos ideais em prol da moralização necessária à estabilidade das relações sociais.

A consolidação de um aparato legal e institucional criado a partir da segunda metade do século XIX, na tentativa de regular a situação da infância, com vistas ao disciplinamento e controle social da população empobrecida, já que, para as crianças da elite a atenção era voltada à educação, consolidou a opção nacional por uma política predominantemente jurídico-assistencial, na qual o “menor” emerge como categoria jurídica que divide a infância em duas, cabendo à Justiça brasileira uma relevante função na formação de uma sociedade desigual e excludente.

A edificação do Direito do Menor, que teve suas bases no Código de Mello Mattos, de 1927 e se consolidou com o Código de Menores de 1979, sustentado na Doutrina da Situação Irregular, legitimava uma potencial ação judicial indiscriminada sobre as crianças e os adolescentes em situação de dificuldade e dirigia-se a um tipo



específico, ou seja, àqueles que se encontravam nas situações descritas pela lei.

Desse modo, a especialização da Justiça comum, que se iniciou com implantação da primeira Vara de Menores em 1923, tendo como origem a concepção tutelar que justificou a criação dos Tribunais para Menores na cultura ocidental, ocorreu de acordo com os mesmos critérios, ou seja, pautada em medidas terapêuticas de reabilitação do “menor”, que justificavam uma Justiça rápida e informal, não submetida aos princípios e garantias do Direito Penal, já que dirigida para sua proteção, de acordo com a avaliação do juiz e da equipe técnica.

Ao longo desse percurso, a deficiência do sistema jurídico em prevenir e tratar o abandono e o desvio social da infância e juventude, como consequência da falta de investimentos públicos na área e na assistência, agravada pela crise do modelo de institucionalização em regime de atendimento fechado, demonstrava seus limites e indicava a necessidade urgente de mudanças.

O fortalecimento dos movimentos sociais a partir da década de 1980 desafiou o Estado brasileiro na efetivação das políticas públicas, representando uma possibilidade efetiva de transformação da realidade, especialmente para crianças e adolescentes.

Somente em 1988, com a Constituição Federal de 1988, antecipando a incorporação formal ao sistema jurídico nacional da Convenção sobre os Direitos da Criança, rompeu-se a matriz autoritária menorista e iniciando-se o processo que culminou na elaboração de uma nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e jovens e propondo um novo papel à Justiça da Infância e Juventude.

O novo paradigma instaurado a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, identificado como “Doutrina da Proteção Integral”, possibilitou revolucionar profundamente o sentido das legislações para a infância, transformando-as em instrumentos eficazes de defesa e promoção dos direitos humanos específicos de todas as crianças e adolescentes, indistintamente, independentemente de sua conduta, reconhecendo-lhes todos os direitos que têm os adultos e outros direitos específicos, em razão da sua condição de pessoa em desenvolvimento.

A nova postura exigida, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, constituiu-se, assim, como um poderoso instrumento de mudança social e de construção de um novo projeto civilizatório.

Coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente concretizar e expressar esses novos direitos, pondo em relevo o valor intrínseco da criança como ser humano e a necessidade de especial respeito. A Doutrina da Proteção Integral é concebida, desse modo, em um sistema onde crianças e adolescentes figuram como titulares de interesses subordinantes frente à família, à sociedade e ao Estado, mesmo diante da prática de atos infracionais, quando se materializam em garantias materiais e processuais que impedem o arbítrio do Estado na validação dos interesses ligados à necessidade de coibir a criminalidade infantoadolescente.

Assumindo-se como protagonista do modelo superado, a Justiça teve suas funções diretamente impactadas pelas mudanças operadas no marco legal, com a incorporação desse novo paradigma jurídico, que, identificando-a como a “nova Justiça da Infância e Juventude”, atribuiu-lhe outras funções. Essa nova identidade é influenciada pela normativa internacional, exigindo o reordenamento das práticas institucionais e do modelo de atuação em face do reconhecimento das demandas sociais e da coletivização do processo.

Em conformidade com essa concepção, os instrumentos e técnicas jurídicas devem ser colocados à disposição do titular nos casos de ameaça ou violação dos seus direitos, que lhes devem ser assegurados independentemente de qualquer condição especial, desvinculando-se as situações concernentes às omissões das políticas sociais básicas, como patologias de caráter individual, justificadoras da intervenção tuteladora da Justiça.

A partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, os Sistemas de Justiça da Infância e Juventude tiveram, portanto, que dismantellar o aparato jurídico e ideológico que sustentava o modelo tutelar, substituindo-o por um sistema garantista e de intervenção mínima no aspecto punitivo, indo muito além do simples reconhecimento das garantias que gozam os adultos, para a construção de um modelo de responsabilidade do adolescente que considere as suas especificidades para garantia da proteção integral dos seus direitos, efetivados por meio de políticas sociais.

Compatibilizando as funções concernentes à proteção geral e à apuração do ato infracional pelo adolescente, o Sistema de Justiça Especializado no país teve suas atribuições ampliadas em relação ao critério de especialidade proposto pela Convenção sobre os Direitos da Criança, circunscrito a este último aspecto, prevendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 148, as competências do Justiça da Infância e Juventude, abrangendo excepcionalmente, no seu parágrafo

único, a competência concorrente para conhecer outras ações quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses de ameaça ou violação de direitos, previstas no artigo 98.

Garantindo expressamente a toda criança e adolescente o direito ao acesso à Justiça, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinou as funções do juiz, do Ministério Público e do advogado, os quais, juntamente com outros atores sociais, são incumbidos da defesa e proteção jurídico-social dos seus direitos individuais, coletivos e difusos para a garantia da sua proteção integral de acordo com a nova conformação.

A estruturação das funções a serem desempenhadas para assegurar a efetividade da Doutrina da Proteção Integral, instrumentalizada pela normativa internacional e nacional, passou a vincular funcional e eticamente os profissionais que a integram para o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, orientando-se por princípios e regras procedimentais próprios no intuito de viabilizar a prestação jurisdicional para a garantia da máxima efetivação destes direitos.

De acordo com a sistematização proposta na tese, e, tendo como marcos normativos a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, os princípios que podem ser considerados fundamentais são: reconhecimento da condição jurídica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, além de direitos especiais em face de sua condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento de suas potencialidades; o princípio do superior interesse e o da prioridade absoluta.

Como princípios procedimentais que condicionam a atividade jurisdicional, orientando o seu reordenamento e a prática institucional, situam-se os princípios da oitiva obrigatória, participação e o direito à informação; o da intervenção precoce e mínima; o da proporcionalidade e atualidade e o da privacidade.

Além disso, constituindo-se o Estatuto da Criança e do Adolescente como um microssistema legal para a proteção integral dos seus direitos, e, atendendo às características especiais da relação jurídica material, o processo infantoadolescente passa a ser informado por regras distintas do processo comum, objetivando garantir a efetividade da tutela jurisdicional de acordo com as singularidades dos sujeitos, como as referentes ao acesso à Justiça, à curadoria especial, ao poder geral de cautela e o sistema recursal.

Diferenciando-se dos demais ramos especializados da Justiça comum, a atuação da Justiça da Infância e Juventude assume ainda outras peculiaridades que se coadunam com a Doutrina da Proteção Integral, incorporando-se, de forma inédita na história judiciária brasileira, em um Sistema de Garantias dos Direitos, estruturado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para implementação da política de atendimento, estabelecendo a responsabilidade das diferentes instituições responsáveis.

Integrando esse modelo de gestão pública compartilhada, integrando o Sistema de Garantias dos Direitos, a Justiça é convocada a uma nova atuação que ultrapassa as fronteiras do processo judicial em si, exigindo medidas compartilhadas entre profissionais e instituições responsáveis, em uma relação não hierárquica, mas de reconhecimento das potencialidades da ação conjunta para a transformação da realidade de crianças e adolescentes.

Essa configuração sistêmica parte da premissa de que a complexidade das questões a serem enfrentadas, referentes às diversas situações em que crianças e adolescentes necessitam de proteção, para garantia de seus direitos, dada a incompletude das instituições e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, demandam uma intervenção concorrente de diferentes setores, nas diversas instâncias da sociedade e do Estado, que se materializa por meio das estratégias de redes de proteção, definidas de acordo com as realidades locais.

Disso decorre que a garantia do desenvolvimento de ações integradas tem como pressuposto básico a necessidade de uma formação específica abrangente e qualificada para a atuação articulada e interinstitucional, que exige diversas competências institucionais, disciplinares e profissionais envolvidas.

A atuação dos profissionais da área jurídica nesse novo Sistema de Garantias dos Direitos, exige, portanto, novas habilidades e competências pessoais, comunicativas, relacionais e também articuladoras, diante das necessárias relações de proximidade que se estabelecerão para a proteção integral, especialmente quando os atores pertencem a espaços institucionais distintos, com características próprias, como Varas, Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas, órgãos de segurança, conselhos, serviços públicos, organizações não governamentais, etc.

Considerada como diretriz estruturante da atuação do Sistema de Justiça, a integração operacional dos órgãos para a proteção da criança e/ou adolescente concretiza a opção sistêmica que se opera por meio do atendimento em rede, constituindo-se como o maior desafio do Estatuto

da Criança e do Adolescente na superação das práticas que centralizavam a autoridade na figura do juiz.

A ausência de integração e da atuação conjunta que caracterizam a realidade do Sistema de Garantia dos Direitos no país, todavia, são indicadores seguros no sentido de que a maior parte das redes não tem funcionado adequadamente, contribuindo para o isolamento e a fragmentação das ações.

Nesse cenário em que o reordenamento das instituições, e, em especial, daquelas que compõe o Sistema de Justiça, afigura-se como premissa indispensável para que a proteção integral da criança e do adolescente seja compartilhada em diferentes níveis de gestão e responsabilidades, a realidade nacional, todavia, indica que ainda estamos muito distantes desse ideal, considerado utópico.

Os dados apresentados na tese referentes à estrutura e funcionamento das instituições da Justiça especializada no país, evidenciam que o desafio se mostra praticamente o mesmo desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A despeito de alguns progressos, as pesquisas apresentadas sobre os dados referentes ao quantitativo de Varas, Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas, atestam que é manifesta a falta de prioridade das instituições do Sistema de Justiça da Infância e Juventude na implementação da infraestrutura material e humana necessária ao seu funcionamento adequado.

O reduzido investimento em formação e qualificação especializada dos magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos, agravado pelo fato de o Direito da Criança e do Adolescente não ser disciplina obrigatória nos cursos de graduação, apontam os desafios formativos, cujas deficiências justificam a reduzida capacidade de ação do Sistema de Justiça.

Além disso, ressalvadas as exceções destacadas no levantamento de dados realizado junto aos sítios dos Tribunais de Justiça dos Estados, a absoluta omissão quanto às necessárias adequações das normas de organização judiciária e especialmente quanto a não especialização no segundo grau de jurisdição, são indicativos consistentes a confirmar que o Sistema de Justiça brasileiro, na prática, ainda não efetivou plenamente a transposição do paradigma jurídico já superado para a Doutrina da Proteção Integral.

Em relação ao funcionamento das Varas Especializadas, ademais da falta de condições adequadas de trabalho e o número reduzido de equipes técnicas à disposição do juízo ou do Ministério Público, a constatação relacionada ao aumento do volume de procedimentos em

tramitação, referentes, em sua grande maioria, à apuração de ato infracional ou à aplicação de medidas protetivas, é revelador da inexistência ou do precário funcionamento das políticas públicas setoriais para proteção integral no âmbito do município, o que vem justificando as dificuldades do Poder Judiciário em desincumbir-se das atividades administrativas transferidas ao Conselho Tutelar.

Apesar da mudança de nomenclatura – das antigas Varas de Menores às atuais Varas da Infância e Juventude – é notório que pouco se avançou no sentido de incorporar à cultura jurídica e à realidade as mudanças operadas quanto aos aspectos doutrinários (passagem da situação irregular de crianças e adolescentes à sua proteção integral); ao fundamento político (passagem de um modelo filantrópico ao de políticas públicas) que levaria a uma mudança radical do modo de se considerar crianças e adolescentes (de objeto de consideração de práticas assistencialistas a sujeitos de direitos de políticas públicas); quanto ao modelo decisório (deslocamento do Judiciário como centro de decisões e de controle ao município); e, por fim, quanto ao modo de atuação, ao envolver uma organização em rede, garantindo a passagem do modelo centralizador e monocrático do sistema de aspecto decisório para outro, participativo e democrático.

Essas dificuldades em transpor determinados traços culturais do modelo organizacional menorista também se relacionam à tendência em manter estruturas preexistentes e reproduzir procedimentos obsoletos, o que se verifica nas diversas instituições onde se operam as distorções na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a manutenção dos antigos procedimentos “verificatórios” ou para aplicação de medidas protetivas, de iniciativa do juiz, contribuindo para a deslegitimação e enfraquecimento do próprio Sistema de Garantia dos Direitos.

Por outro lado, a análise da jurisprudência nacional indica que a determinação da competência das Varas da Infância e Juventude fixada pelo critério do “risco”, correspondente às situações que estabelecem sua competência concorrente, nos termos do artigo 148, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente, reproduz a concepção já superada que, na sua origem, como visto, foi criada para proteção dos “menores” (pobres), enquanto as demandas relacionadas às crianças inseridas em “famílias estruturadas” ou com patrimônio eram julgadas pelas Varas de Família.

Ainda que, aparentemente, na sua maioria, as demandas que tramitam nas Varas de Família estão relacionadas ao exercício das funções parentais de crianças e adolescentes, não pode ser outro o

sentido do parágrafo único do artigo 148, pressupondo que a Vara Especializada, como foi idealizada (com estrutura adequada, atuação interdisciplinar e integrada à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente), seria o *locus* adequado à garantia dos seus direitos, em todos os casos de ameaça ou violação.

Por essa razão, justificou-se a necessidade de especialização do juízo que, pela sua própria natureza ontológica, reuniria as competências necessárias para garantia da defesa e proteção de cada criança e do adolescente, já que se insere no âmbito da política de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O funcionamento segmentado das unidades judiciárias também tem contribuído para o aumento do volume processual, pois é cada vez mais comum a existência de vários processos referentes à mesma criança ou adolescente tramitando, simultaneamente, nas Varas da Família, Infância e Juventude e Criminal, sem falar nos procedimentos administrativos junto às Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas, com consequências que revitimizam e violam os direitos dos envolvidos. Enquanto a burocracia se arrasta, perde-se a infância.

A falta de condições para o funcionamento razoável das Varas da Infância e Juventude não deve justificar, portanto, o descumprimento da regra prevista no parágrafo único do artigo 148 pelo critério do “risco”, já que viola o direito fundamental assegurado a criança e ao adolescente de ter acesso à Justiça especializada e adequada.

O subdimensionamento da estrutura necessária para o acolhimento dessas demandas nas Varas da Infância e Juventude, aliado à falta de investimentos ao longo das décadas subsequentes e à não incorporação da Doutrina da Proteção Integral pela cultura jurídica brasileira, legitimam, no Sistema de Justiça, o discurso da inefetividade da norma, repercutindo em novas violações dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito institucional.

Sob outra perspectiva, o reconhecimento de que crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação sobre suas escolhas e decisões, também se constitui como desafio na implementação do seu direito à participação, especialmente no Sistema de Justiça.

A não efetividade e as dificuldades na garantia do direito de crianças e adolescentes serem ouvidos nos processos que lhes afetem, especialmente em face da necessidade de detalhamento do conteúdo referente à garantia desse direito, constitui-se como outro indicador seguro das limitações decorrentes da necessária superação das práticas

que operam apenas parcialmente no modelo implementado pela Doutrina da Proteção Integral, vinculando o seu exercício à sua afirmação como sujeito de direitos.

A percepção do contexto nacional mostra que estamos distantes da garantia efetiva desse direito no país, onde ainda são incipientes as iniciativas para a promoção da participação de crianças e adolescentes, embora não se possam desconsiderar os avanços realizados a partir da iniciativa e do esforço pessoal de magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos em vários Estados brasileiros voltados à superação do paradigma da incapacidade.

Todos esses elementos confirmam a hipótese no sentido de que a alteração do marco jurídico da proteção integral de crianças e adolescentes estabelecido pelo sistema normativo brasileiro na Constituição Federal de 1988, decorridas mais de duas décadas, ainda não foi plenamente incorporada pelas instituições que compõem o Sistema de Justiça, impondo-se a construção de novos parâmetros de atuação, de forma a contemplar a eficiência da tutela jurisdicional diferenciada na garantia da efetividade de seus direitos fundamentais e sociais.

Para tanto, como contribuições para a superação dos desafios apresentados, concluiu-se, no desenvolvimento da tese, a necessidade de:

- estabelecimento de políticas de gestão judiciária e institucional no sentido de dimensionar a demanda em tramitação nas Varas, Promotorias de Justiça e Defensorias Públicas da Infância e Juventude, estabelecendo critérios objetivos na estruturação das unidades, com a garantia da prioridade absoluta orçamentária para criação de cargos, formação dos operadores e o apoio de equipes técnicas interdisciplinares para inserção e incidência nas redes de proteção locais;

- até que se possa incidir para a correção dessas distorções, outros mecanismos devem ser previstos a fim de minimizar a dissociação das ações, por meio da integração operacional interna entre as próprias unidades jurisdicionais, e externa, com as demais instituições, programas e serviços que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos, com o propósito de potencializar, por meio da ação sistêmica, os esforços e recursos para a concretização da lei, estabelecendo estratégias gerais de ação, evitando a revitimização institucional de crianças e adolescentes, a sobreposição das atividades, retrabalhos e conflitos entre os profissionais envolvidos;

- supressão do parágrafo único do artigo 148 que contribuirá para que as demandas relativas à proteção dos direitos de crianças e



adolescentes relacionados especialmente à garantia do seu direito à convivência familiar, independentemente da existência de eventual “situação de risco”, sejam afetas às Varas da Família, reservando-se a competência das Varas da Infância e Juventude a apuração de atos infracionais e para a defesa de outros direitos individuais e coletivos. Para tanto, é imprescindível que as Varas da Família passem a integrar a Justiça Especializada, assegurando-se-lhes as mesmas condições e requisitos indispensáveis ao seu funcionamento, contribuindo, em consequência, para a viabilização do funcionamento adequado das Varas da Infância e Juventude, a fim de que possam implementar efetivamente o seu papel protagônico na defesa dos direitos sociais, difusos e coletivos de crianças e adolescentes;

- edição de normas procedimentais específicas para operacionalização dos princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como o próprio direito de acesso da criança e/ou adolescente às instituições do Sistema de Justiça e o direito à participação, especialmente nos processos que lhes digam respeito.

- em relação ao direito à defesa jurídica ou à representação especial como direito fundamental de natureza processual, prever expressamente no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, e, especialmente, na legislação processual civil, o direito de crianças e adolescentes receber assistência especializada em todos os procedimentos que lhes afetem. Essa garantia implica o necessário detalhamento do seu direito de informação e participação (critérios e parâmetros interpretativos), assegurando-se que, mesmo nos casos de acordo judicial ou em serviços de mediação familiar e em sede administrativa, seja colhido o consentimento da criança ou do adolescente, diretamente ou por representante nomeado, respeitado o seu estágio de desenvolvimento e o grau de compreensão em relação às medidas adotadas;

- redefinir as funções do Ministério Público e da Defensoria Pública no exercício da defesa do interesse superior e interesse manifesto de crianças e adolescentes, como forma de garantir o seu direito à participação.

Somente com investimentos em políticas judiciárias é que se poderá dar concretude ao princípio da efetividade, consagrado no artigo 4º da Convenção sobre os Direitos da Criança, que consiste na obrigação de os Estados adotar todas as medidas administrativas, legislativas e de qualquer outra índole para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Com isto, há ainda um longo caminho a ser percorrido antes que se atinja um estado de garantia plena de direitos com instituições sólidas e mecanismos operantes. No entanto, pode-se dizer que se avanços importantes vêm ocorrendo nos últimos anos, isso se deve aos esforços de abnegados profissionais, professores, magistrados, promotores de Justiça, advogados, defensores públicos, dentre tantos outros.

A melhoria das condições atuais de nossa infância exige esforços inéditos de reflexão e ação para superar as omissões históricas, sem o temor da iminência de retrocessos, calcados na crença da falência inexorável da proposta revolucionária do Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecendo as ambiguidades que se sustentam na tradição jurídica latino-americana fundada na dicotomia flagrante entre discurso e prática.

Tais distorções, aliadas às grandes desigualdades sociais e à absoluta insuficiência na implementação de políticas públicas, nos manterá presos àquele passado em que a criança e o adolescente historicamente assumiram a responsabilidade pelo aumento da criminalidade e pelos desajustes da sociedade, em uma atitude covarde que imputava aos mais fracos, sem voz, a culpa pelas omissões do Estado.

Se a Justiça brasileira contribuiu, na sua trajetória histórica, para uma sociedade desigual e excludente, há mais de duas décadas espera-se que possa contribuir para reescrever a história do país, cumprindo, finalmente, as promessas constitucionais de um novo futuro para a infância e adolescência brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. In: ALENCAR, Ana Valderez A. N; LOPES, Carlos Alberto de Souza. **Código de Menores**. Lei n. 6.697/79. Comparações, anotações, histórico. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

ALÁEZ, Benito. **Minoría de edad y derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Tecnos, 2003.

ALENCAR, Ana Valderez A. N; LOPES, Carlos Alberto de Souza. **Código de Menores**. Lei n. 6.697/79. Comparações, anotações, histórico. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 1982.

ALEX, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

\_\_\_\_\_. Epílogo a la Teoría de los Derechos Fundamentales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. **Revista Española de Derecho Constitucional**, Año 22, nº 66, p. 26, Madrid, set./dez. - 2002.

ALVIM, Rosilene; VALADARES, Lucia. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. BIB - **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. 1988.

AMARAL E SILVA, Antonio Fernando do. A mutação judicial. In: **Brasil Criança Urgente**. A lei. Coleção Pedagogia Social. Instituto Brasileiro de Pedagogia Social. São Paulo: Columbus Cultural Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. A nova Justiça da Infância e da Juventude. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Estudos Sócio-Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

\_\_\_\_\_. In: CAVALLIERI, Alyrio (Org.). **Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

\_\_\_\_\_. O Judiciário e os novos paradigmas conceituais e normativos da infância e da juventude. In: ALTOÉ, Sônia. **Sujeito de direito, sujeito do desejo**. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

\_\_\_\_\_. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

ARAÚJO, Fernando Henrique de Moraes; SIQUEIRA NETO, Lélío Ferraz de; ALBINO, Priscila Linhares de. **Breve Análise do Sistema Macropolítico criado pela Lei Federal n. 12.594-12** (Lei Federal que instituiu o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/SINASE](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/SINASE). Acesso em: 22 abril 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – ABMP. **O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – desafios na especialização para garantia de direitos de crianças e adolescentes**. Brasília: ABMP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos**. São Paulo. 2010. Disponível em: [http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/cadernos\\_de\\_fluxos\\_operacionais\\_sistemicos.html](http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/cadernos_de_fluxos_operacionais_sistemicos.html) Acesso em: 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP).** Disponível em: [http://www.abmp.org.br/media/files/estatuto\\_ABMP.pdf](http://www.abmp.org.br/media/files/estatuto_ABMP.pdf). Acesso em: 22 maio 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ANCD). **Relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. 2004.** Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/idade\\_penal/relatorio\\_anc\\_ed\\_2004.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/idade_penal/relatorio_anc_ed_2004.pdf). Acesso em: 22 junho 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS (ANADEP). INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Mapa da Defensoria Pública no Brasil.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria>. Acesso em: 14 junho 2014.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios.** Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

AXT, Gunter. **O Ministério Público do Rio Grande do Sul:** evolução histórica. 2. ed. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2006.

AZEVEDO, Gislane Campos. **De Sebastianas e Geovannis:** o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1995.

\_\_\_\_\_. A tutela e o contrato de soldada. **Revista de História Social**, n. 3, 1196. Campinas/SP, 1996, p. 11-36. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/85/94](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/85/94). Acesso em: 22 janeiro 2014.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o Sistema de Garantia de Direitos. **Revista do Serviço Social**, São Paulo, n. 109, jan./mar. 2012, p. 179-199.

BARATTA, Alessandro. Infancia y Democracia. In: **Infancia, Ley y Democracia en América Latina.** MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BASTOS, Celso. **A tutela dos interesses difusos no Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**. 6ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Ciudad Antónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2008.

BERCLAZ, Márcio Soares; MOURA Millen Castro Medeiros de. **Para onde caminha o Ministério Público?** Um novo paradigma: Racionalizar, Regionalizar e Reestruturar para assumir a identidade constitucional. Disponível em: [www.jus.com.br/11240/para-onde-caminha-o-ministerio-publico](http://www.jus.com.br/11240/para-onde-caminha-o-ministerio-publico). Acesso em: 4 agosto 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 281.

BORDALLO, Galdino Coelho. O Poder Judiciário. In: MACIEL, Kátia (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

BRANCHER, Leoberto N. Organização e gestão do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude. In: KONZEN, Afonso Armando (Coord.). **Pela Justiça na Educação**. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2000.

BRANCHER, Naiara. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o novo papel do Poder Judiciário. In: PEREIRA, Tânia da Silva (org.). **O Melhor Interesse da Criança: um debate Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 12 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 14 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão de 31 de outubro de 1906.** Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira/315-sessao-de-31-de-outubro-de-1906>. Acesso em 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.994, de 19 de junho de 1908.** Aprova o regulamento que reorganiza a Colonia Correccional de Dous Rios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6994-19-junho-1908-518089-republicacao-104336-pe.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto n. 94, de 17 de julho de 1912.** “Providencia sobre a infancia abandonada e criminosa”. Disponível em: [http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art\\_catid=15&legislacao\\_ano=1911+-+1920&art\\_title=1912&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar\\_legislao](http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/buscar-legislacao-brasileira?art_catid=15&legislacao_ano=1911+-+1920&art_title=1912&task=search&config%5Bsearch%5D=buscar_legislao). Acesso em 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923.** Aprova o regulamento da assistencia e proteção aos menores abandonados e delinquentes. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=16272&tipo\\_norma=DEC&data=19231220&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=16272&tipo_norma=DEC&data=19231220&link=s). Acesso em 24 agosto 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 16.388, de 27 de fevereiro de 1924.** “Aprova o regulamento do Conselho de Assistencia e protecção dos Menores.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16388-27-fevereiro-1924-518280-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926.** “Institue o Código de Menores”. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Acesso em: 22 julho 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923.** Reorganiza a Justiça do Districto Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16273-20-dezembro-1923-509027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945.** Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946.** Aprova o Regulamento do Serviço de Censura e Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-norma-pe.html>. Acesso em: 4 de julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871.** Aprova o Regulamento para a matricula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.



\_\_\_\_\_. **Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940.** Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941.** Dispõe sobre a organização e proteção da família. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3200.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941.** Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 6.026, de 24 de novembro de 1943.** Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=8412>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.675, de 12 de julho de 1971.** Dá nova redação ao art. 77 do Decreto no. 5.083, de 1º de dezembro de 1926, que institui o Código de Menores. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/15675.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15675.htm).

Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 282, de 24 de maio de 1948.** Reorganiza o Departamento Nacional da Criança no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLeis1948v5.pdf>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967.** Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5258-10-abril-1967-372245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.439, de 22 de maio de 1968.** Altera a Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm). Acesso em: 24 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 22 janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm). Acesso em: 24 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 15 de junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994.** Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp80.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm). Acesso em: 14 março 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as [leis n. 8.069](#), de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); [7.560](#), de 19 de dezembro de 1986, [7.998](#), de 11 de janeiro de 1990, [5.537](#), de 21 de novembro de 1968, [8.315](#), de 23 de dezembro de 1991, [8.706](#), de 14 de setembro de 1993, os [Decretos-leis n. 4.048](#), de 22 de janeiro de 1942, [8.621](#), de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo [Decreto-lei n. 5.452](#), de 1º de maio de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em: 3 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.** Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização dos Ministérios Públicos nos Estados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18625.htm). Acesso em: 4 de julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 10 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Promoção da Saúde (2006).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 10 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 10 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de 0 a 6 Anos à Educação (2006).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 12 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos III (2010).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 12 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 12 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 12 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2013).** Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>. Acesso em: 21 junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional da Primeira Infância.** Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. 20 Anos do Estatuto.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Conhecendo a Realidade.** Disponível em: [http://www.promeninino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200707170012\\_15\\_0.pdf](http://www.promeninino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200707170012_15_0.pdf). Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 557.117/SP. Segunda Turma. Relator Ministro Castro Meira, julgado em 4/05/2006. Disponível em <[www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)>. Acesso em: 17 maio 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 701.969/ES. Segunda Turma. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 21/02/2006. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 18 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 1176512/RJ. Quarta Turma. Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 28/08/2012. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 18 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 1.296.155/RJ. Segunda Seção Cível. Relator Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 26/06/2013. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 28 junho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conflito de Competência n. 114.782/RS. Segunda Seção Cível. Relatora Ministra Nancy Andrichi, julgado em 12/12/2012. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 13 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 222445/PR. Segunda Turma. Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 07/03/2002. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 6 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Habeas corpus* n. 112.799/SP. Sexta Turma. Relator Ministro Haroldo Rodrigues, julgado em 16.03.2010. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Agravo Regimental no Recurso Especial n.581352/AM. Segunda Turma. Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 29.10.2013. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 14 maio 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 577.836/SC. Primeira Turma. Relator Ministro Luiz Fux, julgado em 21.10.2004. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 17 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 493.811/SP. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 11.11.2003. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 14 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 871.204 - RJ (2006/0154868-6). 1ª Turma. Relator Ministro Francisco Falcão. Julgado em 27.02.2007. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 18 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.323.470/SE. Segunda Turma. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 04/12/2012. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 27 março 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso em Mandado de Segurança n. 38.415/SP. Primeira Turma. Relator Ministro Ari Pargendler, julgado em 27/11/2012. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 25 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso em Mandado de Segurança n. 36.949/SP. Segunda Turma. Relator Ministro Humberto Martins, julgado em 13/03/2012. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 6 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Especial n. 847588/SC. Segunda Turma. Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 21.10.2008. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 5 dezembro 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus* n. 251.225/MS. Primeira Turma. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 13/11/2102. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br). Acesso em: 23 abril 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 466.343-1/SP, voto-vista do Ministro Gilmar Mendes, em sessão

plenária de 22 de novembro de 2006. Disponível em: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br). Acesso em: 15 junho 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus* n. 113.102, Rio Grande do Sul. Primeira Turma. Relator Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.12.2012. Disponível em: <[www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)>. Acesso em: 5 julho 2013.

BRITO, José Gabriel de Lemos. Um problema gravíssimo – colônias correcionais e tribunais para menores. In: Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Obras completas – assistência a menores – direito penal – ciência e prática penitenciárias**. vol. 1. Rio de Janeiro: 1959.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Crianças: sujeitos de direitos nas Varas de Família. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). **Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 1999.

BRUÑOL, Miguel Cillero. Los Derechos del Niño: De la Proclamación a la Protección Efectiva. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 3. Buenos Aires: UNICEF, 2001.

BRUÑOL, Miguel Cillero. El interés superior del niño en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. In: **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Teoria Geral do Direito Processual Civil**. 6. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARDOZO, José Carlos da Silva; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; SCOTT, Ana Silvia Volpi. **O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre**. 2011. Disponível em [http://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/revista\\_justica\\_e\\_historia/isn\\_1677-065x/v9n17n18/O\\_JUIZO.pdf](http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/isn_1677-065x/v9n17n18/O_JUIZO.pdf). Acesso em: 22 setembro 2013.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. **Vinte Teses sobre Assistência ao Menor e ao Incapacitado**. Rio de Janeiro: Borsoi S.A, 1975.

\_\_\_\_\_. **Direito do Menor**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. Redes de Atendimento para Proteção Integral de Adolescentes em Conflito com a Lei. In: **Justiça Juvenil sob o Marco da Proteção Integral**. Cadernos de Textos. ABMP 2008.

CARVALHO, Rose Mary de. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **O devido processo legal e o princípio da razoabilidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CAVALLIERI, Alyrio. **Direito do Menor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Depoimento sem Dano**. Uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CHAVES, Antonio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1994.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança**. Disponível em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_3/IIIPAG3\\_3\\_10.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_10.htm). Acesso em: 23 abril 2014.



\_\_\_\_\_. **Directrices del Consejo de Europa sobre las estrategias nacionales integrales para la protección de los niños contra la violencia.** Disponível em

[http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20ESP\\_BD.pdf](http://www.coe.int/t/dg3/children/news/guidelines/Recommendation%20CM%20protection%20of%20children%20ESP_BD.pdf) . Acesso em 15 abr. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação n. 2, de 25 de abril de 2006.** Recomenda aos Tribunais de Justiça a implantação de equipe interprofissional em todas as comarcas do Estado, de acordo com o que preveem os arts. 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069/90).

Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12084-recomenda-no-2>. Acesso em: 2 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n. 33, de 23 de novembro de 2010.** Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/recomendacao/recomendacao\\_33\\_23112010\\_22102012173311.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf). Acesso em 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 94, de 27 de outubro de 2009.** Determina aos Tribunais de Justiça dos Estados, a criação das Coordenadorias da Infância e Juventude. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_94\\_27102009\\_10102012194955.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_94_27102009_10102012194955.pdf). Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n. 33, de 23 de novembro de 2010.** Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/recomendacao/recomendacao\\_33\\_23112010\\_22102012173311.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf). Acesso em: 21 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Corregedoria Nacional de Justiça. **Instrução Normativa n. 02, de 3 de novembro de 2009.** Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/instrucao\\_normativa/ins](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/instrucao_normativa/ins)

trucao\_normativa\_02\_03112009\_22102012143714.pdf. Acesso em: 13 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Provimento n. 32, de 24 de junho de 2013.** Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/provimento/provimento\\_32\\_24062013\\_07052014140541.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/provimento/provimento_32_24062013_07052014140541.pdf). Acesso em: 22 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Provimento n. 36, de 5 de maio de 2014.** Dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/provimentos-atos-corregedoria/28489-provimento-n-36-de-5-de-maio-de-2014>. Acesso em: 25 junho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Recomendação n. 15, de 31 de julho de 2014.** Dispõe sobre a celeridade das ações que tenham como vítima crianças e adolescentes. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o\\_15.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/recomendacoes/recomenda%C3%A7%C3%A3o_15.pdf). Acesso em: 13 agosto 2014.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Justiça Infantojuvenil.** Situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de pesquisa. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2012. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/12\\_0316\\_relatorio\\_infantojuvenil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/12_0316_relatorio_infantojuvenil.pdf). Acesso em: 20 maio 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução Conjunta CNJ e CNMP n. 01/2009.** Institucionaliza mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>. Acesso em: 13 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 67/2011.** Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>. Acesso em: 13 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 105/2014.** Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas> Acesso em: 13 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n. 24/2014.** Traça parâmetros de proteção na excepcional hipótese de trabalho infantil artístico. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas> Acesso em: 13 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência. In: **Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. ABMP-UNICEF, versão 1.12, edição I, julho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 105, de 15 de junho de 2005.** Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/resolu%C3%A7%C3%B5es/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 106, de 17 de novembro de 2005.** Altera dispositivos da Resolução Nº 105/2005 que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/resolu%C3%A7%C3%B5es/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/resolu%C3%A7%C3%B5es/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 141, de 15 de abril de 2010.** Constitui Grupo Temático para revisão da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/resolucoes/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20142.pdf>. Acesso em: 23 julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020. Documento Preliminar para Consulta Pública** (2010). Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/Politica%20e%20Plano%20Decenal%20consulta%20publica%2013%20de%20outubro.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/carta-de-constituicao-de-estrategias>. Acesso em: 10 julho 2014.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. Infância, juventude e política social no Brasil. In: **Brasil Criança Urgente: a lei**. São Paulo: Columbus, 1990.

\_\_\_\_\_. Natureza e implantação do Novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Estudos Sócio-Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

\_\_\_\_\_. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. Comentários Jurídicos e Sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Estudos Sócio-Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil: trajetória, situação atual e perspectivas**. Brasília: OIT, São Paulo: LTr, 1994.

COSTA, Flávia de Novaes. **O trabalho dos psicólogos em organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

CÚPULA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. **Regras de Brasília sobre acesso à Justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade**.

**XIV Conferência Judicial Ibero-americana.** Brasília, 4 a 6 de março de 2008. Disponível em: [www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf](http://www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf). Acesso em: 6 maio 2014.

CURY, Munir (Coord.). **Temas de Direito do Menor.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

\_\_\_\_\_. (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** Comentários Jurídicos e Sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

CUSTÓDIO, André Viana. **Teoria da Proteção Integral:** pressuposto para compreensão do Direito da Criança e do Adolescente. 2008. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/657/454>. Acesso em 16 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho infantil doméstico no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2013.

COUSO, Jaime. El niño como sujeto de derechos y la nueva Justicia de Familia. Interés superior del niño, autonomía progresiva y derecho a ser oído. **Revista de Derechos del Niño.** Números 3 y 4. Santiago: Universidad Diego Portales y UNICEF, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1983,

\_\_\_\_\_. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais.** 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

DAL POZO, Antonio Araldo Ferraz. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais.** 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em “rede”.** Publicado em 1º outubro 2011. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1129>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**: a proteção da criança no direito internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DWORKIN, Ronald. **Los Derechos en Serio**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1999.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FALBO, Ricardo Nery. **Natureza do conhecimento jurídico**. Generalidade e especificidade no Direito da Criança e do Adolescente. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: os (des)caminhos da denúncia. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. Prefácio. In: MENDEZ, Emilio Garcia; BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley e Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Manual de gestão da Rede no SDGCA**. São Paulo. 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Varas especializadas e infância**. Em defesa dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2004.

GARCIA, Margarida Bosch. Um Sistema de Garantia de Direitos: fundamentação. In: CABRAL, Edson Araújo (Org). **Sistema de Garantia de Direitos**: um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. **Expostos à Misericórdia**: um

estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro. (Séculos XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1991. 120f. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

GRUSPUN, H. **Os Direitos dos Menores**. São Paulo: Almed, 1985.

GUARÁ, Isa M. F. da Rosa, CARVALHO, M. do Carmo Brant de.; BLANES, Denise Néri. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília SAS/MPAS, 1998.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**. n. 22, 2001. São Paulo.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 12 junho 2014.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 35-45, nov./dez. 2000.

KERN, Francisco Arseli. **As mediações em rede como estratégias metodológicas do Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPCRS, 2003.

KONZEN, Afonso Armando Fundamentos do Sistema de Proteção da Criança e Adolescente. In: **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 71, jan. 2012 – abr. 2012. Disponível em: [http://www.amprs.org.br/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1342124519.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1342124519.pdf). Acesso em: 30 maio 2014.

KHULMANN JR., Moisés. A circulação das ideias sobre educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos César;

KHULMANN JR., Moisés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAFER, Celso. Filosofia do Direito e Princípios Gerais. In: **O que é a filosofia do direito?** Barueri: Manole. 2004.

LA MORA, Luis de. **O significado da Convenção Internacional dos Direitos da Criança**. Disponível em [http://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/lmora\\_crianca2.pdf](http://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/lmora_crianca2.pdf). Acesso em: 5 maio 2014.

LANSDOWN, Gerison. **La evolución de las facultades del niño**. Florença: Centro de Investigaciones Innocenti de UNICEF, 2005. Disponível em: <http://www.unicef.org/lac/evolving-spa.pdf>. Acesso em 13 julho 2014.

LESSA, Ciza. A articulação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente na forma de rede. In: MARTINHO, Cássio et al. **Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade**. São Paulo: Barueri, Instituto C&A, 2011.

LIBERATTI, Wilson Donizetti. **O Estatuto da Criança e do Adolescente** – Comentários. São Paulo: IBPS, 1991.

\_\_\_\_\_. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7. ed. rev. ampl. de acordo com o Novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002). São Paulo: Malheiros, 2003.

\_\_\_\_\_. CYRINO, Públio Caio Bessa. **Conselhos e Fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

LIMA, Fernanda da Silva. VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais**. Pensando o Direito no Século XXI; v. 5. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

LIMA, Miguel Moacyr Alves. **O Direito da Criança e do Adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.



LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Geração, Democracia e Globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **O Ministério Público 500 anos depois do descobrimento**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/6mp/mpublico/mp500.html>>. Acesso em 22 abril 2013.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Jurisdição Coletiva e Coisa Julgada**. São Paulo: RT, 2007.

MARCHI, Rita. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. **Educação e Realidade**, n. 34, 2009, p. 227-246.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. In: ALENCAR, Ana Valderez A. N; LOPES, Carlos Alberto de Souza. **Código de Menores**. Lei n. 6.697/79. Comparações, anotações, histórico. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 1982.

MARTINHO, Cássio (Org.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. et al. **Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade**. São Paulo: Barueri, Instituto C&A, 2011.

MATTOS, José Cândido de Albuquerque. In: MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código dos Menores dos Estados Unidos do Brasil Commentado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 2. ed. São Paulo: RT, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Ministério Público no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [www.mazzilli.com.br/pages/artigos/mpnoeca.pdf](http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/mpnoeca.pdf). Acesso em: 22 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: RT, 2011.

MELO, Eduardo Rezende. **Crianças e adolescentes em situação de rua: direitos humanos e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2011.

\_\_\_\_\_. In: ABMP. **Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos**. São Paulo. 2010. Disponível em: [http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/cadernos\\_de\\_fluxos\\_operacionais\\_sistemicos.html](http://www.abmp.org.br/biblioteca/publicacoes/cadernos_de_fluxos_operacionais_sistemicos.html). Acesso em: 22 maio 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discricionariedade e Controle Jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDEZ, Emilio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

MENDEZ, Emilio Garcia. Legislação de “menores” na América Latina: uma doutrina em situação irregular. In: **Cadernos de Direitos da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Recife: ABMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec/Instituto Ayrton Senna, 1998.

\_\_\_\_\_. BELOFF, Mary (Org.). **Infancia, Ley y Democracia en América Latina**. 2. ed. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1999.

MINAS GERAIS (Estado). Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Conflito de Competência n. 1.0000.12.112953-0/000. 4ª Câmara Civil.

Relatora Desembargadora Ana Paula Caixeta, julgado em: 24.01.2013. Disponível em [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br). Acesso em: 12 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conflito de Competência n. 1.0000.14.013719-1/000. Primeira Câmara Cível. Relator Desembargador Eduardo Andrade, julgado em 28/05/2014. Disponível em [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br). Acesso em: 2 maio 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Agravo de Instrumento nº 1.0079.11.060082-6/001. 7ª Câmara Cível. Relator Desembargador Oliveira Firmo, julgado em 5/06/2013. Disponível em [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br). Acesso em: 13 agosto 2014.

MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código dos Menores dos Estados Unidos do Brasil Commentado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, p. 17.

MINHAIM, Maria Auxiliadora de A. **Menor**: sujeito de uma tutela jurídica especial. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Ato n. 187/2009/PGJ**. Define as atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Quadro de Pessoal do Ministério Público. Disponível em: [http://www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd\\_norma=270](http://www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd_norma=270). Acesso em: 15 junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n. 1/2009/PGJ/CGMP**. Recomenda a adoção de medidas em relação ao Ato 81/2008, o qual disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação de inquérito civil e procedimento preparatório, conforme Resolução n. 23 do CNMP. Disponível em: [http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/publicacoes/do\\_mpsc\\_2009-01-09-210002.pdf](http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/publicacoes/do_mpsc_2009-01-09-210002.pdf). Acesso em: 24 junho 2014.

\_\_\_\_\_. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ. **A nova "Lei de Adoção" e suas implicações**: algumas questões a serem respondidas. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=926#outras>. Acesso em 24 junho 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Provimento n. 12, de 25 de julho de 2000.** Disponível em <http://www.mprs.mp.br/legislacao/id1274.htm>. Acesso em 23 junho 2014.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A proteção da criança no cenário internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

\_\_\_\_\_. CAMPOS, Maria Luiza Ferraz de. O direito de audição de crianças e jovens em processo de regulação do exercício do poder Familiar. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Número 7 (32), 2005, p. 5-19.

MONFREDINI, Maria Isabel. **Proteção Integral e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Desafios à Intersetorialidade. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, 2013.

\_\_\_\_\_. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais.** 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MORAIS, José Luiz Balzan. Direitos humanos, direitos sociais e justiça. In: **Pela Justiça na Educação.** Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2001, p.71-112.

MORALES, Julio Cortés. A 100 Años de la Creación del Primer Tribunal de Menores y 10 Años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el Desafío Pendiente. In: **Justicia y Derechos del Niño.** Número 9. Santiago: UNICEF, 2008.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 19, n. 37, 1999, p. 85-102.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. O Sistema de Justiça e seus desafios político-institucionais: a garantia do pleno desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei. In: ABMP. **Justiça Juvenil sob o**

**Marco da Proteção Integral.** Cadernos de Textos. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Sistema de Justiça e as dimensões da sua atuação sistêmica:** multiculturalismo, interdisciplinaridade e interinstitucionalidade na ambiência de um sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Seminário Justiça Juvenil sob o marco da Doutrina da Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Salvador, 2009.

\_\_\_\_\_. **Duas décadas de direitos da criança e do adolescente no Brasil** (2010). Disponível em <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=632>. Acesso em: 22 julho 2014.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A infância sob tutela: os Tribunais de Menores na América Latina na primeira metade do século XX. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.** Natal, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371351513\\_ARQUIVO\\_ArtigoEduardoSilveiraNettoNunesanpuh2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371351513_ARQUIVO_ArtigoEduardoSilveiraNettoNunesanpuh2013.pdf) Acesso em: 22 outubro 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Pacto de San José da Costa Rica.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Primeiro Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador).** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/protsalv.htm>. Acesso em: 22 abril 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Resolução 217A (III) da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\_intern/ddh\_bib\_inter\_universal.htm>. Acesso em: 27 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**, de 20 de novembro de 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em: 20 abril 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial Sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança**, de 30 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/decMundial.htm>>. Acesso em: 28 abril 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil** (Diretrizes de Riad). 1990. Disponível em: <[http://www.operacoesespeciais.com.br/userfiles/08\\_Diretrizes\\_Riad.pdf](http://www.operacoesespeciais.com.br/userfiles/08_Diretrizes_Riad.pdf)>. Acesso em: 20 março 2014.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em: 17 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm)>. Acesso em: 19 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. **Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade.** 1990. Disponível em: [www.rolim.com.br/2002/pdfs/066.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/pdfs/066.pdf). Acesso em: 28 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores.** Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11). Acesso em: 30 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Comitê dos Direitos da Criança. **Observación General n. 12, de 20 de julio de 2009.** El derecho del niño a ser escuchado. (Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fGC%2f12&Lang=en). Acesso em: 12 maio 2014).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Observación General n. 14, de 29 de maio de 2013.** Sobre el derecho del niño a que su interés superior sea una consideración primordial (artículo 3, párrafo 1). Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&DocTypeID=11). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho de Direitos Humanos. **Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança.** Disponível em: <http://www.conf-famillepriseencharge-dakar.com/Documents/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS.pdf>. Acesso em: 24 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Princípios de Paris.** Princípios relacionados ao estatuto de instituições nacionais de direitos humanos. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/copenheca\\_mais\\_dh/index.php?p=16648](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/copenheca_mais_dh/index.php?p=16648). Acesso em: 15 março 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Econômico e Social. **Resolução 20, de 22 de julho de 2005.** Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime. Disponível em: [www.un.org/ecosoc/docs/2005/Resolution%202005-20.pdf](http://www.un.org/ecosoc/docs/2005/Resolution%202005-20.pdf). Acesso em 2 fev. 2014.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PAVEZ, Macarena Vargas; CAMUS Paula Correa. La voz de los niños en la Justicia de Familia de Chile. **Revista *Ius et Praxis***. Universidad de Talca - Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Ano 17, n. 1, 2011, p. 177 – 204.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o Direito de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Estudos Sócio-Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

\_\_\_\_\_. **Direito da Criança e do Adolescente**. Uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Melhor Interesse da Criança: um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

\_\_\_\_\_. DECCACHE, Lúcia Cristina Guimarães. **O Melhor Interesse da Criança e do Adolescente como Critério de Fixação da Competência**. Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (ESMERJ), v. 11, n. 42, 2008, p. 142-159. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista42/Revisita42\\_142.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista42/Revisita42_142.pdf). Acesso em: 24 maio 2014

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Guilherme de (Coord.). **O Cuidado como Valor Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Universitária Santa Úrsula, 1995.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



PLATT, Anthony M. **Los “Salvadores Del Niño” o la invención de la delincuencia**. 3. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1997.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Ordenações e leis de Portugal 1818 - 1881. Livro Quinto. In: ALMEIDA, Cândido Mendes (Comp.). Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 13 abril 2013.

QUIROGA, Héctor Solís. **Justicia de menores**. 2. ed. México: Porrúa, 1986.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei Estadual n. 9.896, de 9 de junho de 1993**. Cria os Juizados Regionais da Infância e da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UNICEF – CESPI/USU, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Século Perdido. Raízes Históricas das Políticas Públicas pra a Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: 2008.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 2. ed. São Paulo: RT, 2011.

SABELLA, Walter Paulo. **Ministério Público, combate à corrupção e controle das políticas públicas**. Disponível em: <http://www.justitia.com.br/artigos/b29529.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 575, de 2 de agosto de 2012**. Cria a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina e dispôs sobre sua organização e funcionamento. Disponível em: <http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/legislacao11/legislacao-especifica>. Acesso em: 11 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Resolução n. 9, de 23 de setembro de 2009**. Estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados pelos Magistrados com atuação nas Varas Criminais, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos criminais

relativos a crimes de abuso, violência ou exploração sexual , bem como violência física e/ou psicológica (maus tratos/ tortura) praticados contra crianças e adolescentes. Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/normas/normas.htm>. Acesso em: 20 junho 2014

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recurso Criminal n. 2011.096300-5, de Blumenau. 1ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Newton Varella Júnior, julgado em 24.04.2012. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 26 fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Apelação n. 2008.079110-5, de Joinville. 2ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Irineu João da Silva, julgado em 10.11.2009. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 22 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. «Classe do processo#Classe do processo=2@» n. «Número do processo#Número do processo no», «Foro de origem com preposição#Foro de or». Relator Desembargador «Relator atual do processo sem tratamento». Julgado em 16.04.2014. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 25 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conflito de Competência n. 2014.037927-6, de Itajaí. Órgão Especial. Relatora Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 16.07.2014. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 2 junho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conflito de Competência n. 2014.016512-7, de Itajaí. 4ª Câmara de Direito Civil. Relator Desembargador Joel Dias Figueira Júnior, julgado em 15.05.2014. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 6 junho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Conflito de Jurisdição n. 205, de Tubarão. Relator Desembargador Jorge Mussi, julgado em 24.04.1995). Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 5 maio 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. «Classe» n. «Número», de «Foro». 1ª Câmara de Direito Civil Relator Desembargador Joel Figueira Júnior, julgado em 28.08.2007. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 2 julho 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. «Classe do processo#Classe do processo=2@» n. «Número do processo#Número do processo no», «Foro de origem com preposição#Foro de or». Órgão Especial. Relator Desembargador

«Relator atual do processo sem tratamento», julgado em 06.06.2012. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 12 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Apelação n. 2008.079110-5. Relator Desembargador Irineu João da Silva. Segunda Câmara Criminal. Julgado em: 10/11/2009. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 2 maio 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. «Classe» n. «Número», de «Foro». Primeira Câmara de Direito Civil. Relator Desembargador Joel Figueira Júnior, julgado em 21/08/2007. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 5 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. «Classe do processo#Classe do processo=2@» n. «Número do processo#Número do processo no», «Foro de origem com preposição#Foro de or». Quinta Câmara de Direito Civil. Relator Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves, julgado em 10 abril 2014. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 12 abril 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Apelação Cível n. 2014.022454-8. Terceira Câmara de Direito Civil. Relator Desembargador Marcus Tulio Sartorato, julgado em 20/05/2014. Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 29 abril 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Corregedoria-Geral de Justiça. Circular n. 136, de 15 de julho de 2014 (Autos n. 0010428-56.2014.8.24.0600). Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 4 fevereiro 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista (Coord.) **Depoimento sem medo**. Culturas e práticas não revitimizantes. Uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. 2. ed. São Paulo: Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil), 2009.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Lei n. 2.059, de 31 de dezembro de 1924**. Dispõe sobre o processo de menores delinquentes. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2059-31.12.1924.html>. Acesso em: 14 abril 2014.

\_\_\_\_\_. Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo. **Anais do 1º Congresso de Defensores Públicos da Infância e Juventude**. 19 a 21 de agosto de 2010, Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento n. 657.839-4/0-00. Sétima Câmara de Direito Privado. Relator Desembargador Elcio Trujillo, julgado em 7 de outubro de 2009. Disponível em: [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br). Acesso em: 2 junho 2014.

SARAIVA, João Batista Costa. El papel del juez en el nuevo Derecho de la Infancia y la Adolescencia. In: **Justicia y Derechos del Niño**. Número 9. Santiago: UNICEF, 2008, p. 237.

SARMENTO, Manuel Jacinto. É preciso ouvir as crianças. **Revista Educação**. Agosto de 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/161/artigo234827-1.asp> Disponível em: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br). Acesso em: 2 junho 2014. Acesso em: 15 agosto 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**. Joaçaba: UNOESC, 2005.

SEDA, Edson. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SIERRA, Vania Morales. **A Judicialização da Infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SIMAS, Ulisses Fialho. O melhor interesse da criança e do adolescente em face das regras processuais e procedimentos cíveis da Lei n. 8.069/90. In: PEREIRA, Tânia da Silva. **O Melhor Interesse da Criança: um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5481](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481). Acesso em: 25 junho 2014.

SILVA, Moacyr Motta; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998.

SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**, São Paulo, Ática, 1997.

SIRIO, Antonio Iran Coelho. **O Ministério Público e sua destinação constitucional**. Disponível em:  
<http://www.mpce.mp.br/servicos/artigos/artigos.asp?iCodigo=37>.  
 Acesso em: 23 abril 2014.

SNYDERS, George. A pedagogia na França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. **Tratado das ciências pedagógicas: história da pedagogia**. vol. 2. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. A competência da vara da infância e juventude e os direitos individuais indisponíveis. In: **De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. v. 11, n.19 (jul/dez 2012). Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais/Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, p. 239-261.

\_\_\_\_\_. **A implantação do depoimento sem dano no sistema judicial brasileiro**. Disponível em:  
<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1055/1%20R%20MJ%20Implantacao%20-%20Jadir.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. **Os direitos da criança e os direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

SOUZA, Sérgio Muniz de. **A lei tutelar do menor**: coletânea atualizada de leis, decretos-leis, decretos, portarias e outros atos administrativos referentes a menores. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

STRAUSS, Daniel. **Análise da atuação institucional do Poder Judiciário e de agentes afins**. In: Cadernos de Gestão Pública e Cidadania. vol. 27, julho de 2003.

SUÁREZ, Gerardo Sauri. In: **I Encontro de Adolescentes e Educadores do Fórum Nacional DCA**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.forumdca.org.br/biblioteca>. Acesso em 23 agosto 2014.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado et al. O cuidado com o menor de idade na observância de sua vontade. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de (Coord.). **O Cuidado como Valor Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TEJADAS, Sílvia da Silva. Atuação em Redes: uma estratégia desafiadora na defesa dos direitos de crianças e Adolescentes. In: **Revista Digital de Capacitação de Candidatos a Conselheiro(a) Tutelar**. Conselho Tutelar. Eleições 2007. Ampliando a proteção à Criança e Adolescente. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, 2007.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos. **Revista de Serviço Social**, São Paulo, n. 115, setembro 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282013000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 junho 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 43. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TITO, Ronan; AGUIAR, Nelson. A justificativa do Estatuto. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Estudos Sócio-Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

TOMÉ, Maria Rosa Ferreira Clemente de Moraes. **Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820 – 1978) e a Tutoria de Coimbra**. Tese (Doutorado em Letras - História Contemporânea). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

TONIAL, Cleber. Investigações Judiciais no Direito da Infância e da Juventude: da exceção ao desastre. **Revista da AJURIS**. n. 88, dez. 2002. Disponível em: <http://livepublish.iob.com.br/ntzajuris/lpext.dll/Infobase/22661/226c8/22a5f?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0>. Acesso em: 23 julho 2014.

\_\_\_\_\_. Situação de Risco = Situação Irregular. Por uma questão de princípios. **Juizado da Infância e Juventude**. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Corregedoria-Geral de Justiça. n. 1, nov. 2003. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do TJRS, 2003.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, Editor. 2003.

UNGARETTI, Maria América. Fluxos Operacionais Devidos: algumas considerações. In: ABMP. **Justiça Juvenil sob o Marco da Proteção Integral**. Cadernos de Textos. São Paulo, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VERCELONE, Paolo. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

\_\_\_\_\_. Discriminação e Atentados ao Exercício da Cidadania da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **O Melhor Interesse da Criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

\_\_\_\_\_. Humanismo e infância: a superação do paradigma da negação do sujeito. In: MEZZAROBÀ, Orides (Org.). **Humanismo Latino e**

**Estado no Brasil.** Florianópolis: Fundação Boiteux, Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária:** perspectivas aproximativas e/ou distanciadoras. Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, Mayra. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha:** polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral. **Crianças Encarceradas -** A proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VILLAVICENCIO, Luis; MILLÁN, Patricio. La representación de niños, niñas y adolescentes en los procedimientos para la adopción de medidas de protección. **Revista de Derechos del Niño.** Número 1. Santiago: UNICEF, 2002, p. 41-91.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.); ALMEIDA, Flavio Renato Correa; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil.** 9. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

WATANABE, Kazuo. **Código de Defesa do Consumidor,** Rio de Janeiro: Forense, 1992.

\_\_\_\_\_. **Acesso à justiça e sociedade moderna.** In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Participação e processo. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. **Da cognição no processo civil.** 2. ed. Campinas: Bookseller, 2000.



ZAFARONI, Raul. In: CURY, Munir (Coord.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.



## APÊNDICE – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**

### INFORMAÇÃO

**Autos nº 0011458-29.2014.8.24.0600**

**Ação: Pedido de Providências/PROC**

**Requerente:** Helen Crystine Corrêa Sanches

:

Exmo. Sr. Juiz-Corregedor,

Em cumprimento ao Vossa despacho de fls. 26, informo que extraímos do saj/estatísticas os dados solicitados pela doutoranda.

De forma a facilitar o manuseio das informações, remeto a V. Ex<sup>a</sup>, por e-mail, a planilha excel.

Atenciosamente

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2014.

Antônio Carlos Michelin - M1132  
Chefe da Divisão Judiciária

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - DIVISÃO JUDICIÁRIA**  
**MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

Período: Janeiro/2009 a Dezembro/2013

Classe: 547 - JUÍZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

1385 - Seção Civil	1401 - Adoção
1386 - Processo de Condição	1412 - Adoção ou Destituição do Poder Familiar
1389 - Ação de Alimentos	1414 - Suprimento de Capacidade ou de Consentimento para Casar
1390 - Rito Judicial de Decisão do Conselho Tutelar	1415 - Emancipação
1391 - Apuração de Irregularidades em Entidades de Atendimento	1417 - Regulamentação de Registro Civil
1392 - Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente	1420 - Guarda
1396 - Tutela	1424 - Provisória
1399 - Tutela ou Destituição do Poder Familiar	1425 - Prestação de Contas
1401 - Adoção	1426 - Perda ou Suspensão ou Restabelecimento do Poder Familiar
1412 - Adoção ou Destituição do Poder Familiar	1430 - Processo de Execução
1414 - Suprimento de Capacidade ou de Consentimento para Casar	1432 - Execução de Alimentos
1415 - Emancipação	1434 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
1417 - Regulamentação de Registro Civil	1435 - Execução de Mafra
1420 - Guarda	1438 - Processos Cautelares
1424 - Provisória	1439 - Busca e Apreensão
1425 - Prestação de Contas	1440 - Cartelão Inominado
1426 - Perda ou Suspensão ou Restabelecimento do Poder Familiar	1450 - Caras
1430 - Processo de Execução	1451 - Carta de ordem
1432 - Execução de Alimentos	1455 - Carta Precatória
1434 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	1460 - Procedimentos Investigatórios
1435 - Execução de Mafra	1461 - Auto de Apreensão em Flagrante
1438 - Processos Cautelares	1462 - Relatório de Investigações
1439 - Busca e Apreensão	1463 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada
1440 - Cartelão Inominado	1464 - Processo de Apuração de Atos Infracionais
1450 - Caras	1465 - Execução de Medidas Socio-Educativas
1451 - Carta de ordem	1473 - Caras
1455 - Carta Precatória	1474 - Carta de Obediência
1460 - Procedimentos Investigatórios	1478 - Carta Precatória
1461 - Auto de Apreensão em Flagrante	1690 - Ação Civil Pública
1462 - Relatório de Investigações	
1463 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada	
1464 - Processo de Apuração de Atos Infracionais	
1465 - Execução de Medidas Socio-Educativas	
1473 - Caras	
1474 - Carta de Obediência	
1478 - Carta Precatória	
1690 - Ação Civil Pública	

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### DISTRIBUIÇÃO DAS COMARCAS COM COMPETÊNCIA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM SANTA CATARINA<sup>315</sup>

COMARCA	VARA	COMPETÊNCIA	ATO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	DEFENSORIA PÚBLICA <sup>316</sup>
Araranguá	3ª Vara Cível	Art. 3º. Compete ao Juiz de Direito da 3ª Vara Cível: I – processar e julgar as ações: a) relativas à família (Lei n. 5.624/1979, art. 96); b) relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560/1992; c) relativas à infância e juventude (Leis n. 5.624/1979 e 8.069/1990); d) cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995, art. 3º); e) relativas aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (Lei n. 5.624/1979, art. 97);	Resolução n. 20/2008	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas da Infância e Juventude, Cidadania, Terceiro Setor e na Área Criminal, perante o Juizado Especial Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	Área de atuação: 1ª Vara Criminal, exclusivamente nos feitos de violência doméstica; 2ª Vara Criminal, excetuando-se o Juizado Especial Criminal; e Varas Cíveis, exclusivamente em ações de medicamentos, exames, cirurgias e

<sup>315</sup> Foram listadas as comarcas com competência cumulativa, com exceção das comarcas com vara única, e exclusiva.

<sup>316</sup> As comarcas onde não são especificadas as atribuições da Defensoria Pública não contam com defensores públicos com atuação na área da infância e juventude.

		II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.			similares.
<b>Balneário Camboriú</b>	Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude	<p>Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos e Sucessões da comarca de Balneário Camboriú:</p> <p>I – processar e julgar as ações relativas:</p> <p>a) aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) à sucessão de maiores e capazes; e</p> <p>c) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Art. 3º Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú:</p> <p>I – processar e julgar os feitos relativos a infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; e</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas</p>	Resolução n. 20/2013	4ª Promotoria de Justiça Atuar perante o Juízo da Infância e Juventude e nos feitos de competência da 2ª Vara Cível.	-

		<p>precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos descritos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude.</p> <p>Art. 4º. As ações relativas a família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979) e à verificação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, serão distribuídas igualitariamente entre a Vara da Família, Orfãos e Sucessões e a Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú.</p> <p>Parágrafo único. Aplica-se o disposto no <i>caput</i> deste artigo aos processos atualmente em tramitação, incluídas as cartas de ordem e cartas precatórias.</p>			
<b>Balneário Piçarras</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (Lei n. 5.624/1979, art. 94);</p> <p>b) os feitos relativos à família (Lei n.</p>	Resolução n. 15/09	1ª Promotoria de Justiça Atuar na Área Cível, perante o Juízo da 1ª Vara; nos procedimentos de	-

		<p>5.624/1979, art. 96);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624/1979 e n. 8.069/1990), exceto os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560/1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995, art. 3º);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (Lei n. 5.624/1979, art. 97); e</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (Lei n. 5.624/1979, art. 98).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>		<p>habilitação de casamento; nas Áreas: Infância e Juventude, Ordem Tributária, Moralidade Administrativa e Consumidor e no Controle de Constitucionalidade.</p> <p>Promotor: Viviane Gastaldon Damiani Silveira Mira (Titular)</p>	
<b>Barra Velha</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Barra Velha:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p>	Resolução n. 5/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível; Família; Fazenda Pública; Registros Públicos; Juizado Especial Cível;</p>	-



		<p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>		<p>Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive em procedimentos de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Controle de Constitucionalidade; Correicional e Administrativo da Direção do Foro.</p>	
<b>Biguaçu</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 3º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Biguaçu:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude</p>	Resolução n. 20/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante o Juízo da 1ª Vara Cível, inclusive nos procedimentos de habilitação de</p>	-

		<p>(Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>		casamento; atuar perante o Juízo da Vara Criminal, em metade dos feitos, mediante distribuição com a 2ª Promotoria de Justiça; e nas áreas da Infância e Juventude, da Ordem Tributária e Correccional Administrativa da Direção do Foro.	
<b>Blumenau</b>	Vara da Infância e Juventude	Compete privativamente ao Juiz de Direito da Infância e Juventude processar e julgar os feitos relativos à infância e juventude, inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional.		4ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude.	Área de atuação: Vara da Infância e Juventude
<b>Braço do Norte</b>	2ª Vara Cível	<p>IV – nas comarcas de Braço do Norte e de Ituporanga:</p> <p>a) cria-se a 2ª Vara, com competência privativa para causas cíveis de menor complexidade (Lei Federal n. 9.099/1995) e para matérias de família, sucessões, registros públicos, usucapião,</p>	Resolução n. 3/2005	3ª Promotoria de Justiça Atuar na área Cível, com exclusividade, nos feitos da 1ª e 2ª Varas, inclusive nos procedimentos de	-

		infância e juventude, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações (arts. 96 a 98 e 101 do CDOJESC).		habilitação de casamento; e nas áreas da Infância e Juventude, do Consumidor, da Cidadania e do Terceiro Setor.	
<b>Brusque</b>	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	<p>Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Brusque:</p> <p>I – processar e julgar as ações relativas:</p> <p>a) à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>d) aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e</p> <p>e) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de</p>	Resolução n. 22/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área da Infância e Juventude; na área Cível, mediante distribuição com a 2ª Promotoria de Justiça, e com exclusividade nos procedimentos de habilitações de casamentos.</p>	-

		<p>novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Parágrafo único. Os procedimentos para apuração de ato infracional (art. 103 da Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990), atualmente em tramitação na Vara Criminal da comarca de Brusque, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude.</p>			
<b>Caçador</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Caçador:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e</p>	Resolução n. 31/2011	<p><u>1ª Promotoria de Justiça</u></p> <p>Atuar nas áreas Cível, perante a 1ª Vara Cível; da Infância e Juventude; da Cidadania; e do Terceiro Setor.</p>	<p>Área de atuação: Vara Criminal, com exceção do Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri; 1ª Vara Cível, exclusivamente nos atos infracionais da infância e juventude.</p>

		capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.			
<b>Camboriú</b>	1ª Vara Cível	Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú: I – processar e julgar: a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.	Resolução n. 10/2011	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: Cível; Infância e Juventude; Cidadania; Terceiro Setor; Correcional/Administrativo da Direção do Foro; e nos procedimentos de habilitação de casamento.	-
<b>Campos</b>	1ª Vara	Art. 1º Compete privativamente ao Juiz de	Resolução	1ª Promotoria de	Área de atuação: 1ª

<b>Novos</b>	Cível	<p>Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>	n. 54/2011	<p>Justiça</p> <p>Atuar perante os Juízos das 1ª e 2ª Varas Cíveis; nos feitos da Infância e Juventude; na Defesa do Meio Ambiente; Defesa do Consumidor; Defesa dos Direitos Humanos; Cidadania e Fundações; Direção do Foro; nos Procedimentos Relativos ao Registro de Loteamento, Parcelamento e Desmembramento do Solo Urbano e nas causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340; de 7 de agosto de 2006).</p>	Vara Cível, exclusivamente na infância e juventude;
<b>Canoinhas</b>	1ª Vara Cível	Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de	Resolução n. 57/2011	1ª Promotoria de Justiça	-

		<p>Canoinhas:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>		<p>Atuar na área Cível, inclusive nos procedimentos de Habilitação de Casamento; na área da Infância e Juventude; na área da Moralidade Administrativa; no área do Controle de Constitucionalidade; na área do Consumidor; e Correccional Administrativo – Direção do Foro 1ª Promotoria de Justiça</p>	
<b>Capinzal</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Capinzal:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), ressalvada a competência do Juiz de Direito da 2ª Vara para processar e julgar as ações definidas na alínea "h" do inciso I</p>	Resolução n. 1/2014.		-

		<p>do art. 2º desta Resolução;</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e à juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Parágrafo único. Os procedimentos para apuração de ato infracional (art. 103 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) e os processos referidos no inciso II deste artigo</p>			
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



		que atualmente estão em tramitação na 2ª Vara da comarca de Capinzal serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara.			
<b>Capital</b>	Vara da Infância e Juventude	Compete privativamente ao Juiz de Direito da Infância e Juventude processar e julgar os feitos relativos à infância e juventude, inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional		<p>9ª Promotoria de Justiça Atuar perante o Juízo da Vara da Infância e Juventude, exceto nos feitos relativos a atos infracionais; nos procedimentos relativos à evasão escolar; e na legitimação ativa para proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência;</p> <p>10ª Promotoria de Justiça Atuar perante o Juízo da Vara da Infância e Juventude, nos feitos relativos a atos</p>	-

			<p>infracionais, compreendendo as fases judicial e de execução de medida socioeducativa; e na legitimação ativa para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.</p> <p>15ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante o Juízo da Vara da Infância e Juventude, nos feitos relativos a atos infracionais, compreendendo sua fase preliminar, até o eventual ajuizamento de Representação, inclusive, na legitimação ativa para proteção dos interesses individuais, difusos ou</p>	
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

				coletivos relativos à infância e à adolescência.	
<b>Chapecó</b>	Vara da Família, Infância e Juventude	<p>Art. 4º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos e Sucessões da comarca de Chapecó:</p> <p>I – processar e julgar as ações relativas:</p> <p>a) aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) à sucessão de maiores e capazes; e</p> <p>c) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Art. 5º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó:</p> <p>I – processar e julgar os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; e</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>	Resolução n. 40/2010	3ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude.	Área de atuação: 2ª Vara Criminal; e em todos os feitos individuais da Fazenda Pública, nas áreas de saúde, educação e acidente de trabalho, exceto executivos fiscais, registros públicos e curadorias especiais.

		<p>Parágrafo único. Os processos descritos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude.</p> <p>Art. 6º. As ações relativas à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979) e à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, serão distribuídas igualmente entre a Vara da Família, Órfãos e Sucessões e a Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.</p> <p>Parágrafo único. Aplica-se o disposto no <i>caput</i> deste artigo aos processos atualmente em tramitação, incluídas as cartas de ordem e cartas precatórias.</p>			
<b>Concórdia</b>	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Concórdia:</p> <p>I – processar e julgar as ações relativas:</p> <p>a) à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p>	Resolução n. 41/2010	3ª Promotoria de Justiça Atuar na área Cível, com exclusividade, nos feitos de Registros Públicos, e nos procedimentos de	Área de atuação: 1ª e 2ª Vara Cível, exclusivamente nas ações de medicamentos, exames, cirurgias e similares; Vara da

		<p>b) à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), exceto os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>d) aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>e) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e</p> <p>f) à sucessão de maiores e capazes.</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>		<p>investigação de paternidade, perante a 1ª e 2ª Varas Cíveis; e nas áreas de Infância e Juventude, Meio Ambiente, inclusive nos procedimentos de loteamento e parcelamento ou desmembramento do solo urbano.</p>	<p>Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude, exclusivamente nos atos infracionais; e Vara Criminal, com exceção dos crimes de menor potencial ofensivo e Tribunal do Júri.</p>
<b>Criciúma</b>	<p>Vara da Infância, Juventude e Anexos</p>	<p>VII – nas comarcas de Criciúma e de Itajaí:</p> <p>a) cria-se a Vara da Infância e da Juventude e Anexos, com competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente) e feitos relativos a sucessões, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações, previstos nos arts. 96, I, “c” e</p>	<p>Resolução n. 3/2005</p>	<p>1ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude.</p>	<p>Área de atuação: Feitos relativos às crianças e adolescentes, incluindo os atos infracionais.</p>

		“h”, 97 e 98, exceto I, “d”, todos do CDOJESC;			
<b>Curitibanos</b>	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Curitibanos:</p> <p>I – processar e julgar as ações relativas:</p> <p>a) à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), exceto os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>d) aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>e) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>f) à sucessão de maiores e capazes.</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>	Resolução n. 30/2010	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante a área da Família e da Infância e Juventude; nas áreas de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente; nos procedimentos relativos a registro de loteamento, parcelamento ou desmembramento do solo urbano; perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, exceto nas Cartas Precatórias.</p>	<p>Área de atuação: Vara Criminal, com exceção dos crimes de menor potencial ofensivo; e Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude, exclusivamente nos atos infracionais da Infância e Juventude.</p>
<b>Fraiburgo</b>	2ª Vara	VIII – nas comarcas de Fraiburgo e de Sombrio:	Resolução n. 3/2005	2ª Promotoria de Justiça	

		<p>a) cria-se a 2ª Vara, com competência privativa, na área cível, para causas de menor complexidade (Lei Federal n. 9.099/1995) e matérias de família, sucessões, registros públicos, usucapião, infância e juventude, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações (arts. 96 a 98 e 101 do CDOJESC), e, na área criminal, para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), cartas precatórias criminais, execução penal e correção dos Presídios (art. 93 do CDOJESC).</p>		<p>Atuar perante o Juízo da 1ª Vara, em todos os feitos; perante a 2ª Vara em matérias das áreas da Infância e Juventude, Família, Sucessões, Registros Públicos, usucapião, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, e resíduos; nas áreas da defesa da Moralidade Administrativa, dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações, Meio Ambiente, nos procedimentos relativos a registro de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; e nos procedimentos de habilitações de casamento.</p>	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<b>Gaspar</b>	1ª Vara	<p>Art. 1º. Em decorrência desta Resolução: II - na comarca de Gaspar:</p> <p>a) cria-se a 3ª Vara, com competência privativa, na área cível, para processar e julgar execuções fiscais de qualquer origem e natureza, e, na área criminal, para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), Presidência do Tribunal do Júri, cartas precatórias criminais, execução penal e correedoria dos Presídios (art. 93 do CDOJESC);</p> <p>b) permanece com a 1ª Vara a competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente) e a matéria de acidentes do trabalho (art. 100 do CDOJESC);</p> <p>c) as demais atribuições previstas nos arts. 94 a 99 do CDOJESC serão exercidas por distribuição para a 1ª e a 2ª Varas.</p>	Resolução n. 6/05	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante os Juízos das 1ª, 2ª e 3ª Varas, nos feitos cíveis e da Infância e Juventude; nas áreas da Defesa do Consumidor, e dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações; e nos procedimentos de habilitação de casamento.</p>	-
<b>Guaramirim</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara processar e julgar:</p> <p>III - os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de</p>	Resolução n. 9/2012	<p>2ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível, nos</p>	-



		novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;		procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, às Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro	
<b>Ibirama</b>	1ª Vara	Art. 1º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Ibirama: I – processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979),	Resolução n. 16/2014	1ª Promotoria de Justiça Atuar perante o Juízo da 1ª Vara, nas áreas Criminal e Cível,	-

		<p>ressalvada a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara para processar e julgar as ações definidas na alínea “h” do inciso I do art. 2º desta resolução;</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Parágrafo único. Os processos referidos</p>		<p>com exclusividade nos procedimentos relativos a Desmembramentos e Loteamentos e Habilitação de Casamento; Infância e Juventude; Meio Ambiente; Consumidor; Cidadania e Terceiro Setor.</p>	
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 2ª Vara da comarca de Ibirama, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara.			
<b>Içara</b>	1ª Vara	<p>Art. 1º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Içara:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), ressalvada a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara para processar e julgar as ações definidas na alínea "h" do inciso I do art. 2º desta Resolução;</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p>	Resolução n. 58/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível, nos procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, às Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive de loteamento, parcelamento e desmembramento do</p>	-

		<p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro.	
<b>Imbituba</b>	1ª Vara	<p>IX – na comarca de Imbituba:</p> <p>b) transforma-se a atual Vara Única em 1ª Vara, com competência privativa para feitos cíveis em geral e questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>	Resolução n. 3/2005	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível, nos procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, às Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e</p>	-

				Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro.	
<b>Indaial</b>	1ª Vara Cível	Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Indaial: I – processar e julgar: a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e d) os feitos relativos aos órfãos, às	Resolução n. 52/2011	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: Cível, perante o Juízo da 1ª Vara; Criminal, perante o Juízo da Vara Criminal, com exclusividade nos feitos relativos aos crimes contra a dignidade sexual; da Infância e Juventude; e do Meio Ambiente.	-

		sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).			
<b>Itajaí</b>	Vara da Infância e da Juventude e Anexos	<p>VII – nas comarcas de Criciúma e de Itajaí:</p> <p>d) cria-se a Vara da Infância e da Juventude e Anexos, com competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente) e feitos relativos a sucessões, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações, previstos nos arts. 96, I, “c” e “h”, 97 e 98, exceto I, “d”, todos do CDOJESC.</p>	Resolução n. 3/2005	4ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude, Correicional e Administrativa da Direção do Foro.	Área de atuação: Vara da Fazenda Pública, nos feitos relativos aos direitos sociais; e Juizado da Infância e da Juventude, excluindo-se os feitos relativos ao inventário, internação compulsória, interdição e congêneres.
<b>Itapema</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Itapema:</p> <p>I – processar e julgar:</p>	Resolução n. 12/2011	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: Cível, nos	-

		<p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		<p>procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, às Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro.</p>	
<b>Ituporanga</b>	2ª Vara	<p>IV – nas comarcas de Braço do Norte e de Ituporanga:</p> <p>a) cria-se a 2ª Vara, com competência privativa para causas cíveis de menor complexidade (Lei Federal n.</p>	Resolução n. 3/2005	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar no Juízo da 2ª Vara, na Infância e Juventude, na área da</p>	-

		9.099/1995) e para matérias de família, sucessões, registros públicos, usucapião, infância e juventude, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações (arts. 96 a 98 e 101 do CDOJESC).		Defesa do Meio Ambiente, do Consumidor e dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações; nos procedimentos relativos a registro de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; e nos procedimentos de habilitações de casamento.	
<b>Jaraguá do Sul</b>	Vara da Família, Infância e Juventude	Art. 4º. Compete ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude: I – processar e julgar as ações: a) relativas à família (Lei n. 5.624/1979, art. 96); b) relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560/1992; c) relativas à infância e juventude (Leis n. 5.624/1979 e 8.069/1990), exceto os procedimentos para apuração de ato infracional;	Resolução n. 33/2008	7ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas da Infância e Juventude e do Consumidor.	Área de atuação: Vara Criminal, em todos os feitos; e Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude, exclusivamente nos atos infracionais da infância e juventude.



		<p>d) relativas aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (Lei n. 5.624/1979, art. 97);</p> <p>e) relativas aos registros públicos (Lei n. 5.624/1979, art. 95).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>			
<b>Joaçaba</b>	1ª Vara Cível	<p>X – nas comarcas de Joaçaba, de Laguna e de Palhoça:</p> <p>c) permanece com a 1ª Vara Cível a competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>	Resolução n. 3/2005	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área do Meio Ambiente na base territorial da 3ª Região Hidrográfica, definida pela Lei estadual n. 10.949/88, com exclusividade na comarca de Joaçaba e, concorrentemente com as Promotorias de Justiça das Comarcas de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Herval d'Oeste, Ipumirim,</p>	<p>Área de atuação: Vara Criminal, com exceção dos feitos do Juizado Especial Criminal; e 1ª Vara Cível, exclusivamente nos atos infracionais da Infância e Juventude.</p>

				<p>Itá, Seara, Tangará e Videira, em procedimentos e ações que envolvam:</p> <p>a) dano ou risco de dano aos recursos hídricos da respectiva Bacia Hidrográfica, em extensão que transcenda os limites territoriais da comarca onde haja ocorrido; b) o implemento de programas oficiais estaduais ou nacionais de saneamento básico ou outros especialmente voltados à preservação ambiental; c) a execução de políticas ou programas oficiais regionais, estaduais ou nacionais de proteção à vida, à</p>	
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

				saúde, à segurança ou ao patrimônio da população, cujas ações ou medidas estejam calcadas na legislação ambiental, cabendo aos promotores de Justiça das respectivas comarcas, salvo prévio ajuste em sentido contrário, a participação nas audiências; nas áreas do Consumidor e da Infância e Juventude; nos procedimentos relativos à gestão urbanística, registro de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano e nos feitos com participação do Ministério Público em trâmite perante o	
--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

				Juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Joaçaba.	
<b>Joinville</b>	Vara da Infância e Juventude	<p>Art. 2º. Além da competência prevista nos arts. 97 e 101 da Lei n. 5.624/1979 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), caberá à Vara da Infância e Juventude da comarca de Joinville processar e julgar as causas referentes à sucessão de maiores e capazes.</p> <p>*Alterada pela Resolução n. 14/2007 que exclui competência relacionada à sucessões:</p> <p>Art. 4º As 6 (seis) Varas Cíveis da comarca de Joinville terão competência concorrente para:</p> <p>I – processar e julgar os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p> <p>Parágrafo único. As causas referentes à sucessão de maiores e capazes, atualmente em tramitação na Vara da Infância e Juventude, e os processos que tramitam nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis – incluídas</p>	Resolução n. 35/2010	4ª Promotoria de Justiça Atuar perante o Juízo da Infância e Juventude.	Área de atuação: 2ª Vara da Família e Vara da Infância e Juventude.

		as cartas de ordem e cartas precatórias –, serão redistribuídas igualmente entre as 6 (seis) Varas Cíveis da comarca de Joinville.			
<b>Lages</b>	Vara da Infância e Juventude	<p>Art. 3º. Compete ao Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude:</p> <p>I – processar e julgar as ações:</p> <p>a) relativas à infância e juventude (Leis n. 5.624/1979 e 8.069/1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>b) relativas aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (Lei n. 5.624/1979, art. 97);</p> <p>c) do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006);</p> <p>d) relativas às medidas protetivas do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).</p> <p>II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.</p>	Resolução n. 31/2008	4ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude.	Área de atuação: Vara da Infância e Juventude, que acumula, nos termos da Resolução 31/08 – TJSC, os feitos relativos à Infância e Juventude, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, curatela dos interditos, medidas protetivas do Estatuto do Idoso e cumprimento de cartas precatórias de sua competência, excetuando-se das

					atribuições do 5º ofício da Defensoria Pública do Núcleo de Lages, as questões referentes aos órfãos, sucessões e aos ausentes.
<b>Laguna</b>	1ª Vara Cível	<p>X – nas comarcas de Joaçaba, de Laguna e de Palhoça:</p> <p>a) cria-se a Vara Criminal, com competência privativa para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), cartas precatórias criminais, execução penal e correção dos Presídios (art. 93 do CDOJESC);</p> <p>b) transformam-se a 1ª e a 2ª Varas em 1ª e 2ª Varas Cíveis, ambas com competência cumulativa para feitos cíveis, inclusive ações de acidentes de trabalho e de execução fiscal;</p> <p>c) permanece com a 1ª Vara Cível a competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 –</p>	Resolução n. 3/2005	<p>3ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área cível, com exclusividade, nos feitos da 1ª e 2ª Varas; nos procedimentos de habilitação de casamento; nas áreas da Infância e Juventude, dos Direitos Humanos, do Terceiro Setor e do Consumidor.</p>	-

		Estatuto da Criança e do Adolescente).			
<b>Mafra</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões - inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>	Resolução n. 16/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área cível, nas áreas da Infância e Juventude, Cidadania, Meio Ambiente, Terceiro Setor, Correcional Administrativa, Direção do Foro e na área criminal exclusivamente nos feitos da execução penal.</p>	<p>Área de atuação: Vara Criminal, com exceção das infrações penais de menor potencial ofensivo e Tribunal do Júri; e Vara Cível, exclusivamente nos atos infracionais da Infância e Juventude.</p>
<b>Maravilha</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Maravilha:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de</p>	Resolução n. 33/2010	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível; Infância e Juventude; Cidadania</p>	<p>Área de atuação: 1ª Vara, exclusivamente nos feitos relativos à Infância e</p>

		<p>1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		<p>e Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro e procedimentos de habilitação de casamento; Meio Ambiente; loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano.</p>	<p>Juventude; e 2ª Vara, em todos os feitos criminais, execução penal, violência doméstica, com exceção do Tribunal do Júri e Juizado Especial Criminal.</p>
<b>Navegantes</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Navegantes:</p> <p>I – processar e julgar:</p>	Resolução n. 6/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível; Infância e</p>	-



		<p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		Juventude; Cidadania; Terceiro Setor; Correccional Administrativo da Direção do Foro e procedimentos de habilitação de casamento.	
<b>Orleans</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Orleans:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e</p>	Resolução n. 42/2011	Promotoria de Justiça única.	-

		<p>juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>			
<b>Palhoça</b>	Vara da Família, Infância, e Juventude, Órfãos e Sucessões	<p>X – nas comarcas de Joaçaba, de Laguna e de Palhoça:</p> <p>c) permanece com a 1ª Vara Cível a competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>	Resolução n. 3/2005	1ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude; e na atividade Correicional Administrativa da Direção do Foro.	-

<b>Porto Belo</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n.</p>	Resolução n. 30/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível, nos procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, às Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro. Consumidor.</p>	-
-------------------	---------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

		5.624, de 9 de novembro de 1979).			
<b>Porto União</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Porto União:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões - inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>	Resolução n. 15/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível e Criminal, perante a 1ª Vara; Infância e Juventude; Meio Ambiente; Cidadania; Terceiro Setor; Correicional e Administrativa da Direção do Foro.</p>	-
<b>Rio do Sul</b>	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e	<p>XII – na comarca de Rio do Sul:</p> <p>a) cria-se a 3ª Vara Cível, com competência para causas cíveis de menor complexidade (Lei Federal n. 9.099/1995), questões da Infância e da</p>	Resolução n. 3/2005	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área da Infância e Juventude e Família,</p>	Área de atuação: Vara Criminal, com exceção dos crimes de menor potencial ofensivo,

	Juventude	Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente), e matérias de fazenda pública, acidentes do trabalho, mandados de segurança e ações civis públicas (arts. 99 e 100 do CDOJESC); b) transforma-se a Vara Criminal e da Infância e Juventude em Vara Criminal.		integralmente; nos procedimentos de habilitação de casamento; e na área cível perante a 1ª e a 2ª Varas Cíveis.	execução penal e Tribunal do Júri; e Vara da Família Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude, exclusivamente nos feitos relativos à infância e juventude.
<b>Rio Negrinho</b>	1ª Vara	Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho: I - processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560,	Resolução n. 17/2011	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: cível; Infância e Juventude; Consumidor; Meio Ambiente; Cidadania e do Terceiro Setor.	-

		<p>de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>			
<b>São Francisco do Sul</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p>	Resolução n. 55/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante o Juízo da 1ª Vara, nas causas cíveis em geral, Infância e Juventude, inclusive referente a atos infracionais; Direção do Foro; Fazenda Pública, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal; na área da Defesa do Meio Ambiente, do Consumidor e dos</p>	-

		d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões - inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).		Direitos Humanos, Cidadania e Fundações, e nos procedimentos relativos a registro de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano.	
<b>São João Batista</b>	1ª Vara	Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de São João Batista: I – processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;	Resolução n. 60/2011	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: Cível; Família; Fazenda Pública; Registros Públicos; Juizado Especial Cível; Infância e Juventude; Meio Ambiente, inclusive em procedimentos de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Controle de Constitucionalidade;	-

		<p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p>		Correicional e Administrativo da Direção do Foro.	
<b>São Joaquim</b>	1ª Vara	<p>Art. 1º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de São Joaquim:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560,</p>	Resolução n. 5/2012	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante a 1ª Vara cível e criminal, na Defesa do Meio Ambiente, do Consumidor, dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações, e Infância e Juventude .</p>	-



		de 29 de dezembro de 1992; e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).			
<b>São José</b>	Vara da Infância e Juventude e Anexos	Art. 3º. A primeira das três Varas criadas na Comarca de São José pela Lei Complementar n. 224/2002, será denominada Vara da Infância e Juventude e Anexos, com competência privativa para a Infância e Juventude, para os feitos previstos no artigo 96, inciso I, alíneas “c” e “h”, no artigo 97 e artigo 98, excetuada a alínea “d” do inciso I, todos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina (CDOJ), desmembrada da Vara da Família, Orfãos, Infância e Juventude a qual passará a denominar-se Vara da Família.	Resolução n. 4/2004	4ª Promotoria de Justiça Atuar na área da Infância e Juventude.	-
<b>São</b>	1ª Vara	Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz	Resolução	1ª Promotoria de	Área de atuação:

<b>Miguel do Oeste</b>	Cível	<p>de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões - inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>	n. 32/2011	<p>Justiça</p> <p>Atuar na área da Infância e Juventude; na área Criminal, exclusivamente no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e na área Cível, com exclusividade perante o juízo da 1ª Vara Cível e nos procedimentos de habilitação de casamento.</p>	<p>Vara Criminal, com exceção do Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri; 1ª Vara Cível, exclusivamente em atos infracionais; e 2ª Vara Cível, em todos os feitos relativos às ações de medicamentos, exames, cirurgias e similares.</p>
<b>Sombrio</b>	2ª Vara	<p>VIII – nas comarcas de Fraiburgo e de Sombrio:</p> <p>a) cria-se a 2ª Vara, com competência privativa, na área cível, para causas de menor complexidade (Lei Federal n. 9.099/1995) e matérias de família, sucessões, registros públicos, usucapião,</p>	Resolução n. 3/2005	<p>2ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante o Juízo da 1ª Vara, em todos os feitos; perante a 2ª Vara em matérias das áreas da Infância e</p>	-

		<p>infância e juventude, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações (arts. 96 a 98 e 101 do CDOJESC), e, na área criminal, para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), cartas precatórias criminais, execução penal e corregedoria dos Presídios (art. 93 do CDOJESC);</p>		<p>Juventude, Família, Sucessões, Registros Públicos, Usucapião, Órfãos, Ausentes, Interditos, provedoria, e resíduos; atuar na área de defesa do Meio Ambiente, dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações; nos procedimentos de habilitação de casamento; nos procedimentos administrativos e correicionais da Direção do Foro; e nos procedimentos relativos ao registro de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano.</p>	
<b>Tijucas</b>	1ª Vara Cível	Art. 2º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca	Resolução n. 35/2011	2ª Promotoria de Justiça	-

		<p>de Tijucas:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		<p>Atuar nas áreas:</p> <p>Cível; Infância e Juventude;</p> <p>Cidadania; Meio Ambiente; Terceiro Setor; Consumidor; e Correicional</p> <p>Administrativa e Direção do Foro.</p>	
<b>Timbó</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Timbó:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e</p>	Resolução n. 56/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar perante a 1ª Vara Cível e Criminal, na Defesa do Meio Ambiente, do Consumidor, e dos Direitos Humanos e</p>	-

		juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).		da Cidadania, e Infância e Juventude.	
<b>Trombudo Central</b>	1ª Vara	Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Trombudo Central: I – processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato	Resolução n. 69/2011	Promotoria de Justiça única	-

		<p>infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>			
<b>Tubarão</b>	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	<p>Art. 1º. Além das atribuições previstas nos arts. 96, 97 e 101 da Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, o Juízo de Direito da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Tubarão terá competência privativa para processar e julgar todos os feitos decorrentes da Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, bem como cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações.</p>	Resolução n. 14/2012	<p>3ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar na área da Infância e Juventude e na área Cível, nos procedimentos relativos à Lei 8.560/92, inclusive as ações de investigação de paternidade delas decorrentes, e em todos os procedimentos de</p>	-

				guarda, inclusive naqueles de competência do Juízo da Família, com exceção daqueles que envolvam modificação de guarda.	
<b>Urussanga</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara processar e julgar:</p> <p>I - os feitos cíveis em geral (Lei n. 5.624/1979, art. 94);</p> <p>II - os feitos relativos à família (Lei n. 5.624/1979, art. 96);</p> <p>III - os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624/1979 e n. 8.069/1990), exceto os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>IV - as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560/1992;</p> <p>V - as causas cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995, art. 3º);</p> <p>VI - os feitos relativos aos órfãos, sucessões, ausentes e interditos (Lei n. 5.624/1979, art. 97);</p>	Resolução n. 32/07	<p><u>1ª Promotoria de Justiça</u></p> <p>Atuar nas áreas: Cível, nos procedimentos relativos à Família, à Fazenda Pública, aos Registros Públicos, inclusive de habilitação de casamento, ao Juizado Especial Cível, as Sucessões, a Falências e Recuperação de Empresas; Infância e Juventude; Cidadania; Meio Ambiente, inclusive</p>	

		VII - os feitos relativos à provedoria, resíduos e fundações (Lei n. 5.624/1979, art. 98).		de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano; Terceiro Setor; Correicional e Administrativo da Direção do Foro.	
<b>Videira</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira:</p> <p>I – processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões - inclusive entre maiores e capazes -, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de</p>	Resolução n. 53/2011	<p>1ª Promotoria de Justiça</p> <p>Atuar nas áreas: Cível, na totalidade dos procedimentos do Juízo da 1ª Vara Cível; da Infância e Juventude; Consumidor; Cidadania; Terceiro Setor; e nos procedimentos de habilitação de casamento.</p>	-



		novembro de 1979).			
<b>Xanxerê</b>	1ª Vara Cível	<p>Art. 1º. Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Xanxerê:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e</p> <p>d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, inclusive entre maiores e capazes, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>	Resolução n. 17/ 2013.	1ª Promotoria de Justiça Atuar perante a 1ª Vara na área cível, na Infância e Juventude e na Defesa do Consumidor.	Área de atuação: Vara Criminal, excetuando-se o Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri; 1ª Vara Cível, exclusivamente nos atos infracionais da infância e juventude; e 2ª Vara Cível, em todos os feitos relativos às ações de medicamentos, exames, cirurgias e similares.
<b>Xaxim</b>	1ª Vara	<p>Art. 2º. Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Xaxim:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de</p>	Resolução n. 32/2010	1ª Promotoria de Justiça Atuar nas áreas: Cível; Família; Fazenda Pública;	

		<p>1979);</p> <p>b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;</p> <p>d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992;</p> <p>e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995);</p> <p>f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);</p> <p>g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).</p>		<p>Registros Públicos;</p> <p>Juizado Especial Cível;</p> <p>Infância e Juventude;</p> <p>Cidadania;</p> <p>Meio Ambiente, inclusive em procedimentos de loteamento, parcelamento e desmembramento do solo urbano;</p> <p>Terceiro Setor;</p> <p>Controle de Constitucionalidade e Correicional e Administrativo da Direção do Foro.</p>	
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

## ANEXO 2

## DISTRIBUIÇÃO, POR ESTADO, DAS COMPETÊNCIAS DO JUIZ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DOS ÓRGÃOS DE SEGUNDO GRAU DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

## ESTADO: ACRE

<i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i>	<i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i>	<i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i>	<i>Observações</i>
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL n. 221, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010	<p><b>CAPÍTULO IV</b></p> <p><b>DA DISTRIBUIÇÃO DE JUIZES NAS COMARCAS E DA COMPETÊNCIA DAS VARAS</b></p> <p>Art. 27. A prestação jurisdicional de primeiro grau no Estado será realizada por um juiz de Direito em cada uma das Varas relacionadas no Anexo III, deste Código.</p> <p>§ 1º As Varas de que trata este artigo, com os respectivos cargos de juiz de Direito, serão instaladas gradativamente pelo Tribunal de Justiça, com base em critérios técnicos objetivos que identifiquem a necessidade na</p>	<p>Art. 11. Compete às 1ª e 2ª Câmaras Cíveis: [...]</p> <p>III - Julgar os recursos, <i>habeas corpus</i> e outras ações originárias em face de decisão de Juiz de primeiro grau, em matéria relacionada à prática de atos infracionais previstos na Lei n. 8.069/90 (Emenda Regimental n. 02/2013, do Tribunal Pleno Administrativo).</p>	<p>Resolução n. 134/09 Tribunal Pleno Administrativo:</p> <p>[...]</p> <p>Art. 2º Ao Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco compete privativamente:</p> <p>I – processar e julgar os feitos relativos à prática de atos infracionais por adolescentes;</p> <p>II – executar as medidas socioeducativas e de proteção aplicadas em procedimento de apuração de ato infracional;</p> <p>III – fiscalizar os estabelecimentos destinados à privação de liberdade -</p>

	<p>localidade, levando-se em conta, principalmente, a demanda processual, a densidade populacional, o índice de crescimento demográfico, a distância de localidades onde haja outras Varas e as áreas consideradas estratégicas, observada a disponibilidade de recursos orçamentários, em conformidade do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.</p> <p>§ 2º Cabe ao Tribunal Pleno Administrativo, mediante resolução, estabelecer ou modificar a competência das unidades jurisdicionais referidas neste artigo de acordo com as necessidades de cada localidade, atribuindo-lhes denominação que as identifique e numeração ordinal para as de mesma Jurisdição.</p>	<p>internação e semi-liberdade - de adolescentes. [...]</p> <p>Art. 4º Ao Juízo da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco compete privativamente:</p> <p>I - processar e julgar as ações de natureza cível disciplinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>II – os procedimentos criminais envolvendo criança e adolescente na condição de vítimas de Crimes contra a Dignidade Sexual - Parte Especial do Código Penal, Título VI - e os previstos nos artigos 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 244-A, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: <http://www.tjac.jus.br/>.

**ESTADO: ALAGOAS**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI ESTADUAL N. 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005.	<p>Art. 68. Compete ao Juiz, em geral:</p> <p>I – exercer as atribuições que lhe são conferidas nas leis federais e estaduais, nos regulamentos e resoluções expedidos pelos poderes competentes; [...]</p> <p><b>TÍTULO VII</b></p> <p><b>DAS VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAPITAL</b></p> <p>Art. 96. As atribuições das Varas da Infância e da Juventude da Capital serão</p> <p>desenvolvidas pelos seguintes órgãos integrantes das suas estruturas:</p> <p>I – Cartórios;</p> <p>II – Unidade Técnica;</p> <p>III – Unidade Administrativa;</p> <p>IV – Coordenadoria de Proteção e Fiscal.</p> <p>§ 1º O assessoramento dos Juízes da Infância e da Juventude da 1ª Vara e da 2ª Vara em assuntos de natureza técnica especializada será prestado</p>	<p>Art. 89. Às Câmaras Cíveis isoladas compete: [...]</p> <p>IV – Julgar os recursos contra decisões de natureza cível proferidas pelos juízes das Varas da Infância e da Juventude (art. 198 do Estatuto da Criança e do Adolescente) bem como as penas de multas aplicadas administrativamente. (Incluído pela Emenda Regimental nº 02/05)</p> <p>Art. 90. À Câmara Criminal compete: [...]</p> <p>IX – Julgar os recursos contra decisões proferidas pelos juízes das Varas da Infância e da Juventude, em matéria de natureza infracional, obedecendo ao disposto no art. 198 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Incluído pela Emenda Regimental nº 02/2005).</p>	

	<p>através da Unidade Técnica de cada Vara.</p> <p>§ 2º À Unidade Técnica, através de seus setores, cabe assessorar o Juiz da Infância e da Juventude em assuntos pertinentes a cada um dos campos de atuação profissional específico.</p> <p>§ 3º Constituem a Unidade Técnica da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital:</p> <p>I – Setor de Serviço Social;</p> <p>II – Setor de Psicologia;</p> <p>III – Unidade de Apoio Operacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.</p> <p>§ 4º Constituem a Unidade Técnica da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital:</p> <p>I – Setor de Serviço Social;</p> <p>II – Setor de Psicologia;</p> <p>III – Núcleo de Adoção, Tutela e Guarda.</p> <p>§ 5º As atividades das Unidades Técnicas das Varas da Infância e da Juventude da Capital serão dirigidas por Coordenadores Técnicos nomeados, em comissão, pelo</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>Presidente do Tribunal de Justiça, incumbindo-lhes assessorar-lhes em assuntos pertinentes ao campo de atuação profissional específico.</p> <p>Art. 97. À Unidade Administrativa compete coordenar, dirigir e executar as atividades de administração geral, necessárias ao funcionamento da Justiça da Infância e da Juventude.</p> <p>§ 1º Integram a Unidade de Coordenação Administrativa:</p> <p>I – Secretaria;</p> <p>II – Setor de Transporte;</p> <p>III – Setor de Serviços Gerais.</p> <p>§ 2º As atividades da Unidade Administrativa serão dirigidas por um Coordenador Administrativo nomeado, em comissão, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.</p> <p>§ 3º O Juiz de Direito responsável pela administração geral da Justiça da Infância e da Juventude da Capital será escolhido entre o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e o Juiz de Direito da 28ª Vara Cível, pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.</p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>§ 4º Ficam instituídos os Serviços de Proteção e Fiscal do 1º e 2º Juizados da Infância e da Juventude da Capital, com as atribuições pertinentes a cada um dos campos de atuação operacional com regulamentação no Regimento Interno das Varas da Infância e da Juventude da Capital, aprovado pelo Tribunal de Justiça.</p> <p>Art. 98. À autoridade Judiciária competirá exercer, diretamente ou por intermédio de servidor efetivo ou de voluntário credenciado, fiscalização sobre o cumprimento das decisões judiciais ou determinações administrativas que houver tomado com relação à criança ou adolescente.</p> <p>§ 1º A fiscalização poderá ser desempenhada por Agentes de Proteção.</p> <p>§ 2º Os Agentes de Proteção da Infância e da Juventude, em comissão, serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.</p> <p>§ 3º O Agente de Proteção, voluntário, será nomeado pelo Juiz de Direito da Infância e da Juventude da</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



	<p>Vara correspondente.</p> <p>§ 4º As atividades dos Serviços de Proteção e Fiscal da 1ª Vara e da 2ª Vara da Infância e da Juventude serão dirigidas por Coordenadores nomeados, em comissão, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.</p> <p>§ 5º A responsabilidade de cada Coordenadoria de Proteção e Fiscal terá a sua regulamentação no Regimento Interno das Varas da Infância e da Juventude da Capital, aprovado pelo Tribunal de Justiça, no qual será definida a competência de cada setor das Unidades Técnicas respectivas.</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjal.jus.br/>.

**ESTADO: AMAPÁ**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
DECRETO n. 69, DE 15 DE MAIO DE 1991 (Atualizado até a Lei Complementar n. 80, de 19/07/2013).	<p>Art. 32. Os 03 (três) Juizes do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Macapá terão as competências previstas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, assim distribuídas a cada um deles:</p> <p>I - Criminal: 01 (um) Juiz exclusivamente para acompanhar no âmbito do Conselho Tutelar de Macapá os atos praticados por crianças e para processar e julgar os feitos relativos a atos infracionais cometidos por adolescentes, no âmbito da jurisdição da capital;</p> <p>II - Cível e Administrativa: 01 (um) Juiz competente exclusivamente para processar e julgar pleitos administrativos e litígios de natureza civil, que não estejam afetos à competência dos Juízos de Família;</p> <p>III - Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade: 01 (um) Juiz exclusivamente para:</p> <p>a) aplicação e deliberação sobre as políticas públicas voltadas à proteção integral da criança e do adolescente no âmbito da</p>	<p>Art. 19. À Câmara Única compete: [...]</p> <p>II - julgar, em grau recursal:</p> <p>a) apelações cíveis e criminais;</p> <p>b) agravos;</p> <p>c) embargos de declaração de seus acórdãos;</p> <p>d) agravos regimentais contra decisões de relator em feitos afetos a sua competência;</p> <p>e) recursos de <i>habeas corpus</i> julgados na primeira instância;</p> <p>f) recursos em sentido estrito;</p> <p>g) remessas e recursos de ofício;</p> <p>h) cartas testemunháveis; e,</p> <p>i) correições parciais ou reclamações.</p>	

	<p>jurisdição da capital e coordenação dessas atividades em todo o Estado do Amapá;</p> <p>b) execução de todas as medidas aplicadas pelos demais Juízes do Juizado da Infância e da Juventude da capital e especificamente das medidas de internação e de semiliberdade fixadas pelos demais Juízes do Estado cuja Comarca não disponha dos respectivos centros específicos;</p> <p>c) coordenação das atividades de todos os Juízes que detenham as competências da Lei n. 8.069/90, uniformizando orientações e rotinas, de acordo com a demanda judicial e extrajudicial do Estado, com o propósito de imprimir efetividade ao referido Estatuto.</p> <p>§ 1º Os Juízes das Varas da Infância e da Juventude das Comarcas de Santana e Laranjal do Jari e os Juízes das Varas Únicas terão as competências plenas previstas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.</p> <p>§ 2º A critério do Juízo originário, quando as peculiaridades do caso concreto recomendarem, poderão ser encaminhadas outras medidas socioeducativas para execução e acompanhamento no Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Macapá.</p>	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	§ 3º O Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Macapá funcionará com Secretarias independentes, para cada uma das competências previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjap.jus.br/>.

**ESTADO: AMAZONAS**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL n. 17, DE 23 JANEIRO DE 1997.	<p>Art. 98. Compete aos Juízes de Direito de 1ª Entrância, originariamente: [...]</p> <p>II - Em matéria da Infância e da Juventude, exercer as atribuições constantes da legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Art. 161. Aos Juízes de Direito da Vara da Infância e da Juventude cabe a competência definida no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar.</p> <p>Parágrafo único. O Tribunal Pleno, por Resolução, definirá as atribuições dos Juízes Titulares das Varas do Juizado da Infância e da Adolescência.</p>	<p>Art. 40. Compete ao Conselho da Magistratura originariamente: [...]</p> <p>b) reexaminar, em grau de recurso, decisão do Juiz da Infância e da Juventude;</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência, os recursos referentes à matéria cível são julgados pela Câmara Cível.</i></p>	

Fonte: <http://www.tjam.jus.br/>.

**ESTADO: BAHIA**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI ESTADUAL N. 10.845, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.	<p>Art. 77. Os Juizes das Varas da Infância e da Juventude exercerão jurisdição em matéria cível, infracional e de execução de medidas sócio-educativas, competindo-lhes:</p> <p>I - em matéria infracional:</p> <p>a) conhecer as representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescentes;</p> <p>b) exercer as demais atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>II - em matéria não infracional:</p> <p>a) conhecer as ações cíveis fundadas em interesses individuais, coletivos e difusos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209 da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990;</p> <p>b) conhecer, respeitado o limite de atuação de órgão próprio da Corregedoria da Justiça, os pedidos de adoção e seus incidentes;</p> <p>c) exercer as demais atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>III - em execução de medidas socioeducativas:</p> <p>a) exercer jurisdição exclusiva nos processos</p>	<p>Art. 97. Compete às Turmas Cíveis processar e julgar:</p> <p>I - em feito de sua competência, restauração de autos perdidos e habilitação incidente, além de outros incidentes que ocorrerem;</p> <p>II - recursos de decisões e sentenças de primeira instância;</p> <p>III - embargos de declaração em feito de sua competência;</p> <p>IV - recurso contra decisão do Relator que indeferir o agravo;</p> <p>V - agravo regimental manifestado em feito de sua competência;</p> <p>VI - os <i>habeas corpus</i> impetrados contra decisão que decretar a prisão civil do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, do depositário infiel e, no caso previsto no art. 35 da</p>	

	<p>de execução de sentença de medidas socioeducativas;</p> <p>b) exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas socioeducativos.</p> <p>Parágrafo único. Aos Juizes das Varas da Infância e da Juventude incumbe, ainda, exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por lei, regimento ou outro ato normativo.</p> <p>Art. 78. Havendo mais de um Juiz da Infância e da Juventude, um deles será designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante aprovação do Tribunal de Justiça, para, sem prejuízo da sua competência jurisdicional, exercer a Direção do Juizado, pelo prazo de 1 (um) ano, estabelecendo-se rodízio entre os Juizes Titulares, na ordem de antiguidade.</p> <p>Art. 79. Compete ao Juiz-Diretor do Juizado da Infância e da Juventude:</p> <p>I - a prática de atos de gestão de pessoal, relativos aos servidores lotados no serviço de apoio técnico-administrativo do Juizado, exceto os atos de admissão, nomeação, designação para cargos de provimento temporário, exoneração, demissão, disponibilidade e progressão, que são</p>	<p>Lei n. 7661/45, do falido;</p> <p>VII - o reexame necessário.</p> <p>Art. 99. Compete às Turmas Criminais processar e julgar:</p> <p>I - <i>habeas corpus</i>, excetuada a hipótese de prisão civil;</p> <p>II - recurso interposto em ação ou execução;</p> <p>III - desaforamento;</p> <p>IV - agravo regimental contra decisão do Relator.</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência os recursos referentes a atos infracionais são julgados pelas Seções Criminais e as matérias cíveis pelas Câmaras Cíveis.</i></p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>privativos do Presidente do Tribunal de Justiça;</p> <p>II - propor ao Presidente do Tribunal de Justiça as providências necessárias ao regular funcionamento do órgão;</p> <p>III - disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará:</p> <p>a) a entrada e permanência da criança ou do adolescente, desacompanhado dos pais ou responsáveis, em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. estádio, ginásio e campo desportivo;</li> <li>2. bailes ou promoções dançantes;</li> <li>3. boate ou congêneres;</li> <li>4. casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;</li> <li>5. estúdios cinematográficos;</li> </ol> <p>b) a participação da criança e do adolescente em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. espetáculos públicos e seus ensaios;</li> <li>2. certame de beleza.</li> </ol> <p>§ 1º - Para os fins do disposto no inciso III, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:</p> <p>a) os princípios e normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>b) as peculiaridades locais e a existência ou não de instalações adequadas;</p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www5.tjba.jus.br/>.



**ESTADO: CEARÁ**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI ESTADUAL N. 12.342, DE 28 DE JULHO DE 1994.	<p style="text-align: center;">SUBTÍTULO II DA COMARCA DA CAPITAL</p> <p>Art. 123. Aos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude cabe a competência definida no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar.</p> <p>Parágrafo único. Ao Juiz de Direito da 5. Vara da Infância e da Juventude compete o atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores e a apuração de irregularidades em entidades governamentais e não governamentais, bem como a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do inciso V do Art. 88 e dos Arts. 112, 191, 193, 194 e 197 da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p> <p style="text-align: center;">SUBTÍTULO III DOS JUÍZES DE DIREITO DO INTERIOR DO ESTADO</p>	<p style="text-align: center;">Seção IV Das Câmaras Cíveis Isoladas</p> <p>Art. 25. Às Câmaras Cíveis Isoladas compete:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) mandados de segurança contra ato dos Juízes de primeira instância;</p> <p>b) os conflitos de competência ou de atribuições entre Juízes do primeiro grau, ou entre estes e autoridades administrativas;</p> <p>c) os <i>habeas corpus</i>, quando a prisão for civil;</p> <p>d) os recursos das sentenças e decisões proferidas em matéria cível pelos Juízes de primeiro grau.</p> <p>e) os recursos das decisões proferidas nos processos de competência dos Juízes da Infância e da Juventude. (Alínea acrescida pelo Assento Regimental n. 03, de 29 de junho de 2000).</p>	

	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO ÚNICA</b> <b>DA SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I</b> <b>DAS COMARCAS COM VARA ÚNICA</b> Art. 127. Nas comarcas com Vara única, os Juízes terão competência cumulativa dos processos de natureza cível e criminal.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II</b> <b>DAS COMARCAS COM DUAS VARAS</b> Art. 128. A competência dos Juízes de Direito das Comarcas com duas varas é exercida com observância das seguintes privatividades: I - Ao Juiz da 1ª Vara cabe: a) os processos e medidas relativas aos Juízes da Infância e da Juventude, obedecida a legislação específica;</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III</b> <b>DAS COMARCAS COM TRÊS VARAS</b> Art. 129. A competência dos Juízes de Direito das comarcas com três Varas é exercida com observância das seguintes privatividades: [...] III - Ao Juiz da 3ª Vara cabe:</p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>a) o conhecimento dos <i>habeas corpus</i>, ressalvado o disposto no art. 120, inciso IX;</p> <p>b) o processo e julgamento de infrações relativas a contravenções penais;</p> <p>c) os processos e medidas relativas ao Juízo da Infância e da Juventude, obedecida a legislação específica;</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV</b></p> <p style="text-align: center;"><b>DA COMARCA COM QUATRO VARAS</b></p> <p>Art. 130. A competência dos Juízes de Direito das comarcas com quatro varas é exercida com observância das seguintes privatividades: [...]</p> <p>IV - Ao Juiz da 4ª Vara cabe:</p> <p>a) os processos e medidas relativas ao Juizado da Infância e da Juventude, observada a legislação específica;</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V</b></p> <p style="text-align: center;"><b>DAS COMARCAS COM CINCO VARAS</b></p> <p>Art. 131. A competência do Juízes de Direito das Comarcas com cinco varas é exercida com observância das seguintes privatividades: [...]</p> <p>III - Ao Juiz da 3ª Vara cabe:</p> <p>a) os processos e medidas relativas ao Juizado da Infância e da Juventude, obedecida a legislação específica;</p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>b) o cumprimento de precatórias.</p> <p>IV - Ao Juiz da 4ª Vara cabe:</p> <p>a) as execuções criminais;</p> <p>b) o conhecimento dos habeas-corpus, observado o disposto no inciso IX, do art. 120, deste Código.</p> <p>V - Ao Juiz da 5ª Vara cabe:</p> <p>a) o conhecimento de processos relativos a registros públicos;</p> <p>b) o processo e julgamento de infrações relativas a contravenções penais.[...]</p> <p>Parágrafo único. Aos Juízes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas competirá, por distribuição, os processos e julgamentos dos crimes da competência do Juiz Singular.</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjce.jus.br/>.

**ESTADO: DISTRITO FEDERAL**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI N. 11.697, DE 13 DE JUNHO DE 2008.	<p>Art. 30. Compete ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude:</p> <p>I – conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>II – conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;</p> <p>III – conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;</p> <p>IV – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente;</p> <p>V – conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>VI – aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção a criança ou adolescente;</p> <p>VII – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.</p> <p>§ 1º Quando se tratar de criança ou adolescente, nas hipóteses do art. 98 da Lei n. 8.069, de 13 de</p>	<p>Art. 13. Compete às Câmaras Cíveis processar e julgar:</p> <p>I – os embargos infringentes e o conflito de competência, inclusive o oriundo de Vara da Infância e da Juventude; [...]</p> <p>Art. 15. Compete à Câmara Criminal processar e julgar:</p> <p>I – os embargos infringentes e de nulidade criminais e o conflito de competência, inclusive o de natureza infracional, oriundo de Vara da Infância e da Juventude; [...]</p> <p>Seção II</p> <p>Das Turmas Cíveis</p> <p>Art. 18. Compete às Turmas Cíveis:</p> <p>I – julgar a apelação, o agravo de instrumento e a reclamação relativa a decisão proferida por magistrado de primeiro grau;</p> <p>II – julgar o recurso interposto contra decisão proferida por juiz de Vara da Infância e da Juventude, obedecendo ao disposto no art. 198 do Estatuto da</p>	

	<p>julho de 1990, é também competente o Juiz da Vara da Infância e da Juventude para o fim de:</p> <p>I – conhecer de pedidos de guarda e tutela;</p> <p>II – conhecer de ações de destituição do pátrio poder, perda ou modificação da tutela ou guarda;</p> <p>III – suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;</p> <p>IV – conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder;</p> <p>V – conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;</p> <p>VI – designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;</p> <p>VII – conhecer de ações de alimentos (art. 98 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990);</p> <p>VIII – determinar o cancelamento, a retificação e o suprimimento dos registros de nascimento e óbito.</p> <p>§ 2º Compete, ainda, ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude o poder normativo previsto no art. 149 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e a direção administrativa da Vara, especialmente:</p> <p>I – receber, movimentar e prestar contas dos</p>	<p>Criança e do Adolescente – ECA;</p> <p>Seção III</p> <p>Das Turmas Criminais</p> <p>Art. 19. Compete às Turmas Criminais:</p> <p>I – julgar a apelação criminal, o recurso em sentido estrito, o recurso de agravo em execução, a carta testemunhável e a reclamação relativa a decisão proferida por magistrado de primeiro grau;</p> <p>II – julgar o recurso interposto contra decisão proferida por juiz de Vara da Infância e da Juventude, em matéria de natureza infracional, obedecendo ao disposto no art. 198 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;</p>	
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	recursos orçamentários consignados ao juizado; II – celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para melhor desempenho das atividades de proteção, assistência e vigilância de menores; III – designar comissários voluntários de menores; IV – conceder autorização a menores de 18 (dezoito) anos para quaisquer atos ou atividades em que ela seja exigida.		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjdft.jus.br/>.

**ESTADO: ESPÍRITO SANTO**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 234, DE 18 DE ABRIL DE 2002	<p>Art. 60. Compete aos Juizes de Direito, especialmente em matéria Especializada de Infância e de Juventude, além das hipóteses expressamente elencadas na lei especifica da infância e da juventude e suas alterações:</p> <p>I - conhecer dos pedidos de guarda, excetuando-se os requeridos por genitores;</p> <p>II - decretar a suspensão ou perda do pátrio poder ou autorizar sua delegação, nomear tutores e encarregados da guarda e destituí-los, na forma da legislação específica;</p> <p>III - suprir, na falta dos pais ou responsáveis legais, consentimento ou capacidade para casamento dos civilmente incapazes e conceder emancipação;</p> <p>IV - conhecer dos pedidos</p>	<p>Art. 54. Às Câmaras Cíveis Isoladas, compete: [...]</p> <p>II – julgar:</p> <p>a) os recursos contra decisões de juizes das Varas Cíveis e dos Juizes da Infância e da Juventude em matéria cível, abrangendo as hipóteses previstas nos artigos 148, incisos III a VII, e Parágrafo Único e 149, todos da Lei n. 8.069/90;</p> <p>Art. 55. Às Câmaras Criminais Isoladas, compete:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) os pedidos de <i>habeas corpus</i>, sempre que os atos de violência ou coação ilegal forem atribuídos a Juizes de primeira</p>	<p>CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS</p> <p>CAPÍTULO V DA COORDENADORIA DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE</p> <p>Art. 38-M. Fica instituída no âmbito do Poder Judiciário deste Estado a Supervisão da Infância e Juventude e a Coordenadoria da Infância e Juventude.</p> <p>Art. 38-N. A Coordenadoria da Infância e Juventude ficará responsável pelos atos administrativos e executivos em matéria de menorista, ficando subordinada à Supervisão da Infância e Juventude e servindo, também, como órgão permanente de assessoria da</p>



	<p>baseado em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder, que acarretem prejuízo aos direitos das crianças e dos adolescentes;</p> <p>V - conhecer de ações de alimentos dos civilmente incapazes sem representantes legais;</p> <p>VI - determinar o cancelamento, a retificação e o suprimimento de registros de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes de situação de risco pessoal e/ou social;</p> <p>VII - conhecer dos mandados de segurança impetrados para garantia de direitos difusos de crianças e adolescentes;</p> <p>VIII - designar e dispensar livremente, entre cidadãos de inteira idoneidade moral, agentes voluntários de proteção à criança e ao adolescente, observados os dispositivos legais e administrativos;</p> <p>IX - organizar estatística anual e</p>	<p>instância, inclusive quando o paciente for menor de 18 (dezoito) anos, podendo a ordem ser concedida de ofício, nos feitos de sua competência;</p> <p>II - julgar:</p> <p>a) os recursos das decisões do Tribunal do Júri e dos Juízes de primeiro grau, inclusive quando relativas a medidas aplicáveis a menores em situação irregular, os acusados de prática de fato definido como infração penal, nos termos da legislação especial, bem como as proferidas em <i>habeas corpus</i>;</p>	<p>Presidência do Tribunal.</p> <p>Art. 38-O. A Supervisão da Infância e Juventude será exercida por 01 (um) Desembargador e a Coordenadoria da Infância e Juventude será dirigida por 01 (um) Juiz de Direito de Entrância Especial que se encontre no exercício de competência em matéria menorista ou que titularize reconhecida experiência na área. Parágrafo único. O Desembargador Supervisor e o Juiz de Direito Coordenador serão escolhidos pelo Tribunal de Justiça, por seu órgão pleno.</p> <p>Art. 38-P. A Coordenadoria poderá contar com a colaboração ou a assessoria de outros magistrados, sem dispensa da função jurisdicional.</p> <p>Art. 38-Q. A Coordenadoria da Infância e Juventude deverá</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	relatório documentado do movimento da Vara da Infância e da Juventude que remeterá, no mês de março, ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.		contar com estrutura de apoio administrativo e de equipe multiprofissional, preferencialmente do quadro de servidores do Judiciário. Art. 38-R. As competências da Supervisão da Infância e Juventude e da Coordenadoria da Infância e Juventude serão fixadas pelo Tribunal de Justiça.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: <http://www.tjes.jus.br/>.

**ESTADO: GOIÁS**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI N. 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981 (Consolidado até janeiro de 1998).	Art. 65. As Varas Judiciais e Escrivanias, em geral, com competência e atribuição, respectivamente, para questões enunciadas como "de Menores", passam a ter essa denominação substituída pela expressão "da Infância e da Juventude".	<p>Art. 14. Compete às Câmaras Cíveis: [...]</p> <p>II - julgar, em processos cíveis:</p> <p>a) as apelações e agravos interpostos das sentenças e decisões de juizes de Direito ou substitutos, bem como as remessas relativas a processos sujeitos ao duplo grau de jurisdição;</p> <p>b) as apelações das sentenças homologatórias ou não de laudos arbitrais;</p> <p>III - conhecer e decidir outras questões ou incidentes compatíveis com a sua área de atuação e não atribuídos a outro órgão.</p> <p>Art. 15. Compete às Câmaras Criminais:</p> <p>I - processar e julgar: [...]</p> <p>h) os <i>habeas corpus</i>, apelações e agravos relativamente a menores infratores. (Acrescentado pela Emenda Regimental n. 1, de 23/02/2011).</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA</p> <p>Art. 21. Compete especialmente ao Conselho: [...]</p> <p>VII – julgar:</p>	

		a) os pedidos de reexame dos processos de menores infratores; b) os <i>habeas corpus</i> quando o paciente alegar falta de imputabilidade penal em virtude de menoridade; [...] d) os recursos de penas impostas a menores pelos juízes de primeira instância; [...].	
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: <http://www.tjgo.jus.br/>.

**ESTADO: MARANHÃO**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1991 (Revista e atualizada pela Lei Complementar nº 133/2010).	<p>Art. 9º. Os serviços judiciários da Comarca de São Luís serão distribuídos da seguinte forma:</p> <p>I - 1ª Vara da Infância e da Juventude, com as atribuições cíveis e administrativas definidas na legislação específica;</p> <p>II - 2ª Vara da Infância e da Juventude, com as atribuições para processar e julgar atos infracionais atribuídos a menores de dezoito anos, de acordo com a legislação específica; [...]</p> <p>§ 3º As Varas da Infância e Juventude, as Varas de Família, a 11ª Vara Criminal, as Varas das Execuções Penais, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e a Vara Especial do Idoso contarão com equipes multidisciplinares, constituídas por servidores do Poder Judiciário ou requisitados de outros órgãos do Poder Executivo, sendo regulamentadas por resolução do Tribunal de Justiça.</p> <p>Art. 10. Na comarca de Imperatriz, os serviços judiciários serão distribuídos da</p>	<p>Art. 17. Compete às câmaras isoladas cíveis:</p> <p>I - processar e julgar:</p> <p>a) <i>habeas corpus</i>, nos casos de prisão civil e nas matérias relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>III - julgar recursos referentes aos procedimentos relativos à Justiça da Infância e Juventude;</p>	<p>Do Conselho Especial da Infância e Juventude</p> <p>Art. 21. O Conselho Especial da Infância e Juventude é responsável pelo acompanhamento e execução das ações da Justiça de primeiro grau na área da Infância e da Juventude, competindo-lhe, ainda:</p> <p>I - zelar pelo cumprimento dos princípios e direitos relativos à infância e à juventude;</p> <p>II - elaborar estudos e promover medidas relacionadas à gestão e práticas cartorárias relativas à infância e juventude para melhoria da prestação jurisdicional;</p>

	<p>seguinte forma: [...]</p> <p>XIV - Vara da Infância e da Juventude - com competência e atribuições definidas na legislação específica.</p> <p>Art. 160. São isentos de pagamento de emolumentos o registro e a averbação de quaisquer atos relativos a crianças ou adolescentes em situação de risco, que poderão ser determinados pelos juízes ou solicitados pelas Promotorias da Infância e Juventude.</p>		<p>III - manter articulação com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, inclusive no que diz respeito aos cadastros do Conselho Nacional de Justiça;</p> <p>IV - elaborar as diretrizes metodológicas de trabalho da equipe multiprofissional destinada a assessorar o Juízo da Infância e da Juventude;</p> <p>V - promover encontros, cursos de preparação e aperfeiçoamento para juízes e servidores da área da infância e da juventude;</p> <p>VI - avaliar a situação das crianças e adolescentes sob regime de acolhimento institucional, propondo alternativas para a efetivação e resgate de seu direito fundamental à convivência familiar e comunitária;</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>VII - primar pela atualização do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA);</p> <p>VIII - acompanhar e subsidiar a atividade correcional nas Varas da Infância e da Juventude;</p> <p>IX - desempenhar outros encargos relativos à Infância e Juventude</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: <http://www.tjma.jus.br/>.

**ESTADO: MATO GROSSO**

<i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i>	<i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i>	<i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i>	<i>Observações</i>
LEI N. 4.964, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1985.	Art. 51. Aos Juízes de Direito e Substitutos compete: IX - exercer as atribuições constantes da legislação especial de menores, incumbindo-lhes, especialmente, adotar as medidas protetivas relativamente aos menores sob sua jurisdição;	SUBSEÇÃO I DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS ORDINÁRIAS Art. 21. Às Câmaras Cíveis Isoladas Ordinárias de Direito Privado compete: [...] II - Julgar: e) os recursos contra decisões proferidas pelos juizes da Infância e Juventude não compreendidas na competência do art. 22, II “c”, deste Regimento Interno; SUBSEÇÃO II DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS ORDINÁRIAS Art. 22. Às Câmaras Criminais Isoladas Ordinárias compete: [...] II - Julgar: c) os recursos das decisões proferidas no procedimento para apuração de ato infracional atribuído a adolescentes;	

Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/>.



**ESTADO: MATO GROSSO DO SUL**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI N. 1.511, DE 5 DE JULHO DE 1994.	<p>Art. 81. Aos juízes de direito compete a jurisdição:</p> <p>VII - exercer a jurisdição da Justiça da Infância e da Juventude, competindo-lhes as atribuições constantes na legislação especial de menores, especialmente a adoção de medidas de proteção relativamente aos menores sob sua jurisdição.</p>	<p>Art. 140. Compete às Turmas Cíveis:</p> <p>II - julgar:</p> <p>a) os recursos das decisões de juízes;</p> <p>b) os embargos de declaração de seus acórdãos;</p> <p>c) os conflitos de competência entre juízes;</p> <p>d) a suspeição dos juízes por estes não reconhecida;</p> <p>e) a suspeição não reconhecida dos Procuradores de Justiça junto à Turma;</p> <p>f) o agravo regimental, conhecendo das medidas cautelares de sua competência;</p> <p>g) os incidentes de execução.</p> <p>Art. 141. Compete às Turmas Criminais: [...]</p> <p>II - julgar:</p> <p>a) os recursos das decisões dos juízes, dos tribunais do júri e da Auditoria Militar;</p> <p>b) os embargos de declaração opostos em seus acórdãos;</p> <p>c) a suspeição não reconhecida dos Procuradores de Justiça, com exercício junto à Turma;</p> <p>III - executar, no que couber, suas decisões, podendo delegar ao juiz de primeira instância a prática de atos não decisórios;</p> <p>IV - ordenar o confisco dos instrumentos e produtos do crime;</p>	

		<p>V - expedir, de ofício, ordem de <i>habeas-corpus</i>;</p> <p>VI - remeter à Seção os feitos de sua competência quando:</p> <p>a) algum dos membros propuser revisão da jurisprudência assentada em súmula pela Seção;</p> <p>b) convier o pronunciamento da Seção em razão da relevância da questão, e para prevenir divergência entre as Turmas da mesma Seção;</p> <p>c) suscitado incidente de uniformização de jurisprudência.</p> <p>Art. 165. Compete ao Conselho Superior da Magistratura, além de outras atribuições mencionadas no art. 45 do Código de Organização e Divisão Judiciárias e neste Regimento: [...]</p> <p>XXV - estabelecer normas gerais e suplementares sobre a seguinte matéria:[...]</p> <p>f) menores:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. recursos contra decisões proferidas nos juizados da Infância e da Juventude;</li> <li>2. procedimentos relativos à criança e ao adolescente;</li> <li>3. cessação de periculosidade de menores;</li> <li>4. identificação de menores.</li> </ol> <p><i>De acordo com a jurisprudência, os recursos referentes à prática infracional são julgados pelas Câmaras Criminais, e os demais, nas Câmaras Cíveis.</i></p>	
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

**ESTADO: MINAS GERAIS**

<i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i>	<i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i>	<i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i>	<i>Observações</i>
LEI COMPLEMENTAR N. 59, DE 18 DE JANEIRO DE 2001 (Com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 85, de 28 de dezembro de 2005, e pela Lei Complementar n. 105, de 14 de agosto de 2008).	Art. 62. Compete ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude exercer as atribuições definidas na legislação especial sobre menores bem como as de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com menores, garantindo-lhes medidas de proteção. Parágrafo único. Nas comarcas em que não houver vara com competência específica para Infância e Juventude, cabe ao Corregedor-Geral de Justiça designar, bienalmente, o Juiz de Direito competente para tais atribuições, permitida uma recondução e sua substituição,	SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS CÍVEIS Art. 36. Ressalvada a competência do Órgão Especial, os feitos cíveis serão julgados: I - nas Primeira à Oitava Câmaras Cíveis nos casos de: [...] b) decisão proferida por juiz da Infância e da Juventude;  Art. 39. Compete às câmaras criminais: I - julgar, com todos os seus membros: a) os prefeitos municipais nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvados os dolosos contra a vida; b) os embargos infringentes e de nulidade nos recursos, quando a decisão não for unânime; c) o agravo interno contra decisão do relator que inadmitir embargos infringentes e de nulidade; II - julgar em turma de três julgadores: a) o <i>habeas corpus</i> , excetuada a hipótese prevista na alínea “g” do inciso II do art. 37 deste regimento;	

	quando convier.	<p>b) o mandado de segurança contra ato ou decisão de juiz de direito, quando se tratar de matéria criminal;</p> <p>c) agravo interno contra decisão unipessoal do relator que negar seguimento ou der provimento a recurso em feito de sua competência, observada a legislação processual;</p> <p>d) o recurso interposto em ação ou execução;</p> <p>e) o conflito de jurisdição;</p> <p>f) a exceção de suspeição e de impedimento;</p> <p>g) o desaforamento.</p> <p>Art. 40. São atribuições do Conselho da Magistratura:</p> <p>IV - reexaminar, quando provocado, atos do juiz da Infância e da Juventude, ressalvada a competência das Câmaras Cíveis e Criminais; [...]</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência, as apelações referentes à prática de ato infracional são julgadas pelas Câmaras Criminais.</i></p>	
--	-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: <http://www.tjmg.jus.br/portal/>.

**ESTADO: PARÁ**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI ESTADUAL N. 5.008, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981.	<p><b><i>Redação original</i></b></p> <p><i>Art. 106. Como Juiz de Menores, compete aos Juizes de Direito:</i></p> <p><i>I - Adotar, de pleno ou através de procedimentos, medidas adequadas de assistência, proteção e vigilância a menores:</i></p> <p><i>a) até 18 anos de idade, que se encontrarem em situação irregular, na conceituação constante do artigo 2º do Código de Menores;</i></p> <p><i>b) entre 18 e 21 anos, nos casos expressos em lei.</i></p> <p><i>II - Aplicar medidas de caráter preventivo a todo menor de 18 anos, independentemente de sua situação.</i></p> <p><i>III - Dispor sobre colocação em lar substituto, através de delegação de pátrio poder, guarda, tutela, adoção simples ou adoção plena de menor:</i></p> <p><i>- privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de:</i></p>	<p>Art. 23. As Câmaras Criminais Reunidas serão compostas por 12 (doze) Desembargadores e mais o seu Presidente e compreenderá as 03 (três) Câmaras Criminais Isoladas, funcionando com o mínimo de 07 (sete) membros no julgamento dos feitos de sua competência, que é a seguinte:</p> <p>I - Processar e julgar:</p> <p>a) originariamente, os pedidos de <i>habeas corpus</i> e Mandados de Segurança, quando o constrangimento provier de atos de</p>	<p>LEI N. 6.709, DE 14 DE JANEIRO DE 2005.</p> <p>Dispõe sobre a criação de uma Vara Criminal Privativa de Crimes contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>Art. 1º. Fica criada, na Comarca de Belém, Estado do Pará, uma Vara Criminal Privativa para o processamento dos Crimes contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>Art. 2º. Para atender a Vara retromencionada, ficam criados os seguintes cargos:</p> <p>um cargo de Juiz de 3ª entrância;</p> <p>um cargo de Assessor de Juiz - REF. DAS 4;</p> <p>um cargo de Diretor de Secretaria;</p> <p>um cargo de Auxiliar de Secretaria I;</p> <p>um cargo de Oficial de Justiça;</p> <p>um cargo de Auxiliar Judiciário I;</p> <p>um cargo de Técnico Assistente - PJ.ATJTI - com formação na Área de</p>

	<p><i>a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;</i></p> <p><i>b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;</i></p> <p><i>- vítimas de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;</i></p> <p><i>- em perigo moral, devido a:</i></p> <p><i>a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;</i></p> <p><i>b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;</i></p> <p><i>- privado de representação ou assistência legal pela falta eventual dos pais ou responsável.</i></p> <p><i>IV- Dispor sobre o regime de liberdade assistida de colocação em casa de semiliberdade ou internação em estabelecimentos educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado de menor:</i></p> <p><i>- com desvio de conduta, em virtude de frase inadaptação familiar ou comunitária;</i></p> <p><i>- autor de infração penal;</i></p> <p><i>V- Aplicar aos pais ou responsável as seguintes medidas:</i></p> <p><i>- advertência;</i></p>	<p>Secretário de Estado, Juizes em geral e Câmaras Criminais Isoladas; [...]</p> <p>Art. 26. As 05 (cinco) Câmaras Cíveis Isoladas funcionarão cada uma com, no mínimo, 03 (três) Desembargadores, sendo todas presididas por um de seus membros, escolhido na última sessão de cada ano, para presidir os julgamentos dos feitos e recursos de sua competência, que é a seguinte:</p> <p>I - Julgar:</p> <p>[...]</p> <p>g) os Recursos de procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude referidos</p>	<p>Psicologia;</p> <p>um cargo de Técnico Assistente - PJ.ATJ1 - com formação na Área de Serviço Social.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>obrigação de submeter o menor a tratamento em clínica, centro de orientação infantojuvenil, ou outro estabelecimento especializado determinado pela autoridade judiciária, quando verificada a necessidade e houver recusa injustificável;</i></li> <li>- <i>perda ou suspensão de pátrio poder;</i></li> <li>- <i>destituição da tutela;</i></li> <li>- <i>perda da guarda.</i></li> </ul> <p><i>VI - Determinar a apreensão de objeto ou de coisa cuja detenção, pelo menos possa ensejar reincidência no fato.</i></p> <p><i>VII - Inspeccionar, a qualquer tempo, podendo ordenar o fechamento provisório ou definitivo, por infração à norma de assistência e proteção ao menor, os seguintes estabelecimentos particulares:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>casas de espetáculos teatrais, cinematográficos e circenses;</i></li> <li>- <i>casas de jogo, incluindo-se aquelas que explorem, comercialmente, bilhar, sinuca, boliche, bocha ou congêneres;</i></li> <li>- <i>casas de bailes públicos;</i></li> <li>- <i>hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres;</i></li> <li>- <i>locais de competição desportiva.</i></li> </ul> <p><i>VIII - Autorizar a viagem de menor</i></p>	<p>no art. 198 do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	--

	<p><i>desacompanhado dos pais ou responsável para fora da Comarca onde reside.</i></p> <p><i>IX- Aplicar penalidades de caráter administrativo àqueles que cometeram infrações contra a assistência, proteção e vigilância de menores.</i></p> <p><i>X- Em se tratando de menor em situação irregular:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>- suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;</i></li> <li><i>- conceder a emancipação, nos termos da Lei Civil, quando faltarem os pais;</i></li> <li><i>- designar curador especial em casos de adoção, de apresentação de queixa ou de representação e de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesse de menor;</i></li> <li><i>- conhecer de ação de alimentos;</i></li> <li><i>- determinar o registro de nascimento e de óbito, bem assim a averbação de sua retificação ou cancelamento, nos casos previstos no Código de Menores;</i></li> <li><i>- decretar a perda ou a suspensão do pátrio poder e a destituição da tutela.</i></li> </ul> <p><i>XI- Providenciar para que seja assegurada assistência religiosa ao menor internado.</i></p> <p><i>XII- Nomear e demitir Comissários de</i></p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



	<p><i>Menores Voluntários, a título gratuito, entre pessoas merecedoras de sua confiança.</i></p> <p><i>XIII- Promover e incentivar atividades destinadas ao aperfeiçoamento e à aprendizagem do pessoal técnico e administrativo encarregado da aplicação das normas para a assistência, proteção e vigilância a menores.</i></p> <p><i>XIV- Determinar, através de portaria ou provimento, além das medidas especiais previstas no Código de Menores, outras de ordem geral, que, ao seu prudente arbítrio, se demonstrem necessárias à assistência, proteção e vigilância a menores, respondendo por abuso ou desvio de poder.</i></p> <p><i>XV- Justificar a sua decisão, em caso de recurso.</i></p> <p><i>XVI - Exercer todas as atribuições que lhes são conferidas pelo Código de Menores.</i></p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: <http://www.tjpa.jus.br/>

**ESTADO: PARAÍBA**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 96, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2010.	<p>Art. 171. Compete à Vara de Infância e Juventude:</p> <p>I – conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>II – conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;</p> <p>III – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente;</p> <p>IV – conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, relativas à matéria de sua competência, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>V – aplicar penalidades administrativas, nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;</p> <p>VI – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, relativos à matéria de sua competência, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>VII – processar e julgar os crimes praticados contra criança e adolescente previstos na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990;</p> <p>VIII – processar e julgar as infrações administrativas decorrentes de inobservância ao disposto no Título VII,</p>	<p>Art. 16. Compete às Câmaras Cíveis, por distribuição:</p> <p>II - julgar os recursos cíveis das decisões do primeiro grau e das proferidas em juízo Arbitral, ressalvada a competência recursal definida na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;</p> <p>Art. 17. Compete à Câmara Criminal:</p> <p>II - julgar os recursos criminais e seus incidentes que não sejam de competência do Tribunal Pleno ou da competência recursal definida na Lei Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência, a matéria infracional é julgada nas Câmaras Criminais e as demais nas Câmaras Cíveis.</i></p>	

	<p>Capítulo II, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e conhecer dos casos previstos no art. 148, incisos I e VI, do citado diploma legal;</p> <p>IX – disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança e adolescente, desacompanhados dos pais ou responsáveis, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, boates, cassinos ou congêneres, casas que explorem comercialmente diversões eletrônicas, bem como em estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão;</p> <p>X – disciplinar, na forma cabível, a participação de criança e adolescente em espetáculo público e ensaios, bem como em certames de beleza;</p> <p>XI – cumprir carta precatória relativa à matéria de sua competência.</p> <p>Art. 172. Compete à Vara de Infância e Juventude, nos termos do art. 98 da lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990:</p> <p>I – conhecer de pedidos de guarda e tutela;</p> <p>II - conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda;</p> <p>III – suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;</p> <p>IV – conhecer de pedidos contendo discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;</p> <p>V – conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;</p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>VI – designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, bem como de outros procedimentos judicial ou extrajudicial em que haja interesse da criança ou adolescente;</p> <p>VII – conhecer de ações de alimentos;</p> <p>VIII – credenciar, a título gratuito, comissários voluntários de proteção à infância e à juventude, dentre pessoas reconhecidamente idôneas;</p> <p>IX – autorizar viagem de criança ou adolescente, nos casos previstos em lei, bem como o trabalho a ser exercido nas ruas, praças e outros logradouros.</p> <p>Art. 173. Compete, também, à Vara de Infância e Juventude:</p> <p>I – processar e julgar as ações de adoção de criança e adolescente com idade inferior a dezoito anos, bem como seus incidentes;</p> <p>II – o poder normativo previsto no art. 149, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, especialmente para conceder autorização a menores de dezoito anos para quaisquer atos ou atividades em que ela seja exigida.</p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjpb.jus.br/>.

**ESTADO: PARANÁ**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI ESTADUAL N. 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003	<p>Art. 34. Salvo disposições em contrário, compete ao Juiz de Direito, em primeiro grau de jurisdição, o exercício de toda a jurisdição.</p> <p>§ 1º O Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, poderá designar Juizes de Direito de entrância final para conhecer e julgar conflitos fundiários, no âmbito de todo o Estado, atribuindo-lhes competência exclusiva.</p> <p>§ 2º Cumpre ao Juiz defender, pelas vias regulares de direito, a sua competência.</p> <p>Resolução n. 93, de 12 de agosto de 2013.</p> <p>Estabelece a nomenclatura e</p>	<p>Art. 90. Às Câmaras Cíveis serão distribuídos os feitos atinentes a matéria de sua especialização, assim classificada:</p> <p>II - à Quarta e à Quinta Câmara Cível:</p> <p>a) ação popular, exceto as concernentes a matéria tributária, a previdência pública e privada e a ensino público e particular;</p> <p>b) ação decorrente de ato de improbidade administrativa;</p> <p>c) ação civil pública, exceto as concernentes a matéria tributária, a previdência pública e privada e a ensino público e particular, observando-se, quanto às coletivas, o disposto no § 1º deste artigo;</p> <p>d) ações e execuções relativas a penalidades administrativas que</p>	<p><b>RESOLUÇÃO N. 04/2010</b></p> <p><i>Dispõe sobre o Sistema da Justiça da Infância e da Juventude no Estado do Paraná.</i></p> <p>O Tribunal de Justiça, por seu Órgão Especial, no uso de suas atribuições legais,</p> <p><b>R E S O L V E :</b></p> <p>Art. 1º Integram o Sistema da Justiça da Infância e da Juventude no Estado do Paraná:</p> <p>I - o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (art. 2º);</p> <p>II - a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA;</p> <p>III - as Câmaras especializadas na matéria afeta à infância e juventude;</p> <p>IV - os Juízos da Infância e da Juventude das Comarcas de entrâncias inicial,</p>

	<p>competência das varas judiciais no Estado do Paraná.</p> <p>Art. 9º. À vara judicial a que atribuída competência da Infância e Juventude compete exercer as atribuições definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como dar cumprimento às cartas de sua competência.</p> <p>Parágrafo Único. A vara judicial que apreciar a medida de proteção relativa a determinada criança ou adolescente ficará preventa para os procedimentos posteriores instaurados para sua proteção ou de seus irmãos, compensando-se a distribuição.</p>	<p>não possuam natureza tributária;</p> <p>e) ações relativas a licitação e contratos administrativos;</p> <p>f) ações de desapropriação, inclusive a indireta;</p> <p>g) ações relativas a concursos públicos;</p> <p>h) mandados de segurança e de injunção contra atos ou omissões de agentes ou órgãos públicos, ressalvada outra especialização;</p> <p>i) pedidos de intervenção estadual nos municípios;</p> <p>j) ações relativas a proteção do meio ambiente, exceto as que digam respeito a responsabilidade civil;</p> <p>k) salvo se previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII deste artigo, as demais ações e recursos em que figure como parte pessoa jurídica de direito público ou respectivas autarquias, fundações de direito público e entidades paraestatais;</p>	<p>intermediária e final;</p> <p>V - a Coordenadoria da Infância e da Juventude (art. 4º);</p> <p>VI - o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude - SAI.</p> <p>Parágrafo único - A Supervisão-Geral do Sistema da Justiça da Infância e da Juventude competirá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegá-la a um Desembargador, preferencialmente dentre os integrantes das Câmaras especializadas na matéria afeta à infância e juventude.</p> <p>Art. 2º. Fica criado o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude, vinculado à Presidência deste Tribunal, com a seguinte composição:</p> <p>I - o Presidente do Tribunal de Justiça;</p> <p>II - o Corregedor-Geral de Justiça;</p> <p>III - um Desembargador integrante de Câmara especializada na matéria de Infância e Juventude, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;</p> <p>IV - o Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA ou representante por ele indicado;</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>III. à Sexta e à Sétima Câmara Cível:</p> <p>a) ações relativas a previdência pública e privada;</p> <p>b) ações concernentes a ensino público e particular; [...]</p> <p>V - à Décima Primeira e Décima Segunda Câmaras Cíveis compete julgar:</p> <p>a) ações relativas a Direito de Família, união estável e homoafetiva;</p> <p>b) ações relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ressalvada a matéria infracional;</p> <p>c) ações relativas ao Direito das Sucessões;</p> <p>d) ações relativas a Registros Públicos;</p> <p>e) ações relativas a arrendamento rural, a parceria agrícola e a empreitada;</p> <p>f) ações relativas a locação em geral, inclusive às execuções dela derivadas;</p> <p>g) ações relativas a prestação de</p>	<p>V - um Juiz de Vara especializada na área da Infância e da Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;</p> <p>VI - o Magistrado dirigente da Coordenadoria da Infância e da Juventude.</p> <p>Parágrafo único. Ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor-Geral de Justiça fica facultada a delegação de sua representação a Desembargadores por eles indicados.</p> <p>Art. 3º. Ao Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude compete:</p> <p>I - zelar pelo cumprimento, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, do princípio da prioridade absoluta dos direitos fundamentais da criança e do adolescente (art. 227 da Constituição da República), bem assim do princípio da supremacia do interesse da criança, consagrado no artigo 3º, 1, da Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Crianças, de 20 de novembro de 1989, promulgada no Brasil</p>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>serviços, exceto quando concernente exclusivamente a responsabilidade civil.</p> <p>Art. 93. Às Câmaras Criminais serão distribuídos os feitos atinentes à matéria de sua especialização, assim classificada:</p> <p>II - à Segunda Câmara Criminal compete julgar:</p> <p>a) infrações penais atribuídas a Prefeitos Municipais;</p> <p>b) crimes contra a administração pública;</p> <p>c) crimes contra a fé pública;</p> <p>d) crimes contra a honra;</p> <p>e) crimes contra a incolumidade pública, incluídos os definidos no Estatuto do Desarmamento;</p> <p>f) crimes contra a ordem tributária e econômica, contra as relações de consumo e falimentares;</p> <p>g) crimes ambientais;</p> <p>h) demais infrações penais, na proporção de metade do que</p>	<p>pelo Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990;</p> <p>II - traçar a política institucional do Poder Judiciário para a área da infância e da juventude, com observância dos atos normativos do Conselho Nacional de Justiça, e propor medidas para a adequação do Regimento Interno e demais atos normativos do Tribunal de Justiça;</p> <p>III - promover a implementação de políticas e programas nacionais e estaduais relacionados à área da Infância e da Juventude;</p> <p>IV - elaborar estudos e propor medidas aos órgãos competentes destinadas a prover as Varas da Infância e da Juventude da estrutura material e de pessoal de que necessitam para o cumprimento de sua missão legal e constitucional;</p> <p>V - propor medidas, em caráter provisório e emergencial, a respeito do atendimento de Juízo da Infância e da Juventude cuja estrutura se revelar deficiente, enquanto não forem implementadas as providências</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



		<p>delas for distribuído, isoladamente, à Terceira, à Quarta e à Quinta Câmara Criminal;</p> <p>i) atos infracionais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, por estes praticados.</p>	<p>definitivas adequadas;</p> <p>VI - elaborar o planejamento estratégico geral das Varas da Infância e da Juventude;</p> <p>VII - elaborar as diretrizes metodológicas de trabalho da equipe interprofissional destinada a assessorar o Juízo da Infância e da Juventude;</p> <p>VIII - promover encontros para discussão de problemas concernentes às atividades e rotinas dos Juízos da Infância e da Juventude, visando à racionalização dos serviços forenses, uniformização de procedimentos e elevação de nível de qualidade da prestação jurisdicional em todos os seus aspectos relevantes;</p> <p>IX - promover cursos de preparação e aperfeiçoamento para juízes e servidores da área da infância e da juventude, podendo para isso se valer de parcerias;</p> <p>X - avaliar a situação de crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional por período prolongado nas Comarcas do Estado, propondo alternativas para a efetivação e resgate de seu direito fundamental à convivência</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>familiar e comunitária;</p> <p>XI - acompanhar e subsidiar a atividade correicional nas Varas e Juízos da Infância e da Juventude;</p> <p>XII - propor a celebração de parcerias e convênios concernentes à área da infância e juventude entre o Poder Judiciário e instituições públicas ou privadas;</p> <p>XIII - apresentar relatório anual de suas atividades ao Órgão Especial;</p> <p>XIV - emitir parecer acerca de propostas de recursos específicos destinados à área da infância e da juventude;</p> <p>XV - propor a criação de Coordenadorias Regionais da Infância e da Juventude, com suas respectivas atribuições;</p> <p>XVI - elaborar seu regimento interno.</p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: <http://www.tjpr.jus.br/>.

**ESTADO: PERNAMBUCO**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 100, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.	<p>Art. 77. Nas comarcas, ressalvadas as varas especializadas, a competência será comum e cumulativa, observando-se, ainda, o seguinte:</p> <p>I – comarcas com duas varas: competirá à 1ª Vara processar e julgar as ações da competência do Juízo de Vara do Tribunal do Júri e seus incidentes, bem como o registro civil das pessoas naturais e casamentos na sede da comarca, e à 2ª Vara, competirá o Juízo de Vara da Infância e Juventude e o registro civil das pessoas naturais e casamentos fora da sede da comarca;</p> <p>II – comarcas com três ou mais varas: competirá à 1ª Vara processar e julgar as ações da competência do Juízo de Vara do Tribunal do Júri e seus incidentes; à 2ª Vara, competirá o registro civil das pessoas naturais e casamentos e à 3ª Vara, competirá o Juízo de Vara da Infância e Juventude.</p> <p>Art. 83. Compete ao Juízo de Vara de Infância e Juventude:</p>	<p>Art. 25. Compete às Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta Câmaras Cíveis, isoladamente: [...]</p> <p>II - Julgar:</p> <p>a) os recursos contra decisões de juízes do cível, inclusive contra sentenças que homologarem ou não os laudos arbitrais, bem como das decisões dos juízes da Infância e da Juventude em matéria cível;</p> <p>Art. 27. Compete às câmaras criminais isoladas: [...]</p> <p>II - Julgar:</p> <p>a) os recursos contra decisões de juízes e</p>	<p>VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA</p> <p>Cidades que fazem parte da 1ª Circunscrição: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Abreu e Lima e Paulista.</p> <p>Competências:</p> <p>I - Executar medidas socioeducativas aplicadas em procedimento de apuração de ato infracional na Comarca da Capital;</p> <p>II - Executar medidas socioeducativas de semiliberdade e internação aplicadas em procedimento de</p>

	<p>I – conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>II – conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;</p> <p>III – conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;</p> <p>IV – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente;</p> <p>V – conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>VI – aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;</p> <p>VII – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.</p> <p>§ 1º Quando se tratar de criança ou adolescente, nas hipóteses do art. 98 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, é também competente o Juízo de Vara de Infância e Juventude para o fim de:</p> <p>I – conhecer de pedidos de guarda e tutela;</p> <p>II – conhecer de ações de destituição do poder</p>	<p>tribunais do primeiro grau, inclusive dos conselhos de justiça militares, bem como das decisões dos juízes da Infância e da Juventude em processos de apuração de ato infracional praticado por adolescente.</p>	<p>apuração de ato infracional na 1ª Circunscrição Judiciária;</p> <p>III. Fiscalizar os estabelecimentos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, situados na 1ª Circunscrição Judiciária;</p> <p>IV. Aplicar as medidas disciplinares cabíveis às entidades de atendimento no âmbito da respectiva jurisdição, bem como processar e julgar as ações civis públicas a elas pertinentes;</p> <p>V. Fomentar e acompanhar o tratamento de crianças e adolescentes dependentes de substâncias químicas e psicoativas visando à sua inserção no meio familiar e social</p> <p>VI. Exercer jurisdição sobre a matéria tratada no artigo 149, do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda;</p> <p>III – suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;</p> <p>IV – conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;</p> <p>V – conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;</p> <p>VI – designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;</p> <p>VII – conhecer de ações de alimentos;</p> <p>VIII – determinar o cancelamento, a retificação e o suprimimento dos registros de nascimento e óbito.</p> <p>§ 2º Compete, ainda, ao Juízo de Vara de Infância e Juventude, o poder normativo previsto no art. 149, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, especialmente para conceder autorização a menores de dezoito anos para quaisquer atos ou atividades em que ela seja exigida.</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjpe.jus.br/>.

**ESTADO: PIAUÍ**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI ESTADUAL N. 3.716, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1979.	<p><i>Redação original</i></p> <p><i>Art. 46. Os Juizes de Menores nas Comarcas da Capital, Parnaíba, Floriano, Picos e Campo Maior; além das atribuições que lhe são conferidas pelo Código respectivo e leis de amparo a menores, têm jurisdição privativa sobre os menores abandonados, desassistidos e de conduta antisocial, com menos de 18 anos de idade, para a sua assistência, proteção e segurança.</i></p>	<p>Art. 85. Compete às Câmaras Especializadas Cíveis:</p> <p>I – julgar os recursos das sentenças e decisões dos juizes do cível e do juízo arbitral, ressalvadas a competência do Tribunal Pleno e das Câmaras Cíveis Reunidas, e os embargos declaratórios opostos a seus acórdãos.</p> <p>II – promover a restauração de autos, nos feitos de sua competência.</p> <p>III – exercer, no que lhe for aplicável, as atribuições conferidas ao Tribunal Pleno e às Câmaras Reunidas, e, bem assim, desempenhar atribuições outras que lhe sejam cometidas por lei prevista neste Regimento.</p> <p>Art. 86. Compete às Câmaras Criminais:</p> <p>I – processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores;</p> <p>II – os secretários municipais ou ocupantes de cargos equivalentes, nos crimes de responsabilidade, quando conexos com os do Prefeito;</p>	

		<p>III – julgar, como instância de segundo grau, os recursos das sentenças e decisões dos juizes criminais da auditoria militar, do Tribunal do Júri e de tribunais especiais;</p> <p>IV – julgar as reclamações contra aplicação das penalidades previstas nos arts. 801 e 802, do Código de Processo Penal; e os <i>habeas corpus</i> que fugirem à competência do Tribunal Pleno;</p> <p>V – ordenar o exame a que se refere o art. 777, do Código de Processo Penal;</p> <p>VI – reexaminar a decisão definitiva proferida em processos de menores de dezoito anos;</p> <p>VII – executar, no que couber, as suas decisões;</p> <p>VIII – promover a restauração de autos relativos a feitos submetidos ao seu julgamento;</p> <p>IX – exercer, no que lhe for aplicável, as atribuições conferidas ao Tribunal Pleno e Câmaras Reunidas e, bem assim, desempenhar atribuições outras previstas em lei e neste Regimento.</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência, a matéria infracional é julgada em Câmara Especializada Criminal e Cível, em Câmara Especializada Cível.</i></p>	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

**ESTADO: RIO DE JANEIRO**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
Atualizado até 27/04/2011	<p>Art. 92. Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria da infância, da juventude e do idoso:</p> <p>I - processar, julgar e praticar todos os atos concernentes a crianças e adolescentes em situação irregular e de risco e ao idoso abrigado ou abandonado ou em situação de risco, situações definidas nas respectivas legislações ( arts. 98, da Lei n. 8069/90 e 43, da lei n. 10741/03), determinando as medidas relativas à sua guarda ou abrigo, tratamento, vigilância, assistência e educação;</p> <p>II - conceder suprimento de idade para o casamento da menor de dezesseis anos, ou do menor de dezoito anos subordinados à sua jurisdição, nos termos do Código Civil;</p> <p>III - designar, mediante autorização do Corregedor-Geral da Justiça, colaboradores voluntários da infância</p>	<p>Art.6º. Compete às Câmaras Cíveis:</p> <p>II - julgar:</p> <p>a) os recursos contra decisões de Juízes do civil, inclusive contra sentenças que homologarem ou não laudos arbitrais, e dos Juízes da Infância, da Juventude e do Idoso em matéria cível, abrangendo as hipóteses previstas nos artigos 148, incisos III a VII, e parágrafo único e 149, todos da Lei n. 8.069/90 (ECA).</p> <p>Art.7º. Compete à Seção Criminal:</p> <p>II - julgar:</p> <p>a) os recursos contra decisões de Juízes e Tribunais de primeiro grau, inclusive os Conselhos de Justiça Militares e dos Juízes da Infância e da Juventude sobre medidas de proteção e socioeducativas em decorrência de atos infracionais de crianças ou adolescentes (arts. 101, 105 e 112 da Lei n. 8.069/90);</p>	<p>ATO EXECUTIVO N. 1162/2013</p> <p>Institui a Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso - CEFIJ do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Art. 3º. A CEFIJ terá por atribuição, dentre outras:</p> <p>I - planejar, elaborar e sugerir o aprimoramento da estrutura organizacional e administrativa do Poder Judiciário na área de família, infância e juventude e idoso;</p> <p>II - oferecer diretrizes comuns e suporte administrativo aos</p>



	<p>da juventude e do idoso, que auxiliarão os comissários de justiça da infância, da juventude e do idoso, ocupantes de cargo efetivo, até o número pelo mesmo fixado, escolhidos entre os candidatos que preencham os seguintes requisitos:</p> <p>a) a idade máxima de setenta anos;</p> <p>b) Vetado.</p> <p>c) profissão compatível com o exercício do cargo, podendo ser aposentado;</p> <p>d) situação familiar definida;</p> <p>e) bons antecedentes;</p> <p>f) apresentação de declaração médica que ateste sanidade física e mental;</p> <p>IV - determinar, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer interessado, a apreensão e distribuição de impressos que ofendam a moral e aos bons costumes e, no caso de reincidência, determinar suspensão da impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico, pelo prazo que assinar;</p> <p>V - determinar, em portaria, a forma de distribuição do serviço entre os juizes auxiliares e sua substituição recíproca,</p>		<p>magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais, visando à melhoria da prestação jurisdicional na área de família, infância e juventude e idoso;</p> <p>III - promover a articulação interna e externa do sistema judiciário das Varas de Família, da Infância e Juventude e Idoso com outros órgãos governamentais e não governamentais, interagindo, sempre que necessário, com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, atuando em rede com entidades voltadas à promoção dos direitos da família, da criança e do adolescente e do idoso;</p> <p>IV - colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da família, infância e juventude e</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>em virtude de faltas eventuais, impedimentos, férias ou licenças, enquanto não substituídos pelo Presidente do Tribunal de Justiça;</p> <p>VI - avocar, quando julgar necessário, processos distribuídos a juiz auxiliar da infância, da juventude e do idoso;</p> <p>VII - exercer a censura de exposições ou transmissões no cinema, teatro, rádio, televisão ou de outro meio de exposição pública, determinando, em provimento, os critérios gerais a serem adotados (Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946, artigo 273);</p> <p>VIII – fiscalizar e orientar estabelecimentos públicos e particulares de internação e abrigos de crianças, adolescentes e idosos, a fim de assegurar o bem-estar dos mesmos e coibir eventuais irregularidades, apresentando relatório trimestral à Corregedoria-Geral da Justiça.</p> <p>IX - conhecer de pedidos de adoção de criança e adolescente e seus incidentes;</p> <p>X – fiscalizar e orientar instituições, programas, organizações governamentais e não governamentais e</p>		<p>do idoso junto à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e à Escola de Administração Judiciária - ESAJ, bem como a outras instituições de ensino nacionais e internacionais;</p> <p>V - exercer a gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude;</p> <p>VI - coordenar os trabalhos do Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes;</p> <p>VIII - requisitar servidores, preferencialmente em exercício nas Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso, para auxiliar atividades determinadas, com prazo previamente fixado, sem prejuízo de suas funções.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>quaisquer outras entidades de atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso, em conjunto com o Ministério Público, a fim de assegurar o funcionamento eficiente em prol dos interessados e coibir irregularidades, apresentando relatório trimestral à Corregedoria-Geral de Justiça;</p> <p>XI – quando se verificarem as hipóteses do art. 98 da Lei Federal n. 8069/90 ou do art. 43 da Lei Federal n. 10.741/03, dentre elas, especialmente, as situações que coloquem a criança, o adolescente ou o idoso em situação de risco por abuso sexual e/ou maus-tratos físicos e/ou psicológicos, comissivos ou omissivos, por parte daqueles que exercem a guarda, a tutela ou a curatela:</p> <p>a) – conhecer de pedidos de guarda, tutela, ou curatela;</p> <p>b) – conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da guarda, tutela ou curatela;</p> <p>c) – suprir a capacidade ou consentimento para o casamento;</p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>d) – conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;</p> <p>e) – conceder a emancipação;</p> <p>f) – designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de crianças, adolescente ou idoso;</p> <p>XII – conhecer de pedidos de registro civil de nascimento tardio de criança, adolescente ou idoso, e regularizar seus registros de nascimento e óbito no curso de outro procedimento de sua competência e nos casos do “caput” do inciso XI deste artigo;</p> <p>XIII – cumprimento de precatórias pertinentes à matéria de sua competência.</p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: [http://www.tj.rj.gov.br/consultas/codjrj\\_regimento\\_tjrj/codjerj\\_novo.pdf](http://www.tj.rj.gov.br/consultas/codjrj_regimento_tjrj/codjerj_novo.pdf).

**ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 165, DE 28 DE ABRIL DE 1999.	<p>Art. 32. As Varas da Comarca de Natal compete:[...] VII - Primeira Vara da Infância e da Juventude – privativamente:</p> <p>a) em todo o Estado, processar e julgar os pedidos de adoção formulados por estrangeiros residentes fora do Brasil;</p> <p>b) fiscalizar as entidades de atendimento à criança e ao adolescente;</p> <p>c) exercer jurisdição sobre a matéria tratada no art. 149 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, podendo inclusive credenciar servidores efetivos ou voluntários, sendo estes portadores de fê pública, quando no exercício exclusivo de sua função, sob as penas da lei, para dar autenticidade e veracidade a atos de seu ofício;</p> <p>d) exercer a jurisdição sobre os feitos de que trata o art. 153, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas judiciais cabíveis;</p> <p>e) coordenar e executar os programas, projetos e serviços de atendimento às crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e que venham a serem criados por Lei ou Resolução do Tribunal de Justiça;</p>	<p>Art. 18. Compete às Câmaras Cíveis o julgamento dos seus recursos, excluída a competência do Tribunal Pleno e da Câmara Criminal, bem como os pedidos de <i>habeas corpus</i> e respectivos recursos decorrentes de prisão civil e a restauração de autos extraviados ou destruídos em feitos de sua competência.</p> <p>Parágrafo único. Compete também, na ordem judiciária, às Câmaras Cíveis, homologar as desistências requeridas em sessão de julgamento, antes de iniciada a votação.</p> <p>Art. 19. Compete à Câmara Criminal o julgamento dos seus recursos e dos <i>habeas corpus</i>, ressalvadas as hipóteses da alínea “f” do inciso IV do artigo 13 e as do artigo 18 deste Regimento.</p> <p><i>Obs.: De acordo com a jurisprudência, toda matéria referente aos recursos das decisões do juízo da Infância e</i></p>	

	<p>f) executar as respectivas sentenças que impuserem medidas socioeducativas previstas na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, inclusive coordenando e fiscalizando as unidades governamentais e não governamentais destinadas a esse fim;</p> <p>g) executar as respectivas sentenças que impuserem medidas socioeducativas previstas na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, inclusive coordenando e fiscalizando as unidades governamentais e não governamentais destinadas a esse fim;</p> <p>h) coordenar a distribuição dos feitos entres as duas outras Varas;</p> <p>§ 1º A fiscalização de que tratam as alíneas “b” e “f”, deste inciso, abrange as entidades governamentais e não governamentais, instaladas nas comarcas contíguas à Comarca de Natal.</p> <p>§ 2º. Na hipótese do socioeducando vir a responder a mais de uma execução socioeducativa, os processos serão reunidos, por continência ou conexão, executando-se em único procedimento e aplicando-se, conforme o caso, a medida mais gravosa.</p> <p>VIII - A Segunda Vara da Infância e da Juventude, privativamente:</p> <p>a) apurar, processar e julgar infrações administrativas às normas relacionadas à criança e ao adolescente, aplicando as medidas ou penalidades</p>	<p><i>Juventude, inclusive infracional é julgada nas Câmaras Cíveis.</i></p>	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>cabíveis;</p> <p>b) apreciar os pedidos de inscrição e fiscalizar o cadastro de pessoas interessadas em adoção nacional, no território da Comarca;</p> <p>c) processar e julgar os processos de irregularidades em entidades de atendimento à criança e ao adolescente;</p> <p>d) processar e julgar as ações para aplicação das medidas previstas no art. 148 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e as que envolverem crianças ou adolescentes nas hipóteses previstas no art. 98 de mesmo diploma legal;</p> <p>e) processar e julgar as ações para aplicação das medidas previstas no art. 148 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e as que envolverem crianças ou adolescentes nas hipóteses previstas no art. 98 de mesmo diploma legal;</p> <p>f) expedir alvarás de viagens;</p> <p>VIII – A Terceira Vara da Infância e da Juventude, privativamente:</p> <p>a) processar e julgar as representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescentes, a que se refere o art. 148, incisos I e II, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990;</p> <p>b) por distribuição, processar e julgar ação civil pública para proteção dos interesses individuais,</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	difusos ou coletivos relativos à infância e a adolescência.		
--	-------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjrn.jus.br/>.



**ESTADO: RONDÔNIA**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 740, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.	<p>Art. 98. Compete aos Juizados da Infância e da Juventude, ressalvada a competência das Varas de Família, processar e julgar os assuntos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação afim.</p> <p>§ 1º Ao 1º Juizado da Infância e da Juventude competirá o processamento e julgamento dos procedimentos de atos infracionais, execução das medidas socioeducativas e tudo que seja a elas inerente, inclusive no tocante ao aspecto correicional dos centros de internação (Acrescentado pela Lei Complementar n. 597, de 28 de dezembro de 2010 - DOE de 29/12/2010 - Efeitos a partir da publicação).</p> <p>§ 2º Ao 2º Juizado da Infância e da Juventude caberá a competência remanescente, especialmente as chamadas causas cíveis, as infrações administrativas, o abrigamento e no tocante ao aspecto correicional dos abrigos e demais instituições de proteção à criança e adolescente, bem como os crimes praticados contra crianças e adolescentes, ressalvadas as competências constitucionais.</p>	<p>Art. 135. As Câmaras Cíveis compete:</p> <p>I - julgar:</p> <p>a) os recursos e as correições parciais interpostos contra decisões dos Juizes da Infância e da Juventude.</p> <p>Art. 136. Às Câmaras Criminais compete: [...]</p> <p>f) os recursos e as correições parciais, decorrentes de atos infracionais, interpostos contra decisões de Juizes da Infância e da Juventude.</p>	

Fonte: <http://www.tjro.jus.br/>

**ESTADO: RORAIMA**

<i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i>	<i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i>	<i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i>	<i>Observações</i>
LEI COMPLEMENTAR N. 2, DE 22 DE SETEMBRO DE 1993.	<p>Art. 38. Ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude competem às atribuições definidas na Lei nº 8.069, de 13/07/1990, e, ainda, especificamente:</p> <p>I - exercer a Direção Geral do Juizado;</p> <p>II - praticar atividades administrativas e de execução orçamentária, observadas as diretrizes emanadas do Presidente do Tribunal de Justiça; e</p> <p>III - organizar e disciplinar o serviço de apoio técnico administrativo do Juizado da Infância e da Juventude, na forma do Regimento baixado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após a aprovação do Conselho da Magistratura.</p> <p>Art. 39. Atendidas as peculiaridades da demanda das Comarcas, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá autorizar a constituição de equipe interprofissional, de caráter permanente, para assessorar os juizados de competência relativa à Justiça da Infância e da Juventude, sendo os técnicos necessários recrutados mediante concurso público, se não houver, no quadro de pessoal técnico-administrativo do Poder Judiciário, servidores com as qualificações exigidas.</p> <p>Parágrafo único. A equipe interprofissional de que trata este</p>	<p>Art. 35. Compete ao Conselho da Magistratura:</p> <p>XV - julgar os recursos interpostos contra decisões do Juízo da Vara da Infância e da Juventude.</p> <p><i>Observação: De acordo com a jurisprudência, os recursos são julgados por Câmara Única, desdobrada em Turma Cível e Criminal, conforme artigo 29 do Regimento Interno, que dispõe:</i></p> <p>Art. 29. A Câmara Única, constituída por cinco Desembargadores, presidida pelo Vice-presidente, funcionará desdobrada em duas Turmas, uma Cível e outra Criminal, cada uma composta pelo Vice-presidente e mais dois Desembargadores.</p>	

	<p>artigo ficará subordinada administrativamente ao Juiz local competente e, tecnicamente, vinculada ao Juizado da Infância e da Juventude.</p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjrr.jus.br/>.

**ESTADO: RIO GRANDE DO SUL**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
<p>LEI N. 7.356, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1980. (Atualizada até a Lei n. 14.419, de 3 de janeiro de 2014).</p>	<p>Art. 73 - Aos Juizes de Direito compete: [...] IX – exercer as atribuições constantes da legislação especial de menores, incumbindo-lhes, especialmente, adotar todas as medidas protetivas relativamente aos menores sob sua jurisdição; X – processar e julgar os pedidos de legitimação adotiva.</p> <p style="text-align: center;"><b>CONSELHO DA MAGISTRATURA RESOLUÇÃO N. 104/93-CM</b></p> <p>Art.1º. Fica estabelecida a competência da Vara da Infância e da Juventude da comarca de Porto Alegre da seguinte forma: 1) Compete ao Juiz de Direito do 1º Juizado: I - exercer jurisdição exclusiva em casos de adoção internacional e naquelas requeridas por pessoas residentes fora do Estado e no disposto no art. 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente;</p>	<p>RESOLUÇÃO N. 01/98 <i>Dispõe sobre a composição e competência dos Órgãos do Tribunal de Justiça.</i></p> <p>Art. 11. Às Câmaras Cíveis serão distribuídos os feitos atinentes à matéria de sua especialização, assim especificada: IV - às Câmaras integrantes do 4º Grupo Cível (7ª e 8ª Câmaras Cíveis): a) família; b) sucessões; c) união estável; d) Estatuto da Criança e do Adolescente; e) registro civil das pessoas naturais.</p>	<p style="text-align: center;"><b>LEI N. 9.896 DE 09 DE JUNHO DE 1993.</b></p> <p>Art. 1º. São criados os Juizados Regionais da Infância e da Juventude nas Comarcas de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul e Osório. Parágrafo único - A base territorial dos Juizados Regionais criados no "caput" será estabelecida pelo Conselho da Magistratura.</p> <p>Art. 2º. Compete aos Juizados Regionais criados no artigo anterior, além do exercício das atribuições que lhes confere a</p>

	<p>II - exercer jurisdição, por distribuição, em matéria infracional e cível, inclusive nas ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos e coletivos;</p> <p>2) Compete ao Juiz de Direito do 2º Juizado: (alterada a redação dos incisos pela Resolução nº 326/2000-CM):</p> <p>I - exercer jurisdição, por distribuição, em matéria infracional e cível, inclusive em ações cíveis fundadas em interesses individuais, coletivos e difusos;</p> <p>II - exercer jurisdição exclusiva dos processos de execução de sentença de proteção especial;</p> <p>III – exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas de proteção especial, e em apuração de infrações administrativas.</p> <p>3) Compete ao Juiz de Direito do 3º Juizado:</p> <p>I - exercer jurisdição exclusiva dos processos de execução de sentença de medidas socioeducativas;</p> <p>II - exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas socioeducativos.</p>	<p>Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, em relação à Comarca-sede, e, no âmbito regional, as seguintes matérias:</p> <p>a) adoções internacionais e as respectivas habilitações;</p> <p>b) fiscalização das entidades de atendimento e apuração das administrativas relativas às mesmas;</p> <p>c) execução das medidas de internação e semiliberdade, quando não houver programa específico na Comarca de origem.</p> <p>Parágrafo único - Também se incluem na competência dos Juizados Regionais da Infância e da Juventude outras atribuições definidas em lei, que lhes forem pertinentes.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ESTADO: SANTA CATARINA**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
LEI N. 5.624, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1979	<p><b><i>Redação original</i></b></p> <p><i>Art. 101. Compete-lhe, como juiz de menores:</i></p> <p><i>I - processar e julgar:</i></p> <p><i>a) a situação irregular dos menores nos termos da legislação específica;</i></p> <p><i>b) os menores de dezoito (18) anos, de conduta antisocial, aplicando as medidas cabíveis;</i></p> <p><i>c) as infrações administrativas das leis, provimentos e portarias de proteção a menores, aplicando aos infratores as sanções cabíveis;</i></p> <p><i>d) os pedidos de colocação em lar substituto;</i></p> <p><i>(Caput, Inciso I e alíneas a, b, c, e d, com redação determinada pelo art. 21 da Lei n. 6.899, de 05 de dezembro de 1986).</i></p> <p><i>(Redação anterior dada pela Lei</i></p>	<p>ATO REGIMENTAL N. 09/90</p> <p>Exclui da competência do Conselho Disciplinar da Magistratura o julgamento do processo que menciona e dá outras providências.</p> <p>Art. 1º. Fica excluído da competência do Conselho Disciplinar da Magistratura o julgamento dos processos de menores a que se refere a alínea "b", do inciso II, do art. 6º, do Regimento Interno do Conselho Disciplinar da Magistratura.</p> <p>Art. 2º. Serão distribuídos às Câmaras Cíveis Isoladas os recursos de procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude referidos no art. 198 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p> <p>ATO REGIMENTAL N. 18/92</p> <p>Define a competência das Câmaras em face</p>	<p>ATO REGIMENTAL N. 11/90</p> <p>O Tribunal de Justiça do Estado, por seu Órgão Especial, no uso de suas atribuições, resolve:</p> <p>Art. 1º. Guardada a competência territorial, a autoridade judiciária que exerce a função de juiz de Menores passa a exercer a de juiz da Infância e da Juventude.</p> <p>Art. 2º. A Vara de Menores da Capital e as Varas do Interior que tiverem a denominação "Menores" na competência cumulativa passam a denominar-se, da mesma maneira, "da Infância e da Juventude", assumindo igual denominação as respectivas serventias.</p>

	<p><i>n. 5.624, de 09.11.79).</i>  <i>Art.101. Compete-lhes, como juiz de menores:</i>  <i>I - processar e julgar:</i>  <i>a) o abandono de menores, nos termos a legislação específica;</i>  <i>b) os menores de dezoito (18) anos, por fatos definidos em lei como infrações penais, aplicando as medidas cabíveis;</i>  <i>c) as infrações administrativas das leis, portarias e regulamentos de proteção de menores, aplicando aos infratores as sanções cabíveis;</i>  <i>d) os pedidos de legitimação adotiva;</i>  <i>e) as causas de alimentos ou de sua revisão, desde que envolvam menores em situação irregular definida nos termos do Código de Menores, ou cumuladas com igual pedido para seus responsáveis, salvo quando conexas com ações de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial ou divórcio; (Alínea “e” com</i></p>	<p>da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.  Art. 1º - Compete a cada uma das Câmaras Cíveis:  I - Processar e julgar os recursos das decisões proferidas:  a) nos procedimentos de perda e suspensão do pátrio poder, destituição da tutela e colocação em família substituta;  b) nas ações de proteção a direitos e interesses individuais, coletivos ou difusos, protegidos pela Constituição e pela lei;  c) na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer;  d) na ação mandamental, incluído o reexame da sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.  II - Processar e julgar a ação mandamental originária.  Art. 2º - Compete a cada uma das Câmaras Criminais:  I - Processar e julgar os recursos das decisões proferidas:  a) no procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente;  b) na ação penal relativa a crimes praticados contra criança ou adolescente;</p>	<p>Art. 3º - As Varas da Família e Sucessões continuam a conhecer de todas as causas relativas a menores, nos casos previstos na Lei de Organização Judiciária, ressalvada a competência do Juiz da Infância e da Juventude.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><i>redação determinada pelo art. 1º da Lei n. 8.037, de 18 de julho de 1990).</i></p> <p><i>(Redação anterior dada pela Lei n. 5.624, de 09.11.79).</i></p> <p><i>e) os pedidos de alimentos ou de sua revisão devidos a menores ou cumulados com igual pedido para seus responsáveis, salvo quando conexos com ações de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial e divórcio;</i></p> <p><i>f) os crimes de abandono e maus-tratos praticados contra menores sob sua jurisdição;</i></p> <p><i>II - inquirir e examinar o estado físico, mental e moral dos menores que comparecerem a juízo, e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e econômica dos pais, tutores e responsáveis por sua guarda, podendo os exames de sanidade física e mental, antropológico, psicológico e pedagógico ser procedidos por técnicos de comprovada idoneidade, de sua</i></p>	<p>c) nos procedimentos relativos à apuração de irregularidades em entidade de atendimento e infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente;</p> <p>d) no <i>habeas corpus</i>.</p> <p>II- Processar e julgar os <i>habeas corpus</i> originários.</p> <p style="text-align: center;">ATO REGIMENTAL N. 50/02 (altera o Ato Regimental n. 40/2000)</p> <p>Art. 3º. A 5ª e 6ª Câmaras Cíveis serão competentes para o julgamento dos recursos ou ações originárias de Direito Público em geral, em que figurem como partes, ativa ou passivamente, o Estado, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Poder Público ou autoridades do Estado e de Municípios, bem como os feitos relacionados com atos que tenham origem em delegação de função pública, cobrança de tributos, preços públicos, tarifas e contribuições compulsórias do Poder Público e, ainda, questões de natureza processual relacionadas com as aludidas causas, bem como as ações populares e as cíveis</p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--



	<p><i>designação;</i>  <i>III - decretar a suspensão ou perda do pátrio poder ou autorizar a sua delegação e nomear tutores e encarregados da guarda de menores sob sua jurisdição, e destitui-los segundo as disposições do Código de Menores;</i>  <i>IV - suprir o consentimento dos pais ou tutores, para o casamento de menores subordinados à sua jurisdição;</i>  <i>V - conceder:</i>  <i>a) emancipação, nos termos do art. 9º, § 1º, do Código Civil, aos menores sob sua jurisdição;</i>  <i>b) suprimento de idade para o casamento da menor de dezesseis (16) anos, ou do menor de dezoito (18) anos, subordinados à sua jurisdição, nos termos do art. 214, parágrafo único, do Código Civil;</i>  <i>c) fiança, nos processos de sua competência;</i>  <i>d) permissão de trabalho a</i></p>	<p>públicas.          Parágrafo único. Excluem-se da competência das Câmaras a que se refere este artigo os recursos manifestados em ações inerentes a acidentes do trabalho vinculados à seguridade social.</p> <p>ATO REGIMENTAL N. 57/02-TJ          Altera a estrutura do Tribunal, com a criação e instalação de novos órgãos julgadores e a definição de suas respectivas competências, para atender ao crescente volume de seus serviços.          Art. 1º. A Seção Civil do Tribunal de Justiça passa a ser constituída de três Grupos, a saber:          I - O Grupo de Câmaras de Direito Civil, integrado pela 1ª e pela 2ª Câmaras Cíveis, que passam a denominar-se, respectivamente, 1ª Câmara de Direito Civil e 2ª Câmara de Direito Civil, e, ainda, pela 3ª Câmara de Direito Civil, ora instituída;          II - O Grupo de Câmaras de Direito Comercial, integrado pela 3ª e pela 4ª Câmaras Cíveis, que passam a denominar-se, respectivamente, 1ª Câmara de Direito</p>	
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p><i>menores, nos termos da legislação especial;</i></p> <p><i>e) férias aos seus funcionários e aos que forem postos à sua disposição;</i></p> <p><i>VI- inspecionar: (Alterado pelo art. 21 da Lei n. 6.899, de 05.12.86)</i></p> <p><i>(Redação anterior dada pela Lei n. 5.624, de 09.11.79)</i></p> <p><i>VI- fiscalizar:</i></p> <p><i>a) o trabalho dos menores, por si e pelos seus auxiliares, tomando as providências necessárias à sua proteção;</i></p> <p><i>b) os estabelecimentos de assistência e proteção criados por entidades do poder público ou entidades particulares e destinados à recepção, triagem, observação, permanência de menores ou quaisquer outros análogos, adotando as medidas que julgar adequadas; (Alínea “b” com redação determinada pelo art. 21 da Lei n. 6.899, de 05 de dezembro de 1986).</i></p>	<p>Comercial e 2ª Câmara de Direito Comercial, e, ainda, pela 3ª Câmara de Direito Comercial, ora instituída e, finalmente,</p> <p>III - O Grupo de Câmaras de Direito Público, integrado pela 5ª e pela 6ª Câmaras Cíveis, que passam a denominar-se, respectivamente, 1ª Câmara de Direito Público e 2ª Câmara de Direito Público, e, ainda, pela 3ª Câmara de Direito Público, ora instituída..</p>	
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p><i>(Redação anterior dada pela Lei n. 5.624, de 09.11.79).</i></p> <p><i>b) os estabelecimentos de preservação e reforma, públicos e particulares, asilos, creches, institutos, internatos, semi-internatos, lares de colocação familiar, gratuita ou remunerada, lares naturais subvencionados ou quaisquer outros análogos, adotando as medidas que julgar adequadas;</i></p> <p><i>c) a frequência de menores nos espetáculos públicos, em teatros, cinemas, estações de rádio e televisão, circos, sociedades recreativas e esportivas e em quaisquer outros estabelecimentos ou locais acessíveis a menores, concedendo, quando for o caso, alvará para o respectivo funcionamento, e fixando, em cada caso, os níveis de idade para o ingresso de menores;</i></p> <p><i>VII - ordenar:</i></p> <p><i>a) de plano, ou em qualquer fase</i></p>		
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p><i>do processo, a apreensão e a internação de menores sob sua jurisdição, e a instauração dos processos respectivos, para a execução de qualquer das medidas previstas na legislação específica; (Inciso e alínea com redação determinada pelo art. 21 da Lei n. 6.899, de 05 de dezembro de 1986).</i></p> <p><i>(Redação anterior dada pela Lei n. 5.624, de 09.11.79)</i></p> <p><i>VII – ordenar:</i></p> <p><i>a) de plano ou em qualquer fase do processo, a apreensão e a internação de menores abandonados ou infratores pervertidos ou em perigo de se perverterem, e a instauração dos processos respectivos;</i></p> <p><i>b) a abertura e retificações de assentos de registro civil, relativamente a menores sob sua jurisdição;</i></p> <p><i>c) de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, a apreensão imediata dos impressos que</i></p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p><i>ofendam à moral e aos bons costumes, podendo, conforme a natureza do exemplar apreendido, determinar sua destruição e, em caso de reincidência, determinar a suspensão da impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico (artigos 61, § 6º, 62 e 64 da Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967);</i></p> <p><i>VIII - impor as multas estabelecidas pelas infrações dos dispositivos do Código de Menores;</i></p> <p><i>IX - nomear, para cada processo, onde não houver efetivo, advogado que desempenhe as funções previstas no art. 118;</i></p> <p><i>X - praticar todos os atos de jurisdição voluntária tendentes à proteção e assistência aos menores de dezoito anos, embora não sejam abandonados, ressalvada a competência do juiz de órfãos;</i></p> <p><i>XI - cumprir e fazer cumprir as disposições do Código de</i></p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p><i>Menores, aplicando, nos casos omissos, as disposições de outras leis que forem adaptáveis às causas cíveis e criminais de sua competência;</i></p> <p><i>XII - designar comissários voluntários de menores, sem ônus para os cofres públicos, dispensáveis ad nutum pelo juiz, e escolhidos, sempre que possível, entre candidatos que preencham os seguintes requisitos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>a) idade máxima de sessenta (60) anos;</i></li> <li><i>b) instrução de nível secundário ou equivalente;</i></li> <li><i>c) profissão compatível com o exercício do cargo;</i></li> <li><i>d) situação familiar definida;</i></li> <li><i>e) bons antecedentes;</i></li> </ul> <p><i>XIII - impor aos seus funcionários e aos que forem postos à sua disposição as penalidades em que incorrerem e abonar-lhes as faltas ao serviço, por motivo de doença ou força maior;</i></p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p><i>XIV - tomar as providências necessárias no sentido de evitar e reprimir o absenteísmo escolar;</i>  <i>XV - exercer as atribuições pertencentes aos demais juízes de direito e compreendidas em sua jurisdição privativa.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Sempre que entender necessário à instrução do julgamento, sobre o destino do menor, consultar, em conselho, os técnicos que o hajam examinado e o diretor do estabelecimento em que tenha sido recolhido.</i></p> <p><b>LEI COMPLEMENTAR N. 339, DE 08 DE MARÇO DE 2006</b></p> <p><b>Altera o CDOJESC.</b>  <b>CAPÍTULO X</b>  <b>Órgãos de Colaboração</b></p> <p>Art. 59. São órgãos de colaboração com o Poder Judiciário, além daqueles previstos em lei:  I - os advogados da Justiça Militar e do Juízo da Infância e Juventude;</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>e</p> <p>II - a Polícia Judiciária.</p> <p>Seção I</p> <p><b>Advogado da Justiça Militar e do Juízo da Infância e Juventude</b></p> <p>Art. 60. A Justiça Militar e o Juizado da Infância e Juventude contarão com advogados públicos, nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação em concurso público de provas e títulos.</p> <p>Parágrafo único. Os cargos são acessíveis a todos os brasileiros bacharéis em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil na data da posse.[...]</p> <p>Art. 62. Ao advogado do Juízo da Infância e Juventude, entre outras atribuições fixadas em lei ou resolução do Tribunal de Justiça, compete:</p> <p>I - defender os direitos e interesses da criança e do adolescente previstos na</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



	<p>legislação de regência, nos casos de competência do Juízo;</p> <p>II - representar à autoridade competente os casos de crimes praticados contra criança e adolescente; e</p> <p>III - no interesse da criança e do adolescente, prestar, nos processos cíveis e criminais, assistência a litigantes pobres e sem defensores sujeitos à jurisdição da Vara da Infância e Juventude.</p> <p>Art. 63. Os advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude são obrigados a residir na sede da Comarca, dela não podendo afastar-se sem prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça, sob pena de desconto de tantos dias de sua remuneração quantos forem os da ausência. O afastamento independe de autorização para os atos e diligências de seus cargos e nos casos de moléstia grave ou força maior que os obrigue à interrupção</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>de suas atividades antes do tempo necessário para ser expedida a licença.</p> <p>Parágrafo único. Em casos excepcionais, poderá o Conselho da Magistratura autorizar os advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude a temporariamente residir fora da sede da Comarca.</p> <p>Art. 64. Os advogados públicos do Juízo da Infância e Juventude e da Justiça Militar, nos casos de licenças, férias ou impedimentos ocasionais, substituir-se-ão reciprocamente. No impedimento ou na falta de todos eles, a substituição far-se-á por advogado designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; se o impedimento for ocasional, pelo Juiz competente.</p> <p>Art. 65. O Conselho da Magistratura poderá determinar que os advogados atuem em sistema de cooperação mútua e conferir-lhes outras atribuições.</p>	
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>[...]</p> <p>Art. 67. Aos advogados da Justiça Militar e da Infância e Juventude é vedado o exercício da advocacia em casos não relacionados com as suas funções.</p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjsc.jus.br/>.

**ESTADO: SÃO PAULO**

<b><i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i></b>	<b><i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i></b>	<b><i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i></b>	<b><i>Observações</i></b>
DECRETO-LEI N. 158, DE 28 DE OUTUBRO DE 1969.	<p><b><i>Redação original</i></b></p> <p><i>Artigo 49. Compete ao Juiz Titular da Vara de Menores, bem como a cada um dos Juizes Auxiliares desta, praticar os atos de jurisdição voluntária, tendentes a proteção e assistência aos menores de 18 (dezoito) anos, embora não sejam abandonados, ressalvada a competência dos Juizes das Varas da Família e Sucessões e das Varas Distritais (Lei Estadual n. 495, de 28 de outubro de 1949, artigo 2.º, inciso 10).</i></p> <p><i>Artigo 50. Ao Juiz Titular da Vara de Menores caberá traçar o plano geral da ação do Juizado de Menores na Comarca da Capital, bem como imprimir unidade de direção quanto às normas executivas.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Os Juizes Auxiliares da Vara de Menores reunir-se-ão mensalmente na sede do Juizado, a fim de sugerirem providências e debaterem com o Titular da Vara os problemas atinentes às suas funções. Das reuniões será lavrada ata, em que se consignarão as providências determinadas e as medidas do Juizado, para a resolução dos problemas discutidos.</i></p>	<p>Art. 33. A Câmara Especial, presidida pelo Vice-Presidente do Tribunal, é integrada pelos Presidentes das Seções e pelo Decano.</p> <p>Parágrafo único. Competirá à Câmara Especial processar e julgar: [...]</p> <p>IV - os processos originários e os recursos em matéria de Infância e Juventude;</p>	

Fonte: <http://www.tjsp.jus.br/>.

**ESTADO: SERGIPE**

<i>Código de Divisão e Organização Judiciária</i>	<i>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</i>	<i>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</i>	<i>Observações</i>
LEI COMPLEMENTAR N. 88, de 30 DE OUTUBRO DE 2003. (ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 101, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2004).	<p style="text-align: center;"><b>ANEXO III</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMPETÊNCIAS DAS VARAS E JUIZADOS ESPECIAIS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>I - COMARCA DA CAPITAL - VARAS</b></p> <p>e) Compete ao Juiz da 16ª Vara Privativa do Juizado da Infância e da Juventude:</p> <p>1) processar e julgar:</p> <p>1.1) os feitos relativos a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, exceto os que se refiram à prática de ato infracional;</p> <p>1.2) os pedidos de adoção e seus incidentes;</p> <p>1.3) os pedidos de guarda e tutela;</p> <p>1.4) as ações de destituição do pátrio poder, perda ou modificação da tutela ou guarda;</p> <p>1.5) os pedidos de suprimimento da capacidade ou do consentimento para o casamento;</p> <p>1.6) os pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder;</p> <p>1.7) os pedidos de emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;</p> <p>1.8) as ações de alimentos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;</p> <p>1.9) as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou</p>	<p>Art. 402. Compete às Câmaras Cíveis Isoladas:</p> <p>II - julgar:</p> <p>d) os recursos de decisão de natureza não infracional proferida pelos Juízes da Infância e da Juventude, obedecendo ao disposto do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>Art. 403. À Câmara Criminal compete:</p> <p>II - julgar:</p> <p>d) julgar os recursos contra decisões de natureza infracional</p>	

	<p>coletivos, pertinentes à criança e ao adolescente;</p> <p>1.10) as ações decorrentes de irregularidade nas entidades de atendimento de que trata o art. 90, incisos I a IV, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>1.11) os casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, desde que não se refiram à prática de ato infracional por criança ou adolescente;</p> <p>1.12) os pedidos de autorização para viajar de que tratam os arts. 83 a 85, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>2) designar curador especial em casos de procedimentos em que haja interesses de criança ou adolescente;</p> <p>3) determinar a inscrição, o cancelamento, a retificação ou o suprimento dos registros de nascimento e óbito;</p> <p>4) fiscalizar e autorizar o trabalho dos adolescentes e tomar as providências necessárias a sua proteção e segurança contra acidentes;</p> <p>5) aplicar as medidas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, exceto as que se refiram à prática de ato infracional;</p> <p>6) dar cumprimento às cartas precatórias encaminhadas ao Juízo da Infância e da Juventude, concernentes a feitos envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, exceto as que se refiram à prática de ato infracional;</p> <p>7) determinar a realização de exame médico-psicológico dos adolescentes, assim como, averiguações quanto à situação social,</p>	<p>proferidas pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, obedecendo ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>moral e econômica dos pais, tutores, ou pessoas incumbidas de sua guarda;</p> <p>8) fiscalizar a frequência de crianças e adolescentes nos espetáculos públicos de estações de rádio e televisão, cinemas, teatros, circos, sociedades recreativas e esportivas, ou em quaisquer estabelecimentos e locais acessíveis a crianças e adolescentes, concedendo, quando for o caso, alvará de licença para funcionamento, fixando o limite de idade mínima para o ingresso;</p> <p>9) determinar, de ofício ou a requerimento do Curador da Infância e da Juventude, a apreensão de impressos que ofendam a moral pública e os bons costumes, podendo, conforme a natureza da publicação apreendida, ordenar a sua destruição e, em caso de reincidência, decretar a suspensão da sua publicação e circulação;</p> <p>10) censurar as exposições ou transmissões de espetáculos de teatros, circos, rádio, televisão, ou simplesmente apresentadas em via pública, quando ofensivas à moral e aos bons costumes e apresentados em horários acessíveis a crianças e adolescentes;</p> <p>11) escolher e admitir até cem (100) Agentes Voluntários de Proteção da Infância e da Juventude, observadas as disposições constantes de Provimento a ser expedido pela Corregedoria-Geral da Justiça, a qual estabelecerá o modelo das respectivas carteiras de identificação, devendo destas constar as assinaturas do Juiz competente e do Corregedor-Geral da Justiça;</p> <p>f) compete ao Juiz da 17ª Vara Privativa do Juizado da Infância e da Juventude:</p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>1) conhecer da representação promovida pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;</p> <p>2) conhecer dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar referentes à prática de ato infracional praticado por criança ou adolescente;</p> <p>3) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;</p> <p>4) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra normas de proteção à criança e ao adolescente;</p> <p>5) processar e julgar as ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento de que trata o art. 90, incisos V a VII, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;</p> <p>6) aplicar as medidas protetivas do art. 101, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, às crianças, até instalação dos Conselhos Tutelares, quando da prática de ato infracional;</p> <p>7) determinar, quando não seja possível a manutenção do adolescente no lar de sua família, nem se torne necessária a sua internação, a providência que melhor atenda aos interesses do adolescente, mediante estudo de cada caso por órgãos técnicos, para a fixação dos deveres a que ele fica sujeito em matéria de instrução, preparação profissional e utilização do tempo livre, assim como, para definição das organizações ou pessoas responsáveis pela guarda, assistência e vigilância;</p> <p>8) aplicar as medidas de proteção a crianças e adolescentes em</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



	<p>situação de risco pessoal e social, quando da prática de ato infracional;</p> <p>9) dar cumprimento às cartas precatórias encaminhadas ao Juízo da Infância e da Juventude, concernentes a feitos envolvendo adolescentes, quando da prática de ato infracional;</p> <p>10) executar as sentenças proferidas por Juizes do interior, referentes a adolescentes cujo internamento em estabelecimento situado na Comarca de Aracaju deva ser feito como medida socioeducativa.</p>		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://www.tjse.jus.br/>.

**ESTADO: TOCANTINS**

<i><b>Código de Divisão e Organização Judiciária</b></i>	<i><b>Competências do Juiz da Infância e Juventude (1º Grau)</b></i>	<i><b>Tribunal de Justiça (2º Grau) – Competência em matéria recursal</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
LEI COMPLEMENTAR N. 10, DE 11 DE JANEIRO DE 1996.	<p>Art. 41. Compete ao juiz de direito ou ao seu substituto: [...]</p> <p>IV - no Juízo de Família e Sucessões, processar e julgar as causas cíveis de jurisdição contenciosa ou voluntária que versarem sobre questões subordinadas aos direitos de família e de sucessões e as relativas à capacidade de pessoas, ressalvada a competência do Juizado Especial da Infância e da Juventude; [...]</p> <p>VII - no Juizado da Infância e da Juventude, processar e julgar:</p> <p>a) as causas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação complementar, inclusive as relativas às infrações cometidas por menores de 18 (dezoito) anos;</p> <p>b) as questões cíveis em geral, inclusive as pertinentes a registro público, desde que concernentes a solução de situação irregular em que se encontra a criança ou o adolescente interessado;</p> <p>Art. 42. Compete administrativamente ao Juiz de Direito, titular de vara judiciária, Juizados Especiais ou seu substituto: [...]</p> <p>III - como juiz da Infância e da Juventude:</p>	<p>Art. 10. Compete à Câmara Cível: [...]</p> <p>IV - julgar, por suas Turmas, em matéria cível:</p> <p>a) a apelação;</p> <p>b) a remessa da decisão sujeita a duplo grau de jurisdição;</p> <p>c) o agravo de instrumento e o retido;</p> <p>d) os embargos de declaração opostos ao seu acórdão;</p> <p>e) o agravo regimental interposto da decisão do Presidente ou do Relator em processo de sua competência;</p> <p>f) a questão incidente, em processo de sua competência.</p> <p><i>De acordo com a jurisprudência, os recursos referentes à prática infracional e cíveis são julgados na Câmara Cível.</i></p>	

	a) mediante autorização do Presidente do Tribunal de Justiça, participar de órgãos assistenciais ou consultivos, relativos às crianças e adolescentes.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <http://wwa.tjto.jus.br/>

## ANEXO 3

## 1 - CENTROS DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

<b>Estado</b>	<b>Endereço</b>
ACRE	Rua Marechal Deodoro, 475 - Centro Rio Branco - AC
ALAGOAS	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Pedro Melo e Silva, 79, Poço Maceió - AL
AMAPÁ	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Padre Júlio Maria Lombarde, 1585 Macapá - AP
AMAZONAS	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Loris Cordovil, 200, Alvorada 1 Manaus - AM
BAHIA	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Agripino Dória, 26-A - Pitangueiras - Brotas Salvador - BA
CEARÁ	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Senador Pompeo, 1127, sala 207 - Centro Fortaleza - CE
DISTRITO FEDERAL	Centro de Apoio da Infância e da Juventude SGAN, 909 - Bloco C, sala 43, Brasília - DF
ESPÍRITO SANTO	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Vitória - ES

GOIÁS	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua 23, esquina com Avenida B, Quadra A-6, Lotes 15/24, Sala T-1, Jardim Goiás Goiânia - GO
MARANHÃO	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro São Luís - MA
MATO GROSSO	Centro de Apoio Operacional (CAOP) Av. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, s/nº. Setor D. Centro Político e Administrativo. Cuiabá - MT
MATO GROSSO DO SUL	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Rio Doce, s/n., Lote 38-A, Quadra 29 Campo Grande - MS
MINAS GERAIS	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Olegário Maciel, 555 Belo Horizonte - MG
PARÁ	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua João Diogo, 100, Cidade Velha Belém - PA
PARAÍBA	Curadoria da Infância e Juventude Rua 13 de maio, 677, Centro João Pessoa - PB
PARANÁ	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Marechal Floriano Peixoto, 1.251 - Rebouças Curitiba - PR
PERNAMBUCO	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Visconde de Suassuna, 99 - Bairro Santo Amaro Recife - PE

PIAUÍ	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Álvaro Mendes, 2294, 4º andar, Centro Teresina - PI
RIO DE JANEIRO	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Marechal Câmara, 370, 4º andar, Centro. Rio de Janeiro - RJ
RIO GRANDE DO NORTE	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Tiradentes, s/n., Bairro de Nazaré Natal - RN
RIO GRANDE DO SUL	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Andrade Neves, 106, 9º andar, Centro Porto Alegre - RS
RONDÔNIA	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Rua Jamari, 1555, 2º andar, Bairro Pedrinhas Porto Velho - RO
RORAIMA	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Ville Roy, 605-E, Centro Boa Vista - RR
SANTA CATARINA	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Av. Othon Gama D'Eça, 611, Centro Florianópolis - SC
SÃO PAULO	Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude Rua Riachuelo, 115, 7º andar, Centro São Paulo - SP
SERGIPE	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Praça Fausto Cardoso, 327, Ed. Walter Franco, 4º andar, Centro Aracaju - SE

TOCANTINS	Centro de Apoio da Infância e da Juventude Praça dos Girassóis, s/n. Palmas - TO
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------

## 2 - COORDENADORIAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

ACRE	Rua Alvorada, 767, Bosque Rio Branco - AC
ALAGOAS	Praça Marechal Deodoro, n. 319, Centro Maceió – AL
AMAPÁ	Avenida FAB, 1737, Bairro Central Macapá – AP
AMAZONAS	Avenida Humberto Calderaro, s/n., Adrianópolis Fórum Enoch Reis – Setor 1 – 5º andar Manaus – AM
BAHIA	5ª Avenida do CAB Salvador - BA
CEARÁ	Avenida Ministro José Américo, s/n., Cambéba Fortaleza – CE
DISTRITO FEDERAL	SGAN 909, Lote D/E Brasília – DF
ESPÍRITO SANTO	Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá Vitória - ES
GOIÁS	Avenida Miguel João n. 145, Centro Anápolis – GO

MARANHÃO	Palácio da Justiça “Clóvis Beviláqua” – Av. D. Pedro II, s/n., Centro São Luís – MA
MATO GROSSO	Centro Político Administrativo, Bairro CPA Cuiabá – MT
MATO GROSSO DO SUL	Rua das Garças, 1140, Vila Célia Campo Grande – MS
MINAS GERAIS	Rua Gonçalves Dias, 2.553, 5º andar, sala 502, Bairro Lourdes Belho Horizonte – MG
PARÁ	Rua Cel. Fontoura Anexo I (térreo), Cidade Velha Belém - Pará
PARAÍBA	Avenida João Machado, s/n., Centro João Pessoa – PB
PARANÁ	Rua Mauá, 920, 16º andar, Alto da Glória Curitiba – Paraná
PERNAMBUCO	Rua João Fernandes Vieira, 405, Boa Vista Recife - PE
PIAUÍ	Rua Governador Tibério Nunes, n. 309, Bairro Cabral Teresina-PI
RIO DE JANEIRO	Av. Erasmo Braga, 115, 5º andar, sala 512, Lâmina I Rio de Janeiro – RJ
RIO GRANDE DO NORTE	Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, 7º andar, Fórum Miguel Seabra Fagundes Natal - RN
RIO GRANDE DO SUL	Praça Marechal Deodoro, n. 55, 4º Andar, Corregedoria-Geral da Justiça Porto Alegre - RS



RONDÔNIA	Avenida Rogério Weber, 2396, Bairro Cairari Porto Velho - RO
RORAIMA	Avenida General Ataíde Teivé, 4270, Caimbé Boa Vista - RR
SANTA CATARINA	Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Torre I, 11º andar , sala 1107 Centro Florianópolis-SC
SÃO PAULO	Fórum João Mendes Jr., s/n., 17º andar, sala 1718, Praça João Mendes, Centro São Paulo - SP
SERGIPE	Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes Praça Fausto Cardoso, 112 – 3º andar - Centro Aracaju - SE
TOCANTINS	Rua 504L, Alameda 2, Lote 5 Palmas - TO

### 3 - NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA DEFENSORIA PÚBLICA

ACRE	Rua da Alvorada, 764, Bosque, Rio Branco - AC
ALAGOAS	Rua Hélio Pradinis, 600, Ponta Verde Maceió - AL
AMAPÁ	Av. Fab, n. 1849, Santa Rita Macapá - AP
AMAZONAS	Não possui núcleo especializado
BAHIA	Av. Mário Leal Ferreira, s/n., Bonocó Salvador - BA

CEARÁ	NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE Rua Floriano Benevides, 220, Edson Queiroz, Fórum Clóvis Beviláqua Fortaleza - CE
DISTRITO FEDERAL	SGAN Quadra 909 , BL D/E, Asa Norte Brasília – DF
ESPÍRITO SANTO	Rua Pedro Palácios 60, Ed. João XXIII, Cidade Alta Vitória - ES
GOIÁS	Não possui núcleo especializado
MARANHÃO	NÚCLEO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE Rua da Estrela, 421, Praia Grande São Luís - MA
MATO GROSSO	Avenida Dante Martins de Oliveira, s/n, Complexo Pomeri, bairro Planalto Cuiabá - MT.
MATO GROSSO DO SUL	NÚCLEO INFÂNCIA, JUVENTUDE E IDOSO (CÍVEL) Rua Antonio Maria Coelho, 1668 - Centro Campo Grande - MS
MINAS GERAIS	Rua Rio Grande do Sul, 604 - Barro Preto Belo Horizonte - MG
PARÁ	NAECA - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE Rua Gama Abreu 1141 Campos Salles e Pd. Eutéquio, Campina Belém – Pará
PARAÍBA	Não possui núcleo especializado
PARANÁ	Rua Cruz Machado, 58 – Centro Curitiba – PR
PERNAMBUCO	NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE Centro Integrado da Criança e do Adolescente

	Bairro da Boa Vista Recife - PE
PIAUÍ	Rua Oto Tito, s/n., Complexo da Cidadania, bairro Redenção Teresina - PI
RIO DE JANEIRO	NUCLEO DE FAMILIA / INFANCIA E JUVENTUDE Praia de Olaria, s/nº - Aterro do Cocotá Rio da Janeiro - RJ
RIO GRANDE DO NORTE	Rua Paulo Barros de Góis, n.º 1.886, Lagoa Nova Natal - RN
RIO GRANDE DO SUL	NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Rua Sete de Setembro, nº 666, bairro Centro Histórico Porto Alegre - RS
RONDÔNIA	Rua Rogério Veber, 2396, Centro Porto Velho – RO
RORAIMA	NÚCLEO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E JUVENTUDE Av. Gen. Ataíde Teive, n. 4770, Caimbé Boa Vista – RR
SANTA CATARINA	Não possui núcleo especializado
SÃO PAULO	NÚCLEO ESPECIALIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE Rua Boa Vista, 103, 11º andar São Paulo - SP
SERGIPE	Travessa João Francisco da Silveira, nº94 - Bairro Centro, Aracaju - SE
TOCANTINS	NÚCLEO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA Rua Presidente Juscelino Kubitschek, 1372, Centro Gurupi – TO

